Adriaan De Man

DEFESAS URBANAS TARDIAS DA LUSITÂNIA

Dissertação de Doutoramento em Arqueologia
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto
2008

Esta dissertação beneficiou do apoio de uma bolsa concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (BD / 18405 / 2004), com o co-financiamento do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 e do Fundo Social Europeu.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Ciência.Inovação 2010 Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Tenho uma dívida de gratidão para com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que me concedeu uma bolsa de investigação, permitindo-me viajar e adquirir muitas das obras que surgem citadas nesta dissertação.

Devo também um sentido reconhecimento aos que, sem pretenderem algo em troca, me apoiaram de diversas formas. É necessário destacar os Professores Doutores Rui Centeno e Vasco Mantas, e o Dr. Virgílio Correia, respectivamente orientador, co-orientador e director da instituição de acolhimento durante o período de investigação.

Sem desprimor para muitos outros amigos e colegas, gostaria de mencionar ainda os nomes de Miguel Alba Calzado, Maria Filomena Barata, João Pedro Bernardes, Pedro Sobral de Carvalho, Enrique Cerrillo Martín de Cáceres, José António Espada Belmonte, Santiago Feijoo Martínez, Manuela Leitão, Pedro Mateos Cruz, Lauro Olmo Enciso, Dália Paulo, João Pimenta, Raquel Santos e António M. Monge Soares, pela sua ajuda directamente relacionada com o texto que se segue.

Índice

Prefácio – p. 11

A. Fundamentos e dinâmica – p. 13

1. Génese das muralhas lusitanas tardias – p. 13
2. Receptividade e funções representativas – p. 20
2.1. Nótula sobre a valorização simbólica – p. 20
2.2. Uma expressão de autoridade – p. 22
2.3. Do desígnio representativo ao uso securitário – p. 27
3. Contornos da construção defensiva urbana – p. 31
3.1. Aspectos teóricos – p. 31
3.2. Evolução pós-romana – p. 35
4. Parâmetros não anonários nos circuitos económicos urbanos – p. 39
4.1. Continuidades – p. 39
4.2. Rupturas, adaptações e crises – p. 43
5. A dimensão militar da fortificação – p. 47
5.1. Unidades imperiais e a sua especificidade hispânica – p. 47
5.2. O exército tardio, na sua relação com as cidades – p. 53
5.3. O acantonamento urbano – p. 59
5.4. Eficácia militar concreta na Hispânia – p. 69
6. Comunicações, segurança e lógicas territoriais – p. 75
6.1. Investimento viário tardio entre cidades fortificadas – p. 75
6.2. O programa anonário – p. 80
6.3. A função da cidade fortificada na segurança regional – p. 84
7. Promoção e execução – p. 93
7.1. Mecanismos de centralização – p. 93
7.2. Fim do evergetismo privado – p. 98
7.3. Mão-de-obra e as suas circunstâncias – p. 107
7.4. Patrocínio pós-romano – p. 111
7.5. Fenómenos de reaproveitamento – p. 121
7.6. Conservação – p. 129

8. Defesas urbanas avançadas e coesão defensiva – p. 132

8.1. Configurações urbanas no território – p. 132

8.2 *Castra* e *castella* tardios – p. 137

8.3. Outros centros de vigilância – p. 141

8.4. Das *villae*, eventualmente fortificadas, às *villulae* – p. 144

8.5. Um panorama pós-visigótico – p. 147

B. Tipologia – p. 150

1. A definição tecnológica e os seus problemas – p. 150

1.1. Condicionalismos geológicos – p. 152

1.2. A função estruturante do ligante, e os formatos resultantes – p. 155

2. Problemas estruturais – p. 166

2.1. Deformações – p. 166

2.2. Altura e largura – p. 170

3. Elementos – p. 173

3.1. Aparelhos – p. 173

3.2. Portas – p. 181

3.3. Torres – p. 194

3.4. Fundações – p. 207

3.5. Fossos – p. 214

3.6. Adarves – p. 217

4. A leitura de paramentos e as suas limitações – p. 219

C. Topologia e lógicas geográficas – p. 223

1. Transformações topológicas – p. 223

1.1. Contexto e expressão – p. 224

1.2. Áreas e retracção de perímetro – p. 233

1.3. O espaço extra-muros – p. 238

2. Cidades – p. 241

2.1. Viseu – p. 241

2.2. Idanha-a-Velha – p. 247

2.3. Salamanca – p. 253
2.4. Coimbra – p. 255
2.5. *Conimbriga* – p. 265
2.6. Coria – p. 272
2.7. Cáceres – p. 277
2.8. Santarém – p. 281
2.9. Lisboa – p. 284
2.10. Évora – p. 295
2.11. Beja – p. 304
2.12. Mérida – p. 309
2.13. Mértola – p. 317
2.14. Faro – p. 322
2.15. Dois recintos de definição incerta: *Augustobriga* e Cáparra – p. 331

D. Escavações – p. 334

1. *Conimbriga* – p. 335
1.1. Bico da Muralha – p. 335
1.2. Anfiteatro – p. 338
1.3. Área a norte da porta secundária – p. 341
2. Coimbra – p. 342
2.1. Rua Fernandes Tomás – p. 342
2.2. Jardim Botânico – p. 343
3. Faro – p. 344
3.1. Largo de S. Francisco – p. 344

E. Conclusões – p. 347

Bibliografia citada – p. 356

Imagens – p. 481

(N.B.: ao longo do texto, apenas os topónimos latinos surgem a itálico.)

Prefácio

Em 1926, após escavar em Doura-Europos, o meu compatriota Franz Cumont imortalizou uma afirmação que em Português se leria do seguinte modo: *Se certas páginas deste livro possam parecer defeituosas, estou preparado para enfrentar as críticas. É preferível expormo-nos do que parecermos o dragão da fábula, no antro onde guarda, invejoso, um tesouro estéril. O essencial é colocar à disposição comum dos trabalhadores os materiais que utilizarão nas suas construções futuras*[1]. Embora a outra escala, a subscrição integral deste pensamento implica, por um lado, a apresentação pública de uma tese que se pretende válida, enquanto se reconhecem nela, em simultâneo, potenciais vulnerabilidades. Uma tal exposição torna-se tão inevitável como desejável, visto que apenas as críticas resultantes poderão culminar em corroboração ou repúdio, desse modo servindo um mesmo propósito impessoal. Aquela referência à história do tosão de ouro poderia igualmente ser entendida como alusão à busca sinuosa com que se procurou fundamentar outra história, a das defesas urbanas tardias na Lusitânia. Tomado num sentido estrito, o conceito remeteria exclusivamente para muralhas defensivas, assumindo desse modo um carácter marcadamente descritivo. É verdade que a definição física forma um necessário ponto de partida metodológico, e representa em simultâneo um paradigma arqueológico incontornável. Mas a defesa de uma cidade tardia englobou uma pluralidade de factos que ultrapassa a construção e manutenção de muralhas, e que resultou na sua expressão final. É neste sentido que se entendeu o fenómeno, obrigando a uma reflexão sobre as dinâmicas e aspirações que condicionaram a segurança das cidades pós-clássicas.

Condeixa-a-Velha, Agosto de 2008

[1] Cumont 1926, vii

A. Fundamentos e dinâmica

1. Génese das muralhas lusitanas tardias

Existe uma intrincada tendência metódica que atribui à generalidade das muralhas defensivas de cidades romanas uma origem baixo-imperial, directamente ligada à questão das invasões. A este respeito, será importante referir desde logo a fragilidade de explicações mono-causais para a fortificação de cidades lusitanas. A primeira das incursões germânicas na Península, sob Galieno, parece não ter afectado mais do que o Oriente peninsular. Apesar de tudo, tornara-se clara a vulnerabilidade da futura diocese hispânica, e os ataques da década seguinte confirmariam a permeabilidade do território, ao atingirem a Meseta e, com toda a probabilidade, algumas áreas centrais da Lusitânia. Estas movimentações deram-se antes da fortificação urbana tardia, embora as obras na própria Roma demonstrem que graves tensões internas, como a anarquia militar, não impediam a construção de muralhas defensivas. Não deve ser menosprezado, ainda assim, o impacto das razias da segunda metade do século III na Lusitânia. Episódios de pilhagens urbanas, entre as quais o emblemático saque de Tarragona em 264, eram raros mas representam traumas profundos na sociedade hispânica. Numa segunda vaga, iniciada em 275, esta sim com algum reflexo nas fortificações urbanas do Ebro[2], é possível que também as cidades lusitanas tenham sido afectadas directamente[3], embora os dados sejam difíceis de interpretar[4]. De resto, é por vezes considerado que a maioria das cidades fortificadas não terá sofrido grandes destruições ao longo do século III[5], matizando fortemente as respectivas implicações urbanísticas. Mas os casos de excepção, mesmo destoando desse quadro geral, foram determinantes para uma alteração dos anseios colectivos. As cidades ocidentais viram-se confrontadas com uma nova realidade em matéria de segurança urbana[6], muito distinta do ordenamento mental a que os paradigmas de pacificação augustanos e flavianos haviam conduzido. O desenvolvimento da construção defensiva tetrárquica na Lusitânia, porém, não pode ser dissociado das campanhas ocidentais do Outono de 286, que obrigaram Maximiano Hercúleo a reconsiderar a segurança militar no Reno, mas especialmente na Hispânia,

[2] Espinosa 1997, 41
[3] Reilly 1993, 7
[4] Le Roux 1982, 378
[5] Nickerson 2003, 45
[6] Tarel 2003, 431

entre 296 e 297, com investimento arquitectónico em Córdova[7], por exemplo. É importante recordar que um século antes, na década de 170, a acção militar na Bética até levara à temporária alteração do estatuto senatorial para imperial[8], mas não conduziu a qualquer fortificação urbana extraordinária. Quanto ao tetrarca Maximiano, aponte-se a colaboração do seu césar Constâncio Cloro, cuja acção individual posterior, de inícios do século IV, poderá ser colocada em relação com algumas muralhas do Centro português, como *Aeminium* e *Conimbriga*[9]. Houve alguns exemplos aparentemente mais precoces. Na verdade, serão de atribuir já ao último quartel do século III, entre Aureliano e a tetrarquia, algumas muralhas tardias hispânicas, em particular nas áreas directamente afectadas pelos ataques, mas também em sítios em torno da Lusitânia, como Saragoça e, em particular, a totalidade das grandes cidades da Galécia[10]. Todas elas pertencem àquele único grupo histórico em que Richmond identificara correctamente um denominador comum[11] mas que corresponde apenas à primeira fase de fortificação hispânica tardia, não ausente mas pouco expressiva na Lusitânia. Os recentes dados de Lisboa obrigam a reconhecer um momento provavelmente equivalente, assim invalidando suposições sobre limites geográficos estritos. Porém, a ideia de fases regionais continua válida, se ela for tomada como uma tendência e não uma regra, visto ser perceptível que a Lusitânia não acompanhou massivamente a Galécia nas primeiras décadas de fortificação urbana tardia. De facto, durante as décadas finais do século III, e muito eventualmente nos inícios do seguinte, houve um considerável investimento nas muralhas do Noroeste, em contraste com as províncias meridionais. Parecem inquestionáveis os dados estratigráficos de Lugo, León, Gijón ou Astorga[12]. A cronologia desta última muralha, razoavelmente definida[13], poderia, no limite, ser arrastada para o século IV, sendo no entanto de centrá-la nos finais do precedente[14], enquadrando bem na perspectiva regional. Outros núcleos geográficos sem ligação directa são de uma cronologia perfeitamente análoga, fortalecendo a concepção de diferenciações territoriais com origem em estímulos de iniciativa imperial. O caso gálico sud-ocidental parece ter apresentado uma certa homogeneidade, ainda que também ali uma segunda fase de fortificação pareça admissível para os

[7] Carrillo, Hidalgo, Murillo e Ventura 1999, 61-62
[8] Martin 1999, 109
[9] De Man 2006d, no prelo
[10] Arce 1997, 73
[11] Richmond 1931, 98
[12] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2002, 580
[13] Mañanes 1983, 16-18
[14] García Marcos, Morillo Cerdán e Campomanes 1997, 529

séculos IV e V, e em Itália um dos primeiros exemplos tardios é o de Verona, datado da época de Galieno[15], numa cronologia sem paralelos lusitanos. Deve ser notado que apesar das dissemelhanças tipológicas não serem de natureza exclusivamente evolutiva, a diferenciação de sequências variou de acordo com o contexto de segurança e, no caso do Noroeste hispânico, com a presença do exército. Um pouco mais tarde surgiriam as muralhas de iniciativa não directamente militar, estimuladas pelo Estado através de canais administrativos. De facto, considerando o território da Lusitânia, é de reconhecer que, salvo poucas excepções directamente relacionáveis com a Galécia, como Viseu e Idanha-a-Velha[16], o impulso maior das obras baixo-imperiais apenas dificilmente poderia ser considerado anterior ao século IV. Na verdade, tem sido apontado com frequência uma cronologia prévia, numa lógica mais literária do que material; são recorrentes as referências às últimas décadas do século III mas por ora não se conhecem dados que possam sustentar a ideia de um ciclo análogo ao do Noroeste, prévio à viragem do século.

O investimento em muralhas é tradicionalmente visto como uma reacção espontânea ao fenómeno que a herança do último milénio e meio sintetizou na expressão *invasões bárbaras*. Grande parte da problemática gira em torno de perspectivas historiográficas, que sempre avaliaram a muralha tardia como uma reacção ora instintiva, ora centralizada a uma ameaça premente, sem a qual se torna desprovida de sentido. Sem embargo das atenuantes a essa concepção, ela não deixa de apresentar um certo fundo de verdade histórica. Salviano de Marselha acabou por acusar os cidadãos da Gália de não se terem precavido, *embora os Bárbaros se encontrassem quase à vista* das suas muralhas[17], indiciando em simultâneo que mesmo em zona mais próximas das fronteiras não foi implementada uma verdadeira estratégia baseada em defesas urbanas, constatação a reter para a compreensão do fenómeno de fortificação. Até nalgumas fontes antigas, portanto, a pressão germânica tornou-se uma presença quase obsessiva na interpretação das muralhas tardias, o que, na Lusitânia, será verdade para as manutenções pós-romanas do século V e, noutro sentido, para as do século seguinte, mas não necessariamente para as obras de época tetrárquica. Entre a construção dos tetrarcas e a perda substantiva da Península Ibérica ocidental viveram pelo menos quatro

[15] Wataghin 1995, 224
[16] De Man 2008a, 427-430
[17] Contamine 1984, 15

gerações, no imaginário das quais essa perda seria inconcebível. Mesmo numa fase avançada do reinado de Honório e, numa certa perspectiva, até os finais da dinastia de Teodósio, diversos exércitos imperiais continuaram a pressionar os territórios hispânicos perdidos[18], com o objectivo de manter presente alguma autoridade romana. De resto, esta concepção linear em torno do elemento bárbaro, culminando em *muralhas do medo*[19], é minorada, acima de tudo, pela constatação de evoluções menos abruptas no quotidiano e na arquitectura, e pelo facto de diversas razões, por vezes perfeitamente contextuais, terem resultado em muralhas isoladas. A refortificação de Aquileia, por exemplo, deveu-se, de acordo com Herodiano (8.2.3), à ameaça de Maximino durante a guerra civil[20], e de qualquer modo consistiu num reforço levado a cabo sobre a muralha prévia[21]. É verdade que a pressão germânica obrigou a reajustamentos na fronteira, mas as alterações nas fortificações lusitanas, apesar das tensões regionais esporádicas ao longo do século III, revelam-se um resultado apenas muito indirecto da situação no Reno e Danúbio, onde a transição par ao século IV foi de facto muito problemática, de acordo com todas as fontes literárias[22]. Johnson interpretou a escassez de defesas urbanas sob Trajano e Adriano como uma consequência da fortificação das fronteiras[23], progressivamente incrementada entre Juliano e Teodósio, por vezes mediante presença activa dos imperadores[24]. Mas a hipotética exclusão mútua entre fortificação de *limes* e urbana, isto é, entre uma política de defesa fronteiriça oposta a outra, em profundidade, aparenta ser um simplismo conceptual, cuja aplicação se manterá difícil de demonstrar. Possivelmente terá havido tendências genéricas, em momentos de investimento específico, de acordo com as distintas realidades de cada região. É natural que os recursos imperiais, num dado contexto, se centralizassem em obras prioritárias, mas não se distingue, no cômputo geral, uma oposição cabal entre fortificações civis e militares. Além disso, os *limites* físicos, longe das províncias mediterrânicas, nunca foram linhas herméticas efectivamente fortificadas, com excepção das muralhas de Adriano e Antonina, na Bretanha, ambas aliás bem descritas nessa qualidade pelo Anónimo de Ravena[25], e de resto a última, menos impressionante que a primeira, revestia-se de um

[18] De Man 2008b, no prelo
[19] Adam 2007, 31
[20] Matthews 1989, 396
[21] Tarel 2003, 404
[22] Seeck 1876, 68-70
[23] Johnson 1983, 20
[24] Errington 2006, 43-44
[25] Mann 1992, 189-195

importantíssimo valor político, incluindo para os que a construíram[26], o que remete para funções representativas. Posto de outro modo, não se olhará a dimensão pragmática das defesas urbanas do século IV como uma reacção urgente e imediata, mas antes como elemento estratégico, obstando o carácter algo abusivo do termo, da tetrarquia. No caso lusitano, consistiu num conjunto de traduções de uma norma genérica. Por seu turno, este programa nada tem a ver com as defesas do século V, que emanaram já de uma autoridade definitivamente descentralizada, com diferentes recursos e resultados, e também dos patrocínios visigóticos, que lhes seriam posteriores.

Nesta apreciação, um dado importante consiste no facto de, no espaço de poucas décadas, ter existido um plano de fortificação urbana em perlo menos cento e oitenta cidades gálicas, itálicas e hispânicas[27]. A sua aplicação nestas últimas poderá não ter ultrapassado as três dezenas de casos[28], embora esse cálculo pareça muito conservador, principalmente se for considerado um horizonte temporal mais amplo, consequência necessária da indefinição cronológica da maioria dos casos. Apenas na Lusitânia, são identificáveis umas dez muralhas com comprovada ou provável construção tardia. Sob a execução desse nítido impulso imperial, e da suposta homogeneidade inerente, existe, contudo, uma variedade muito significativa de soluções arquitectónicas. O regionalismo foi acentuado, redundando na ideia de províncias ocidentais fortificadas, por oposição a outras, sem qualquer intervenção[29], o que seria admissível apenas até os finais da tetrarquia. Será quase redundante referir que nos casos em que houve uma transição de fortificações já existentes para outras, genericamente classificáveis de tardo-romanas, as primeiras tiveram uma funcionalidade concreta até à sua substituição ou integração. Para além da questão das respectivas fundações, importa definir os momentos em que foram alterados por um projecto geral de reabilitação, e não por pequenas reparações de carácter semi-privado. Fernández Ochoa e Morillo Cerdán aludiram ao carácter incerto das cronologias relativas e à consequente inserção destas muralhas num espaço de tempo alargado, de meados do século III aos inícios do V[30], devido a horizontes arqueológicos demasiado amplos para permitir uma maior refinamento. O tipo de construção em si oferece indicadores muito moderados. Parece inútil, como também

[26] Thomas 2008, 44
[27] Johnson 1983, 10
[28] Sayas Abengochea 2001, 110
[29] Picard 1965, 61
[30] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2002, 578-579

julgou Mierse[31], procurar um estilo arquitectónico hispânico estrito durante a vigência política romana. Em larga medida, pois, as convicções possíveis sobre as muralhas urbanas entre o Baixo Império e os princípios do domínio islâmico reportam ao domínio da convicção probabilística, e não podem equivaler a um determinismo formal. Destacam-se tendências particulares na Lusitânia, porém nenhuma delas assegura, de modo inequívoco, o estabelecimento de uma regra na arquitectura ou no urbanismo. No que diz respeito à evolução histórica das muralhas, tanto houve reformulações pouco distintivas como, por outro lado, reconstruções severas, e ambos os tipos de modificação deram-se em moldes casuísticos e locais, inclusivamente de acordo com a dinâmica medieval e moderna das cidades.

A questão da manutenção, reparação e reconstrução de muralhas prévias apresenta vários problemas de fundo, que se declinam a partir de um facto primordial: a profundidade das obras não deriva necessariamente do estado das muralhas, que por seu turno também não reflecte o poder urbano. Muitos outros factores causam resultados distintivos, não se destacando uma relação com factos demográficos ou estratégicos. No século IV, as cidades no vale do Potenza[32] repararam as suas defesas, sem construir novas durante a Antiguidade Tardia, uma lógica que tinha antecedentes hispânicos em sítios como Tarragona, onde mesmo após as invasões francas da segunda metade do século III não houve erecção de novas defesas[33]. Não se verificam correlações automáticas entre o investimento em fortificações urbanas e a sua presumida necessidade historiográfica, e nos casos lusitanos acerca dos quais se formulam tais hipóteses não existe um único argumento sólido nesse sentido. Além disso, a manutenção de uma muralha prévia em contexto tetrárquico pode significar uma multiplicidade de realidades, desde a sua boa conservação aos diferentes graus de falta de vontade, capacidade ou necessidade por parte do poder local. Quanto às reconstruções de paramentos, a heterogeneidade decorre igualmente de intenções e meios distintos. A ambiguidade entre a fortificação urbana e a puramente militar conjuga-se nos típicos melhoramentos constantinianos, com obras de requalificação que teriam durado apenas alguns dias, e outras, mais complexas, que consistiram no

[31] Mierse 1999, 300
[32] Vermeulen e Verhoeven 2004, 57-82
[33] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 229

aumento da largura em vários metros[34]. As próprias muralhas de Aureliano sofreram uma séria remodelação sob Honório, nos primeiros anos do século V, numa espécie de doação imperial ao povo de Roma, relatado em pormenor por Claudiano (*De sex. cons. Hon.*, 529 ff)[35]. A verdade é que a seguir a muralha foi declarada suficientemente forte e desprovida de uma guarnição militar[36], o que revela pelo menos alguma associação entre o factor civil e militar, propositamente cultivada. Esta reconversão, que resultou não apenas no fortalecimento mas também na elevação da muralha[37], reflecte um novo estilo tardio, mais elaborado do que o prévio, mais tarde acentuado por Teodorico, razão pela qual o Senado o agraciou com uma estátua de ouro (*Isid. Hist. Goth.* 39)[38]. De novo, este tipo de obra urbana não se deveu a necessidades exclusivamente defensivas.

De um ponto de vista cronológico, as grandes obras defensivas hispânicas relacionam-se com um movimento de concertação tetrárquica. Existem, ainda assim, exemplos de novas muralhas meridionais, como as de Itálica e Belo, ambos situáveis ainda nos inícios da segunda centúria. Outro exemplo isolado é o de Munigua, uma estrutura relativamente fraca, com pouco mais de metro e meio de largura, que por conseguinte não poderia suportar mais do que uns quatro metros de altura[39]. Mas estes exemplares são localizados, não se inserindo num programa mais vasto, e também não tiveram equiparação comprovada na província da Lusitânia. Enquanto os fortes do *limes* germânico conheceram, de facto, um grande ciclo de recuperação diocleciano ainda no século III[40], aliás num claro seguimento da acção renana e danubiana levada a cabo sob Aureliano[41], as defesas urbanas lusitanas terão conhecido um investimento simultâneo apenas moderado, essencialmente baseado na manutenção das cercas alto-imperiais. A tendência na Bética também não parece ter sido particularmente fortificadora, como o demonstra o tipo de construção e reparação de muralhas urbanas[42]. Para o Ocidente hispânico, destaca-se, por oposição, um nítido e bem definido ciclo na Galécia nos finais da terceira centúria, representando um paralelo muito nítido com as defesas

[34] Elton 1997, 166
[35] Boëthius 1941, 28
[36] Christie 2001, 112
[37] Mondot 2006, 30
[38] Rodríguez Alonso 1975, 237
[39] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 222
[40] Lander 1984, 252
[41] Hauschild 1993a, 225
[42] Tarel 2003, 495-496

fronteiriças do nordeste europeu[43]. Esta vanguarda arquitectónica deveu-se eventualmente à rotação de unidades militares destacadas em León, que passara a constituir a única legião hispânica desde os Flávios[44]. Perante as semelhanças lineares, torna-se aceitável pensar na aplicação de um modelo militar[45] centrado no Noroeste, por oposição às restantes zonas peninsulares ocidentais. Adicionalmente, estas primeiras muralhas urbanas tardias poderão constituir parte integrante, ou consequência imediata, da subdivisão administrativa de Diocleciano. A própria criação da *Callaecia* data de um período entre 284 e 288-289, tendo ficado demonstrado que os indicadores prévios ao nome da região ainda não se prendem com uma separação factual da Citerior[46]. Nessa perspectiva, o ordenamento urbano passaria a evidenciar fortes ligações, embora não estritas, a reconfigurações territoriais, obrigando por seu turno à depreensão de uma lógica racional, centralizada e, dado o seu carácter regional, faseada.

2. Receptividade e funções representativas

2.1. Nótula sobre a valorização simbólica

Disparidades subtis no factor cronológico poderão não corresponder a diferenças concretas, e mesmo alguns anos de intervalo na implantação de muralhas serão pouco indicativos do vigor local, ou da própria intenção de beneficiar uma cidade específica com novas defesas. Para além do problema do registo actual e da sua interpretação, terá existido sempre um desfasamento temporal, e amiúde geográfico, entre a definição de um problema e a tomada de decisão no sentido de resolvê-lo por parte da administração, que em princípio poderia explicar algumas das variabilidades entre amplos grupos regionais. Mas o facto de haver discrepâncias a nível infra-provincial, e não apenas entre dioceses, aponta para motivações bastante mais complexas do que as da mera aplicação normativa. Contrariamente a uma visão essencialmente militar, que se traduziria porventura numa maior homogeneidade, observável no contexto muito específico da Galécia, ou ainda no dos fortes renânicos ou sírios, resulta claro que foram acima de tudo as particularidades regionais a terem um papel estruturante na modelação

[43] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2002, 582
[44] Le Glay 2002, 115
[45] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006b, 269
[46] Le Roux 1982, 364-368

das muralhas defensivas. Nessa perspectiva, uma motivação primária na Lusitânia teria que ver com questões de auto-promoção urbana.

As defesas tardo-romanas, longe de constituírem improvisações apressadas, revelam um planeamento cuidadoso[47], resultado técnico quase exclusivo de envolvimento local, e além disso, a própria crise do século III deve ser muito moderada[48], em particular na relação com construções urbanas da Lusitânia. Acima de tudo, existiria uma considerável receptividade cultural nas pequenas cidades provinciais, eventualmente com alguma intensidade competitiva entre elas. Muitas não encarariam o problema bárbaro e a insegurança interna como razão suficiente ou concreta para amputar grandes áreas residenciais e construir sobre elas uma defesa com os respectivos destroços. Ainda que seja de manter presente uma lógica funcionalista e militarizada na origem das muralhas tardo-romanas, como depois viria a ser mais óbvio em época visigótica, por exemplo de acordo com Isidoro de Sevilha (*Etym*. XV, 2, 17)[49], parece que em época tetrárquica o prestígio urbano terá representado um factor radical e não apenas uma consequência de sujeição a disposições imperiais. Uma cidade capaz de erigir um monumento carregado de simbolismo, e não apenas um recinto defensivo, detinha por inerência outro tipo de importância, em grande medida por essa obra implicar reconhecimento imperial. Nesta perspectiva, a reformulação do perímetro não é resultado de resignação securitária colectiva, mas representa uma mudança nos cânones estéticos e pragmáticos de uma comunidade urbana. As muralhas romanas tardias ainda não caracterizam a cidade medieval, mas muitas das alterações que tiveram lugar foram cruciais no desvio do classicismo romano, e reconhecem-se importantes funções imateriais ou representativas, necessários ao prestígio urbano tardio, em especial na sua relação directa com o território[50].

Na verdade, a problemática da fortificação tem de ser postulada numa perspectiva compósita, na qual se destacam dois vectores qualitativos, nomeadamente a função e utilidade[51]; ambos os conceitos podem ser entendidos em moldes puramente defensivos ou, por outro lado, numa perspectiva abrangente e focada em valores representativos.

[47] Esmonde-Cleary 2000, 24
[48] Le Bohec 2004, 9-10
[49] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 229
[50] Correia, De Man e Pereira 2008, 231-237
[51] Acién Almansa 1985, 8

Um dos problemas radicais em associar directamente o resultado físico ao seu pressuposto funcional deve-se ao facto de não se tratar de conceitos equivalentes, ou pelo menos comparáveis. A muralha em si é quantificável, o que não acontece com a sua função. Todas as muralhas revelam um mesmo tipo de modularidade, mas todas elas também diferem entre si em moldes que não se explicam apenas por razões práticas. Torna-se portanto necessário encarar a existência de fundamentações subjectivas, embora sem incorrer numa regressão demasiado abusiva. A arquitectura pública romana revestiu-se de razões de ordem ideológica, juntamente com as meramente técnicas[52]. Será assim de conceder primazia aos valores denotativos da muralha, em detrimento das respectivas conotações, cuja definição careceria sempre de qualquer fundamento. Mas em simultâneo há distinção real entre os significados representativo e utilitário da denotação[53], o que equivale a reconhecer, para além das constatações cognitivas, uma dimensão indeterminável mas factual, que legitimou a construção e também a sucessiva manutenção das defesas urbanas.

2.2. Uma expressão de autoridade

Em parte, o próprio fenómeno de fortificação deverá ser entendido numa lógica de preferências estruturais mais amplas, com ramificações regionais e impacto imediato nos aglomerados não urbanos. A este respeito, é de lembrar que as muralhas tardias são por inerência monumentos estreitamente ligados à autoridade no território, na medida em que a cidade exerce sempre, de uma forma ou de outra, uma influência intrínseca sobre a região. O significado muito amplo deste conceito de controlo[54] pode aludir ao próprio contexto natural mas também à segurança física dos cidadãos ou, no caso do mundo cristão, à dos fiéis que procuram a salvação num recinto seguro. Os sistemas urbanos descritos por Martínez Shaw[55] implicam um forte intercâmbio a grande distância, numa rede em constante mutação, e a realidade do Baixo Império diferia do período precedente em determinados aspectos, como o recuo físico e, para alguns, consequentemente anímico do conjunto urbano, embora tal dedução não seja evidente em todos os casos, podendo até ser invertida. A retracção concreta de perímetro resultou

[52] Alarcão 1983, 470-477
[53] Weber 1995, 94
[54] Seta 1989, 23
[55] Martínez Shaw 1995, 10-11

pelo menos na tradução de um axioma natural, verificado experimentalmente em contextos antropológicos: quanto mais reduzido o espaço ocupado, maior é o empenho na defesa e a possibilidade de triunfo[56]. Uma relação única entre perímetro, demografia e colectividade social é inexistente para o período tardo-romano.

Mesmo assim, os muros defensivos urbanos formam uma barreira física e, necessariamente, causam uma separação mental entre o seu interior e aquilo que vive fora dela, concepção que se encontra muito ligada ao binómio centro – periferia. Uma antiga e persistente linha tradicionalista, sucessivamente repetida pelos *scriptores rei rusticae veteres*, encontrava até uma oposição dogmática entre o campo aberto e a cidade amuralhada: *Tal como Marco Varrão se queixava nos tempos dos nossos antepassados, todos nós que somos chefes de família acabamos por abandonar a foice e o arado, refugiando-nos dentro das muralhas da cidade. Gastamos as mãos nos circos e teatros, e não nos campos e vinhedos* (*Colum.*, *Re Rust.* I, 15)[57]. Contudo, torna-se complexo estabelecer uma fronteira definida entre um núcleo e o seu envolvimento dependente, que, no fundo, não é necessariamente subsidiário. No território lusitano, e na perspectiva de Enrique Cerrillo, a diferença entre cidade e campo reside antes de mais na maior densidade demográfica daquela, e apenas num segundo nível surgem aspectos que se prendem com a complexidade de funções[58]. A utilização de um critério populacional para definir as oscilações urbanas nem sempre beneficiará de sustentação arqueológica comprovável, mas tem a virtude de evidenciar transições sociológicas antigas sem correspondência específica com as muralhas defensivas. O sistema de Wallerstein[59], embora a outra escala, assenta numa lógica de reciprocidade[60] e engloba uma *semi-periferia*, que Champion[61] entendeu como protecção às pressões económicas exteriores, tendo, com a devida adaptação, uma aplicabilidade arqueológica a nível regional, na medida em que serve de zona tampão entre o campo e o recinto amuralhado. De resto, o Baixo Império do Ocidente peninsular assentou progressivamente em zonas marginais ou destacadas de sistemas urbanos, e não numa oposição homogénea entre cidade e campo. Ou seja, acentuou-se uma regionalização nas hierarquias de poder, que não se enquadra necessariamente no sistema

[56] Bessa e Dias 2007, 68
[57] Ash 1941, 14
[58] Cerrillo Martín de Cáceres 1992, 117
[59] Wallerstein 1974, 349
[60] Krueger 2008, 8
[61] Champion 1989, 16

wallersteiniano, havendo margem de manobra para conceber um novo conceito de interacção interregional, no qual as relações de poder deixam de assentar num unidireccionalismo clássico[62]. Em matéria de fortificação urbana, deve ser concedido credibilidade aos mecanismos de extensão regional, cuja interacção com realidades vizinhas, associada à sua dinâmica endémica, teve preponderância na interpretação arquitectónica de directivas oficiais. Ou seja, a expressão de uma muralha urbana em particular resulta também de mecanismos regionais complementares, nomeadamente a natureza e distribuição das fortificações menores ou, indirectamente, a irregularidade de povoamento. Por outro lado, o século V viria a assistir a uma forte fractura social[63], que tinha de facto sido acelerada pelas incursões germânicas. Neste ambiente de crescente autarcia socio-económica, a muralha acabaria no domínio da psicologia de grupo, definindo uma colectividade[64], um patriotismo local[65], a partir do qual as cidades episcopais do século V se regenerariam sozinhas, carecendo de fortes estímulos centralizados.

Além das características funcionais, e das especificamente financeiras, existe um outro aspecto, menos circunstancial, que condicionou a iniciativa de edificação de uma muralha nas diversas cidades. Inerente ao seu estatuto de divisória entre o interior e o exterior, reside um conceito nessas cercas que as aproxima do sagrado. É sobejamente conhecido o episódio da fundação de Roma, que coloca a tónica na inviolabilidade do pomério mas que, carregado de figurismo, se entende, antes de mais, como referência idealizada de *mos maiorum*. Foi Pierre Gros quem apontou a definição das muralhas e portas como *res sacrae*, em contexto jurídico imperial concreto, nos reinados de Adriano e Marco Aurélio; não constituíam equivalente dos templos, que eram *res sanctae*, mas categorizavam-se num estatuto distinto do profano[66]. Curiosamente, essa concepção não se viria a alterar com a imposição do cristianismo. Afonso X afirmava que *santas cosas son llamadas los muros et las puertas de las çibdades e de las villa*s[67]. Os tratados militares iam recuperando o adágio latino *extra civitatem nulla securitas*[68].

[62] Stein 2002, 904-908
[63] Quiroga 2004, 41
[64] Veyne 1989, 181
[65] González Blanco 2002, 183
[66] Gros 1996, 26
[67] Mateo Pérez 2006, 74
[68] Mora-Figueroa 2006a, 146

Festo afirmava que uma muralha é santa quando envolve uma cidade[69]. É verdade que o Direito Romano concede um peso maior ao privado do que ao público[70], com manutenção pelas mais precoces escolas islâmicas[71]. Mas é evidente que existiam problemáticas jurídicas que incidiam sobre matéria pública, e isso aplicava-se, não em pequena medida, às muralhas da cidade. O Digesto de Justiniano (43, 7, VI) é referente à proibição de construir em lugares sagrados[72]. Uma disposição de 24 de Março de 396, sob Arcádio e Honório, e recolhida no Código de Teodósio (15. 1. 34), explicita que devem ser construídas novas muralhas ou renovar as antigas, enquanto a preocupação com obras futuras também está patente. Torna-se evidente que em época cristã já não se colocavam os entraves de natureza religiosa que tinham estado associadas às muralhas honoríficas, que não podiam ser reparadas sem autorização dos pontífices[73]. O trajecto das novas muralhas de Constantinopla, a 4 de Novembro de 324, foi estabelecido de acordo com cerimónias e rituais solenes[74]. Por seu turno, Ulpiano (*Dig*. I, 8, 9, 4) explicava que *não se pode restaurar as muralhas das cidades sem autorização do imperador ou do governador*[75]. Se a erecção *ex nihile* de defesas carecia do deferimento imperial, não é totalmente claro se o mesmo se aplicava em relação a remodelações, o que poderia variar entre pequenos arranjos localizados e verdadeiras reconstruções. Welsby sugeriu que, no caso britânico, essa permissão não era necessária[76]. Mas o que se constata por diversas vezes, tanto na prática pré-bizantina como na de Justiniano[77], é a responsabilidade imperial directa sobre obras em fortificações urbanas, ainda que não seja sempre claro em que isso, na prática, consistiria. Cassiodoro (*Var*. 3, 49) narrou a satisfação de Teodorico quando o *defensor* de Catana pediu autorização para utilizar o material do anfiteatro, com a intenção de construir uma nova muralha[78]. O sistema é aliás um decalque tecnológico exacto da situação de *Conimbriga*, um século antes[79], e revela bem que a fórmula carregava, no espírito romano, um peso mais grave do que o meramente protocolar, cumprindo uma norma legal romana em vigor. Esta centralização, ou pelo menos a intensa interferência estatal em restauro de muralhas foi

[69] Bloch 2006, 50-51
[70] Murga Gener 1976, 76
[71] Van Staëvel 2001, 228
[72] D' Ors, Hernández-Tejero, Fuenteseca, García-Garrido e Burillo 1975, 387
[73] De Coulanges 1988, 164
[74] García y Bellido 1972, 676
[75] Tarel 2003, 507
[76] Welsby 1982, 147
[77] Isaac 1990, 367
[78] Liebeschuetz 1996, 24
[79] De Man 2006/2007, no prelo

mantida constante até o final do domínio islâmico. De facto, alguma jurisprudência hispano-muçulmana insiste na proibição de demolir ou reparar muralhas por iniciativa privada, ainda que elas se encontrassem arruinadas. A justificação, lacónica, é a seguinte: *as muralhas são intocáveis, e não é possível antever necessidades futuras*[80]. A lógica subjacente a estas formalidades reside na expressão de autoridade necessária à manutenção de uma ordem urbana, materializada nas muralhas.

Uma outra dimensão nesta ordem de estratégia figurativa tem que ver com aquilo que García Moreno chamou de *percepción simbólica de la defensa del Império*[81], e acrescenta-se que essa percepção serviria talvez mais para consumo interno do que para dissuasão de eventuais atacantes. Noutro contexto, foi proferida a seguinte afirmação: *Poder é uma palavra vazia, até se ter contemplado uma manifestação de poder*[82], e a sua aplicação na centralidade urbana manter-se-ia muito estruturante em períodos de afirmação já monárquica[83]. Nesse sentido, as defesas tetrárquicas encontravam uma legitimação simbólica numa tradição que associa as muralhas ao próprio conceito de cidadania e de autoridade moral. De acordo com Vegécio (*Epit*. IV, *pr*.)[84], a vida selvagem do Homem foi separada da dos animais através da fundação de cidades. A ideia é recorrente; Cícero (*Somn*. *Scip*. III) explicitava que para o deus supremo que governa todo este universo, nada é mais agradável do que aquelas associações e uniões de Homens que são chamadas cidades[85]. Nesta concepção modelar e metafórica, as muralhas urbanas, erigidas pelos Príncipes, serviam de fronteira defensiva da civilização. Muito antes, Aristóteles (*Pol*. VII, 9 e 11) acabara por se inclinar para uma visão mais prática: *É preciso considerar que os recintos bem fortificados são os mais eficazes em tempo de guerra, acima de tudo hoje em dia, visto que os inventos aumentaram a precisão dos projécteis e das máquinas de cerco às cidades. (...) Aqueles cuja cidade se encontra rodeada de muralhas podem usá-la de dois modos, munida de muralhas ou não. Mas para as cidades que não as possuem, essa escolha é impossível*[86], indicando de modo explícito que as muralhas servem em primeiro lugar de refúgio defensável. Enquanto significante de autoridade, a muralha importava acima de

[80] Lagardère 1995, 184
[81] García Moreno 2002, 631
[82] Frieden 2006, 199
[83] Varandas 2003, 451-470
[84] De Man 2006b, 123
[85] Anthon 1850, 95
[86] Aubonnet 1986, 88

tudo enquanto delimitador de espaço, e menos como mero elemento de sustentação de peso[87], o que indica que a muralha de uma cidade tardia englobava importantes valores emocionais, passíveis de aproveitamento político. Até os finais do Império, e em certa medida ainda depois da sua desintegração, a noção de urbanidade manteve-se muito ligada à ordem, à segurança e, por extensão, à firmeza da romanidade. Nos inícios do século V, Rutílio Namaciano procurava ainda perpetuar esta concepção imperial, segundo a qual o Império se havia transformado, através do Direito, numa única grande cidade (*De reditu* I, 65-66)[88]. Na prática, o conceito urbano tardio, indissociável das fortificações, era já nitidamente pós-romano aos olhos dos próprios provinciais, e proto-medieval em retrospectiva. Para Beda, na Britânia, qualquer núcleo romano era uma *civitas*, desde que munido por uma muralha, e com uma igreja no interior[89], numa concordância conceptual com Isidoro (*Etym*. XV, 6), para quem a cidade se diferenciava dos restantes sítios, precisamente *pela magnitude das suas muralhas*[90], e não por outro símbolo cívico. A partir do século V, desintegradas das políticas imperiais, as cidades fortificadas da Lusitânia continuavam a englobar um conjunto de áreas centralizadas[91], distinto do ordenamento funcional clássico, conservando o papel de residência, de manufactura e comércio[92], cujo prestígio seria veiculado mais ou menos ostensivamente através das muralhas defensivas.

2.3. Do desígnio representativo ao uso securitário

A nível interno, urbano, os processos de construção defensiva terão constituído alterações drásticas, interpretáveis no quadro de desígnios representativos mais amplos. O conjunto de opções necessárias à concretização de uma muralha requereu muito às municipalidades, mesmo admitindo um máximo de apoio estatal, que era centralizado mas indirecto. No fundo, o investimento na fortificação urbana, e nos recursos necessários à manutenção específica do seu vector militarizado, prende-se com matéria puramente econométrica, caracterizando uma gestão local. Qualquer ambição de construção pública, mesmo a que possivelmente viria a garantir segurança comum

[87] Moravánszky 2005, 23
[88] Bancalari Molina 2004, 38
[89] Rigold 1977, 70
[90] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 227
[91] Norberg-Schulz 2004, 45
[92] Fehring 1996, 156

futura, requeria o sacrifício de outros valores importantes[93], tornando-se desse modo um fenómeno que afectava seriamente a vida da cidade. Nem todas as sedes de *civitas* da Lusitânia foram novamente amuralhadas sob os tetrarcas, sem que exista nessa lógica uma relação clara com a relevância estratégica que aqueles núcleos teriam adquirido em finais do século III. Várias pequenas cidades foram beneficiadas com uma muralha nova, por oposição a outras, teoricamente semelhantes, e a própria capital provincial só o seria um século depois, levando à equação de significados diversos para as defesas urbanas baixo-imperiais. Pelo menos nalguns casos, elas podem representar uma nova forma de expressão monumental[94], traduzindo a existência de determinados sistemas de incentivo local. Mas é um tremendo equívoco associar a edificação de muralhas à obtenção de privilégios legais, e isso aplica-se também às estruturas tardias. Aduz-se como prova indiscutível a quantidade enorme de cidades privilegiadas mas sem recinto no Baixo Império, tratando-se de um fenómeno difundido até em províncias periféricas, onde se esperariam talvez mais benefícios propagandísticos. Gros e Torelli referiram apenas dezoito cidades amuralhadas para toda a Gália alto-imperial, e constataram a ausência de muralhas em várias colónias augustanas[95]. Também no Sul da Itália as muralhas foram raras até o século VI, com excepção de algumas cidades costeiras como Nápoles ou Rimini[96]. Nos diversos conjuntos provinciais do Ocidente tetrárquico, vigorou por isso uma lógica distinta e paralela à da mera ratificação de centros, caso contrário teria surgido um padrão que privilegiasse as grandes cidades em desfavor das mais modestas, o que não aconteceu de forma linear. É aqui de precisar que a questão dicotómica da muralha em função da respectiva categoria jurídica já não se colocava desde Adriano, a quem Aulo Gélio (*Noct. Att.* 16, 13, 1) atribuiu a opinião de não haver vantagem especial do estatuto colonial sobre o municipal[97]. Pelo menos desde então, o amuralhamento urbano passou a revestir-se de outra função, não estritamente conectado com o poder municipal, nem com a respectiva posição protocolar. Já no século III, imperadores como Caracala ou Heliogábalo ainda fomentaram alterações isoladas de estatuto urbano[98], mas sem que essas acções se revestissem de algo mais do que de formalidades administrativas, sem qualquer tipo de investimento defensivo correspondente. De qualquer modo, o tema já não seria verdadeiramente relevante em

[93] Baldwin 2005, 12
[94] Kulikowski 2004, 108
[95] Gros e Torelli 1994, 255-256
[96] Elton 1997, 168
[97] Canto 1995, 171
[98] Isaac 1990, 361

época tetrárquica; toda a legislação dessa época recolhida no Código de Teodósio já só faz distinção entre *municipia* e *castra*, o que remete a diferenciação legal entre centros urbanos para o espectro mais imediato dos factores topográficos e comerciais. Na capital lusitana, uma grande parte das obras tardias[99], incluindo algumas já visigóticas[100], vai a par da manutenção da muralha urbana. É portanto de refutar uma relação objectiva entre o favorecimento oficial e a dotação de muralhas, numa analogia com outro tipo de monumentos públicos, esses sim representativos do reconhecimento imperial.

O interesse em fazer uso de cidades, com muralhas mais recentes ou não, pode ser interpretado noutro plano, nomeadamente o da segurança. A vertente estritamente militar das muralhas lusitanas, pese embora o efeito das cíclicas incursões externas, não deverá, como ficou indicado, ser colocada imediatamente em relação com o problema bárbaro, cujo desfecho final não poderia ser previsto em finais do século III. Entre as preocupações militares hispânicas estariam antes de mais as sublevações bagaudas, cuja acção principiara, precisamente, em meados daquele século. De facto, se as muralhas da tetrarquia tiverem de ser olhados como uma reacção defensiva, essa componente deverá ser articulada antes de mais com revoltas camponesas. De acordo com Tertuliano, já sob Septímio Severo havia *guarnições militares em todas as províncias com ordens para capturar bandidos*, e a própria margem de manobra de Bulla, que com os seus seiscentos homens foi escapando à lei durante dois anos, em pleno território italiano, é indicativa da insegurança, ainda que relativamente localizada, na transição para o século III[101]. Mas os problemas alastraram em particular durante o período de anarquia militar, com resultados difíceis de conter, mesmo pela tetrarquia. Os inícios da década de 280 assistiram a uma série de revoltas de trabalhadores rurais que se auto-denominavam *bagaudae*, derivado céltico que significa algo próximo de "vagabundo"[102]. Outra hipótese, muito aliciante e talvez não completamente inconciliável, é a de os bagaudas, durante o Império Gálico e sob Aureliano e Probo, terem sido, na verdade, tropas irregulares que colaboravam ocasionalmente com o exército[103]. Esta dimensão miliciana remeteria para novos paradigmas de segurança regional no século III tardio, embora

[99] Nogales Basarrate 2001b, p. 121-139
[100] Alba Calzado 2004, 207-255
[101] Birley 1999, 168-169
[102] Vogt 1993, 65
[103] Grenier 1946, 375

sem continuidades óbvias durante a tetrarquia. Parece certo que a repressão de Eliano e Amando, na Gália, contra quem Diocleciano enviou Maximiano no ano de 285, terá tido ramificações hispânicas, e uma disposição de Constantino, referente especificamente à Hispânia, menciona muitos escravos fugitivos[104]. O intervalo de tempo é precisamente o do início da fortificação imperial, e é de recordar que a primeira responsabilidade da defesa regional cabia, precisamente, às cidades, e só depois ao exército, como indicia uma série de documentos legais e epigráficos[105]. De resto, o próprio século IV revelou-se fortemente perturbado por insurreições urbanas, chegando a atingir várias dezenas de incidentes muito sérios, que no Ocidente não parecem especialmente motivados por questões religiosas, posicionando-se antes de mais contra o governo central[106]. Tranoy referiu que as sublevações bagaudas teriam sido reprimidas durante a tetrarquia, ressurgindo um século depois[107], numa altura em que têm já de ser articuladas com um descontentamento dos próprios terratenentes ocidentais quanto ao exército imperial[108], embora no caso específico da Hispânia essa oposição não seja evidente[109]. Na verdade, também as muralhas do século V podem ser colocadas em relação com insegurança interna; nos inícios dessa centúria havia amplas zonas controladas por bagaudas[110], em equivalência aos domínios bárbaros. O considerável tamanho[111] destes bandos era uma ameaça real, não apenas aos campos desprotegidos, mas também às cidades fortificadas. Idácio de Chaves referiu uma grande quantidade de grupos bagaudas, que estavam organizadas de tal forma que não só assaltavam cidades, como faziam frente às tropas romanas da Tarraconense. Sintomático é a aniquilação de um destacamento de tropas federadas dentro da igreja de Tarazona, pelas forças de um bagauda de nome Basílio, que se associou ao suevo Requiário, atacando a região de Saragoça e tomando a cidade de Lérida (*Chron.* 141-142). Em 441, o general Astúrio tinha sido enviado à Hispânia e conseguiu matar *multitudinem Bacaudarum* (*Chron*. 125), sendo substituído por Merobaudo que logrou anular, de forma temporária, *insolentia bacaudarum* (*Chron*. 128)[112]. A desagregação não apenas dos latifúndios mas a destabilização de toda a

[104] Cabo e Vigil 1980, 436
[105] Tarel 2003, 155 e 191
[106] Aja Sánchez 1998, 23-27
[107] Tranoy 1974, 79
[108] Williams e Friell 1994, 167
[109] Le Roux 1982, 380
[110] Cornell e Matthews 2006, 210
[111] Gregory 1979a, 29
[112] Tranoy 1974, 143 e 139

organização rural na primeira metade do século V tinha desencadeado uma imparável fonte de banditismo, combatido em especial a partir das cidades fortificadas lusitanas.

3. Contornos da construção defensiva urbana

3.1. Aspectos teóricos

A pretensão de sistematizar evoluções tipológicas a nível global deixa por definir uma importante parte das condicionantes que resultaram num panorama tardo-imperial muito diversificado, tornando-se necessário avaliar dinâmicas de circunscrição regional. Em princípio, a interpretação dessa dinâmica redundaria numa análise comparativa, baseada em métodos microgeográficos e regressivos[113]. Evoluções na tecnologia construtiva e na lógica urbanística apoiam-se num processo de interacção entre inovações diversas, por um lado, e importantes elementos de continuidade, por outro, anulando necessariamente os modelos que assentam na procura mecanicista ou automática de factores de mudança[114]. Contudo, o facto de, mesmo diante de situações de alterações flagrantes na arquitectura ou noutros aspectos sociais, haver sempre aspectos de constância, não implica que estes sejam comensuráveis. No fundo, a questão sobre o que muda ou não muda na expressão cultural, e em particular nas muralhas, não é empírica, visto não existir uma resposta geral para ela[115]. O que se pode avaliar são as equivalências tecnológicas, que apenas raramente se sobrepõem a períodos políticos, e mesmo essas fases de construção estatal resultam antes de mais de graus independentes de aperfeiçoamento tecnológico e também de estética. Na medida em que não é possível adscrever um declínio quantitativo a alterações de gosto, deve ser equacionado que a arquitectura hispânica tardia pouco terá que ver com mediocridade ou inépcia curial, mas antes com um desvio consciente dos modelos metropolitanos de Roma[116].

[113] Quiroga e Lovelle 1993, 414-416
[114] Black 2004, 3
[115] Eriksen 2001, 248
[116] Kulikowski 2005, 59

O início dos estudos sobre muralhas tardo-romanas centrou-se acima de tudo em acepções de carácter historiográfico, que depreciavam muito as linhas de continuidade, e também as evoluções de carácter endógeno ou regional. Na investigação hispânica, foi em 1960 que Balil distinguiu alguns tipos de fortificação urbana[117], de acordo com um carácter evolutivo, pretendendo abarcar tendências gerais. Nessa visão, a primeira das categorias conglobava os sistemas defensivos antoninianos e severianos, de origem alto-imperial. A partir da construção da muralha aureliana romana começariam a surgir fortificações baseadas na defesa por meio de balistas, redundando depois nas construções constantinianas em que estas seriam substituídas pelo arco e flecha. Numa articulação arquitectónica incidindo sobre a aproximação intermédia de torres salientes, seria atingido um desfavorecimento da utilização de artilharia ligeira para defesa em ângulo apertado. Um último grupo de Balil, menos definido, data da época de Teodósio; na guerra civil com Máximo não houve combates registados na Lusitânia, mas o facto de serem ambos de origem hispânica poderia ter redundado em tensões mais ou menos abertas entre facções urbanas. Quanto às evoluções, é hoje nítido que as muralhas urbanas do Baixo Império não representaram exclusivamente plataformas de combate em si, apesar de realmente concederem posições de fogo superiores aos que defendiam[118], e que a hipótese da configuração protuberante para funcionamento de balistas não convence totalmente, já que seria impraticável manter em estado de prontidão uma quantidade minimamente satisfatória desse armamento em cada uma das cidades[119]. É preciso resumir que Balil via nas muralhas urbanas da Hispânia tardia essencialmente dois tipos de modelo, um primeiro conceitualizado sob um estilo legionário, essencialmente no Noroeste, e outro, ligeiramente mais tardio, sob influência da muralha de Aureliano, como em Coria e Barcelona. Essa hipótese encontra-se descartada por Fernández Ochoa e Morillo Cerdán[120], através da negação de gerações construtivas hispânicas e também devido à falibilidade do argumento da proximidade de torres que, apesar das variantes no formato, tanto surgem em León, Lugo ou Astorga como nas restantes cidades. O que se constata é a própria ausência de um critério puramente estilístico na apreciação das muralhas do Baixo Império, visto que essa concepção carece quase por inteiro de uma justificação cronológica[121]. A contestação de

[117] Balil 1960, 184
[118] Keegan 2006, 194
[119] Watson 1999, 151
[120] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006a, 196-197
[121] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006b, 257

gerações evolutivas, incluindo a subjacente ideia de arquitecturas canónicas, não invalida, porém, a observação de fases distintas na fortificação urbana, que se manifestaram na Lusitânia tardia. Os referidos exemplos do Noroeste talvez não espelhem um "estilo legionário" propriamente dito, mas são claramente resultado de uma iniciativa comum. O que a pesquisa mais recente permite concluir é a inutilidade de avaliações comparativas baseadas em formatos de perímetro, visto que nunca existiu um padrão estandardizado para a fortificação tardia. Por isso, equivalências de tamanho e forma não provam contemporaneidade, sendo de insistir no estilo global[122], ou seja, na maior robustez ou nas torres mais salientes, que não deixa de representar um critério apenas muito generalista.

No fundo, fica muito pouco claro se na muralha de Aureliano, que de facto tem com torres a cada cem pés[123], poderá ser encontrado o impulso de um padrão arquitectónico, o que implicaria a aplicação de um difusionismo oficial e direccionado. Ela representa ainda um compromisso difícil de tipificar[124], e a condição prototípica dessa muralha, exposta por alguns[125], acabou por revelar-se uma realidade concreta mas parcial nas décadas seguintes, ainda que continue discutível se ela esteve na base da decisão em construir o monumento, mesmo descontando a rigidez dos mencionados modelos imperiais tetrárquicos, constantinianos e teodosianos[126]. Contrariamente a uma opinião instalada, a verdade é que essa muralha não foi concebida de forma específica para servir de modelo para todo o Império, mas sim para resolver um problema puramente regional. Existe uma ligação nítida entre capacidade e necessidade dissuasiva, e sem as pressões muito sérias no Norte da península itálica não teria havido lugar para uma cerca defensiva naquele contexto geopolítico. É verdade que tais dificuldades poderão ter sido exploradas pelo poder central, numa manipulação da opinião pública, de novo na aquisição de um valor imaterial representando autoridade. Nessa perspectiva a muralha deveria ser olhada enquanto parte de uma política imperial definida, e Christie questionou-se até que ponto o Estado terá orquestrado respostas perante insegurança e pânico[127]. Porém, no seguimento dos seus outros projectos construtivos com intuito de

[122] Johnson 1977, 68
[123] Le Glay 2002, 308
[124] Ward-Perkins 1989, 307-308
[125] Hauschild 1994, 229
[126] Balil 1956b, 283
[127] Christie 2001, 113

providenciar segurança e talvez conforto emocional[128], a acção pessoal de Aureliano tendia acima de tudo para a resolução simples e directa de problemas, e as suas defesas de Roma tinham antes de mais uma causa concreta e específica. De resto, a *Historia Augusta* (*Aurel*. 21, 9) destaca o facto de ter sido convocada uma reunião do Senado para discutir o projecto de construção[129], o que, aliado ao pragmatismo na execução do desígnio, deixa transparecer um plano utilitário e não imediatamente propagandístico. O que pode ter ocorrido de forma pontual é uma deficiente consideração da situação, com ameaças severas mas mal interpretadas, originando aproveitamentos políticos secundários. Existiu em todo o caso a percepção militar de uma ameaça crítica, com alta probabilidade de concretização, mas é de suspeitar de um suposto plano de fortificação global, à escala do Império, na década de 270.

Apesar das críticas possíveis às interpretações, a verdade é que algumas considerações basilares de Richmond e Balil acerca da similitude entre as primeiras fortificações tardias do noroeste peninsular foram recentemente retomadas[130], com o apontamento de se tratar quase sempre de cidades relativamente pequenas. O primeiro dos autores tinha já admitido uma intervenção militar directa, o que se explica naturalmente pela proximidade do acampamento permanente da *Legio VII Gemina*. A primitiva muralha de León, base de protecção do ouro Noroeste, tinha pouco mais de metro e meio de largura, e carecia de torres[131], de acordo com o sistema alto-imperial hispânico. A anulação deste recinto e subsequente construção da muralha defensiva com torres deu-se em finais do século III, com integração da *porta principalis sinistra*[132], sendo nítida a relação com aquartelamento. Porém, para a mesma época tetrárquica, ou eventualmente já sob Aureliano, surge registada uma legião *Septima Gemina* no Oriente, em parte ou totalmente originária de León[133], e sem indícios do seu retorno à Península. Nesse caso, a muralha da cidade não estaria em relação estrita com o aquartelamento militar mas sim com uma mais marcada polifuncionalidade, numa dimensão análoga ao caso de Roma. De facto, Richmond julgou estas transformações das muralhas da Galécia como tendo uma funcionalidade modelar[134], em consonância com a ideia de grupos regionais,

[128] Watson 1999, 143
[129] Southern 2001, 115 e 321
[130] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2002, 581
[131] Hauschild 1994, 227-228
[132] García Marcos 2005, 181-182
[133] Le Roux 1982, 384
[134] Richmond 1931, 81-100

quer por ter havido orientação técnica idêntica, quer por provocar imitações decorrentes. Na verdade, tem sido dado crédito à implantação de um novo *modelo* defensivo[135], pioneiro no Ocidente peninsular, mas cuja aplicação viria a divergir em grande parte da Lusitânia, já no século IV, confirmando uma grande variância na transmissão daquele modelo, e na sua concretização.

3.2. Evolução pós-romana

A legitimação de alguns centros urbanos, em detrimento de outros, seguiu um padrão estreitamente ligado à reorganização eclesiástica, embora esta seja, por seu turno, um nítido reflexo geo-estratégico. A absoluta concordância entre centros emissores de uma simplificada moeda visigótica[136], e sedes de bispado[137] torna-se bem ilustrativa na Lusitânia, evidenciando-se em *Salmantica*, *Veseo*, *Eminio*, *Egitania*, *Olisipona* e *Emerita*[138]. Também a nova sede de *Caliabriga* teria cunhado moeda visigótica em nome de Vitérico, de acordo com uma moeda desaparecida[139], facto se não passível de ligação à promoção episcopal, pelo menos pouco posterior a ela, situando-a portanto na primeira década do século VII. Uma explicação funcional para esta dispersão, excluindo outros sítios fortificados como *Conimbriga*, por exemplo, reside precisamente na transferência episcopal para a antiga *Aeminium*, visto que os *monetarii* das monarquias bárbaras eram, com demonstrada frequência[140], os próprios bispos. Esta particular manutenção de cidades não é verdadeiramente análoga à que se tinha consubstanciado, por exemplo, no desenvolvimento de centros indígenas proto-urbanos de época pré-augustana[141]. A diferença fundamental consiste na selecção de fortificações urbanas, não de centros político-demográficos em si, e por conseguinte ambos os sistemas assentam numa distinta lógica de meios. Até à acção centralizadora de Leovigildo, na segunda metade do século VI, as cidades foram mantendo uma razoável autonomia política em relação a qualquer dos poderes vigentes, formando uma força regional não especificamente personalizada nas fontes. Essa independência fora já evidente em

[135] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 330
[136] Beltrán 1947b, 330
[137] Mantas 1987, 54
[138] Vico Monteoliva, Cores Gomendio e Cores Uría 2006, 200-205
[139] Cosme 2002, 133
[140] García Moreno 2006, 48
[141] Álvarez-Sanchís 1999, 167

Idácio, por exemplo, mas não deixa de surpreender voltar a encontrá-la, intacta, um século depois. A esmagadora vitória da cidade de Córdova sobre o monarca Ágila, em 551[142], revela o poder dos notáveis da Bética, e acima de tudo o papel das grandes cidades fortificadas; o rei apoiou-se na lusitana Mérida, e o seu rival Atanagildo em Sevilha, situação que, em última instância, culminou no avanço do exército bizantino. Contrariamente a uma certa convicção instalada, que concede uma importância excessiva a núcleos rurais religiosos e civis nos séculos V e VI, a História pós-romana continuou a ser uma História urbana. Toda a lógica económica, quer a local, quer a marítima, mantinha-se estruturada de acordo com o poder urbano, por este centralizar a produção agrícola e por dominar os portos, e entre ambos os extremos funcionava um grande leque de interdependências com receitas fiscais necessárias às cidades. Parece ainda demonstrado que as muralhas se revelaram indispensáveis à legitimação urbana visigótica, e que a presença dessas muralhas se acentuou em determinadas zonas meridionais, onde se desenrolou, durante três quartos de século, uma oposição com os Bizantinos, numa zona de cidades-fortaleza, como Begastri, Cartagena ou Medina Sidonia[143].

Não será demasiado abusivo afirmar que, com poucas excepções, praticamente todas as fortificações urbanas lusitanas de época visigótica representam evoluções de muralhas romanas. Jamais existiu tal realidade como cidades visigóticas, na acepção urbanística do conceito, que pressupõe uma razão própria, e uma dinâmica diferenciada da precedente. De resto, também nunca chegou a revelar-se um paradigma coevo de cidade bizantina, cuja mera proposição implica o manuseamento de um falso modelo ideal, inaplicável às cidades imperiais, que em nada se pretendiam assemelhar à *Polis*, como os Bizantinos chamavam à sua cidade capital[144]. Evidencia-se, portanto, a inexistência de reestruturações tecnológicas profundas em época visigótica, como viria a acontecer com a arquitectura defensiva andaluza mais tardia, da qual há exemplos precoces no século IX, como em Badajoz, mas que se implantaria apenas a partir dos séculos seguintes[145], numa fase de ruína das antigas fortificações de matriz romano-visigótica. A sucessiva manutenção e reparação de muralhas tardo-romanas permitiu conservar um muito satisfatório estado das muralhas lusitanas nos primeiros séculos islâmicos, como

[142] Salvador Ventura 2000, 189-190
[143] Salvador Ventura 2002, 451
[144] Pérez Martín 2003, 226
[145] Catarino 1992, 13-27

se depreende das referências a Lisboa, Mértola, Beja ou Faro[146]. Mas as posteriores menções árabes às antigas muralhas hispânicas passaram a descrever secções completamente arruinadas[147], como as de Évora, nos inícios do século X[148]. Foram precisamente os séculos VIII e IX que parecem ter determinado uma certa quebra na qualidade das antigas muralhas urbanas. Dada a global manutenção na funcionalidade oficiosa das estruturas municipais e episcopais, uma eventual causa do fenómeno poderia ser encontrada numa relutância do primitivo poder emiral em co-financiar obras defensivas urbanas, passíveis de serem vistas como elementos de distúrbio regional. De facto, a realidade visigótica tardia, e a transição para o primeiro período islâmico, divergiam já profundamente da que as directivas justinianas haviam pretendido regular mais a Oriente, ao longo do século VI (*Dig*. 43, 7, 2): *Não se permite fazer nada que prejudique ou entorpeça o uso das muralhas, as portas e outros lugares santos*[149], embora depois na prática a acção em matéria de construção de defesas não tenha sido tão intensa como Procópio quis fazer crer[150]. As defesas urbanas bizantinas do Levante ibérico[151] apresentam a heterogeneidade característica da fortificação urbana realizada sobre muralhas existentes, mas a tecnologia resulta ainda de um modelo qualitativo muito satisfatório. Na Hispânia emiral, por oposição, as muralhas urbanas não teriam sido objecto de especial cuidado, eventualmente devido a factores locais mas em todo o caso associáveis ao primitivo domínio islâmico, que amiúde privilegiou outro tipo de obras públicas. Durante os primeiros anos do século VIII, a ponte de Córdova foi reconstruída com recurso a silharia da muralha urbana, e outra crónica destaca as chuvas persistentes de 827/828, que causaram o derrube de muitas muralhas urbanas em al-Andalus[152].

Apesar de ser plausível que as estruturas sociais afinal não tenham, como algumas perspectivas fazem crer, mantido uma omnipresente matriz hispano-romana nas primeiras décadas do século VIII[153], a arquitectura defensiva lusitana conservou-se basicamente inalterada nesse período. Seria apenas numa fase avançada do século IX, em particular após a crescente pressão asturiana, muito problemática desde o saque de

[146] García Moreno 1989, 256
[147] Acién Almansa 1985, 10
[148] Gomes 1989, 27
[149] Krueger e Mommsen 1911, 731
[150] Isaac 1990, 366-367
[151] Olmo Enciso 1992, 185-198
[152] Torres Balbas 1957, 475
[153] Guichard 2000, 679-680

Lisboa em 798[154], que o poder islâmico se viria a preocupar com um controlo do território que incluísse um plano generalizado de fortificação urbana. Datam dessa época os reforços efectivos das muralhas, em articulação com *rubut* costeiros e *husun*. O caso do Castelo Velho de Alcoutim[155] é exemplo de um primeiro e nítido afastamento da lógica territorial em redor das cidades tardo-romanas. Curiosamente, é precisamente no mesmo espaço de tempo que se assiste a um vazio de poder eclesiástico na maioria das cidades cristãs a norte do Douro, embora as respectivas sedes se encontrassem fortificadas, como reacção local ao perigo islâmico e normando[156]. Exceptuando o caso de *Conimbriga*, todas as outras muralhas tardo-romanas da Lusitânia foram submetidas a severas reformulações islâmicas, cuja expressão tecnológica não constituiu uma ruptura, do mesmo modo que durante a Reconquista se reactivaram as defesas islâmicas[157]. Trata-se de um fenómeno que já foi apelidado de *fusión Islam-Roma*[158], e que geralmente se manifesta sob a forma de silharia de tipologia romana redisposta num padrão regular, a soga e tição. No entanto, a particularidade deste tipo de aparelho reside nos indícios de segundo reaproveitamento de alguns elementos e nas ocasionais mas nítidas discrepâncias com o traçado romano. A própria estrutura das muralhas omíadas, mesmo quando construídos de raiz, como em Sevilha, apresentam características tardo-romanas ou "bizantinas": duplo paramento com enchimento interno, sem torres nem contrafortes no paramento interior[159]. De resto, até as muralhas bizantinas do Levante peninsular são quase sempre reconstruções, apresentando nítidos precedentes tardo-romanos, como é o caso em Cartagena[160]. E deve ser recordado que os sucessivos investimentos califais consistem amiúde na legitimação de traçados prévios, como se torna visível em Silves, cuja muralha tem três precedentes, todos presumivelmente islâmicos[161]. As continuidades urbanísticas do sudoeste peninsular, até o século IX[162], são aliás bem comprovativas da inexistência de rupturas arquitectónicas alto-medievais. Torna-se evidente que as características defensivas das muralhas se desenvolvem antes de mais em ciclos estéticos e funcionais de longa duração, menos sujeitas a influências circunstanciais e exteriores. Mas é preciso apontar também para a

[154] Picard 1998, 26
[155] Catarino 2002a, 132
[156] Quiroga 2004, 135
[157] Barbosa 2008b, 117
[158] Torres e López 1998, 478
[159] Valdés Fernández 2003, 128
[160] Laiz Reverte, Ruiz Valderas e Pérez Adán 1996, 139
[161] Amaral 2002, 42
[162] Gozalbes Cravioto, 2002, 649

inexistente islamização de muitas das cidades romano-visigóticas da Lusitânia. *Conimbriga* não parece ter conhecido um forte ciclo cultural muçulmano, apesar de ter sobrevivido, enquanto núcleo populacional, à queda do califado[163], e de revelar não apenas cerâmica de época islâmica como também grafitos árabes nesses mesmos recipientes[164]. O Tolmo de Minateda é outro bom exemplo de uma cidade tardo-romana amuralhada, possivelmente refortificada em época bizantina[165], que não se chegou a converter numa cidade verdadeiramente islâmica[166], e manteve a sua matriz romana até a sua destruição final, no século IX, apesar de, novamente à semelhança de *Conimbriga*[167], ter conhecido algum tipo de planificação urbanística alto-medieval[168]. Nesta óptica, as expressões arquitectónicas da Espanha islâmica ocidental podem ser encaradas sob duas vertentes. Em sentido estrito, são construções levadas a cabo por instigação muçulmana, mas também representam, sob outro ponto de vista, criações emanadas de uma região específica, independentes das realidades religiosas, étnicas ou culturais do momento[169].

4. Parâmetros não anonários nos circuitos económicos urbanos

4.1. Continuidades

Não existe associação fundamental entre as expressões comerciais e as muralhas tardias, no sentido em que as segundas viriam a condicinar as intensidades de tráfego apenas enquanto consequência natural do seu renovado predomínio político e geográfico. Mas apesar da falta de intencionalidade nesse sentido, estes centros acabaram por concentrar sobre si as grandes rotas, desviando-as sucessivamente de outros núcleos, anteriormente semelhantes em termos de economia regional. Muitas das cidades lusitanas mantiveram uma relevância comercial regionalizada até os finais do reino visigótico, em moldes que podem ser tomados como imperiais. Essa realidade surge perfeitamente documentada

[163] De Man e Soares 2007, 285-294
[164] Cottart e De Man, no prelo
[165] Kulikowski 2006, 70
[166] Acién Almansa 2001, 22
[167] De Man e Soares 2008, no prelo
[168] Gutiérrez Lloret 2000, 99
[169] Grabar 2000, 583

no Mediterrâneo ocidental[170], e em particular na circulação dos mesmos materiais de importação em cidades visigóticas e bizantinas, independentemente do valor social que seja atribuído ao atrofio quantitativo dessas peças. O Baixo Império tinha estabelecido um padrão de distribuição que, no fundo, sofreria alterações apenas ao nível da intensidade, e não dos mecanismos, potenciando sinergias estruturantes para os séculos V e VI. No Ocidente da Península Ibérica, a relação entre cidades fortificadas e comércio surge com apreciável nitidez, na medida em que as muralhas asseguravam segurança real às transacções. Neste plano de análise, é apesar de tudo muito importante considerar a inexistência de uma razão linear entre a edificação pública e o estado da economia. Se por volta de 250 se destaca um acentuado declínio na quantidade das construções em África, não se regista uma correspondência na vitalidade comercial e edilícia, que se manteve comprovadamente dinâmica[171]. A importação na Península em nada parece ter sido diminuída pela grave crise monetária do século III, e continuou a existir forte actividade transmarítima através de centros de redistribuição que, a propósito, não correspondem exclusivamente às grandes cidades militarizadas da região[172]. Existiram diversas plataformas económicas concorrentes na Hispânia, o que obriga a refutar a ideia estéril de uma região com cidades fortificadas centrifugadoras da economia. Pelo menos até os meados da época tetrárquica, existiu forte intromissão de cidades menores nos enquadramentos regionais, o que se aplicava necessariamente aos pontos de escoamento e contacto marítimo. Não será alheia a esta realidade o antigo carácter logístico, de longo curso, da rota atlântica, em paralelo e, nalguma medida, complementar à pequena navegação sectorial[173]. Os circuitos de distribuição mediterrânicos não diminuíram de importância durante o período de fortificação urbana, nem colapsaram, a propósito, no século seguinte. Mesmo o Código de Teodósio (13, 5, 8)[174] definiu facilidades específicas para os armadores hispânicos no ano de 326, o que é bem comprovativo de um tráfego marítimo intenso a partir da Península Ibérica. Na verdade, em termos de produção, destaca-se um razoável vigor lusitano nesse mesmo século IV, havendo produções para o século seguinte[175], e até para o período pós-romano[176]. Mais de dezoito por cento das cargas marítimas estudadas no âmbito do

[170] Citter, Paroli, Pellecuer e Pène 1996, 122
[171] Dupuis 1992, 237
[172] Kulikowski 2004, 90
[173] Mantas 2007, 207
[174] Pharr 1952, 392
[175] Reynolds 2005, 396
[176] Fabião 2004, 404

escoamento bético continha produções posteriores aos finais do século III, essencialmente sob a forma de ânforas Dressel 20 e/ou 23[177]. As exportações do Sudoeste hispânico, escoadas em primeiro lugar através dos centros portuários fortificados lusitanos e béticos, continuaram portanto a circular no Mediterrâneo. E foi mantido um tráfego de ânforas lusitanas para Itália e o sul da Gália pelo menos ao longo dos séculos V e VI, como o demonstram as formas Keay XIII/XV em Roma e Lyon, o que deve ser entendido em articulação com uma certa revitalização de circuitos hispânicos nesse mesmo espaço de tempo[178], genericamente coeva da fortificação visigótica. Inversamente, mesmo os núcleos da Galécia mantiveram uma intensa actividade de importação de cerâmica mediterrânica entre os séculos V e VII, nomeadamente *sigillata* Clara D, paleocristã, foceense e cipriota[179]. A TS tardia é, de facto, o menos controverso dos elementos na contabilização de contactos de longo curso. Na Lusitânia, o material de importação não surge apenas em sítios óbvios, com investimento em defesas tardias e continuidades bem comprovadas na Alta Idade Média. As importações anfóricas orientais dos séculos VI – VII continuavam a chegar às cidades fortificadas no interior da Lusitânia, como Idanha-a-Velha[180], provando não apenas o desinteresse bizantino em boicotar empreendimentos comerciais, mas acima de tudo a absorção local de produtos importados, reflectindo a sua valoração social. Essa cerâmica de importação também se documenta em cidades sem muralha tardia, como no provável sítio de *Mirobriga*[181], em *Eburobrittium*[182] ou em *Ammaia*[183], para dar apenas alguns exemplos. No entanto, é também verdade que a dinâmica comercial romana periférica, constatada há muito por Mortimer Wheeler[184], sofreu inevitáveis retracções, de início não necessariamente na sua intensidade, mas sim no leque de interligações, impossível de manter após o século V, culminando rapidamente numa pura regionalização económica, embora com as ligações ocasionais ao comércio de longa distância que acabam de ser mencionados. A complexidade na rede de recepção e redistribuição reduziu-se de forma progressiva, fenómeno bem visível mesmo nos grandes portos mediterrânicos, onde continuou a existir importação africana, foceense,

[177] Étienne e Mayet 2004, 237
[178] Fabião 1996, 339
[179] Quiroga 2004, 76
[180] Banha 2006, 96-97
[181] Quaresma 1999, 69-82
[182] Moreira 2002, 70-155
[183] Pereira 2005b, 68
[184] Wheeler 1955, 208-214

cipriota e palestiniana[185]. Mas a cerâmica de luxo e as ânforas passaram a circular em moldes adaptativos, enquadradas em novos circuitos orientais, por exemplo durante o domínio bizantino do Norte de África. A mesma lógica aplica-se, de resto, aos circuitos directos, com importação peninsular de *sigillata* tardia foceense e cipriota até o século V[186], tal como da norte-africana, cuja circulação não apresenta distinção entre zonas de influência bizantina e visigótica[187]. É bem sabido que, num quadro de distribuição em quantidade, há provas de razoáveis distribuições de *sigillata* africana no interior das províncias europeias, até meados do século V[188], e *Conimbriga* continuou a importá-la durante o domínio vândalo de Cartago[189]. Reynolds[190] questionou-se sobre o significado desta presença, perante a inexistência de ânforas tunisinas contemporâneas, embora deva ser notada a presença de Keay 35[191]. É possível que a presença vândala tenha mesmo feito desviar as exportações de Itália para as novas cidades portuárias fortificadas da Hispânia[192]. De qualquer modo, parece muito indicativo que tenha sido mantida uma importação de ânforas LRA 1, 3 e 4, cuja cronologia de produção atinge o século VI e, no primeiro caso, o seguinte[193]. Sítios rurais maiores[194] ou menos relevantes[195] acompanharam as cidades neste intercâmbio. Outros sítios fora da Hispânia mas igualmente vulneráveis à interferência política bizantina, como é o caso de Marselha, continuaram a importar ânforas norte-africanas e orientais até o século VII[196].

Apesar da oposição armada mais ou menos intermitente com as guarnições urbanas orientais, foi mantido sempre uma produção e um comércio de pequena escala, que se revela até bastante conservador, quando considerada a hipótese da sua perduração em moldes clássicos até o século IX[197]. De focar que, após o século VIII, as cidades amuralhadas da antiga Lusitânia continuaram a integrar-se numa rede mediterrânica muito semelhante à que existira com anterioridade ao fim do Império do Ocidente e do

[185] Sempere Ferràndiz 2006, 321-322
[186] Delgado 1992, 125-133
[187] Aquilué Abadías 2003, 11-20
[188] Fentress 1994, 217-218
[189] Delgado, Mayet e Alarcão 1975, 247-291
[190] Reynolds 1995, 129
[191] Buraca 2005, 37
[192] McCormick 2002, 100-101
[193] Buraca 2005, 34 e 38-40
[194] Mayet e Schmitt 1997, 81-84
[195] Gonçalves, Catarino e Arruda 1980, 73
[196] Bonifay e Piéri 1995, 94-120
[197] Picard 1998, 26

ocaso visigótico. E numa fase imediatamente posterior, muitos indicadores provam uma herança do comércio visigótico, por parte de Judeus e de Muçulmanos nativos de al-Andalus, que transformaram a Península num mediador e distribuidor para o Norte cristão[198]. Mas numa perspectiva holística, o argumento económico, embora válido e concreto, poderá apresentar fragilidades múltiplas quando posto em conexão com o vigor local, que por seu turno fundamentaria a tendencial fortificação dos centros de redistribuição. A respeito das contracções comerciais em torno das cidades fortificadas, é interessante verificar que uma norma teodosiana, compilada no Código de Justiniano (4, 41, 1), proíbe o transporte *ad barbaricum* de vinho, azeite e *liquamen*[199]. Outra lei do mesmo código (*Cod. Iust.* 4, 63, 4) secunda a primeira, com a indicação de um motivo securitário: *para prevenir que os segredos dos Estados sejam revelados*[200]. Resulta bem claro que pelo menos algumas das limitações nas dinâmicas de mercado tinham importantes causas legais, de época imperial, e directamente conectadas com a segurança. Fica igualmente comprovado que o funcionamento das normas de integração económica, e em particular o do intercâmbio, necessita sempre de estruturas definidas[201], mesmo em contextos tardo-romanos, nos quais essas estruturas tinham um fundamento quase exclusivamente baseado nos eixos entre fortificações urbanas tardias. Também as comunicações com o Norte conservaram uma importante função comercial entre cidades, em época suévica e principalmente visigótica. De facto, o interesse godo no Mar Cantábrico foi muito nítido, em especial nos transportes para a *Burdigala* tardo-antiga, existindo linhas tão regulares que eram utilizados por peregrinos cântabros que desejavam visitar a tumba de S. Martinho de Tours[202], utilizando portos hispânicos com fortificações baixo-imperiais, como o de Gijón.

4.2. Rupturas, adaptações e crises

Em suma, não foi o domínio visigótico que obstruiu os canais de circulação mediterrânicos, que se mantiveram activos pelo menos até o século VI[203]. O que se admite melhor é a função estruturante das novas cidades fortificadas na adaptação tardia

[198] Constable 2000, 766-767
[199] Marcone 1997, 149
[200] Isaac 1990, 407
[201] Polanyi 1999, 49
[202] Sevilla-Quiñones de León 2003, 226
[203] Catarino 1997/98, 751

desse esquema, por estimularem uma reorientação ou confirmação de vias de contacto. A geografia marítima de inspiração romana nunca determinara, de modo absoluto, o processo cultural[204], e por isso torna-se inadequada a sobreposição abstracta de factos políticos a um esquema comercial. A mais relativizante das perspectivas assenta no triplo facto de nunca ter existido verdadeira exportação romana de larga escala, de as importações terem quase sempre sido pagas em moeda, e de não ter havido perdas brutas, já que os danos da regionalização nos exportadores eram compensadas pelos lucros dos manufactureiros provinciais[205]. Neste sentido, a capacidade económica lusitana, e em particular a das cidades fortificadas ou em vias de o ser, poderia ser entendida numa quase paradoxal relação com a reduzida escala das importações. Ainda assim, fica muito clara a séria dependência de importação em cidades fortificadas portuárias ocidentais ao longo do Império tardio, quando comparadas as relações entre ânforas importadas e regionais nessas cidades[206]. De um ponto de vista cronológico, as importações tardias de *sigillata* africana, cipriota e foceense reduziram-se a um mínimo apenas após a conquista bizantina de Cartago em 533, e principalmente depois das sete décadas de presença na Hispânia, a partir de 552. Destaca-se uma crescente ausência de peças desde então, que não se deveu à dinâmica dos centros produtivos, nem a um súbito decréscimo na procura das plataformas receptoras urbanas da Lusitânia, mas sim a deficiências de transporte, embora, como ficou referido, esse nunca tenha sido um objectivo bizantino. Observa-se um bom reflexo desta realidade na Quinta das Longas, onde ainda existe presença da forma Hayes 91b, sendo porém de apontar a absoluta ausência de 91c e d[207]. É um caso particular que reforça a ideia de uma procura continuada, sem obter uma resposta mediterrânica durante a expansão justiniana. Provavelmente não existirá aqui uma relação causal militar, mas sim obstruções de carácter económico infra-regional, entre os centros exportadores e as áreas de recepção. Nunca existiu uma animosidade fundamental entre o funcionamento dos Estados romano-germânicos e o Império do Oriente, o que se constata não apenas pela manutenção de contactos políticos em moldes perfeitamente romanos[208], mas também por alguma continuidade comercial durante o avanço bizantino. De facto, a Bética oferece indícios de uma diminuída mas factual integração nos circuitos mediterrânicos

[204] Jabouille 1996, 73
[205] Jones 1973, 1038
[206] Reynolds 1995, 122
[207] Almeida e Carvalho 2005, 317
[208] von Falkenhausen 1985, 59-78

aquando do domínio oriental, como se deduz, por exemplo, do material achado nas zonas portuárias do Campo de Gibraltar, como *Iulia Traducta* ou *Carteia*, com presença de TSA D, Late Roman C, e ânforas Keay LIII e LXII[209]. As afinidades eram nítidas, mesmo no imaginário visigótico[210], mas é forçoso reconhecer que mesmo em locais como Ceuta, com implantação de fortificações justinianas comprovadas pelas fontes escritas (*Proc*., *De Aed*. VI, 7, 14), a interpretação cultural de materiais cerâmicos mantém-se problemática[211], embora se verifique uma clara contemporaneidade com a ocupação política oriental (p. e. Keay LIII, LV, LXV; imitação TSA Hayes 91; equivalências na cerâmica comum). Por fim, no Levante, a transição das cidades bizantinas para o poder visigótico, e depois muçulmano, determinou grandes alterações de assentamento, como fica claro em Cartagena, que decaiu logo após a perda bizantina e recuperou apenas no século IX, enquanto no Cerro de la Almagra e em Begastri houve mesmo transferências de povoamento em época islâmica[212]. Estes dados indicam que as rupturas constatadas em época justiniana não representam uma simples lógica de causa e efeito, na medida em que continuaram a ocorrer transformações igualmente abruptas em períodos posteriores, que aparentemente não decorrem de uma exclusiva causa bizantina. O notável decréscimo de importações, para além da capacidade reduzida de assegurar os transportes, ou das alterações puramente económicas entre zonas de produção e de recepção, contou com outro factor grave, nomeadamente a redução demográfica.

Neste cenário, as flutuações na prosperidade das cidades lusitanas, com base na quantidade de elementos importados, não se revelam cruciais[213] para caracterizar a intensidade dos contactos de longa distância. Não se vislumbra nesse cômputo uma correlação com a demografia nos locais de recepção, e eventualmente também não haverá uma ligação simples com o poder económico das elites lusitanas. Ainda assim, não pode ser descurado o tema das crises demográficas coetâneas da fortificação urbana mas que afectaram as populações no seu conjunto. Mesmo que sectorialmente pudesse ter havido uma mais rápida progressão de mortes epidémicas nas cidades, a sua centralidade económica equilibrar-se-ia através da população peri-urbana ou mesmo

[209] Bernal Casasola e Lorenzo Martínez 2000, 105
[210] Vallejo Girvés 2004/2005, 115, 127
[211] Casasola e Pérez Rivera 1996, 28-30
[212] González Blanco 1996b, 174 e 181
[213] Kulikowski 2005, 60

rural. Por um lado, a malária revelou-se um problema crescente, no eventual seguimento das desflorestações e subsequente formação de águas estagnadas[214]. As fontes literárias descrevem cenários consistentes com uma acentuada redução demográfica a partir do século III, quando as pestes se tornaram praticamente contínuas, sob Marco Aurélio e Décio[215], atravessando todo o Baixo Império de forma desigual, mencionadas para a Hispânia por Idácio[216], até culminarem na *Grande Pestilência* mediterrânica de meados do século VI, cujos ciclos de dez ou quinze anos apenas abrandariam dois séculos depois[217]. Embora não quantificáveis[218], os efeitos devastadores para o funcionamento das cidades não devem ser menosprezados: a importante cidade de Éfeso, por exemplo, foi abandonada devido a uma peste em época romana tardia[219], o que parece ter acontecido também em vários centros populacionais da Britânia[220]. Tal como as da Gália, também as cidades da Hispânia continuaram a ser muito afectadas pelas pestes ao longo dos séculos VI e VII[221], num tipo de catástrofe que em vários sítios do Ocidente poderia ser matizada pelas menores densidades demográficas. De qualquer modo, estas epidemias devem ser conectadas a crises de subsistência agrícola, da qual são amiúde independentes, apenas agravando uma situação instalada[222]. A ligação directa entre a produção agrícola e a cidade fortificada lusitana viria a ressurgir com nitidez durante a Reconquista, quando uma das razões para assegurar rapidamente os campos a Sul do Mondego foi a subsistência alimentar da cidade-fortaleza de Coimbra[223]. Esta agricultura concentrada na cidade tinha uma origem remota mais ou menos permanente, mas acentuou-se no Baixo Império e na Antiguidade Tardia em torno das sedes administrativas amuralhadas. Crises demográficas tardo-antigas originavam-se ou estavam numa ligação imediata com o campo, e desse modo a proeminência urbana necessitava de trabalhadores, que por seu turno precisavam da segurança concedida por fortificações urbanas e peri-urbanas. Sem massa humana circundante não era possível manter uma cidade. Neste quadro, as teorias de Sánchez-Albornoz[224] sobre o despovoamento total do Centro-Norte, e o repovoamento apenas a partir de finais do

[214] Rodgers 2006, 250-251
[215] Vogt 1993, 25
[216] Tranoy 1974a, 117
[217] Hirschfeld 2006, 26
[218] Jacques e Scheid 1990, 301
[219] Macdowall e Hook 2001, 47
[220] Maddicott 2006, 171
[221] Kulikowski 2006, 153-154
[222] Stathakopoulos 2004, 45
[223] Mattoso 2007, 150
[224] Sánchez-Albornoz 1966, 213-390

século IX, são em grande parte contraditas pela arqueologia da Antiguidade e da Alta Idade Média, não apenas em cidades fortificadas, mas mesmo em sítios rurais ou desurbanizados da antiga Lusitânia[225] e de outras áreas hispânicas[226]. No entanto, as colonizações de Afonso III são factuais, e alguns dos argumentos, como a repetida utilização dos vocábulos *solitudo*, *dessertum*, *squalidum* ou *heremum* permite, realmente, um enquadramento de uma crise demográfica, que no entanto não anulou o dinamismo urbano, e reporta provavelmente mais a uma alteração nos padrões de povoamento em torno das cidades. De traçar, no entanto, uma analogia com a retórica de Idácio, quatrocentos anos antes, para quem a cidade de *Conimbriga* se teria transformado num deserto em 468 (*Chron*. 241)[227], quando, mesmo sem os irrefutáveis dados estratigráficos noutro sentido, a própria história eclesiástica prova a manutenção da sede episcopal durante mais um século[228].

É nítido que a contracção do perímetro urbano não equivaleu linearmente a alterações demográficas, e que nalgumas cidades existiam grandes bairros residenciais tardo-romanos no exterior das novas muralhas[229]. A expressão económica era nova, e a autarcia política e económica não era apenas uma resignação mas resultava também da complacência às normas imperiais. A proibição de abandonar Roma sem autorização, promulgada por Arcádio e mantida em períodos pós-romanos[230], pode ser facilmente interpretada como anulação de uma tentativa de êxodo da cidade, por a vida fora dela se apresentar mais atractiva. Neste âmbito, a muralha urbana funcionava como recinto para controlo interno. Não se tratará especialmente de uma prova da decadência urbana, mas antes de um mecanismo de pôr em prática o forte controlo regionalista que caracteriza o Império pós-constantiniano. Os princípios fiscais e repressivos que asseguravam a imposição de uma organização social hermética apenas poderiam ter aplicação caso a municipalidade se visse dotada de meios para impedir a circulação descontrolada de pessoas. Por exemplo, nenhum dos referidos mercadores *transmarini* encontrava obstáculos legais à mobilidade entre centros urbanos, desde que tivessem autorização válida para viajar, e destacam-se também, a propósito, as referidas continuidades pós-

[225] De Man e Soares 2008, no prelo
[226] Menchon i Bes 1998, 13-19
[227] Tranoy 1974, 175
[228] De Man 2008b, no prelo
[229] Gregory 1979b, 278
[230] Morini 1983, 113-114

visigóticas nos portos lusitanos do século VIII[231]. Ora, esta transformação legal manifestou-se no contexto das alterações topográficas urbanas induzidas por estímulo imperial: conformação das muralhas defensivas, traduzidas nas adaptações da arquitectura doméstica, na disrupção lógica dos eixos imperiais e no estabelecimento de novos centros de atracção intra e extra-muros. Mas todos estes fenómenos representam resultados de um propósito central, que fragmentava e regionalizava o Império em centros fortificados. Em simultâneo, o controlo militar e burocrático do Estado tardo-romano, baseado nesses mesmos centros, revestiu-se de algumas características dos sistemas totalitários modernos, limitadas, precisamente, pelas condições de uma economia pré-industrial[232].

5. A dimensão militar da fortificação

5.1. Unidades imperiais e a sua especificidade hispânica

Na *Notitia Dignitatum* (*Occ.* XLII, 25 e 31) surgem apenas duas províncias hispânicas militarizadas, sob comando de um *magister militum*, nomeadamente a Galécia e a Tarraconense[233]. Tem sido tomado como certa a transformação das unidades de vigilância do Noroeste peninsular em *limitanei* após Constantino, atribuindo-se a essas unidades a função de policiar as passagens montanhosas[234]. A primeira vez que o próprio termo *limitanei* surge é de facto já na segunda metade do século IV, designando todas as tropas com aquartelamentos fixos, que continuavam a desempenhar funções exclusivamente militares[235], implicando objectivos rotineiros de controlo e dissuasão, e apenas muito excepcionalmente batalhas de larga escala[236]. Não existe qualquer relação com soldados-agricultores, nem com fronteiras fixas propriamente ditas[237], e a oposição teórica com tropas móveis representa uma divisão mais esquemática do que qualitativa, assistindo-se, por exemplo, a repetidas promoções de estatuto. Ora, a citada passagem da *Notitia* declara que o *magister militum* comandava, na Hispânia, a legião de León,

[231] Picard 1998, 26
[232] Faulkner 2008, 271
[233] Neira Faleiro 2006, 320, 353 e 481
[234] Quiroga 2004, 30-31
[235] Mann 1977, 13
[236] James 2002, 38
[237] Isaac 1990, 208

além de quatro coortes na Galécia e uma outra que, embora tarraconense, se baseava em Veleia, muito próxima das suas congéneres. É geralmente aceite que as coortes e as alas tardias constituíam unidades de baixíssima qualidade, especialmente após a redução de tropas fixas provinciais por Constantino, que assim aumentou os grandes exércitos de campanha[238]. Já nada tinham a ver com as unidades de origem alto-imperial, como as coortes *Lusitanorum* ou *Bracaraugustanorum*, recrutadas no Ocidente peninsular até momentos avançados do século III[239]. As coortes tardias pós-tetrárquicas, embora com responsabilidades territoriais, alteraram ocasionalmente a localização das suas bases urbanas, o que aconteceu com a *I* e *II Gallica*, e com a *Celtibera*[240]. As restantes unidades mencionadas para a Hispânia (*Not. Occ.* VII; cinco legiões comitatenses e onze *auxilia palatina*) são declaradamente móveis, bastante mais tardias e, contrariamente às unidades do Noroeste, não terão tido papel na fortificação tetrárquica, que se tinha dado um século antes. A sua identificação na mesma fonte deve-se à própria composição da listagem, que foi sendo actualizada ao longo de décadas, e por isso reflecte realidades muito distintas. Quanto à datação da *Notitia*, algumas unidades foram argumento para uma datação muito tardia, em todo o caso posterior à morte de Honório em 423, na medida em que diversas unidades palatinas parecem criações honorianas[241]. Por outro lado, Seeck demonstrou há bastante tempo que algumas unidades só poderiam ser consideradas anteriores a Adrianópolis, enquanto outras datam comprovadamente ainda de 427[242], o que faz compreender a diferente categoria das tropas hispânicas listadas numa aparente equivalência. Por um lado, existem unidades comandadas por um prefeito legionário e depois, num plano perfeitamente distinto, as que se encontram *cum viro spectabili comite*. As primeiras tropas são enquadráveis na militarização tetrárquica, e aparentemente não terão sido accionadas em 409, enquanto as dezasseis unidades do exército regional são entendidas como reforços posteriores a 409, possivelmente relacionáveis com os graves problemas causados pelos próprios Visigodos entre 416 e 422[243]. A função indeterminada das legiões diocesanas, e em particular a alta concentração de cavalaria estacionada na Mauritânia Tingitana conduz a uma lógica estratégica complementar. Ainda sob Majoriano, o último imperador que se preocupou realmente com a situação na Hispânia,

[238] Luttwak 1979, 178-179
[239] Santos Yanguas 1979, 27-28
[240] De Man 2008b, no prelo
[241] Balil 1970, 613
[242] Seeck 1876, 71-78
[243] Le Roux 1982, 389

houve esforços para estabilizar o Norte de África, em particular através do malogrado plano de enviar, desde Cartagena, uma frota de guerra contra os Vândalos[244]. Estes vinham a perturbar, aparentemente como política concertada, as rotas marítimas ocidentais, ocupando posições estratégicas hispânicas, como Sevilha e talvez Córdova[245]. Na sequência de uma realidade administrativa já descrita por Plínio[246], das primeiras razões militares sob Marco Aurélio e das operações de Maximiano[247], a lógica baixo-imperial do controlo hispânico sobre as cidades de ambos os lados do estreito de Gibraltar continuou em meados do século VI, com a perda e tentativas de reconquista de Ceuta aos Bizantinos[248]. Manter-se-ia até os últimos dias do poder visigótico, quando o conde *Yuliān* / Juliano, figura central na Crónica de ´Abd al-Hakam[249], era simultaneamente governador de Ceuta e de Algeciras.

Curiosamente, uma cunhagem comemorativa de Galieno obriga a considerar que as unidades hispânicas não foram integradas no seu exército de campanha[250], o que num contexto tão precoce poderia eventualmente apontar uma acentuada imobilização pré-diocleciana. Mesmo aceitando esta lógica, não pode ser negada uma reorganização posterior da *VII Gemina*, na medida em que continua a surgir um século e meio depois, referenciada na *Notitia Dignitatum*, manutenção impossível de ser entendida como meramente retórica. Le Roux apontou a aparente continuidade das unidades acantonadas no Noroeste, que se teriam mantido incólumnes sob as transformações administrativas de finais do século IV[251]. Talvez seja de reconsiderar a ideia de uma desintegração paulatina da legião[252], apontando em alternativa uma conservação estrutural para a qual não se conhece um paralelo exacto. Um pouco mais tarde, os desaires do exército africano, sob o comando do conde Bonifácio, evidenciaram uma clara inferioridade militar diante dos Vândalos[253], mas a actuação dessas tropas corresponde a uma realidade perfeitamente documentada, sem equivalência na invasão da Hispânia. Seja como for, o carácter não estritamente fixo destas tropas hispânicas

[244] García Moreno 1996, 16
[245] García Moreno 1989, 52
[246] Arce 2005, 341
[247] Le Roux 1982, 374
[248] Salvador Ventura 2000, 188
[249] Constable 1997, 33
[250] Le Roux 1982, 379
[251] Le Roux 2004, 175
[252] De Man 2006a, 39
[253] Hugoniot 2000, 92

serviria como boa explicação para a inexistência de oposição em 409, na medida em que, presumindo-as leais a Honório, elas estariam dispersas pelas cidades hispânicas, numa lógica expressa na *Notitia*, ou mesmo parcialmente deslocadas da diocese, numa época de concentração de tropas em Itália. Estilicão, precisamente *magister militum* ocidental, venceu as batalhas de Asta, Polência e Verona, contra Alarico, e a de Fiesole, contra Radagaiso (*Isid. Hist. Goth.* 13-15)[254], com todas as tropas que conseguira reunir. O patamar crítico da situação torna-se bem visível através dos desesperados recrutamentos italianos, em complemento à mobilização das legiões do Reno[255], e da disputa com Constantinopla sobre a província da Ilíria, importante região logística, que Estilicão pretendia assegurar para o Ocidente[256]. Neste cenário, seria difícil de imaginar a imobilidade das tropas hispânicas do Noroeste entre a sua menção na *Notitia* e as batalhas de 402, 403 e 405, ou da travessia do Reno, a 31 de Dezembro de 406. Acima de tudo, não eram necessariamente reorganizadas, reforçadas e reconduzidas às suas bases. Deve também ser considerado que o exército móvel romano de finais do século IV, ainda maioritariamente composto por infantaria pesada[257] apesar da ênfase na cavalaria, não era facilmente posto em movimento, e as distâncias eram enormes; uma marcha de Roma para Colónia demoraria mais de sessenta dias[258]. Alguns cálculos para a Hispânia levam a concluir que mesmo uma unidade ligeira enviada de León atingiria Mérida apenas em doze dias, e que o percurso entre Castulo e Sevilha levaria sete[259], o que está em perfeita consonância com estimativas para contingentes de infantaria medievais em território português, que não excederiam a velocidade de quatro quilómetros e meio por hora[260]. Se naquele contexto não era evidente movimentar uma legião de provável estrutura pré-tetrárquica, reconstituí-la para fazê-la regressar à sua base sê-lo-ia muito menos.

Para a Hispânia, a epístola de Honório aos soldados de Pamplona[261] poderá testemunhar uma intervenção imperial directa no financiamento de tropas urbanas em inícios do século V. Apesar das corrupções do texto, essencialmente o prefácio[262], a carta parece

[254] Rodríguez Alonso 1975, 191-195
[255] Williams e Friell 1994, 155-156
[256] Cornell e Matthews 2006, 208
[257] MacDowell 2005, 5
[258] Ferrill 1986, 46
[259] Mantas 1996a, 45-46
[260] Monteiro 1997, 337
[261] Arce Martínez 1999, 461-468
[262] Kulikowski 1998, 249

fazer referência a pelo menos quatro unidades de *comitatenses* estacionadas em cidades hispânicas[263], que surgem completamente dissociadas das unidades do Noroeste. Por esta altura, não restavam contingentes importantes de tropas nas províncias periféricas porque estavam todos mobilizados para as zonas de combate, e a ordem concentrava-se em torno dos potentes regionais[264]. As milícias hispânicas eram de natureza privada, como se depreende da acção dos patrícios Dídimo e Veriniano, sobrinhos de Teodósio, que organizaram um exército pessoal, impedindo uma primeira travessia bárbara dos Pirinéus no ano de 404, sendo depois vencidos pelo usurpador Constantino III (Isid. *Wand. Hist.*, 1, CDXLIV)[265], contra o qual se tinham mobilizado. As suas forças iniciais incluíam, de acordo com Zózimo (VI, 4, 3), a *guarnição da Lusitânia*, apontando com toda a probabilidade para unidades de formação recente, nomeadamente as unidades urbanas leais à casa teodosiana[266]. Com os irmãos Lagódio e Teodosiolo, representavam a ordem legítima, o que, de novo, expressa quase directamente a inexistência de um grande número de tropas imperiais em cidades, e leva a considerar as de Pamplona uma força composta por milícias regionais. A ideia surge reforçada por uma expressão de Honório, que lhes concede expressamente o *hospitium*, ou direito de alojamento na cidade[267], quando esse direito era perfeitamente adquirido para tropas imperiais.

Não deve ser descurado que as tropas fixas, em situações de necessidade, podiam actuar como exército móvel perfeitamente capaz, como aconteceu nas movimentações de Belisário, já na primeira metade do século VI[268], e antes disso também a referida usurpação britânica de Máximo transformara guarnições urbanas em tropas móveis, inclusive para operações continentais[269]. Não é líquido que fosse necessário efectuar uma promoção para um estatuto pseudocomitatense, cuja formalização implicaria uma transferência legal para o exército de campanha[270]. É razoável admitir que ao longo da primeira década do século V possa ter-se gerado uma muito irregular promiscuidade entre forças de combate teoricamente accionáveis, assim diluindo a separação rígida em matéria de unidades militares ocidentais. Essas transferências de unidades foram combatidas por legislação de datação tão precoce como a do consulado de Estilicão (*C.*

[263] Kulikowski 2004, 76-77
[264] Montanelli 2002, 306
[265] Blázquez Martínez 1989, 238-240
[266] Le Roux 1982, 396-397
[267] Orlandis 1988, 23
[268] Isaac 1990, 210-211
[269] Alcock 2001, 95-96
[270] MacDowall 2005, 4

Th. 7, 1, 18)[271], possivelmente na sequência de recrutamentos abusivos por parte deste[272]. A ideia de alguma das legiões comitatenses se encontrar às ordens das magistraturas provinciais[273] não será, pois, a mais lógica, a não ser que se faça alusão àquelas unidades de formação urbana muito mais recente.

5.2. O exército tardio, na sua relação com as cidades

As complementaridades entre cidades fortificadas hispânicas e tropas móveis conheceram evoluções súbitas em períodos críticos, como os da primeira década do século V, mas de resto apoiaram-se em princípios anteriores ao Baixo Império. Contrariamente a uma opinião corrente, não existe qualquer relação directa entre a origem da fortificação lusitana tardia e a transformação do exército. O sistema tetrárquico criara apenas a pequena unidade móvel a que se chamava *comitatus*, mas que era composta por algumas unidades de elite subtraídas às legiões, e que portanto em nada alterou a situação na Lusitânia. O *comitatus*, enquanto força de emergência, protegia o tetrarca, formalmente ou não[274] e, segundo alguns, devia o seu nome aos esquadrões de cavalaria chamados *comites*[275]. É no entanto de referir o *comitatus* germânico descrito já por Tácito[276] que, na realidade hispânica mais tardia, se viria a traduzir em corpos aglomerados em torno de um rei específico, e por isso de coesão e duração limitadas, como é o caso dos *alaricianos* referidos por João de Antioquia (*Frag.* 206, 2)[277]. O conceito seria, pois, continuamente aplicado a um grupo de elite que se concentrava junto do rei ou imperador. Parece no entanto que o *sacer comitatus* se tenha passado a referir, logo desde a tetrarquia, ao conjunto dos exércitos de campo, e já não a um grupo concentrado na figura imperial. Foi provavelmente Diocleciano quem explorou estas unidades de cavalaria, transformando-as numa parte importante dos exércitos móveis, mas Constantino, uma geração depois, concedeu-lhes uma estrutura de comando formal, ao nomear um *magister equitum*, tal como, diante dos contingentes

[271] Pharr 1952, 157-158
[272] De Man 2008b, no prelo
[273] Díaz e Menéndez-Bueyes 2005, 285
[274] Southern 2001, 157
[275] Cromwell 1998, 5
[276] Muñoz 2003, 16-17
[277] Jiménez Garnica 2004, 61

de infantaria, um *magister peditum*[278]. Após este momento de transição, as cidades amuralhadas ocidentais passaram a funcionar automaticamente como potenciais aquartelamentos, algo que, a ter acontecido ocasionalmente na Lusitânia, já nada teve a ver com a sua prévia construção. O que é certo é que por volta de 325, os exércitos de manobra permanentes se encontravam adscritos directamente a Constantino, e pouco depois também aos césares, sendo comandados pelos *magistri equitum* e *peditum*, enquanto os *duces* estavam à frente dos destacamentos fixos, adquirindo, por conseguinte, autoridade directa sobre a defesa das cidades. Mas em meados do século IV, os comitatenses incluíam nitidamente destacamentos móveis provinciais. Já sob Diocleciano, os comitatenses "imperiais" tinham passado a distinguir-se sob a designação de *palatini*[279], sob comando imperial directo, e os antigos comitatenses viram a sua acção confinada a um teatro regional, que portanto teriam de receber bases mais ou menos regulares, necessariamente em cidades. A *Notitia Dignitatum* não lhes adscreve nenhuma na Hispânia, embora identifique as mencionadas cinco legiões regionais na Península, além de onze unidades palatinas, que em princípio usariam as cidades de modo temporário. São já reflexo de uma profunda alteração, como ficou referido bastante mais tardia do que as primeiras unidades compiladas na mesma fonte, referentes ao Noroeste peninsular. Mas emerge aqui o problema da natureza progressivamente estática e urbana das tropas regionais, essencialmente após a dispersão provocada pelos filhos de Constantino, e na dificuldade em recrutar grandes exércitos campanha[280]. Posto de outro modo, as cidades encontravam-se razoavelmente protegidas, mas a fixação de unidades comitatenses em cenários provinciais pervertera a sua função original, enquanto em simultâneo diversas dessas unidades não passavam de milícias urbanas promovidas. Com anterioridade a Gerôncio, as guarnições urbanas seriam ocasionalmente reforçadas por tropas móveis deslocadas para a província, por exemplo em trânsito para a Tingitânia, e por isso complementares à legião permanente, que se mantinha fixa no Noroeste. É preciso lembrar aqui de novo que as formações militares forjadas por Galieno, Diocleciano e depois os tetrarcas, e que eram, portanto, contemporâneas das muralhas lusitanas, ainda não equivaliam aos exércitos comitatenses de Constantino. Ainda assim, Galieno estabelecera um importante precedente, ao usar as cidades como bases temporárias, naquilo que já se chamou de

[278] Luttwak 1979, 188
[279] Mann 1977, 13
[280] Williams e Friell 1994, 80-81

defesa elástica[281], um conceito precursor da teórica e contestável rede urbana em profundidade do século IV. Os núcleos constituintes deste eventual sistema de defesa estratégica apoiar-se-iam mutuamente, impedindo desse modo uma longa frente de ataque[282], mas o princípio apenas funcionaria com presença militar regional, mesmo sem grandes destacamentos permanentes[283]. Independentemente da verosimilhança de um tal esquema na Lusitânia ou, para o efeito, noutra região hispânica, alguns investigadores consideram há muito que as fortificações hispânicas tardias, e em particular as lusitanas[284], tiveram como picos de máxima actividade os reinados de Galieno e de Constantino[285], o que, a ser confirmado, teria uma relação directa e necessária com grandes alterações nas estruturas militares. O período de Galieno será excessivamente precoce para a maioria da Lusitânia. Mas num tal quadro, os exemplos tetrárquicos lusitanos seriam forçosamente construções intermédias no tempo, seguindo uma tendência proporcional a transformações globais e estratégicas. Existe a hipótese de uma segunda implantação de defesas urbanas nos inícios do século IV, preenchendo uma paisagem moldada por algumas muralhas tetrárquicas primitivas, ao longo de dois eixos de transporte de *annona* no Noroeste, em ligação com a Britânia e a Gália[286]. Se a formalidade da proposta surge como válida, apesar das dúvidas sobre a factualidade desses transportes de grande volume e distância[287], poderá também ser questionado por que motivo as zonas mais ricas da diocese teriam ficado à margem dessa intervenção tetrárquica inicial. A resposta mais imediata deriva de uma constatação da presença do exército fixo na mesma área noroeste, ou seja, evidencia-se uma sobreposição da geografia militar à das primeiras cidades fortificadas. A lógica circular inerente a este raciocínio não permite estabelecer se, por oposição à Lusitânia e à Bética, a preocupação inicial na Galécia se prendeu, de facto, com a recolha de bens e víveres para fins militares extra-peninsulares. Como essa recolha se verificava necessariamente também em todas as cidades lusitanas, que ainda não se encontravam tardiamente fortificadas, o fundamento primordial para as novas defesas da Galécia poderia reportar a preocupações militares mais amplas, embora seja inegável que essas mesmas cidades tenham funcionado como centros anonários.

---

[281] Rodgers 2006, 233
[282] Keegan 2006, 196
[283] Ferrill 1986, 31
[284] Martín Valls 1970, 451
[285] Rodríguez Colmenero 1977, 286
[286] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005,
[287] Blázquez Martínez 2004, 500-501

Foi esta transformação que rompeu com conceitos estratégicos enraizados, em detrimento de linhas de defesa supostamente estáticas que, no quadro geral, se teriam mantido até os finais do século IV. Pelo menos para a Hispânia, a transição militar pode não ter conhecido um fundamento propriamente estratégico, visto que há muito se vem a desvalorizar a ideia de tais linhas de defesa ao longo do domínio imperial[288]. O conceito de defesa em profundidade, no qual as fortificações tetrárquicas representam um complemento directo à zona de fronteira, esteve muito em voga desde o trabalho de Luttwak[289]. Este modelo tem sido bastante criticado na última década, por ser dificilmente aceitável que pudesse ter existido uma estratégia única para enfrentar a variedade de ameaças[290], tanto ao longo do *limes* como no seio das províncias. Além disso, Isaac provou bem que o conceito de *limes* nunca caracterizou uma fronteira fortificada, mas apenas algo próximo de um distrito limítrofe, num sentido administrativo[291]. De facto, as incessantes usurpações e a brevidade dos reinados reconhecidos do século III, em associação à multiplicidade de formas e regiões dos assaltos bárbaros, tornara impossível a formulação de uma estratégia comum[292], baseada em fortificação urbana, muito menos num cenário posterior à tetrarquia e ao período constantiniano. É quase irónico que estas rebeliões actuaram por vezes em benefício último de um interesse imperial, ao garantirem uma defesa romana a nível regional[293], contraída em torno das cidades, o que reforça a ideia de soluções diversificadas e adaptativas, sem aplicação de uma regra única. O Império Gálico é o exemplo mais óbvio e coerente de um tal aproveitamento regional, aliás com possíveis ramificações hispânicas (cf. títulos de Póstumo e dos seus sucessores; *Gaditanus* ou ainda *Libycus*, este alusivo à origem cartaginesa de Cádiz)[294]. Outras aventuras provinciais menos conseguidas, como a de Caráusio na Britânia, deram-se sob a tetrarquia, com pouco ou nenhum apoio da aristocracia local. Esta situação em particular teria sido inviável se não houvesse, por Diocleciano e Maximiano, alguma tolerância para com uma zona-tampão secundária, libertando-os momentaneamente do ónus da segurança nessa zona, o que nada tem a ver com planeamento estratégico. No entanto, se as fronteiras ocidentais

[288] Balil 1970, 605
[289] Luttwak 1979, 136-145
[290] Rees 2004, 22
[291] Isaac 1990, 161
[292] Le Bohec 2004, 25
[293] Ferrill 1986, 32
[294] Sherwin-White 2001, 446-447

foram realmente tratadas de forma diferenciada, a disposição de fortificações urbanas em províncias não militares aproxima-se aparentemente de uma estratégia, ficando a ideia de que ela se baseou num cenário já existente ou muito receptivo a uma transformação. A resistência de centros urbanos amuralhados surge como bastante nítida no Ocidente, embora sem se destacar uma ligação directa com os *limitanei* na maioria das províncias, e com as cidades teoricamente sob a sua protecção. Durante o ano de 451, os Hunos devastaram a Gália, mas os seus sucessivos cercos às cidades fortificadas tiveram resultados muito parcos, conduzindo apenas à exaustão do exército, sem confronto com tropas romanas móveis. Quando estas, muito depois, entraram em cena sob o comando de Aécio, a retirada tornou-se desastrosa para as tropas de Átila, que ao longo de meses não tinham obtido qualquer real ganho territorial[295]. O sistema remontaria, precisamente, aos inícios da tetrarquia, quando pequenos grupos de Germanos passaram a infiltrar as províncias com alguma regularidade. A resposta romana não terá consistido em confrontações, o que teria sido virtualmente impossível, dada a natureza repentina e de pequena escala dos raids, mas sim na negação das fontes de alimento[296], e de saque em geral, numa tentativa de desencorajar ataques sem intervenção militar convencional. Porém, este cenário não seria determinado por uma coordenação estratégica, mas antes a uma retracção instintiva para a segurança das muralhas por parte dos provinciais. Além disso, a noção de defesa em profundidade apoia-se numa interacção imediata entre tropas e muralhas, e não numa espera de diversos meses por reforços por vezes ainda por recrutar. Em suma, a acção do exército de Aécio representa uma intervenção perfeitamente expectável, sem recorrência de recorrência a uma teoria de complementaridade com muralhas urbanas.

De forma instigada ou não, acabou por surgir uma relação entre o rompimento com o sistema defensivo que se chama por vezes de antonino e a fortificação urbana. No caso lusitano, a transição nunca poderia ser encarada como um resultado operacional, na medida em que as novas muralhas precedem o fenómeno em várias décadas. Ou seja, o exército constantiniano e a fortificação urbana representam realidades apartadas, embora tenham emanado de um mesmo contexto socio-político geral. E portanto a defesa em profundidade surge menos como estratégia pensada do que como resultado lógico, num padrão mais tarde retomado, no Oriente peninsular, sob impulso

[295] Bachrach 1995, 64
[296] Johnson 1983, 77

bizantino[297]. De facto, um dos mais claros exemplos hispânicos reflecte-se precisamente na implantação bizantina, que assentou por inteiro numa leitura geográfica do território[298] em redor das cidades fortificadas, sem grande investimento paralelo em linhas de fronteira. A articulação de cidades amuralhadas com a geografia serviu de barreira física[299] em amplos períodos históricos, embora apenas muito raramente tivesse existido uma consciência estratégica comum, a um nível mais amplo do que o regional. Em retrospectiva, o aspecto puramente militar das defesas tetrárquicas e constantinianas na Lusitânia tinha sido, de certo modo, adaptativo, na medida em que reconhecia e validava as dinâmicas próprias das regiões. Mas a estratégia subjacente valorizava, em simultâneo, a equação de potenciais respostas assimétricas, formuláveis de acordo com princípios teóricos romanos[300]. Posto de outra forma, as fortificações urbanas talvez servissem um propósito mais centrado em *guerra* do que em *bellum*, ou seja, de combate não contra um inimigo formal mas sim contra grupos sem estatuto legítimo[301]. Principalmente neste quadro de ameaças múltiplas e de natureza diversa, a formulação de verdadeiros conceitos estratégicos com construção defensiva implicaria o reconhecimento explícito de um futuro desejável, e de que esses objectivos se manifestam num ambiente em contínua mutação[302], característica consensual nas diversas perspectivas sobre o conceito estratégico. Esses factores são ambos ausentes da legislação tardo-romana, e também não se comprovam através da realidade arqueológica, o que põe em causa a existência de uma doutrina militar imperial nesse campo. As equivalências regionais na expressão construtiva dever-se-ão muito pouco à figura específica de um augusto ou césar. De resto, a aparente homogeneidade da actividade tetrárquica é enganadora, visto que cada um dos tetrarcas perseguia convicções muito próprias em diversas matérias[303], e por isso também não se perceberia que essa diversidade nos recursos, na geografia e na própria necessidade prática, resultasse em resultados modelares no que respeita à arquitectura urbana.

[297] Poveda Navarro 1996, 125
[298] Ripoll López 1996, 261
[299] Van Evera 2005, 285
[300] De Man 2007b, 1261-1273
[301] Worley 2003, 1-2
[302] Barroso 2008, 420
[303] Faulkner 2008, 270-271

5.3. O acantonamento urbano

Deixando de parte o período alto-imperial, do qual sobrevivem alguns exemplos de possíveis acantonamentos militares rurais no território, é de crer numa definida militarização, ainda que eventualmente temporária, da condição de determinadas capitais de *civitas*. No caso particular da Lusitânia, onde após as conquistas de época republicana não se voltariam a documentar contingentes militares estacionados na região[304], o carácter militar das cidades pós-tetrárquicas, e em específico as teodosianas, não pode ser cabalmente demonstrado. A existência de ocasionais dados militares provenientes de escavações intra-muros, ainda assim atribuíveis com grande relutância a este período[305], não basta para inferir a presença de uma correspondente unidade militar regular, até pela falta na definição do que seriam horizontes militares tardo-romanos nas cidades peninsulares[306]. O mesmo se pensará, à partida, sobre alguns elementos germânicos mais precoces da Hispânia, vários dos quais provenientes de núcleos lusitanos, e eventualmente ainda atribuíveis ao século IV[307]. O panorama geral, contudo, leva à admissão cautelosa de uma hipótese nesse sentido, considerando alguns paralelos ocidentais. Na segunda metade do século IV, as cidades britânicas possuíam pequenas guarnições militares, documentadas porque foram levadas para o continente pelo usurpador Máximo[308]. Se não é nítido qual o papel do exército regular na defesa urbana do século III, é no entanto consensual que, pelo menos nalgumas províncias ocidentais, existiam destacamentos tanto em cidades maiores como nalgumas mais pequenas durante o século IV[309]. Desde Diocleciano que os destacamentos menores seriam relativamente comuns nalgumas cidades específicas, ainda que teoricamente possam ter acantonado nas suas imediações, embora esta solução seja pouco razoável para o período tardio. A existência de soldados nos centros amuralhados da Lusitânia baixo-imperial é perfeitamente aceitável mas, como se viu, não documentado de modo inequívoco pela arqueologia, e as unidades móveis documentadas no território terão aquartelado numa lógica análoga àquela em que as cidades do Alto Império forneciam apoio às legiões em trânsito. A grande diferença é que estas não concediam uma plataforma operacional duradoura ou mesmo permanente às tropas, enquanto que as

[304] Fabião 2005, 53
[305] De Man 2006a, 43-46
[306] Morillo Cerdán e Martín Hernández 2005, 189
[307] Rodríguez-Aragón 1997, 629-638
[308] Alcock 2001, 95-96
[309] Burnham e Wachter 1990, 36

cidades tardias serviam também, pelo menos nalguns casos, de quartel. Nas fronteiras, parece claro que as forças militares puderam instalar-se, de forma permanente, nos recintos urbanos, sendo remuneradas por fundos públicos[310]. Eugípio, biógrafo de Severino, destacou explicitamente as tropas que eram mantidas a expensas públicas dentro das cidades danubianas, até o colapso do Império, e mesmo depois[311]. No Oriente, o exército romano, nas vésperas da batalha de Adrianópolis, aquartelou nas diversas cidades da Trácia[312], e já não em acampamentos militares. A ser tomado como bem documentado o martírio dos soldados da legião *VII Gemina* Emetério e Quelidónio, em Calahorra[313], cujos contornos o próprio cronista Prudêncio não toma como exactos (*Peristeph.* I, 73-78)[314], seria de concluir que formassem parte de um destacamento urbano hispânico, e nitidamente composto por elementos de nome grego, o que exclui contingentes locais, em torno do ano 300. Em áreas estratégicas eram mantidos pequenos destacamentos regulares da legião *VII Gemina*, como foi o caso em *Tritium Magallum*, sobre a ligação tarraconense à Gália, embora esta presença em particular não seja clara após um momento avançado do século II[315]. Numa zona pouco militarizada, como é o caso da Lusitânia, deve ser equacionado o papel estruturante das pequenas guarnições de dependência urbana, destinadas ao controlo viário entre cidades fortificadas. Na Lusitânia do século IV, apenas muito dificilmente essa presença permanente teria ultrapassado alguns elementos destacados das coortes tardias do Noroeste. No ano 400, porém, poderá ter havido já unidades militares exclusivamente urbanas, dada a condição de reformulação defensiva sob Estilicão, que poderá ter abdicado de tropas móveis estacionadas em permanência na Hispânia, redistribuindo as restantes pelas guarnições urbanas. Uma lei de 400 (*C. Th.* 7, 11, 18) menciona, entre as tropas de menor qualidade, uns enigmáticos *castriciani*, que Pharr interpretou como eventuais tropas de fronteira[316], mas que reflectirão porventura antes uma ocupação permanente de cidades, num contexto de apressada concentração das restantes unidades válidas no Norte italiano. E não deixa de ser indicativo que três das unidades hispânicas referidas na *Notitia Dignitatum* se localizem em cidades com grandes fortificações

[310] Siffre 2002, 110
[311] Ward-Perkins 2006, 32
[312] Petit 2007, 57
[313] Fontaine 1973, 32
[314] Delehaye 1961, 91
[315] Navarro Caballero 1989/1990, 217-225
[316] Pharr 1952, 157

baixo-imperiais, nomeadamente León, Lugo e Irún[317], mesmo apesar do fundamento específico com origem pré-tetrárquica nessa área. Eventualmente, as muralhas de Astorga também teriam albergado uma considerável guarnição[318]. Noutros casos, tal situação é de subentender através de elementos específicos ou da própria denominação de certas unidades[319]. Curiosamente, essa realidade terá tido um precedente republicano muito interessante, naquilo que Fabião chamou de exército "escondido"; parece ter havido unidades militares em castros proto-históricos, como na Cabeça de Vaiamonte, no Castro de Alvarelhos ou, mais para o Sul, em Serro Furado, sobre o Guadiana[320].

Por outro lado, mesmo em áreas com severa desordem tardia, como as fronteiras com a Pérsia, muitas cidades mantinham-se, de acordo com Procópio, sem presença de tropas, fazendo pressupor que as muralhas fornecessem suficiente protecção até à chegada de reforços[321]. De novo, não se trata do elo de um sistema, mas sim de uma solução perfeitamente local, não podendo ser extrapolada e entendida como um modelo com aplicação planeada noutras regiões. Além disso, a referência de Procópio fará certamente alusão a tropas de campanha, na medida em que as cidades na fronteira persa dispunham necessariamente de guarnições consideráveis. É verdade que o Oriente tinha uma muito maior familiaridade em albergar corpos de exército dentro das cidades, algo sem grandes precedentes ocidentais[322], mas essa aparente oposição poderá dever-se a uma menor formalidade do aquartelamento hispânico, e a um silêncio das fontes sobre uma evidência inútil de relatar. De facto, se praticamente três em cada quatro das unidades de campanha bizantinas do século VI se encontravam em bases urbanas permanentes[323], é muito aceitável que tal agregação com unidades locais se tivesse originado, na Península, em época pré-visigótica, tanto nas antigas unidades do Noroeste como nas do século IV, ambas evidentes na conjugação da *Notitia Dignitatum* com a Epístola de Honório. A verdade é que já o século IV assistiu a uma rápida anulação da separação entre o espaço urbano civil e militarizado, e de qualquer modo deve ser recordado que um destacamento do exército móvel tardio não requeria necessariamente um aquartelamento construído de raiz, ainda que haja alguns indícios

[317] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2002, 583
[318] Díaz e Menéndez-Bueyes 2005, 284
[319] Welsby 1982, 149-150
[320] Fabião 2006, 121-123
[321] Isaac 1990, 253
[322] Campbell 2002, 89
[323] Haldon 1999, 69

britânicos de obras intra-muros, ligadas à presença de tropas baixo-imperiais, em cidades pequenas[324]. De facto, as unidades hispânicas fixas da *VII Gemina*, incluindo as coortes, enquanto tropas permanentes, ocuparam um espaço intra-muros próprio. Na maioria das fortificações urbanas ocidentais, contudo, não havia qualquer aquartelamento militar[325], e era precisamente nessas mesmas cidades que se instalavam as unidades do exército móvel mais tardio, tanto *comitatenses* como, depois, os *auxilia palatina*. A hipótese é comprovada por alguns trechos literários complementares. No Baixo Império, as novas unidades militares parecem ter sido estacionadas em cidades por Constantino[326], supostamente rompendo com o sistema de Diocleciano, o que aliás não ocorreu de forma tão linear[327], mas sem que essa medida tenha tido boa receptividade por parte das populações urbanas. São várias as alusões a esse tipo de aquartelamento, nomeadamente em Zózimo e em Temístio, que referem ambos a má conduta dos soldados instalados nas cidades; o primeiro ainda especifica que numa campanha militar de Valentiniano as tropas eram aquarteladas nas cidades da Gália e da Germânia[328]. Por seu turno, o Código de Teodósio dedica várias passagens à questão do alojamento obrigatório em contexto urbano mas também rural (7, 8, 1-16; 7, 9, 1-4)[329]. Se algumas dessas passagens, na ausência de referências explícitas a tropas, poderiam induzir a uma interpretação ambígua, por ser admissível que o alojamento abrangesse todos os funcionários imperiais, outras mencionam directamente a cedência de espaço a tropas em casas privadas (cf. 7, 9, 3; *nenhum soldado deverá pedir extras ao seu hospedeiro, isto é, não pedirá lenha, azeite ou colchões*). Os problemas entre os séculos IV e V foram recorrentes, havendo inclusivamente um registo de magistrados que subornaram oficiais romanos para que o exército não acantonasse na sua cidade[330]. Este acolhimento temporário de militares por cidadãos individuais não cessaria, a propósito, antes da Época Moderna ocidental[331], representando uma persistente obrigação urbana. Quanto à ocupação das muralhas em si, uma das referidas determinações (7, 8, 13) explicita que os soldados em trânsito devem ocupar os andares inferiores das torres da muralha de Constantinopla, embora seja nitidamente uma excepção, visto que o mesmo trecho impede os proprietários de apresentarem queixa contra estas ocupações dos

[324] Burnham e Wacher 1990, 36
[325] MacDowall e Embleton 2000, 20
[326] Rodgers 2006, 207
[327] Isaac 1990, 163
[328] Brulet 2004, 191
[329] Pharr 1952, 165-168
[330] MacDowall e Embleton 2000, 20
[331] Della Siega 2002, 26

espaços, que portanto eram de carácter privado. De novo, não pode ser esquecido que as cidades amuralhadas hispânicas sempre tinham servido de base de operações ocasional às tropas romanas, tal como acontecera no resto do Império. Para citar apenas um caso emblemático, retirado do *De Bello Hispaniensi* (4), é indicativo que as tropas pompeianas estavam aquarteladas *dentro* da cidade de Córdova, de onde saíram para enfrentar o exército de César, e para onde retiraram após a batalha[332].

Também Amiano Marcelino apresentou uma série de indicadores que apontam para a utilização logística e securitária dos novos recintos urbanos. Assim, quando Juliano, durante o Inverno de 356 / 357 se viu cercado em Sens (16.4.2), a defesa baseava-se exclusivamente nas novas fortificações baixo-imperiais, e quando ele pretendia entrar em Troyes, fazendo uso da cidade enquanto aquartelamento, os cidadãos hesitaram muito antes de abrir as portas, devido à presença de bandos de bárbaros nas proximidades (16.2.7)[333]. Em época tardo-antiga, a presença militar dentro das cidades tornar-se-ia uma realidade, explicitamente regulamentada na *Lex Visigothorum* (IX. 2. 6)[334], embora não se conceba uma guarnição permanente em cada cidade lusitana[335]. O poder visigótico manteve unidades intra-muros constantes logo desde o século V[336], comprovável nas cidades peninsulares ocidentais[337], e nos inícios do século VIII, a antiga Lusitânia assistiria a uma perfeita continuidade deste princípio. O acordo entre Abdalaziz e Aidulfo, cujo território se estendia desde Coimbra até Lisboa, foi semelhante ao de Mérida e Tudmir[338], e uma das concessões consistia, precisamente, no acolhimento de guarnições árabes nas praças-fortes visigóticas[339]. Os privilégios das guarnições urbanas foram uma constante durante toda a época medieval na antiga Lusitânia, havendo até redução de impostos para *los que trabajem en la muralla de la ciudad o en su castillo*, de acordo com uma carta de Afonso IX, em 1206, referente a Salamanca[340]. As ligações entre o elemento militar e o miliciano eram intensas. Neste âmbito, foram apontados por von Petrikovits[341] os razoavelmente comuns *collegia /*

[332] Way 1988, 317
[333] Matthews 1989, 394
[334] P. M. 1923, 363
[335] King 1981, 92
[336] Muñoz 2003, 18
[337] De Man 2007c, 3-14
[338] Canto 2001, 17
[339] Picard 1998, 25-26
[340] Marcos Rodríguez 1962, 33
[341] von Petrikovits 1970, 239-241

scholae militares dentro das cidades, com exemplos provinciais até o Baixo Império. Na Lusitânia, mesmo admitindo que elementos das unidades móveis tardias não acantonassem dentro de todas as cidades em tempo de paz, fariam um uso natural das infra-estruturas urbanas. A este facto é necessário acrescentar outro, que reporta à própria logística militar baixo-imperial, e que tem que ver com as *fabricae* referidas mais que uma vez na *Notitia Dignitatum* (*Occ*. IX; *Or*. XI). Desde os primeiros anos do século IV, os exércitos móveis passaram a contar com centros de armamento estatais, sedeadas em cidades[342], e embora as fábricas centrais dignas de referência nas províncias ocidentais se localizassem no Norte de Itália e no Centro-Norte da Gália[343], deve ser admitido que as unidades urbanas hispânicas, por exemplo, tivessem alguma autonomia na matéria, contando com oficinas militares de menor dimensão. Se as unidades dos séculos IV e V estacionadas nos desfiladeiros dos Alpes continuaram a ser abastecidas com materiais de produção imperial[344], idêntico fornecimento poderá ser admitido para as tropas hispânicas, em particular as que ocupavam posições urbanas com acesso directos aos eixos pirenaicos. Mas não se concebe uma total dependência das restantes tropas da diocese no tocante ao material, nem tal ideia faria sentido logístico. Além de alguns grandes carregamentos ocasionais, a produção e reparação militar caberia a oficinas urbanas.

A inferência de aquartelamento permanente a partir dos dados tem de ser cautelosa e posta em relação com as milícias urbanas. De facto, os exemplos de recruta e manutenção de guarnições urbanas[345] reflectem um investimento urbano autónomo na sua segurança, complementar ou mesmo independente das legiões imperiais. Quanto a forças urbanas irregulares, nos períodos romano tardio e bizantino, de acordo com uma expressão de Maurício (*Strat.* VIII, 1, 38)[346], as cidades teriam necessariamente uma guarnição permanente, o que na Lusitânia se traduziria numa articulação por enquanto mal definida com as unidades análogas aos *burgarii* das restantes províncias ocidentais, que estavam isentos de trabalhos para particulares, por determinação imperial[347]. Dentro das muralhas em si, as cidades tardo-romanas dispunham de uma guarda nocturna, cujos membros, segundo João Crisóstomo, apenas *andavam às voltas no meio do frio,*

[342] Coulston 2004, 78
[343] Contamine 1984, 8-9
[344] Cavada 1999, 93-103
[345] van Berchem 2002, 10
[346] Dennis 1984, 82
[347] Balil 1970, 618

gritando muito enquanto caminhavam pelas ruas estreitas[348]. Forças policiais como os *vicomagistri* parecem muito raras, sendo apenas documentadas num período anterior ao Baixo Império, e mesmo assim resumem-se a Roma e a Spoleto[349], embora grupos análogos devam ser admitidos nas restantes cidades. Santo Agostinho (*Conf.* IX, 14)[350] referiu os *guardas do foro* de Cartago nesses anos finais do século IV, cuja função parece ter sido prender ladrões. Apesar das reticências no tocante à natureza e força das tropas locais, em termos práticos, a defesa de uma cidade tinha de beneficiar de alguma organização profissional, numa hierarquia simples e interna, mas idealmente também numa rede de comunicação interdependente[351]. Uma das mais óbvias vantagens na criação de aglomerações de bases civis militarizadas consistia na facilidade de alocação de recursos, de acordo com as necessidades particulares do momento, criando um verdadeiro sistema de segurança[352] com autoridade regional. Neste âmbito, e retomando a questão do papel dos *burgarii*, ou das suas equivalências lusitanas, no contexto da fortificação urbana, é preciso insistir na ideia da vigilância das vias. O referido trecho de Arcádio e Honório data de 398, e remete sem equívocos para a dedicação exclusiva destes agentes militarizados. Nos primeiros anos do século III, algumas cidades trácias viram-se na necessidade de recrutar *burgarii* municipais[353], e ao longo do século IV a função tornara-se progressivamente contínua. Este facto é crucial para o entendimento da sua posterior promoção legionária por Honório, nalguns sítios hispânicos[354]. A legislação tardia ocidental (cf. *Ruf.* 36)[355] punia com a morte o abandono das muralhas de uma cidade durante um cerco, aplicando-se não apenas a soldados mas a qualquer defensor designado para o efeito. Os habitantes recrutados em tempos de perigo estariam numa posição de último recurso, como demonstra o testemunho da inscrição de Augsburg, referindo que os civis combateram ao lado dos militares[356]. Esta especificação aponta para uma situação excepcional, ainda que não seja de menosprezar a provável manutenção daquilo a que uma diversidade de fontes, algumas tardias, chama de *iuvenes* / *iuventutes*[357], ou seja, de forças urbanas mobilizadas para a defesa da

[348] Gregory 1979a, 29-30
[349] Bakker 1994, 132
[350] Bassols 2008, 287
[351] Alberts e Hayes 2003, 179-182
[352] Mitchell 2007, 302
[353] Labrousse 1939, 166
[354] De Man 2008b, no prelo
[355] Brand 1968, xxxii e 161
[356] Southern 2001, 106
[357] Tarel 2003, 449-472

cidade. A componente civil era crucial na defesa urbana, até na perspectiva radical que toma as cidades tardias amuralhadas como puros redutos militares. A afinidade entre a fortificação tardo-romana e as milícias urbanas é estreita, pelo simples facto de a muito localizada ou temporária presença de tropas móveis em cidades lusitanas não fornecer recursos para a protecção de muralhas. De facto, a defesa das portas e muralhas era, pelo menos onde possível, da responsabilidade exclusiva de milícias urbanas, que mantinham o acesso às torres e ronda de guarda, numa lógica de ocupação sem alterações na Idade Média[358]. Nos casos dos séculos IV e V, e até nos pós-imperiais, em que a protecção da cidade cabia a um destacamento de federados, a guarda das portas mantinha-se da responsabilidade da autoridade urbana. A *Vita Severini* (II, 1) descreve que os defensores bárbaros de *Comagenis*, no seguimento de um terramoto, obrigaram *os Romanos a abrir imediatamente as portas*, para poderem sair[359]. Aos olhos de muitos Germanos, as muralhas das cidades pareciam armadilhas, a evitar a todo o custo, e era um sentimento disseminado, bem documentado por Amiano Marcelino (16.2.12)[360]. Quanto à composição das milícias, a sua relevância é amiúde subestimada, fazendo parte integrada das defesas urbanas tardias. O seu carácter irregular atesta-se, aliás, através da sua identificação com os grupos de apoio dos circos, que nos séculos IV e V foram utilizados para protecção das muralhas urbanas[361]. A ideia de um grupo de habitantes se revelar incapaz de proteger as muralhas da sua cidade é de resto incorrecta, como o demonstra o relato do cerco a Sergiópolis, onde duzentos defensores civis resistiram ao avanço de um exército persa[362]. Valentiniano ordenou que até os grupos privilegiados deveriam *defender as muralhas e as portas da cidade*, em caso de necessidade[363]. Paulino de Pella descreveu o cerco a Bazas, a sua cidade natal, que aparentemente não dispunha de uma guarnição dissuasora, já que foi necessário subornar um grupo de Alanos para defender as muralhas, embora o caminho de ronda se mantivesse ocupado por *uma grande multidão desarmada, de homens e mulheres*[364]. No fundo, esta atitude significa que os civis não delegavam a sua posição nas muralhas a um bando de mercenários, e de qualquer forma a assimilação de civis romanos na defesa quotidiana das fortificações viria a tornar-se relativamente comum, pelo menos

[358] Viollet-le-Duc, 1997, tomo III, p. 195
[359] Siffre 2002, 111
[360] Johnson 1977, 63
[361] Gregory 1979a, 28
[362] Isaac 1990, 253
[363] Bachrach 1995, 68
[364] Maurin 1992, 366

desde época bárbara, como se depreende de vários dados funerários ocidentais[365]. Tais indicadores configuram uma firme associação entre a descentralização militar e o empenho municipal no fortalecimento das autarcias defensivas. Mesmo após o século V, as muralhas mantinham-se a mais simbólica das posses urbanas, algo que se vislumbra, por exemplo, através do reforço apenas temporário, com oitocentos cavaleiros, das ineficazes defesas autónomas de *Pharan*, a moderna Feiran, de acordo com Antonino Placentino[366], e se documenta bem em *Conimbriga*, onde mesmo após a instalação de um fortim visigótico houve separação clara com o restante traçado das muralhas[367].

Nenhuma muralha lusitana sofreu cercos prolongados durante o século V, pelo menos de acordo com o que depreende das fontes escritas. Alguns enterramentos poderiam, no entanto, ser compagináveis com um tal cenário. É verdade que as inumações intra-muros hispânicas são relativamente precoces, e começaram por ser de baixo estatuto, como se constata em Valência, já no século V[368], onde a questão da muralha tardia se encontra, porém, longe de solucionada[369]. Não é, no entanto, líquido que nessa época se tratasse de um fenómeno amplamente aceite, e além disso a prática continuava a ser punida por lei[370]. Neste quadro, alguns exemplos lusitanos de enterramentos internos aparentam ser directamente articuláveis com a questão da violência do século V. Numa das casas da Morería, adjacente à muralha portanto, dois esqueletos encontravam-se sob as telhas de um telhado colapsado, enquanto noutra tinha sido realizado um enterramento apropriado. Tendo em conta a aversão romana a inumações dentro da cidade, este último facto foi tido como indicador de um cerco, durante o qual os habitantes não teriam conseguido alcançar os cemitérios extra-muros[371]. Em *Conimbriga*, foram achados cinco esqueletos no tanque do peristilo principal da casa de *Cantaber*, um os quais associado a duas moedas de ouro de Honório[372], situação também difícil de perceber fora do contexto de uma ocorrência traumática, visto que nesse mesmo século V se continuou a insistir em enterramentos extra-muros[373]. São

[365] De Marchi 1999, 117
[366] Isaac 1990, 95
[367] De Man 2007c, 12
[368] Kulikowski 2006, 152
[369] Martí Matias 2001, 29-30
[370] De Man 2005a, VI 1-4
[371] Kulikowski 2005, 51
[372] Correia 1936, 4
[373] Alarcão 1992c, 8

dados que, embora apelativos nesse sentido, se mantêm difíceis de conectar especificamente a um cerco. De resto, Johnson[374] sugere que os sucessos orientais dos Godos se tenham devido essencialmente ao estratagema de seduzir a população local, concepção mantida linearmente, um milénio depois, na lógica maquiavélica[375]. A incursão franca de 355 fez com que quarenta e cinco cidades gálicas se rendessem aos invasores, sem qualquer ataque ou cerco, porque simplesmente não havia exército de manobra na região para apoio célere, tornando-se inútil a resistência urbana[376]. A verdade é que foram bastante raras as conquistas por cerco, por iniciativa germânica. Um dos poucos registos de tal empreendimento consistiu num cerco de trinta dias à cidade de Sens, cujo desfecho foi extremamente negativo aos atacantes; outro exemplo foi o do cerco a Adrianópolis, na sequência da batalha em si, que redundou em idêntico falhanço, e na declaração de Fritigerno, imortalizada por Amiano Marcelino (31.6.4), de se sentir *em paz com as muralhas*[377]. A utilização de torres de assalto por bárbaros foi perfeitamente episódica, havendo uma referência oriental a essa táctica[378]. Acrescia à pura incapacidade técnica uma série de outros factores, entre os quais a falta de suporte logístico ou ainda convicções morais. Juliano de Toledo (*Hist. Wamb*. 13 e 17)[379], colocou em evidência um certo desprezo por quem prefere *combater dentro da cidade, do cimo das muralhas (...) encontrando a sua esperança de vitória mais nas muralhas do que na coragem*. O próprio saque de Roma em 410 ocorrera na sequência da abertura da porta Salária, por Faltónia Proba que, de acordo com Procópio, desejava evitar um cerco prolongado, ou então por mercenários que nesse momento se moviam na cidade[380], e não por insuficiência da guarnição[381]. Por seu turno, a reconquista bizantina do Norte de África assentou quase por inteiro na revolta das milícias urbanas romanas, que dominaram as guarnições vândalas estacionadas nas cidades, entregando-as às tropas bizantinas, numa pressão crescente que culminou na batalha de Tricameron, em 535. Este esquema, a propósito, não funcionaria na Europa, onde Belisário, e depois Narses, se viu forçado a uma prolongada guerra de cerco às cidades[382], muitas das quais tinham chegado à conclusão que as suas obrigações fiscais seriam menos agressivas sob

[374] Johnson 1983, 79
[375] Maquiavel 2003, 105
[376] Grenier 1946, 377
[377] Matthews 1989, 393
[378] Barbosa 2008a, 254
[379] Martínez Pizarro 2005, 113
[380] Rauscher 2006, 92
[381] Adam 2007, 30
[382] Bachrach 1995, 70

os Godos do que sob os Bizantinos[383]. Na Lusitânia, o avanço suévico da década de 460 também fez uso de estratagemas e não de ataques directos às muralhas. Idácio e, com base neste, Isidoro de Sevilha, relataram as conquistas de *Conimbriga* e de Lisboa, ambas tomadas pela traição; a primeira cidade foi dominada *dolose* e *in pace decepta*, e a segunda *tradente* (*Hyd.*, *Chron.* 229 e 241[384]; cf. *Isid.*, *Hist. Suev.* 90[385]). Os dois casos até reflectem, com razoável probabilidade, questões internas de facções hispano-romanas concorrentes para as quais os Suevos foram atraídos[386]. Aquando das ofensivas de Leovigildo, um século depois, a fortaleza estruturante do Ocidente hispano-bizantino de Medina Sidonia foi retomada através da traição de um certo Framidanco, provavelmente o governador da cidade[387]. Aos ataques dos Bárbaros era amiúde contraposta apenas uma procissão litúrgica em torno das muralhas da cidade, sob a orientação do bispo local, numa reminiscência de *lustratio urbis*. São vários os exemplos hispânicos tardo-antigos desta técnica defensiva espiritual, ou *circuitus murorum*, cujo efeito consistia mais na recuperação da coragem dos defensores do que na oposição aos atacantes. De acordo com Gregório de Tours, quando os Francos tentavam capturar Saragoça em 541, observaram grupos de mulheres vestidas de preto e com cinzas nos cabelos, numa procissão de lamentos em torno das muralhas da cidade. Inquiriram um agricultor sobre o significado desse espectáculo, que tinham tomando como magia negra, mas foi-lhes explicado que se tratava de uma cerimónia sagrada destinada a proteger a cidade; existem vários exemplos análogos na Gália[388].

5.4. Eficácia militar concreta na Hispânia

Se por um lado parece admissível que em 409 não havia tropas romanas utilizáveis para manobras de campanha em território peninsular, a normalização do general Constâncio terá culminado numa redistribuição de forças peninsulares, como aconteceu na Gália. O problema deste raciocínio é que em 410, alguns contingentes hispânicos elegeram um homem de nome Máximo como imperador, rebelando-se dessa forma contra Constante, filho do usurpador Constantino III, por considerarem que a defesa dos Pirinéus tinha

[383] Delbrück 1990, 377
[384] Tranoy 1974, 171 e 175
[385] Rodríguez Alonso 1975, 316-319
[386] Kulikowski 2004, 200
[387] García Moreno 1989, 116
[388] McCormick 1990, 241-242 e 343

sido mal gerida. Essas tropas, em 411, até puseram Constantino sob cerco em Arles[389], e Máximo cunhou moeda em Barcelona, celebrando a sua proclamação em Tarragona[390]. Possivelmente terá havido algum acordo militar de princípio com os Bárbaros[391]. É portanto nítido que havia unidades militares hispânicas em estado operacional, e provavelmente numa associação com grandes urbes fortificadas[392]. Certo é que, poucos anos depois, em 419-20, se encontrava um exército imperial no Noroeste, possivelmente as quatro a doze unidades de *auxilia palatina* do conde das Espanhas, Sabiniano[393], estacionadas inicialmente no lado hispânico dos Pirinéus aquando da expedição dos federados de Valia. Este exército, já sob outro comando, foi de tamanho suficiente para impedir os Vândalos de aniquilar os Suevos na Galécia, e para encaminhá-los para Sul. *Os Vândalos levantaram o cerco aos Suevos, perante a pressão de Astério, conde das Espanhas; o vicário Maurocelo matou um grande número deles em Braga, enquanto retiravam. Eles então abandonaram a Galécia e foram para a Bética* (*Hyd.*, *Chron.*, 74)[394]. Isidoro (*Hist. Wand.* 73)[395] refere o cerco e a retirada, mas sem qualquer menção à decisiva intervenção romana. Também não o fez nas matérias concernentes a 422, quando outro exército, comandado pelo *magister militum* Castino, avançou sobre a Bética para enfrentar novamente os Vândalos, com um desfecho menos feliz (*Hyd. Chron.* 77)[396]. Esta derrota de Castino, motivada em parte pela traição dos seus auxiliares godos, representou a aniquilação das unidades comitatenses na Hispânia, e a morte de Honório no ano seguinte inviabilizou a remilitarização da Península[397], deixando principalmente as cidades da faixa atlântica sem apoio de um exército móvel. No entanto, a mera condução das expedições até 422 demonstra bem que o Império não tinha renunciado à Hispânia, submetendo-a novamente ao seu domínio formal através do poder visigótico, com excepção dos territórios suévicos, cuja expansão de 438 encurralou o Império na Tarraconense[398], numa espécie de imperialismo suévico que invertia as posições na Península Ibérica. É sintomático que as cidades fortificadas do Ocidente peninsular não ofereciam mais do que uma ocasional resistência a estes

[389] Ferrill 1986, 118
[390] Marot 1997, 577
[391] Tranoy 1974b, 35
[392] De Man 2008b, no prelo
[393] García Moreno 1989, 50
[394] Tranoy 1974, 125
[395] Rodríguez Alonso 1975, 293
[396] Tranoy 1974, 125
[397] García Moreno 1989, 52
[398] Orlandis 1988, 38-39

avanços, o que aponta para convénios pelo menos tácitos de manutenção de paz. A fraquíssima expressão numérica dos grupos suévicos em caso algum poderia sustentar o domínio efectivo de quase metade da Hispânia sem garantias por parte das elites urbanas. Possivelmente, terá havido algum aproveitamento de rivalidades locais, com a promoção de famílias mais coniventes com o domínio suévico, numa luta pelo controlo das cidades lusitanas[399]. Continuaram as importantes incursões romanas ao longo da primeira metade do século V, finalizando com a de Vito, em 446-7 (*Hyd. Chron.* 134)[400]; por fim, o avanço de Teodorico II, a mando do imperador Avito, já pouco teve a ver com o restabelecimento da ordem romana. A incapacidade militar romana na Tarraconense revelou-se em 454, quando a última província romana se viu obrigada a recorrer a Frederico, irmão de Teodorico, para combater *Bacaudae Terraconenses* (*Chron*. 158). As cidades fortificadas do Ocidente peninsular surgem repetidamente como pontos centrais nestas décadas de razias pela Lusitânia. De acordo com Idácio, cujo texto tem de ser aduzido à exaustão neste contexto, os alvos da cobiça são sempre urbanos: Lisboa, Mérida, *Conimbriga*, Mértola, a par das outras cidades hispânicas, são colocadas num registo estratégico, que se compreende apenas, de uma perspectiva vândala, suévica ou visigótica, no âmbito de um anseio por efectivo controlo territorial. O poder imperial ia mantendo alguma influência diplomática na Hispânia ocidental, até o assassinato de Aécio por Valentiniano III, quando a sequência de tratados de paz foi quebrada quase imediatamente[401]. Os abusos dos federados visigóticos[402] também destabilizaram fortemente as cidades fortificadas da Lusitânia. Relatam Idácio de Chaves (*Chron*. 175-186)[403] e Isidoro de Sevilha (*Hist*. *Goth*. 31-32)[404] a expedição visigótica de 456 pela Lusitânia, que termina junto de Mérida, no seguimento da vitória sobre os Suevos. Tendo planeado saquear esta cidade, Teodorico foi tomado de pavor perante os milagres de Santa Eulália e regressou à Gália, atacando Astorga e Palência pelo caminho, com apenas o local fortificado de Coyanca (*Couiacense castrum*; *vide Chron*. 186) a resistir aos ataques godos.

Mesmo após a reconquista da Lusitânia e da Tarraconense pelos Visigodos, por volta de 468, continuava a subsistir uma expressão de forças hispano-romanas nas cidades

[399] Kulikowski 2004, 199
[400] Tranoy 1974, 141
[401] De Man 2006a, 41-42
[402] Quiroga 2004, 41-42
[403] Tranoy 1974, 157-161
[404] Rodríguez Alonso 1975, 220-223

amuralhadas destes territórios, que tinham sobrevivido às incursões suévicas. Tanto Isidoro (*Hist. Goth.*, 34)[405] como a Crónica Gálica (XVI)[406] referem que os Godos enfrentaram a nobreza provincial, o que implica a existência organizada de grupos de combate autóctones, apesar de uma suposta desmilitarização da população do Império a partir de finais do século IV[407]. Ambos os corpos de exército visigóticos que penetraram na Península, já na década de 470, enfrentaram severa resistência das cidades, em particular das da Tarraconense[408]. Admitindo a parcial ruralidade da maioria da *nobilitas*, os seus pontos de gravidade eram nitidamente urbanos, e teria necessariamente de articular a sua acção com as cidades conquistadas por Eurico. As primeiras a cair, após acérrima luta, foram Saragoça, Pamplona, Tarragona *et vicinas urbes*, e depois as da Lusitânia, como se depreende de Idácio, que denuncia os abusos, possivelmente localizados, aos Romanos da Lusitânia. Quanto à resistência das cidades, as referências directas da Crónica, neste espaço de tempo, a *Conimbriga* (466 e 468) e a Lisboa (469), deixam entrever forças urbanas dissuasoras em contexto suévico, na medida em que a fonte menciona negociações diplomáticas e conquistas pela traição (*Chron.* 231 e 241; 246)[409]. De sublinhar que já se vivia a duas gerações da invasão da Península, pelo que as cidades fortificadas lusitanas apenas de forma retórica poderiam ambicionar uma reintegração substantiva no Império. A verdade é que o poder militar autónomo latino não era de menosprezar, e baseava-se em grande parte nas guarnições das cidades fortificadas. Com anterioridade ao reino de Toledo, os próprios assentamentos godos não eram seguramente urbanos, havendo estabelecimentos rurais de notável antiguidade, nomeadamente recuáveis até o século V[410]. Por contra, é reconhecido há bastante tempo que alguns locais de toponímia sugestiva, como os Campos Góticos a Oeste de Palência, nada têm que ver com acampamentos domésticos, mas sim com as campanhas suévicas de 457-458[411]. Os territórios de produção hispano-romana mantinham uma forte ligação estrutural com as cidades. No início do século VI, apenas uma das múltiplas autonomias godas que se opunham a Teodorico, concretamente a de Teudis, conseguiu organizar uma força de dois mil *bucelarii*, recrutados precisamente nos domínios sujeitos às cidades, graças à preponderância

[405] Rodríguez Alonso 1975, 227
[406] Grosse 1947, 99-100
[407] Williams e Friell 1994, 182
[408] Orlandis 1988, 49
[409] Tranoy 1974, 172-177
[410] Morín de Pablos 2006, 175-216
[411] Reinhart 1945, 124

social da sua esposa hispano-romana[412]. A este respeito, é muito interessante que nos primeiros anos do século VI, na região a Ocidente de Orléans, havia tropas que operavam já sob um comando local, mas que se identificavam ainda como romanas através dos seus estandartes e uniformes[413]. Procópio considera estas unidades como *claramente pertencentes às legiões de que outrora tinham feito parte, [já que] continuam a levar os seus estandartes em combate, mantendo os costumes dos seus antepassados*[414]. Essas forças eram nitidamente coordenadas através de mecanismos urbanos, cuja tradução pode não ter sido linear para a Hispânia, mas não se concebe a contínua manutenção de cidades na instabilidade lusitana do século V sem defensores urbanos profissionais. Logo desde o século V, os galo-romanos foram integrados no exército visigótico, o que na prática incluía as milícias urbanas e os exércitos privados da nobreza provincial. A obrigatoriedade de integrar o exército encontra-se bem patente na *Lex Antiqua* (IX, 2, 2), datada do reinado de Eurico[415].

Em suma, no que diz respeito às muralhas tardias e às suas funcionalidades concretas, não convence totalmente a ideia de uma súbita estratégia de renúncia do poder central[416], avançada noutro lado[417], fortificando as cidades para deixá-las à sua sorte contra incursões, podendo-lhes assim subtrair guarnições imperiais, ou ocupá-las como fortalezas, de acordo com a necessidade. Embora seja indiscutível que a rede urbana tenha acabado por funcionar desse modo durante curtíssimos períodos, e apenas a nível regional, não deixa de ser interessante que, na Lusitânia, a melhor expressão desse funcionamento se tenha materializado apenas em época pós-romana, por exemplo durante a expansão suévica de finais do século V, ou com ainda mais nitidez através da subsidiária rede episcopal. E que, no âmbito peninsular, tenha sido na oposição entre Visigodos e Bizantinos que a interligação de cidades atingiu uma certa articulação coerente, adaptativa e de média duração. Morto Ágila, as escaramuças entre Atanagildo e os contingentes orientais que, em 554, vieram reforçar a força expedicionária resultaram num posicionamento mais ou menos estático, que se costuma designar por fronteira bizantina, provavelmente por meio de um acordo[418]. A concepção de Ripoll

[412] García Moreno 1996, 17-18
[413] Bachrach 1995, 68
[414] Contamine 1984, 5
[415] Muñoz 2003, 22
[416] Montanelli 2002, 279
[417] De Man 2006a, 17
[418] García Moreno 1989, 103

López sobre a natureza dessa oposição, negando a existência de uma verdadeira separação rígida em favor de unidades territoriais menos claras[419], parece coincidir com um panorama de firmes associações urbanas *ad hoc*. É nítido que o sistema urbano bizantino se apoiou fortemente numa rede de fortins de altura em zonas intermédias sem implantação evidente. Isto resulta muito claro no Levante, onde sítios como València la Vella, com apenas 3, 8 hectares de superfície e sigillata e material anfórico situável entre os finais do século VI e princípios do seguinte (Hayes 91 D, 99 C, 101, 103, 104 e 105; Keay LIII, LIV, LV, LVI, LXII) protegia o aqueduto de Valência, a dezasseis quilómetros da cidade. Outro local, o Punt del Cid, em Almenara, próximo de Sagunto, controlava a passagem da Via Augusta e é uma fortificação considerável, adaptada ao relevo do monte, com uma superfície de dez hectares e dezasseis torres, possivelmente visigótico tardio mas considerado bizantino[420]. Reconhece-se nesta lógica uma ocupação militarizada de pontos de controlo peri-urbanas situadas a uma distância de pouco mais de dez quilómetros em torno das cidades fortificadas. Contrariamente aos paralelos em áreas pacificadas, nos quais só poderá ser procurada uma função fiscal, estes pontos avançados tardios, construídos em pedra mal esquadrada e com recurso abundante a argamassa, exprimem uma conjuntura particular na qual não existe uma fronteira mas sim uma sucessão de unidades geográficas inconstantes. Idêntica permeabilidade territorial se observa, aliás, em Itália, na oposição entre cidades bizantinas e lombardas, sem fracturas de natureza humana, agrícola ou comercial[421]. As cidades fortificadas do Ocidente peninsular ibérico devem ser entendidas numa perspectiva análoga, não apenas durante as tensões com o mundo oriental, mas provavelmente também durante o século V, nas oposições entre a Tarraconense e as zonas bárbaras e, noutra versão do mesmo tipo de vínculo, nas das cidades lusitanas e a monarquia suévica. As fronteiras regionais, tal como não o haviam feito em época tardo-romana, não serviam propósitos fixos, mas representavam antes de mais áreas de influência dominante. Em questão de segurança, o papel das fortificações urbanas lusitanas deve também acentuar uma vertente interna, que assenta na estabilização política, numa época de constante emergência de usurpadores[422]. A mera existência de uma sequência de cidades amuralhadas serviria de travão à propagação quase instantânea de apoio a um pretendente. Bastaria uma guarnição de alguns homens, e um

[419] Ripoll López 1996, 261
[420] Martí Matias 2001, 22-29
[421] Gasparri 1995, 18-19
[422] Goldsworthy 2007, 456

estandarte imperial, para abrandar um avanço directo. Em tais circunstâncias, a hesitação do momento, e a expectativa de se vir a encontrar uma situação idêntica nas cidades seguintes por parte de quem avançava, conteria danos enquanto a população local reconsiderava as suas opções, o que seria impossível numa cidade aberta. Nesta perspectiva, a fortificação urbana representa uma validação do poder imperial num contexto de secessões contínuas, e não tanto uma protecção contra eventuais invasores exteriores à Romanidade.

6. Comunicações, segurança e lógicas territoriais

6.1. Investimento viário tardio entre cidades fortificadas

Há muito que se vem a apontar o considerável número de miliários tardios, com aparente incidência maior no Noroeste peninsular, o que já foi colocado em relação com eventuais rotas de transporte de minério e mesmo tido como catalizador da expansão do cristianismo[423]. O interesse imperial na manutenção de vias, e na sua simultânea utilização propagandística, não é um fenómeno especificamente tardio, mas desde os meados do século III tais obras articularam-se concretamente com a fortificação urbana, na Galécia mas também na Lusitânia. Tem sido sugerido, com bastante razoabilidade, que a manutenção viária nestas e noutras áreas da Hispânia passou totalmente para a administração das cidades a partir de época tetrárquica[424]. É provável que nunca tenha existido uma relação exclusiva entre as muralhas e as vias, considerando que as primeiras representam apenas uma característica monumental de um mais amplo desenvolvimento urbano[425]. Na prática, porém, a relação viria a ser determinante no período tardio. Os dados de províncias separadas por grandes distâncias, desde a Síria até à Germânia, são concordantes e parecem indicar que as incursões bárbaras não se preocuparam muito com os núcleos rurais, tendo sido dirigidas directamente às cidades fortificadas, fazendo uso das vias romanas[426]. Tal utilização, razoavelmente previsível aos fortificadores de cidades, demonstra que a vertente militarizada da paisagem urbana tardia não poderia ignorar as comunicações terrestres. O controlo tardio do *cursus*

[423] Almeida 1972, 121-122
[424] Blázquez Martínez 1982, 117
[425] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 345
[426] Whittaker 1976, 157

publicus no Ocidente hispânico, posto em relação com o transporte de imposto em género, assentava em grandes centros urbanos com postos militarizados intermédios[427]. A verdade é que a ligação entre as *civitates*, o exército e as estradas emana de uma precoce lógica alto-imperial. É no mínimo sugestiva a epigrafia funerária militar do Alto Império, em cidades lusitanas não coloniais que viriam a integrar-se na rede de fortificações tardias, como Idanha-a-Velha[428] ou Mértola[429], o que leva a considerar disposições estratégicas análogas em épocas precedentes, eventualmente apoiados no retorno ou radicação desses veteranos.

De qualquer das formas, a interferência imperial na segurança urbana e regional foi nítida durante grandes períodos do Baixo Império, ainda que à partida possa não existir correspondência linear com manutenção viária em si, progressivamente descentralizada. A rarefacção de dedicatórias imperiais, mesmo correlacionada à continuidade nos miliários, demonstra uma mutação nas relações provinciais, sem se tratar de um corte propriamente dito[430], provando um empenho especial nas vias. Posto de outro modo, o poder central mantinha um evidente interesse no funcionamento binómico urbano-viário das províncias, mas em moldes distintos dos alto-imperais, passando a condicionar a iniciativa local. Uma determinação constantiniana de 319, retomada por sucessivas imposições de Valentiniano, Teodósio, Arcádio e Honório, entre 387 e 423, decreta a obrigatoriedade de todos os habitantes das províncias participarem na construção e reparação de vias, anulando qualquer isenção que eventualmente se aplique a outro tipo de trabalho manual compulsivo (*C. Th.* 15. 3. 1-6)[431]. Tal concentração de esforços nas comunicações entre as novas fortificações torna-se evidente na Lusitânia. De facto, por comparação a outras províncias, surgem como relativamente frequentes os miliários lusitanos referentes ao período diárquico-tetrárquico, constantiniano e valentiniano[432]. Combinando esta realidade com a tendência tetrárquica de as cidades custearem as vias do seu território, embora de forma indirecta, através de financiamento retido com autorização imperial, torna-se concebível que se trate de monumentos honoríficos, que reflectem as obras de fortificação e recuperação de vias. A multiplicação de miliários lusitanos posteriores à dinastia de Constantino tem sido, aliás, interpretada nesse

[427] Rodríguez Colmenero 2007, 225
[428] Mantas 1987, 34
[429] Macias 2005, 236-237
[430] Le Roux 1995, 113
[431] Pharr 1952, 431-432
[432] Solana Saínz e Sagredo San Eustaquio 1998, 11-72

sentido[433] e, numa mesma lógica, não deixa de ser interessante que a maioria dos exemplares orientais coevos seja latina, havendo apenas alguns casos bilingues[434], o que aponta para propaganda militar ou então, mais verosimilmente, para demonstrações de lealdades locais, nomeadamente as das cidades. Dotadas de fortificações, elas tinham adquirido a capacidade de consolidar uma eventual dissidência, como se constatara, ao longo do século III, em especial na Gália e na Britânia, e importava afirmar fidelidades imperiais através de formas tardias de munificência pública.

Se é perfeitamente notória a localização das defesas tardias sobre grandes vias lusitanas, é preciso referir também que a preocupação imperial com a segurança das redes urbanas tardias não se iniciou com os tetrarcas. Algo mais precoce, um marco recentemente identificado[435] é referente à curta dinastia dos Décios (249-251). A associação de Herénio Etrusco e de Hostiliano ao pai deu-se em 250, realidade que até conta com dois reflexos epigráficos hispânicos (CIL II, 4957 e 4958[436], ambas da Tarraconense). O que importa é a colocação deste marco num eixo estruturante como a via *Ebora – Salacia*. Outro exemplar provém de Tamazinhos, no território de *Conimbriga*[437]. Dois miliários tardios de Lisboa são relacionáveis com o troço para Santarém, entre dois núcleos administrativos cruciais, portanto. Trata-se do exemplar a Probo, da Casa dos Bicos, e de um outro, perdido, referido por Marinho de Azevedo (CIL II 4631), interpretado como sendo de Magnêncio[438]. Proveniente da alcáçova de Santarém, um segundo marco a Probo é conectável com outros, da zona de Alpiarça e Ponte de Sor, documentando uma renovação de troços viários entre Lisboa e Mérida, iniciada já sob Tácito[439]. Recorde-se, aliás, que Probo reconstruiu os monumentos e as defesas de setenta cidades[440], o que talvez lance uma outra luz sobre a importância dos incentivos imediatamente pré-tetrárquicos. Na Lusitânia, embora não havendo provas concretas de actividade fortificadora entre Aureliano e a tetrarquia, é necessário considerar as funções viárias propagandísticas nesse panorama específico, o que torna insinuante a multiplicação de miliários. São vários os exemplares lusitanos que datam de Tácito

[433] Mantas 1996a, 137-138
[434] Isaac 1990, 305-306
[435] Bilou 2004, 48-51
[436] Hübner 1869, 656
[437] Alarcão 1988b, 101
[438] Mantas 1994, 73
[439] Guerra 2002, 184
[440] Johnson 1973, 222

(CIL II 4635 e 4636, *in itinere Scallabi Emeritam*; CIL II 4638, da Capinha[441], e outro de Benfeita[442]), embora seja de destacar aquele que foi achado em Tomar (CIL II 4959[443]), e que não parece ostentar qualquer indicação de distância[444]. Trata-se, pois, de uma mera coluna honorífica viária, sem funcionalidade adicional. Já tetrárquico, um miliário a Maximiano (CIL II 4960[445]), depositado na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, data com probabilidade de 293-294, e é proveniente de Tomar[446], sendo conhecido outro exemplar lusitano do mesmo imperador[447]. Um miliário a Constâncio Cloro (CIL II 4632) provém de Alverca (*no açouge da dita villa*)[448], e outro de Benfeitas, nas imediações de Oliveira de Frades[449]. Considerando a Hispânia, os primeiros dos miliários tetrárquicos parecem ser mais expressivos na Lusitânia, enquanto que os das seguintes fases da tetrarquia e os da dinastia constantiniana predominam na Galécia e Bética. Em suma, os exemplares lusitanos referem uma notável sequência de imperadores tetrarcas, que são mencionados ora em separado, ora em conjunto, e de herdeiros da casa constantiniana. Os imperadores da primeira tetrarquia são referidos em conjunto em três exemplares, Constâncio I em cinco, Galério, e Maximino Daia uma vez e Licínio, duas. Constantino, por seu turno, sobrevive em sete miliários lusitanos, tal como vários dos seus sucessores: Licínio Júnior (três), Crispo (um), Constantino II (seis), Constante (um), Constâncio II (dois) e Juliano (um)[450]. O século IV continuou a assistir à promoção imperial viária, como demonstram as referências a Constantino, Licínio I, Licínio II, Constâncio, Crispo, Constâncio II e Valentiniano e Valente[451].

Portanto, se nas vias terrestres romanas, mesmo nas públicas, existiu sempre, de forma mais ou menos nítida, uma vertente de cariz militar, provocando amiúde alguma confusão com hipotéticos *limites*[452], a configuração da disposição territorial tardia obrigou a que as unidades pós-dioclecianas lhes voltassem conceder uma renovada

[441] Hübner 1869, 620
[442] Maciel 1996, 31
[443] Hübner 1869, 656
[444] Dias 2005, 232
[445] Hübner 1869, 656
[446] Almeida e Moser 1990, 142
[447] Solana Saínz e Sagredo San Eustaquio 1997, 255
[448] Hübner 1869, 619
[449] Maciel 1996, 31
[450] Solana Saínz e Sagredo San Eustaquio 1997, 255-268
[451] Maciel 1996, 44
[452] Isaac 1990, 103

atenção, apesar da degradação de algumas *viae publicae* já nos finais do século III[453]. Não era, primariamente, assim por razões de comunicação – as estradas da Antiguidade Tardia encontravam-se num estado de conservação em nada superior àquilo que tinham sido sob o Alto Império; *vide Dig.* 43, 7, VII e VIII[454] – mas antes porque elas ligavam fortificações. Talvez seja de considerar a hipótese de uma relação directa com a recolha e transporte de *annona militaris*[455], actividades necessariamente dependentes dessa relação entre a via e a cidade. Mas mesmo admitindo a existência de muralhas urbanas concebidas em grande parte para esse efeito[456], é preciso reconhecer que, apesar de alguns fortes, o eixo da actual Vía de la Plata não terá sido tão intensamente fortificado, como o foi, por exemplo, a *strata Diocletiana*[457], ou as vias na zona de Trier, Colónia e Estrasburgo, ao longo das quais foram instalados grandes sistemas de fortins a partir de meados do século III[458]. Também a tarraconense / cartaginense *Via Augusta* contava, para além das cidades amuralhadas e núcleos menores, com um sistema de fortificações chamado de *clausurae*, que protegia a estrada[459]. Foi nítido o esforço ravenaico de manter o domínio sobre esta antiga via, eixo logístico central na última tentativa de restauro da romanidade hispânica por Majoriano, em 460[460]. O sistema era muito semelhante às outras *clausurae*, dotadas de muralhas de quatro metros e meio, construídas nos vales do Atlas, e que protegiam os acessos a Cartago[461], tal como as *clausurae* que existiam nos Alpes e muito hipoteticamente nos Pirinéus, onde essas defesas de resto não se situavam nas montanhas em si mas sim nas planícies e nas rotas de acesso[462]. Estes exemplos são demonstrativos de uma defesa do Império que sempre hesitou em retrair-se para o nível local, mantendo uma concepção estratégica que, em última instância, era territorial, e que garantia a defesa de vias terrestres e marítimo-fluviais, e mesmo de aquedutos ou fontes de água. Tais investimentos eram, porém, circunstanciais e adaptativos: houve investimento no *fossatum Africae* até 409 (*C. Th.* VII. 15. 1), protegendo, entre outros, as infra-estruturas hidráulicas no deserto da Numídia, fundamentais às cidades, e em 534 Justiniano reabilitou o sistema, com

[453] Van Berchem 1982, 29
[454] D' Ors 1975, 387-393
[455] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006a, 204-205
[456] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 335
[457] Rees 2004, 22
[458] Luttwak 1979, 160
[459] Nolla 2007, 644-646
[460] García Moreno 1996, 16
[461] Rodgers 2006, 212-213
[462] Balil 1968, 610

idêntico propósito[463]. É evidente que se trata de um esforço local e não a aplicação de uma estratégia global. Do mesmo modo, a referida Via Augusta foi mantida em actividade durante toda a Tardo-antiguidade[464], o que, mesmo tendo em conta a especificidade desta área, demonstra a manutenção de linhas de comunicação terrestres de longa distância no Ocidente europeu, como o propósito de ligar cidades fortificadas que garantissem autoridade imperial regional. Mesmo apenas a recolha de impostos em géneros fundamentava esse esforço. Ainda assim, fica bastante claro que os monarcas visigóticos nunca conseguiram impor a manutenção viária à aristocracia hispano-romana, havendo quem considere que, sem exército permanente, não havia interesse militar nesse campo[465]. Talvez esse suposto desinteresse não seja assim tão claro, na medida em que as guarnições urbanas visigóticas fixas eram orientadas pelos diversos *comites* regionais[466], cuja responsabilidade militar era constante, não apenas em alturas de recrutar os bucelários dos terratenentes. E além disso, imediatamente após o desembarque bizantino, a capital Toledo esforçou-se muito para conservar as vias para os seus dois grandes blocos territoriais, a Lusitânia central, em torno de Mérida, e a zona de Saragoça e da Catalunha, vital para o contacto com a Gália visigótica[467]. As estradas menores poderão ter sofrido algum desgaste, mas as vias terrestres principais entre grandes capitais regionais foram mantidas centrais no desígnio global da monarquia. A simbiose entre defesas urbanas, conservação de vias e recolha de imposto manifestou-se assim a um nível claramente central, no qual se manifestam apenas dois elementos estruturantes do poder estatal, nomeadamente o militar e o económico[468].

6.2. O programa anonário

No século IV, a *annona militaris*, de acordo com a *Historia Augusta*, passou a opor-se à *annona civica*[469], na sequência de uma alteração da sua natureza original durante as décadas precedentes[470], o que indica não apenas o antigo pluralismo do termo mas também a existência de canais paralelos para o aprovisionamento dos destacamentos

[463] Luttwak 1979, 173
[464] McCormick 2002, 93
[465] Ferreiro 1999, 223
[466] Muñoz 2003, 18-19
[467] García Moreno 1989, 105
[468] Eikmeier 2004, 4
[469] van Berchem 2002, 4
[470] Southern 2001, 159

militares. Seguindo as fontes, esse fornecimento ainda parece ocasional sob os Severos[471], numa lógica que se transformaria em finais do século III, em pleno contexto de refortificação urbana. Possivelmente, as cidades recentemente amuralhadas da Lusitânia, tal como as do resto da Hispânia, teriam como principal função a de gestão da *annona*, no âmbito da renovada estratégia imperial para a Península[472]. Há muitas décadas que a selecção de importantes nós administrativos e de comunicação, num enquadramento anonário, tem sido uma tese mais admissível do que a da apressada reacção local[473]. Porém, a fortificação urbana nunca foi condição necessária à recolha progressivamente obsessiva deste imposto[474]. A defesa regional baseada em centros urbanos fortificados permitia a concentração de mantimentos[475], embora menos dirigida a situações de conflito militar do que à sua recolha e redistribuição. Em período constantiniano, a administração do fornecimento militar passou para mãos de funcionários civis, num esquema em que o *dux* declara ao vicário a quantidade de víveres necessária à manutenção das suas tropas[476], o que no caso hispânico estaria aparentemente a cargo do prefeito militar de León, já que o desaparecimento precoce de um *dux* parece resultar directamente já da reorganização provincial de Diocleciano[477]. Este novo método foi propício ao enquadramento dos núcleos urbanos como sedes regionais de redistribuição, na medida em que consistia nitidamente num mecanismo de fornecimento a curta distância, como se depreende de um texto de 385 (*C. Th.* 11, 1, 21)[478]: *Excepto no caso do fornecimento aos* limitanei*, nenhum proprietário será obrigado a abastecer* mansiones*, nem providenciar pagamentos em géneros a grandes distâncias*. Atente-se na excepção concedida aos géneros destinados aos destacamentos militares fixos. A verdade é que ao longo de todo o Baixo Império continuou a existir trâfego de ânforas hispânicas e africanas para os fortes do *limes* germânico[479] e britânico[480], um reflexo daquela excepção patente na lei. Este comércio hispânico, em particular bético, passou a ser canalizado quase inteiramente para os circuitos militares, desde Diocleciano[481]. Parece certo, apesar de tudo, que se recorreu a recolhas pontuais,

[471] Mitthof 2001, 57-58
[472] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 335
[473] Johnson 1973, 223
[474] De Man 2008a, 428
[475] Ferrill 1986, 45
[476] van Berchem 2002, 28
[477] Le Roux 2004, 175
[478] Pharr 1952, 293
[479] Remesal Rodríguez 1986, 106-112
[480] Carreras Monfort 1998, 165-166
[481] Blázquez Martínez 1992, 179

como se depreende do fornecimento excepcional (*amplificatio annonarum*) à guarnição de Pamplona, na primeira década do século V, pode ter que ver com a promoção de tropas locais, mas também com a presença de destacamentos comitatenses[482].

Possivelmente, as primeiras fortificações urbanas da Galécia estariam numa ligação com as rotas da *annona militaris*, para a Germânia mas talvez também para os destacamentos da Tingitânia[483]. No entanto, os séculos IV e V tenderiam para a regionalização do circuito militar anonário, consistindo aliás em grande medida na preparação de *buccellatum*, ou pão seco, e no transporte de víveres, encargos impostos sob uma forma directa e pessoal na legislação mais tardia (*Ninguém estará isento*...; cf. *C. Th.* 7, 5, 2)[484]. O respectivo transporte compulsório ou *angaria*, que, como se viu, tinha limitações legais, podia ser de natureza pessoal[485], mas usualmente incidia sobre a cidade amuralhada, que assegurava a recolha anonária. Por uma questão logística, os núcleos urbanos da Lusitânia centralizavam estas receitas, recuperando assim, pelo menos sectorialmente, do muito exagerado *êxodo dos decuriões* que se teria iniciado em meados do século III. Destaca-se, realmente, uma desagregação curial associada a mutações na produção manufactureira e agrária, bem visível na Lusitânia[486]. Diversos magistrados urbanos dos séculos IV e V eram comprovadamente de condição muito modesta, como o demonstram várias referências a *curiales* iletrados, sendo trabalhadores rurais ou tecelões[487]. Mas de um ponto de vista estratégico, nenhuma dessas alterações deve ser encarada numa proporcionalidade inversa com o estado funcional das cidades, e com a sua autoridade regional. O que parece documentado por Idácio é a concentração de víveres e soldados nas cidades hispânicas na altura da invasão bárbara: *as riquezas e os aprovisionamentos guardados nas cidades são extorquidos pelo tirânico colector de impostos, e reclamados pelo soldado* (*Chron.* XVII)[488]. Em tempo de guerra, a *annona* tinha necessariamente de se encontrar nas cidades fortificadas, não por motivos de auto-sustentação em caso de cerco, mas sim porque eram os locais mais seguros e portanto mais óbvios para armazenamento, e além disso, a um nível secundário, os destacamentos dos exércitos móveis necessitariam de

[482] Le Roux 1982, 389
[483] Kulikowski 2004, 75-76
[484] Pharr 1952, 164
[485] Isaac 1990, 295
[486] De Man 2008b, no prelo
[487] Jones 1973, 737-738
[488] Tranoy 1974a, 117

bases temporárias para reabastecimento. O sistema militarizado do século IV era adverso à formação de caudas logísticas ao estilo alto-imperial, e dependia completamente da rede urbana de fornecimento para suportar operações de pequena e média dimensão. Imediatamente após a primeira década do século V, a lógica viria a manter-se sob uma forma mais casual, entre uma determinada cidade e um determinado grupo, e perpetuar-se-ia depois, sob domínio visigótico, numa versão evolucionada do sistema tardo-romano. A autoridade goda, pelo menos nalgumas ocasiões, validaria linearmente os mecanismos anonários romanos, pelo que não deve ser minorado o papel das plataformas militares urbanas na logística militar da Lusitânia imediatamente pós-romana. Muitos *castella* e cidades visigóticos conheceram figuras designadas por *erogatores annonae*, *dispensatores annonae*, ou simplesmente *annonarii*[489], cuja função reporta directamente a um aprovisionamento militar de tipo baixo-imperial, persistentemente centrado em cidades fortificadas. Esta concentração em centros populacionais militarizados não representou uma continuidade meramente passiva do sistema romano. Nos séculos VI e VII, a logística permanente do reino de Toledo apoiou-se por inteiro na rede anonária, com legislação correspondente, que obrigava os magistrados urbanos a repor do seu próprio pecúnio as eventuais entregas de aprovisionamento em falta[490].

Além do circuito da *annona* militar, destaca-se um outro vector securitário intrinsecamente ligado à defesa urbana, fazendo uso dos mesmos canais de concentração e escoamento, e tem que ver com a exploração mineira. Embora não se concordando linearmente com a ideia da fortificação de cidades lusitanas sobre a Vía de la Plata como estratégia de protecção do tráfego de minério para o Sul, já que o padrão de cidades amuralhadas é muito mais amplo, é preciso admitir que esse tráfego, de facto, existiu, e que era preciso assegurar a respectiva segurança. Le Roux chegou a equacionar a exploração dos recursos mineiros como razão principal para a própria manutenção de uma legião hispânica no século IV[491]. Precisamente, as minas lusitanas de Vipasca, em actividade até o século IV[492], dispunham de um posto militar, com paralelos na Galécia[493], e essas tropas, num ambiente perfeitamente romanizado, só

[489] Contamine 1984, 19
[490] Muñoz 2003, 34
[491] Le Roux 1982, 385
[492] Cauuet 2004, 41
[493] Domergue 1970, 273-274

podem ser interpretadas como destacamentos fiscais. Apesar da cessação da exploração estatal directa das minas no Ocidente peninsular, talvez já paralela à fortificação urbana[494], deve ser mantido presente que, desde que estivessem em funcionamento, as explorações obedeciam a normas fiscais, e que a segurança regional, centrada nas cidades, lhes deveria especial atenção. Há de resto vários outros exemplos lusitanos de núcleos de policiamento centrados em explorações mineiras, desde pequenas torres isoladas, em terreno plano, até postos de altura amuralhados, de controlo territorial[495], ou mesmo *vici* eventualmente militarizados[496], com origem na conquista mas amiúde com ressurgências tardias. Evidencia-se uma lógica idêntica noutras províncias ocidentais, na linha divisória com o Oriente[497], mas destacam-se igualmente vários sítios lusitanos com manutenção mineira nos séculos IV e V[498]. Mesmo a exploração aurífera não conheceu ruptura em território português, e prosseguiu a sua actividade no mesmo intervalo[499]. Estas explorações tardias, cuja identificação peca de certeza por defeito, distribuem-se pelos três *conventus*, e encontram-se nitidamente articulados com centros urbanos fortificados, como Mértola ou Idanha[500]. De facto, a preocupação imperial com cidades amuralhadas, em particular as marítimas, manteve-se estreitamente ligada à exploração mineira e à rede viária nas províncias hispânicas até à primeira década do século V[501], após a qual a mineração deixou de apresentar relevância directa com as fortificações urbanas durante vários séculos[502], apesar de, em teoria, ter podido beneficiar dos circuitos anonários para escoamento paralelo.

6.3. A função da cidade fortificada na segurança regional

Mais do que um indício epigráfico ocidental do século III leva a crer na existência de individualidades locais incumbidas da segurança urbana e das zonas limítrofes. Uma dessas competências localizadas é literalmente *adversus latrones*[503], mas trata-se de

[494] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 334-335
[495] Álvarez Martínez e Nogales Basarrate 2004, 258-259
[496] Carvalho 2006, 743-745
[497] Biernacka-Lubańska 1984, 83
[498] McCormick 2002, 43
[499] Martins 2008, 421
[500] Huffstot 2002, 138-139
[501] Mitchell 2007, 305
[502] De Man 2006c, 129-140
[503] Tarel 2003, 267-268

uma espécie de magistratura *ad hoc*, com variações regionais, embora a personagem em questão pertença a uma bem conhecida família senatorial. De acordo com esta lógica, é de ver que o policiamento terá, no fundo, sido baseado nas próprias cidades, complementado por postos menores, que na sua expressão mais nuclear não teriam necessariamente um carácter defensivo. Era vital que o responsável pela segurança tivesse um bom conhecimento da região[504], o que implicava a utilização permanente de elementos no território, e os respectivos milicianos formavam grupos muito heterogéneos. Em meados do século IV, os abusos dos agentes da ordem eram contínuos, a ponto de ter sido emitida legislação em conformidade, mencionando o *maléfico costume* da *guarda rural e daquelas pessoas que desempenham idêntica função* (*C. Th.* VI, 29, 1)[505]. É presumível que se trate de corpos endógenos e semi-autónomos, perfeitamente complementares à ordem urbana, que, para além da mera recolha fiscal regular e anonária proveniente dos latifúndios, se preocuparia acima de tudo com o respectivo núcleo fortificado e com a segurança das suas vias de comunicação. No Ocidente, os *viatores* estavam baseados nas próprias cidades, e formavam uma espécie de guarda viária[506], tradicionalmente recrutada nas classes mais baixas[507], com obrigatórias afinidades funcionais, ou mesmo estruturais, com a mencionada guarda rural tardia. A propósito, o termo em si oferece margem para uma certa ambiguidade, abrangendo todos os que cuidam da via, ou mesmo de proprietários de estalagens, como se poderia depreender da conhecida inscrição de *Caius Fabius Viator*, achada nas proximidades de Coimbra[508]. A aparente inexistência de *stationarii* ou de *beneficiarii* com responsabilidades viárias em grandes extensões da Lusitânia[509], por oposição à sua abundância em Tarragona na segunda metade do século III[510], remeteria a segurança regional para a esfera urbana durante o Baixo Império. Transformado em agente de informações já por Adriano, o frumentário era outra figura tardia de segurança provincial, revestindo-se amiúde da categoria de centurião, embora a sua função no exército não seja nítida. No caso hispânico, existe um exemplo de um *frumentarius* da *VII Gemina* baseado na Tarraconense (CIL II 4154), o que, como se vê, não pode ser tomado como exemplo claro de desvinculação funcional, e além disso

[504] Pernot 1997, s/p
[505] Pharr 1952, 145
[506] Spawforth 2004, 128
[507] Echols 1958, 377
[508] Alarcão 2008, 33
[509] Mantas 1996a, 548
[510] Alföldi 2006, 477

parece emergir, contrariamente à convicção tradicional, um padrão que sugere fortemente um recrutamento local[511]. A ligação desta figura com as defesas urbanas pode ter sido mais do que ocasional; um *frumentarius* cuidou da construção de aquartelamentos urbanos para os *speculatores* da *I Adiutrix* e da *II Adiutrix* (CIL III 3524), enquanto outro teve a seu cargo a superintendência da edificação de um troço de muralha na capital da Dalmácia, *Salonae* (CIL III 1980)[512]. Seria, de facto, um agente destacado lógico para supervisionar o cumprimento das directivas na edificação de muralhas, a nível provincial, em época imediatamente pré-constantiniana. Em paralelo, os frumentários continuariam a servir como detectores de revoltas[513] em cidades fortificadas, o que se revelaria crucial numa época de instabilidade imperial, em particular antes e durante a acção de Gerôncio na Hispânia. Por seu turno, os *agentes in rebus* são amplamente referidos logo desde os meados do século III (trinta e quatro disposições; cf. *C. Th.* VI, 27, VI 28 e VI, 29)[514], mas carecem já nitidamente de um enquadramento fiscal ou militar, o que à primeira vista parece excluir este serviço secreto da própria construção das fortificações em cidades lusitanas. Tal como os frumentários tardios, poderão no entanto ter funcionado como avaliadores de lealdades nesses mesmos centros urbanos. Outro canal de informações passou, após Constantino, a consistir na rede episcopal, que para a Hispânia se intensificou logo desde 312, quando Óssio de Córdova passou a trabalhar como conselheiro imperial[515]. Existia, pois, um definido interesse secundário na promoção das sedes episcopais numa província como a Lusitânia, mantendo-as funcionais na recolha e triagem de informações.

Adicionalmente, uma tese explicativa complementar para as muralhas tardias avança com o facto de as defesas terem servido, em grande medida, para impedir traficância de diverso tipo, num complemento dos controles oficiais[516]. Não repugna, pois, a ideia de uma cidade tardia transformada em guarnição viária e fiscal, directamente dependente do poder provincial. O recinto tardio de Idanha, por exemplo, é tão pequeno que poderia ser interpretado enquanto cidadela viária, tal como é o caso dos quatro ou cinco hectares do Cabeço do Vouga, e aconteceu também em diversos sítios do noroeste europeu, que

[511] Rankov 1990, 176-179
[512] Mann 1988, 149
[513] Isaac 1990, 406
[514] Pharr 1952, 140-145
[515] Wiewiorowski 2006, 339-340
[516] Watson 1999, 151

no Baixo Império se reduziram a menos de quatro hectares, passando a assemelhar-se a instalações militares ou a armazéns de *annona*. Ausónio (*Mosella* 457) descreveu Neumagen como estando na categoria dos *non castra, sed horrea Belgis*, e esse sítio tinha um perímetro baixo-imperial aproximado de 395 metros (um hectar e meio)[517]. Em contexto tardio, esta designação reporta nitidamente a núcleos desurbanizados mas fortificados, com frequência sedes episcopais rurais, como acontecia nas províncias africanas do século V[518]. Também nas províncias da *Gallia Comata* passou a haver referência, desde a tetrarquia, a *castra* situados em locais que antes correspondiam a *civitates*[519], mas note-se que na *Historia Wambae* existe já uma confusão terminológica entre *civitas*, *urbs* e *castrum*, sem relação com o estatuto do núcleo[520]. Em todo o caso, parte dessa terminologia reportará de certeza à função da cidade, isto é, nenhuma fonte tardia identificaria uma cidade como *castrum*, não se tratando de um sítio amuralhado, tomado como sede de uma guarnição militar efectiva ou potencial. A questão da ocupação efectiva é complexa, nomeadamente em zonas supostamente militarizadas. É por exemplo de reflectir sobre o estado de *Carnuntum*, outrora colónia por Septímio Severo e base da *XIV Gemina*, que em 375 é descrito como *oppidum desertum*; as restantes cidades da fronteira danubiana encontravam-se numa semelhante decadência, embora tivessem sido fortificadas a partir de finais do século III[521]. Mesmo assim, alguns serviram de centros militares, confirmando a persistência das cidades-fortaleza na articulação dos exércitos com as guarnições.

Na Lusitânia, e contrariando a intuição, a relevância individual de uma cidade não representou uma variável consistente na fortificação urbana tardo-romana. Esta deve ser entendida no quadro de dinâmicas económicas, quer na sua base tenha estado uma vincada legitimação viária ou não. No século IV, as cidades funcionavam nitidamente como estações fiscais da rede viária, tal como o tinham sido, aliás, as *mansiones* do Itinerário Antonino[522]. O seguinte trecho de 386 é elucidativo: *Ordenamos que as medidas* (modii) *de bronze e de pedra, juntamente com os* sextarii *e pesos, fiquem guardados em cada* mansio *e em cada cidade* (*C. Th.* 12, 6, 21). Trata-se de uma garantia na uniformização dos pagamentos de taxas. Tanto na Gália como na Germânia

[517] Mertens 1983, 49-50
[518] Lancel 1972, 137-138
[519] Picard 1965, 61
[520] García Herrero 1996, 102-104
[521] Borhy 2007, 101
[522] van Berchem 2002, 20

e Britânia, torna-se nítida a fortificação de aglomerados secundários, ao longo das estradas do Baixo Império[523], não necessariamente em moldes oficiais ou estratégicos, mas sim de acordo com variáveis locais. No século IV, algumas *mansiones* foram fortificadas por comandantes militares, como o oriental *dux* Silvino, de quem era esperada *a construção de mais destes fortes para os imperadores*, de acordo com a respectiva documentação epigráfica[524]. E na Galécia, é de considerar a relação muito sugestiva entre o antigo acampamento de *Petavonium* e a *mansio* correspondente, referida precisamente no Itinerário Antonino[525]. Mesmo admitindo uma concordância genérica, poderia não existir uma equivalência linear com a Lusitânia, onde aquilo a que se tem chamado *mansiones* corresponde por vezes a núcleos populacionais com alguma dimensão, tanto nos distritos pacense[526] e emeritense[527] como no escalabitano[528]. No entanto, a frequente equiparação de *mansiones* a cidades, proposta excluída pelo citado trecho legal, e até pela própria etimologia do termo, justifica-se apenas por motivos metodológicos, na medida em que todas as cidades amuralhadas funcionaram como *mansiones*, por vezes com estruturas sobreviventes dessa actividade, do lado exterior da muralha[529]. Na dependência funcional das fortificações urbanas tardias encontrar-se-iam aqueles centros viários regionais de origem alto-imperial que, amiúde, correspondiam a capitais de *civitas* sem relevância tardia. Nesse sentido, as próprias redes provinciais apoiavam e legitimavam a preponderância de certas cidades[530], em detrimento de outros núcleos. Outras retracções de altura tardias correspondem a importantes centros demográficos, como Inestrillas, Suellacabras ou Monte Cildà[531], numa nítida diluição do anterior antagonismo teórico entre cidades e sítios de altura ao longo do período romano tardio.

Quanto a estas defesas avançadas na dependência urbana tardia, com funções de controlo tardio, destaca-se um bom exemplo lusitano. Na zona de Águeda, o Cabeço do Vouga, caso corresponda realmente a *Talabriga*[532], o que parece uma proposição de

[523] Esmonde-Cleary 2007, 163
[524] Isaac 1990, 176-177
[525] Carretero Vaquero e Romero Carnicero 2005, 227-228
[526] Rodrigues 2006, 21-22
[527] González-Conde Puente 1987, 48-49
[528] Mantas 1996a, 545-547
[529] Burnham e Wacher 1990, 36-37
[530] Mitchell 2007, 303
[531] Johnson 1983, 240
[532] Silva 2003, 204

trabalho aceitável[533] mas não comprovada, representa um sítio com evolução directamente ligada a uma via terrestre, confinando com um dos grandes estuários da Lusitânia, o que explicaria bem a manutenção alto-medieval do sítio. Na verdade, tratando-se ou não da antiga *civitas*, o local teve uma aparente continuidade, demonstrável através das construções pós-romanas no sítio; o castro do Marnel, referido num documento do século XI[534], dominava a travessia da zona pantanosa do vale do Vouga, sobre a estrada entre Coimbra e o Porto. Admitindo uma confusão pliniana entre *Vacua* e *Talabriga*, e depois outra no Itinerário Antonino[535], seria necessário validar nova transição toponímica para estabelecer outra correspondência com a medieval *civitas Marnel*. Ainda sem presumir uma identificação positiva com o *oppidum* referido por Apiano (*Iber*. 71-73)[536], não se negará uma interessante sequência de povoamento, embora numa alternância por definir entre os dois núcleos da elevação, que era ainda conhecida, no século XVI, por *alcáçova*[537]. Sousa Baptista, conjugando fases de construção e elementos epigráficos provenientes da última dessas fases, apontava a segunda metade do século IV como época mais provável para a criação da plataforma quadrangular[538]. Pouco antes, também Rocha Madahil reconhecera uma construção romana, embora destacasse a relativa estreiteza da muralha, *constituída por duas fiadas apenas, de arenito, de aparelho rectangular, romano, sem enchimento intercalar*[539]. Na verdade, as intervenções recentes definiram o reforço da plataforma inicial nos finais do século III ou inícios do IV, através do acrescento de contrafortes semicilíndricos, sem alicerce, e de um muro rectilíneo[540]. É portanto necessário estabelecer, de um ponto de vista cronológico mas também funcional, uma concordância com a fortificação urbana tetrárquica. O conjunto não é uma verdadeira fortaleza defensiva, tratando-se com certeza quase absoluta de um posto de controlo viário e fluvial em época tardo-romana, localizado entre as outras duas grandes travessias do norte Lusitano, em *Portucale* e *Aeminium*. Já ficou bem provado que as cidades mencionadas nos itinerários, e em particular no antonino, nem sempre coincidem fisicamente com as vias, o que no caso hispânico pode reflectir uma estação viária urbana situada a uma determinada distância

[533] Lopes 2000, 191-258
[534] Barbosa 2005, 98
[535] Mantas 1996a, 620 e 630
[536] Fabião 2005, 55
[537] Lopes 1995, 336
[538] Baptista 1950, 20-21
[539] Madahil 1941, 79
[540] Silva s/d, 17

da cidade em si[541]. De resto, a manutenção de núcleos suburbanos ao longo de eixos romanos reflecte uma mesma coerência; mesmo sem enquadramento preciso na lógica viária é necessário admitir algum tipo de integração e, por fim, uma relação com defesas territoriais. De facto, o carácter militarizado de certas vias tardias não se verifica apenas por elas ligarem cidades fortificadas; o caso de *Statio Sacra*[542], mencionado pelo Anónimo de Ravena e por isso mantido na parte reconstruída da subsequente *Tabula Peutingeriana*[543], pode muito bem reportar a um porto fortificado de acesso bizantino[544], que se localiza sobre uma via romana, hipótese retomada de Alarcão[545]. Por outro lado, é de recordar que na legislação do século IV não parece existir distinção relevante entre os termos *statio*, *mansio* e *mutatio*[546]. A própria Reconquista da antiga Lusitânia manteve uma lógica que, na sua base, era perfeitamente comparável à romana tardia e à visigótica: importava controlar vias tardo-antigas como a calçada *de Guinea* (< *equinea*), que unia Salamanca a Cáceres e Mérida, ou a calçada *dalmatia*, entre Ciudad Rodrigo, Coria e Mérida, ou ainda a *calzadam Colimbrianam*, que partia de Ciudad Rodrigo[547]. É muito nítido que o avanço cristão no Ocidente peninsular se centrou numas três dezenas de cidades e *castra* fortificados durante o período islâmico[548], a maioria dos quais emanara da lógica tardo-antiga, como o prova a manutenção das cidades com muralhas do Baixo Império. Mas as vias que uniam esses centros urbanos precisavam ocasionalmente de investimento centralizado, retirando esse ónus da constante responsabilidade municipal, para a qual inevitavelmente tendia em períodos de acentuada regionalização. Por isso, uma importante variável parece residir na alteração dos sistemas de organização estratégica provincial.

Com implicação directa na lógica anonária, o estudo de A. Deman sobre a relação de custos de transporte para o trigo, baseado no Édito de Preços de Diocleciano, revelou que a viagem por estrada é trinta e nove vezes mais dispendioso que por mar[549]. A. M. Soares demonstrou recentemente que, para a costa ocidental da Lusitânia, a navegação

[541] Arias Bonet 2002, 202-204
[542] Schnetz 1940, 79
[543] Miller 1962, segm. I
[544] Graen 2007, 276
[545] Alarcão 2005, 301-303
[546] Mantas 1996a, 546
[547] Cintra 1984, XXIX e LVII
[548] Boissellier 2003, 395
[549] Deman 1987, 81

na Antiguidade seria muito mais fácil do que as condições actuais fazem parecer[550]. Por seu turno, Peacock estabeleceu que as condições físicas de dificuldade, por referência ao transporte marítimo, se situam numa razão comparada de 22, 6 por terra, e de 4, 7 por via fluvial[551]. Isto significa, em resumo, que os grandes transportes de mercadorias teriam de passar pelos portos das cidades fortificadas, num esquema comercial aparentado ao das *nundinae* alto-imperiais[552], embora seja nítido que as comunicações quotidianas e a deslocação de pessoas entre os mesmos centros se tenham mantido predominantemente terrestres. Não obstante, o recuo neste transporte tardio por estrada torna-se notório já em Ausónio, que para atingir o *Mosella* seguiu *um caminho solitário, através de florestas selvagens, onde nenhum traço de cultura humana se oferecia* aos seus olhos, por oposição àquilo que depois viria a encontrar nas margens do rio[553]. Por outro lado, as comunicações em navios eram consideravelmente demoradas: uma viagem de Sevilha para Cádis foi feita por Frutuoso em três dias[554]. Apesar de tudo, a par dos grandes centros portuários amuralhados, a conexão entre acessos marítimo-fluviais e viários permitia a sobrevivência de algumas pequenas *civitates* sem funcionalidade estratégica no panorama tardio. Setúbal, onde já se conheciam materiais romanos e pós-romanos[555], e onde muito recentemente se achou um edifício que poderia confirmar a localização de Cetóbriga[556], possui uma muralha afonsina, cuja dimensão serviu de argumento para advogar uma pouco definida pré-existência romana[557]. Por hipótese, teria beneficiado de uma valência tardo-romana. Comparando *Eburobrittium* e *Colippo*, cidades sem novas defesas que não sobreviveriam à tardo-Antiguidade, torna-se nítido que a primeira tinha acesso directo ao mar, permitindo alguma manutenção nos circuitos secundários, enquanto a segunda perdera a sua urbanidade de forma muito precoce, acentuada pela decadência da via que a servia[558], apesar da proximidade do *vicus* portuário de *Araducta* / Alfeizerão[559]. Idêntica lógica se poderia aplicar à ligação entre Sines e o Castelo Velho de Santiago do Cacém / *Mirobriga*, numa complementaridade bem atestada em época imperial[560], mas sem nítida continuação

[550] Soares 2008, 71-88
[551] Peacock 1978, 49
[552] Andreau 1997, 94-95
[553] Corpet 1931, 35-36
[554] King 1972, 199
[555] Silva e Soares 1986, 90
[556] Feronha 2007, s/p
[557] Costa 1960, 11
[558] Bernardes 2007, 77
[559] Mantas 1996a, 704
[560] Barata 1997, 44

posterior, apesar da importante ocupação visigótica de Sines[561]. Fica bem patente o desespero de Gregório de Nazianzo (*Orat*. XLIII, 34-35)[562] que, na segunda metade do século IV, comparou as opulentas cidades costeiras à sua, afirmando: *não temos meios para escoar o que temos, nem para adquirir o que nos falta*. Em sítios do interior parece, de facto, existir uma relação directa entre declínio de algumas cidades no final do século III e o estado de desafectação das estradas secundárias[563], ainda que também nestes casos deva ser hesitado muito na direcção de uma causalidade única. Bobadela terá sobrevivido enquanto paróquia suévica de Viseu, com o nome de *eclesia Rodomiro*[564], o que aponta simultaneamente para uma redução de estatuto e para uma manutenção marginal nos circuitos. A verdade é que, por oposição, a teoricamente equivalente *civitas* de *Sellium*, com importante investimento imperial[565] mas também sem fortificações romanas[566] conhecidas, pôde apoiar-se no grande eixo Lisboa-Braga para, muito transformada, validar uma certa preponderância económica, embora já no século VIII a cidade islâmica se tivesse implantado numa colina adjacente[567]. Salete da Ponte considerou que a ausência de muralhas defensivas pudesse ter sido compensada por outro género de dispositivo estratégico-militar, nomeadamente as torres de Santa Maria dos Olivais de Dangalhão, da Atalaia e de Dornes[568]. Por fim, a questão da segurança revelou-se determinante nos inícios do século V, em desfavor das grandes vias terrestres, como se depreende com facilidade das palavras de Rutílio Namaciano: *Para a minha viagem, preferi o mar à terra, porque [para além das dificuldades naturais, as vias] estão impraticáveis desde as incursões dos Godos, que puseram tudo a ferro e fogo*[569]. No espaço de algumas décadas, as comunicações entre cidades fortificadas tinham atrofiado para um carácter marcadamente regional, sendo uma tendência com uma muito invocada origem socio-económica baixo-imperial, acentuada pelas invasões do século V. Essa progressiva dificuldade nas viagens entre centros administrativos amuralhados na Hispânia também se encontra patente na lógica dos concílios visigóticos. Os de Niceia e Caledónia tinham encaminhado a disciplina para uma lógica bi-anual, que se tornou norma no II Concílio de Braga, mas um quarto de

[561] Alarcão 1998b, 172
[562] Reynolds 1995, 122
[563] Van Berchem 1982, 29
[564] Alarcão 1995, 171
[565] Batata 1997, 81
[566] Veloso 1993, 151
[567] Ponte 2007, XIII – 3
[568] Ponte 1993, 449
[569] Pompignan, 1931, 107-108

século depois, no III Concílio de Toledo, passou a existir tolerância para apenas uma reunião provincial anual, *atendendo à dificuldade das viagens e à pobreza das igrejas da* Hispania[570]. A generalizada insegurança dos territórios imediatamente exteriores às cidades alto-medievais, devido à acção de *praedones* e *latrones*, torna-se patente numa multiplicidade de fontes germânicas[571], provando o recuo da autoridade pública para o âmbito estrito das muralhas urbanas.

7. Promoção e execução

7.1. Mecansimos de centralização

Um cálculo realizado para as províncias africanas demonstra que o índice de actividade construtiva entre 285 e 305 foi bastante maior do que o total somado das quatro décadas precedentes[572]. A intensidade da construção pública tetrárquica torna-se evidente, com equivalência natural para a vizinha Lusitânia. A criação da diocese hispânica, e do subsequente cargo de vicário, em 297, pode ter tido influência no enquadramento da construção pública defensiva em zonas não militares. Durante grande parte do século III, a estrutura administrativa da Lusitânia mantivera-se bastante simples, enquanto província imperial, com um governador e os procuradores imperiais. Em termos financeiros, parece ter existido uma divisão em dois distritos, um centrado em Mérida e outro em Lisboa, e o respectivo procurador dependia não do governador mas sim do poder central em Roma, o *procurator Vigesimae Hereditatium*[573], o que não era o caso em províncias senatoriais, como por exemplo a Bética. Essa situação alterar-se-ia apenas no século seguinte, significando que, em princípio, a autorização e controlo das obras de fortificação tetrárquicas se deram todas segundo canais administrativos imperiais directos, nomeadamente através do vicário. As novas muralhas lusitanas, dependendo em grande medida da iniciativa local, beneficiavam no entanto de apoio central, razão pela qual se sujeitavam necessariamente a um controlo do governador. A questão do governo provincial é relevante por demonstrar uma passagem de pro-pretores a *praesides* de condição equestre ao longo do século III, aliás de acordo com

[570] Pereira 1970, 197
[571] Reuter 2006, 38-71
[572] Dupuis 1992, 238
[573] Cepas Palanca 1997, 36

uma dinâmica imperial comum a outras regiões. Os últimos pro-pretores lusitanos datam de Septímio Severo (CIL II 259, CIL VIII, 597, CIL XIV, 3900), enquanto que Aurélio Ursino, sob Diocleciano e Maximiano (CIL II, 5140), surge já enquanto *praeses provinciae Lusitaniae*[574]. O estatuto da província terá sido alterado entre 338 e 360, passando da administração presidial à consular, sem dúvida sob Constâncio II[575]; de qualquer modo o Breviário de Festo (369-370) já menciona, de modo inequívoco, que *Baetica et Lusitania consulares, ceterae sunt praesidiales*[576]. Ou seja, o primeiro dos governadores consulares da província da Lusitânia data já de 360, o que de facto significa que, com anterioridade, existia um governador de categoria equestre, correspondendo a uma província presidial e não senatorial[577], facto que, numa herança formalista pré-diocleciana, impediria uma legião permanente. Indicativo é o caso alto-imperial de Otão que, enquanto governador da Lusitânia, não dispunha de tropas adscritas à sua pessoa, contrariamente a Vitélio, que comandava sete legiões na Germânia[578]. Mas na prática, os mecanismos político-militares com implicação nas muralhas lusitanas tardias teriam reduzida correspondência com uma lógica que, a fazer ainda sentido numa fase tetrárquica, se revesteria de pouco mais do que de alguma forma de dignidade protocolar. De facto, desde os inícios do século IV deixou de haver diferenças flagrantes relacionáveis com o estatuto do governador, reflexo de uma severa reforma administrativa, posta em prática entre Galieno e Diocleciano, que submeteu diversos assuntos urbanos directamente ao governador provincial[579], independentemente do seu carácter imperial, com algum controlo a ser efectuado através dos *curatores rei publicae*. É possível que estes agentes, mais do que o governador em si, tratariam directamente da questão das muralhas urbanas. Sob Aureliano surgiu já um *curator rerum Pisaurensium et Fanestrium, praepositus muris*, com responsabilidades óbvias em ambas as cidades italianas, mas os reduzidos trabalhos levados a cabo sob a sua orientação[580] provam que nessa década de 270 não existiu nenhum plano generalizado de fortificação, supostamente emanado e contemporânea da obra aureliana em Roma. Encontra-se um excelente exemplo epigráfico (AE 1942-43, 84)[581] da linha descentralizada entre promotor e executor de defesas provinciais no relato da construção

[574] Albertini 1923, 118
[575] Le Roux 2004, 175
[576] Arce 2003, 125-126
[577] Sayas Abengochea e García Moreno 1984, 46-47
[578] De Man 2007e, 74-77
[579] Lepelley 1996, 218
[580] Tarel 2003, 487
[581] Chastagnol 1969, 285

do forte de *Aqua Viva*, durante o período tetrárquico, no ano de 303. Importa destacar que o forte foi edificado *sob o reinado* dos augustos e césares, *por ordem* do vicário dos prefeitos do pretório e do governador de província, e por fim *executado* pelo desconhecido Valério Ingénuo, que detinha um cargo meramente regional (*praepositus limitis*). Isto significa que as soluções técnicas resultavam de uma dinâmica marcadamente provincial, postas em prática por agentes locais.

Por mais intensa que pudesse ser, a receptividade local, entendida como aceitação necessária à fortificação urbana, não poderia portanto excluir a figura do representante imperial que, como se acaba de referir, variava de acordo com a região em particular. Desde as reformas de Diocleciano[582], os governadores provinciais passaram de forma progressiva a ingerir-se na questão das infra-estruturas municipais, muito embora a sua acção tenha sido progressivamente assimilada pelos vicários das dioceses, enquanto representantes do prefeito do pretório. Quanto ao controlo imperial desta actividade diocesana, sob Constantino, cabia aos *comites Hispaniarum* a missão de inspeccionar governadores provinciais, aliás nada tendo a ver com as figuras militares homónimas que surgiriam mais tarde, nomeadamente na *Notitia Dignitatum*[583]. É portanto nítido que as fortificações urbanas, pese embora a importância da capacidade prática local, eram controladas por uma cadeia que, em última instância, chegava ao imperador. Na senda de Liebeschuetz e Ward-Perkins, Lewin demonstrou de forma convincente a anulação do poder local em matéria de construção pública, na época entre Constantino e Juliano[584], o que teria afastado as magistraturas menores da reorganização defensiva individual nas respectivas cidades. Como ficou explícito, este simplismo não esconde o facto de, sem o empenho dessas magistraturas, ser virtualmente impossível levar a cabo a construção de uma muralha urbana, sendo por isso de distinguir a iniciativa local da validação nominal do governador. Mas era de facto este quem regulava as grandes questões de edificação urbana, como Numério Albano nas termas dos Cássios de Lisboa[585], e portanto teria pelo menos alguma intervenção formal na concretização de muralhas defensivas. É por isso que a individualidade lusitana apenas pode ser interpretada num enquadramento oficial, o que em si não anula alguma margem para variância na implementação concreta das muralhas. Mas ao longo do século IV, o

[582] Le Roux 1982, 364
[583] Wiewiorowski 2006, 327
[584] Lewin 2001, 27-37
[585] Kulikowski 2004, 112

governador, que até então tivera funções financeiras[586], foi perdendo essas competências, em favor dos comandantes militares, cujo interesse primário na fortificação urbana se prendia não apenas com aspectos políticos, mas também com questões de aquartelamento e de logística castrense. No entanto, perante a valorização do poder militar regional, assistiu-se a uma nova aliança directa entre a figura do imperador e as cidades, com resultados variáveis.

De facto, constata-se que as tentativas de centralização do século III, com implementação a nível provincial, não sobreviveram depois à cada vez maior regionalização militar, imparável após o fim da casa de Constantino. O reinado de Valentiniano II reflectiu, além disso, uma tremenda incapacidade na implementação de lideranças firmes no Ocidente, talvez interrompendo mesmo a tendência de investimento em infra-estruturas urbanas ocidentais do seu precursor homónimo[587]. Mais a Oriente, Valente também tentou inquestionavelmente avançar com programas de fortificação por volta de 370 (Temístio, *Or*. 10, 135)[588], embora sem êxito duradouro. A nível das defesas urbanas, a consequência geral mais imediata residiu na subtracção do governador à supervisão das muralhas, algo que terá sido confirmado por Teodósio e a sua dinastia. Começaram a surgir dedicatórias com a indicação de *Teodósio Renovador*[589], num movimento de ocasional recentralização das obras urbanas com aplicação na Lusitânia[590], embora o caso indicado possa ser referente a Teodósio II, filho de Arcádio e portanto neto de Teodósio, o Grande, colocando as referidas obras nos princípios do século V. De resto, é preciso reconhecer que, na prática, já Galieno, Aureliano e Constantino tinham vindo progressivamente a privar os governadores das competências da segurança regional, entregando-as a um *dux*[591], ainda que no caso Hispânico o vicário da diocese tenha mantido poderes militares pelo menos até 326[592]. Em última instância, o *dux* tinha uma volúvel competência sobre as muralhas das cidades, e mesmo numa fase romana bastante tardia houve episódios de contorno à autoridade militar. É sintomático que, numa determinada ocasião[593], Honório não tenha escrito à administração militar (*dux* ou *comes*) ou civil (*vicarius*), mas sim directamente

[586] Bérenger-Badel 2004, 41-43
[587] Lander 1984, 307
[588] Mitchell 2007, 82
[589] Sanders 2003, 395
[590] De Man 2005a, VI.3
[591] van Berchem 2002, 28
[592] Le Roux 1982, 382
[593] Alcock 2001, 99

às *civitates*, impondo-lhes a gerência directa das suas próprias defesas. É de facto quase certo que foram as cidades a custear a manutenção e recuperação das muralhas[594], e que, em simultâneo, o Estado tenha demonstrado um interesse directo na gerência dessa militarização[595], visto que os impostos para esse esforço deixavam de entrar nos seus cofres. Mais do que nas décadas precedentes, o esquema funcionou em pleno sob a casa de Teodósio, que assim apostava claramente em lealdades urbanas e não apenas militares. Em última instância, o processo defensivo urbano da tetrarquia, que nunca tendera realmente para a entropia, tinha instaurado as premissas para esta autarcia induzida, e para a cristalização do poder exercido ao longo de todo o século V. O contexto, note-se, é já o das invasões hispânicas e itálicas, numa lógica de fragmentação militar e recuo às bases urbanas. Por conseguinte, se a inteira dinâmica tetrárquico-constantiniana se revestia de uma propositada ambivalência imperial, integrada em renovações urbanísticas mais amplas, mesmo tendo em conta a temporária redução de obras públicas sob Constantino[596], os melhoramentos lusitanos de época teodosiana eram fortificações declaradas, planeadas pelos terratenentes e, principalmente, pelo bispo, com o beneplácito imperial.

É realmente de sublinhar uma progressiva descentralização em matéria de obras defensivas pós-constantinianas. Quanto à promoção e execução dessas obras, torna-se duvidosa a acção concreta de um imperador específico nas respectivas configurações regionais. Não pode ser traçada uma equivalência com a promoção dos *aedificia* civis e religiosos que constam das biografias imperiais[597], e que representavam uma necessidade legitimadora. As ocasionais referências literárias a obras monumentais defensivas com interferência imperial directa distanciam-se das demais pela sua óbvia funcionalidade militar, como é o caso da acção de Aureliano. Mesmo esse investimento situa-se nitidamente noutro plano, sendo reconhecido menos como uma verdadeira doação ao povo romano do que como apenas mais um investimento técnico. De resto, tal como em matéria de armamento, o resultado dependia antes de mais de um determinismo tecnológico, assentando fundamentalmente numa diferente articulação entre o domínio cognitivo, isto é, a percepção de ameaças, e as limitações do domínio físico, ou os meios disponíveis, que se viria a traduzir em preocupações estratégicas

[594] Blázquez Martínez 1982, 117
[595] Szidat 1995, 283
[596] Hugoniot 2000, 146
[597] Witzmann 1999, 192, 238-239

adaptadas a nível local. A *Historia Augusta* destacou como algo extraordinário a interferência de Adriano na produção de equipamento militar e na disposição dos acampamentos[598]. No entanto, é verdade que não se tratou de caso único, com gradual intensificação no Baixo Império: se Caracala coordenou a construção de algumas fortalezas germânicas, Aureliano insistiu em supervisionar os trabalhos iniciais da muralha romana, antes da sua campanha balcânica[599]. Diocleciano e Juliano ficaram conhecidos pelos seus programas construtivos (cf. *Paneg. Lat.* IX, [IV] 18, 4)[600], uma epígrafe de Deutz refere a presença de Constantino aquando da fortificação, e Valentiniano era *conditor tempestivus*[601], isto é, um *fundador oportuno*. A verdade é que sobrevive uma determinação de Diocleciano e Maximiano através da qual fica claro que tinha sido patrocinada a construção das muralhas de Grenoble, e que, uma vez terminadas, as portas foram nomeadas de acordo com a vontade imperial (*a porta romana deverá ser chamada* Ioviana *(...) a porta vienesa deverá ser chamada* Herculiana)[602]. É geralmente aceite que esse patrocínio se tornou bastante mais escasso a partir de meados do século IV, apesar de relatos como o de Malalas (16, 13)[603], que indicia obras de Teodósio I em muralhas de cidades provinciais. Em geral, porém, o financiamento directo por parte da figura imperial decresceu muito, por oposição à situação pré-tetrárquica, passando a apoiar-se em sistemas indirectos e locais.

7.2. Fim do evergetismo privado

Uma das premissas primárias da fortificação consiste, por maioria de razão, no próprio vigor urbano, o que não é necessariamente um sinónimo linear de evergetismo público. O antigo conceito de *euerghetêin*[604] implica a ajuda em geral e a benfeitoria em particular; contudo, as magistraturas tardias revestiram-se de uma especificidade pouco convincente em determinados campos, em especial no tocante às grandes obras urbanas. Apesar de tudo, foi mantido um comprovado evergetismo *ob honorem* ao longo da

[598] Bishop e Coulston 2006, 270
[599] Watson 1999, 144
[600] García Martínez 1999, 42
[601] Lander 1984, 307
[602] Rees 2004, 146-147
[603] Mitchell 2007, 122
[604] Bandelli 2002, 55-56

segunda metade do século III, com implicação na construção pública[605]. Alföldi demonstrou a raridade dos indícios epigráficos não eclesiásticos que incidem sobre a construção pública durante Diocleciano e Constantino[606], ainda que Alarcão, para o mesmo período, ainda atribua vinte por cento dos investimentos públicos africanos a doações de particulares[607]. Parece que, de entre as inscrições lusitanas dos séculos IV e V, se destaque apenas um caso inequívoco de patrocínio privado[608], por oposição flagrante àquilo que se verificara no Ocidente hispânico até o século III[609]. A este respeito, várias inscrições emeritenses referentes à renovação do circo parecem ter tido financiamento imperial[610]. No entanto, essa realidade não deve ser interpretada como resultado de um afrouxamento cívico mas, pelo menos em parte, de uma firme política imperial. Atente-se no seguinte trecho legal, publicado em 394 (*C. Th.* 15. 1 31): *Se algum magistrado ousar inscrever os seus próprios nomes nalguma obra pública completada, em vez do nome de Nossa Eternidade, ele será acusado de alta traição*. Ao mesmo tempo, a própria existência desta norma indica que ainda se manifestava, de facto, uma séria vontade de promoção privada através de epigrafia, reprimida a custo pelo poder imperial, talvez por se tratar já de obras financiadas pelo menos em grande parte pelo Estado, através de canais locais. Outro texto, de 390 (*C. Th.* 15. 1. 28), menciona o desencorajamento pela interferência privada: *Se alguém, numa atitude mais audaz do que sábia, se lançasse no empreendimento de construir novos edifícios públicos nalguma cidade, ele deverá estar ciente de que terá de suportar os custos pelas suas próprias posses, e que deverá terminar aquilo que começou*. A lei continua com a definição de penas pecuniárias, que deverão reverter para a reparação dos antigos edifícios públicos, o que reflecte uma nova realidade urbanística, e a insistência na recuperação do esplendor antigo de monumentos decadentes torna-se elemento subjacente a todo o livro 15. Mesmo já em época de Galieno e Valeriano começara a denotar-se uma relutância na emissão de dedicatórias individuais na construção pública e, como se referiu, na simultânea ingerência de governadores. Por exemplo, alguns exemplos epigráficos de promoção local foram encapotados através do nome de delegados do poder imperial. Há casos de procônsules que são mencionados como

[605] Dupuis 1992, 257
[606] Alföldi 2001, 11
[607] Alarcão 1992a, 50-51
[608] Andreu Pintado 2004, 186-187
[609] Caessa 1996, 61-62
[610] Arce 2003, 122-124

dedicantes em nome de uma cidade, não de um indivíduo[611], num âmbito de correspondente rarefacção da epigrafia privada na Lusitânia[612].

Não foram, pois, os magistrados lusitanos que custearam pessoalmente as muralhas urbanas, sendo de insistir numa combinação de receitas fiscais e imperiais. Segundo o texto de Sozomeno, redigido no século V, existiu pelo menos um precedente, constantiniano, para impostos extraordinários destinados à reconstrução urbana, num programa que ia desde a fortificação à decoração[613]. Este tipo de financiamento não era novo no Baixo Império; logo na primeira metade do século III, Severo Alexandre tinha já proibido que o valor de determinadas taxas, como as multas sobre a prostituição, fosse canalizado para os cofres do Tesouro, passando a servir para o restauro de edifícios públicos (*Hist. Aug.* XXIV, 3)[614]. Em todo o caso, o financiamento local para obras de requalificação nunca poderia ser linear, na medida em que uma enorme parte de *annona* civil era proveniente de bens e não de moeda. Essa prática parece evidente nas palavras de Aurélio Isidoro sobre a recolha de impostos, que evidenciam a prática ilegal de substituição de dinheiro por pagamentos em géneros[615]. De facto, uma não menosprezável parcela dos embolsos ao poder central romano tendia a realizar-se fora do sistema monetário[616], fenómeno acentuado após as desvalorizações do século III. Inversamente, também o Estado pós-Diocleciano passou a efectuar os seus próprios pagamentos em natureza[617], num panorama muito condicionado pela anarquia militar de 235-268. Em suma, a construção de novas defesas, mesmo mediante condições legais favoráveis, careceria sempre de moeda, o que aponta repetidamente para a utilização de mão-de-obra compulsiva, excepto em casos extremos como Aquileia, onde a população reconstruiu a muralha por iniciativa própria, para resistir a um cerco, precisamente em 235[618].

Ainda assim, as receitas locais canalizáveis para a construção pública autónoma ultrapassavam a parcela de impostos retida por autorização imperial. Eventuais retenções sobre encaixes inesperados, superiores ao valor das taxas com destino

[611] Dupuis 1992, 247
[612] Mantas 1997a, 34
[613] Bassett 2004, 41
[614] Pollitt 1983, 199
[615] Rees 2004, 39
[616] Samuel 1997, 216
[617] Denis 2000, 67
[618] Tarel 2003, 403-404

imperial[619], seriam perfeitamente ocasionais, mas as cidades que se refortificaram no século IV também negociavam dinheiro. É quase certo que os *argentarii* e os *coactores argentarii* terão desaparecido na segunda metade do século III, no Mediterrâneo ocidental, sendo substituídos pelos *colectarii*, mencionados em 384 mas provavelmente já tetrárquicos[620], que negociavam acima de tudo em ouro, sendo ainda encarregados de fazer chegar as moedas de ouro aos cofres do Estado[621]. Por outro lado, o Digesto de Justiniano recuperou e validou duas normas baixo-imperiais[622], através das quais se torna muito claro que as cidades, em paralelo, efectuavam empréstimos a privados. Uma primeira (22, 1, 30) explicita que os juros dos montantes emprestados revertem exclusivamente às cidades. A outra (22, 1, 33) é perfeitamente explícita quanto a essa prática, recomendando inclusivamente que os devedores não fossem inquietados com a restituição do capital se o tivessem aplicado bem e se esse capital produzisse juros. Caso o indivíduo não conseguisse pagar esses juros, cabia ao governador de província interpor-se como mediador, em defesa da cidade, mas mesmo assim *sem chegar a transformar-se num cobrador demasiado exigente ou injurioso, mas antes num moderado e bondoso, embora eficiente, e humano embora insistente*. A utilização de fundos monetários regionais na construção de defesas urbanas, e em todas as despesas secundárias decorrentes, deve ser tomada como real e prioritária. Mesmo em época visigótica, as fortunas pessoais mantinham uma forte base pecuniária, e não apenas entre os *primates palatii* mas também entre os terratenentes, realidade suportada por vários trechos literários[623]. Não repugna a ideia de uma colecta mais agressiva aquando da construção de muralhas defensivas, nomeadamente sob a forma de expropriações de parcelas urbanas aos latifundiários.

No que concerne o financiamento para obras públicas defensivas durante o período pós-romano, é possível ter existido alguma canalização visigótica nesse sentido, em épocas específicas, como sob Leovigildo. A ideia de uma omnipresente decadência dos edifícios urbanos em época visigótica[624] não colhe argumentos. Mas a norma consistiria em defesas e fortificações baseadas nas próprias capacidades locais, acentuando uma propensão mais ou menos clara em vigor no século IV. A aplicação genérica das regras

[619] Reynolds 1995, 123
[620] Andreau 1997, 149
[621] García Garrido 2001, 44
[622] D'Ors, Hernández-Tejero, Fuenteseca, García-Garrido e Burillo 1975, 84
[623] King 1972, 191
[624] Smith 2005, 187

tardo-romanas em território lusitano será uma realidade aceitável, dado o afinal muito reduzido germanismo nas soluções jurídicas dos séculos VI e VII[625]. Alarico II, em 506, fez publicar uma síntese anotada do Código de Teodósio, o que, em si, implica a confirmação de uma prática, incluindo, por inerência, o sistema de financiamento público, pelo menos até as alterações introduzidas já sob Recesvinto, em meados do século VII[626]. Na Epístola a Ecdício (II, 1), Sidónio Apolinário evidenciava o facto de um Romano advogar sem problemas a substituição da lei romana pela de Teodorico[627]. Esta adaptação de procedimentos legais em vigor, de acordo com uma mesma filosofia jurídica, à primeira vista não excluiu algumas características difíceis de integrar no pensamento romano[628], nomeadamente a instauração do sistema de *tertia Romanorum*. A substância deste sistema não era, apesar de tudo, completamente nefasta aos Hispano-romanos, visto que, na prática, redundou numa equiparação ao prévio sistema militar imperial (*Lex Visig*. 10, 2, 1)[629], com eventual financiamento a reverter de forma paralela para as capitais administrativas visigóticas e, por hipótese, para as suas muralhas. Em suma, o legado financeiro romano foi globalmente mantido, ou pouco transformado, no que respeita à tributação pessoal ou territorial (*capitatio humana* e *terrena*)[630], o que faz crer numa continuidade na aplicação das normas de restauro urbano, delineadas por Teodósio e pelos seus filhos. Em todo o caso, os canais de empréstimos e financiamentos tardo-romanos tinham já convergido para aplicações locais ou, no máximo, de curta distância[631], definindo desse modo uma tendência económica introvertida sobre as próprias cidades tardias, e sobre as soluções para custear as suas muralhas.

Expropriar parcelas privadas para a construção de novas muralhas significou agir de forma articulada num curto espaço de tempo, e esse acto revela não apenas vontade mas também capacidade pública[632]. No século IV, a apropriação estatal para efeitos de construção defensiva tornara-se razoavelmente comum, onde quer que fosse possível invocar a *utilitas publica*, havendo no entanto alguma contrapartida em dinheiro ou

[625] Petit 2001, 334
[626] Collins 2003, 182
[627] Pérez-Prendes 1991, 60
[628] Arondel, Bouillon, Le Goff e Rudel 1966, 140-141
[629] Behrends 1999, 33
[630] O'Callaghan 1983, 31
[631] Andreau 1987, 668
[632] Rossi 2001, 210

géneros[633]. Os mecanismos de compensação para apropriação de complexos domésticos nas cidades lusitanas eram inevitáveis[634]. É possível que as expropriações necessárias à construção das muralhas tenham resultado numa incorporação da propriedade demolida no património público municipal. Parece ter existido, pelo menos no caso da muralha aureliana, uma preocupação em fazer passar o novo traçado o mais possível sobre jardins e outras propriedades imperiais[635]. Mas a utilização de terrenos privados podia revelar-se ainda mais vantajoso. Em 413, uma comunicação imperial dirigida a Antémio, prefeito do Pretório (*C. Th.* 15. 1. 51)[636], determinou que as torres da nova muralha de Constantinopla, após a sua finalização, fossem atribuídas ao uso privado das pessoas cujas terras tinham sido utilizadas para fazer passar a muralha. Não se tratava de uma mera compensação: *Esta regra e condição será observada para toda a eternidade, para que os ditos proprietários e qualquer herdeiro que venha a estar na posse desses terrenos saibam que todos os anos deverão cuidar, com os seus próprios meios, da reparação das torres, que o usufruto dessas torres lhes é concedido enquanto especial favor público, e que nunca poderão duvidar que a responsabilidade da manutenção é sua*. Parece que este princípio foi mantido em época islâmica, de acordo com uma determinação medieval magrebina, em que se discute as compensações a conceder aos *proprietários* que se vêem a braços com as reparações muito onerosas da muralha de Fez[637].

Neste âmbito, e numa tentativa de compensar a falta de investimento voluntário, na sua origem induzida por vontade imperial ou não, o mesmo Código de Teodósio (4, 13, 7) manifesta a obrigatoriedade de as cidades gastarem a terça parte dos lucros, que restavam após a colecta estatal[638], em obras de requalificação. Esta determinação de Valentiniano, Valente e Graciano, datada de 375, (juntamente com outra, do ano anterior, referente a financiamento especial; *vide C. Th.* 15. 1. 18[639]) tem sido posta em relação directa com as fortificações urbanas, mas como se vê esse fim não se encontra referido de modo explícito: *Dos rendimentos do Estado e de todos os lucros provenientes das próprias cidades, dois terços da totalidade dos impostos reverterá*

[633] Levy 1951, 111
[634] De Man e Soares 2008, no prelo
[635] Cassanelli, Delfini e Fonti 1974, 1974, 36
[636] Pharr 1952, 429
[637] Lagardère 1995, 254
[638] Clavel e Leveque 1971, 63
[639] Pharr 1952, 425

para os nossos cofres e um terço será encaminhado para as despesas justificadas das municipalidades. No entanto, Constâncio emitira uma norma prévia, de 358 (*C. Th.* 4, 13, 5)[640], na qual se refere uma outra proporção, esta sim específica para a construção de defesas urbanas: *Reforçamos as ordens anteriores, e Destacamos uma quarta parte das Nossas colectas de impostos para as cidades e os provinciais de África, para que a partir dessas receitas as muralhas públicas possam ser recuperadas e sejam disponibilizadas receitas para a reconstrução dos seus edifícios*. A demarcação geográfica desta lei, dirigida a Marciniano, vicário africano, fá-la parecer circunstancial à primeira vista, mas ao mesmo tempo será lícito questionar se a própria amplitude territorial não reflectirá precisamente o oposto. Caso se tratasse apenas de uma compensação extraordinária, na sequência de alguma ocorrência nefasta, dificilmente seria provincial porque não aconteceu nada que afectasse a totalidade das cidades de uma província africana e não as das adjacentes. Numa tal perspectiva, o texto deve ser encarado como um esclarecimento a Marciniano, e nessa óptica a menção ao reforço das ordens anteriores parece muito significativo.

Apesar desta ausência de legislação inequívoca correspondente[641], uma questão basilar tem que ver com o incentivo directo ou, posto de outro modo, com a identidade e motivações do promotor. É nítido que as obras decorriam de acordo com indicadores oficiais e que, desse ponto de vista, exprimiram um propósito político unitário. De novo, deve ser insistido na ideia de dinâmicas locais estimuladas mas não impostas por via imperial[642]. As razões de ordem verdadeiramente normativa prendiam-se acima de tudo com princípios e valores cuja veiculação se pretendia atingir através da fortificação de uma cidade que já teria um recinto prévio. As muralhas tardo-romanas transmitiam ideias como segurança, ostentação, poder central e provincial, em suma, representavam a firmeza do Império, para absorção interna e dissuasão externa, de uma forma praticamente explícita. Por outro lado, de um ponto de vista institucional, elas poderiam servir de instrumento militar e logístico, numa sequência causal que, em última instância, se legitimava a si mesma. O poder imperial facilitava a construção de uma obra politico-militar, assimilada localmente com maior ou menor entusiasmo, mas que uma vez construída passava a estruturar a cidade, numa aceitação declarada daquele

[640] Pharr 1952, 94
[641] Wataghin 1995, 224
[642] De Man 2008a, 427-430

poder que tinha estado na sua origem. É muito possível que as primeiras concessões para muralhas urbanas tetrárquicas tenham resultado de uma escolha selectiva por parte do Estado[643], deixando de parte a maioria das cidades. Admitindo uma tal intervenção, deve ser reconhecido, em consequência, que o critério para as preferências assentou nalgum tipo de avaliação prévia, que no caso da Galécia poderia ter tido uma forte componente militar, mas que na Lusitânia viria provavelmente a ser realizada pelas autoridades civis.

A nível local, constata-se que o século III conheceu uma importante quantidade de cidades ocidentais que se bateram por uma promoção honorífica, mas que ao longo do século IV passaram a inscrever-se num nivelamento de estatutos, enquanto apenas algumas capitais provinciais foram realmente dotadas de novos programas. Porém, se é indiscutível que a tetrarquia favoreceu as novas capitais regionais, estabelecendo uma espécie de mecenato imperial, as demais cidades provinciais debatiam-se com graves restrições. O desenvolvimento arquitectónico local ressentia-se necessariamente dessa circunstância, e, por extensão, também os projectos de redefinição urbanística. Apesar dos referidos indicadores legais, não é realmente claro até que ponto foi possível beneficiar de apoio estatal extraordinário concreto, desvinculando as finanças locais dessa responsabilidade. O que de facto se verifica é investimento massivo nas infra-estruturas de algumas cidades hispânicas ao longo do século IV, como em Córdova ou Mérida[644]. Mas, exceptuando nas grandes capitais regionais, o financiamento para as obras municipais tetrárquicas continuaria a ser imposto às próprias cidades, já sem os benefícios do sistema socio-económico baseado nas *summae honorariae*[645]. Uma séria parte das receitas urbanas tardias, em particular as destinadas à construção de muralhas, passou depois a depender de cedências imperiais extraordinárias por parte da dinastia de Constantino. O processo torna-se visível, por oposição, através de uma rectificação de Valente, que instaurou um método através do qual as cidades recuperavam montantes inconstantes, de acordo com necessidades específicas estimadas. Essa resolução resultou aliás em protestos, na medida em que os *actores rei privata* passavam a ressarcir as cidades de acordo com critérios pré-estabelecidos, como as rendas fixas,

[643] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 333
[644] Kulikowski 2005, 60
[645] Jouffroy 1986, 311

assim retendo uma série de lucros variáveis[646]. No que respeita às muralhas, resulta claro que o sistema de financiamento especial para as muralhas defensivas dependia, pelo menos desde Constantino, de uma decisão imperial sobre a proporção de valores monetários restituídos ao poder curial, e que o referido mecanismo, permitindo a canalização de um terço das colectas, não era necessariamente posto em prática da mesma forma logo após a tetrarquia. Aliás, é de recordar que essa mesma lei é ainda pré-tetrárquica e que, embora conjecturável, a sua posterior aplicação contínua não fica demonstrada.

Ainda no ano de 400, sob o consulado de Estilicão, surgiu uma lei (*C. Th.* 10, 3, 5) reafirmando a adscrição do *espaço imediatamente dentro e fora das muralhas* aos magistrados, aos *corpora* e aos *collegia* da cidade[647]. De recordar que estes últimos acabaram por organizar, de forma compulsiva, uma grande parte da construção pública no século IV, com um primeiro antecedente tardio especificamente orientado para as muralhas defensivas nos *Aureliani* de Roma[648]. Em cidades menores, o mesmo encargo caberia às formas análogas de associações profissionais, cuja responsabilidade se estenderia, num idêntico âmbito legal, à manutenção do monumento e do seu espaço envolvente. Há provas da existência de *collegia* militares[649] e comerciais[650] em ambiente urbano, e uma inscrição de Riotinto refere o *collegium salutare*[651], documentando a generalização hispânica destas associações, e fazendo presumir a sua manutenção, em parte graças às restrições de mobilidade social dioclecianas, além de se destacarem múltiplas referências no Código de Teodósio. É portanto de admitir que os colégios profissionais tivessem tido alguma intervenção na construção pública defensiva das diversas cidades. Encontra-se um provável testemunho lusitano no famoso mosaico farense representando Oceano, datável de inícios do século III, cuja dedicação foi feita por quatro individualidades que deverão ser relacionados com membros de um colégio[652]. A actividade destes corpos profissionais ou religiosos terá sido fundamental na gestão urbana baixo-imperial, principalmente em locais onde pudesse existir delegação imediata de competências, ou seja, em cidades com firme autoridade

[646] Jones 1973, 732-733
[647] Pharr 1952, 270
[648] Watson 1999, 144
[649] von Petrikovits 1970, 239-241
[650] Morais 2004, 353
[651] Blázquez Martínez 1976, 8
[652] Alarcão 1988b, 209

económica e administrativa, e que viriam a ser fortificadas logo a partir do século III. Em locais sem relevância territorial tardia, quase por definição, não terão existido colégios profissionais militares, comerciais ou religiosos, amplificando um já existente desinvestimento em construção pública na maioria das capitais de *civitas* lusitanas. Em contraste, nas cidades dominantes não apenas se assistiria ao envolvimento de colégios na construção das muralhas, mas igualmente na sua manutenção e na gestão do espaço confinante, ao validar a adaptação urbanística posterior. A necessária anulação da área doméstica exterior em *Conimbriga*[653], associada à presumivelmente contemporânea construção do peristilo truncado na Casa de *Cantaber*[654], reflecte uma desigual aplicação das normas, mesmo presumindo que o proprietário fosse um magistrado local. De resto, parece lógico que a manutenção de um corredor externo sempre tivera prioridade sobre o espaço interno, onde a pressão teria sido mais difícil e menos racional de travar. Em Mérida, mesmo as casas imperiais encontram-se construídas numa adjacência à muralha.

7.3. Mão-de-obra e as suas circunstâncias

Os ajustamentos arquitectónicos de tipo militar dependiam directamente do conspecto técnico envolvido. De pressupor que a convencional tríade *mechanicus*, *geometra* e *architectus*, respectivamente autor do projecto, supervisor e chefe de obra[655], pudesse não ter convergido em termos tão ideais aquando das obras defensivas urbanas da tetrarquia. Bastaria, e apesar da ambiguidade dos termos até época medieval[656], provavelmente a última dessas figuras, e mesmo assim o estatuto dos arquitectos foi progressivamente baixando ao do nível dos artesãos, o que poderia ser visível já na edificação paleo-bizantina[657]. Seria também admissível que a erecção de um recinto verdadeiramente utilitário em termos tácticos e estratégicos assentasse na colaboração de especialistas militares. Uma das célebres *tabulae* de Vindolanda, de inícios do século II, evidencia a intromissão de centuriões e de oficiais superiores na escolha e transporte de pedra, presumivelmente para construção defensiva: *(...) deverias decidir, senhor, a quantidade de carros a enviar para carregar a pedra. Porque a centúria de Vocôncio*

[653] De Man 2007a, 702
[654] Correia 2001, 134
[655] Uniack 1968, 17
[656] Andrews 1976, 42
[657] Mango 1975, 24

(...) num dia com os carros (...) A não ser que peças a Vocôncio para escolher bem a pedra, ele não o fará (*Tab. Vindol.* II, 316)[658]. No entanto, a aplicação de modelos eventualmente associáveis ao exército não implica, de forma alguma, que este estivesse continuamente representado através de um arquitecto, já que as inovações não eram, do ponto de vista da execução, difíceis de copiar localmente[659]. Qualquer mestre de obra estaria qualificado para elevar um duplo paramento e torres quadrangulares. De resto, a maioria das construções públicas romanas era levada a cabo sem exactidão planimétrica, resultando em adaptações e distorções[660], o que se constata em todos os exemplos lusitanos, nos quais a orientação arquitectónica era baseada acima de tudo em princípios empíricos. Não fica claro se os arquitectos, castrenses ou não, aplicavam por exemplo as indicações patentes nos tratados de construção, que, tal como as informações constantes nas diversas fontes, são instrutivas até um certo ponto, a partir do qual se revelam descritivas. Mesmo comparando manuais como os de Favêncio e Paládio[661], que remetem já para os séculos IV e V, com a realidade provincial lusitana, resulta claro que não existe concordância absoluta com as proporções indicadas, tal como acontecera já com Vitrúvio[662]. É neste campo que se destaca uma diferença fundamental para com as fortificações abaluartadas baixo-medievais, que se viriam a basear num sistema "erudito", mais oneroso e complexo e, principalmente, mais difícil de alterar[663]. No entanto, deve ser insistido no facto de a fortificação das cidades tardo-antigas ter sido, de uma forma ou de outra, dirigida por elementos não locais, visto que a edificação de muralhas, precisamente por carecer da autorização imperial, era supervisionada por agentes do Estado. De novo, esses agentes não eram necessariamente militares, e muito menos a mão-de-obra. Apenas em excepções muito graves se mobilizaria um exército tardio para o reforço das defesas urbanas. O *Strategikon* do imperador Maurício (X, II) refere que parte das tropas, mesmo no decorrer de uma invasão, pode ser destacada para construir defesas nas cidades, e para transferir os habitantes para locais mais facilmente defensáveis[664]. Em tempos de paz, a atribuição de tarefas construtivas em contexto civil constituiria uma ocupação rotineira para os legionários do Alto Império, característica que se terá mantido apenas muito parcialmente durante o último quartel do século III.

---

[658] Bowman 1998, 135-136
[659] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 330
[660] Taylor 2003, 68-69
[661] Plommer 1973, 1-33
[662] Alarcão, Étienne e Golvin 1978, 5-14
[663] Pereira 1994, 37
[664] Dennis 1984, 108

Uma das razões do assassinato de Probo prendia-se exactamente com a conversão forçada de soldados em trabalhadores; a *Historia Augusta* descreve a atitude imperial de modo lacónico. [*Probus*] *multa opera militari manu perfecit dicens annonam gratuitam militem comedere non debere*[665]. É indicativo que a muralha aureliana só tenha sido terminada precisamente sob Probo, e com recurso a civis[666]. Por outro lado, é preciso mencionar que um *centurio frumentarius*, ou seja, um agente político, liderou a construção de um troço de muralha em *Salonae* / Solin (CIL III, 1980), levada a cabo por um destacamento militar[667]. Esta fonte, originária da Dalmácia, de uma cidade vizinha do palácio de Diocleciano, coloca em perspectiva a inactividade construtiva do exército tardio, embora os trabalhadores em questão não terão sido legionários mas sim tropas milicianas.

Mas na maioria dos casos, as municipalidades viam-se na obrigação de recrutar trabalhadores locais, através dos seus próprios *munera*, que neste caso específico eram desviados para obras defensivas. A partir do século III, os trabalhos menores, como a construção pública de muralhas ou estradas, eram levados a cabo acima de tudo pelos elementos mais pobres, e apropriadamente designados por *munera sordida*[668]. A eficiência deste género de operariado, ainda que a sua credulidade na necessidade de participação até possa ser admitida, era necessariamente menor do que aquela resultante do trabalho de artífices treinados e remunerados ou mesmo de escravos bem orientados. Uma disposição de 412, específica para a província da Ilíria, estipula o seguinte: *Todas as pessoas, qualquer que seja a sua condição, serão obrigadas a ajudar na construção de muralhas* (*C. Th.* 15. 1. 49). Integram-se nesta lógica as diversas ordens teodosianas que forçam os cidadãos a participar nos trabalhos de fortificação, sob supervisão das autoridades imperiais[669]. Legalmente, existiam já mecanismos que permitiam a requisição de trabalhadores forçados, num sistema municipal auto-regulado, que se mantinha da responsabilidade do governo da cidade. Assim, a legislação aplica-se apenas àqueles centros urbanos que tinham optado por investir em novas muralhas. O recrutamento obrigatório da população urbana para a construção de obras públicas em geral, e de muralhas defensivas em particular, foi uma medida de Constantino que

[665] Paschoud 2001, 38
[666] Southern 2001, 115
[667] Mann 1988, 149
[668] Vogt 1993, 27
[669] Blázquez 1978, 475

incluiu a excepção dos artífices (cf. *De excusationibus artificium*, reproduzido tanto no *Cod. Th.* como no *Cod. Iust.*)[670], e teve sequências medievais, a ponto das respectivas isenções ficarem patentes em cartas de foral[671]. Não será abusivo mencionar, neste âmbito, os precedentes análogos que levaram as comunidades mais directamente interessadas a comparticipar nas obras da ponte lusitana de Alcântara, ou na de Chaves, mais a Norte[672]. Além disso, no caso das muralhas tardias, deve ser apontado que a aplicação de uma mesma lógica arquitectónica em vários locais pode dar origem a resultados muito heterogéneos, precisamente por causa da mão-de-obra local. Esta circunstância ficou demonstrada em contextos bizantinos e emirais[673], e é perfeitamente evidente que grande parte das particularidades construtivas em muralhas tardo-romanas se deve directamente ao grau de empenho dos civis recrutados. Muitos padrões gauleses, marcadamente distintivos, indicam a obra de um mesmo grupo de trabalhadores[674], enquanto os diferentes tipos de silharia em edifícios de Recópolis reflectem provavelmente diversas equipas[675], o que também foi constatado em sectores visigóticos conimbigenses[676]. De modo análogo, um paramento almorávida terá sido edificado sobre o que foi tomado como a muralha romano-visigótica de *Scallabis*, por cativos cristãos de Soure, resultando em padrões distintos[677]. Esta particularidade não afectou necessariamente a rapidez da construção. Pelo menos dois documentos epigráficos recolhidos por Mommsen testemunham a eficácia na construção de muralhas (CIL III 734 e CIL V 3329), sendo o primeiro um bom exemplo tardio, embora oriental; anuncia a erecção de um pano de muralha em Constantinopla, obra terminada em sessenta dias. O segundo é referente a cinco milhas de muralha, construídas em oito meses, em Verona. Na Gália, a muralha tardia de Senlis levou dois anos a ser concluída[678]. No Norte de África, as fortificações bizantinas de Tebessa, que dividiram a área original da cidade, teriam ocupado mais de oitocentos trabalhadores durante dois anos[679]. O generalismo destes indicadores permite constatar apenas que as muralhas tardo-romanas representavam obras de gigantesca dimensão para uma cidade,

[670] Ruiz de Arbulo 2006, 110
[671] Albuquerque 1985, 578
[672] Fabião 2006b, 82
[673] Valdés Fernández 2003, 128
[674] Elton 1997, 169
[675] Olmo Enciso 2006a, 40
[676] De Man 2007c, 9-10
[677] Cardoso 2001, 64
[678] Schöller 2005, 61
[679] Roskams 1996, 45

transformando a vida quotidiana de todos os habitantes, independentemente do seu grau de participação. Têm sido realizados alguns trabalhos experimentais para determinar ritmos de construção de muralhas, mas com demasiadas incertezas nas variáveis. Um dos estudos mais fundamentados não é um exemplo urbano mas foca-se na muralha de Adriano, e apesar da estrutura apresentar um razoável grau de homogeneidade, o texto mantém um grande carácter especulativo[680]. Em média, um trabalhador qualificado seria capaz de edificar dois metros cúbicos diários, em pequeno aparelho, incluindo o núcleo[681]. Numa muralha urbana tardia seria de acrescentar, como é fácil de ver, uma série de condicionantes adicionais, nomeadamente as pré-existências de carácter urbanístico. A título de comparação, de acordo com Fernão Lopes, Lisboa precisou de menos de três anos para se cercar de novo, e no que diz respeito à mão-de-obra, D. Fernando *mandou que servissem em ella per corpos ou per dinheiro*[682].

7.4. Patrocínio pós-romano

No seguimento directo do sistema romano, a monarquia visigótica manteria muitas das obrigações em vigor, sendo difícil de avaliar quais os serviços de trabalho braçal directo[683]. No entanto, é relevante que a fundação da cidade hispânica de Ologico se tenha dado sob Suintila, mas através da submissão dos Bascos, que, entre uma série de outras concessões, *fundaram Ologico, cidade dos Godos, com com os seus meios e o seu trabalho* (*Isid*., *Hist*. *Goth*. 63)[684]. Pelo menos neste caso documentado, as obras de uma cidade fortificada dependeram inteiramente de orientação e execução de matriz hispano-romana, numa lógica que se pressupõe generalizada. É pois de aceitar que os *munera* continuaram a ser postos em prática ao longo do período godo, sob a mesma variedade característica do mundo tardo-romano. No que diz respeito às muralhas, Cassiodoro mencionou os trabalhos obrigatórios para a população, nomeadamente a escavação de valas defensivas e a construção de fortificações[685]. Merobaudes referiu a capacidade visigótica, por oposição aos outros povos bárbaros, de construir

[680] Hill 2004, 130
[681] Bessac 1987, 33
[682] Macchi 1975, 307-309
[683] Bernardo 1995, 139
[684] Rodríguez Alonso 1975, 276-279
[685] Levy 1951, 123

fortificações, uma arte assimilada dos Romanos[686]. Mas é de admitir que a generalidade das estruturas defensivas urbanas visigóticas se puderam manter operacionais segundo a sua matriz tardo-romana, e que as obras consistiram em defesas anteriores. É o que se constata em dois exemplos da Galécia portuguesa. A erecção da muralha de Braga, de acordo com os materiais associados, deu-se entre os finais do século III e os inícios do IV, com um desvio do traçado do Alto Império[687], afectando a ortogonalidade do traçado prévio[688] e resultando numa planta de tendência poligonal[689]. Os níveis de actividade suevo-visigóticos respeitaram a estrutura, já que apenas no século VIII parece ter existido uma reutilização da mesma[690]. O exemplo de *Aquae Flaviae*, menos claro mas ao que tudo indica contemporâneo, ou talvez mais tardio nalgumas décadas[691], manter-se-á ainda no Postigo das Manas[692], ou mesmo no alinhamento da Rua do Bispo Idácio, na zona do Museu da Arte Sacra, onde se desobstruiu um paramento de vinte e dois metros, que se sobrepõe a estruturas romanas[693]. Em todo o caso, a admitir a problemática tardo-romanidade do traçado medieval, teria necessariamente ocorrido uma redução do perímetro alto-imperial[694], constatável em cartografia moderna[695]. Os restantes paralelos da Galécia que se localizam na proximidade da Lusitânia, evidenciam processos de alteração de perímetros apenas muito precoces, sem evidente investimento visigótico. De facto, o troço recentemente descoberto em *Tongobriga* poderá ter ficado inutilizado ainda no século I, tendo sido reutilizado em Época Moderna, para fins de nivelamento agrícola[696], o que só por si poderia indicar alguma conservação da muralha numa época intermédia. Seja como for, este género de sede de *civitas* menor da Galécia terá possivelmente conhecido choques económicos mais abruptos do que as da Lusitânia meridional, como também ficaria observável, por exemplo, na evolução da *civitas Zoelarum*, ainda com alguns materiais tardios[697] mas sem relevância coeva. As equivalências meridionais no declínio dessas pequenas capitais, como em *Ammaia* ou no Castelo Velho de Santiago do Cacém,

[686] Bachrach 1995, 65
[687] Lemos, Leite e Cunha 2007, 334
[688] Martins 2005, 155-156
[689] Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e López Quiroga 2005, 96
[690] Lemos e Fontes 2003, 122
[691] Montalvão 1972, 4-5
[692] Quiroga 2004, 74 e 81
[693] Pinto 2003, 28
[694] Teixeira 1996, 122-123
[695] Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e López Quiroga 2005, 104
[696] Lima 2007, 11
[697] Tereso 2008, 434

aparentam ter conhecido um ritmo mais faseado, adquirindo, mesmo sem investimento defensivo, alguma preponderância de cronologia visigótica.

Na Lusitânia, as intervenções arquitectónicas militares imediatamente pós-romanas, a cargo dos bispos, e depois também de agentes visigóticos, também não alteraram o traçado das muralhas urbanas, o que parece ter sido o caso noutras paragens hispânicas, como em Begastri, durante o século VI[698]. Mas há alguns indicadores literários de intervenção régia na fortificação urbana durante o período visigótico; a ideia do *conditor* régio é, aliás, um ideal muito presente nas monarquias bárbaras[699], numa evidente tentativa de associação à autoridade imperial, em particular à da dinastia teodosiana. Neste sentido, a declaração de Teodorico ao imperador Anastácio, através de Cassiodoro, não poderia ser mais declarada: *a nossa realeza é uma imitação da vossa, modelada segundo o vosso bom propósito, uma cópia do único Império*[700], fundamentando assim um empenho, comum a todos os reis ocidentais, em patrocinar iniciativas consideradas imperiais, em particular obras públicas. A crónica biclarense destaca a reconstrução da muralha de Italica, em 584, por Leovigildo[701], que também criou a cidade de Victoriaco, no Nordeste[702], enquanto Suintila construiu, como ficou referido, a cidade-fortaleza de Ologico[703], para acolher a guarnição visigótica de Pamplona (Isid., *Hist. Goth.* 63)[704]. Seria talvez possível ver na disposição destas duas cidades parte de uma linha fortificada visigótica contra os povos do Norte[705], que de resto se mantém por confirmar. Por seu turno, a cidade de Recópolis, perto de Guadalajara, oferece uma das poucas muralhas defensivas, passíveis de escavação, de raiz seguramente visigótica. De acordo com Isidoro de Sevilha (*Hist. Goth.* 51)[706], Leovigildo também *fundou uma cidade na Celtibéria, a que chamou Recópolis, de acordo com o nome do seu filho*. O ano de 578, a data de construção oferecida por João de Biclaro[707], é consensual e reflecte uma lógica de continuidade arquitectónica. Já não se trata de uma muralha do século IV; a estrutura de duplo paramento, com enchimento

[698] Martínez Cavero 1984, 42
[699] Stoclet 2005, 152-153
[700] Herrin 2008, 63
[701] Torres Balbas 1957, 475
[702] Reilly 1993, 26
[703] Schulten 1927, 236
[704] Rodríguez Alonso 1975, 277
[705] Quiroga e Lovelle 1994, 93-94
[706] Rodríguez Alonso 1975, 259
[707] Grosse 1947, 159

de pedra e argamassa, carece de fundações, apoiando-se apenas numa espécie de banqueta térrea, o que faz recordar directamente a fortificação coeva em *Conimbriga*[708]. Outro indicador importante reside no aparelhamento heterogéneo da silharia mal esquadrada e unida por cal, formando um todo com as torres quadrangulares[709]. Houve outros exemplos de investimento em defesas urbanas, por parte da monarquia. A Crónica Moçárabe de 754 atribui consideráveis obras de requalificação das muralhas de Toledo à acção do rei Wamba, que celebrou a ocasião através de inscrições nas portas[710]. Nessa crónica, Isidoro Pacense refere a renovação urbana do monarca, que dotou a cidade de *obras maravilhosas e elegantes*, antes de transcrever a epígrafe comemorativa, colocada sobre as portas da cidade: *Erexit factore Deo Rex inclitus urbem / Wambae suae celebrem protendens gentis honorem*[711]. São de conceber algumas grandes reformas godas em muralhas existentes, a mais emblemática das quais pode ser reconhecida na acção de Teodorico, que se dedicou com grande empenho à reconversão das muralhas de Roma[712]. Em geral, apoiavam-se em estruturas prévias, de criação tardo-romana. Com base em Mérida e Cartagena, Roger Collins concluiu que os períodos de reconstrução visigóticos passaram a ser cada vez mais breves, apontando um progressivo declínio, tanto na natureza como na qualidade das obras[713]. No entanto, a construção hispânica do século VII, principalmente a religiosa, melhor definida do que a defensiva, prova bem que a arquitectura visigótica tinha evoluído para um não menosprezável estado de acabamento, em particular no tocante à silharia, de grandes dimensões e muito bem esquadrada, em perfeito contraste com o ambiente paleocristão, que se baseara de modo progressivo em argamassa[714]. Hauschild pôs esse fenómeno em conexão cronológica com a perda de influência do cristianismo oriental, devido ao avanço muçulmano[715]. E nesse aspecto, Recópolis é um caso de transição, na medida em que ostenta algumas fiadas de silharia bem talhada, embora unida por argamassa e associada a elementos mal trabalhados[716]. A cidade é um exemplo muito concreto de atracção por conceitos romanos orientais, ainda que a sua muralha seja um resultado directo de arquitectura tardo-romana hispânica, e da sua herança tecnológica. Mas

[708] De Man 2007c, 3-14
[709] Palol 1991, 358
[710] Collin 2004, 197-198
[711] Caveda 1848, 59-60
[712] Gibbon 2005, 564
[713] Collins 2004, 220
[714] De Man 2006a, 21
[715] Hauschild 1993a, 393-394
[716] Arbeiter 1995, 213-215

outras obras de fortificação urbana ocidentais, perfeitamente contemporâneas, foram muito menos cuidadas, como o demonstra a grosseira recuperação das muralhas de Benevento, situável em meados do século VI[717], invalidando o estabelecimento de uma norma. Diferia do empenho posto em Recópolis por se tratar de uma solução local, recorrendo a material romano reaproveitado, sem orientação estrutural. Por seu turno, o poder califal avançou com obras defensivas que se inspiravam nos mesmos modelos bizantinos[718]. Por esse motivo, não introduziram novidades elementares, não causaram uma ruptura e, por conseguinte, houve notáveis continuidades urbanísticas até o século IX, principalmente no sudoeste peninsular[719].

Também a época visigótica avançou, portanto, com programas de fortificação urbana, embora tais obras, com excepção das criações indicadas, consistissem em reparações, decorrendo sempre de acordo com as técnicas em vigor no mundo tardo-romano. As primeiras décadas de presença bárbara podem ter assistido a uma continuidade no financiamento imperial às cidades lusitanas, na medida em que é possível conceber que a administração visigótica não anulava a condição romana da província. Assim, um interessante trecho legal de Teodósio e Valentiniano, datado de 22 de Maio de 443, responde positivamente a uma petição isolada para restauro das muralhas urbanas, antes de declarar: *Determinamos que a Nossa generosidade deva ser estendida a todas as províncias* (*C. Th.* / *N. Th.* 23, 1). Neste caso, deve ser apontado o patrocínio episcopal que, em detrimento ou complemento das fórmulas de gestão imperiais, passava a assegurar o exercício de autoridade urbana, eventualmente beneficiando ainda de financiamentos ocasionais por parte da dinastia teodosiana, no âmbito das suas tentativas de reconquista. Idácio de Chaves ainda mencionava vários *conventus* ao longo da Crónica (*Lucensis*, *Bracarensis*, *Asturicensis*), tal como o *rector* de Lugo, o governador civil, o que indica a manutenção de fórmulas administrativas imperiais no século V[720] (*cf. de officio rectoris provinciae*; *C. Th.* 1.16.1-14)[721], em territórios que já escapavam completamente ao domínio romano directo. De resto, a monarquia visigótica de Leovigildo viria a manter a função, opondo os *rectores provinciae* civis aos *duces*

[717] Castro Villalba 1999, 119-121
[718] De Man 2007d, 73-74
[719] Gozalbes Cravioto, 2002, 649
[720] Grosse 1947, 59
[721] Pharr 1952, 27-30

provinciae[722], o que aponta novamente para uma derivação quase linear do sistema romano. Normas imperiais da segunda metade do século IV (*C. Th.* 15.1.15, de 365, ou 15.1.35, de 396)[723] fazem referência aos deveres dos *rectores*, incidindo invariavelmente sobre a construção urbana. De qualquer modo, foi possível apontar uma fase de consolidação do poder episcopal, já no século VI, em *Conimbriga*, em que a transferência de bispado, fenómeno bastante frequente nestas décadas[724], causou um vazio de poder que requereu um reajustamento fiscal e militar visigótico[725]. Neste contexto, as cidades fortificadas passavam a representar o centro de recolha de imposto, nomeadamente do *teloneum episcopi*[726], fonte de controlo sobre os circuitos de circulação, numa lógica inteiramente decalcada do sistema de *annona* de época precedente. Seria talvez possível encontrar uma relação entre o enfraquecimento da monarquia visigótica e a correlacionada emergência de poderes políticos e religiosos locais[727] para explicar a preponderância do bispo nas cidades da antiga Lusitânia e, por extensão, na sua defesa. A recorrente incapacidade visigótica em organizar uma política coesa de segurança conduziu muito rapidamente a uma descentralização baseada antes de mais numa relação pessoal, cujos benefícios eram amiúde detidos em *precarium*, ou seja, numa base de revogação nominal[728]. Em matéria de defesas urbanas de estímulo centralizado, o resultado consistiu, de forma recorrente, na acção casuística do *comes* visigótico local, e na sua gestão com os actores eclesiásticos urbanos, principalmente a nível do financiamento. De resto, uma tendência comum às províncias ocidentais do Mediterrâneo tardo-antigo consistiu na concessão de meios de autodefesa, em particular nas zonas de maior potencial produtivo. Mas desde os inícios do século VII que em amplas áreas, como na Itália setentrional, por exemplo[729], se procedeu à distribuição de territórios a altos dignitários da corte, por um lado, e ao poder monástico, por outro, para controlo e segurança, mas em grande parte também para evitar o desenvolvimento de enclaves autonómicos.

Em comparação com outras áreas ocidentais, os territórios administrados pelos bispos hispânicos eram muito extensos, sendo em média duas vezes maiores do que na Gália,

[722] García Herrero 1996, 97
[723] Pharr 1952, 424 e 426
[724] García Moreno 1989, 264-265
[725] De Man 2007c, 3-14
[726] Kaiser 1980, 419-435
[727] Guichard 1977, 179
[728] Payne 1973, 13
[729] De Marchi 110

passando para quatro quando confrontados com a Itália[730]. Essas amplas zonas tardias reportavam directamente às sedes urbanas fortificadas, em matéria fiscal e de segurança. É bem evidente que em certas zonas pós-clássicas periféricas, as antigas cidades romanas se tornaram uma renovada rede missionária mas também fiscal, cuja defesa militar era apoiada precisamente na actividade episcopal[731]. Em território lusitano, a perdida mas muito citada inscrição emeritense do bispo Zenão[732], também destinatário de documentação papal que o toma como vicário hispânico[733], faz transparecer a ingerência em matéria de construção urbana defensiva, em perfeito contraste com as considerações negativas sobre o assunto por parte de Moreno de Vargas[734]. A epígrafe, destacando a cooperação do governador visigótico Salla, evidencia não apenas a acção patrocinadora de Eurico[735], mas acima de tudo a centralidade episcopal na Lusitânia visigótica, através da reparação das muralhas e da ponte da capital. Trata-se de um sistema com ampla aplicação geográfica, e independente da autoridade pós-romana específica. Um processo absolutamente idêntico e contemporâneo foi identificado em Gaza, onde o bispo Marciano e o governador bizantino Estêvão refortificaram a cidade, aliás num período perfeitamente pacífico na área, apontando desse modo para motivações de prevenção ou de estatuto[736]. Nas províncias ocidentais, continua mal definida a intromissão episcopal, anterior ao século V, em obras municipais. A verdade é que a autonomia ia permitindo uma definida competição com o poder imperial, já no século IV, não apenas em matéria moral e política, mas também arquitectónica[737]. Uma derivação última da confusão pós-clássica entre a posse e a propriedade episcopal, nomeadamente em matéria de *ager publicus*[738] e de parcelas intra-urbanas, ter-se-á exprimido na gestão do bispo, em detrimento dos curiais, que no entanto continuariam a surgir até 440[739]. Importa considerar a própria origem social dos bispos, cuja ascensão se situaria na "crise das elites urbanas" dos séculos III e IV; antes de Constantino seria praticamente impossível aos filhos dos notáveis enveredar pela carreira eclesiástica[740]. Mesmo em crónicas islâmicas como a de Arrazí (XCVII) fica muito realçado o

[730] Bowes 2005, 236-237
[731] Rigold 1977, 70-75
[732] Ubric Rabaneda 2003, 75
[733] Ballesteros Díez 2004, 57-58
[734] Moreno de Vargas 2001, 234
[735] Kulikowski 2005, 67
[736] Isaac 1990, 368
[737] Wharton 1995, 150
[738] García Garrido 1985, 177
[739] Cornell e Matthews 2006, 212
[740] Le Roux 2001, 59

empenho constantiniano em dotar as cidades hispânicas de um poder episcopal, *porque havia muitos cristãos e não havia bispos*[741], e logo desde os finais do século IV, as elites hispânicas demonstrariam um acentuado interesse numa clericalização aristocrática[742], que redundasse em figuras de autoridade local. Nas actas da conferência de Cartago, em 411, ficou evidente que um bispo urbano detém um estatuto de legitimidade superior[743]; dois anos antes, o imperador Honório confirmara a possibilidade de os bispos ocuparem o cargo de defensores do povo, e os próprios concílios de Toledo representam a sua relevância[744]. O que se verifica aquando das incursões bárbaras é a acção decisiva dos bispos na defesa urbana, e em finais do século V é Sidónio Apolinário quem se revela único interlocutor com os Bárbaros, sem intervenção de qualquer outro notável[745]. Na prática, a primitiva acção dos representantes religiosos do Baixo Império caracterizou-se pela inconstância porque foi perfeitamente casuística. Nalguns casos serviram de incitadores populares, noutros de pretendentes a alguma sede vacante, noutros ainda de protectores da ordem e dos desfavorecidos. O que é certo é que os bispos dispunham de uma milícia urbana mais ou menos permanente, que incluía clérigos, agitadores, monges e, principalmente, uma guarda de homens a soldo – os *parabalani*[746]. Neste contexto, o poder episcopal tornou-se uma referência urbana, na medida em que controlava, *de facto* mas também *de iure*, a ordem quotidiana. No Oriente, a audiência episcopal dos últimos anos do século III parece ter adquirido uma precoce legitimidade oficial na arbitragem de conflitos, nitidamente pré-constantiniana. Tem sido aduzida a determinação 1, 27, 1 do Código de Teodósio para demonstrar a autoridade judicial do bispo já em 318, na medida em que através desse trecho, Constantino conferiu jurisdição e carácter executivo à sentença episcopal[747]: *Um juiz deve ter em conta que se uma acção for levada para junto de um tribunal episcopal (*episcopale iudicium*), ele não deverá contestá-lo (...), e tudo o que for julgado por eles [bispos] será tido como sagrado*. Quase um século depois, Arcádio e Honório (*C. Th.* 1, 27, 2) reafirmariam esta ordem. *O julgamento por um bispo será válido para todos os que pretendam ser ouvidos por um membro do clero. (...) Para que esse julgamento não fique sem efeito, a execução da sentença será assegurada por um*

[741] Catalán e Andrés 1974, 197-198
[742] García Moreno 1996, 18
[743] Lancel 1972, 143
[744] Vallalta Martínez e Ochotorena 1984, 33
[745] Hugoniot 2000, 205
[746] Aja Sánchez 1998, 143
[747] Maymó i Capdevilla 1997, 165-166

funcionário imperial[748]. Não obstante, ao longo de todo o domínio romano directo, o poder episcopal encontrou-se continuamente submetido ao do Império, obtendo no máximo um estatuto equiparado ao dos funcionários imperiais[749]. A maioria das fontes do século V apresenta o bispo como líder meramente espiritual, como se depreende perfeitamente de Idácio de Chaves, mas também de uma série de trechos referentes à situação na Gália, onde a pessoa do bispo é visto como baluarte simbólico da sua cidade, de acordo com Sidónio Apolinário e Gregório de Tours[750]. Nos últimos anos do século IV, mesmo Ambrósio de Milão tivera de sujeitar-se à expropriação de uma basílica cristã, ordenada por Valentiniano II[751], e não colocou em causa o fundamento da autoridade imperial sobre a propriedade privada, embora a sua relutância se reflicta num sermão. Por outro lado, a decisiva expressão do domínio do bispo sobre a cidade fortificada manifestou-se precisamente em época idaciana, quando restava apenas a sua estrutura de poder, capaz de organizar e de negociar com os invasores. O fenómeno é tardio e universal, descrito por Procópio nos seguintes termos: *Os Romanos, oficiais e soldados, nem sequer pensaram em enfrentar o inimigo, ou de lhe barrar o caminho, mas cada um fechou-se no seu forte, da melhor forma que podia, e julgava que bastava guardá-lo*, tendo a liderança das cidades passado para as mãos dos bispos[752].

A este respeito, constata-se uma efectiva concentração episcopal pós-romana nas cidades amuralhadas, mas as sedes religiosas representam uma consequência, e não foram um factor relevante nos princípios do século IV. A verdade é que o *Parochiale* suévico evidencia uma tendencial cristalização de sedes de bispado nas cidades com muralhas tardias; se for descontado o crescente domínio de Lamego[753], os restantes três casos lusitanos referidos são *Conimbrica*, *Viseo* e *Egitania*[754]. É aqui feita referência aos grandes centros lusitanos, em que terá havido uma sobreposição de funções, e não às dinâmicas ruralizantes que, na Galécia, culminaram precisamente numa espécie de "bispados rurais", como *Magnetum* ou Dume[755]. A posterior reforma eclesiástica de Martinho de Dume apenas parcialmente manteve a coincidência entre cidades fortificadas tardo-romanas e sedes episcopais. Idanha foi promovida, separando-se de

[748] Pharr 1952, 31-32
[749] De Man 2004a, 505-518
[750] Castellanos 1998, 170-173
[751] Levy 1951, 110-111
[752] Isaac 1990, 253
[753] Vieira 2004, 59
[754] Maciel 1996, 81
[755] Quiroga 2004, 97-100

Conimbriga, mas também Lamego, a partir de uma parte de Viseu, e além disso surge a sede de *Caliabriga*[756], ainda paróquia viseense no Paroquial suevo[757], o que acabou por alterar a inteira distribuição de poder. A edição crítica da Divisão de Wamba[758] evidencia a consolidação dessa realidade, com *Lameco*, *Caliabria* ou *Auila* em situação de equivalência com as antigas sedes fortificadas. É verdade que *Lamaecum* (?) havia tido alguma relevância romana, eventualmente representando um *vicus* ou mesmo uma capital de *civitas*, de acordo com a evidência arqueológica epigráfica, numismática e até estatuária[759], mas em todo o caso não se equiparou às cidades tardo-romanas amuralhadas. Em 977, porém, a expedição de Almansor a Santiago de Compostela, após a reunião em Viseu, seguiu para Lamego, que ofereceu grande resistência e foi tomada à força[760]. No regresso, uma crónica islâmica refere que ali se fez a partilha do saque entre os príncipes cristãos e muçulmanos[761]. As muralhas desta cidade estavam portanto operacionais no século X, e deverão ser, à primeira impressão, entendidas como visigóticas avançadas, isto é, já atribuíveis ao século VII, considerando a elevação episcopal e o paralelo com *Caliabriga*. Nada impede, por outro lado, uma continuidade nalgumas por ora desconhecidas defesas imperiais do sítio, sendo de manter presente que o investimento em muralhas visigóticas não se teria dado num local sem precedentes. Da provável *Caliabriga*, entre o Côa e o Douro, resta uma muralha com um perímetro de mais de um quilómetro, circundando o planalto do Monte Calabre, junto a Almendra. O irregular aparelho xistoso parece carecer de argamassa, e encontra-se destruído na sua maior parte, havendo referência a silharia almofadada no local[762]. No sopé da elevação destaca-se, adicionalmente, um sítio romano com ocupação até o século VII[763]. É razoável admitir que, nos inícios do século VII, as novas sedes episcopais se tivessem fortificado, a ponto de atingirem um estatuto equivalente às restantes. Mas o desenvolvimento visigótico de *Caliabriga*, e em particular o das suas muralhas, pode não ter sido muito intenso. A Crónica de Albelda, ao descrever os avanços de Afonso III, colocou em evidência as persistências urbanas tardo-antigas nas regiões centrais do território, com inclusão dos centros novos, como Lamego, mas não de *Caliabriga*. *As cidades de Braga, Porto, Orense, Emínio, Viseu e Lamego foram*

[756] García Moreno 1989, 264
[757] Sousa 1962, 7
[758] Vázquez de Parga 1943, 80
[759] Alarcão 1988b, 52
[760] Marques 2000, 117
[761] Coelho 1975, 191
[762] Cosme 2002, 137-138
[763] Luís 2005, 49

povoadas com Cristãos. Através de outra vitória, ele despovoou e destruiu Coria, Idanha e o restante território da Lusitânia, até Mérida e o mar[764]. O domínio islâmico tinha mantido a disposição geral dos episcopados, e não teve interferência nítida nas naturais variações micro-regionais, com resultados muito desiguais nas cidades da Marca Inferior[765]. Insistindo nos mesmos núcleos, os diversos programas cristãos de recuperação das defesas culminaram nas normas das Ordenações Manuelinas que regulam a manutenção das fortificações (título XLIIII). Grande parte dos paramentos que se mantêm hoje é resultado dessas reconversões cristãs: a Crónica Galega (fol. 9bR) descreve a acção de Afonso Magno neste campo: *çercou muytas villas de bõas çercas e bõas torres para defenderse dos mourros*[766].

7.5. Fenómenos de reaproveitamento

Todas as muralhas tardias da Lusitânia acabaram por assentar em soluções de acepção geral, embora o resultado dependesse de variáveis muito diversas. As variações nos recursos financeiros, técnicos e humanos, na topografia do sítio e no contexto cronológico conduziram necessariamente a um desigual desenvolvimento construtivo. No entanto, denota-se sempre uma prioridade da forma, ou seja, a morfologia geral da construção determinou os demais aspectos, como as diversas expressões materiais. Uma característica muito notória tem a ver com a reutilização de peças, que deve ser colocada antes de mais em relação com um crescente défice no abastecimento de matéria-prima a partir do século IV, bem constatável na Lusitânia, onde as primeiras estruturas tardias apresentam pouca epigrafia não retocada. Parece que também nos casos britânico e gálico a inserção massiva de espólio arquitectónico se verificou de modo muito localizado até o século IV[767], sendo aliás interpretável como consciente opção tecnológica, e não tanto numa óptica de reparação apressada ou limitada. No caso mais precoce das muralhas tetrárquicas, a ideia de uma massiva viragem a matérias-primas secundárias não corresponde inteiramente à realidade, havendo boas execuções de paramentos com material original. É de resto nítido que continuou a existir boa produção de cantaria romana entre o século III, visível nos acrescentos da dinastia

[764] Constable 1997, 57
[765] Kennedy 2006, 53-57
[766] Lorenzo 1975, 31
[767] Blagg 1983, 131-132

severa no palácio do Palatino, os finais desse século, como nas muralhas de Aureliano ou nas termas e cúria de Diocleciano, e os inícios do século IV, o que se destaca na *Basilica Nova*[768]. Idêntica dinâmica pode ser observado em grande parte das muralhas tardias da Lusitânia, onde as poucas reutilizações são quase sempre bem trabalhadas e reconvertidas em silharia de construção. Numa perspectiva tradicional, os materiais reutilizados em muralhas tardo-romanas são concebidos numa vaga relação com o cristianismo, através da demolição de edifícios pagãos[769]. Mas essa passagem, além de em nenhum sítio ter sido linear, não deve ser especialmente procurada em época tetrárquica ou mesmo constantiniana, mas sim numa fase não anterior à transição para o século V, quando inclusivamente surgem vários indicadores literários nesse sentido[770]. A partir da dinastia de Teodósio começou-se a recorrer massivamente a *spolia* provenientes de uma origem indiscriminada. Esta repentina falta de escrúpulos encontrou eco e fundamento na legislação (*C. Th.* 15, 1, 36, de 397): *Já foi referido que as vias e as pontes muito movimentadas, tal como os aquedutos e as muralhas deveriam ser mantidos através de fundos públicos. Determinamos que todo o material recuperado das demolições de templos seja atribuído às referidas necessidades, de modo que todas essas construções possam ser levadas a cabo*[771]. Dificilmente este género de *disiecta membra* se deixa datar por si, para além de uma constatação de anterioridade relativa. De facto, tais reaproveitamentos não são especificamente tardios; uma disposição de Severo Alexandre, de 222 (*Cod. Iust.* 8. 10. 2), reitera um édito de Vespasiano, por seu turno baseado em doutrina existente, punindo a demolição de edifícios quando ela serve para obter lucros de materiais nobres[772]. Este comércio semi-obscuro de boa silharia, mármore ou colunas, bem relatado por Libiano[773], vinha a verificar-se, com intensidades variáveis, pelo menos desde tempos alto-imperiais, e não cessaria em época islâmica[774]. De um ponto de vista legal, tornou-se admissível trasladar elementos arquitectónicos de uma cidade para outra, ou de uma casa para outra, apenas desde que mantivessem a sua funcionalidade decorativa[775], princípio mantido inalterado até reaparecer em 398, punindo os infractores com uma multa de três

[768] Anderson 2002, 165
[769] Réau 1994, 42
[770] De Man 2005a, VI 2
[771] Pharr 1952, 427
[772] Murga Gener 1976, 64-65
[773] Pinon 2001, 185
[774] Kinney 2001, 149
[775] García y Bellido 1955, 591

libras de ouro (*C. Th.* 15. 1. 37)[776]. É curioso, a propósito, que algumas ordenanças emeritenses do século XVII mantêm penas muito semelhantes para a extracção não autorizada de pedra[777], apontando para a incessante depredação de monumentos romanos. No entanto, é nítido que as muralhas defensivas tardo-romanas foram erigidas sob uma alçada legislativa específica no respeitante a reutilizações. Como ficou referido, a natureza sistemática das demolições de edifícios públicos emanava da mesma autoridade que instigava à construção de muralhas defensivas[778], e que documenta uma clara mudança de ânimo perante a *res publica*[779]. O precedente de Constantinopla torna-se indicativo, por representar talvez o primeiro estímulo para a generalização de espólio romano em muralhas também imperiais. Sabe-se que Constantino despojou as cidades orientais, incluindo Roma, de uma grande quantidade de estátuas, colunas, capiteis e metais, para construir as defesas da nova capital[780]. Mas existiu uma ordem nessas inserções do século IV, destacando-se claramente uma preocupação em utilizar peças específicas, numa lógica vernácula que atravessou a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média[781].

Em diversos sítios foi recorrido à demolição de edifícios públicos obsoletos, nomeadamente anfiteatros[782]. Idêntica solução foi levada a cabo em Calagurris, onde o material reaproveitado do circo serviu para a construir a muralha[783]. Mas a fortificação baixo-imperial recorreu não apenas a material secundário inutilizado localmente, directa ou indirectamente, pela própria construção. O Cerro de la Virgen del Castillo é uma fortificação peri-urbana dos primeiros anos do século V, localizada entre Cauca e Segóvia, com abundante presença de cerâmica tardo-romana. Trata-se ainda de um recinto romano, verosimilmente prévio às invasões, com a particularidade de grande parte da sua composição provir de villae destruídas, como Constanzana e Santa Inés[784]. Significa isto que, por analogia, parte dos reaproveitamentos nas cidades pode não ser necessariamente de origem urbana, e por extensão limita a ideia de massivas demolições urbanas. Por seu turno, esse mesmo recinto do Cerro de la Virgen sofreu uma redução

[776] Pharr 1952, 427
[777] Nogales Basarrate 2000, 162
[778] Maurin 1992, 383
[779] De Man 2004a, 509
[780] García y Bellido 1972, 677-678
[781] Cressier 2001, 312
[782] De Man 2006/2007, no prelo
[783] Espinosa 1997, 43
[784] Fuentes e Urbina 1999, 3

de perímetro em época tardo-antiga, num tipo de construção muito semelhante ao do Bico da Muralha, de *Conimbriga*, com reutilização de material já visigótico, nomeadamente duas placas de contabilidade do tipo Lerilla[785], peças recorrentes no Nordeste lusitano consistentes com firmes cronologias visigóticas[786]. As várias dinâmicas de ocupação redundaram em sucessivos aproveitamentos de elementos inutilizados ou de menor valor do que a fortificação em si. Um segundo exemplo é o da muralha de El Cristo de San Estéban, na região de Zamora, que envolve um castro tardio, de finais do século IV ou inícios do V, e que apresenta igualmente uma grande diversidade de material reaproveitado nesta primeira fase construtiva: mais de seis dezenas de estelas funerárias, além de figuras zoomórficas, aras e outros elementos arquitectónicos. A grossura original desta muralha é de três metros, em pedra seca, tendo sido alargada em época alto-medieval, chegando a atingir os quatro metros e meio, aquando de uma reconfiguração do sistema defensivo[787]. A utilização de matéria-prima de origem não local, consistindo em reutilização ou não, revela-se uma curiosa realidade com repetição noutros géneros construtivos romanos, como por exemplo em múltiplas vias[788]. Deve-se quase sempre a condições locais específicas. Em cidades lusitanas como Faro[789], uma razão plausível para tal heterogeneidade reside nitidamente no aproveitamento de fretes de retorno, que serviam de lastro e que, no porto de origem, seriam aproveitados como material construtivo indiferenciado. Não obstante, noutros casos deve ser encontrada outra explicação, eventualmente ostentativa. De facto, as pedras de lastro foram sempre muito cobiçadas, a ponto de surgir proibição régea, proibindo as autoridades de Lisboa de fornecê-las enquanto não fossem terminadas determinadas obras públicas (*LPA*, fl. 52)[790]. O processo de reutilização é portanto contínuo. As reconstruções tardo-antigas das muralhas do Tolmo de Minateda, por exemplo, evidenciam muitos reaproveitamentos, num paramento de elementos unidos por argamassa[791]. Por seu turno, os árabes usaram material romano em abundância, essencialmente até à instauração do califado. Tabales refere que existia um nome

[785] Urbina Álvarez 2002, 135-144
[786] Tente e Soares 2008, 19
[787] Domínguez Bolanos e Nuño González 1997, 437-438
[788] Mantas 1996a, 81-82
[789] Belchior 1982, 42
[790] Rodrigues 1974, 143
[791] Gutiérrez Lloret 1996a, 247

específico para pedras bem lavradas provenientes de ruínas antigas – *djelil* – e que era costume colocá-las nas esquinas de torres, como símbolos de prestígio[792].

No tocante à sua natureza, é possível distinguir diferentes géneros de reutilização. Um primeiro tipo consiste no mero reemprego indiferenciado de silharia, com perda de qualquer significado que a peça original pudesse ter apresentado[793], o que, caso se lhe queira atribuir uma predominância cronológica, poderá ser entendido como recurso genérico alto-medieval. Em segundo lugar, o aspecto utilitário de pedra talhada também está subjacente nos casos em que é retocada para de seguida servir de material novo, como acontece muitas vezes em fiadas existentes, que carecem da inserção de alguns blocos. Outra das formas de reaproveitamento não altera a configuração geral do paramento, que continua em utilização, mas modifica apenas a disposição da silharia, característico de sítios comprovadamente tetrárquico-constantinianos[794]. Também se encontra muitas vezes este tipo de reutilização, de forma localizada, em portas e arcos romanos, desmantelados para integração em muralhas posteriores, mas mantendo a sua disposição original. Aconteceu nitidamente numa das portas ocidentais do castelo de Medellín e, nas defesas urbanas tardias, provavelmente também na Puerta del Río, em Cáceres, na de Almedina, em Coimbra, e na de Évora, em Beja. Um tipo adicional de reutilização consiste na exposição de epígrafes ou outros elementos, como curiosidades ou enquanto relíquias do passado[795], numa lógica amplamente mantida em Mérida e em Lisboa, provavelmente já em contexto medieval, nas traseiras da Fundação Ricardo Espírito Santo, ou ainda em qualquer exposição propositada de epigrafia obsoleta, da qual o melhor exemplo lusitano será Coria. Por seu turno, a ideia de *inúmeros monumentos sepulcrais pagãos* incorporadas na muralha de *Conimbriga*[796] não é referente ao paramento externo. É imaginável que o discurso tenha de ser entendido na sequência da demolição de parte da muralha, levada a cabo pela DGEMN em 1930[797], visto que na ocasião poderão ter sido recuperadas do núcleo, tal como aconteceu com uma série de outros elementos, algumas inscrições. Ou seja, a existência de epigrafia funerária reutilizada, quando introduzida de forma indiferenciada e invisível, não merece destaque por oposição a todos os outros elementos, facto generalizável para

[792] Tabales Rodríguez 2000a, 1080
[793] Nogales Basarrate 2001a, 98
[794] De Man 2007a, 701-712
[795] Christie 2000:59
[796] Correia 1935, 5
[797] Boletim 1948, 31-32

outras muralhas, em especial as mais precoces. Idêntica lógica teve aplicação com epigrafia honorífica. O arco de Constantino, de 315, foi já edificado com os despojos dos *optimi principes* anteriores[798], o que representa a validação oficial de uma norma, que seria aplicada com cada vez maior nitidez ao longo do século IV. No fundamental, esta nova modalidade de reaproveitamento distingue-se das precedentes por não recorrer tanto ao retoque, havendo indiferença ou mesmo intencionalidade em exibir peças originais. E o material teoricamente disponível no mundo tardo-romano não equivale necessariamente ao que depois seria, na prática, disponibilizado para a construção de muralhas. Parece até muito razoável de admitir uma certa relutância lusitana no sacrifício de elementos redundantes, durante um primeiro ciclo fortificador do Baixo Império nesta província. A inexistência ou baixíssima frequência com que surgem *spolia* nos paramentos considerados tetrárquicos com fundamento credível, revela-se muito indicativo. Tal como em *Conimbriga*, cuja muralha é datada de inícios do século IV[799], em Viseu não existe reutilização de material arquitectónico ou epigráfico[800], e a estrutura encontra-se no seu estado original, cuja construção poderá ser um pouco mais precoce do que as suas congéneres da Lusitânia mais meridional. Apenas a nível do núcleo se destaca inserção ocasional de elementos inutilizados, como uma coluna granítica em Viseu, ou uma estátua de leão em *Conimbriga*, à semelhança da estatuária recuperada no interior da muralha de Barcelona[801]. De qualquer modo, mesmo em casos hispânicos com abundante recurso a material demolido, esses elementos formam apenas uma reduzida percentagem das estruturas[802]. Em suma, a concepção segundo a qual o período tetrárquico usou material nobre de modo indiscriminado na construção das defesas urbanas emanou do mesmo conspecto que lhes pretendia imputar fundamentações puramente reactivas. Houve racionalidade na selecção dos *spolia*, visto que se escolheu apenas algum material sem valor sensível no século IV, que porventura até estaria já danificado. A inserção de epigrafia funerária nos paramentos, que no caso lusitano atinge o seu ápice em Coria, não é necessariamente tardo-romana, podendo dever-se a reparações, mas admitindo que o seja, convém avançar com explicações locais, sem equivalências provinciais. No fundo, esta lógica insere-se no processo mais amplo de reorganização das cidades tardias, desarticuladas do ponto de vista clássico, já

[798] Mayer 2005, 213
[799] De Man 2007a, 708
[800] Carvalho e Cheney 2007, 734
[801] García y Bellido 1965, 55-74
[802] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 305

não ordenadas segundo um epicentro cívico mas sim de acordo com os novos pólos de atracção urbanística[803]. Assim interpretado, o processo triplo de abandono, espoliação e reocupação não representa um fenómeno estritamente cronológico[804], ou seja, não se deve procurar na cidade romana uma fase de decadência arquitectónica geral, seguida de uma recuperação baseada em espólio. Trata-se antes de mais de um processo arquitectónico continuado, com diversas expressões paralelas. Apesar da fragmentada evidência disponível, em parte historiográfica, em parte factual[805], sobre o urbanismo hispânico tardio, aspectos como a inclusão de epigrafia não documentam uma determinada qualidade, nem uma cronologia específica. Argumentou-se durante muito tempo que as muralhas do Baixo Império não podiam ser romanas, devido à reutilização de epigrafia funerária[806], e outras concepções pretendiam uma automática atribuição baixo-imperial com base nesse mesmo facto. Porém, a questão tem de ser recolocada sobre duas premissas fundamentais. Primeiro, é de reconhecer nas muralhas tetrárquicas o reflexo de um primeiro programa coerente de fortificação, estimulado e indirectamente financiado pelo poder central. E parece que essas muralhas, no caso lusitano, demonstram uma séria relutância em fazer um uso corrente de *spolia* funerários, mas também de inscrições honoríficas e, regra geral, de arquitectura decorativa. Possivelmente, estes elementos terão sido usados, mas de forma não ostentativa, isto é, retocados ou então apenas no núcleo. Uma segunda vaga de muralhas urbanas surgiria já nos séculos V e VI, e essas novas estruturas, por seu turno, não deixaram de aproveitar uma multiplicidade de elementos, embora nunca se tenha tratado de uma pilhagem incoerente, seguida de uma edificação apressada. E a inclusão de epigrafia funerária em época tardo-romana pode até reflectir uma boa gestão pública nalguns sítios ocidentais, tendo já sido sugerido que essa inclusão se deveu às limpezas assíduas de cemitérios, durante as quais as peças de sepulturas negligenciadas eram recolhidas, armazenadas, vendidas e depois utilizadas em projectos arquitectónicos, o que terá sido o caso em Colónia[807]. Mas a recorrência a elementos funerários obsoletos para uso em fortificações nem sempre foi sancionada, em particular já sob domínio islâmico, como o prova uma determinação legal de Córdova, do século IX ou X, e outra,

[803] De Man e Soares 2005, no prelo
[804] Gurt i Esparraguera 2000-2001, 451
[805] Kulikowski 2005, 49-50
[806] Silva 1947, 5
[807] Carroll 2006, 85

mais específica, de Cairuão, do século XI[808]; é nitidamente por razões religiosas que ambas proíbem a reutilização de pedra de mesquitas e de cemitérios em desuso. Mas a pressão nesse sentido seria imparável, e o comandante medieval de *Antiquallia* emitiu um pedido oficial para a utilização de materiais provenientes de contexto religioso: *item columnas marmoreas et lapides antiquarum ecclesiarum pro constructione*[809]. Por fim, a aparente ostentação de epigrafia pode não ter tido correspondência original, visto que a muralha de Recópolis se encontrava inteiramente rebocada com uma camada de argamassa de cal[810]. A eventual pintura de certas muralhas defensivas é algo repetidamente sugerido na muralha de Adriano[811], e com continuidade atestada, por exemplo, nas catedrais medievais do Ocidente. A *Porta Palatina* de Turim não apenas foi estucada, mas sobre esse fundo branco foi pintado um padrão que imitava silharia regular de grande dimensão[812], numa pretensão de monumentalidade que a estrutura em si não oferecia.

Outro género de reutilização relativamente comum consiste na introdução de colunas em perpianho no aparelho das muralhas tardo-antigas. Esse detalhe construtivo torna-se bem visível em quase todos os exemplos com secções pós-tetrárquicas, os mais nítidos dos quais são Mérida, Idanha, Faro e Cáceres. Os últimos dois exemplos são nitidamente islâmicos, enquanto o primeiro e talvez também o segundo correspondem a um período visigótico. Não parece que a solução tenha tido aplicação sob domínio imperial, mas o exemplo emeritense demonstra que o século V ou VI passou a recorrer às colunas clássicas, integradas a tição. Não resulta de uma inclusão gratuita, mas reporta a um reforço da estrutura defensiva contra impactos frontais, impedindo também a desagregação de muralhas com grandes enchimentos internos. A técnica é perfeitamente pré-islâmica, como o demonstram os inúmeros exemplos bizantinos, com referências muçulmanas a descrevê-la[813], o que faz acreditar noutras aplicações visigóticas na Península Ibérica. Apesar desta continuidade, com paralelo na arquitectura religiosa[814], deve ser admitido uma especial apetência pelo emprego de material arquitectónico inutilizado que se inicia em finais do século III e principalmente

[808] Lagardère 1995, 216
[809] Egidi 1917, doc. 727, 729 e 758
[810] Olmo Enciso 2006a, 97
[811] Croom 2005, 133
[812] Thomas 2008, 110
[813] Mora-Figueroa 2006a, 43
[814] Real 1995, 30-31

ao longo do século IV, quando se reduziu de forma drástica o esforço de produção e preparação de cantaria[815]. Uma considerável mas inquantificável parte da pedra de construção continuava a provir da exploração mineira, uma das mais valorizadas das quais era a do mármore. Embora outras explorações do Ocidente hispânico, como as da zona de Málaga, se tivessem reduzido a uma actividade residual no século III[816], a intensa extracção e o comércio de mármores de Estremoz / Vila Viçosa no período imperial teve continuidades de cronologia visigótica. Elas destacaram-se ao longo da segunda metade do século VI e de todo o século VII, o que se confirma nas criações de Mérida e no eixo com Mértola[817]. Porém, as mais importantes extracções de mármore cessaram por completo na Antiguidade Tardia, só regressando à actividade durante o século XII, e por isso os mármores imperiais foram muito valorizados[818]. O mármore era já raro em época islâmica, de tal forma que a crónica de Arrazí (fol. 13-19) menciona um responsável muçulmano que procurava blocos de mármore para reutilizar em novas obras, e que mandou retirar um da muralha de Mérida. Como *auia en ella letras de christianos escritas*, tentou que algum dos habitantes lhas traduzisse. Apenas um clérigo de Coimbra, embora esta origem reporte talvez a uma interpolação de copistas medievais[819], o conseguiu, interpretando a epígrafe nos seguintes termos: a mensagem significava *que los de Merida mandaron a los de Yllia que fiziesen el muro de veynte e çinco cobdos en alto*[820]. O cerne do episódio corresponderá a um acontecimento real, ou será pelo menos de admitir que algumas das suas premissas, isto é, a carência de blocos de mármore, para além da óbvia dificuldade em interpretar epigrafia latina, fossem fenómenos generalizados.

7.6. Conservação

O estado funcional das muralhas urbanas não esteve sempre nas prioridades das autoridades centrais e locais, mas o período visigótico assegurou uma razoável manutenção. Não será despiciendo apontar para o facto de, no século V, o inteiro exército visigótico se encontrar estruturado, precisamente, na figura do *comes civitatis*,

[815] Bonetto 1998, 32-33
[816] Beltrán Fortes e Loza Azuaga 1998, 134
[817] Macias 2005, 233
[818] Kinney 2001, 145-146
[819] Canto 2001, 22
[820] Catalán e Andrés 1974, 76

que coordenava a formação das unidades regionais godas[821], além de, indirectamente, a dos bucelários hispano-romanos[822]. Resulta claro que as atribuições desses *comites* urbanos se revestiam de uma particular responsabilidade militar, que se articulava necessariamente com a do bispo local em matéria de financiamento e manutenção das muralhas. Mas a este respeito, tem vindo a ser demonstrado que a investigação actual concede uma importância excessiva ao papel da Igreja no urbanismo hispano-visigótico, em detrimento, por exemplo, da acção afirmativa do Estado ao longo segunda metade do século VI[823]. Na Lusitânia, o exemplo mais evidente será o de Mérida, embora seja impossível que outros sítios, como Beja ou Coimbra, por ora sem comprovação arqueológica inequívoca, não tivessem sido beneficiados da mesma forma. Nesta óptica, a suposta decadência de fortificações urbanas nos primeiros anos do século VIII tem de ser muito matizada, principalmente nas cidades episcopais, não se tratando com certeza de estruturas baixo-imperiais negligenciadas. Aquando da conquista islâmica, é de admitir que algumas das defesas urbanas se pudessem encontrar num estado de descuido prolongado, mas outras continuavam perfeitamente funcionais. A crónica *Akhbâr madjmoua*[824] refere um destacamento muçulmano enviado por Tarique, que interrogou um pastor sobre a força da guarnição e das muralhas de Córdova, tendo sido respondido que estas eram fortes, mas que havia uma brecha junto a uma das portas. Não tendo sido possível escalar a muralha, o pastor foi novamente questionado, tendo dado a indicação precisa, mas a abertura só podia ser atingida, com muita dificuldade, ao escalar uma figueira. A cidade acabou por ser tomada por esta via, com a subjugação dos guardas da porta. Parece evidente que o estado de conservação da muralha de Córdova era bastante razoável. Mas a deterioração das muralhas urbanas não foi um fenómeno especificamente pós-romano, além de se registar grande variação geográfica. É extremamente indicativo que alguns exemplares gálicos estavam, pelo menos parcialmente, arruinados já no século IV. Amiano Marcelino[825] descreveu Avenches (15. 11.12) como deserta, com os seus antigos edifícios semi-arruinadas (*aedificia semiruta*), enquanto Autun[826], por seu turno, dispuna de um perímetro considerável, embora afectado pela decadência do tempo: *muros (...) carie vetustatis invalidos* (16.2.1). Houve significativas diferenças territoriais nesta dinâmica. Na Britânia, por

[821] Contamine 1984, 23
[822] De Man 2008, no prelo
[823] Olmo Enciso 2006b, 251-264
[824] Dozy 1965, 47
[825] Matthews 1989, 391
[826] Johnson 1977, 68

exemplo, as cidades parecem ter desaparecido durante o século IV. O bispo Cutberto descreveu as porções sobreviventes mas obsoletas da muralha de *Luguvalium* em 685[827], e isso era tido como uma situação generalizada, mas ao mesmo tempo verifica-se que noutras províncias periféricas, como *Noricum*, as defesas urbanas dos séculos pós-romanos ainda eram funcionais[828]. Adicionalmente, a abertura de brechas em muralhas urbanas não equivale sempre a uma má conservação da estrutura. Há que considerar aspectos simbólicos, perfeitamente nítidos no episódio do regresso de Nero da Grécia, quando ele entrou em várias cidades italianas *num carro puxado por cavalos brancos, por uma brecha aberta na muralha* (Suet. 6, 25)[829]. No fundo, trata-se de uma prova de submissão urbana. Em moedas de Adriano e de Antonino Pio surgem portas com torres de flanqueio, associadas a figuras de tipo *Nike* numa quadriga[830], o que poderia talvez representar uma alusão a este binómio entre as defesas urbanas e a Vitória. Mesmo em época mais tardia, o derrube de panos de muralha tinham um valor imaterial; num dos ataques suévicos a *Conimbriga*, foi demolido uma parte da muralha (*Hyd*., *Chron*. 241)[831], num propósito nitidamente simbólico, reflectindo a deslegitimação da autonomia urbana, em vez da imagem apocalíptica fornecida nesse trecho pelo bispo de Chaves. E Átila teria prometido ao bispo João de Ravena que não destruiria a cidade se lhe fosse permitido abrir uma brecha nas muralhas da cidade, para simular a sua tomada[832]. Tanto o Godo Totila como o Vândalo Gaiserico arrasaram partes de diversas muralhas urbanas, por motivos exclusivamente estratégicos, porque não dispunham de tropas em número suficiente para assegurar as lealdades em todas as cidades conquistadas[833]. As destruições verticais na muralha de Mérida, atribuíveis ao século IX, devem ser interpretadas numa lógica aparentada, visto que afectaram apenas partes localizadas do recinto, nomeadamente na Morería, na Huerta de Otero, junto ao teatro e no quartel da Guardia Civil[834], o que permitia uma recuperação rápida, em caso de necessidade. Por detrás destes aspectos simbólicos encontrava-se uma recorrente fundamentação prática, que se prendia com a incapacidade germânica em matéria de cercos. Em muitos casos, a autoridade goda não se ficou pela desmontagem de espaços definidos, decidindo-se pela demolição completa das muralhas tardo-romanas, como em

[827] Colgrave 1940, 122-123
[828] Liebeschuetz 2003, 76
[829] De Man 2007e, 32
[830] Thomas 2008, 111
[831] Tranoy 1974, 175
[832] Salvador Ventura 2002, 450
[833] Delbrück 1990, 378
[834] Alba Calzado e Feijoo 2005a, 103

Benevente, Nápoles ou Spoleto, e deve ser recordado que uma terça parte das muralhas da cidade de Roma também acabou destruída após a sua tomada[835]. Invariavelmente, o século VI assistiria à recuperação destas estruturas. De modo análogo, os batentes das portas eram considerados troféus de guerra, na medida em que simbolizavam a capitulação de uma cidade, o que acabava por reduzi-la a uma cidade sem muralhas. Quando Almansor regressou da sua campanha a Santiago, em 997, trouxe para Córdova as próprias portas de madeira, que foram colocadas na mesquita inacabada. Idêntico espólio foi retirado pelos Almóadas à fortaleza almorávida de Tāsğīmūt, em 1123/24, e pelo conde de Barcelona a Almeria, em 1147[836].

8. Defesas urbanas avançadas e coesão defensiva

8.1. Configurações urbanas no território

É preciso referir que houve algumas cidades onde foram construídas muralhas tardias em época pré-tetrárquica mas que, na ausência de um programa regional, representaram iniciativas perfeitamente localizadas. Exemplos dessas acções ocasionais são os casos de Aquileia, já em 238, Verona, em 265, e depois várias cidades da Mésia seguiram-lhes o exemplo[837]. No entanto, a datação do troço noroeste de Aquileia, que envolve o lado direito do circo, tem vindo a ser tomada como já de meados do século IV[838], o que pode reposicionar parte da questão norte-italiana e sud-gálica. Todavia, na Britânia continuaram de certeza as novas fortificações urbanas ao longo dos séculos II e III[839], que talvez sejam de relacionar com uma ostentação competitiva entre as elites cívicas da ilha[840]. De facto, desde meados do século III que algumas cidades do Império se começam a fortificar em moldes regionais[841], o que coloca em perspectiva a ideia de uma súbita ansiedade urbana[842] provocada por factores que supostamente não existiriam com anterioridade. A própria especificidade hispânica, descrita mais acima, conduziu a ciclos aparentemente intercalados de fortificação urbana. Apesar de tudo, muitas das

[835] Nossov 2005, 56
[836] Torres Balbas 1957, 605
[837] Southern 2001, 105
[838] Jiménez Sánchez 1998, 230
[839] Hill e Wileman 2002, 72
[840] Esmonde-Cleary 2007, 161
[841] Cassanelli, Delfini e Fonti 1974, 35
[842] Richardson 1998, 274

cidades mantiveram operacionais as suas defesas do Alto Império, e isso não se aplicou apenas àqueles sítios que em breve deixariam de ocupar uma função relevante no mundo alto-medieval. Pelo contrário, as mais importantes capitais políticas e episcopais da Lusitânia, como Mérida e Beja, assistiram apenas a reforços das suas muralhas, e acima de tudo em época pós-imperial, apesar do imenso investimento em época constantiniana na capital da Lusitânia[843], num evidente patrocínio imperial que não incluiu novas defesas. Já foi notado que nenhuma das muralhas hispânicas revela investimento inequivocamente constantiniano[844], como parece ter sido o caso em diversas cidades da Aquitânia, entre as quais se destaca Dax[845]. Uma hipótese que parece muito razoável tem que ver com uma manutenção de muralhas honoríficas nas cidades lusitanas de maior prestígio baixo-imperial. Torna-se quase paradoxal admitir que terão sido essencialmente cidades menores a fortificarem-se durante o período tetrárquico. As muralhas das cinco antigas colónias da Lusitânia referidas por Plínio (*Nat. Hist.* 4, 117)[846] fornecem atípicos dados baixo-imperiais. Não alteraram o seu trajecto em época tetrárquica, isto se admitirmos a hipótese dessa realidade para Medellín, com importantes continuidades islâmicas, e para Santarém, caso esta corresponda realmente a *Scallabis*, facto por enquanto incomprovado[847]. A este respeito, o suposto estado de despovoamento deste sítio no século VIII[848] também não é certo, e por algum motivo estrutural e pré-islâmico foi *cora* mais ampla que Lisboa[849]. Mérida é um caso resolvido nessa matéria, e Cáceres, mantendo a sua disposição primitiva, parece não se desviar antes de época califal, e mesmo assim esse desvio foi mínimo. Beja manteve, para além da dúvida razoável, o seu perímetro original[850]. Neste âmbito, não será despiciendo notar a implantação territorial das colónias lusitanas, que serviam na perfeição os propósitos estratégicos do Baixo Império. *Pax Iulia* acabou por ser, entre o Guadiana e o mar, aquilo que *Norba* representava entre o Tejo e o Guadiana[851], e tanto *Scallabis* como *Emerita* e *Metellinum* dominam pontos estratégicos destes dois últimos rios. Seria, portanto, razoável assumir uma propensão para a manutenção de perímetros nas cidades maiores, sem que possa ser estabelecida uma estrita relação de

[843] Kulikowski 2004, 110
[844] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006b, 255
[845] Maurin 1992, 384
[846] Guerra 1995, 35
[847] Mantas 1986, 15
[848] Picard 2005, 135
[849] Viana 2007, 20
[850] Mantas 2004, 78
[851] García y Bellido 1959, 300

causalidade com tal resultado. A remota origem de um estatuto colonial como razão para a manutenção de defesas urbanas em época tetrárquica pode reportar a um fundamento consuetudinário, ou então a um mero pragmatismo, tendo em conta uma melhor qualidade e preservação das infra-estruturas. A ligação com as muralhas em época tardia tem de ser entendida no âmbito das sedes judiciais, que legitimaram, em território lusitano, as sedes coloniais. O que se torna interessante é constatar que em duas das três cidades que se tornariam sede de *conventus* não foram reconstruídos os respectivos perímetros, nomeadamente Beja e Mérida, e na terceira cidade, Santarém, essa realidade por enquanto não pode ser atestada. Posto de outra forma, das três zonas judiciais da Lusitânia, as capitais pacense e emeritense, antigas colónias, são as únicas cidades com manutenção de perímetro e presumivelmente de paramento, o que, de um ponto de vista académico, pode ser imaginado também para a escalabitana. Apenas numa fase avançada do século IV ou mesmo V se admite investimento de vulto nas defesas destas cidades capitais do Baixo Império lusitano. Um paralelo na Gália aponta para o elevado grau de cuidado na fortificação das novas capitais regionais tardo-romanas: o canto nordeste da muralha tardia de Tours oferece um limite *post quem* numismático de 364-375, o que deverá ser posto em relação directa com a elevação da cidade à categoria de capital da nova *Lugdunensis III*, em 374[852]. Outro exemplo, hispânico, prende-se com o reforço da muralha de Barcelona, situado num contexto tardio através de uma moeda de Cláudio, o Gótico, e de algumas relações estruturais[853], a reapreciação de achados antigos na torre 11 sugere uma fase posterior. Evidência numismática proveniente do enchimento da muralha é referente ao século IV (*follis* de Constantino, AE 3 *Urbis Roma*, AE 4 *Salus Rei Publicae* e AE 3 de Máximo) e parece não dever-se a uma reparação localizada[854]. Por seu turno, Tarragona manteve a sua muralha tardo-republicana operacional até os finais do Império, e Hauschild indicou algumas reformas dos princípios do século V[855]. São dados importantes que consubstanciam a ideia de uma manutenção de muralhas urbanas de grandes capitais ao longo do século IV.

A assunção de investimento pós-constantiniano remeteria, à primeira vista, para programas de cronologia visigótica, que terão sido essencialmente iniciativas

[852] Esmonde-Cleary 2000, 24
[853] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1991, 234
[854] Járrega Domínguez 1991, 330-331
[855] Hauschild 1993b, 387-399

autárquicas, com anuência ou instigação episcopal e régia[856]. Num sentido amplo, a qualificação constantiniana do investimento oficial geralmente abrange, por conveniência, os últimos três quartos do século IV[857]. Porém, é preciso recordar que também a ordem teodosiana se preocupou muito com defesas urbanas, numa expressão de grandeza dinástica[858] que se evidenciou durante as últimas décadas de governo romano na Lusitânia. É altamente provável que estas obras mais tardias nas fortificações urbanas no ocidente peninsular tenham consistido em reparações e melhoramentos nas muralhas tetrárquicas[859], e que por isso não sejam realmente evidentes no panorama urbanístico. Também não fica nítido que Teodósio tenha beneficiado especialmente a sua Hispânia natal, apesar das suposições em torno de um *clã hispânico*, baseadas numa maior inclusão de Hispanos na administração[860]. Esta hipotética benevolência para com indivíduos não se teria repercutido necessariamente nas muralhas urbanas, ainda que a do seu filho Honório se relacione directamente com a segurança militar hispânica. De facto, o conde das Espanhas Astério, que comandava um exército nos desconhecidos montes Nerbásios em 420 (cf. *Hyd. Chron*. 71, XXV e 74, XXVI)[861], ressurge num documento epistolar, sendo interpretável como um produto da vontade de Honório em aliciar a poderosa aristocracia senatorial hispânica[862]. É muito nítida a existência de um bloco fiel à linha Teodósio-Honório em áreas distantes das costas mediterrânicas, não apenas nas figuras dos familiares que organizaram um exército privado, mas também na lealdade demonstrada por homens como Idácio de Chaves[863], sobrevivendo às perseguições de Constantino III. Curiosamente, talvez tenha sido precisamente a acção urbana da dinastia de Teodósio que determinou o desaparecimento das *civitates* mais pequenas, que não tinham sido beneficiadas por muralhas tetrárquicas, forjando assim o território tardo-antigo. A hipótese aqui apresentada baseia-se na seguinte lei, datada do ano de 389 (*C. Th.* 15.1.26): *Sempre que, para efeitos de construção pública, as cidades mais renomadas das diversas províncias necessitem de fundos maiores do que os resultantes dos seus impostos, elas terão o direito de exigi-los às cidades mais pequenas*[864]. Caso esta norma tenha tido aplicação na Lusitânia, ela traduz-se,

[856] Salvador Ventura 2000, 193
[857] Barral i Altet 2006, 227
[858] Bassett 2004, 80
[859] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 329
[860] Bravo 1997, 21-28
[861] Tranoy 1974, 125
[862] García Moreno 1989, 50-51
[863] García Moreno 2006, 45-46
[864] Pharr 1952, 425

contrariamente ao que tinha acontecido cem anos antes, na fortificação das grandes cidades, em completo detrimento das mais pequenas. Tal panorama enquadra bem a realidade tardo-antiga, canalizada já para iniciativas episcopais, como em Mérida ou, no lado oposto da Península, em Begastri[865]. E é factual que a decadência das infra-estruturas na maioria das cidades hispânicas se começou a manifestar em período pós-constantiniano, quase em todo o lado numa fase muito avançada do século IV, num fenómeno que se alargou, repentinamente, às capitais provinciais já algures no século V[866], quando também estas se fortificaram.

Na determinação da construção defensiva, não haverá que procurar uma especificidade cultural na circunscrição do território lusitano, que nem sequer se verificara na sua criação enquanto província[867]. A mera conformação da unidade administrativa, porém, implicou por inerência um desenvolvimento distinto das províncias adjacentes, quer se tenha baseado ou não em dinâmicas independentes dessa convenção política. As mais precoces fontes da Reconquista conservaram, ou reabilitaram, a designação da antiga província romana para situar o avanço cristão. De facto, a Crónica de Albelda refere *o território da Lusitânia*[868], fazendo coincidir essa circunscrição alto-medieval com a romana, como se depreende das cidades citadas. Tal manutenção enquadra-se numa lógica de longo prazo, no seio da qual se integrara já o reino visigótico, ao conservar os territórios administrativos dioclecianos[869], nomeadamente as sete províncias hispânicas. A própria definição da Marca Inferior, embora carecendo de sobreposições tão lineares, acabou por validar as mesmas estruturas básicas que haviam sustentado o funcionamento da Lusitânia. Apesar de incontornáveis tendências geográficas de longa duração, o primeiro milénio conheceu grandes transformações na fortificação urbana, e principalmente na articulação de postos militarizados circundantes. O século IV promovera novas autonomias administrativas, acentuadas na centúria seguinte, com núcleos episcopais aparentemente deslocalizados. Essa transformação na rede de equivalências territoriais é um fenómeno repetido na Gália e norte de Itália[870], onde várias alterações de estatuto submeteram cidades antigas de maior relevância a outras, pela concentração do poder eclesiástico. O enquadramento político tardo-antigo não

[865] Martínez Cavero 1984, 42
[866] Kulikowski 2005, 62
[867] Guerra 1998, 815-816
[868] Constable 1997, 57
[869] Vico Monteoliva, Cores Gomendio e Cores Uría 2006, 169
[870] Wataghin 1995, 236-240

representa, pois, uma validação linear, e as características do sistema eram dinamizadas acima de tudo por causas económicas. Existe aqui uma considerável ruptura com a realidade imperial, que sempre ambicionou uma homogeneização entre núcleos fortificados, mesmo desde época augustana. David Hourcade[871] consolidou a ideia de uma fortificação alto-imperial bastante ampla, que não definiu o estatuto da cidade, nem resultou, a propósito, do seu contexto geográfico. O exemplo de *Segobriga* é elucidativo, sem pretensão defensiva e de execução rápida, destoando um pouco do restante investimento augustano[872]. Nesta óptica, as muralhas tardias diferem essencialmente na sua dimensão militarizada, conferindo robustez a um esquema já existente, que acabou por evoluir num contexto cristianizado, e em torno do poder eclesiástico.

8.2. *Castra* e *castella* tardios

No entanto, a pequena arquitectura militar desse período era distinta, num cenário em que as cidades não formam uma sequência linear, mas sim uma rede inter-relacional, que se auto-coordenava apenas ocasionalmente e de forma indirecta. Essa rede integrava todas as fortificações de segunda linha, que formavam um apoio sectorial às muralhas urbanas. Na perspectiva de Isidoro de Sevilha (*Etym*. XV, 13), existe uma verdadeira continuidade entre a cidade e os fortins intermédios, diferindo apenas na dimensão e não no estatuto: dava-se *o nome de* castrum *à cidade construída em lugares muito elevados (...) e, em forma diminutiva,* castellum[873]. De facto, a simbiose entre a fortificação e a áreas circundantes[874] transporta o conceito de defesa dos centros administrativos para além das respectivas muralhas. Deve ser insistido no facto de a fortificação urbana tardia não se limitar à mera circunscrição de perímetros de cidades, num reconhecimento das complementaridades de natureza peri-urbana e mesmo rural que, no seu conjunto, asseguravam a segurança territorial possível às sedes episcopais. Posto de outro modo, as defesas urbanas tardias da Lusitânia não podem ser analisadas numa perspectiva desintegrada dos seus postos avançados, que formavam um conjunto articulado, em torno das cidades, e no espaço intermédio. São de apontar essencialmente

[871] Hourcade 2004, 247-251
[872] Almagro-Gorbea e Lorrio 1989, 178 e 202-203
[873] Oroz Reta e Marcos Casquera 1994, 229
[874] Keegan 2006, 192

os vários castros lusitanos que sofreram reocupações militarizadas nos primeiros anos do século V, associados no território de núcleos maiores. Muitos encontram-se documentados pela arqueologia[875], e correlacionam-se ao tipo de ocupação que Idácio de Chaves (*Chron.* 91)[876] identificava como *castella tutiora* e que, de acordo com o trecho, abrigavam necessariamente destacamentos militares hispano-romanos; não se concebe que o exército de Hermerico tenha sido atacado e parcialmente vencido *per plebem*, como Idácio quer fazer acreditar. No entanto, tais redutos de altura adquiriram efectivamente uma forte componente civil. Pelo menos alguns *castella* norte-africanos do século V representam aglomerações dos habitantes de vários *saltus*[877], numa reminiscência de uma ocupação alto-imperial perfeitamente identificada em território lusitano e galaico[878], da qual as contracções rurais pós-clássicas poderão não ser mais do que uma continuidade. Os *castella* lusitanos, muitos deles com ocupações mais antigas, são abundantes na região de Cáceres e Badajoz, todos directamente ligados a cidades e à Vía de la Plata, dominando eixos e ramais viários[879]. Os *castella* tardios do Ocidente, e especificamente da Lusitânia, funcionavam quase sempre como defesas avançadas da cidade fortificada, numa relação topográfica directa, ou então, noutros casos, protegendo um núcleo menor[880]. A propósito, por uma questão terminológica, recorde-se que a eventual função militar dos *castella* lusitanos alto-imperiais se encontra perfeitamente descartada[881]. De facto, tal como acontece nos casos alentejanos[882], os exemplos epigráficos da zona de Viseu, Guarda, Coria e Beja[883] são condizentes com outro tipo de assentamento social, não conectável com o Baixo Império. O que se alterara no Ocidente, e em particular na Lusitânia, é a renúncia ao primitivo *castellum* enquanto comunidade de origem em favor das cidades correspondentes [884], embora tanto essa comunidade como a origem, apesar de traços de homogeneidade cronológica e técnica, traduzam funções muito distintas[885]. O cenário de abandono ao longo do século I não implica automaticamente uma evolução demográfica terminal, e as ocupações tardo-romanas destes sítios não se encontram documentadas, mas tal hipótese surge

[875] Vieira 2004, 59-60
[876] Tranoy 1974, 130
[877] Lancel 1972, 141
[878] Alarcão 2004a, 317-342; 2004b, 193-212
[879] Alonso Sánchez 1988, 40-96
[880] Colognesi 2002, 77
[881] Fabião 2005, 55
[882] Berrocal-Rangel 2004, 168-169
[883] Fernandes, Ferreira, Osório e Perestrelo 2006, 173-176
[884] Perestrelo 2000, 133
[885] Fabião 1998, 287

como ocasionalmente aceitável, considerando a expressão da fortificação urbana e da sua pertinência regional. Por seu turno, os *castella* tardios passam amiúde a representar uma prolepse defensiva, complementar à cidade pós-imperial, como é nitidamente o caso com o de Sant Julià de Ramis, a cinco quilómetros de Gerunda[886], ou o do castro de Falperra, junto a Braga, onde se achou uma fíbula suévica[887], e que poderia ter beneficiado de um posterior investimento por parte de Leovigildo, com uma eventual acrópole palatina, num paralelo directo com Recópolis[888]. Em franco contraste funcional com aqueles primeiros *castella* romanizados, que haviam tendido para a descontinuidade ocupacional perante a urbanização[889], as cidades do Baixo Império, pelo contrário, apoiaram-se inteiramente neles, numa funcionalidade complementar. A verdade é que os *castellani* dos inícios do século IV faziam parte integrante das forças militares regionais[890], presumivelmente em áreas pouco militarizadas como a Lusitânia, sem bases de *limitanei*, onde a sua função seria de manutenção e controlo. Porém, estes sítios revestiam-se também de uma considerável relevância civil, como se pode observar, de novo, em Idácio (*Chron.* 56)[891], quando refere os *Hispani per civitates et castella*, como se fossem estes os dois tipos principais de núcleos amuralhados em que vivia a população nativa. Ou seja, o *castellum* idaciano pode muito bem não corresponder exclusivamente a um povoado de altura, mas, por exemplo, a um *vicus* fortificado, ou a uma cidade entretanto secundarizada com algum tipo de defesa. Com base em informação epigráfica, foi já sugerido que diversos destes pequenos núcleos fortificados tinham vindo a ser criados logo desde o século III, amiúde por iniciativa privada[892], o que os colocaria em conexão cronológica com a fortificação tetrárquica. É importante apontar que uma lei tardia de Vitiza e Égica evidencia que, nos inícios do século VIII, a hierarquia de centros populacionais era a seguinte: *civitas, castellum, vicus aut villa vel diversorium*, corrigindo desse modo a lista providenciada pelas Etimologias de Isidoro de Sevilha, onde os *vici*, *castella* e *pagi* surgem como dependências funcionais da *civitas*[893], mas talvez não exactamente numa sequência decrescente. O *castellum* tardio é necessariamente um local defensável, mas perfeitamente articulado com a demografia do *pagus*, que fora sempre um conceito

[886] Nolla 2007, 642-643
[887] Quiroga e Lovelle 1997, 207-208
[888] Olmo Enciso 2007, 170-171
[889] Carvalho 2006, 770-771
[890] Contamine 1984, 6
[891] Tranoy 1974, 118
[892] Whittaker 1976, 157
[893] García Moreno 1989, 263

territorial, independentemente dos eventuais *vici* correspondentes[894]. O trecho em questão (*Etym*. XV, 2, 10)[895] revela que aqueles núcleos se encontram *desprovidos de toda a dignidade da cidade*, tratando-se de *uma simples união de pessoas*; a consideração adicional de que os *vici* careciam de muralhas não impede necessariamente uma fortificação ocasional em época alto-medieval. Parece aliás muito possível que vários dos *vici* lusitanos tenham conhecido algum tipo de militarização[896], o que, no entanto, não redundaria necessariamente em fortificações.

As antigas sedes de *civitas* sem proeminência tardia mas com óbvia relevância demográfica no século V tenderiam para um uso, na medida do possível, das suas muralhas alto-imperiais, quando estas existiam. Em mais do que uma passagem, a Crónica idaciana refere a existência de *castra* (*Coviacense castrum*, *Portucale castrum*), tal como o fazem a *Vita Fructuosi* (*castro Leonis*) e a obra de S. Valério (*castrum Petrensis*)[897], evidenciando implicitamente que os *castra* do século V galaico-lusitano representam núcleos civis com componente militarizada, mesmo considerando alguma indefinição terminológica. São de facto múltiplos os exemplos de *castra* e *castella* hispânicos dos séculos V e VI que não podem ser resultado exclusivo de insegurança, e que apresentam uma regularidade doméstica bem definida, com presença abundante de *sigillata* clara e material anfórico[898], difícil de conceber sem complementaridades urbanas. A verdade é que, contrariamente à imagem de proporcionalidade inversa entre o desenvolvimento urbano e rural, deve ser reconhecido um vigor comercial ininterrupto nas cidades portuárias fortificadas da Lusitânia tardo-antiga, nomeadamente Coimbra, Lisboa, Santarém, Faro e Mértola, com repercussão automática nos respectivos territórios. A retracção autarcista em povoados de altura é complementar, e não adversa, aos núcleos episcopais amuralhados. Em contexto alto-medieval entre Tejo e Douro, os termos *castrum* e *castellum*, por vezes utilizados de forma indiscriminada, reportam portanto, respectivamente, a um sistema defensivo englobando uma povoação e a uma fortificação militar[899] com vertente doméstica, e ambos os tipos de assentamento mantinham relações de segurança regional mais ou menos directas com Viseu, Idanha, Coria ou Coimbra. Esta rede de fortificações manteve-se ao longo do Baixo Império e,

[894] Colognesi 2002, 125 e 129
[895] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 229
[896] Carvalho 2006, 743-745
[897] Novo Güisán 1994, 16-17
[898] Gutiérrez Lloret 1996a, 275-276
[899] Barbosa 2005, 96

pelo menos no Norte peninsular, sofreu um grande impulso até as décadas de invasão e a perda total do território. A fortaleza de Tedeja, na zona de Burgos, integrava-se nitidamente num esquema de controlo regional, tendo inclusivamente beneficiado de uma grande ampliação, já no século V[900], documentando a sua valência defensiva. É muito interessante a proposta segundo a qual as hipotéticas reocupações de castros pré-romanos em época tardia hispânica não implicam necessariamente um total hiato intermédio, mas sim a perda de determinadas funções nesse espaço de tempo, debilitando o sistema castral em si mas não necessariamente a relevância desses espaços em conexão com *civitates* e *mansiones*[901], acima de tudo numa lógica de segurança urbana e, por extensão, territorial. É nessa lógica que se entendem as *aldeias castrais* do Ocidente peninsular[902], aglomeradas em torno de centros defensivos de altura, e que formam um padrão de segurança inter-urbano. Na Lusitânia, algumas destas aldeias são muitas vezes núcleos verdadeiramente autónomos, sem qualquer ligação com cidades, reconhecendo-se várias na área do Alto Mondego, como o Cabeço do Castro de São Romão, em Seia, e o sítio do Aljão, em Gouveia[903].

8.3. Outros centros de vigilância

Destaca-se uma generalização já nos finais do século III e ao longo do IV daquilo a que as fontes se referem como sendo *castella*, *turres*, *centenaria* e, no Oriente, *pyrgoi*[904], sempre junto de fronteiras, estradas, pontes e cruzamentos de vias. Tais redes de torres, das quais as atalaias alto-medievais hispânicas[905] são herdeiras quase lineares, serviam de meio de transmissão óptico, mas também de refúgio imediato, associado às cidades e sempre sobre vias ou pelo menos sobre áreas dominantes de rotas. Curiosamente, os muito difundidos *burgi*[906], postos de vigia tardo-romanos que surgem desde o século II no Ocidente, por exemplo no Danúbio[907], não parecem ter sido frequentes em território lusitano, pelo menos não sob essa designação, embora o tipo de assentamento seja associável a uma realidade análoga aos pequenos postos viários. Vegécio (*Epit*. IV,

[900] Lecanda Esteban 2002, 668
[901] Martín Viso 2000, 46
[902] Sánchez Badiola 2002, 164
[903] Tente 2007, 250
[904] Burnham e Wacher 1990, 35
[905] Mora-Figueroa 2006a, 203
[906] Biernacka-Lubańska 1982, 76
[907] Isaac 1990, 178-179

10)[908] recomendava a construção de fortins junto de fontes de água não controláveis a partir de uma cidade fortificada, o que tanto poderá retratar uma implantação nas imediações como a distâncias consideráveis, e na Lusitânia pode ter correspondido, de facto, a *mansiones* mais ou menos fortificadas. Ressaltam continuidades longas nesta disposição, como se constata nas equivalências entre o Itinerário Antonino e o texto do Anónimo de Ravena; mais do que um *praesidium* ou *castellum* ressurge no Baixo Império, tanto na Galécia como na Lusitânia[909]. Há bons paralelos, durante todo o século IV, de *praesidia* como estações de policiamento relevantes, pelo menos um deles comandado por um centurião[910], e o contraste com os *castella* assentava antes de mais numa dimensão estratégica regional, complementar à cidade e complementado por atalaias menores. As torres atalaias em torno de Mérida, como Mirandilla e Carija, são bem exemplificativas de uma rede óptica entre a cidade fortificada e, no caso do segundo sítio, a Serra de Alcuescar, para controlo da Vía de la Plata[911]. A maioria destas atalaias consistia na realidade em pequeníssimos postos de altura, por vezes temporários e sem reflexo arqueológico, mas com prolongamentos medievais cristãos. No *Cantar de Mío Cid* (v. 1163)[912] torna-se nítido que se trata de uma paridade literal com o termo *vigia*, o que se revela bem indicativo da desnecessidade de investimento pétreo. O primeiro foral de Tomar determinava uma repartição igual na responsabilidade de ocupação das atalaias circundantes entre população civil e Templários[913], o que apenas pode ser interpretado numa óptica consuetudinária, isto é, tais tarefas eram claramente anteriores à Reconquista. Outro motivo para a falta de identificação destes sítios de vigia, complementares às defesas urbanas, reside no facto da sua degradação ser bastante maior do que a dos núcleos amuralhados habitados em permanência, alguns dos quais assumem um papel identitário na hierarquia da rede de povoamento[914], contrariamente a outros, cuja função nunca viria a ser estruturante na Lusitânia[915]. Em diversos casos hispânicos de época alto-medieval, estes locais de controlo exprimem adaptações militares, mas acima de tudo sociais, na medida em que formaram uma verdadeira rede de fiscalização regional. Reocupam por vezes sítios com taludes e fossos pré-romanos ou republicanos, edificando uma pequena torre, o que

[908] De Man 2006b, 128
[909] García y Bellido 1959, 300-301
[910] Isaac 1990, 174-175
[911] Alba Calzado e Feijoo 2006a, 109
[912] Gárate Córdoba 1967, 175
[913] Barroca 1996/1997, 178
[914] Boissellier 2003, 462
[915] Tente 2007, 245-262

possivelmente foi o caso em Antanhol, junto a *Conimbriga*, onde surge uma fortificação numa delimitação testamentária de 1086 (*subtus castro Antoniol, territorio civitatis Condeixe*; L.P., fl. 88-88v., doc. 170)[916]. Noutros casos, foi construída uma pequena cerca, como em Lillo, Cisterna, Olleros de Alba ou Caboalles[917], mas é de aceitar que a maioria dos postos avançados em redor das cidades tardias não tenha beneficiado de um investimento permanente especificamente defensivo. De resto, a geografia militar antiga diferia muito da actual, carecendo de implantações geométricas no território, tanto do ponto de vista operacional como estratégico. Posto de outra forma, não se verifica uma regularidade na disposição das defesas, tornando inválidos estudos baseados nessa falsa premissa. Na ausência de uma gestão concertada do território, a dispersão de fortificações tardias terá por isso de ser interpretada como resultado de uma dinâmica muito mais intuitiva do que planeada.

Já a coluna de Trajano evidenciava a existência de uma rede de torres de sinalização, que nem sequer eram fortificadas, e na Britânia foram identificados postos de comunicação que permitiam transmissões praticamente imediatas, tal como extensões semicirculares na muralha antonina, que foram interpretadas como torres de sinalização[918]. Apesar da sua localização aparentemente periférica na Lusitânia, Mérida era um nó logístico central do território, cuja comunicação de longa distância continuou a ser assegurada, em época islâmica, por sinais de fogo ou mesmo por um dispositivo óptico instalado na Alcazaba que, reflectindo a luz do sol, originou a lenda de uma princesa moura e do seu espelho[919]. Quanto a sinais de fogo, são descritos por Políbio e Vegécio, e existem alguns indícios militares arqueológicos para o período imperial, embora difíceis de individualizar por oposição a fogueiras[920]. São múltiplas as referências medievais a sinais de fogo, ou *almenaras*, no território português, para comunicação militar à distância. Fernão Lopes ainda descreve diversas situações do género, tal como o recurso a outros sinais visuais, nomeadamente em pontos altos do terreno[921], perfeitamente análogos às utilizadas em época romana. Os preparativos para a tomada de Évora por Giraldo sem Pavor assentaram na prévia anulação das torres de sinalização da planície, como descreveu André de Resende, cujo relato renascentista,

[916] Rodrigues e Costa 1999, 271-272
[917] Gutiérrez Gonzáles e Benéitez González 1995, 426
[918] Luttwak 1979, 66-67
[919] Alba Calzado e Feijoo 2006b, 167-168
[920] Sheldon 2005, 204
[921] Monteiro 2002, 179-181

descontando alguns detalhes, poderá ser tomado como admissível: *Quomo Euora esta situada en esta planura eminente & discoberta que de nenhuma parte se lhe pode encobrir cilada, se non detras do otẽeiro de sam Bẽeto para obuiar a isto fezerõ os mouros alli haquella torre, onde tinham sua perpetua attalaia, que aa outra da cijdade continuamente fazia suas almenaras & signaes entre si cognecidos*[922]. A esse outeiro corresponderá, precisamente, o Alto de São Bento, com ocupação neolítica e boa visibilidade sobre a cidade, ainda que sem evidências de época histórica antiga. Outra hipótese seria talvez o Castelo do Giraldo, povoado calcolítico e proto-histórico, que evidencia, de facto, um horizonte medieval, do qual fará parte a própria muralha[923], e situa-se a dez quilómetros das muralhas de Évora, em linha recta. As incertezas sobre os materiais medievais associados às últimas ocupações permitem admitir um precedente tardo-antigo. Em todo o caso, os núcleos de transmissão óptica entre cidades fortificadas tardo-romanas e alto-medievais tiveram de fazer uso das mesmas realidades topográficas.

8.4. Das *villae*, eventualmente fortificadas, às *villulae*

Apesar dos paralelos no tempo longo, moldados pela geografia, é de lembrar que o território das cidades fortificadas lusitanas era estruturalmente distinto do que se desenvolvera na paisagem do Alto Império. Em várias províncias ocidentais, torna-se nítido que as explorações agrícolas se concentravam mais em torno de núcleos secundários do que propriamente de cidades capitais, numa inversão daquilo que ocorria em época alto-imperial[924]. Na Lusitânia, um estudo do povoamento romano-visigótico do *ager Salmanticensis* conduziu à identificação de vários núcleos datáveis de finais do século III até meados do século V, com presença de *sigillata* hispânica tardia e africana numa lógica de dispersão distinta da que existira antes do século III[925]. Essa constatação de mutação lenta repete-se um pouco por toda a Lusitânia, com adaptações na ocupação das *villae* que atingem o período germânico. Os grandes complexos residenciais tendiam para uma configuração análoga à das cidades, mas não se imagina que o proprietário de uma *villa* com torres teoricamente defensáveis estivesse convencido de

[922] Resende 1783, e V
[923] Mataloto 1999, 338-401
[924] Palliser 2000, 20-21
[925] Ariño e Rodríguez 1997, 236-245

que poderia resistir a um ataque minimamente concertado. Um local como o Castelo de Papa Leite, a Sudoeste de Mértola, poderá ser uma *villa* alto-imperial fortificada, com continuidade tardia atestada pela presença de TSC D[926], e terá portanto de ser perspectivada numa óptica distinta das grandes *villae* residenciais do século IV, numa relação directa com a cidade. Aliás, uma hipótese apresentada recentemente[927] assenta na própria natureza de algumas *villae* pós-constantinianas no litoral centro da Lusitânia, que porventura não dispunham de todas as valências residenciais, e acima de tudo se encontravam numa relação funcional muito próxima da cidade fortificada, contrariamente à tradicional ideia de afastamento. Uma hipótese seria, mais uma vez, encarar estes sítios como pontos secundários de recolha da *annona*[928], numa extensão intermédia das cidades. Um bom exemplo arquitectónico, embora excepcional pelas suas dimensões, é o do palácio de Diocleciano em Spoleto[929], em cujo perímetro poderia ser visto um compromisso entre a defesa e a ostentação. Num absoluto oposto, as fontes continuam a destacar uma grande profusão de *villulas* entre os séculos V e VII no território emeritense[930], fornecendo assim uma provável equiparação genérica para o resto da Lusitânia, ao indicar a depauperação da casa senhorial agrária. As fórmulas visigóticas passam, de facto, a mencionar *villulae* em absoluto detrimento das *villae* imperiais, e em complemento de *civitates* e *castella*[931]. Destaca-se assim uma tendência para a concentração tardia em recintos defensivos, e para a redução de estatuto e possivelmente de tamanho das explorações agrícolas em terreno aberto. A este respeito, mesmo as *villae* fortificadas do século IV representam um conceito polémico, avançada por Palol[932], García Moreno[933] e Blázquez[934], cuja realidade parece transparecer já através de Séneca (*Epist.* 86, 4)[935], numa expressão precoce apenas muito eventualmente reconhecível em território lusitano[936]. Mas também Varrão (*Re Rust.* I, 14) mencionou as *cercas construídas para a protecção da quinta*, avançando, entre outros, com um tipo militar e com um de pedra, cuja variante hispânica consistiria em

[926] Alarcão 1988b, 203
[927] Correia, De Man e Pereira 2008, 234-235
[928] Mantas 1996a, 549
[929] Barral i Altet 1998, 20
[930] Quiroga e Rodríguez Martín 2000-2001, 162
[931] Isla Frez 2001, 12-13
[932] Palol 1977, 301
[933] García Moreno 1989, 54
[934] Blázquez Martínez 2006, no prelo
[935] Alonso Sánchez 1988, 35
[936] Alarcão 1988a, 63-65

terra e gravilha[937]. As décadas de transição para o século IV podem, de facto, ter potenciado a concentração em torno de alguns grandes complexos produtivos, motivada exclusivamente pela busca de segurança. Há diversos exemplos na Panónia que apontam nessa direcção, e que inclusivamente poderão ter formado uma verdadeira linha defensiva, entre Aureliano e Valentiniano[938]. Na Lusitânia, talvez seja possível admitir em sítios como o Rabaçal alguma configuração defensiva, nomeadamente a adição de uma torre ou de anexos destacados com formato defensável. Para os séculos V e VI ocidentais existem alguns indícios literários nesse sentido: Sidónio Apolinário (*Carm*. XXII) e depois Venâncio Fortunato (*Carm*. III, 12) aludem ambos a uma fortificação aristocrática[939], mas trata-se nitidamente de duas excepções no panorama tardio. A anulação das autonomias aristocráticas béticas e possivelmente lusitanas por Leovigildo, conseguida em paralelo à tomada de algumas praças bizantinas, teria conhecido alguma oposição centrada em *villae* fortificadas[940], embora tal acção também não seja muito evidente.

A par dos núcleos domésticos são já bem conhecidas as redes de torres orientais e norte-africanas, entre os séculos IV e VII, algumas das quais se revelam como rurais e construídas por algum potente local, havendo, nestes casos, uma maior ligação à *villa* do que à cidade. Outras são urbanas e nitidamente reacções, isto é, construídas por iniciativa estatal, para lidar com alguma ameaça específica[941]. Esse género de fortificação pode traduzir-se em formas de ocupação de outro tipo, nomeadamente os referidos *castra* idacianos, o que significa que o século V assiste a uma retracção de sectores da população em torno de locais fortificados. Aquilo a que as fontes continuam a chamar de *castros*, trezentos ou quatrocentos anos depois, emanou de outras realidades demográficas, e representam já locais de controlo, ou então núcleos de insurreição, mas amiúde localizados nos mesmos sítios. É preciso destacar que, por norma e exceptuando acções como a de Leovigildo, as defesas dos reinos germânicos alto-medievais eram quase sempre respostas localizadas e específicas[942], sem integrações verdadeiramente estratégicas de nível regional. Várias das revoltas internas referidas na Crónica de Afonso III, ao longo dos séculos VIII e IX, baseavam-se

[937] Hooper e Ash 1934, 217-219
[938] Whittaker 1976, 156
[939] Ward-Perkins 2001, 335
[940] García Moreno 1989, 116
[941] Decker 2006, 508-509
[942] Reuter 2006, 252

nitidamente em castros reocupados, como são os casos de Nepotiano, no Monte Cubeiro, e de Mahmud, no castelo de Santa Cristina[943]. Por seu turno, a elevação de Marvão, a *Amaia de Ibn Maruán* referida por Arrazí[944], terá sido com toda a probabilidade um castro pré-romano, e depois uma fortificação de época visigótica, complementar e não substitutiva às últimas fases da cidade da *Ammaia*, embora por ora não haja dados arqueológicos que comprovem esta hipótese.

8.5. Um panorama pós-visigótico

Complementar ao sistema territorial hispano-romano, a lógica islâmica manteria uma fortificação rural nuclearizada, organizada numa espécie de distritos castrais, com sítios menores[945] em torno de um *hisn*[946], como salta à vista na zona meridional da antiga Lusitânia. Mas diante da ideia de um repentino *país de husun*, criado do nada entre os séculos IX e X[947], deve-se manter presente que a defesa territorial do Baixo Império e Antiguidade Tardia se apoiara numa semelhante dispersão de fortins. Sob essa comparação genérica parece afinal não existir uma ligação directa entre o *castrum* e o *hisn* hispânico, apesar da episódica tentativa islâmica de associá-los[948]. Em suma, se as defesas urbanas pré-islâmicas divergiam não apenas em moldes tecnológicos como, acima de tudo, estratégicos, não pode ser minorado que a transição do século VIII teve necessariamente de se apoiar em lógicas defensivas existentes. A manutenção de esquemas complementares peri-urbanos, na sua relação com antigos *castella*, não colhe unanimidade entre quem estuda o período islâmico, cujas teses variam entre uma origem hispano-visigótica para os *husun*, eventualmente até inteiramente campesina, de iniciativa local[949] e, por outro lado, uma ruptura completa com essa disposição[950]. Se a aplicação total e estrita de um ou outro modelo não é admissível em teoria, sê-lo-ia muito menos na realidade, em que a heterogeneidade lusitana obrigava a diferentes ajustamentos regionais. No que toca à complementaridade das defesas urbanas, não é razoável que as optimizações topográficas tardo-antigas das regiões circundantes às

[943] Quiroga 2004, 61
[944] Oliveira e Pereira 2005, 77
[945] Martínez Lillo 1990, 152
[946] Porras Funes 2006, 133
[947] Pimentel 2005, 180
[948] Barceló 1998, 34
[949] Azuar Ruíz 2004, 264-271
[950] Barceló 1998, 17-34

cidades tenham perdido a sua relevância logo após a conquista islâmica. No cômputo global, a relação com as cidades era muito distinta da que existira com anterioridade, mas pode ser admitido, se não uma continuidade conceptual, pelo menos uma semelhante funcionalidade no tocante à gestão da defesas urbanas. Mesmo durante as taifas, tanto as fortificações urbanas como as puramente militares nunca tenderam para uma feudalização, na medida em que não chegaram a ser o suporte de uma aristocracia militarizada e anti-estatal[951]. Esta fórmula aproxima-se ainda muito mais da Antiguidade Tardia do que das soluções pós-carolíngias francesas, contemporâneas das taifas. No centro da Lusitânia, devem ser postos em relevo os múltiplos castelos roqueiros alto-medievais, documentados desde os meados do século X[952], formando muito nitidamente linhas de defesa e comunicação entre cidades. Houve, a propósito, algumas longas continuidades nas fortificações menores, em especial nas costeiras, onde se destaca uma função orientadora à navegação[953], como o parece demonstrar, por exemplo, entre uma multiplicidade de casos, a Atalaia da Vela, na Figueira da Foz[954]. A uma reduzida distância, a torre de Redondos / Buarcos, mencionada no século XIII (*et habent turrem de buarcos cum sa vinea*), reportará com probabilidade à *boa torre* de uma doação de 1096[955], que se poderia colocar em relação directa com o sistema defensivo pré-cristão da foz do Mondego. No mesmo rio, Montemor-o-Velho, ou o *hisn Montmayur*, construído já no século IX[956] e, de acordo com a sua localização, com possíveis antecedentes tardo-antigos, protegia o acesso marítimo a Coimbra. Semelhantes disposições de controlo fluvial, moldadas pela lógica do sistema fiscal e defensivo baixo-imperial, manifestaram-se nas desembocaduras de todos os rios lusitanos, em conexão com as cidades fortificadas que delas beneficiavam directamente, não sendo por isso de conceber adaptações de vulto durante a Tardo-antiguidade. Numa expressão romano-visigótica, também as defesas islâmicas do Barlavento algarvio, centradas principalmente em Silves, continuavam a assentar num sistema hierarquizado, que além dos núcleos de povoamento amuralhados consistia, precisamente, numa rede de fortificações menores e torres atalaias. No caso de Silves, alguns desses pontos defensivos complementares, construídos em taipa, situavam-se a média distância da cidade: S. Bartolomeu de Messines, Paderne, Porches e Alvor. O Sotavento centrar-se-

[951] Guichard 2000, 694
[952] Marques 2000, 114-117
[953] Amaral 2002, 38
[954] Pereira 2005, 32
[955] Correia e Gonçalves 1952, 93
[956] Barroca 2005, 111-116

ia em torno de Faro, apoiado por sítios como Cacela Velha, Loulé e Tavira[957]. Torna-se nítido que os dois grandes pólos islâmicos se desenvolveram sobre cidades romanas, não se podendo minorar, neste quadro, o bispado paleocristão e visigótico de *Ossonoba*[958]. Só a Reconquista viria a retirar o episcopado de Faro em favor de Silves[959], o que indicia com clareza uma proeminência moçárabe na antiga *Ossonoba*. No que reporta às torres de vigia intermédias, é preciso insistir, de novo, na sua função primordial na rede de comunicações visuais que cobria o território, e que, definida antes de mais pela geografia, se revelou de igual modo em contexto romano-visigótico e islâmico.

[957] Amaral 2002, 58
[958] Catarino 2002c, 132-133
[959] Silva 2001, 18

B. Tipologia

1. A definição tecnológica e os seus problemas

Tem sido afirmado que a evolução da engenharia militar se vê marcada por períodos alternados, nos quais predomina ora a defesa, ora o ataque[960]. Na realidade, essa relação surge como menos linear, de acordo com variáveis bastante complexas[961], e de qualquer modo as tendências expansionistas ou defensivas nem sempre se vêem reflectidas na arquitectura militar. Por isso, a relação com a fortificação de cidades na Antiguidade Tardia parece indirecta quando se consideram, por exemplo, as respectivas pré-existências. Mas é também verdade que uma sociedade orientada para o ataque se poderia permitir uma recruta sazonal, de acordo com objectivos imediatos, enquanto os territórios em modo defensivo, por oposição, se viam obrigados a manter-se num estado de prontidão permanente, o que se traduziu, com base em acepções historiográficas, na fortificação urbana tardo-romana e alto-medieval[962].

A nítida heterogeneidade na fortificação urbana no Baixo Império é uma realidade incontornável, e em última instância torna-se necessário concluir que cada muralha representa um caso único. Não parece ter existido uma regra tecnológica geral, aplicada a todas as cidades, transformando a questão numa *impossible synthèse*[963]. Em traços muito genéricos, distingue-se naturalmente uma série de equivalências que unem todos os monumentos nas suas respectivas irregularidades, que no campo de outras manifestações, como a artística, culminariam numa certa unidade de estilo mediterrânica[964]. Como em época tetrárquica essa unidade resultou já da ausência de derivações helenísticas e das regionalizações provinciais, poderá pensar-se numa dinâmica que cria uniformidade através do retrocesso a princípios elementares. Por isso, a semelhança entre as defesas emana de uma lógica paralela, representando antes de mais uma optimização percepcionada comum, mas que sob nenhum aspecto se pode considerar puramente difusionista. Sob este prisma, a definição cronológica dos elementos constitutivos das fortificações urbanas não deve reportar primariamente a

[960] Finch 1951, 22
[961] Van Evera 2005, 283-289
[962] Bachrach 1995, 76
[963] Tarel 2003, 503
[964] Barral i Altet 2006, 229

formatos centralizados ou mesmo regionais, ainda que indicativos, mas sim às particularidades de cada sítio. Como resulta evidente, a nível tecnológico tanto o aparelhamento em si como as alterações subsequentes revelam indícios cronológicos meramente relativos. As construções hispânicas dos séculos IV e V carecem, em geral, de uma definição evolutiva[965]. Por conseguinte, a ambiguidade da classificação em moldes exclusivamente geométricos decorre de uma diversidade de condicionantes locais[966], o que só por si exclui uma sintetização. Alterações de natureza estilística são, de facto, relacionáveis com aspectos cronológicos, mas além de não existir sempre uma relação com o tempo, essas mudanças podem ser muito ténues ou mesmo inexistentes[967]. Nas descrições modernas de cidades lusitanas surgem múltiplas referências a muralhas romanas, sem que exista para isso uma razão concreta, e mesmo que alguma daquela silharia bem cuidada fosse realmente de proveniência romana, a probabilidade de reutilizações bastante posteriores é grande[968]. Os próprios aparelhamentos romanos tardios são muitas vezes resultado de uma tal recuperação, o que, associado às diferentes traduções arquitectónicas, resulta na impossibilidade de avaliar paramentos isolados com certezas cronológicas. No contexto da fortificação urbana baixo-imperial, o acentuado regionalismo das diversas soluções acompanha um provável estímulo comum numa proporcionalidade indefinida. Não basta apontar tendências genéricas, como a maior largura das muralhas e as torres destacadas, para definir o carácter tardo-romano de uma cerca urbana, já que, no âmbito da Lusitânia, se verifica sempre uma continuidade ocupacional, e presumivelmente também tecnológica, de época bastante posterior. Assim, a identificação de importantes fases tardo-antigas em estruturas urbanas defensivas obriga a reapreciar tendências construtivas amiúde consideradas imperiais, do ponto de vista estritamente tecnológico. Escavações em Cartagena[969] e Begastri[970] puseram a descoberto iniciativas visigóticas e bizantinas, numa continuidade de povoamento que leva a reconhecer construção concertada; veja-se o Cerro de la Almagra, o Tolmo de Minateda, o Salto de la Novia, ou o Cerro del Castillo[971]. Mesmo numa fase posterior continuou a sobressair uma clara herança romana, na medida em que os procedimentos técnicos da fortificação hispano-árabe

[965] Martínez Tejera 2006, 115
[966] Wataghin 1995, 245
[967] Biers 2003, 25
[968] Alarcão 2008, 194
[969] Laiz Reverte, Ruiz Valderas e Pérez Adán 1996, 138-163
[970] García Herrero e Sánchez Ferra 1984, 24-28
[971] Baños Serrano 2006, 96-97

assentam acima de tudo em adaptações locais, influenciados apenas em parte pelo Norte de África e pelo Oriente[972], que de resto também constituíram derivações imperiais. Quanto ao desenvolvimento tipológico, a inexistência de um quadro evolutivo com base em análise meramente arquitectónica é portanto um dado adquirido; o assunto tem sido debatido *ad nauseam* a partir de Richmond[973] sem que se tenha chegado a uma linha evolutiva clara. O problema tem origem, acima de tudo, num erro de proposição, porque se está perante um raciocínio que não se baseia em cronologias refinadas. Também Fernández Ochoa e Morillo Cerdán reconheceram o problema, referindo a necessidade de clarificar a sequência entre a investigação de semelhanças tipológicas e a estratigráfica[974]. Uma outra questão tem a ver com o estabelecimento de padrões em ciências humanas e também sociais. Muitas vezes ele é considerado já a partir de uma percentagem de ocorrências da ordem dos trinta ou quarenta, o que, traduzido para os problemas das muralhas urbanas, permitiria considerar como válida uma tendência arquitectónica demasiado vaga para ser trabalhada.

1.1. Condicionalismos geológicos

Tal como acontece nas áreas italianas[975], deverá ser insistido antes de mais em padrões regionais, colocando-os em relação com a respectiva geomorfologia. Já ficou bem provado que as técnicas de construção nas muralhas romanas da Hispânia se revestem de um vincado regionalismo, numa eventual oposição entre regiões setentrionais e meridionais[976]. A causa radical para estas oposições tem antes de mais a ver com as características geológicas. De facto, os módulos médios de talhe e aparelho decorrem linearmente da estrutura geológica local[977], sendo resultado da facilidade em trabalhar a matéria-prima. São várias as classes de pedra apropriadas para construir muralhas, ainda que a experiência prática dos arquitectos tivesse incidido quase por inteiro nos tipos regionais a que estivessem habituados[978]. O calcário utilizado em *Conimbriga* difere muito do granito de Évora ou os mármores de Estremoz, recebendo, por conseguinte,

[972] Zozaya 1996, 55
[973] Richmond 1931, 81-100
[974] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 343-348
[975] Gasparri 1995, 9-20
[976] Schattner 2006, 200
[977] Bessac 1987, 32
[978] Schmitt e Heene 1998, 163

um tratamento diferenciado. O primeiro era cortado por serras dentadas, enquanto que as rochas mais duras requeriam lâminas sem dentes, e areia como abrasivo[979], mas cada região adaptava as suas próprias técnicas de extracção de pedra[980], de acordo com as características geológicas regionais. A paleogeografia da Lusitânia é muito diversa[981], com zonas xistentas e graníticas predominantes no Norte e em partes centrais e meridionais da Lusitânia, por oposição a áreas de calcário e arenito no Sul e no Ocidente[982], e os elementos constituintes das muralhas são um resultado directo da sua localização particular. Em determinadas zonas bizantinas, as fundações são mesmo em mármore, sem aparente recurso a reutilizações[983], o que se explica apenas pela maior facilidade de aquisição dessa matéria-prima. Em consequência, o próprio aparelho divergia também, e a aplicação estereotómica no corte geométrico da pedra era muito condicionada pela dureza da rocha. Viollet-le-Duc chamou a atenção para o facto de ser muitas vezes o aparelho que determina a arquitectura local, porque ele varia consoante a natureza física, a resistência, a textura e as dimensões possíveis do material disponível[984]. De modo análogo, e contrariamente às ocidentais, as fortificações urbanas bizantinas do Médio Oriente são por vezes feitas em adobe[985], sendo a sua composição resultado do enquadramento geológico e ambiental, e não de alguma hipotética determinação político-cultural.

O aparelho dependia, pois, do tipo de matéria-prima disponível, e esta da geologia. Estilos e técnicas variaram muito ao longo do tempo, mas os materiais usados eram quase sempre locais[986], o que se constata em todas as cidades lusitanas. Em áreas ocidentais, incluindo na própria Roma, os edifícios públicos em zonas de rocha mole aproveitavam ao máximo a diversidade das características pétreas regionais, sendo importada silharia de maior dureza[987], apenas para incluir em pontos específicos da estrutura. O material local controlava antes de mais a mecânica da construção de muralhas, mas também as qualidades visuais genéricas da cidade[988]. No sistema da

[979] Davey 1965, 15
[980] Schwandner 1991, 216-223
[981] Daveau 1995, 42-43
[982] Pimentel 1994, 45-47
[983] Lönnqvist, Lönnqvist, Whiting, Törmä, Nunez e Okkonen 2005, 429
[984] Viollet-le-Duc 1997, 28
[985] Montero Fenollós, Caramelo, Márquez e Vidal 2006, 119
[986] Anderson 2002, 139
[987] Van Deman 1934, 8-9
[988] Crouch 2004, 13

muralha de Lugo[989] foi utilizado o granito local, que não foi esquadrado inteiramente em silharia mas sim num lajeado muito menos alto, com um determinado resultado estético, embora por inteiro causado pela natureza da rocha. A extracção de material, e o seu subsequente acabamento, requeria um processo adaptativo segundo o substrato rochoso.

O tipo de talhe da pedra depende também do período cronológico, variando por vezes consideravelmente em torno de uma mesma constância geológica, embora o período que medeia entre o Baixo Império e a Alta Idade Média possa, para este efeito, ser considerado uma unidade relativamente constante. O mesmo ciclo construtivo recorreu por vezes a configurações distintas, sem que dessa diferença possa ser extraído, portanto, qualquer valor de diferenciação cronológica. Em Gijón existem três tipos distintos de paramento coevos[990], e por isso não se justifica uma procura de racionalidade definida quando essas diferenças surgem entre cidades da mesma região. De novo, as razões para a aplicação de um determinado módulo arquitectónico parecem ser essencialmente locais, dependendo de factores económicos, como os fundos disponíveis ou os monumentos públicos considerados dispensáveis, mas também da geologia do sítio. A estabilidade das muralhas depende não apenas do tipo de aparelho e do ligante mas também das características da própria pedra. Mesmo tendo em conta essas diferenças, e embora seja possível estimar a dureza do tipo de rocha utilizado em muralhas romanas, a efectiva resistência da estrutura depende acima de tudo do aparelhamento, do ligante e das dimensões[991]. O ponto máximo de pressão diverge muito[992]: o granito suporta entre 300 a 100 N/mm³, a amplitude dos arenitos ou grés situa-se entre 195 e 27 N/mm³ e a do calcário entre 42 e 16 N/mm³. Por conseguinte, a diferença de aparelhos contemporâneos talvez possam ser interpretados numa ligação parcial com estas resistências, na medida em que blocos calcários, além de serem mais fáceis de extrair, suportam menos pressão, o que pode ter conduzido a uma menor dimensão da silharia calcária.

[989] González 2002, 593
[990] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 339
[991] Wright e Wright 2005, 31-32
[992] Barry 1994, 90

1.2. A função estruturante do ligante, e os formatos resultantes

O aperfeiçoamento e generalização da argamassa na construção tardo-romana torna-se visível através da sua aplicação em muralhas defensivas, por oposição a um aparelhamento a seco, que necessitava de uma melhor esquadria nas peças. Mesmo muralhas tetrárquicas sem juntas com ligante estruturam-se sempre sobre um núcleo de argamassa. Não admira, por isso, que o estádio mais desenvolvido da argamassa de cal romana surja reflectido em Favêncio, e não em Vitrúvio[993], representando uma prova da sua evolução tecnológica tardia. Na obra vitruviana, o desconforto para com a cimentação de muralhas é ainda muito declarado, com repetidos apontamentos de fragilidade estrutural, culminando na convicção de que *o aparelho dos Gregos* [a seco, portanto] *não deve ser descartado* (2, 8, 1-5)[994]. É de facto notório que nos finais da República e no Principado ainda havia muita experimentação insegura na combinação de argamassa e pedra não completamente esquadrada, como se pode depreender das tentativas iniciáticas em vários *horrea* itálicos[995]. Os paramentos duplos com enchimento interior tiveram, porém, uma implantação inconstante em monumentos pré-imperiais; este tipo de estrutura torna-se verdadeiramente sistemático em monumentos tardios, como a muralha justiniana de Palmira ou a reconstrução de Honório da *Porta Appia*, em Roma[996], levando a crer numa maior facilidade de execução. Na realidade, o recurso a argamassa viria a tornar-se imperativo logo em época tardo-romana, acima de tudo nas juntas da arquitectura de pequeno aparelho. Grande parte da estabilidade ou resistência da muralha passava a depender da composição da argamassa, não apenas a que mantinha unido o núcleo, mas principalmente a que juntava os silhares entre si. Para assegurar a protecção das fiadas de argamassa contra erosão, procedia-se à inserção de argamassa mais sólida nas partes externas das juntas, que entre o século III e os finais do século IV resultava quase sempre numa forma côncava[997]. A despeito de algumas excepções localizadas, o núcleo mais comum era fabricado em *opus caementicium*, cujo desenvolvimento dependera do da argamassa comum[998], à qual se retornaria, de forma desigual e conforme a região, em época pós-imperial. A grande vantagem da argamassa de cal reside na maleabilidade e dureza, muito embora ofereça

[993] Plommer 1973, 34
[994] Rowland e Howe 2002, 39
[995] Carter 1995, 39
[996] Adam 1989, 120
[997] Tedeschi e Cardani 2003, 1967
[998] Blake 1947, 327-328

uma mais baixa capacidade de compactação[999]. Relativamente fácil de produzir, à custa de material calcário e marmóreo[1000], não apenas Favêncio mas também Paládio descreveram-na, com divergências mínimas[1001]. Este enchimento era emparedado por dois muros, aproveitando as características mecânicas deste ligante tardo-romano que apresenta, de facto, propriedades flexíveis surpreendentes, sob pressões relativamente elevadas[1002]. Comparações com o cimento actual, enquanto ligante para o betão, não são abusivas do ponto de vista conceptual, mas ambas as matérias apresentam características distintas, reagindo de forma diversa a pressões e a desgastes[1003]. Apesar das suas vantagens de resistência, permeabilidade e plasticidade, a composição e aplicabilidade deste género de argamassa de cal tradicional dependia das condições climáticas de cada região, por estas, em particular a humidade, afectarem as resistências mecânicas[1004]. Onde não era possível garantir argamassa de boa qualidade, a manutenção de um nervo central, intermediando os paramentos, era desaconselhada, em favor de uma execução maciça[1005]. Na Lusitânia, este aparelho "grego" não chegou a ser implementado em época tardia, embora possa ser admitida uma concepção intermédia naqueles aparelhos não calcários que, apesar de apresentarem um núcleo argamassado, recorreram a grande silharia bem esquadrada, sem consolidação de juntas, como é por exemplo o caso em Coria, Idanha e Viseu. A quase totalidade das muralhas baixo-imperiais do Norte, com excepção parcial de Saragoça, Gijón ou Inestrillas, também carece de cimentação do paramento[1006]. Muitas vezes, a própria extracção ou o retoque no próprio local de construção resultou no aproveitamento de lascas e fragmentos de pedra na argamassa no núcleo[1007], o que conferia, juntamente com fragmentos de outra natureza, uma diferente aderência, podendo constituir uma inclusão intencional. Mas em todos os casos, a generalização da utilização de argamassa nos núcleos tornou obsoleto o recurso ao enchimento de terra, cerâmica de construção e pedra, como em Ampúrias[1008], ou o sistema de caixões, com idêntico material, vertido em compartimentos entre paramentos. Os exemplos hispânicos, de facto, são na sua

[999] Lamprecht 2001, 32
[1000] Margalha 1995, 110-117
[1001] Plommer 1973, 34-37
[1002] Kourkoulis 2006, 109
[1003] Lamprecht 1991, 137-139
[1004] Margalha 1995, 120-122
[1005] Schmitt e Heene 1998, 164
[1006] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 305
[1007] Bessac 1987, 32-33
[1008] Gros 1996, 44

generalidade tardo-republicanos[1009], o que não invalida o facto de ter existido construção aparentada em argamassa, nomeadamente no adossamento de torres. Porém, é muito indicativo que o troço bizantino da Calle Soledad, em Cartagena, evidencie novamente um recurso a enchimento interno de terra[1010], provando que a técnica, com ou sem caixões, não tinha sido totalmente abandonada, o que se constata igualmente, de forma mais ou menos localizada, em muralhas tardo-romanas hispânicas, como Inestrillas, Saragoça e, na Lusitânia, em Mérida[1011]. Mesmo a época mais tardia, que assistiu a um rápido declínio de qualidade na argamassa, resultando numa espécie de miolo de cal[1012], mantinha o princípio do enchimento dos núcleos. Muitos dos restauros de Honório em edifícios públicos demonstram, de facto, a sua menor consistência, tal como as recuperações italianas de Belisário, que evidenciam um recurso a cimentos de fraquíssima categoria, de natureza muito heterogénea[1013]. O século V conheceu importantes obras defensivas cujo cerne era composto por cascalho semi-solto, e parece ter sido prática comum robustecer com argamassa apenas as secções adjacentes ao paramento exterior[1014]. Existem, por outro lado, indicadores que matizam uma decaída generalizada um século após a tetrarquia, com razoáveis execuções lusitanas, até em época visigótica[1015], sendo de interpretar a evolução em termos regionais ou mesmo locais. Veja-se que o mundo islâmico desenvolveria uma argamassa – *tabiya* – muito semelhante à romana, de que era em parte herdeira, que subsistiu no território hispânico[1016].

Os aparelhos por compressão eram elevados em camadas sucessivas de uns quinze ou vinte centímetros, numa lógica herdada do emplecton grego. Quando sujeito a estes batimentos, o ligante infiltra-se completamente em todas as falhas intermédias. Esta forma construtiva só pôde ser levada a cabo com recurso a encaixilhamentos provisórios, na medida em que a força da compressão do núcleo tende a empurrar os paramentos para o exterior[1017]. As defesas do Baixo Império renunciaram aos modelos prévios, passando a construir estruturas de argamassa compacta, vertida neste género de

[1009] Asensio Esteban 1996, 21-36
[1010] Gutiérrez Lloret 1996a, 260
[1011] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 340
[1012] Fuentes e Urbina 1999, 4
[1013] Van Deman 1934, 20
[1014] Ward-Perkins 1994, 337-338
[1015] De Man 2007c, 3-14
[1016] Tabales Rodríguez 2000a, 1082
[1017] Choisy 1969, 20

cofragens[1018]. No Médio Oriente, tais defesas de duplo paramento com base em silharia maior, recurso a argamassa e torres quadrangulares são associadas ao período justiniano, como Zenobia, Rasafa-Sergiopolis ou Circesium, embora por vezes sobre fortificações dioclecianas[1019]. Nestas muralhas de duplo paramento com silharia média não se colocava o problema da ascensão de grandes volumes. A utilização de *ferrei forfices*, muito comuns em aparelhos de considerável dimensão, amiúde a seco[1020], não parece ter sido comum nas muralhas tardias da Lusitânia. Ainda assim, destacam-se marcas de *forfex* na arquitectura romana de diversos sítios do actual território português, comum tanto em arquitectura civil[1021] como em muralhas tardo-romanas, o que se verifica facilmente em Mértola[1022], Idanha-a-Velha[1023] ou Évora. Numa certa perspectiva, as muralhas tardo-romanas com núcleo de argamassa podem ser entendidas como uma sucessão de camadas hierarquizadas, cuja ordem parte do interior, em direcção ao exterior[1024]. De facto, o envolvimento de um núcleo por paredes gémeas é muito característica do mundo tardo-romano, e afasta-se da tecnologia que, com anterioridade, usava um sistema de grandes blocos num aparelhamento alternado. É verdade que o duplo paramento das muralhas tardias não representou uma novidade absoluta, e também não reportava exclusivamente a fortificações de tipo urbano. Mas apesar dos precedentes, caracteriza nitidamente a fortificação baixo-imperial na Hispânia[1025].

Existe uma série de ideias mais ou menos estereotipadas em redor da argamassa na construção romana, e em particular na monumental. Antes de mais, a própria expressão *opus caementicium* poderia reportar especificamente, em sentido estrito, às pedras do duplo paramento que eram inseridas lateralmente no núcleo[1026]. Foi precisamente este desenvolvimento que permitiu renunciar aos blocos de esquadria optimizada, e ao sistema de grampos de metal[1027]. É preciso considerar ainda que a generalidade das muralhas lusitanas mais tardias não terá beneficiado de mais do que de um núcleo

[1018] Macias e Torres 2001, 103
[1019] Lönnqvist, Lönnqvist, Whiting, Törmä, Nunez e Okkonen 2005, 430
[1020] Landels 2000, 89
[1021] Fonte 2006, VI.1
[1022] Macias 1996, 52
[1023] Pereira 1956, 189
[1024] Acocella 2000, 10-23
[1025] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 305
[1026] Kourkoulis 2006, 108
[1027] Anderson 2002, 139

cimentado de material indiferenciado. Tratando-se de um *opus*, já não seria propriamente *caementicium*, pelo menos não do ponto de vista estritamente cronológico. Na verdade, o *cimento* romano conheceu um final fulminante, e desapareceu por completo naquelas primeiras décadas do século IV em que se construíam as muralhas urbanas na Lusitânia. A essa perda inexplicável, no espaço de duas gerações, seguiu-se uma passagem imediata da unidade para a diversidade de materiais[1028], significando que as argamassas posteriores apresentam características divergentes. A observação macroscópica destes agregantes, e acima de tudo a sua ocasional qualidade, faz no entanto pensar em muito razoáveis continuidades produtivas visigóticas. O século VII, e, para o efeito, a generalidade da construção paleocristã precedente, assistiu à generalização e a um certo uso excessivo da argamassa em muralhas. Parece nítido que existe aqui uma correlação linear com a decadência da matéria-prima, a pedra talhada, que já não conseguia formar uma estrutura coerente sem recorrer a um cimento. Bons exemplos hispânicos de muralhas urbanas tardo-antigas, como no Tolmo de Minateda, baseiam-se no uso generalizado de argamassa para o travamento de silharia, entre a qual surge algum material reaproveitado[1029]. Porém, a perda de coerência dar-se-ia apenas no período imediatamente pré-românico[1030]. Nestas fases, os elementos reutilizados já não foram retocados ou disfarçados, como acontecia no período clássico. Deixaram de ser colocados no núcleo ou na base, surgindo indistintamente na parte visível do paramento, com muito mais frequência do que antes e em todo o tipo de edifício[1031]. Uma explicação para esta progressão é o facto de os *spolia* se tornarem cada vez mais escassos, em especial a partir do século VI, quando se iniciou a utilização indiscriminada não apenas de formas mas também de materiais[1032]. As juntas de argamassa aumentaram progressivamente de tamanho, mesmo em edifícios que, em princípio, não careciam de recursos para a respectiva construção. O que de início parecia consequência de uma escassez nos meios resultou, em última instância, numa tendência estética. O aparelho romano não teve oportunidade de evoluir para extremos, mas na arquitectura do século IV acabaria por ser comum uma proporção de 1:1, que chegou a atingir uma relação de dois para três no mundo bizantino do século

[1028] Wright e Wright 2005, 214
[1029] Gutiérrez Lloret 1996a, 247
[1030] Froidevaux 1986, 40
[1031] Ramallo e Vizcaíno 2002, 322-323
[1032] Deichmann 1975, 93

VI[1033], o que, de facto, já não pode ser explicado através de uma suposta debilidade tecnológica, mas sim através da falta de silharia disponível, e na compensação por argamassa. Quanto às muralhas bizantinas, a eventual ocupação temporária de algumas praças algarvias, nomeadamente a de Faro, não fez assimilar aquelas tendências. Eventuais recuperações dos paramentos existentes teriam conhecido soluções locais, o que explicaria a ausência total de técnicas bizantinas aplicadas em Itália ou em Marrocos, como a abundante cerâmica de construção, estranha à fortificação hispânica, ou ainda a grande largura das juntas, precisamente uma das características mais definidoras da construção justiniana[1034]. Apesar de se imaginar tradicionalmente a arquitectura visigótica composta por silharia bem esquadrada, aparelhada a seco[1035], as argamassas medievais são, em geral, de uma feição muito heterogénea. As suas características revelam-se díspares, na medida em que a grande variabilidade dos materiais se deve à desigual aplicação tecnológica, tornando impossível determinar os critérios construtivos[1036].

Quanto à elasticidade destas muralhas tardias, tratando-se de conjuntos artificialmente unidos, e composto por elementos diversos, as suas propriedades são muito limitadas, e quando a relação entre pressões e resistências deixam de ser proporcionais, ocorrem fissuras na estrutura. De facto, os aparelhos de materiais pétreos resistem muito bem à compressão, mas não à tracção[1037], o que resulta geralmente em distensões severas aquando da deficiente disposição ou, naturalmente, do acrescento de elementos posteriores. É de destacar que as forças exercidas sobre um paramento a seco bem aparelhado se encontram geralmente melhor distribuídas do que as existentes num pano mantido coerente através de argamassa. Muitas das fissuras de muralhas tardias são vagamente longitudinais, mas mesmo assim irregulares. Na causa deste fenómeno encontra-se uma característica fundamental da argamassa de cal romana. Ela oferecia a vantagem de, ao quebrar, desunir em secções de blocos, mantendo o travamento da parede[1038], contrariamente a outros cimentos, que desagregam em fracturas imprevisíveis, muitas vezes rectas, em *coup de sabre*. Mas a adaptabilidade da cal às forças aplicadas é muito maior do que a de outros cimentos, resultando numa boa

[1033] Mango 1975, 14
[1034] Castro Villalba 1999, 104
[1035] Caballero Zoreda 1991, 27
[1036] Castro Villalba 1996, 26-27
[1037] Torroja Miret 1998, 37
[1038] Teixeira e Belém 1998, 34

resistência à fendilhação[1039], reduzindo para um mínimo as fissuras em núcleos de argamassa romana. Na Lusitânia, alguns estudos composicionais de argamassas provenientes de fortificações romanas tardias, como as de Mértola[1040] ou de *Conimbriga*, indiciam uma boa homogeneidade entre amostras recolhidas em pontos distintos. Os maiores riscos de fissuração são identificados em aberturas, mudanças de espessura, de altura ou de direcção das paredes[1041]. Nas variantes construtivas tardias de construção, por vezes conjuntos de execução apressada e defeituosa[1042], os blocos passaram a ser unidos por um cimento que não mantinha qualidades satisfatórias de agregação, e por isso representando um afastamento da tecnologia imperial. Esta alvenaria de pedra vulgar mantinha-se, contudo, numa sequência ordenada, tentando garantir uma relativa estabilidade da estrutura. A inexistência de silharia seca enquanto tentativa de estabilização de material heterogéneo é de resto uma realidade precoce, notória já no século IV[1043], não apenas na construção de fortificações. Idêntica solução se adaptou na arquitectura doméstica; muitas das *villae* baixo-imperiais recorreram a mais cerâmica e argamassa nos seus aparelhos de silharia do que em períodos precedentes, como se verifica com nitidez em sítios como a Quinta das Longas[1044], por exemplo, ou ainda em São Cucufate[1045].

Boa parte das considerações de Esmonde-Cleary sobre as muralhas tardo-romanas da Gália leva à constatação de ter existido um especial cuidado na sua concepção, com duplos paramentos muito bem executados, por vezes com o *petit appareil* esquadrado de propósito para construir muralhas. Esse pequena aparelho é uma expressão equivalente ao *opus vittatum*, e surge amiúde em fortificações urbanas muito tardias, de uma fase avançada do século IV, como em Tours, Beauvais ou Auxerre[1046]. A muralha de *Conimbriga*, enquanto monumento bem datado de inícios do século IV, apresenta um duplo paramento de *opus vittatum*, por oposição a outras estruturas tradicionalmente tomadas como contemporâneas. Esta técnica construtiva sobreviveu ao Império em paralelo aos grandes blocos, em particular na Gália, onde se tornou quase exclusiva

[1039] Margalha 1995, 121
[1040] Silva, Ricardo, Salta, Adriano, Mirão, Candeias e Macias 2006, 85-90
[1041] Alves e Sousa 2003, 10
[1042] Hauschild 1982, 71-72
[1043] Arbeiter 1995, 213
[1044] Basarrate, Carvalho e Almeida 2004, 109
[1045] Alarcão, Étienne e Mayet 1990, 89-92
[1046] Esmonde-Cleary 2000, 24

entre Augusto e Trajano[1047]. É evidente que a tendência para utilização de pedra menor na construção das muralhas reflecte um sério retrocesso na extracção, o que aponta para um vago intervalo crono-tecnológico tardio. Esse recuo é atestado em múltiplas zonas mediterrânicas, nomeadamente nas províncias ocidentais, onde as minas que continuam em actividade se servem de métodos simplificados, e trabalham a uma escala menor[1048]. Não se negará uma perda de sentido económico nas explorações de grandes blocos, mas ela decorre quase exclusivamente do aperfeiçoamento e generalização das argamassas romanas. Em última instância, isso resultou de facto numa incapacidade técnica, mas ela apresenta-se como um resultado de escolhas racionais, e não de desistência forçada. No fundo, passou-se de uma estrutura modelar para uma forma construtiva completamente orgânica. Esta afirmação genérica deve ter em conta que a pedra parece ter sido extraída em tamanhos aproximadamente semelhantes, nas diversas pedreiras imperiais, sem no entanto ter adquirido uma forma estandardizada comum ou mesmo local[1049]. É devido a essa severa heterogeneidade de base que o conjunto das estruturas defensivas do Alto Império apenas com grande dificuldade poderá representar uma norma com hipotéticos desvios posteriores. De facto, a manutenção de uma certa estereotomia na construção tardia, ou pelo menos a nítida busca nesse sentido, representa a melhor prova de que os princípios modulares não foram afectados por passagens de longa duração, como a do aparelho seco para a estrutura argamassada.

Surge porém como consensual a ideia de o sistema construtivo evidenciar uma nítida estagnação a partir do século III[1050]. Mas uma considerável parte dos desvios arquitectónicos deve-se antes de mais a particularidades de carácter vernáculo; as dinâmicas locais da construção diluíram, de forma mais ou menos nítida, a força dos cânones centrais. Também as próprias tradições autóctones e as condicionantes técnicas tiveram uma grande influência no resultado final. Este raciocínio é aplicável a todas as manifestações arquitectónicas estatais, ou pelo menos impostas de modo oficial, em sociedades complexas. No fundo, o estilo construtivo das muralhas tardias não depende, em primeiro lugar, de condicionantes contextuais, como a variância na disponibilidade da pedra ou na capacidade técnica, isto é, as evoluções arquitectónicas não surgem da

[1047] Adam 1989, 148-149
[1048] Cagnana 2000, 51
[1049] Forbes 1966, 179
[1050] Llorente 2000, 35

pedra em si[1051], mas antes do pensamento arquitectónico, condicionado em parte por capacidades técnicas. No entanto, a geometria das muralhas tardias dependia menos da forma abstracta e projectada do que da escala real do empreendimento[1052], que se torna o factor estrutural determinante. As superfícies das muralhas são ordenadas pelo aparelhamento e a modulação através de elementos como o perfil, as juntas e as próprias diferenças entre materiais, e uma das grandes causas de instabilidade nas muralhas reside precisamente na estimativa desacertada do comportamento mecânico da pedra. É verdade que boa parte destes efeitos são previsíveis no tempo, mesmo do ponto de vista empírico. Um método de construção tardio muito utilizado consiste em aparelhar em escada, ou seja, em secções contínuas mas a níveis desiguais. Uma tal disposição funcionaria simultaneamente como linha niveladora e elemento composicional agregante. Esta solução tecnológica permitiu minorar as falhas estruturais decorrentes de uma erecção de paredes gémeas com enchimento interior. A própria sequência cadenciada dessa elevação, cujas fases eram necessariamente diferenciadas por ser obrigatório esperar que o núcleo assentasse, redunda em fragilidades nas junções. Ou seja, a muralha divide-se em segmentos, em vez de formar um bloco uniforme. Por outro lado, uma segunda debilidade decorre de uma força adicional, nomeadamente a que afasta ambas as paredes em direcções opostas, desviando-se progressivamente do enchimento central. Ora, ao inserir linhas contínuas e regulares de pedra, a diferentes níveis verticais, e que simultaneamente se incrustam no núcleo, em profundidades maiores do que o resto da silharia, obtém-se uma estabilidade mais satisfatória[1053]. É possível que a origem primária desta técnica consiga ser encontrada no *opus mixtum*, pela sua óbvia similitude formal, contudo essa relação não parece directa. Em todo o caso, a procura da horizontalidade é permanente, como se destaca em múltiplas muralhas gálicas[1054] e italianas[1055], nas quais existe uma linha de cerâmica de construção a cada cinco ou seis fiadas, característica muito notória descrita em todos os manuais de arqueologia clássica, pelo menos desde Cagnat[1056]. Muito embora não tenha havido importação desta técnica para as muralhas tardias da Lusitânia, torna-se interessante referir a primitiva torre de flanqueio da Puerta del Río de Mérida, cujo

[1051] Gutton 1962, 259
[1052] Mark 1995, 4
[1053] De Man 2007a, 699-712
[1054] Esmonde-Cleary 2000, 24
[1055] Adam 1989:155-156
[1056] Cagnat e Chapot 1917, 70

paramento alterna, de facto, silharia granítica com cerâmica de construção[1057]. E na mesma cidade se encontra um dos mais preservados exemplos hispânicos de *opus mixtum*, nomeadamente no aqueduto de San Lázaro[1058], além do que se observa no teatro[1059]. É muito mais rápido construir em tijolo do que em pedra[1060], mas apenas em sítios com uma ampla tradição manufactureira de cerâmica de construção, e onde se preferiu militarizar os anfiteatros, em vez de demoli-los e assim obter silharia em grande quantidade. Quanto à construção lusitana em listas de pedra, o sistema poderia ser entendido como recurso estético, embora mesmo na muralha aureliana apenas muito ocasionalmente se distingue uma tentativa de embelezamento[1061], havendo uma escassez de padrões nitidamente decorativos nas muralhas imperiais hispânicas[1062]. Os poucos dados nesse sentido são, de facto, muito modestos, como algumas marcas lineares em juntas de cal de Idanha-a-Velha[1063]. Acima de tudo, o género de construção em listas dotava a muralha de uma maior elasticidade[1064], por exemplo em silharia de menor grossura. Em *Conimbriga*, estes padrões lineares de *opera listata* representam uma concordância aparente com experiências precoces nas muralhas de Aureliano, mas cuja generalização, na Lusitânia, surge como claramente mais tardio do que as primeiras décadas da tetrarquia. A renúncia a cerâmica nas listas intermédias demonstra que a assimilação foi condicionada de acordo com preferências locais, e seria mantida como princípio na mais precoce arquitectura islâmica[1065]. O Castelo dos Mouros, em Sintra, evidencia ocupações documentadas entre os séculos IX e XI e uma muralha a soga e tição com torres semicirculares ocas. Esta muralha apresenta uma largura de dois metros e treze, e compõe-se por silhares com trinta ou quarenta centímetros de altura, dispostos de forma alternada[1066]. Muito interessantes são os padrões lineares de pedra menor inseridos entre as fiadas de silharia mal esquadrada mas bem aparelhada. Também as torres, contemporâneas do resto do pano e integrada na estrutura, apresentam idênticas linhas, algumas das quais associadas às da muralha, enquanto que outras estão a cotas diferentes. Do ponto de vista estritamente cronológico, a muralha nada tem que ver com

[1057] Álvarez Martínez 2007, 663
[1058] González Tascón 2002, 41
[1059] Durán Cabello 1998, 45-48
[1060] Delaine 2001, 239
[1061] Watson 1999, 150
[1062] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 311
[1063] Cristóvão 2002, 50
[1064] Ulbert 2007, 86
[1065] Itewi 2007, 154
[1066] Coelho 2000, 211-213

construção tardo-antiga, mas o princípio das linhas intermédias tem precedentes romanos, como em *Conimbriga*. E, por seu turno, a secção interior do mesmo troço é estreitamente aparentada à construção hispano-visigótica, com pedra mais pequena, resultando num aparelho ainda mais irregular.

Uma proposição elementar da construção em alvenaria, com ou sem recurso a cimento, reside na correcta disposição da pedra. O aparelhamento, à fiada ou em perpianho, deve apontar para uma máxima horizontalidade e coesão; é também necessário o travamento das esquinas[1067]. Uma solução comum consistiu na inserção de engatilhados, visível em contexto pós-imperial em Coria e Mérida, com paralelos em Toledo e Talavera de la Reina[1068], numa herança tardo-romana. Esses engatilhados tinham surgido, de facto, em muralhas como Viseu e Idanha-a-Velha, onde parecem adscritos a uma fase baixo-imperial, mas são na verdade bastante anteriores, surgindo durante a República Tardia na Hispânia Citerior[1069]. Por inerência, quebram o nivelamento das fiadas, como se observa também nalgumas das primeiras muralhas do Noroeste hispânico, situáveis nos finais do século III. Nesse sentido, León é um caso ilustrativo, que nas torres na proximidade das portas de Santiago e Nova evidencia uma disposição tendencialmente nivelada mas sem insistência no estabelecimento de fiadas. A integração de blocos maiores ou com engatilhados anula a coerência horizontal mas não afecta a estabilidade do conjunto, que porventura até sairia reforçada. O que importa reconhecer nesta técnica é o paralelo muito forte com Viseu, e a diferença nítida com *Conimbriga*.

A transição dos paramentos tardo-romanos para os de cronologia visigótica não equivaleu necessariamente a um declínio tecnológico. No período visigótico foram realizados esforços para manter a qualidade teórica de muralhas urbanas, embora nem sempre tenha sido conseguida uma equivalente execução técnica, com casos hispânicos de desagregação muito rápida de paramentos[1070]. É verdade que uma grande parte da fortificação dos séculos VI e VII reproduz modelos imperiais vagamente diluídos, com facilitismos perfeitamente destoantes a nível das fundações e do aparelho[1071]. Por outro lado, a silharia que Isidoro de Sevilha chama de *more goticum* é muito bem esquadrada

[1067] Teixeira e Belém 1998, 72
[1068] Pavón Maldonado 1993, 31
[1069] Asensio Esteban 2006, 122-123
[1070] Abad Casal, Gutiérrez Lloret e Sanz Gamo 1996, 181
[1071] De Man 2007c, 3-14

mas irregular no tamanho, embora não perdendo a horizontalidade quando integradas nalguma construção, bem visível em Quintanilla de las Viñas[1072]. O aperfeiçoamento desta técnica evidencia uma opção arquitectónica complexa e definida, em vez de uma incapacidade em construir em moldes romanos. O reforço externo da muralha de Mérida representa um paralelo muito aceitável, acima de tudo pelo contraste com muralhas de época baixo-imperial. Em consequência, torna-se obrigatório reapreciar alguns dos aparelhamentos em Évora, Idanha ou mesmo Coria, cujas fases visigóticas não representam necessariamente uma mera recuperação da fortificação romana.

2. Problemas estruturais

2.1. Deformações

Para além da questão da resistência em si, assegurada em grande medida pela argamassa do núcleo, a construção das muralhas tardias teve de lidar com dois outros conceitos estruturais, nomeadamente a estabilidade e o equilíbrio[1073]. Ambos relacionam-se com o tipo de aparelho, mas também com o dimensionamento dos paramentos. Na verdade, as muralhas podem ser entendidas como um modelo proporcionado simples, isto é, teoricamente sem volumes adossados laterais, por exemplo. A arquitectura encontra-se sempre condicionada pela gravidade[1074], e essa verticalidade toma prioridade natural sobre as restantes forças. Mesmo que esta independência estrutural, na prática, não tivesse vingado por muito tempo, com a multiplicação de construções anexas logo desde época tardo-antiga, as muralhas entendem-se enquanto monumentos autónomos, concebidas sem funcionalidade de sustentação. No que toca à estabilidade do aparelho, são muitas as variáveis que lhe provocam dilatações e contracções. As oscilações de temperatura e humidade, a condição bacteriológica e também a própria erosão pelo uso ou pela exposição aos elementos naturais alteram a matriz do paramento. Alves e Sousa apontaram que a alvenaria contrai e distende, provocando tensões adicionais nas fachadas, sendo a forma mais fácil de libertá-las através de juntas de dilatação[1075]. Grande parte das fissuras em muralhas tardias é consequência directa de negligência

[1072] Castro Villalba 1999, 123
[1073] Torroja Miret 1998, 15
[1074] Von Meiss 1989, 179
[1075] Alves e Sousa 2003, 10

técnica, porque não se deve a oscilações de expansão e relaxamento dos componentes, mas sim a flutuações irregulares de forças mal distribuídas. A técnica romana tinha em conta que a estabilidade da alvenaria seca depende do peso e da fricção das pedras. Ao utilizar argamassa, esta passa a servir de elemento de ligação, resultando num conjunto monolítico. Torna-se portanto possível utilizar silharia muito heterogénea, em tamanho, forma e natureza. Ainda assim, é necessário um aparelhamento tendencialmente horizontal para optimizar a firmeza da construção. Existe, contudo, uma grande diferença entre a utilização de um cimento para fixação estrutural da silharia e a que serve simplesmente para compactar um núcleo. Muitos tipos de aparelho pesado, quando compostos por silhares bem esquadrinhados, simplesmente não necessitam de argamassa. Estes panos são geralmente unidos por grampos de metal, cuja natureza motivou um grande apetite tardo-antigo e medieval[1076]. No pavimento da Porta Norte de Idanha-a-Velha destacam-se duas peças reaproveitadas com o negativo desses grampos[1077]. Com reduzidas excepções, os elementos metálicos desapareceram logo após a época tardo-romana, sem que existam indícios da sua utilização nas muralhas mais tardias da Lusitânia; a técnica romana de juntar grandes blocos por meio de grampos de metal perdera-se aliás por completo na época medieval, sendo encarada como algo de maravilhoso por quem os contemplasse[1078].

A evolução urbana acarretou o acrescento de estruturas secundárias à muralha. Desde a mais precoce Alta Idade Média, numa presumível herança romana, assistiu-se a uma pressão urbanística extra-muros que seria, em abstracto, estimulada por locais de culto. Mas essa evolução, bastante mais ampla, acabou por ganhar um dinamismo independente, passando a obedecer critérios puramente domésticos. Apesar dos antecedentes, é um processo característico posterior ao século IV, em que a parte exterior de muitas muralhas foi aproveitada enquanto estrutura privada. Tal fenómeno teria de resultar da conivência do poder local, e é por isso que as primeiras habitações adossadas devem ter sido concessões temporárias, de carácter comercial. Foi inevitável a sua primeira conversão em habitação semi-permanente, mas o que poderia admirar é a indolência municipal na transformação de espaços que deveriam ser públicos e

[1076] De Man 2006a, 21
[1077] Cristóvão 2002, 34
[1078] Greenhalgh 1999, 785-935

defensáveis. O fenómeno tem sido muito estudado em sítios como Coria[1079], onde a muralha, à semelhança das restantes cidades lusitanas com continuidade medieval e moderna, adquiriu uma função doméstica, subtraindo-se-lhe o valor militar. Esta reconversão privativa da muralha, a não confundir com a ocupação "oficial" de torres – as casas-muralha[1080] burguesas –, também causou uma deformação a nível da estrutura. Muitas das cargas encostadas exerciam forças excêntricas sobre o centro, pondo em causa a sua estabilidade[1081]. Tanto os materiais primários ou estruturais das muralhas, cujo propósito se prende com o suporte de pesos, como os materiais secundários, nomeadamente a argamassa, lidam com pressões verticais. No entanto, a função da argamassa tem apenas que ver com as suas qualidades aderentes, para que a construção combinada torne as unidades individuais mais resistentes[1082]. Nesta situação, os esforços internos das muralhas são controlados quase por inteiro pela capacidade de apoio e distribuição permitida pela argamassa, a nível do núcleo, da ligação da estrutura exterior e, nos casos em que se aplica, das fundações. Os deslocamentos causados por um sistema de cargas particular, resultante da relação entre os esforços internos e a carga aplicada[1083], como por exemplo os frequentes adossamentos domésticos às muralhas tardias, são de tipologia e de direcção difíceis de prever em estruturas de construção empírica. As relações entre tensões horizontais e verticais, ou seja, o coeficiente de impulso, foi sempre irregularmente manipulado na Antiguidade, tendo sido teorizado apenas em Época Moderna[1084]. Determinadas forças compressoras laterais podem ultrapassar a capacidade de coesão de uma muralha urbana. Trata-se de um fenómeno conhecido por *overturning*, anulável em parte pelo mero peso da muralha ou através de contrafortes[1085]. As próprias reabilitações antigas causam com frequência pressões não comportáveis pela estrutura original, fenómeno bem observável no deslocamento da torre acrescentada ao Bico da Muralha conimbrigense[1086]. De facto, alguns dos restauros antigos não tiveram em conta as diferentes naturezas do material. Assim, a colocação de uma pedra ou de uma junta distinta das adjacentes pode

[1079] Espada Belmonte 2007, 4
[1080] D' Anselmo 1998, 111
[1081] Barry 1994, 30
[1082] Wright e Wright 2005, 3
[1083] Simões 2006, 91
[1084] Fernandes 1995, 73
[1085] Bonde, Mark e Robison 1995, 58-59
[1086] De Man 2007c, 3-14

destabilizar o conjunto, por alterar não apenas as relações de forças mas também as de humidade[1087].

O relato da conquista de Lisboa, em 1147, descreve como os telhados das casas do arrabalde foram utilizadas como posto avançado pelos defensores[1088]. A existência dessas construções não parece ter diminuído o valor táctico da muralha. E durante a conquista de Santarém, Mem Ramires, *adiantando-se, subiu com os seus por* Alcúdia *e corajosamente escalou a casa de um oleiro, junto das muralhas*[1089], embora os contornos desta história específica não sejam realmente das mais credíveis. A apropriação de espaços contíguos à muralha não representou um fenómeno especificamente medieval. Aquileia foi palco de um dos poucos cercos ocidentais no século IV, numa oposição de forças romanas descrita por Amiano Marcelino. É interessante constatar que os atacantes vasculharam os subúrbios, numa tentativa de encontrar uma possível entrada[1090]; evidentemente, as muralhas urbanas localizavam-se dentro da cidade. Tal como se viria a assistir em casos lusitanos, a cidade exterior desenvolvera-se em pouco tempo contra as defesas tardias. Porém, esta área deveria ser mantida desocupada, e tratou-se de uma preocupação que não abrandou em época tardia. Nitidamente, os adossamentos privados às muralhas eram comuns. O mais evidente dos registos arqueológicos desta realidade consiste nos orifícios para as vigas que muitas muralhas ainda ostentam, como em Coimbra ou em Coria. Também existem fotografias de Idanha-a-Velha, de Lugo e de León, nas quais se destaca a utilização do espaço entre as torres para construção privada[1091]. Esta prática era absolutamente proibida por legislação imperial tardia; em 406 (*C. Th.* 15. 1. 46) ordenava-se a destruição e remoção de edifícios privados apoiados em edifícios públicos, tornando-se obrigatório deixar sempre um espaço livre de quinze pés. O primeiro dos casos de que existe comprovação literária, permitindo o encosto de casas e lojas a edifícios públicos é de Córdova, data do século XI e deve ter representado um importante precedente hispânico. A autorização para o adossamento de estruturas privadas é dada sob a condição da *inserção de madeira* não deteriorar os muros[1092]. Esta prática teve depois um imparável seguimento baixo-medieval; destaca-se um caso concreto em 1391, no

[1087] Froidevaux 1986, 14-17
[1088] Alves 2004, 44
[1089] Beirante 1980, 30
[1090] Elton 1997, 263
[1091] Costa 1995, 3
[1092] Lagardère 1995, 357

Porto, em que um tanoeiro pôde levantar uma construção contra a muralha, desde que fosse de *tavoado e de madeira e nom de pedra*[1093]. O decaimento da sua função estratégica, em parte devido à generalização das armas de fogo mas acima de tudo à expansão urbanística que as englobara, tornou as muralhas antigas obsoletas. Ao mesmo tempo desapareceram os caminhos de ronda[1094], integrados na estrutura das casas, o que anulava automaticamente a utilização defensiva dos adarves. Os aforamentos das zonas contíguas resultavam em lucros não menosprezáveis pela municipalidade medieval. No caso de Coimbra, a apropriação privada da muralha contou desde o século XIV com a anuência dos poderes régio e concelhio, que no entanto se reservavam o direito de demolir as construções em caso de necessidade[1095]. De entre as justificações para a demolição da muralha de Cáceres, ratificada pelo poder real em 1748, destacam-se duas: *la pérdida de utilidad y la carga económica que supone para el municipio*, reafirmando-se mais à frente que *es inutil y afea el aspecto de la villa*[1096]. Em Barcelona existiu um interessante caso de insurgência contra a manutenção de muralhas antigas, quando a população, desejosa de resolver a insalubridade e as limitações à expansão, gritava *¡Abajo las murallas!* e conseguiu a sua demolição em 1854[1097]. Noutro caso, este pinhelense, houve concessão régia, no ano de 1870, para a venda e aplicação em calcetamento público de silharia solta da muralha, embora fosse proibido afectar as pedras ainda assentes, *pois que estas têm mérito importante de antiguidade e não devem ser destruídas por pretexto algum*[1098]. Destaca-se com facilidade a diferenciada atitude pública para com as muralhas obsoletas, que não emanava de uma aplicação concertada, mas ia-se manifestando de acordo com a situação particular de cada local.

2.2. Altura e largura

Foi referido que as estruturas adossadas, não actuando de forma planeada sobre o centro da muralha, a deformam tendencialmente. Em muralhas de alvenaria bem projectadas é tida em conta uma norma chamada *slenderness ratio*, que calcula a relação máxima para a altura, de acordo com a largura, resultando numa resistência adequada à

[1093] Trindade 2006, 405
[1094] Curiel Esparza, Cantó Perelló, e Calvo Peña 1998, 107
[1095] Trindade 2006, 404
[1096] Matas Casco 1996, 263
[1097] Isac 1996, 80-81
[1098] Caetano 2006, 48

deformação[1099]. Nas muralhas pré-modernas, porém, os elevados níveis de compressão vertical apenas muito raramente resultaram em falhas, devido à combinação de silharia e argamassa[1100], permitindo razoáveis resultados verticais. As dimensões resultantes da nova arquitectura defensiva tardo-romana eram de facto muito maiores do que as que se tinham construído previamente. No caso hispânico, denota-se uma razão pragmática: a pacificação do Nordeste determinara uma série de muralhas mais pequenas, como as de Mérida ou Barcelona[1101], o que introduz uma nova variável, de natureza funcional, nas muralhas ditas honoríficas, por oposição às posteriores. David Hourcade apresentou uma média de metro e meio para a largura das muralhas republicanas na Hispânia, e de dois a três metros para as alto-imperiais[1102]. Um bom exemplo é o de Ampúrias, com dois metros e oitenta de largura, e cinco de altura[1103]. Na Lusitânia, *Ammaia* apresenta um metro e vinte e cinco[1104], e *Conimbriga* também oscila em torno desse valor, não ultrapassando, na sua origem, o metro e meio. Mas muitas muralhas tardias, por seu turno, têm três ou quatro metros de largura[1105], chegando por vezes a atingir os seis[1106], com poucos exemplos hispânicos, como em Irún[1107], enquanto León e Saragoça evidenciam as excepcionais espessuras de sete e de seis metros e quarenta e dois, respectivamente[1108]. No caso bracarense, os cinco a seis metros de largura devem-se essencialmente a restauros medievais e modernos, que se sobrepuseram à estrutura baixo-imperial, em silharia de grande dimensão[1109]. Indicadores de largura de muralhas como os de Fílon de Alexandria, que apontava mais de quatro metros e meio[1110], serviam antes de mais para transmitir a ideia de firmeza directamente associada à dimensão. E Vitrúvio (1, 5, 3) também se fica por um generalismo: *Julgo que a largura da muralha deveria ser concebida de modo que, ao caminharem no topo, dois homens armados que se cruzem sejam capazes de passar sem dificuldade*[1111]. De forma vaga, pode ser considerado que a fortificação tardo-romana duplicou de largura, de uns cinco

[1099] Barry 1994, 30
[1100] Bonde, Mark e Robison 1995, 59
[1101] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 221
[1102] Hourcade 2003, 301
[1103] Gros 1996, 44
[1104] Corsi e Vermeulen 2006, 18
[1105] Johnson 1983, 37
[1106] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 224
[1107] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 340
[1108] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 308
[1109] Martins 2005, 163
[1110] Varandas 2006, 149
[1111] Rowland e Howe 2002, 28

para uns dez pés[1112], isto é, praticamente três metros. A respectiva altura distancia-se também da das muralhas honoríficas, cujo carácter legalizador tinha sido essencialmente sagrado[1113], ainda que por vezes devem ter tido uma certa função ou intencionalidade militar. A verdade é que se pode constatar, no caso da muralha baixo-imperial de Roma, uma altura média de seis metros para uma largura de três metros e meio[1114]. Na capital da Lusitânia, o ponto conservado mais alto da muralha é de cinco metros e cinquenta, para uma largura de três e quinze[1115], e a torre Sul de Idanha-a-Velha mede seis metros de altura, desde o nível da rocha[1116], embora a cronologia das fiadas superiores desta última estrutura não seja necessariamente baixo-imperial ou mesmo tardo-antiga. Em *Conimbriga*, a altura máxima chega a atingir seis metros e meio[1117]. Desde a Baixa Idade Média que existem tabelas para as relações entre largura e altura, culminando, por exemplo, nas proporções genéricas de Belidor ou de Rondelet, ou mesmo nas do coronel Júlio de Wurmb[1118]. O reconhecimento de uma lógica construtiva entre altura e largura torna-se, portanto, bastante limitativa, podendo ser submetida apenas a comparações genéricas. Assim, Lugo teria uns dez metros de altura[1119], o que, conjugado com uma largura de quatro metros e meio, resulta numa razão de quase 1:2. Esta proporção aproxima-se das restantes muralhas hispânicas, ou seja, três a quatro metros de largura para oito metros de altura seria uma relação adequada, ainda que os casos de larguras mais modestas, parecem tender para um equilíbrio em torno de 1:3, por desnecessidade de aumentar a largura.

Possivelmente, a norma real teria variado em torno desta proporção. Mas o planeamento romano, tal como o alto-medieval, era totalmente baseado na constatação empírica, e tinha necessariamente de produzir maiores relações para atingir um equilíbrio mínimo. Muitas das fortificações menores tinham larguras perfeitamente excessivas[1120]. Soluções construtivas com muros muito estreitos eram excepcionais, e distanciavam-se muito das suas congéneres, que tendiam todas para a sobreconstrução[1121]. No entanto, muralhas ou

[1112] Luttwak 1979, 163
[1113] Barthelemy 1980, 30
[1114] Adam 2007, 30
[1115] Álvarez Martínez 2007, 656
[1116] Almeida 1957, 10
[1117] De Man 2007a, 708
[1118] Wurmb 1856, 24
[1119] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 308
[1120] Decker 2006, 500
[1121] Kinney 2001, 144

paredes eram amiúde sobredimensionadas por outras razões que não a de resistência estrutural. Por vezes existem motivações arquitectónicas de outra natureza, como a pura estética, para grossuras aparentemente desnecessárias[1122]. De acordo com os poucos exemplos completos, não terá havido significativa diferença entre a altura das muralhas de fortalezas e as de cidades no período baixo-imperial e tardo-antigo. Os casos tardios de Pevensey e de Zeiselmauer medem nove metros, o que sugere fortemente uma concordância com muralhas urbanas contemporâneas, convencionalmente tidas como estruturas de oito a dez metros[1123], e também as de Castra Regina mediam oito metros, com uma largura de dois[1124]. Mas uma capital tardia como Trier dispunha, aquando da visita de Símaco, no Inverno de 368/9, de muralhas com três metros de largura e seis de altura[1125], numa proporção perfeitamente distinta. Estas construções ocidentais melhor definidas demonstram a inexistência de critérios arquitectónicos pré-definidos. Nos meios militares do século XVIII, a noção de ausência de cálculo matemático nas fortificações da Antiguidade era amplamente difundida[1126], concedendo alguma razão à ideia pouco formalista com que se concebe a arquitectura defensiva das cidades tardo-romanas.

3. Elementos

3.1. Aparelhos

Existe uma relação relativamente evidente entre a construção em um duplo paramento, a recorrência a um agregante intermédio, as fiadas e o modo em que a silharia se encontra aparelhada. Numa óptica tradicional, as categorias vitruvianas teriam uma tradução provincial. A engenharia romana hispânica, inclusivamente a civil, recorreu muito à silharia bem esquadrada[1127], pelo que não deverá ser insistido num valor cronológico do *opus quadratum*, por oposição ao *vittatum*. Contrariamente ao que por vezes é veiculado, o *opus vittatum*, embora inspirado numa ampla tradição greco-romana, conheceu um período de grande expressão no Império tardio, tratando-se de um estilo

[1122] Jones 2000, 82
[1123] Elton 1997, 162-163
[1124] Campbell e Delf 2006, 35
[1125] Heather 2005, 32
[1126] Fredj 2000, 17
[1127] González Tascón 2002, 40

razoavelmente comum ao longo dos séculos III e IV ocidental[1128]. Não se limita a silharia nitidamente rectangular, à moda conimbrigense, cuja disposição geral recorda arquétipos mais arcaicos, com origem no Principado. Também o que se pode tomar como muralha hipotética de *Aeminium* parece ter empregue uma variante tendencialmente quadrada, reportando a recintos urbanos sud-gálicos do século III[1129]. Uma secção original na Casa das Talhas permite constatar que as fiadas inferiores, em vez de evidenciarem uma silharia de maiores dimensões, são inteiramente em *opus vittatum* de feição quadrada. Não existe, no entanto, motivo para sugerir outra dinâmica que não uma paragénese entre ambos os monumentos do Baixo Mondego, acima de tudo por causa do referido investimento tetrárquico nessas duas muralhas. Será de considerar a aplicação de uma dupla técnica: *opus vittatum* quadrado na base de torres e rectangular na restante superfície. Um outro grupo arquitectónico foi construído no que se poderia entender por *opus quadratum*, expressão que reporta mais a um tamanho do que a um formato estereotipado. A sua aplicação foi materializada nos exemplos de Coria e de Évora, aliás de acordo com uma relação estabelecida desde García y Bellido e retomada por Pavón Maldonado[1130]. Estas duas cidades apresentam semelhanças absolutas nas suas cercas defensivas, com alternância não regular entre soga e tição, em aparelho de maiores dimensões e, principalmente, disposto em grande parte a seco. As frequentes sugestões de se tratar de uma tipologia islâmica têm de ser fortemente matizadas, diante da recente descoberta de um troço na zona da catedral de Coria[1131], que evidencia bem a origem baixo-imperial do aparelhamento em questão. Outro aparelho tardo-romano a seco é-lhes perfeitamente aparentado: Viseu alterna soga e tição com disposições mais casuais, sem contudo permitir falhas intermédias. A repetida inserção de silhares com uma das extremidades cortada evidencia uma técnica de encaixe, tentando assegurar a estabilidade[1132]. É por isso fácil de constatar que a ausência de argamassa entre silhares de muralhas não representa um indicador cronológico, apesar da popularidade do uso de um cimento entre a época tetrárquica e visigótica.

[1128] Horbury, Davies e Sturdy 2000, 1001
[1129] Adam 1989, 151
[1130] Pavón Maldonado 1993, 27
[1131] Espada Belmonte 2007, 12-13
[1132] Carvalho e Cheney 2007, 734

Apesar da simplicidade conceptual, o *opus vittatum* lusitano é relativamente raro em contextos pré-augustanos, tratando-se de um pequeno aparelho horizontal[1133]. A sua fácil execução pressupõe um sistema sem juntas verticais em prolongamento, através de diversas fiadas, e, de forma análoga, sem juntas em cruz[1134]. O reinado de Maxêncio teria assistido à sua generalização, mas talvez apenas por se tornar comum reutilizar materiais de épocas anteriores, culminando em pedra de menor tamanho. A Gália conheceu uma enorme difusão de *opus vittatum* em ligação com argamassa, até períodos pós-romanos, o que também foi o caso, embora com menor importância, na Hispânia[1135]. Este tipo foi mantido em paralelo ao grande aparelho de *opus quadratum*, possivelmente importado para o Ocidente através das colónias italianas[1136], mas cuja utilização se normalizou durante o Império, provando o seu desenvolvimento simultâneo. As persistências pós-romanas do grande aparelho a que se convencionou chamar *opus quadratum* reportam a uma grande variedade de contextos construtivos. A verdade é que o termo, tanto em Vitrúvio como em Lívio, surge como *saxum quadratum*[1137], sem que, de um ponto de vista literário, haja correspondência linear com o aparelho em si. A segunda fonte menciona, por exemplo, que a via entre a *Porta Capena* e o templo de Marte se encontrava pavimentada *saxo quadrato* (X, 23, 12) [1138], numa referência à forma genérica dos blocos e não à sua disposição específica. Por outro lado, mesmo tomando a expressão num sentido muito lato, existem aparelhos que, embora incluindo blocos quadrangulares de grande dimensão, se alinham numa coligação demasiado irregular para se aproximar de uma verdadeira disposição *quadrata*. Difíceis de extrair, transportar e aparelhar, os blocos apresentam menores dimensões no Baixo Império, e já Blas Taracena apontava que a partir do século III as fiadas superiores se passaram a compor por pedra muito mais pequena do que as de base, que se mantinham de tamanho considerável[1139]. A persistência da solução, necessária para efeitos de estabilização, é notável, tornando-se muito comum a aplicação de silharia maior apenas nas bases de torres ou em portas, sendo utilizada pedra menor na elevação do paramento. De facto, a técnica viria a ser sucessivamente

[1133] Gros 1996, 37
[1134] Schmitt e Heene 1998, 164
[1135] Adam 1989, 148
[1136] Marta 1985, 90
[1137] Lugli 1957, 169
[1138] Platner 1929, 559
[1139] Taracena 1947, 29

recuperada no período visigótico[1140] e em fortificações condais da região de Coimbra, como na Torre de Bera em Almalaguês, provavelmente equivalente ao desaparecido exemplar vizinho de Castelo Viegas[1141] e ressurgiria muito depois, sob a forma de uma mutação renascentista italiana conhecida como *bugnato*[1142]. Nalguns casos, o fortalecimento de cantos romanos através de grandes blocos parece não reflectir uma razão estrutural, tendo sido postos em relação com sinais viários[1143]. Em observações actuais escapa, pois, uma parte do sentido original da disposição específica de silharia.

As técnicas construtivas justinianas de Constantinopla apresentam já divergências para com a arquitectura de Roma e das províncias ocidentais[1144], mas essas diferenças parecem registar-se de forma mais clara na construção de edifícios religiosos, e não especificamente em sistemas defensivos. Parece ter havido, de facto, um bom investimento em igrejas do século VI, sem aparente equivalência tecnológica militar. Mas é nítido que a pedra lavrada continuou a ser empregue em muralhas até o final do domínio islâmico. Muita da arquitectura urbana defensiva do Ocidente califal recorreu sempre a silharia bem esquadrada. São exemplo disso as muralhas marroquinas de Tânger, mas também as de Ceuta e de Hağar al-Nasr, pelo menos a primeira das quais apresentando massivo recurso a soga e tição[1145]. A sequência de blocos de tufo ou granito colocados em alternância era a mais comum das soluções para grandes muralhas. Este *opus quadratum* a soga e tição é muitas vezes associado aos finais da República e ao Principado, ou no máximo aos Flávios[1146], contudo a solução teve nítidas sobrevivências nas bases das defesas tardias, pela robustez e facilidade de construção. De facto, por um lado existem bons exemplos tardo-republicanos na Hispânia, como é o caso das torres de Minerva e do Cabiscol, em Tarragona. Ambas as estruturas foram estudadas por Theodor Hauschild[1147], e apresentam uma base que recordam as fortificações ciclópicas do *Latium vetus*[1148], mas sobre a qual se ergue um duplo aparelho de *opus quadratum*, com enchimento interno. Por outro lado, o período hispano-muçulmano que Tabales chama de clássico, correspondendo aos séculos VIII e

[1140] De Man 2007c, 3-14
[1141] Correia e Gonçalves 1952, 41
[1142] Teixeira e Belém 1998, 75
[1143] Van der Meer 2002, 578
[1144] Deichmann 1956, 22
[1145] Elboudjay 2000, 157
[1146] Lugli 1957, 331-333
[1147] Hauschild 1993a, 217-231
[1148] Gros 1996, 43

XI, também recorreu ao *opus quadratum*, distinguindo-se das tardo-romanas apenas através da menor largura[1149].

Apesar da alternância nas preferências construtivas das muralhas urbanas, e portanto de uma certa evolução, não se assiste propriamente a um aperfeiçoamento, do simples para o complexo. Ficou demonstrado, por exemplo, que em épocas contemporâneas arcaicas existiu uma prevalência regional na Etrúria e em Roma para os blocos quadrados, enquanto que nalgumas cidades vizinhas esses blocos eram poligonais[1150]. Trata-se de um fenómeno de mera preferência abstracta, não uma diferenciação tecnológica. Em contextos tardo-republicanos da *Hispania Citerior*, tanto o poligonal *opus siliceum* como o *opus quadratum* de silharia de grande módulo surgem de forma indiferenciada e por vezes até amalgamada[1151], sem aparente lógica nas respectivas preferências. Por outro lado, a compartimentação cronológica de sistemas construtivos tem fraca aplicabilidade na análise dos primeiros quatro séculos da nossa Era. Variantes de *opus quadratum* são amiúde tomados como tecnicamente alto-imperiais mas, tal como o *opus vittatum*, continuaram a ser usados em época tardia, e até pós-romana. Na Hispânia, por exemplo, uma considerável parte das muralhas tardo-romanas encontra-se disposta em *quadratum*, com diferentes tipos de execução, havendo recurso ocasional a argamassa, como em Saragoça, Gijón ou Inestrillas, ou mesmo de grampos metálicos tardios, como em Gijón e Tiermes[1152]. Esta última solução, em muralhas tardias, representa uma sobrevivência alto-imperial[1153], e como foi referido não fará muito sentido em estruturas argamassadas com enchimento interno, inclusivamente nas que se continuavam a revestir com blocos de grande dimensão. Na verdade, parece ter existido uma espécie de atracção duradoura pelo ideal de grande aparelho, cortado em módulos iguais e assentamento em esquadria, que atingiu, em última instância, a pura imitação dos padrões em estuque ou taipa em muralhas islâmicas; já foi afirmado que *a imagem da silharia clássica constituiu um dos mais duradouros mitos na construção de fortificações*[1154]. Nalguns sítios, como Alcoutim ou Relíquias, a recorrência a pedra evocativa da construção romana pode ser interpretada como um sinal de luxo[1155].

[1149] Tabales Rodríguez 2000a, 1080
[1150] Lugli 1947, 300
[1151] Asensio Esteban 2006, 117-119
[1152] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 339
[1153] Bonde. Mark e Robison 1995, 77
[1154] Macias e Torres 2001, 103
[1155] Pimentel 2005, 185

Independentemente da generalização da taipa em época califal, houve cidades em reinos de taifas que recorreram sistematicamente ao bom aparelhamento de silhares, e até à planta quadrangular para algumas fortalezas urbanas[1156]. Os próprios modos de conceitualização e conformação não se relacionam directamente com períodos políticos. Recorde-se que a tradução paleocristã e mesmo islâmica de imagens de cidades se dava ainda em fórmulas tardo-romanas[1157]. E o mais precoce Renascimento italiano viria a assistir a uma recuperação do aparelho romano, curiosamente associando silharia talhada segundo o pé romano de 29, 33 cm. a outra, com dimensões do pé bizantino, que corresponde a 31, 5 cm[1158]. De resto, uma disposição tipicamente romana consiste na diferenciação da altura das fiadas, que geralmente não são iguais em relação à sobreposta[1159]. Neste campo específico houve uma ampla continuidade geográfica na arquitectura alto-medieval cristã, visível não apenas em sítios como San Pedro de la Nave ou Santa María de Melque mas também, por sinal, em exemplos carolíngios[1160]. Idêntica manutenção é constatada na muralha bizantina de Cartagena, onde forma a base de uma torre e do paramento externo, em silharia almofadada[1161]. Porém, destaca-se acima de tudo uma grande absorção pelos primeiros arquitectos islâmicos. A técnica da fiada de pedra regular, num aparelhamento alternado entre uma face principal e uma lateral, foi assimilada em época emiral. Jiménez[1162] apontou para as medidas e proporções em al-Andalus, que não destoam das obras romanas. Uma causa parcial desta continuidade construtiva ao longo das duas dinastias emirais reside na ausência de uma tradição arquitectónica que pudesse ser sobreposta à existente. Na verdade, parece consensual a fraquíssima ou mesmo inexistente transição material nas cidades do século VIII, inclinação que se manterá, aliás, até meados do século IX[1163]. Em 785, a construção da mesquita de Córdova incluiu cento e dez colunas, todas elas romanas ou visigóticas[1164]. Mas a par da simples reutilização existiu produção, e houve quem visse um eclectismo intencionalmente cultivado nas primeiras obras hispano-muçulmanas[1165], ainda que os compromissos construtivos durante o governo de Abdarramão I

[1156] Acién Almansa 1995, 24
[1157] Boto Varela 1996, 21
[1158] Cacciavillani 1998, 61
[1159] Froidevaux 1986, 30
[1160] Barral i Altet 1998, 167
[1161] Gutiérrez Lloret 1996a, 260
[1162] Jiménez Martín 2000, 551
[1163] Picard 2005, 131-133
[1164] Kinney 2001, 149
[1165] Yarza 1981, 32

derivassem, na realidade, de uma falta de referência própria. O Médio Oriente poderia ter assimilado alguns conceitos bizantinos, porém existia uma teórica mas factual reticência dogmática: Maomé teria afirmado que *a construção é a realização mais inútil em que um crente pode gastar os seus meios*, e apenas ao longo do século VIII começariam a manifestar-se alguns planeamentos urbanísticos oficiais[1166]. Talvez seja de relacionar esta realidade com a simultânea manutenção de um "meio tribal" no exército árabe dos séculos VII e VIII[1167]. Na antiga *Caesarobriga*, a primeira muralha islâmica da *madina* de *Talabira*, já do século X, corta estruturas domésticas tardo-antigas e é composta por silharia nova e reutilizada, disposta a soga e tição[1168].

Os desenvolvimentos cronológicos dos aparelhos nunca conheceram uma linha evolutiva única ou circunscrita, e as diferenças eram vagamente de natureza geográfica. É lícito admitir que o *opus incertum* terá decaído em Roma na época de Sila, sendo substituído pelo *opus reticulatum*, aparelho em ângulo que resulta da sistematização do talhe de blocos de tamanho semelhante e, por isso, multifuncionais e fáceis de justapor[1169]. Mas na Hispânia, um dos escassos exemplos remete para a construção funerária levantina, como em Torre Ciega, junto de Cartagena[1170], e não parece surgir expressamente na arquitectura da Lusitânia, se for descontado um eventual caso no castro romanizado do Paço de Vilharigues, na área de Viseu[1171], o que permite realçar a falta de conjunturas gerais, mesmo tomando apenas as províncias ocidentais mediterrânicas. No tocante ao pequeno aparelho, Vitrúvio menciona *dois tipos de aparelho: o reticulado, que todos utilizam hoje em dia, e o antigo, que é chamado incerto* (II, 8). Apesar das considerações vitruvianas, o aparelho incerto foi mantido, em construções provinciais, especialmente em ressurgimentos tardios. De facto, este género de aparelho irregular nunca parou de ser utilizado, num circuito paralelo ao da construção pública monumental. São identificáveis três variantes de *opus incertum*[1172], a mais tardia das quais, a versão imperial, parece tender para uma certa homogeneidade, já sem misturas de material de construção. Na fortificação urbana, a transição também nunca foi linear, e aquilo que se entende por aparelho incerto sobreviveu em variedades

[1166] Gomes 1993, 29
[1167] Guichard 1977, 214
[1168] Martínez Lillo, Moraleda Olivares e Sánchez Sanz 2005, 133
[1169] Adam 1989, 140-144
[1170] González Tascón 2002, 40
[1171] Vaz 1997, 174
[1172] Lugli 1957, 448-449

mais ou menos nítidas ao longo do Alto Império. A manutenção do aparelho incerto em construção visigótica é recorrente, tal como se destaca no Bico da Muralha de *Conimbriga*[1173].

Por seu turno, o *opus spicatum* é um aparelho "em arestas", na medida em que é colocado em fileiras alternadas a quarenta e cinco graus, justapostas de modo a parecer uma espinha de peixe, cujas deteriorações costumam surgir em ambiente plenamente islâmico. A origem romana deste aparelhamento, que não constitui, como se afirma amiúde, uma originalidade islâmica, surge bem comprovada na muralha baixo-imperial de Lugo[1174]. Esta disposição tornava indispensável a recorrência a um cimento[1175]. Por vezes era utilizado para colmatar brechas ou aberturas obsoletas[1176] e pode ser confundido com lanços de aparelho pseudoisodómico, ou seja, irregulares no tamanho e na forma[1177]. No Tolmo de Minateda, o *opus spicatum* de época visigótica foi interpretado como prova de uma integração nos domínios bizantinos, numa oposição com os aparelhos contemporâneos de Begastri e de Recópolis, onde essa disposição não se evidencia[1178]. Sem contestar a verosímil "bizantineidade" da obra, as grandes aplicações tecnológicas distintivas do século VI continuaram a ser marcadamente influenciadas pelas tradições locais, como é o caso do *opus africanum*, que se mantém activo nas mesmas dispersões geográficas prévias. Outra linha de continuidade consiste na aplicação ocasional mas recorrente de pedras almofadadas em muralhas tardias ou já perfeitamente califais. É o caso em Faro, Coria e Mérida. O almofadado de tipo rústico, isto é, com protuberância não trabalhada, poderá não ter sido aplicado com frequência em zonas de rocha mole, o que explicaria a sua ausência em *Conimbriga*, onde os únicos exemplares reportam, a propósito, a restauros da primeira metade do século XX[1179]. Emanando de uma raiz pré-romana, a sua própria manifestação decorreu talvez mais de um facilitismo na esquadria do que propriamente de preferências modais, isto se for considerado admissível que a grande construção alto-imperial se refugiasse na ambiguidade estética, para efeitos de economia de tempo. Outro tipo de silharia

[1173] De Man 2007c, 9-11
[1174] González Fernández, Ferrer Sierra, Herves Raigoso e Alcorta Irastorza 2002, 593
[1175] Tudor 1976, 25
[1176] Adam 1989, 156
[1177] Beltrán Martínez 1949, 518
[1178] Abad Casal e Gutiérrez Lloret 1997, 596
[1179] De Man 2007a, 703-704

almofadada é nitidamente ornamental, provocando jogos de sombra[1180] que, de facto, devem ser postos em relação com preocupações não funcionais. Existem paralelos mediterrânicos muito amplos na arquitectura islâmica e bizantina, pelo menos até à costa síria[1181].

Alguma da arquitectura alto-medieval setentrional e tardia, por vezes denominada de *pré-românica*, reporta a fortificações condais, embora a esmagadora maioria represente na verdade os chamados castelos roqueiros. Caracterizam-se pela pedra seca, mal aparelhada e de grandes dimensões, que numa doação do século X são apelidadas de *penellas*, situando-se a um nível inferior ao dos castelos condais[1182]. Estas fortificações roqueiras, surgindo já em meados do século IX, eram sítios exíguos, construídos pela população local[1183]. Se de um ponto de vista do povoamento ficou já bem documentado por Fernando de Almeida[1184] e por Mário Barroca[1185] que existem novidades fundamentais na organização da primitiva castelologia setentrional, a tecnologia em si dificilmente teria avançado em moldes realmente distintivos. Observam-se traços dessa continuidade no trabalho de António Carvalho Lima, cujo estudo apresenta uma série de sítios com, por exemplo, muralhas *de aparelho muito irregular constituído por pedras de pequeno e médio tamanho, sumariamente afeiçoadas*, com um interior *preenchido por areão e cascalho*[1186], recordando portanto técnicas em uso em épocas precedentes. Poderiam até representar uma analogia não descabida com a construção visigótica posterior a Leovigildo-Recaredo que, após as fortificações tipo Bico da Muralha, por um lado, e Recópolis, por outro, vai progressivamente recuando na utilização de argamassa, principalmente na construção para-estatal. Apesar das continuidades básicas na expressão arquitectónica[1187], entre as quais a falta de isodomia, o recurso a pequenas cunhas, a silharia com cotovelos e as pedras almofadadas, é no entanto de recordar que existem severas diferenças, talvez mais económicas que conceptuais, entre os castelos roqueiros e as redes castrais que se desenvolveram entre os séculos V e VIII[1188].

[1180] Prados Martínez 1999, 36-37
[1181] Gallardo Carrillo, García Cano e Martínez López 1999, 43
[1182] Barroca 2004, 190-193
[1183] Monteiro 2007, 19
[1184] Almeida 1988, 133-145
[1185] Barroca 1990-1991, 89-126
[1186] Lima 1993, 183
[1187] De Man 2007c, 3-14
[1188] Quiroga 2004, 263

3.2. Portas

A estandardização e a simplicidade dos elementos passaram a caracterizar a modelação das muralhas pós-aurelianas[1189], embora as portas da própria muralha de Roma sejam compromissos problemáticos[1190], e por conseguinte as soluções encontradas devem ser encaradas como manifestações quase individuais. Não obstante, a fortificação conduziu efectivamente a um generalizado anulamento da sofisticação e da fragilidade na composição das portas. Esse princípio ultrapassou, a propósito, os séculos de artilharia com pólvora, mantendo-se até o século XIX, quando se continuava a considerar que a parte externa da entrada devia ser muito simples, com um revestimento formado com silharia almofadada, mantendo plano o resto da muralha[1191]. O carácter simplificado e sólido das portas tardo-romanas viria, de resto, a ser directamente recuperado em manuais renascentistas: *A proporção deve ser tal que a largura da porta seja idêntica à altura que vai até à imposta que suporta o arco. A altura acima da imposta deve ser idêntica à do semi-círculo* (Serlio 130v)[1192]. Este retorno quase flagrante aos critérios defensivos tardo-romanos é apresentado numa distinção aos outros tipos de portas, menos pesadas e com reduzida fundamentação defensiva. Assim, várias das grandes cidades alto-imperiais tinham portas duplas, como se observa na Gália[1193], o que continuava a ser verdade para a precoce fortificação britânica do século II[1194], mas a maioria dos seus herdeiros do século III passou a ser construída com entrada única, havendo exemplos de portas gémeas com uma das vias obstruídas, como em Roma, em 402[1195]. As portas gémeas, ou de passagem dupla, que têm no *dipylon* de Atenas um dos seus exemplos mais precoces[1196], revelam, antes de uma função representativa[1197] ou mesmo defensiva, uma necessidade de escoamento de tráfego. Esta célebre porta ateniense continuou em funcionamento até o século XI ou XII, quando lhe foi feita uma referência como *Porta Superior*[1198], nitidamente funcional no enquadramento urbano.

[1189] Watson 1999, 149
[1190] Ward-Perkins 1989, 307-308
[1191] Wurmb 1856, 157
[1192] Hart e Hicks 1996, 262
[1193] Álvarez Martínez 2007, 666
[1194] Esmonde-Cleary 2007, 159
[1195] Elton 1997, 170
[1196] Visioli 1991, 34
[1197] Fontaine 1993, 231
[1198] Kazanaki-Lappa 2002, 643-644

Encontra-se outro exemplo evidente desta lógica, mais evoluído e ocidental, na *Porta Trigemina* de Roma, com ligação ao porto comercial[1199], e ainda na Porta d'Oro de Constantinopla, integrando o sistema teodosiano[1200]. As entradas da muralha aureliana passaram a dividir-se entre portas de primeira categoria, de arco duplo, e outras mais simples, de arco único[1201]. Entre as primeiras encontravam-se as das *viae Flaminia* e *Appia*, os grandes eixos a norte e sul, e as das *viae Ostiensis* e *Portuensis*, cujo papel comercial com o litoral facilmente se depreende. Torna-se claro que nestas grandes capitais a disposição final da entrada urbana fortificada resulta não apenas de uma funcionalidade defensiva ou representativa, mas engloba também um factor de ordem quotidiana e comercial. As cidades fortificadas da Hispânia apenas muito raramente conheceram portas duplas, como em Mérida, cuja origem aliás é anterior ao Baixo Império. Outro exemplo hispânico tardio é o de Gijón, com um duplo arco apoiado num pilar central, com prováveis paralelos com a Porta de Regomir em Barcelona[1202], e também o Tolmo de Minateda, com cronologias dos séculos V / VI, poderá ser mais complexo[1203]. Num mesmo âmbito crono-cultural, os melhoramentos bizantinos patrocinados pelo general Comenciolo na muralha de Cartagena, conhecidos através de uma epígrafe perdida mas tomada como verídica, também incluíam *os altos remates das torres, e a entrada da cidade firmada sobre uma dupla porta e à direita e esquerda dois pórticos de duplo arco, sobre os quais está colocada uma abóbada curva convexa*[1204]. Tais portas revelam, pois, uma constância que, atravessando o Baixo Império, acabou por atingir o período visigótico, ainda que a maioria das estruturas congéneres lusitanas se tenha mantido de entrada única e corredor simples, bem observável em Coria e *Conimbriga*. O impulso construtivo que se deu na Galécia no século III tinha resultado em portas muito protegidas por torres salientes, criando um corredor de acesso. É um sistema facilmente reconhecível na Porta Miñá de Lugo, com uma projecção das torres que atinge os seis metros e quarenta, e cujos arcos se sustentam directamente no paramento das próprias torres. Muito interessante é a recente identificação de contraportas interiores, uma solução com outros paralelos setentrionais, como Gijón e Astorga[1205]. No que respeita aos corredores de acesso, as portas urbanas tardo-romanas

[1199] Étienne 1987, 235-238
[1200] Rosada e Lachin 2007, 70-71
[1201] Richmond 1930, 245
[1202] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 342
[1203] Abad Casal, Gutiérrez Lloret e Sanz Gamo 1996, 180-181
[1204] Beltrán 1947a, 305
[1205] González Fernándeze Correño Gascón 2007, 260-263

ainda são exclusivamente de acesso directo, e a introdução de ângulos é um fenómeno um pouco mais tardio. Torres Balbás afirmou claramente que não existe qualquer exemplo de porta em cotovelo anterior ou contemporâneo de Justiniano[1206]. No fundo, a solução consiste meramente em adicionar uma ou mais contraportas interiores a um sistema de acesso[1207]. Esta inflexão, admissível em sistemas mais tardios, não se adequa a uma coerência romana, principalmente em criações sem condicionantes prévias. Mesmo as mais precoces portas islâmicas ainda não tendem a configurar-se em cotovelo, e seguem um esquema arquitectónico muito aparentado ao tardo-romano. A este propósito, as torres maciças com entradas laterais são realmente vistas como uma inovação bizantina norte-africana[1208], podendo representar um precedente linear. Apenas ao longo do reinado de Constante II, em meados do século VII, começaram a surgir portas em cotovelo nas defesas urbanas orientais, como é o caso de Ankara[1209]. Na zona da Lusitânia, não serão muito anteriores ao período das taifas, tendo como exemplos Moura, Mértola, onde se localiza sobre uma torre prévia, Faro ou Silves[1210]. A primeira fase da Porta da Medina em Silves representa, de facto, um bom exemplo, por não se tratar de uma adaptação mas sim de um troço islâmico original. Essa estrutura consistia numa entrada com adossamento de duas torres de flanqueio quadrangulares, e apenas numa fase posterior foi adicionada uma grande torre avançada, frontal à entrada e ligada às primeiras torres por meio de passadiços[1211]. A evolução demonstra bem que as entradas em cotovelo, conceptualmente, derivam da pura obstrução do eixo viário conducente à porta principal. A sua implantação teve, de resto, severas diferenças geográficas. Se a sua origem é, como foi referido, imediatamente pós-romana, nalgumas zonas do Ocidente peninsular começaram a surgir só muito tardiamente, ao longo do século XI, como na Porta Monaita e Porta Nova (Arco dos Pesos) em Granada[1212].

Após a penetração arquitectónica alto-imperial, e findas as grandes promoções de estatuto urbano, houve sensivelmente dois séculos sem novas muralhas lusitanas. Durante esse período foram construídas duas das portas mais emblemáticas do Ocidente europeu, nomeadamente a *Porta Nigra* de Trier e a *Porta Praetoria* de Regensburg.

[1206] Torres Balbás 1960, 423
[1207] Liberati e Silverio 1992, 39
[1208] Biernacka-Lubańska 1982, 186
[1209] Mora-Figueroa 2006a, 21
[1210] Correia 1982, 85
[1211] Gomes 2006, 26-27
[1212] Correia 2002, 83

Ambas as construções constituem um paradigma das torres semicirculares, em redutos carregados de conservadorismo arquitectónico, ainda com muralhas de pequena largura[1213]. De facto, a manutenção de elementos deliberadamente arcaizantes, como a insistência nas ordens clássicas[1214], torna uma porta como a de Trier um mau exemplo de progressão arquitectónica defensiva. Do ponto de vista arquitectónico, aquilo que se acentua na maioria dos exemplos do Baixo Império ainda não é a configuração defensiva externa à porta, mas sim uma contracção da razão entre a largura, ou luz, e o comprimento da estrutura, provocando uma diminuição na relação com a profundidade. Regra geral, as portas tardias tornaram-se por isso mais estreitas e bem fortificadas, em comparação com os antecedentes imediatos, como se depreende facilmente dos inúmeros paralelos entre os séculos IV e VI[1215]. Neste tipo de estrutura houve uma razoável normalização arquitectónica, que se deve em grande medida à própria simplicidade do conceito. Johnson notou que a porta de Richborough não representa apenas um paralelo técnico mas sim uma cópia exacta de Alzey, e também de uma quantidade de sítios no Reno[1216]. É natural que tenha existido uma muito sugerida difusão de ideias arquitectónicas militares, mas em simultâneo é necessário admitir que o simplismo da forma impedia, de qualquer forma, grandes desvios ao conceito elementar. As soluções tardias apoiavam-se numa lógica que já pouco tinha que ver com as portas de tipo *cavaedium*, cuja divulgação tinha sido amplamente estimulada em época augustana. No entanto, atente-se no facto de mesmo as soluções alto-imperiais da Lusitânia demonstrarem a existência de adaptações locais. Se a colónia de *Pax Iulia* se aproxima conceptualmente de Neuss ou de Fréjus, em meia-lua com torres circulares destacadas[1217], o exemplo conimbrigense, por seu turno, evidencia um ordenamento alinhado em torno de um *cavaedium* com exedras laterais simétricas[1218], num claro afastamento de qualquer influência itálica coeva[1219]. A configuração da muralha pacense manter-se-ia em época tardia, antes de mais por razões políticas, legitimando a capital de *conventus*, mas tal continuidade não poderia ter sido equacionada na altura da sua concepção. Trata-se de um bom indicador para a margem de manobra construtiva provincial, que se tornaria a manifestar apenas em época tardia, ainda que as portas

[1213] Johnson 1983, 24
[1214] Ward-Perkins 1989, 306
[1215] Biernacka-Lubańska 1982, 185-186
[1216] Johnson 1977, 63
[1217] Tarel 2003, 492
[1218] Correia 1997, 36-48
[1219] Gros 1996, 45-46

baixo-imperiais se revestissem, de novo, de uma certa homogeneidade. Assim, a porta principal do recinto tardio de *Conimbriga*[1220], as de San Pedro e de la Guía, de Coria[1221], a de Almedina, em Coimbra[1222], se esta não for, na origem, pré-islâmica, a configuração original da Porta Norte de Idanha-a-Velha[1223], ou muito eventualmente a de Cáparra[1224], caso não seja inteiramente alto-imperial, seguem um padrão equivalente, cujo fundamento genérico pode reportar à *Porta Latina* da muralha aureliana. Esta data quase por inteiro de época honoriana, incluindo as aduelas, apesar da antiga e errónea crença numa construção do século VI, devido às gravações cristãs em ambos os lados da chave[1225]. Na Lusitânia, diversas reconstruções pós-romanas assentaram exclusivamente no reforço das torres de flanqueio, mantendo a porta em si, e nesse campo existem boas equivalências entre sítios como Coria e Coimbra, cujas portas de la Guía e de Almedina evidenciam sucessivas ampliações das torres, a ponto de integrarem as porções mais baixas dos extradorsos e as impostas. A posterior criação de arcos mais elevados, unindo as novas torres, reportará, em ambos os casos, a períodos muito posteriores, definitivamente cristãos. O exemplo cauriense representa com probabilidade uma transição directa de uma estrutura imperial para uma reconversão islâmica, preservando a matriz do acesso original. Em Coimbra, essa transição parece mais complexa, embora estejam presentes os mesmos elementos. Mesmo na sua origem, as entradas eram únicas e estreitas, ladeadas por torres destacadas, modelo retomado quase linearmente na porta interna da alcáçova de Mérida, adjacente ao antigo e reconstruído acesso da ponte. Contrariamente a exemplos prévios, como se observa bem em *Ammaia*, as torres de flanqueio tetrárquicas na Lusitânia aparentam ser totalmente maciças na sua parte inferior, limitando muito a existência de câmaras de guarda ao nível de circulação. A *Porta Nigra* de Trier[1226], de finais do século III, possuía um desses compartimentos, com torres ocas, tal como a reconstrução honoriana da *Porta Maggiore* em Roma[1227], o que faz pensar numa questão de economia de meios para o enchimento das torres lusitanas, no sentido de se tornar uma construção menos complexa. No entanto, um precedente local evidencia uma casa de guarda na primeira fase da porta pré-flaviana

[1220] De Man 2007a, 706
[1221] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 323
[1222] De Man 2006d, no prelo
[1223] Cristóvão 2002, 33-35
[1224] Álvarez Martínez 2006, 246
[1225] Platner 1929, 409
[1226] Gwatkin 1933, 7-8
[1227] Gabucci 2005, 314

conimbrigense[1228], sem aparente transposição conceptual para a muralha tardia. Uma solução utilizada posteriormente em torres maciças, como as lusitanas, é a justaposição de um posto de controlo na parte interna, que do ponto de vista arqueológico é difícil de identificar. A sua existência pôde ser constatado em duas portas de Dolna Kabda[1229], na Bulgária, ambas as vezes do lado esquerdo da entrada, e talvez possam ser reavaliadas neste sentido alguns espaços aparentemente abertos em posições equivalentes, como em *Conimbriga*.

Na Lusitânia, destacam-se várias portas que, com as devidas reservas, se presumem tardo-romanas, como a Puerta del Río, em Cáceres, as portas de San Pedro e de la Guía, em Coria, ou mesmo talvez a porta de D. Isabel, em Évora[1230]. A Porta Norte de Idanha é de vão único, com três metros e cinquenta e seis de altura e pouco mais de três metros de largura, afunilando muito ligeiramente do interior para o exterior. O intervalo entre as torres de flanqueio é de quatro metros e quarenta, enquanto o corredor mede mais de cinco metros de comprimento[1231]. Não fica claro o alcance de alguns detalhes do restauro, nomeadamente a reconstrução dos arcos e paramentos, mas ter-se-á limitado quase por inteiro a uma sobreposição às fundações, de modo que a disposição da estrutura em si permita uma avaliação planimétrica. Esta torna-se condizente com uma construção tardo-romana. Os três arcos criam dois compartimentos, divididos pela porta de batentes, da qual subsistem negativos como o do encaixe vertical e da tranca. Do lado externo, destaca-se a guia da grade metálica de elevação, entre duas fiadas de silharia. A escavação da Puerta del Puente de Mérida[1232] permitiu a identificação de diversas fases construtivas. O acesso interior da primitiva dupla porta colonial media três metros e setenta de largura, e o comprimento do corredor torna-se apreensível através da base do muro que delimitava a estrutura, e que mede nove metros. Aquela luz de quase quatro metros foi reduzida para dois e sessenta e seis, aquando da instalação de uma nova porta, provavelmente em época pós-romana. As transformações que estreitaram o acesso, e que invalidaram a utilização da *cataracta*, transformando a via em acesso pedonal, culminaram na invalidação da porta. Quanto à porta de saída para a ponte, ela apresenta uma largura idêntica à primeira, com um corredor de oito metros e

[1228] Correia 2004b, 267
[1229] Biernacka-Lubańska 1982, 184
[1230] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006b, 260-261
[1231] Cristóvão 2002, 33-35
[1232] Álvarez Martínez 2007, 662-663

quarenta de comprimento e quatro e sessenta e cinco de largura. Sobre a vulgarização da *cataracta*, possivelmente em uso mas não propriamente evidente no Alto Império lusitano, ela surge reflectida através das suas ranhuras em mais do que uma porta de Lugo[1233] e, na Lusitânia, em Coria, Idanha[1234] e Évora[1235]. A porta principal de *Conimbriga* também demonstra um negativo semelhante. Esta entrada mede três metros e meio de largura, e a sua reconstrução moderna pode ser responsável por um desvio que tenha reduzido um pouco essa medida, que na sua origem poderia ter-se aproximado mais dos dez palmípedes, ou seja, uns três metros e setenta[1236]. Acabou por sofrer uma obstrução com um grosso muro de alvenaria, que se sobrepôs a uma camada de destruição associável à base da porta[1237]. A fortificação das portas com torres sobrepostas tinha sido uma medida extraordinária em época tardo-republicana. O exemplo de Carmona, na qual se distinguiu já há muito uma abóbada cilíndrica romana[1238], evidencia uma estrutura do género, de inícios do século I a.C.[1239], e reconhece-se alguma aparição na fortificação de fronteira alto-imperial[1240], mas sem aparente divulgação tardia. No entanto, as descrições de Vegécio (*Epit*. IV, 6) apontam os eventuais acrescentos defensivos temporários, implantados sobre a muralha[1241], cuja aplicação pode ter sido bastante mais usual. Outra forma complementar de reforçar a porta era a aplicação de um chapeamento metálico, contrariando não apenas o ímpeto do aríete mas acima de tudo um incêndio provocado. Posteriormente, a época medieval conheceu uma progressiva generalização nesta blindagem de portas hispânicas, documentável nalguns exemplares sobreviventes[1242], e referida em território lusitano, como em Coimbra[1243] e Faro[1244].

De um ponto de vista legal, a passagem entre o exterior e a cidade propriamente dita manteve um estatuto emblemático; o significado da porta urbana reporta sempre à sua

[1233] González Fernández e Carreño Gascón 2007, 262 e 267
[1234] Cristóvão 2002, 35
[1235] Balesteros e Mira 1993, 225
[1236] De Man 2007a, 705
[1237] Correia 1972, 305-307
[1238] Herrera 1906, 408
[1239] Schattner 2006, 206-207
[1240] Connoly 1998, 9
[1241] De Man 2006b, 126
[1242] Mora-Figueroa 2006b, 293
[1243] Gonçalves 1944, 20
[1244] Catarino 2002a, 120

condição de ponto de passagem obrigatória[1245]. O sulco ritual com que Rómulo delimitou a cidade de Roma foi interrompido em determinados locais[1246], ao levantar (*portare* < *porta*) o arado[1247], pretensão clássica amplamente repetida, culminando em Isidoro de Sevilha (*Etym*. XV, 2, 3)[1248]. As portas eram acessos legítimos, e ultrapassar o recinto sagrado era um acto impiedoso, como o demonstra a morte de Remo. Pompónio referia que *os cidadãos romanos não podem sair senão pelas portas; tomar outro caminho é comportamento de inimigo e condenável*[1249]. As leis de *Ruffus* (n. 33)[1250] estabelecem um paralelo directo, ao punir severamente qualquer travessia alternativa em contexto castrense, canalizando obrigatoriamente todo o trânsito para as portas. A porta da cidade carrega em si um determinado grau de simbolismo, já muito estimulado no período tardo-augustano[1251], no qual alguns tentaram ver uma analogia com os arcos de triunfo[1252]. De facto, as respectivas definições arquitectónicas são comparáveis[1253], a ponto de um arco proveniente de *Ammaia* ter sido desmontado e reconstruído para servir de porta na fortaleza de Castelo de Vide, antes de acabar dinamitado em 1890[1254]. Não foi raro reutilizar monumentos arqueados como porta em recintos tardios. A própria *Porta Maggiore* da muralha de Aureliano era uma ponte de dois arcos que suportava dois aquedutos, construída por volta do ano 50[1255], transformada depois por Honório[1256]. Da mesma forma, a Porta Férrea de Lisboa, posteriormente integrada na Cerca Moura, não era uma entrada urbana original, ainda que não fique claro se foi reconvertida antes do período islâmico. Não repugna encará-la como arco honorífico integrado numa cerca defensiva, presumivelmente até relacionável com o *forum*[1257]. Estes reaproveitamentos e dualismos técnicos recuperam percepções mais antigas, na medida em que a *porta triumphalis* se revestira sempre de uma carga figurativa de certa maneira semelhante à detida pelo ponto de acesso urbano. É-lhe amiúde complementar, marcando pomérios originais ou limites de determinadas

[1245] Adam 2007, 29
[1246] De Coulanges 1998, 164
[1247] Isac 1996, 67
[1248] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 227
[1249] Bloch 2006, 63
[1250] Brand 1968, 161
[1251] Gros 1996, 41
[1252] Smith 1956, 21-30
[1253] Beltrán Martínez 1949, 530-531
[1254] Coelho 2001, 34-36
[1255] Boëthius 1941, 27
[1256] Gabucci 2005, 314
[1257] Sidarus e Rei 2001, 71

áreas internas[1258]. Nesse último sentido, mais que um arco geralmente associado a uma porta urbana não deve ser entendido como tal, mas sim enquanto acesso ao *forum*. É o caso em Bobadela[1259], que aliás parece contar com um arco gémeo[1260]. Em Mérida, antes da definição do perímetro amuralhado, o Arco de Trajano foi durante muito tempo interpretado como porta urbana[1261]. É indicativo que em várias cidades gaulesas sem muralha tenha havido preocupação em construir portas monumentais ou arcos de triunfo[1262], numa tentativa de compensação. De forma análoga, o urbanismo visigótico viria a implantar portas monumentais de acesso às zonas palatinas, cujo único exemplar identificado se encontra em Recópolis, com um paralelo literário em Toledo[1263]. O imaginário humano sempre fomentou o conceito da passagem iniciática ou honorífica numa grande diversidade de monumentos e rituais. No entanto, surge como uma hipótese remota que as portas do Baixo Império se baseassem conceptualmente nesse género de interpretação alegórica, ainda que os seus antecessores republicanos possam, realmente, ter conhecido uma influência mais directa. Mesmo as colónias augustanas, e as fortificações que lhes foram imediatamente posteriores, como o aquartelamento da Guarda Pretoriana ou as colónias de Colónia, de época claudiana, ou de Avenches, flaviana, continuam a não representar um precedente verdadeiramente arquetípico das portas que viriam a dominar a partir de Aureliano, como a porta *Asinaria*[1264], muito mais pequena, de entrada simples e com torres de flanqueio afastadas da entrada, permitindo uma linha de tiro lateral directa. É admissível que as muralhas coloniais tenham sido influenciadas por uma variável particular, não presente nas restantes cidades, nomeadamente o elemento puramente militar, ainda que de forma representativa e relativamente diluída. Pelo menos durante o Alto Império, manifestou-se uma preocupação com a solenização dos acessos urbanos, cuja principal utilidade reside numa *prolepse ou antecipação de todos os valores da* urbanitas[1265]. Mesmo em época antonina essa valorização continuou a ser comum, como se percebe na depictação numismática de portas urbanas, e nalgumas emissões da década de 240 até foi aumentado o cuidado na representação simultânea das muralhas[1266]. O significado mais

[1258] Bührig 2006, 133
[1259] Alarcão 1993, 219
[1260] Amaral 1982/83, 12
[1261] Mateos Cruz 2004, 28
[1262] Tarel 2003, 492
[1263] Olmo Enciso 2006a, 70
[1264] Adam 2007, 30
[1265] Gros 1996, 42
[1266] Thomas 2008, 111

tardio das portas conservou o princípio subjacente a esta valoração, muito embora possa não se revestir da mesma nitidez.

A constituição destes arcos tardo-romanos é sempre de volta perfeita. Nenhuma das portas romanas da Lusitânia conserva o seu arco original, com eventual excepção de Idanha e Évora, embora ambos os casos possam ser resultado de reordenamento. Os restantes exemplares foram sucessivamente reconstruídos, com colocação de novas aduelas, o que significa a persistência do princípio da compressão e distribuição de forças em moldes clássicos. Nestas operações de reconstituição, a altura entre o arranque do arco e o ponto mais alto do intradorso, isto é, a flecha, é calculado de acordo com os pontos da imposta, a parte superior do bloco que suporta a aduela de arranque. Se as impostas não forem originais, as reconstituições poderão não corresponder às dimensões originais, mesmo dispondo das respectivas aduelas, como em Beja[1267]. Contrariamente a uma crença estabelecida, alguns dos arcos em ferradura, dos quais surgem alguns em Coimbra, podem ainda não ser realmente islâmicos. Yarza recordou que esses arcos eram já um sistema muito recorrente na Hispânia visigótica[1268]. Na construção hispânica pré-islâmica, a semi-circunferência superior termina em dois arcos mais pequenos, até assentar nos apoios, lógica que a arquitectura islâmica viria a prolongar, culminando num arco concêntrico[1269]. De facto, alguns dos melhores exemplos de arco ultrapassado começam a manifestar-se em sítios como Santa María de Melque ou San Pedro de la Nave[1270].

A poterna, enquanto forma de acesso menor, conheceu um certo desenvolvimento nas muralhas tardias. A sua entrada revela-se relativamente estandardizada, muito embora também esta homogeneidade decorra mais da inerente simplicidade construtiva do que de uma difusão tecnológica. Eram estruturas parcimoniosas, de investimento reduzido, com uma resistência acrescida, derivada das reduzidas dimensões. Muitas vezes careciam de um arco, e em seu lugar surge uma mera verga de pedra, resultando numa carga vertical demasiado grande para permitir a extensão em largura, como no exemplo conimbrigense. As poternas tiveram uma grande popularidade nas defesas urbanas orientais, mas também fizeram a sua aparição em muralhas lusitanas. Na Gália, existem

[1267] Castro 1954, 23
[1268] Yarza 1981, 32
[1269] Castro Villalba 1999, 126
[1270] Barral i Altet 1998, 104 e 110

alguns casos, sempre junto a uma torre, como a Pôterne du Moulin d'Avar de Carcassonne ou a Grande Pôterne de Le Mans[1271]. Seria possível ver nestas pequenas entradas urbanas um antecedente directo das portas da traição medievais. De facto, mesmo admitindo que a sua funcionalidade tardo-romana teria um fundamento público mais destacado, a verdade é que ambas as estruturas procuravam uma topografia semelhante. As poternas de *Conimbriga*[1272], Salamanca[1273] e Idanha[1274] serão um reflexo urbanístico dessa condição, enquanto que as portas da traição em Coimbra[1275] ou Évora[1276] têm já uma nítida articulação com os respectivos castelos, num medievalismo equivalente ao exemplo de Marvão, por exemplo[1277]. A arquitectura defensiva islâmica também fez uso de poternas, como resulta evidente em Sintra, onde o castelo, com fases de construção desde o século IX, dispõe de um postigo de dimensões muito reduzidas, de 0, 56 por 0, 67 metros[1278]. A hipótese de várias poternas na muralha aureliana terem servido propósitos privados[1279] logo na sua origem permitiria avançar com explicações complementares para a Lusitânia, embora nos casos referidos pareça existir um fundamento essencialmente público.

Muitos dos acessos principais de cidades lusitanas não se posicionam, como as alto-imperiais, num ângulo perpendicular ao troço da muralha. Essa realidade distingue-se com nitidez em *Conimbriga*, Coimbra ou Mértola e resulta possivelmente de condicionantes de índole circunstancial. Mas uma tal disposição oblíqua conduz a um novo ordenamento defensivo, sob a condição do ângulo cego resultante ser protegido por uma torre próxima. Foi assinalado que um acesso enviesado pela esquerda impede os atacantes de percorrer um caminho recto em relação ao muro, e por conseguinte ficam com o flanco direito sem a protecção do escudo[1280]. Na verdade, trata-se de uma explícita ideia vitruviana, ainda que sem aplicação nítida no urbanismo lusitano alto-imperial: a muralha *deve ser planeada de modo que as aproximações às portas não fiquem direitas mas sobre a esquerda. Se a muralha for feita deste modo, o flanco*

[1271] Johnson 1977, 68
[1272] De Man 2007a, 706
[1273] Villar y Macías 1887, 81-82
[1274] Cristóvão 2002, 44-47
[1275] De Man 2005b, 11
[1276] Pereira 1891, 8
[1277] Bucho 2001, 74
[1278] Coelho 2000, 213
[1279] Watson 1999, 149
[1280] Liberati e Silverio 1992, 39

direito dos que entram pelas portas, ou seja, o lado que não estará coberto por um escudo, estará mais próximo da muralha (*De Arch*. 1, 5, 2)[1281]. No Tolmo de Minateda, a torre do século VI encontra-se muito avançada em relação à porta, numa extensão de onze metros que assim cria um estreito corredor, escavado na rocha, obrigando à total exposição de quem se aproximasse[1282]. Balil atribuiu esta disposição oblíqua do eixo de acesso à antiga fortificação mediterrânica[1283], mas ela não surge na construção lusitana pré-tetrárquica e é nítido que, por contra, se manifesta em estruturas do Baixo Império. Lugo forma um paralelo tetrárquico, através da Porta de San Pedro e principalmente da de Santiago[1284], mas há persistências mais tardias. O exemplo de Begastri data do século VI e representa aliás uma nítida equivalência conceptual com *Conimbriga*. A torre norte da porta, que no fundo corresponde a uma saliência formada pelo fim do paramento[1285], é muito destacada por oposição à meridional, formando praticamente um ângulo de noventa graus. Descortina-se aqui um duplo fundamento, táctico e estrutural. Em primeiro lugar, esta disposição, associada a um trajecto murário articulado no mesmo sentido, contribuía realmente para uma melhor defesa da porta. Num caso extremo, a muralha aureliana forma um vago modelo em estrela[1286], no qual as vias principais passavam a ser controláveis a partir das torres de flanqueio das entradas. Mas por outro lado, era também a lógica estrutural que obrigava a construir em ângulos sinuosos, para evitar ao máximo o colapso, perante o impacto de um assalto (*Veg*. *Epit*. IV, 2)[1287]. Não apenas dificultava o acesso e as manobras de maquinaria de assalto, como permitia uma resistência mais adequada do que paramentos rectos em torno das portas urbanas. Em casos de construção em relevo, os acessos oblíquos da Lusitânia poderiam ainda enquadrar-se na topografia, mas entendem-se melhor como manifestações tácticas, e não exclusivamente enquanto condicionantes topográficas[1288].

Quanto às denominações medievais das portas urbanas, há repetições previsíveis e pouco significativas para os seus precedentes, como são, por exemplo, as portas da Vila / de la Villa. Também as portas do Sol são relativamente frequentes nas muralhas

[1281] Rowland e Howe 2002, 28
[1282] Abad Casal e Gutiérrez Lloret 1997, 592
[1283] Balil 1960, 191
[1284] González Fernández e Carreño Gascón 2007, 268 e 275
[1285] García Aguinaga e Vallalta Martínez 1984, 54
[1286] Sear 1989, 47
[1287] De Man 2006b, 124
[1288] De Man 2005b, 13

medievais; surgem em Cáceres, Coimbra, Medellín, Santarém[1289], Salamanca[1290] e talvez Idanha-a-Velha[1291], tal como noutros locais hispânicos, como Priego de Córdoba[1292]. Como se compreende, encontram-se tendencialmente viradas para Oriente, embora haja exemplos com essa designação que se localizam na parte oposta, como é o caso em Montemor-o-Velho[1293]. E a Porta do Sol portuense, demolida no século XVIII, deverá o seu nome a um sol esculpido sobre essa entrada[1294]. Um terceiro grande grupo centra-se nos hagiónimos, cujo valor também é perfeitamente nulo para a definição de antecedentes pré-medievais nessas estruturas, mesmo quando a reconstrução pós-romana manteve o alinhamento primitivo, o que geralmente acontece não apenas por razões arquitectónicas mas também por uma obrigatoriedade física em respeitar os eixos de circulação existentes. Ávila é um exemplo próximo da Lusitânia, cuja Puerta de San Vicente evidencia um nível de cimentação sobreposto por quatro fiadas de silharia em *opus quadratum*. A estrutura romana, porém, revela-se mais curta do que a islâmica[1295]. As portas justapostas são uma realidade aceitável em cidades hispânicas[1296], com reconstruções sucessivas, moçárabes ou nitidamente islâmicas, sobre bases de silharia original. Será nesta linha de análise que deverá ser entendida a totalidade dos casos em cidades de ocupação moderna.

3.3. Torres

São vários os obstáculos que condicionam o esboço de uma sucessão linear sobre as razões de equivalência regionais na configuração das torres. Alguns são de natureza económica ou técnica, visto que se torna menos complexo e dispendioso erigir uma torre angular, enquanto outros se revestem de uma causalidade modal, cuja existência é mais fácil de negar do que de reconhecer. Uma terceira variável reside na própria localização geográfica da construção, mas esta condição, por si só, também não parece estabelecer um denominador comum. Observa-se uma predominância da feição circular

[1289] Serrão 1990, 21
[1290] Villar y Macías 1887, 81
[1291] Cristóvão 2002, 41-42
[1292] Carmona Ávila 2002, 139
[1293] Martins 1951, 338
[1294] Castro 1936, 9-10
[1295] Martínez Lillo, Utrero Agudo e Murillo Fragero 2000, 115
[1296] Pavón Maldonado 1988, 43

em zonas específicas, como a Galécia e faixas de territórios adjacentes[1297]. Houve realmente influências muito indirectas e contextuais, cujo trajecto não é meramente geográfico, e por isso não é possível estabelecer um esquema difusionista. É impossível aceitar um esquema categórico, baseado numa lógica minguante que começa em Roma, passando por León e afectando depois, de modo diluído, as restantes cidades provinciais. A verdade é que as dinâmicas externas na aplicação de políticas complexas têm sido sobrevalorizadas, em detrimento de processos regionais[1298], o que em matéria de fortificação urbana obriga a encarar a hipótese de soluções apenas muito gerais para a tradução de políticas imperiais, a nível infra-conventual em época tardo-romana e, na prática, das cidade individuais na Antiguidade Tardia. Mas também é verdade que os circuitos económicos e militares imperiais facilitaram a divulgação de alguns modelos de arquitectura defensiva. Os exemplos comprovadamente baixo-imperiais sírio-palestinianos[1299], construídos desde a viragem para o século IV com torres semicirculares muito salientes, parecem representativos de um certo movimento modal oriental. Estas criações militares mantiveram-se aparentadas ao tipo *quadriburgium* até o século IV[1300], cuja função principal, recorde-se, não era suportar um cerco de forma autónoma, mas sim albergar uma guarnição[1301], e a instalação variada de torres semi-circulares ou quadradas traz uma dimensão nova a essa oposição de formas. É curioso observar que boa parte dos casos hispânicos pré-augustanos e alto-imperiais haviam tido um mesmo formato em ângulo[1302]. Elas remetem para uma optimização funcional que redunda em modelos circulares, como na *Ammaia*, mas as muralhas de Aureliano eram novamente defendidas por torres de feição quadrangular a cada cem pés[1303], aliás complementadas por outros formatos. Na arquitectura alto-imperial, a conjugação de modelos militares e civis não se terá manifestado com a mesma evidência da fortificação urbana tetrárquica. Mesmo assim, quanto à forma das torres, existem exemplos precoces de uma feição quadrangular que terão tido alguma função militar. Já a poliorcética flaviana, por exemplo, privilegiara torres quadrangulares internas, muito espaçadas entre si, num esquema em que mesmo as de flanqueio eram pouco salientes. Tal solução torna-se visível em sítios como *Novaesium*, no Reno, reconstruído por volta

[1297] De Man 2008a, 427-430
[1298] Stein 2002, 903-904
[1299] Hauschild 1994, 229
[1300] Napoli 1997, 289
[1301] Isaac 1990, 198
[1302] Hourcade 2003, 301
[1303] Adam 2007, 30

de 80[1304], que exemplifica bem a transposição para uma estrutura pétrea de soluções baseadas em fortalezas de madeira, uma dinâmica arquitectónica repetida até o último quartel do século III, como o demonstra a penúltima fase do forte de Oudenburg, na Flandres, reconstruído em pedra, precisamente de acordo com a disposição prévia[1305]. A afirmação de se tratar de torres decorativas[1306] não é descabida, quando se considera que mesmo aqueles protótipos não foram concebidos para rechaçar um ataque real. A arquitectura militar acabou por se modificar muito pouco durante os primeiros três séculos da nossa Era[1307], sendo manifesto que ainda durante o século III se construíam recintos defensivos quadrangulares sem torres nos cantos nem nos intervalos, em áreas de grande tensão, como é o caso de fortes na muralha de Adriano[1308]. A partir de finais dessa centúria, contudo, as fortificações sofreram um impulso muito significativo no seu engenho construtivo. Para além do desaparecimento dos cantos arredondados, a tendência com mais visibilidade imediata é a passagem das torres viradas para dentro, com base conceptual no acampamento legionário, para as projectadas para o exterior. Destacam-se soluções híbridas, nomeadamente em torres de flanqueio, cuja conformação se torna por vezes adaptativa. Escavações na Puerta del Río de Mérida definiram uma torre com uma parte rectangular do lado interno, enquanto o sector externo é arredondado, num quarto de circunferência, com um raio optimizado de quase cinco metros[1309]. Não se trata de uma meia torre semicircular, na medida em que não há adossamento directo. Há outros casos em que a transição é bastante notória, como em *Verulamium*, onde no século IV foram adicionadas torres externas às internas do século precedente[1310]. Essa concepção construtiva, embora generalizada em época bastante tardia, encontra a sua teorização nas mais precoces fases imperiais, com base em ideias republicanas. Vitrúvio já não considerava senão as *proiciendae in exteriorem partem*, para que se torne possível atingir os assaltantes de lado (*De Arch*. I. 5, 2)[1311], ideia mantida por Vegécio (*Epit*. IV, 2)[1312]: *Os antigos recusavam-se a construir o circuito da muralha em linhas rectas, para que não ficasse exposto ao ímpeto do aríete, mas fechavam as cidades, a partir das fundações, em cantos sinuosos, e colocavam*

[1304] Campbell e Delf 2006, 38-39
[1305] Vanhoutte 2007, 211-213
[1306] Luttwak 1979, 135
[1307] Ward-Perkins 1989, 187
[1308] Welsby 1982, 60-61
[1309] Álvarez Martínez 2007, 663
[1310] Hill e Wileman 2002, 72
[1311] Rowland e Howe 2002, 28
[1312] De Man 2006b, 124

frequentes torres encostadas nesses ângulos, para que quem quisesse encostar escadas ou máquinas num muro construído desta forma, fosse envolvido não apenas de frente, mas também de lado e quase de trás, e destruído. Nessa óptica, as defesas urbanas tardias podem apresentar paralelos formais interessantes com tecnologia de fortificação prévia, mas deve ser insistido numa alteração de fundo quanto à própria funcionalidade defensiva. Se as muralhas urbanas de época visigótica conservaram orientações segundo um padrão tardo-romano, é também de salientar uma clara desorientação da arquitectura pública hispânica ao longo do século VI[1313], como se pode destacar em fortificações intra-urbanas lusitanas[1314] ou nalgumas reparações de muralhas eventualmente atribuíveis a esse período, como em fiadas egitanienses sobrepostas às bases imperiais. No que diz respeito às torres de flanqueio, parece haver, à primeira vista, espaço para alguma divergência à norma para o seu formato na Lusitânia tardia. Se em sítios lusitanos setentrionais mas a Sul de Viseu e Idanha-a-Velha, como *Conimbriga* ou Coria, elas se mantêm inquestionavelmente quadrangulares, numa concordância com as demais, surgem formas semicirculares em regiões mais a Sul. Em Lisboa, as intervenções na Porta de Alfama, também chamada de São Pedro, puseram a descoberto uma torre semicircular[1315]. Torna-se por isso aceitável que tenham sido edificados torreões de flanqueio não quadrangulares, durante a tetrarquia, ou entre Teodósio e os meados do século V, em regiões não apenas imediatamente a Sul do Douro[1316], como também a Sul do Mondego. Um fundamento recorrente para esta solução formal consiste na maior resistência a impactos externos. Há exemplos hispânicos de torres quadradas transformadas em semicirculares[1317] após o século X, o que poderia ser interpretado como melhoramento técnico. A preferência por esta solução contava com um argumento milenar: *As torres devem ser construídas de modo arredondado ou poligonal, porque as máquinas de guerra partem as torres quadradas muito mais facilmente; o impacto dos aríetes destruirá os cantos, mas diante de curvas, o aríete será uma cunha; ao pressionar para o centro será incapaz de danificar a estrutura* (*Vitr. De Arch.*, I, 5, 5)[1318]. Não seria descabido pensar numa associação entre construtores familiarizadas com verdadeiros cercos urbanos, com utilização de maquinaria complexa, e a generalização de torres semicirculares. É nítido que tanto as

[1313] Fontaine 1973, 43
[1314] De Man 2007c, 3-14
[1315] Pimenta, Calado e Leitão 2005, 318
[1316] De Man 2008a, 427-430
[1317] Martínez Lillo, Moraleda Olivares e Sánchez Sanz 2005, 133 e 145
[1318] Rowland e Howe 2002, 28

criações lusitanas do século IV como, principalmente, as godas insistem na menos complexa forma quadrangular, possivelmente porque não era expectável que assistissem a ataques directos. E as máquinas de assalto viriam a recuperar relevância, precisamente, aquando do avanço cristão, quando as defesas islâmicas recuperaram o formato arredondado. A lógica não será absolutamente linear, mas trata-se de uma sugestiva propensão. A verdade é que, na evolução da arquitectura, a disposição quadrangular se revelou também mais fácil de executar, e que a semicircular com enchimento interno apenas pôde ser generalizada após a banalização do *opus caementicium*[1319]. Discussões em torno da forma das novas torres têm sido centradas na oposição entre quadrangular e arredondado, contudo acrescem três variantes, nomeadamente as subcategorias de feição em leque, circular e poligonal[1320]. Do ponto de vista geográfico, é notório que a maioria das fortificações imperiais tardias com torres semicirculares se concentra no noroeste peninsular. É o caso de Lugo[1321], Astorga[1322] e de outras cidades da Galécia, mas também nalguns sítios do Nordeste, como em Saragoça, onde se observa muito bem na área de San Juan de los Panetes[1323]. Surgem aliás igualmente em fortificações rurais tardo-romanos na Meseta[1324]. Braga apresenta torres semicirculares de finais do século III ou inícios do IV, na zona do Fujacal, no cruzamento da Rua dos Bombeiros Voluntários com a Rodovia[1325], reconhecendo-se essa continuidade em todo o tramo norte[1326]. Na Lusitânia, é ilustrativo que as torres fundacionais de Mérida sejam circulares ou ultra-circulares, como nas ruas J. R. Mélida nº 26 e Calvo Sotelo nº 2, tal como a da casa do anfiteatro, que é definitivamente semicilíndrica[1327], e que, em sucessivas reconstruções, tenham sido substituídas por outras, rectangulares[1328], mais tarde legitimadas aquando do reforço do século V. Aquelas torres semicirculares, representadas em várias emissões monetárias, apresentam enchimento interno, e o seu aparelho é idêntico ao da muralha primitiva[1329], sendo de aceitar uma transição para o modelo quadrangular apenas em época tardo-romana, com subsequente validação tardo-antiga. Por seu turno, as muralhas baixo-

[1319] Álvarez Martínez 2007, 656, nota 27
[1320] Lander 1984, 198
[1321] González 2002, 592
[1322] García Marcos, Morillo Cerdán e Campomanes 1997, 515-531
[1323] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 306
[1324] Fuentes e Urbina 1999, 3
[1325] Martins 2005, 163
[1326] Lemos, Leite e Cunha 2007, 337
[1327] Molano Brías, Gabriel Gijón, Montalvo Frías e González 1991, 47
[1328] Álvarez Martínez 2007, 656-657
[1329] Álvarez Martínez 2006, 229 e 242

imperiais de Irún parecem conjugar torres arredondadas com outras rectangulares, possivelmente contemporâneas[1330], o que parece confirmar-se, através de uma alternância aparentemente ocasional[1331]. Uma imagem do *Corpus Agrimensorum Romanorum* (*Cod. Guelf.* 36.23A, f. 56v.) destaca torres de flanqueio circulares com torres de canto quadrangulares[1332], uma moda com múltiplas equivalências medievais[1333], o que explicaria a imagem criada pelo copista. Apesar da referida insistência já vitruviana tanto em torres semicirculares como na sua projecção para fora, Stephen Johnson referiu que elas não se manifestaram antes do século IV, em qualquer canto do Império[1334], ideia que, diante dos exemplos da Galécia, deve ser reconsiderada em pelo menos algumas décadas. Por seu turno, Hauschild adscreveu as torres semicirculares, como regra geral, ao Baixo Império, com algumas excepções[1335], enquanto Alarcão via nos bastiões quadrados uma manifestação ligeiramente mais tardia do que os de planta semicircular[1336]. Na verdade, sobressai como muito indicativo que as configuração angular das torres se tenha tornado uma regra hispano-visigótica. Bons exemplos disso são o Cerro de la Almagra[1337], Recópolis[1338], Puig Rom e Begastri[1339], ainda que nesta última cidade tenha de ser bem definido o que corresponde realmente à muralha bizantina[1340]. Embora em Cartagena a muralha bizantina apresente uma torre semicircular, eventualmente legitimando uma precedência romana[1341], e mesmo não admitindo uma influência arquitectónica directamente importada do Mediterrâneo Oriental, é indicativo que pelo menos algumas das fortalezas bizantinas construídas de raiz na Síria, como as de Zalabiya[1342] e Tabus[1343], parecem ostentar torres de flanqueio quadrangulares. De resto, a maioria das fortalezas justinianas também apresenta torres de feição angular[1344], mas não fica claro se existiu algum programa na sua aplicação ocidental, nomeadamente na hispânica. Por outro lado, a arquitectura defensiva de impulso germânico demonstrara uma ampla preferência pela forma quadrangular, como

[1330] Balil 1960, 190-191
[1331] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 226
[1332] Boto Varela 1996, p. 21
[1333] De Man 2005b, 7-18
[1334] Johnson 1983, 29
[1335] Hauschild 1994, 230
[1336] Alarcão 1973, 59-60
[1337] Gutiérrez Lloret 1996a, 230
[1338] Olmo Enciso 2006b, 251-266
[1339] Palol 1991, 358-360
[1340] González Blanco 2006a, 115-125
[1341] Laiz Reverte, Ruiz Valderas e Pérez Aldán 1996, 139
[1342] Montero Fennolós, Caramelo, Márquez e Vidal 2006, 113
[1343] Lönnqvist, Lönnqvist, Whiting, Törmä, Nunez e Okkonen 2005, 429
[1344] Ulbert 2006, 275-285

ficou sugerido, talvez devido à menor complexidade arquitectónica, de acordo com uma variedade de precedentes romanos correspondentes aos últimos anos do século IV. No âmbito geral, o Ocidente baixo-imperial parece ter favorecido as torres semicirculares[1345], em prejuízo das quadrangulares, numa confirmação dos preceitos de Vegécio, para quem espaços direitos se encontram expostos *ao ímpeto do aríete* (*Epit*. IV, 2)[1346]. Mas a Lusitânia, e numa perspectiva mais ampla, a Hispânia, parece ter recorrido massivamente à forma quadrangular após os primeiros anos do século IV, isto é, após a construção do Noroeste. A tratar-se, de facto, de um resultado de âmbito económico, seria por conseguinte de recuar para o período constantiniano um retrocesso tecnológico geralmente atribuído já à arquitectura defensiva visigótica. A este respeito, tanto a torre de canto como o contraforte do Bico da Muralha de *Conimbriga*[1347] assemelham-se às torres quadrangulares das muralhas de Recópolis[1348]. Também as defesas de Salona foram severamente reconstruídas nas primeiras décadas do século V, com reforço da muralha e adição de torres quadrangulares[1349]. O período emiral hispânico iria manter esta lógica, antes da arquitectura islâmica um pouco mais tardia, com paramento de silharia e não de taipa, voltar a insistir no arredondamento dos bastiões quadrados, como na alcáçova de Huete[1350]. A secção setentrional da fortificação almóada na antiga colónia de Medellín apresenta, para além das duas torres omíadas identificadas por Gurriarán Daza e Márquez Bueno[1351], uma série de substruturas anteriores. Trata-se de uma torre quadrangular desmontada, a Noroeste, e uma outra, do mesmo formato, associada a uma fiada de tipologia romana e que acabou por servir de base a uma nova torre semicircular. Por seu turno, a torre semi-circular romana descoberta sob a Puerta del Sol toledana foi sobreposta por uma outra, quadrangular, do século XI[1352]. E a primitiva muralha omíada de Talavera de la Reina, prévia às reformulações que lhe viram a acrescentar barbacã, e torres semicirculares e albarrãs, apresentava pequenas torres de flanqueio quadrangulares[1353], tal como as alcáçovas extremenhas de Mérida e de Trujillo[1354]. As torres quadrangulares de Elche,

[1345] Johnson 1983, 39
[1346] De Man 2006b, 124
[1347] De Man 2007c, 3-14
[1348] Olmo Enciso 2006a, 97
[1349] MacGeorge 2003, 20
[1350] Monco García 1988, 52
[1351] Gurriarán Daza e Márquez Bueno 2005, 56-57
[1352] Tsiolis 2005, 76-81
[1353] Martínez Lillo, Moraleda Olivares e Sánchez Sanz 2005, 145
[1354] Valdés Fernández 1991, 548-549

tradicionalmente atribuídas ao período baixo-imperial de *Illici*, podem carecer de uma revisão, como já indicou Sónia Gutiérrez[1355], principalmente diante dos indícios de fortificação islâmica[1356]. De recordar, adicionalmente, que os reinos de taifas do século XI apenas originaram uma única fortificação peninsular inequívoca com torres de planta circular, a dizer a Aljafería de Saragoça, construída pelos Banū Hūd e com motivos representativos específicos, nomeadamente a ligação com o califado omíada do Oriente[1357]. A par das suas torres quadrangulares, adossadas ao longo da muralha, a alcáçova de Coimbra teria também torres de ângulo circulares[1358], e esse formato, em contexto lusitano omíada, pareceria uma excepção, eventualmente relacionada com a representatividade do alcácer. Se várias das suas torres quadrangulares e pouco salientes poderiam talvez corresponder ao período pré-islâmico[1359], o caso de Faro poderá representar um outro desvio com ligação directa aos canais arquitectónicos orientais. Este perímetro farense, independentemente da sua suposta origem tardo-romana, terá sofrido alterações imediatamente após a conquista do século VIII, tendo sido reformulada na segunda metade do século IX[1360]. Nesta época, a família Banū Harun reforçou o sistema defensivo[1361]. A escavação levada a cabo no largo de S. Francisco, junto a uma das torres semicirculares com parte superior poligonal, obriga a admitir uma origem islâmica, provavelmente já califal, das fundações[1362]. Há bons paralelos para os finais do século X ou inícios do XI, nomeadamente em Montemor-o-Velho, onde sobrevivem quatro torres semicirculares posteriores a Almansor e anteriores à reconquista de Coimbra[1363]. Mas trata-se possivelmente de uma continuada tendência hispânica, visto que muito perto, na muralha califal da Qasba de Tânger, do século X e com poucos paralelos marroquinos, figuram torres quadrangulares[1364]. Tal como, a propósito, na muralha merinina, já do século XIV, da Avenida Blas Infante, em Algeciras[1365], o que pode indiciar uma nova inversão de formato no final do domínio islâmico, já sem expressão na antiga Lusitânia. Portanto, verifica-se uma aparente rejeição dos ângulos rectos logo desde o século X em amplas zonas hispânicas,

[1355] Gutiérrez Lloret 1996a, 236-237
[1356] Pastor Mira, Tendero Fernández e Torregrosa Giménez 2004, 41
[1357] Acién Almansa 1995, 24
[1358] Catarino 2005, 205
[1359] Correia 2002, 85
[1360] Amaral 2002, 59
[1361] Correia 2002, 85
[1362] De Man 2007d, 71-73
[1363] Barroca 2005, 116
[1364] Elboudjay 2000, 153-159
[1365] Núñez Aguilar, Osete López e Bernal Casasola 2000, 233

assistindo-se a uma rápida alteração para formas arredondadas em toda a espécie de torres, mesmo as que seriam tendencialmente angulares[1366]. Essa opção tecnológica afirmar-se-ia com nitidez em contexto cristão. Um bom exemplo é o da Puerta de San Vicente de Ávila, com torre quadrangular islâmica em silharia maior e mais pequena, sobre uma base romana, à qual se adossou depois, no século XII, uma outra torre de planta semicircular[1367]. Uma conclusão preliminar remete para modelos aplicados nas torres lusitanas que divergem sempre, em maior ou menor grau, dos princípios da construção teórica, ainda que as proposições básicas não permitiam muita margem para desvio. A liberdade de manobra técnica era muito limitada, razão pela qual se destacam traços de homogeneidade que decorrem mais de limitações físicas comuns do que de uma projecção modelar abrangente. De uma forma geral, destaca-se uma melhor gestão na colocação das torres, e a mais nítida característica de uniformidade entre as muralhas tardias será, precisamente, a sua proximidade[1368]. A menor distância intermédia é bem visível no caso de Lugo, onde as torres semicirculares se separam regularmente por dezassete metros[1369]. Trata-se de uma clara tendência evolutiva, na medida em que as mais precoces estruturas republicanas na Hispânia apresentam espaçamentos de uns cem metros entre torres, como em Tarragona e talvez também em Córdova e Sagunto, com redução para metade em finais da República, culminando em distâncias de vinte e trinta metros em época augustana[1370]. Em geral, as próprias fortificações islâmicas parecem ter mantido um intervalo de trinta metros, ou pouco mais, até o século XIII[1371], embora seja de apontar que, tendencialmente, o califado mantinha as torres menos destacadas e mais próximas entre si do que viria a acontecer durante o período das taifas[1372]. A título meramente comparativo, não deixa de ser interessante que as características mais marcantes da inovadora "defesa activa" que caracteriza o castelo gótico, por oposição ao românico, sejam precisamente factores como a multiplicação do número de torres e o surgimento de cubelos e torreões cilíndricos[1373].

[1366] Bolòs Masclans 2003, 112
[1367] Martínez Lillo, Utrero Agudo e Murillo Fragero 2000, 116
[1368] Hauschild 1993a, 224
[1369] Hauschild 1994, 230
[1370] Hourcade 2003, 301
[1371] Torres Balbás 1957, 567
[1372] Correia 1982, 84
[1373] Monteiro 1997, 498

O princípio simplista da ampla diferenciação geográfica, em que as muralhas semicirculares seriam predominantes na Hispânia, Britânia e África[1374], torna-se é insustentável, mesmo perante a mais ténue observação dos dados disponíveis. Uma linha a explorar, porém, são os padrões regionais, por vezes concordantes com circunscrições menores, como as de nível provincial, através das quais se podem atingir tendências regionais, não necessariamente em correspondência estrita com essas mesmas províncias. Há propensões que não podem ser negadas: na *Gallia Belgica* e na *Germania II* houve aparente preferência tardo-romana pela forma inteiramente circular, como em Tongeren[1375], e cujo modelo, embora repetido na Panónia na década de 370, onde substitui torres em U[1376], apenas tem equivalências lusitanas claras de cronologia alto-imperial. Tais paralelos tornam-se bem visíveis em *Ammaia*, com exemplares circulares associáveis com grande probabilidade ao período trajânico[1377]. Algumas das melhores equiparações até são orientais, como em Tiberias, Gadara ou Tiro[1378], cuja construção, essa sim modelar em consonância com outros monumentos públicos alto-imperiais, deve ser posta em ligação directa com uma dinâmica que inspirou a construção ammaiense. De mencionar, a propósito, que Gadara apresenta uma posterior torre baixo-imperial de forma quadrangular, de acordo com aquela tendência que se crê muito divulgada no Sudoeste peninsular. A ideia de uma fortificação lusitana mais tardia, de acordo com o formato angular das torres, recordando assim a tipologia Andernach[1379], pode ser fundamentada com um indicador adicional. Parece bastante indicativa a analogia com a forma de construção dos fortes ocidentais, cujo exemplar mais precoce é adscrito, na hipótese mais alta possível, a uma fase diocleciana. A *Colonia Augusta Raurica*, além disso, parece ser caso único, na medida em que as restantes fortalezas com torres quadradas são mais tardias, pelo menos contantinianas[1380]. Essa tendência formal seria, portanto, relacionável com os primeiros anos do século IV. Não significa isto que se tenha verificado uma transição rígida de um modelo para outro, visto que os formatos quadrangulares têm por vezes comprovados antecedentes pré-romanos, com exemplos sucessivamente adaptados de acordo com a mesma matriz. Um dos mais claros exemplos desta realidade é a evolução da Puerta de

[1374] Pinto 2003, 9
[1375] Mertens 1983, 50
[1376] Borhy 2007, 111
[1377] Pereira 2002, 113
[1378] Bührig 2006, 139-151
[1379] Johnson 1983, 48
[1380] Lander 1984, 204-208

Sevilla, em Carmona[1381], cuja transformação desde o período púnico até à época almóada manteve a mesma configuração central, muito por acção da obra romana, que se dispôs em ângulo. A noção de superioridade da forma arredondada continuou presente em períodos de domínio quadrangular. Para Isidoro (*Etym*. XV, 2, 19), as torres das muralhas urbanas chamam-se assim porque se chama *teres* a algo que é redondo como uma coluna. E, citando Lucrécio, afirma que as torres dão a impressão de serem redondas a quem as contempla de longe, *embora sejam construídas de forma quadrada e larga*[1382]. Esta consideração, apesar da pretensão etimológica subjacente, reveste-se de um interesse especial na realidade hispânica dos finais do século VI e inícios do VII. A conjugação das recentes descobertas em Lisboa, em S. João da Praça[1383], e depois no Pátio da Murça, eventualmente de associar ao primeiro momento de fortificação na Casa dos Bicos, obriga a considerar um formato semicircular numa época de retracção de perímetro, que de acordo com os dados preliminares de Manuela Leitão se deu em época baixo-imperial. Por enquanto, há duas hipóteses em aberto, e ambas contrastam com as restantes cidades lusitanas. Caso a muralha olisiponense lhes seja realmente contemporânea, torna-se necessário admitir uma variante construtiva, motivada por preferências estéticas locais. Num texto recente, Sepúlveda e Amaro voltam a estabelecer uma datação de meados do século III ou inícios do século IV para a estrutura da Casa dos Bicos, especificando que esse intervalo pode ser estendido até os meados do século IV[1384]. Outra explicação poderia residir numa cronologia mais precoce, eventualmente do século III, equivalente às construções do Noroeste, e a confirmação desta hipótese seria de uma extrema relevância, ao reposicionar a discussão provincial na função vanguardista de *Olisipo*.

Existiam diversas torres poligonais anteriores ou posteriores ao Baixo Império. Exemplos pentagonais, como o de Aquileia[1385], são republicanos ou augustanos, muito embora possam ser mantidos numa remodelação mais tardia. Os poucos casos ocidentais do Baixo Império, em Oudenburg, Cardiff ou Windisch, pertencem a uma arquitectura decorativa, associável a entradas ornamentadas[1386]. Mas os exemplares do mundo romano oriental são já tardios, como se reconhece nas torres destacadas

[1381] Schattner 2006, 201-209
[1382] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 229-231
[1383] Pimenta, Calado e Leitão 2005, 318
[1384] Sepúlveda e Amaro 2007, VIII – 4
[1385] Bonetto 1998, 1998, 62
[1386] Johnson 1983, 48-49

pentagonais de Ankara, perfeitamente bizantinas, construídas em meados do século VII por Constante II, na sequência do avanço persa[1387], mas que têm precedentes no século V, como se percebe numa das fases tardias de Constantinopla[1388], ou mais a Oriente, na fortaleza tardo-romana e bizantina de Dibisi Faraj[1389]. A verdade é que as formas pentagonais são muito característicos da primitiva arquitectura bizantina na região balcânica, em oposição declarada com as províncias ocidentais[1390]. É predominantemente neste canal de transmissão muito específico que poderiam ser avaliados os exemplos de época islâmica na antiga Lusitânia. Silves parece ter conhecido uma torre octogonal, na Porta da Azóia, característico do período almóada[1391]. E uma torre albarrã de Tavira, também plurifacetada, é maciça e corresponderá ao capeamento em alvenaria de uma estrutura prévia, de taipa, provavelmente almóada[1392]. As torres octogonais de Faro, que Gamito atribuiu a uma remodelação bizantina[1393], de facto já não parecem tardo-romanas; como se viu, existem vários paralelos formais na arquitectura militar islâmica, como em Cáceres. Balil, ao descrever a *porta principalis dextra* de Barcelona, semi-hexagonal, integrou-a no grupo de Salona ou de Filipópolis, considerando que se trata de um tipo sírio corrente[1394], e alguns anos depois demonstrou que, no caso da casa de la Pía Almoyna, existe uma ligação estrutural entre uma torre quadrangular e octogonal[1395]. A verdade é que este género de disposição multi-angular em torres tinha precedentes na arquitectura honorífica baixo-imperial. O palácio de Spoleto, construído na viragem do século III para o IV, apresenta torres octogonais, mesmo de flanqueio, associado a torres de canto quadradas[1396], e apesar de algum inegável conservadorismo no plano geral[1397], o modelo específico das torres octogonais foi mantido em importantes edifícios paleocristãos, como é o caso do chamado baptistério dos Ortodoxos de Ravena[1398]. Uma razoável parte das torres poligonais anteriores às influências orientais, bizantinas ou islâmicas, provavelmente não diz imediatamente respeito ao domínio da poliorcética, mas sim ao

[1387] Mora-Figueroa 2006a, 21
[1388] Ulbert 2007, 86
[1389] Isaac 1990, 257-259
[1390] Biernacka-Lubańska 1982, 186-189
[1391] Correia 2002, 83
[1392] Correia 2002, 87
[1393] Gamito 1996, 261-263
[1394] Balil 1956, 280
[1395] Balil 1961, 57
[1396] Rees 2004, 183
[1397] Barral i Altet 2006, 228
[1398] Barral i Altet 1998, 30-32

da representatividade. Em York, a Multangular Tower data de inícios do século IV, e tem vindo a ser interpretada como elemento para impressionar quem se dirigisse para a muralha a partir do rio[1399]. E em Nîmes, onde a propósito se verifica uma diversidade surpreendente de tipologias nas torres romanas, destaca-se a poligonal Tour Magne, desprovida de qualquer função militar mas com um evidente valor simbólico sobre a planície de Languedoc[1400]. Esta combinação continuava clara no pensamento renascentista de Serlio: *Não manterei o silêncio sobre as duas antigas torres octogonais adossadas às muralhas da cidade, nas quais ainda podem ser observados os métodos dos antigos. (...) Também existe uma grande tumba na colina, a que se chama a Tour Magne*[1401]. A referida estrutura de Ravena apresenta semelhanças no espaço e no tempo a outros centros episcopais, como Roma e Milão, todos eles com anexos octogonais, construídos entre os finais do século IV e o século V. Estas estruturas são possivelmente interpretáveis numa ligação tardo-antiga à autoridade episcopal[1402]. Nesta óptica, um paralelo interessante é o da mais antiga estrutura islâmica conservada, a *Qubbat al-Sakhra* ou Cúpula da Rocha de Jerusalém, edifício octogonal religioso construído por arquitectos bizantinos antes de 691, tendo por modelo *martyria* e igrejas cristãs[1403], o que intensifica o carácter emblemático da forma. A sua origem é claramente tardo-imperial, encontrando-se bem difundida nas províncias ocidentais. De facto, a *villa* lusitana do Rabaçal constitui um exemplo arquitectónico tardo-romano não demasiado excessivo, apontando-se antes de mais a torre octogonal destacada, sobre uma planta principal com a mesma configuração, num ambiente arquitectónico erudito com alguma dispersão tardia[1404]. Contextos funerários alto-medievais no edifício fazem acreditar, de resto, numa funcionalidade cristã do complexo. E na Gália do século IV, são conhecidos há muito vários baptistérios hexa- e octogonais[1405], pelo que o formato parece manter uma ligação clara à questão da autoridade e do prestígio, constatação eventualmente extrapolável, em moldes análogos, para as torres das muralhas coevas. Esta aproximação holística à forma poligonal das torres, tomando o seu significado como constante em contextos distintos, carece declaradamente de sustentação segura, mas não

[1399] Campbell e Delf 2006, 57
[1400] Gros 1996, 48-49
[1401] Hart e Hicks 1996, 97
[1402] Wharton 1995, 109-111
[1403] Burlot 1990, 49
[1404] Pessoa 1998, 45-52
[1405] Grabar 1966, 27-28

a respectiva correspondência genérica com a ostentação e a legitimidade urbana, que se cauciona sem reservas.

Pelo que é dado a observar, todas as torres tardias lusitanas são inteiramente maciças no seu tramo inferior[1406], numa tentativa fortalecimento[1407]. Elas manteriam esse enchimento até o nível da ronda de guarda, numa demonstração de facilitismo técnico e, simultaneamente, de coesão estrutural. Aquando do ataque de Musa a Mérida, uma torre de madeira foi contraposta a uma torre da muralha. De acordo com uma fonte árabe, os atacantes lograram arrancar algumas pedras de canto, mas a torre não ruiu porque era completamente maciça[1408]. Do ponto de vista tecnológico, pode ser feita outra divisão, nomeadamente entre as torres que interrompem a muralha e as que lhe são apenas adossadas. Idanha-a-Velha ostenta algumas torres adossadas, enquanto a maioria das torres quadrangulares das restantes cidades são nitidamente integradas nos paramentos. Indique-se a ausência de um nível de qualidade nesta oposição, já que muitas das grandes defesas gregas tinham torres encostadas[1409], sem perder coerência estrutural com as muralhas. Em época pós-clássica ressurgiram alguns casos de fortificações menores sem torres. É o caso em *Conimbriga*, onde se verifica uma tentativa de acrescentar, com sucesso limitado, uma torre de canto ao fortim visigótico em época posterior[1410]. A lógica perduraria até à Reconquista, quando o primitivo castelo de Soure, de formato sub-rectangular, carecia provavelmente de torres ou cubelos no século XI[1411].

3.4. Fundações

As fundações em grande aparelho, relativamente usuais em contextos republicanos, foram reduzidas ou mesmo desapareceram com a generalização de *opus caementicium*, daí em diante utilizado para o enchimento dos alicerces, independentemente do tipo de construção[1412]. Na maioria dos casos lusitanos, como Viseu, Idanha, *Conimbriga* ou

[1406] Barthelemy 1980, 30
[1407] Luttwak 1979, 135
[1408] Domingues 1997, 55-56
[1409] Robertson 1974, 189
[1410] De Man 2007c, 3-14
[1411] Barroca 1996/1997, 183
[1412] Adam 1989, 116

Mérida, esse enchimento de argamassa limita-se, pelo menos sectorialmente, ao espaço entre paramentos, com manutenção de blocos bem esquadrados e dimensionados sobre o estrato rochoso. São diversos os tipos e variantes, embora tais diferenças se devam apenas ao tipo de material utilizado para nivelamento, que nalguns exemplos pode ser bastante incoerente, formado por areia ou pedra miúda[1413]. As muralhas de contexto tardio repetem muito este esquema, de forma mais ou menos nítida, o que por vezes induz em erro aquando da realização de sondagens muito localizadas, parecendo que não existem alicerces até o fundo rochoso, quando, na verdade, eles simplesmente não são em pedra maciça. A ausência de grande silharia em partes de muralhas urbanas tardo-romanas, e em particular das fundações, poderia ser interpretado simplesmente através da escassez desse material[1414], o que não tem necessariamente relação com a simultânea disponibilidade de pedra menor. As valas das fundações baixo-imperiais eram amiúde entulhadas com material duradouro e comprimido, nivelando o terreno antes de suportar a primeira fiada de silharia. O enchimento dos caboucos, por vezes com recurso a alvenaria mais grosseira, permite nivelar o assentamento, atingindo um ensoleiramento[1415] suficientemente sólido para suportar os panos de parede ou muralha. Noutras províncias, as defesas urbanas imperiais nem sempre tinham recorrido a fundações em silharia. De todas as cidades britânicas, apenas Londres foi equipada com uma muralha de pedra independente[1416]. As restantes dispunham de fortificações mistas, com taludes e fossos de terra em associação a silharia, o que deve ser interpretado antes de mais no âmbito de culturas construtivas específicas da ilha. Não deve ser procurada, de imediato, uma razão qualitativa perante troços lusitanos que, sectorialmente, se apoiam apenas em extensões de terra compactada, por vezes numa articulação difícil de interpretar com fundações de boa qualidade. É o caso na zona do anfiteatro de *Conimbriga*, onde parte da sobreposição carece de silharia, em contraste ao que se verifica na restante extensão. Isto ocorre mesmo na arquitectura militar não defensiva, como os contrafortes do *horreum* da fortaleza de *Tilurium*, que estão a uma cota muito superior à da rocha, e apenas um pouco abaixo do nível de circulação correspondente à construção[1417]. Aliás, no próprio tratado conservador de Vitrúvio pode ler-se que as fundações se deveriam compor por um enchimento compacto, mas não são mencionadas

[1413] Bonetto 1998, 38
[1414] Johnson 1973, 217
[1415] Teixeira e Belém 1998, 74-75
[1416] Esmonde-Cleary 2007, 159
[1417] Campbell e Delf 2006, 45

concretamente as proporções ideais ou, pelo menos, a profundidade mínima; *cavar-se-á até atingir rocha firme*, e além disso *construir-se-á conforme a largura da obra ou então conforme a razão* (5, 3, 3)[1418]. Paládio, que escrevia três séculos e meio depois, referiu-se às fundações baixo-imperiais, embora não especificamente às de carácter militar. De acordo com esta fonte, os alicerces deveriam estender-se pelo menos meio pé em relação à parede, e as suas dimensões dependem do substrato, aumentando de proporção de acordo com a instabilidade do terreno[1419]. É preciso diferenciar, contudo, as construções em locais acidentados das que se encontram em zona plana. Martínez Lillo referiu que a questão é de lógica pura, já que em zonas abruptas pode não surgir qualquer fundação específica[1420], colocando-se a inteira extensão dos muros directamente sobre as proeminências rochosas, sem tentativa de sequer retocá-los. A verdade é que a maioria das muralhas hispânicas tardias que não investiram numas fundações sobre a rocha, limitando-se a uma reduzida profundidade, como em Tiermes, Astorga, Gijón e León[1421], se localiza no Norte, ainda que a maior excepção, os seis metros das fundações de Astorga, também se verifique nessa zona. Em geral, as fundações islâmicas de al-Andalus não viriam a apresentar profundidades muito grandes, e em nenhum caso ultrapassam os dois metros, quando a muralha atinge a altura extrema de dez metros[1422]. O facto de muitas das cidades lusitanas terem feito assentar as suas muralhas, pelo menos parcialmente, em rocha firme também não invalida o facto de essa solução poder não ter sido generalizada. Para além da própria composição do terreno, que de resto quase nunca é linear, existem condicionantes adicionais, como as que se devem à estratificação geológica, e que podem provocar deslizamentos devido às diferentes permeabilidades e resistências[1423], sob especial pressão das muralhas. No caso destas defesas tardias, a dimensão dos paramentos, aliada à sua extensão, terá atenuado este severo problema, ao manter unido um corpo de considerável peso, compensando as eventuais falhas subterrâneas. Seigne mencionou as escavações gaulesas ao afirmar que a largura da estrutura enterrada é sempre igual ou maior do que a da que suporta[1424], e em casos extremos de terra muito solta, as

[1418] Rowland e Howe 2002, 64
[1419] Plommer 1973, 16
[1420] Martínez Lillo 1991, 12
[1421] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 340
[1422] Zozaya 1996, 59
[1423] Torroja Miret 1998, 46
[1424] Seigne 199, 68

fundações deveriam medir uma quarta parte do total da elevação[1425]. Idealmente, o apoio seria directo, na rocha. O tratado quinhentista de León Alberti não se afastou desta procura de estabilidade: *Cava hasta que halles lo macizo*[1426], e encontra-se idêntica preocupação no contemporâneo Philibert de l'Orme, que além de teórico tinha grandes conhecimentos práticos[1427]. A realidade portuguesa do século XVIII também não se desviava da mesma concepção empírica, pelo menos não de acordo com Wolkmar Machado: *A rocha, o tuf e o terreno petrozo scavante são proprios para edificar, e não preciza cavar, elles podem sustentar qualquer massa*[1428]. Em termos abstractos, é possível calcular a pressão resultante entre as forças opostas entre a muralha e o solo, ao dividir o peso total da construção pela área sobre a qual se implanta. Esta condição ideal, impossível de reproduzir numa cidade do século IV, carece ainda da consideração de variáveis na composição dos solos. A pressão máxima é hoje designada por capacidade de suporte de solo[1429], cuja ultrapassagem ou destabilização resulta em defeitos fundacionais. As muralhas tardias da Lusitânia não parecem ter investido nessas proporções calculadas, exibindo dimensionamentos mais amplos do que o necessário.

É interessante constatar que várias das muralhas melhor estudadas apresentam uma diversidade de fundações contemporâneas. Mesmo a nível da muralha singular observa-se por vezes uma heterogeneidade condizente com o substrato local, provando a sensibilidade para adaptação, e a pluralidade de soluções técnicas correspondentes. Em Lugo, por exemplo, destaca-se, por um lado, os grandes silhares graníticos em soga que, junto à porta da Rua Nova, formavam o arranque da porta romana. Mas por outro lado há secções com pequena silharia, ligada com argamassa de cal, tal como outras secções com fundações grosseiras a seco, isto é, composto por material indiferenciado e sem ligante, como é o caso junto à torre da Mosquera[1430]. Na Rua Formosa em Viseu, a fundação da muralha tinha praticamente meio metro de profundidade, com uma medida máxima de setenta e cinco centímetros. A busca de subsolo firme condicionou a construção e obrigou a diferentes soluções numa extensão de duas dezenas de metros. A oeste da torre, a muralha assenta directamente na rocha-base, que se apresenta apenas

[1425] Plommer 1973, 16-17
[1426] Castro Villalba 1996, 86
[1427] Prigent e Sapin 1999, 106
[1428] Inácio e Berger 2002, 74
[1429] Bonde, Maines e Richards 1995, 17
[1430] Rego Uriarte 2005, 74-75

ligeiramente nivelada. A torre em si apoia-se na muralha prévia, parcialmente desmontada, enquanto o lado oriental da muralha se encontra posicionada numa vala escavada na rocha[1431]. Contrariamente a outros pontos do mesmo troço, parte da muralha tardo-romana de Lisboa[1432], tal como a de *Conimbriga*[1433], assenta no afloramento rochoso cortado. Neste sítio existiu, de resto, uma solução múltipla para as fundações da muralha tardia[1434]. No segmento em que a muralha alto-imperial sofreu apenas reforços, parece ter havido uma preocupação em consolidar a estrutura existente. As restantes novas secções foram construídas de acordo com o seu substrato, e podem ser divididas sem três soluções. Na parte norte, tornou-se necessário anular um declive acentuado, causado pela demolição do anfiteatro. Após um nivelamento de terras, foi criado uma base de argamassa, do dobro da largura da muralha. Na parte nordeste, a rocha foi cortada, para servir de base para a fundação, sem recorrência a um cimento. A sul da porta principal, os muros das casas demolidas foram integradas na muralha, sem uso significativo de consolidações intermédias. Por fim, o Bico da Muralha, já visigótico, não conheceu qualquer investimento sofisticado em fundações, apresentando uma mera base em forma de saco. Também em Idanha-a-Velha houve adaptações diversas segundo o terreno, como o nivelamento prévio com material xistoso, fragmentos de tijolo ou argamassa, ou então através do talhe da própria rocha. Noutras situações, a muralha adaptou-se ao terreno, com o número de fiadas a crescer ou a diminuir. No Chão da Campainha foi escavado uma vala de fundação, com respectivo enchimento após o término dos trabalhos[1435].

Uma solução que tem uma possível origem nas adaptações em zonas montanhosas[1436] e que apenas daí se deve ter institucionalizado na grande arquitectura pública é a construção em escada. A variante mais simples resulta apenas numa base de muralha bastante mais larga que o pano que suporta, mesmo a cotas que nunca teriam estado soterradas. Inexistentes em muralhas urbanas romanas, o significado destas sapatas escalonadas faz declinar uma questão importante. Por vezes elas resultam apenas de uma fase de construção prévia, sobre a qual se edificou uma nova estrutura, evidenciando um ressalto inferior sem informação cronológica mais precisa do que essa

[1431] Carvalho e Cheney 2007, 735
[1432] Gaspar e Gomes 2007, 690
[1433] De Man 2007a, 705
[1434] De Man 2006d, no prelo
[1435] Cristóvão 2002, 54-55
[1436] Martínez Lillo 1991, 21

própria relatividade. Mas tratando-se de uma solução única, ela será provavelmente conectável a um período omíada, bastante divulgado em meados do século IX[1437], como em Elche[1438]. O caso da torre nordeste do castelo de Palmela demonstra bem a acção de duas fases islâmicas, dada a inexistência de qualquer fortificação romana ou tardo-antiga no local; a primitiva torre seria precisamente atribuível ao século IX[1439]. A distinção entre a mera sobreposição e a técnica construtiva única não é propriamente conceptual, já que recorreram a uma estrutura semelhante, mas revela-se antes a nível da sofisticação. A primeira solução é um caso típico de incapacidade em encontrar uma horizontalidade satisfatória sem uso de uma base prévia. Idanha-a-Velha é bem demonstrativa desta solução, existindo uma ou duas fiadas projectadas até vinte centímetros, nomeadamente num ponto da Porta Norte[1440]. Mas apesar do carácter islâmico da segunda técnica, será preciso considerar pelo menos alguma ocasional precedência imperial. Em Barcelona, a torre quadrangular tardo-romana (ou tardo-antiga?) da Calle Arco de San Ramón del Call assenta numa base com três degraus, tendo os dois superiores um arredondamento da extremidade[1441]. No sector ocidental da muralha de León, a base de uma torre ostenta um alargamento único, sobre uma base de argamassa[1442]. A muralha bem definida de Gijón data de finais do século III ou inícios do IV, e a sua fundação consiste numa sapata de um metro e dez de largura, sobre um estrato argiloso virgem. Levantaram-se dois muros paralelos, deixando um espaço intermédio de apenas vinte centímetros, que foi enchido com pedra irregular e argamassa; o conjunto suporta uma secção posterior de uma torre de flanqueio na calle Recoletas nº 10[1443], e esta sapata destaca-se uns quarenta e cinco centímetros para fora do alinhamento do alçado[1444]. Aceita-se, porém, que este género de base surja realmente com maior frequência em construções defensivas omíadas, como na alcáçova de Coimbra, datada de meados do século IX[1445], tal como na muralha urbana de Faro, de acordo com os resultados de uma escavação recente[1446]. O exemplo norte-africano de Sfax, fortificação do século IX, mas reconstruída pouco depois, revela quatro ou cinco

[1437] Zozaya 1996, 60
[1438] Pastor Mira, Tendero Fernández e Torregrosa Giménez 2004, 41
[1439] Fernandes 2004, 239
[1440] Cristóvão 2002, 55
[1441] Granados 1997, 7
[1442] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006a, 195
[1443] Fernández Ochoa, García Entero, Gil Sendino, Valenciano e García López 2000, 98-99
[1444] Fernández Ochoa 1997, 453
[1445] Catarino 2005, 214
[1446] De Man 2007d, 71-73

destes níveis inferiores[1447], fazendo recordar de novo Évora, não a Alcárcova, cujo ressalto é de outro tipo, mas sim a chamada torre 2, no Palácio dos Condes de Basto, explicando assim a configuração muito distinta das demais. A lógica inerente poderia ser aparentada, mas em todo o caso perfeitamente distinta, à que viria a introduzir, por influência templária oriental, o alambor[1448], ou seja, um dispositivo rampeado na base da muralha, com propósito defensivo contra cercos, nomeadamente contra os trabalhos de sapa ou escalada. As muralhas verdadeiramente imperiais não apresentam alargamentos na base, como se constata em todos os exemplos nítidos da Lusitânia. De facto, a inteira arquitectura romana segue, por norma, a planta da base até a sua parte superior[1449], quer se trate de um edifício doméstico, quer de uma muralha.

Um fenómeno distinto tem a ver com a largura da argamassa no nivelamento da base. As fundações hispano-visigóticas mantinham a lógica romana de uma camada cimentada mais ampla que a primeira fiada. Sobre esta construção de época visigótica, uma crónica islâmica reporta que durante o cerco de Mérida em 713, os muçulmanos escavaram uma mina junto a uma torre. *Mas eles foram interrompidos nos seus trabalhos por uma substância muito dura, chamada* argamasa*, contra a qual os seus picos e machados nada podiam. Enquanto tentavam, em vão, quebrá-la, os cristãos deram o alarme*[1450]. Tratando-se da muralha reforçada em época pós-romana, por iniciativa episcopal, conclui-se pela qualidade da construção defensiva visigótica, mesmo que essa qualidade não se estenda, de forma regular, a fortificações menores coevas. Idêntico género de sapata destaca-se em Mértola, na área portuária, onde uma sondagem identificou uma fundação aparentemente de época romana adossada à muralha, numa zona de sucessivas reconstruções[1451]. Isidoro de Sevilha mencionou os *fundamenta*, também chamados *caementum*, numa suposta derivação de *caedere* (cortar), *porque se levantam com grandes pedras cortadas* (*Etym*. XIX, 10, 2)[1452]. Sem subscrição dessa raiz etimológica, resta admitir, por outro lado, uma realidade hispano-visigótica em que as fundações se distinguem amiúde do restante paramento pela maior dimensão da sua silharia. No entanto, essa solução surge como longe de universal, visto que em sítios de assentamento em rocha firme, como se observa bem em Viseu ou

[1447] Marçais 1926, 51
[1448] Barroca 1996/1997, 195-198
[1449] Taylor 2003, 94
[1450] Dozy 1965, 54
[1451] Lopes 2002, 83
[1452] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 445

Idanha, não se verifica uma significativa alteração na intencionalidade do tamanho e disposição das fiadas inferiores. E em *Conimbriga* essa introdução limitou-se a portas e torres.

3.5. Fossos

Uma defesa urbana pouco estudada é o fosso em torno da muralha, embora se trate de uma estrutura de ampla difusão mediterrânica desde o século IV a.C.[1453], com precedentes muito claros na muralha atribuída a Sérvio Túlio, observável na zona da estação de Termini[1454]. Este elemento da defesa anulava plataformas de aproximação à base da muralha[1455], através de um investimento relativamente simples de executar. Na Hispânia, um exemplo bem definido é o de Saragoça, cuja vala de protecção foi identificada a uns nove metros diante da muralha, com seis metros de largura e quatro metros e quarenta de profundidade[1456]. Recentemente, uma estrutura semelhante foi definida em Mérida, frente às casas de la Torre del Agua e del Anfiteatro, com catorze metros de largura e quatro de profundidade[1457]. Santiago Feijoo escavou outro troço deste fosso, diante da Morería[1458], num local onde aparentemente a sua existência faria pouco sentido táctico, dada a proximidade do rio. Idêntica protecção foi escavada em torno da alcáçova local, embora não seja claro se a parte mais antiga desta *cava* é coeva da construção defensiva, ou se é obra posterior, de época almóada[1459]. Na mesma cidade, a tardia muralha de taipa também foi protegida por um fosso, presumivelmente de época taifal ou posterior, cujos três metros de profundidade perfuraram todos os níveis prévios, escavando muito abaixo do nível da rocha[1460]. É indiscutível que também em Lugo existiu um fosso como complemento defensivo, cuja datação do século IV foi recentemente confirmada[1461]. A distância para a muralha aproxima-se dos quatro metros, e a estrutura apresenta uma largura de vinte e cinco a trinta metros e uma profundidade de quatro a cinco, enquanto o fundo é uma zona aplanada de dois

[1453] Varandas 2006, 151
[1454] Gros 1996, 28
[1455] Keegan 2006, 194
[1456] Weiss 1997, 173
[1457] Álvarez Martínez 2007, 656
[1458] Feijoo Martínez 2000, 572
[1459] Alba Calzado 2001b, 283
[1460] Alba Calzado 2001a, 171
[1461] González Fernández, Ferrer Sierra, Herves Raigosa e Alcorta Irastorza 2002, 604

metros[1462]. Este método tinha precedentes republicanos e alto-imperiais, ainda que menos comuns do que costuma ser imaginado[1463], e também sobrevivências medievais. Não servia apenas para deter um assalto, impedindo homens e máquinas de se aproximar em terreno nivelado. Vitrúvio relatou também um ataque a Marselha, no qual os atacantes escavaram mais de trinta minas para atingir as fundações das muralhas. Os defensores simplesmente aprofundaram o seu fosso circundante e, onde isso não era possível, *criaram uma depressão dentro da própria muralha, com grande extensão e largura (...), do lado oposto ao das minas que avançavam, e encheram-no de água trazida do porto e dos poços* (*De Arch*. 10, 16, 11)[1464]. A solução que consistia em contra-minas era arriscada. Quando Tito penetrou as primeiras defesas de Jerusalém, pondo cerco à fortaleza Antónia, os defensores tentaram anular os engenhos de assalto, mas foram as suas próprias minas que fizeram cair as muralhas[1465]. Na zona da Lusitânia houve um recurso persistente a esta solução: em paralelo à utilização de uma torre de assalto[1466], os muçulmanos tentaram, como se referiu, escavar minas sob as muralhas de Mérida, em 713[1467], o que aponta para a generalização do processo, e depois os Cristãos fizeram o mesmo em Alcácer do Sal[1468].

O princípio das galerias ofensivas manter-se-ia funcional em ataques medievais a cidades hispânicas, como se depreende das seis minas escavadas por tropas isabelinas, no cerco a Burgos, e todas elas foram anuladas pelos defensores através de contra-minas; noutras cidades recorreu-se precisamente a um fosso com água[1469]. O fosso plenomedieval na zona do castelo de Coria parece contemporâneo da barbacã, e ambas as estruturas foram remodeladas nos inícios do século XVI, mas o espaço original intra-muros, por baixo do castelo, revelou ocupações dos séculos IV e V[1470], podendo haver antecedentes romanos para o fosso. Em época clássica, uma boa parte das cidades coloniais deve ter beneficiado de uma vala deste género, enquanto elemento urbano complementar, como foi o caso também na *Colonia Ulpia Traiana*[1471]. *Castra Regina*

[1462] Rego Uriarte 2005, 72-73
[1463] Luttwak 1979, 135
[1464] Rowland e Howe 2002, 134
[1465] Rodgers 2006, 217
[1466] Domingues 1997, 55
[1467] Dozy 1965, 54
[1468] Pereira 2007, 50
[1469] Mora-Figueroa 2006a, 35
[1470] Espada Belmonte 2007, 9-11
[1471] Heimberg e Rieche 1998, 55

beneficiou até de um duplo fosso, de sete e dezasseis metros de largura[1472]. Na realidade britânica, a defesa urbana mantivera-se quase exclusivamente feita de terra até o século III[1473], com apoio de um fosso, à maneira legionária para a qual Vegécio (*Epit*. XXIV) determinou umas dimensões de treze por doze pés, ou seja, de uns 3, 85 por 3, 55 metros[1474]. Essas medidas aproximadas verificam-se, de facto, em muitos estabelecimentos militares, como em Exeter[1475]. Um exemplo comprovado da Galécia é Lugo, com vinte a vinte e cinco metros de largura para quatro a cinco de profundidade, em associação à muralha que se construiu em finais do século III[1476]. Mas por outro lado há uma série de casos, nomeadamente lusitanos, sem fosso. Tal estrutura comprovadamente nunca existiu em *Conimbriga*[1477], é altamente improvável em Cáceres[1478] e apenas possível em Évora, caso se aceite a *al-Karkaba*[1479], diante da muralha romana, como legitimação de uma estrutura prévia. Nos últimos dois casos é preciso equacionar a hipótese de ter havido *fossae* apenas em determinadas zonas mais vulneráveis[1480], sem envolvimento completo da cidade. No entanto, surge como altamente significativo o facto de a muralha aureliana ter sido reforçada com um fosso defensivo apenas por Maxêncio[1481], isto é, trinta anos após a sua construção, revelando a inexistência de uma correlação entre o estatuto da cidade, a dimensão do investimento em defesas e a existência de um fosso.

Destacam-se exemplos hispânicos republicanos, como o da calle Cabillers, em Valentia, que mede três metros e cinquenta de largura e um e quarenta de profundidade[1482]. Outros fossos são de época augustana, como Astorga e Barcelona[1483]. A vala de escoamento de águas que corre em paralelo à muralha de *Ammaia*, de perfil em V, é demasiado pequena para ser considerada fosso defensivo, já que tem um metro e vinte de largura e um metro e sessenta de profundidade[1484]. Porém, vários fossos urbanos podem também ser de origem islâmica. O de Algeciras apenas é conhecido por fonte

[1472] Campbell e Delf 2006, 35
[1473] Hill e Wileman 2002, 73
[1474] De Man 2006b, 47
[1475] Campbell e Delf 2006, 35
[1476] Rodríguez Colmenero 2007, 228
[1477] De Man 2007a, 703
[1478] Matas Cascos 1996, 261
[1479] Correia 1982, 86
[1480] Biernacka-Lubańska 1982, 195
[1481] Watson 1999, 151
[1482] Ribera i Lacomba 2003, 372
[1483] Hourcade 2003, 302
[1484] Pereira 2005a, 47

literária, mas foi escavado imediatamente após a conquista almorávida de 1086, quando se procedeu ao restauro das defesas, que se encontravam deterioradas[1485]. E na calle Real de Priego de Córdoba foi identificado um fosso com dimensões máximas de quatro metros e vinte e quatro de largura e um e setenta e seis de profundidade, de época omíada, possivelmente já do século VIII[1486]. Um caso lusitano é o de Salamanca, onde textos dos séculos XV e XVI fazem menção ao profundo fosso ou *caba de la cerca*, que serão pelo menos parcialmente referentes àquela nova muralha com que se englobou o arrabalde nos inícios do século XII, referenciado no foro da cidade (CLXXIII): *et quando fuer fecho el muro de la cibdat, fagamos outro muro en l'arravalde*[1487].

3.6. Adarves

As passagens de guarda, quando não eram pétreas, recorriam a um sistema de vigas de madeira, descrito por Vitrúvio (*De Arch*. 1, 5, 4)[1488]. Em grandes complexos defensivos, esta solução tinha uma utilidade fundamental, na medida em que os estrados podiam ser removidos e assim isolar grupos de atacantes que tinham penetrado a defesa. No entanto, afigura-se pouco provável que os eventuais passadiços de madeira em cidades menores se destinassem a muito mais do que a colmatar a inexistência de investimento em pedra. É muito difícil aferir que género de adarve se sobrepunha às muralhas lusitanas no Baixo Império, porque quase nenhuma delas sobrevive. *Conimbriga* constitui uma feliz excepção, ainda que apenas em pontos localizados seja possível distinguir elementos originais[1489], o que também acontece em Mérida[1490], mas nas outras cidades lusitanas é problemático reconhecer secções superiores não reconstruídas. Em todo o caso, nos muros tardios com uma largura mínima, é lógico que existisse uma plataforma contínua que permitisse a vigia, o patrulhamento ou a defesa. A muralha de Aureliano, com o seu perímetro de dezanove quilómetros, tinha seteiras ao nível do caminho de ronda, mas dispunha também de aberturas de tiro no nível superior, para colocação de catapultas[1491]. Os paralelos hispânicos eram mais modestos.

[1485] Torremocha Silva, Navarro Luengo e Salado Escaño 2002, 456
[1486] Carmona Ávila 2002, 133-134
[1487] Villar y Macías 1887, 79-81
[1488] Rowland e Howe 2002, 28
[1489] De Man 2007a, 708
[1490] Palma García 2004, 35-53
[1491] Adam 2007, 30

Tal como em *Conimbriga*, a escadaria de acesso à muralha do Cerro de la Virgen del Castillo é duplo e divergente, a partir de um primeiro silhar comum. Neste sítio, o caminho de ronda aproximar-se-ia dos dois metros e meio[1492], o que o torna um bom paralelo para aquela cidade. Esta solução distingue-se da de Lugo[1493] apenas pela maior sofisticação desta, que dispõe de um primeiro acesso axial até o nível a partir da qual a escadaria se torna dupla. O triplo paramento bizantino de Cartagena, com enchimento de terra, atingia uns onze metros de largura, e era sobreposto por um adarve de madeira encaixado na muralha[1494]. Por oposição às do Baixo Império, muitas das muralhas alto-imperiais tinham carecido totalmente de plataformas de circulação[1495], mas a nova disposição de torres em relação ao caminho de ronda permitia uma defesa eficaz através de apenas um homem por cada metro e meio de extensão[1496]. Uma questão derivada tem que ver com a existência ou não de ameias nas muralhas romanas tardias. Algumas fontes iconográficas permitem sugerir que elas, de facto, eram correntes, como se pode inferir, por exemplo, de várias cunhagens de Gordiano, ou de um baixo-relevo que depicta uma porta e as muralhas de Serdica[1497]. Outras representações mais precoces, em numismas de Marco Aurélio e Caracala, ilustram elevações regulares nas muralhas, cuja natureza não será explicitamente pétrea. Já sob os Antoninos, as recorrentes imagens urbanas sudgálicas com ameias em forma de T simbolizam o orgulho defensivo dessas cidades[1498]. No caso lusitano, são diversas as emissões com a imagem de uma porta emeritense, que surge em denários de Carísio, tal como em denários de Augusto, de Lívia e de Tibério, em que se destacam bem umas ameias prismático-quadradas, com múltiplas variantes para outras cidades do Império[1499]. É preciso recordar, contudo, a frequente estilização das portas na sua representação gráfica em moedas[1500], com perspectivas axonométricas muito irrealistas[1501]. Alguns exemplos trácios fortalecem a ideia, na medida em que dois exemplares depictam a mesma porta de Bizya, uma com e outra sem ameias, o que foi interpretado, embora sem grande fundamento, como imagens do exterior e do interior da porta, respectivamente[1502].

[1492] Fuentes e Urbiba 1999, 5
[1493] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006a, 198
[1494] Gutiérrez Lloret 1996a, 260
[1495] Luttwak 1979, 135
[1496] Bachrach 1995, 69
[1497] Biernacka-Lubańska 1982, 46-50
[1498] Thomas 2008, 110
[1499] Álvarez Martínez 2006, 242-244
[1500] De Man 2007b, 18
[1501] Fuchs 1969, 58
[1502] Donaldson 1966, 314

Isidoro de Sevilha, por seu turno, (Etym. XV, 2, 20) documentou as ameias já em contexto hispano-visigótico: *Propugnacula pinnae murorum sunt*[1503], e nalguns mosaicos, como o do minotauro de *Conimbriga*, as torres apresentam esses mesmos elementos, o que terá exprimido alguma relação com uma realidade relativamente corrente.

4. A leitura de paramentos e as suas limitações

Na maioria dos casos arriscado de utilizar como indicador cronológico, a leitura da estratigrafia vertical baseia-se em princípios análogos aos que Harris e Carandini definiram para as estruturas soterradas, resultando numa área de análise que se tem denominado por "arqueotectura". O primeiro autor focou a especificidade da superposição em estruturas verticais, pese embora um muro também estabeleça relações estratigráficas normais, ou seja, horizontais[1504]. Por seu turno, a menção de Carandini às ligações complexas entre estratos verticais e horizontais está em estreita ligação à tendência particular de os muros formarem novas cavidades[1505], ou seja, novas interfaces. No fundo, trata-se de um processo continuado de subtracção e adição, inevitável no processo evolutivo das muralhas urbanas. Contudo, esta análise requer uma contextualização particular, decomposta no seio de uma análise funcional, simbólica e espacial[1506]. O fundamento de tal raciocínio não é meramente analítico mas torna-se subsidiário de uma corrente pós-processualista, na qual a tónica se centra mais em questões de semiótica do que de funcionalismo. A determinação da causa ou do fundamento social da construção reclama, antes de mais, um preceito formalista, empírico por assim dizer. No entanto, aponte-se, na senda de Brogiolo, para a redução simplista de um registo meramente deposicional, com relações prévias e posteriores, porque *un edifizio no está constituido sólo por estratos, sino también por formas*[1507]. De facto, a arquitectura pública ainda ultrapassa, a um terceiro nível, as formas, para se situar no domínio dos sentidos; em última instância, ela devirá a *substância colectiva* de

[1503] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 231
[1504] Harris 1989, 48
[1505] Carandini 1997, 193 e 76
[1506] Blanco Rotea, Mañana Borrazás e Ayán Vila 2003, 20
[1507] Brogiolo 1995, 32

André Gutton[1508]. É preciso reconhecer, contudo, que mesmo tomando apenas a observação física de uma muralha tardo-romana, há margem para divergência interpretativa. O desconjuntar de um muro, por definição multi-estratificado, em acções individuais resulta de uma racionalização subjectiva, em particular no processo de identificação de períodos construtivos. Os princípios de Harris são genericamente aplicáveis sem necessidade de adaptações, porque se mantém o registo de elementos volumétricos e interfaciais. Ao colocar a tónica em estádios arquitectónicos que agrupam várias unidades estratigráficas, surge um padrão evolutivo da construção, mais facilmente apreensível do que o somatório das acções. Neste âmbito, Caballero Zoreda defendeu uma estratégia cronotipológica[1509], baseada no princípio de que esta não coincide necessariamente com as sequências puramente estratigráficas. Ou seja, a evolução tipológica de parte de uma estrutura pode não apresentar um mesmo ritmo que as respectivas periodizações deposicionais. No caso das muralhas urbanas, é nítido que as alterações na sua construção e transformação pouco têm a ver com ocupações particulares de espaços adjacentes, quer sejam domésticos ou públicos. Apenas ocasionalmente se verifica uma relação linear, como naquele caso conimbrigense em que uma camada em escavação continha material de um derrube parcial da muralha, possivelmente associável a um padrão no paramento adjacente, ou na detecção de lascas no núcleo, indício da adaptação de silharia no local e momento de construção. Num outro extremo, as alterações da cidade moderna e contemporânea anularam as sequências originais até o nível de base, o que aconteceu por exemplo na intervenção no Largo de S. Francisco, em Faro. Mas mesmo na maioria dos casos, em que existem adulterações estratigráficas apenas moderadas, é impossível avaliar sincronias entre a dinâmica de uma muralha e as deposições adossadas, para além do óbvio facto de haver uma ligação física de posterioridade das segundas.

Roberto Parenti[1510] distinguiu três níveis de análise arquitectónica, até a unidade mínima de Unidade Estratigráfica Murária, que no fundo englobam os mesmos cinco apresentados por Brogiolo. A primeira divisão, genérica, identifica as características globais da construção, com base num registo planimétrico. Num segundo estádio, distingue-se graficamente todas as diferenças materiais e formais, para, por fim, se

[1508] Gutton 1962, 269
[1509] Caballero Zoreda 2003, 53
[1510] Parenti 1995, 21

proceder ao registo das unidades estratigráficas. No entanto, a passagem da mera sequência à fase ou ao período obedece a critérios específicos, na medida em que a análise murária geralmente não recorre à escavação, embora na prática ela possa ser complementar, quando focada nos estratos associados. Mas as informações directas residem na descontinuidade do aparelho, isto é, na disparidade do material e na desordem do estilo[1511]. A esta análise descritiva corresponde sempre uma actividade social que, de forma isolada, é de definição impossível. Em estruturas relativamente bem isoláveis, as análises de paramento adquirem uma valência particular, porque se torna possível detectar padrões, que por maioria de razão devem menos a opções técnicas do que a diferenças de empenho e de capacidade entre pessoas. Quanto menos estandardizado o paramento, mais expressivas se tornam as discrepâncias, mas mesmo assim é legítimo duvidar do seu sentido social abrangente porque, contrariamente a depósitos involuntários com elementos datáveis, não se lida com indicadores materiais, mas sim com o próprio "depósito" em si. Foi possível detectar interessantes detalhes neste tipo de tempo curto no Bico da Muralha, na construção do qual estiveram activos diversos grupos ou pessoas. A única coordenação na elevação consistiu numa busca de horizontalidade, o que devido à construção faseada resultou em desalinhamentos de uma dezena de metros cada uma, que se vão progressivamente compensando[1512] Outro caso de análise construtiva pode ser encontrado numa das torres do sector norte de Idanha-a-Velha, que está desmontada na sua parte externa, e que oferece um corte da fundação e do interior maciço. O nivelamento da rocha foi efectuado com recurso a pedra de diferente tamanho, terminando num bloco exterior de acordo com o qual foi disposta a primeira fiada. O recurso alternado a soga e tição destaca-se nas fiadas posteriores. O próprio núcleo, maciço, também se encontra organizado num aparelhamento a seco, embora estas fiadas não tenham correspondência com a muralha, ou seja, a torre não é um mero adossamento. É provável que exista uma relação construtiva com a base semicircular de outra torre, na zona sudoeste do recinto, que também revela um contorno inicial, seguido de um preenchimento de silharia. Do ponto de vista arqueo-arquitectónico, o que importa realçar neste troço, por oposição ao exemplo prévio, é a planificação *ab initio* de fiadas modelares, que se mantêm em distâncias longas, como se documenta no espaço entre esta torre e a porta Norte. Ao longo de várias dezenas de metros, as divergências são mínimas, resultando apenas num ondulado ocasional,

[1511] Journot 1999, 137-138
[1512] De Man 2007c, 9

anulado imediatamente pela fiada sobreposta. Esta ambição foi mantida na *Morería* emeritense, onde os blocos já se apresentam unidos por um mínimo de argamassa, nos casos em que existe alternância com reaproveitamentos não inteiramente equivalentes à restante silharia. Porém, a maior parte desta muralha pré-islâmica mantém um alinhamento aparentado ao de Idanha-a-Velha, no sentido em que o aparelho a soga e tição resulta nitidamente de módulos pré-estabelecidos, através dos quais os diferentes tipos de investimento humano interferiram muito pouco no resultado final.

Outro vector desta análise arquitectónica assenta numa identificação diacrónica, baseada em relações de anterioridade e de anulação, conduzindo geralmente apenas a intervalos cronológicos tão latos que se tornam praticamente inválidos. A sua relevância evidencia-se em sítios de grandes transformações murárias, como em Coimbra ou Évora. Na primeira das cidades, a identificação de uma torre na chamada Casa das Talhas, integrada na urbanística moderna, permite apenas avançar com avaliações relativas sobre a sua datação original, que apesar da inexistência de dados cabais se presume pré-islâmica[1513]. A sobreposição mais precoce consiste num compartimento com pavimento hidráulico, e a mais tardia, prévia à conversão doméstica do espaço, reporta à obstrução do mesmo espaço, a uma cota consideravelmente superior, por um novo troço. No caso eborense, as reparações em troços muito complexos, como a extensão diante do Largo dos Colegiais, evidenciam um reiterado investimento nos mesmos alinhamentos, sem no entanto contribuir para as respectivas definições cronológicas. É perfeitamente visível que existem pelo menos quatro fases construtivas gerais neste troço, com variantes localizadas, para resolução de aspectos menores, como a integração doméstica ou a recente colocação de ameias. Embora muito relevantes para estudos urbanísticos, estas diacronias arquitectónicas apenas muito indirectamente podem conduzir à definição da muralha pré-islâmica. As fiadas mais baixas poderão corresponder a um momento tardo-romano ou visigótico, reedificado num aparelho seco a soga e tição, talvez associável a um momento califal.

[1513] De Man 2007d, 70-71

C. Topologia e lógicas geográficas

1. Transformações topológicas

Existe um primário e evidente entrave na apreciação conjunta das fortificações urbanas lusitanas, e que tem a ver com a situação puramente física de cada um dos exemplos, que mais tarde, indirectamente, levou às sucessivas transformações urbanísticas. Essa heterogeneidade causa dois desvios metodológicos, difíceis de anular: o problema da atenção selectiva, por um lado, e depois o da consideração imprópria. O presente trabalho dedica uma maior atenção a determinadas muralhas, por oposição a outras, sem que para tal exista uma razão histórica; o motivo prende-se apenas com condicionalismos actuais, de carácter perfeitamente contextual. Quanto às falhas de consideração, a avaliação feita sobre tipologias deveria, quase por definição, ser contestável, caso contrário incorrer-se-ia num hipercriticismo estéril. Mas encontra-se uma variável constante na topografia histórica, que, com excepção de algum aterro ocasional, se mantém imutável na avaliação das muralhas urbanas. De facto, com reduzidas excepções, nenhuma das muralhas tardias deixou de aproveitar, na configuração do terreno, aquelas optimizações que a expressão do urbanismo imperial entretanto fizera diluir. Onde houve reformulação, elas obrigaram a reencontrar os critérios pré-imperiais que valorizavam em primeiro lugar uma topografia de tendência defensiva, tornando mais directas as relações entre curvas de nível e linhas de muralha. O retorno a critérios proto-históricos, como se confirma por exemplo na descrição dos cercos de César às muralhas de Avárico e *Uxellodunum* (*Bel. Gal.* VII, 17-19 e VIII, 33-43)[1514], é flagrante: Cícero (*Re Pub*. II, VI, 11) chamou *nativa praesidia* a estas defesas naturais das cidades[1515], destacando a muralha primitiva de Roma, que *atravessava as colinas com escarpas abruptas por todos os lados, restando apenas uma única via de acesso*[1516]. De facto, o mais útil dos critérios para diferenciar as primeiras muralhas romanas das suas precursoras será menos o modo construtivo do que o trajecto em si[1517]. Cada novo perímetro urbano viu-se condicionado por factores históricos e

[1514] Pires 2004, 221-222 e 278-292
[1515] Powell 2006, 57
[1516] Létoublon 1987, 351
[1517] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 218

geográficos particulares[1518], e a ocasional sobreposição das novas às antigas muralhas tem apenas a ver com facilidades construtivas, havendo por vezes separações completas entre o circuito original e a sua contracção[1519], o que evidencia uma ampla indiferença conceptual nesse sentido. A própria configuração das fortificações urbanas dependia pouco da ordem para construí-la, por mais decretório que o pudesse ser. Regra geral, as políticas de planificação representavam uma causa apenas indirecta de crescimento urbano[1520], significando que não existe ligação linear com as plantas compósitas de praticamente todas as cidades tardias. Mas houve períodos em que decisões públicas muito específicas ou mesmo privadas alteraram por completo os elementos topográficos urbanos[1521] alto-imperiais, como é precisamente o caso das muralhas do Baixo Império.

1. 1. Contexto e expressão

É curioso constatar a predominante, mas talvez pouco indicadora, localização das cidades na margem direita dos rios na Lusitânia, realidade que o Império tardio já não poderia alterar. Mas a reconfiguração dos perímetros deu-se em moldes particulares, acima de tudo estimulada por um quadro articulado e regional muito mais complexo do que o quotidiano proto-histórico. Foi necessário operar não apenas sobre áreas residenciais, mas sobre a própria estrutura da macroeconomia tardo-antiga. A prévia rede de equivalências assentava muito na convenção política, enquanto o equilíbrio urbano tardio reflecte uma crescente sujeição à topografia própria de cada lugar. A validação de núcleos, em detrimento de outros, como Cáparra, *Colippo*, *Ammaia* ou *Eburobrittium*, assentava em variáveis defensivas, mesmo que não denotativas, porque o controlo de território tendia a legitimar-se dessa forma. Assim, as fortificações reflectem um estatuto factual, mais do que jurídico, manifestando-se como elemento mais monumental de um quadro de uma severa transformação urbanística. Para além das óbvias condicionantes contextuais, em muitos casos essa lógica poderá não ter sido necessariamente traumática do ponto de vista da funcionalidade urbana, ao afectar espaços privados ou monumentais obsoletos. Quanto à topografia, é de ver que apenas no seguimento de grandes catástrofes se altera radicalmente a planimetria de uma

[1518] Owens 1995, 21
[1519] Gregory 1979b, 278
[1520] Solà-Morales 1993, 50-51
[1521] Palliser, Slater e Dennison 2000, 161

cidade, e as novas fortificações aproximaram-se o mais possível das curvas de nível. A chamada *lei da persistência do plano* de Lavedan[1522] postula uma continuidade no âmago das linhas de implantação ao longo das ocupações de uma cidade. Seria por isso antes de mais o meio físico a determinar a ordenação e morfologia de uma muralha defensiva. É neste sentido que se vão sugerindo trajectos de muralhas como a de Sevilha, muito próxima da Lusitânia, cuja estrutura nunca foi identificada, enquanto o seu negativo, ou o de uma fortaleza romana, se infere através da evolução do terreno[1523]. De um modo análogo, e independentemente da existência de fortificações posteriores nos locais, deverão ser interpretados o castelo de Lisboa, o perímetro original daquilo que viria a ser a alcáçova de Santarém ou a Sé de Viseu, além do problemático caso de Faro, onde se lida, sem terreno acidentado, com severas alterações orográficas. Isto é, apesar da falta de comprovação positiva nesse sentido, justifica-se a assunção de uma muralha tardo-romana, embora desaparecida, em determinados locais. Nos sítios de encosta, independentemente das respectivas elevações terem conhecido investimento urbano alto-imperial, não é razoável imaginar uma mesma ausência em época tardo-romana e visigótica.

O mais importante critério para a criação das defesas urbanas era já, de acordo com Vitrúvio, a própria altura do local. *Estes devem ser os elementos primários para a construção das muralhas em si: primeiro que tudo, a escolha de um sítio muito saudável. Este deve ser elevado* (*De Arch*. 1, 4, 1). A insistência nesta condição topográfica é perfeitamente explícita: *a muralha deveria encontrar-se sobre precipícios* (*De Arch*. 1, 5, 2)[1524]. Por seu turno, Vegécio declarou que *as cidades e as fortalezas são fortificadas pela natureza ou pela mão humana, ou ainda por ambas, o que acaba por ser melhor. Considera-se que o são pela naureza quando se situam em pontos altos* (*Epit*. IV, 1)[1525]. No texto de Ibn Saíde sobre o Andaluz, mantém-se a ideia. *Muitas destas cidades estão solidamente fortificadas e rodeadas por muros como protecção contra as incursões do inimigo; outras, precisamente pelo mesmo motivo, são tão fortes por natureza ou tão bem fortificadas por arte como para serem sitiadas pelos cristãos durante vinte anos sem cair nas suas mãos*[1526].

[1522] Lavedan 1926, 91-92
[1523] Tabales Rodríguez 2000b, 18
[1524] Rowland e Howe 2002, 26 e 28
[1525] De Man 2006b, 124
[1526] Coelho 1972, 87

Avaliando as dinâmicas topográficas alto-medievais, destacam-se relevantes semelhanças entre as cidades, que resultam de moldes linearmente herdados das alterações do século IV, e que tiveram uma aplicação análoga nos sítios em que não houve redução de perímetro. Fundamentalmente, essas alterações consistem em mudanças muito mais adaptativas do que as aplicações modelares do Alto Império[1527]. Antes de mais, a lógica passou a assentar exclusivamente em critérios geográficos que podem ser entendidos como defensivos, sendo abandonada uma planificação optimista que consistia em recintos com preocupações de futura expansão interna. É preciso insistir no facto de, no pensamento romano, o pomério representar um conceito completamente independente das muralhas defensivas, podendo divergir do trajecto destas em qualquer pequena cidade provincial. A manutenção de um perímetro simbólico e religioso, rito aliás persistente na História[1528], é independente da cerca defensiva em si, podendo coincidir, mas apenas por motivos topográficos. Esta constatação transforma a inteira questão da retracção no terreno de perímetros tardios, libertando-a do constrangimento religioso mas não, como ficou referido, das limitações legais. Significativamente, a descrição do pomério romano, feita por Tácito, assenta em grande parte sobre linhas de água[1529], e não especificamente sobre a muralha. Esta realidade é muito nítida em Munigua, na Bética, onde ambas as necrópoles alto-imperiais conhecidas se encontram dentro das muralhas[1530], e é o pequeno curso de água que atravessa a cidade na zona Este que poderia corresponder, de facto, ao pomério, para lá do qual se desenvolveu o cemitério. Neste âmbito, um novo paradigma lusitano residiu precisamente na exclusão de cursos de riachos ou zonas planas que anteriormente se admitia dentro da cidade, indiciando com bastante fundamento uma transformação na muralha, mas também no pomério tardo-romano. Será possivelmente o caso diante da Porta de Alfofa olisiponense, onde se situavam *dois arroios* identificados pelas fontes islâmicas, correspondendo, em termos gerais, aos alinhamentos Av. Da Liberdade / Restauradores e Av. Almirante Reis / Martim Moniz[1531], originalmente dentro do enquadramento alto-imperial de Lisboa, e mais tarde

[1527] De Man e Soares 2008, no prelo
[1528] Isac 1996, 67
[1529] Anderson 2002, 205
[1530] Schattner 2003, 14 e 125-140
[1531] Sidarus e Rei 2001, 71

reintegrados em defesas cristãs[1532]. Mértola renunciou nitidamente à Ribeira de Oeiras, *Conimbriga* ao curso do vale do anfiteatro, e Idanha-a-Velha é o exemplo mais gráfico da amputação de uma grande área aplanada, abdicando nitidamente da sua ligação topográfica com o rio, que circundava os espaços mais baixos da cidade. Por seu turno, diversas disposições de terreno levaram à mera legitimação da condição exterior de uma linha de água, como a Ribera del Marco, em Cáceres, ou o Mondego, em Coimbra. Nesta óptica, as muralhas tardias poderiam, em última instância, representar a própria legitimação de pomérios, e não a sua redefinição ou ruptura.

Outro factor topológico consiste nas alterações induzidas directamente pela implantação de uma nova muralha. No imediato, a maior parte dessa mudanças é de uma natureza meramente topográfica em locais com declive, ou seja, consiste na subida da cota de circulação interna adjacente, devido ao enchimento do novo espaço negativo, que se pretendia horizontal. Esses enchimentos, cujo volume variava de acordo com o desnível, representam portanto uma continuidade interna da vala de fundação, e as muralhas passaram, de forma mais ou menos acentuada, a servir de muros de contenção. Um bom exemplo é o do anfiteatro conimbrigense, cuja anulação estabeleceu uma nova cota interna[1533]. Mas as súbitas elevações estratigráficas intra-muros não se limitam a estes espaços directamente associáveis ao momento de construção, embora todas elas se continuem a articular, regra geral, com a nova delimitação amuralhada. Os grandes depósitos irregulares que surgem desde o século IV no interior das cidades são entendidos como factores ruralizantes, e geralmente associados a um contexto alto-medieval, com diversos paralelos hispânicos[1534]. Mesmo em contextos urbanos mais setentrionais existem grandes níveis de "terras negras" em relações intermédias, separando o mundo antigo do medieval[1535]. Porém, tais níveis arqueológicos, quer resultantes de dejectos domésticos, quer de actividade agrícola intra-muros, encontram a sua massificação já em ambientes baixo-imperiais, precisamente na sequência das novas áreas criadas pelos recintos defensivos. Tem sido possível constatá-lo em diversas ocasiões em escavações de *Conimbriga*, onde o século V já se começou a desenvolver muito acima dos níveis domésticos e públicos imperiais[1536]. É de ver que a actividade

[1532] Azevedo 1900, 223
[1533] De Man 2006/2007, 59-67
[1534] Gutiérrez Lloret 1993, 13-35
[1535] Galinié 2006, 107
[1536] De Man 2006c, 129-140

agrícola no interior de muralhas sempre tinha sido uma realidade romana, e não corresponde especificamente à desarticulação do urbanismo imperial, antes da transição para o alto-medievalismo acentuar essa dinâmica[1537]. Uma *insula* pompeiana funcionava como uma única e enorme vinha[1538], o que só por si anula o pressuposto que adscreve as hortas tardo-antigas a um novo contexto de promiscuidade agro-doméstica. Atenas medieval manteve "campos" dentro dos limites da chamada muralha imperial, construída pouco depois do ataque de dos Hérulos, em 267[1539]. Por outro lado, a pressão imobiliária tardia, associada a um afrouxamento na implementação das normas restritivas patentes no Código de Teodósio, levou àquela realidade que ainda hoje é confundida com uma maior concentração populacional[1540]. Pelo contrário, as paisagens urbanas tardias são interpretáveis apenas quando tomadas como palco demográfico, é certo, mas também como locais administrativos, eclesiásticos e comerciais, além de representarem fortalezas e refúgios[1541], e a progressiva heterogeneidade das transformações domésticas deveu-se antes de mais a um novo panorama social, sem inferência quantitativa possível. Existem portanto evidentes relações de continuidade entre a cidade amuralhada imperial e a alto-medieval, em matéria de topografia e disposição geral das intra-estruturas defensivas. Na transição do século V, o factor primordial não era o da distribuição episcopal, cuja implantação em cidades específicas era uma mera consequência do potencial defensivo e ostentatório, determinante no panorama pós-imperial. Sítios como *Pisioraca*, acampamento da *IIII Macedonica*, voltariam a conhecer, após um certo declínio baixo-imperial, uma importante ocupação militar em época visigótica[1542], o que representa uma das múltiplas demonstrações da constância na utilidade estratégica de determinadas geografias militares. A lógica encontra declinações claras no controlo do Noroeste, e na permanente relevância militar das cidades até o final do reino suévico. Idêntica realidade se depreende, a partir do relato idaciano, para a Lusitânia. Numa perspectiva não demasiado abusiva, terá sido precisamente o urbanismo tetrárquico que acabou por forjar um nítido proto-medievalismo, sobre o qual se viria a sustentar a rede urbana da Alta Idade Média. Nos territórios peninsulares orientais de *Tudmīr*, as mais precoces referências islâmicas a cidades confirmam uma absoluta coincidência com as antigas urbes romanas

[1537] De Man e Soares 2008, no prelo
[1538] Jashemski 1979, 201-202
[1539] Kazanaki-Lappa 2002, 643-644
[1540] Southern 2001, 260
[1541] Fehring 1996, 157
[1542] Pérez González, Arana Montez e Pérez González 1981, 162

fortificadas[1543], e não há razões para acreditar que se trate de uma excepção no panorama hispânico. Tal como noutros sítios hispânicos ocidentais[1544], as circunscrições das cidades lusitanas terão sofrido alterações apenas moderadas antes da viragem do milénio. No entanto, nessa continuidade física reside uma diferença fundamental, que se prende com as funções primárias da cidade, com as quais se correlaciona, de forma intrínseca, a sua fortificação. As sedes de *civitas* tinham sido antes de mais capitais políticas, enquanto as primeiras cidades medievais se caracterizam principalmente em termos socio-económicos[1545], subsistindo apenas aquelas que demonstravam relevância militar.

Surge assim um padrão na implantação defensiva urbana na Lusitânia, em aparente oposição às *civitates* que não conheceram esse investimento, mas que mesmo assim continuavam perfeitamente funcionais na tardo-antiguidade, e por inerência detinham uma função definida no campo defensivo. Dois exemplos podem indicar a relativização de um quadro demasiado rígido, possivelmente deturpado por falta de informação refinada para os séculos IV e V, e que evidencia persistências funcionais apenas interpretáveis com base em condições geográficas favoráveis. *Ammaia* representa uma paróquia emeritense cuja muralha augustana[1546] parece ter sofrido sucessivas reparações pós-romanas, visível em particular na Porta Sul, em cuja torre oriental foram recuperados dois colunelos visigóticos[1547]. A mesma porta, em particular a torre oeste, teve ocupação islâmica efectiva, e à torre este foi adossada uma estrutura, o que, em associação a cerâmica pintada, levou à ideia de uma pequena guarnição islâmica a guardar a entrada da cidade[1548]. Por seu turno, o troço de muralha descoberto no Castelo de Gaia, por conseguinte ainda em território lusitano, parece definitivamente alto-imperial, mas o sítio teve ocupação contínua até o século VII; algumas estruturas do Baixo Império, associadas a TS Clara D (Hayes 59, 61 e 67) e tardo-antigas (TS paleocristã negra e TS C Hayes 104 e 105), reaproveitaram parcialmente a muralha existente[1549]. Com base nestes elementos mais tardios, encontrados sobre um nível de abandono baixo-imperial, torna-se interessante a interpretação de uma série de buracos

[1543] Gutiérrez Lloret 1996a, 223
[1544] Ladero Quesada 1989, 51
[1545] Palliser 2000, 19-20
[1546] Pereira 2005a, 42
[1547] Pereira 2005b, 67-68
[1548] Oliveira e Pereira 2005, 75
[1549] Carvalho e Fortuna 2000, 160 e 162

rectangulares, quadrados e subrectangulares como sendo o negativo de uma paliçada alto-medieval[1550]. O topónimo é referente a um castro, e não a um castelo português[1551], contextualizando desse modo um povoamento defensivo de matriz essencialmente romana, acima de tudo considerando a posição topográfica dominante. Aliás, o núcleo funcionou nitidamente como último reduto dos Suevos em mais do que uma ocasião[1552], o que pressupõe existência e manutenção de defesas urbanas na margem lusitana da foz do Douro. De recordar a referência à fortificação de *Portucale castrum antiquum* no *Parochiale* suévico, topónimo eventualmente transformado em *Ceno* ou *Caeno* no século VI ou VII[1553], que pode reportar ao desenvolvimento sincrónico de fortificações em ambas as margens do Douro, desde os inícios da ocupação romana[1554]. Esta ideia seria reforçada pela identificação de uma possível muralha baixo-imperial no Porto, de construção anterior a um incêndio do século V[1555]. Em todo o caso, o provável retorno à curva de nível alto-imperial em Gaia, a *Bila Bona Caia* das fontes árabes[1556], reforça a ideia de uma manutenção de uma estrutura defensiva em época romana tardia. As estruturas perpendiculares, e a implantação doméstica externa à muralha também não apontam necessariamente para uma hipotética inutilização[1557].

A integração de monumentos públicos redundantes, quase sempre anfiteatros e arcos honoríficos, nos anéis defensivos é um fenómeno tetrárquico, com numerosos paralelos africanos (*Tevestis*, *Ammaedara*, *Tuburbo Maius*, *Togga*, *Sufetula*[1558]), gálicos (Tours, Périgueux, Amiens, Arles, Trèves, Reims, Besançon[1559]) e outros bastante mais setentrionais, como em Trier[1560], na *Gallia Belgica*. Quanto aos espectáculos anfiteatrais, e embora se mantivessem em Mérida[1561] e, segundo o gráfico relato de Santo Agostinho sobre a perdição de Alípio (*Conf.* VIII, 13)[1562], também em Roma, as *venationes* tinham terminado já para a maioria das pequenas *civitates* lusitanas. No século IV, elas consistiriam em encenações com fauna local, como lobos ou touros. Em

[1550] Carvalho 2003, 829
[1551] Silva 1984, 48
[1552] Maciel 2007, 228
[1553] Alarcão 2005, 305-306
[1554] Quiroga 2004, 94
[1555] Real e Távora 1987, 71
[1556] Domingues 1997, 104
[1557] Carvalho 2003, 892
[1558] Gómez 2005, 6
[1559] Bedon, Chevallier e Pinon 1998, 104-105
[1560] Gwatkin 1933, 7
[1561] Jiménez Sánchez 1998, 567-568
[1562] Bassols 2008, 286-287

consequência, sítios com fortificação urbana contemporânea serviram-se dos monumentos obsoletos, como é óbvio em *Conimbriga*, e provável em *Aeminium*[1563]. O fenómeno era corrente[1564]. Juliano de Toledo (*Hist.* 18), em finais do século VII, referiu um ataque a Nîmes, descrevendo a queda do perímetro urbano nos seguintes termos: *incapazes de resistir ao feroz valor dos nossos combatentes, os inimigos retiraram para o anfiteatro, que é envolvido por uma muralha mais maciça e por defesas antigas*[1565]. Quanto à Antiguidade Tardia, algumas fortalezas de época visigótica eram adaptações de fortificações anteriores, construídas nalgum canto[1566], como em *Conimbriga*[1567], com alguns precedentes na Gália do século IV[1568], mas acima de tudo com flagrantes paralelismos crono-tecnológicos com o mundo oriental. *Tetrapyrgium* e *Cholle*[1569] são dois dos muitos exemplos de um modelo bizantino de inícios do século VI, consistindo num fortim dentro de um *vicus* já de si fortificado. É evidente que grande parte dos fortes do período tardio se adaptou mais facilmente à topografia, dominando o terreno[1570]. No Norte de África, a mesma lógica ressurge nas adaptações bizantinas em Tebessa, Timgad, Djemila ou Sbeitla[1571]. Este tipo de recurso, já visível, aliás, nalguns sítios menores do Baixo Império[1572], e principalmente no acampamento tetrárquico da legião *I Illyriocorum*, em Palmira[1573], parece um prelúdio directo daquilo que redundaria na alcáçova islâmica, e cuja concepção se apoia num precedente bizantino, com prévia aplicação visigótica na Lusitânia. É preciso apontar que a Gália setentrional tardo-romana também conhecera a fortificação de pequenas áreas dentro da cidade, excluindo a restante área urbana[1574], ainda que não se conheça tradução lusitana dessa ideia para o século IV. Por seu turno, Merobaudes destacou que os Visigodos tinham adquirido a capacidade de defender as cidades do Império romano, *e as suas cidadelas interiores*[1575], o que aponta para aquele fenómeno de aquartelamento urbano de época visigótica que na Lusitânia é provado arqueologicamente em *Conimbriga*. Nesta antiga província, a construção de um fortim na arquitectura defensiva urbana do século VI

[1563] De Man 2006d, no prelo
[1564] De Man 2006/2007, 59-67
[1565] Martínez Pizarro 2005, 205
[1566] Siffre 2002, 56
[1567] De Man 2007c, 3-14
[1568] Grenier 1946, 376-377
[1569] Ulbert 2007, 89
[1570] Johnson 1983, 40
[1571] Roskams 1996, 45-47
[1572] Luttwak 1979, 166
[1573] Isaac 1990, 165-167
[1574] Hill e Wileman 2002, 73
[1575] Bachrach 1995, 65

apenas surge como evidente no caso citado, que não foi afectado por investimento islâmico claro, o que pode significar, precisamente, que as alcáçovas das restantes cidades se sobrepuseram aos seus protótipos visigóticos, documentados apenas pelas literatura, ou que pelo menos se substituíram a eles. O caso de *Aeminium* / *Qulyumbria* por enquanto não comprova esta hipótese, visto que a área escavada regista o *qasr* construído sobre uma zona residencial romana[1576]. No entanto, afigura-se necessário conceber uma cidadela fortificada de época tardo-antiga numa capital visigótica como Coimbra, e caso o investimento tecnológico tenha sido equivalente ao de *Conimbriga*, deixaria poucas marcas físicas após as construções islâmicas.

Do ponto de vista da sua implantação e formato, os primeiros castelos omíadas foram claramente baseados em fortalezas bizantinas ou romanas tardias. Como também notou Valdés Fernández, a própria alcáçova de Mérida é, no fundo, uma fortaleza de tipo bizantino[1577], de resto muito aparentada à de Sevilha[1578], na antiga Bética. A de Coimbra reporta à mesma crono-tipologia[1579], e será de procurar nesta matriz uma influência tardo-antiga oriental, de raiz necessariamente romano-bizantina. Também nos exemplos de Mshatta, no deserto sírio, e de Khirbat al-Minya, na Galileia, denota-se de facto uma claríssima continuidade pré-islâmica no que toca às fortificações[1580]. A construção almóada geralmente mais não fez do que legitimar os perímetros existentes; apenas sob influência almorávida viria a generalizar-se uma nova lógica na fortificação urbana, que se traduziu na implantação de uma cidadela, a *qasba* ou alcáçova e na súbita recuperação de torres de forma poligonal, bem visível em Faro[1581], Silves[1582], Cáceres e Mérida. Mas é óbvio que os primitivos redutos islâmicos copiavam ou adaptavam modelos prévios. A principal razão para esta realidade reside na reduzida personalidade arquitectónica islâmica durante o século VIII, mas também no carácter militar dos contingentes que ocuparam a Hispânia[1583]. Por exemplo, é curiosa a suposta ausência da barbacã na arquitectura defensiva tardia ocidental, enquanto que a Antiguidade Tardia do Oriente tinha uma boa familiaridade com antemuros defensivos[1584], pelo que o seu

[1576] Pimentel 2005, 151
[1577] Valdés Fernández 1995, 283
[1578] Tabales Rodríguez 2000b, 16
[1579] Pimentel 2005, 149
[1580] Kühnel 1966, 38-40
[1581] Pavón Maldonado 1993, 127
[1582] Gomes 2006, 8
[1583] Tabales Rodríguez 2000a, 1078
[1584] Elton 1997, 162

desenvolvimento peninsular, embora transfigurado por moldes califais, seria porventura ainda de tipologia bizantina. Refira-se, a este respeito, a origem conceptual da torre albarrã, uma solução arquitectónica tipicamente medieval, nomeadamente nas defesas urbanas muçulmanas e depois em exemplos mais tardios, cristãos, como em Lagos[1585], no Algarve, ou mesmo em contexto britânico[1586], mas que é já referida, de modo explícito, por Vegécio (*Epit*. IV, 4)[1587].

Deve ser insistido no carácter não inteiramente obsoleto das estruturas defensivas tardias após a introdução das armas de fogo, já que continuaram a servir de barreira pelo menos topográfica até à contemporaneidade, em múltiplas ocasiões. Os sectores ocidentais, não restaurados, da muralha aureliana viriam a servir as defesas de Garibaldi durante oito dias, em 1849[1588], enquanto que a Legião Estrangeira, na mesma época, fazia uso das fortalezas romano-bizantinas, que ainda estavam num estado de funcionalidade capaz no Norte de África[1589]. Uma década depois, a porta romana de Perugia seria tomada pelas tropas pontifícias do coronel Schmidt apenas com recurso a fogo de artilharia[1590]. A tendência moderna de afastar as muralhas para os subúrbios, como em Évora ou Faro, não era generalizada, e mais que uma cerca romana foi restaurada[1591], por ser considerada um perímetro aceitável na guerra de artilharia moderna.

1.2. Áreas e retracção de perímetro

Se bem que a tendência geral de retracção de perímetros seja um modelo amplamente invocado, vários sítios lusitanos conservaram a sua área intra-muros alto-imperial durante a Antiguidade Tardia, numa lógica que não carecerá totalmente de um sentido ostentatório. A retracção de muralhas pode dever-se igualmente a uma *opção de falsa economia*[1592], na qual não existe qualquer relação com a força da guarnição ou com a importância do que se pretende englobar. Se é certo que uma cidade com nova muralha

[1585] Correia 2002, 88
[1586] Burrows 1996, 329
[1587] De Man 2006b, 125
[1588] Trevelyan 1910, 210
[1589] Porch 1992, 101
[1590] O'Clery 1892, 94
[1591] Gat 2008, 465-466
[1592] Keegan 2006, 192

possa ter adquirido um certo tipo de prestígio, e que outras, mesmo com muralhas alto-imperiais, viriam a atrofiar no enquadramento tardio, não é menos verdade que as grandes capitais poderiam realçar a sua supremacia cultural e administrativa através da boa conservação de antigos limites urbanos. Tanto no Mediterrâneo como na Gália atlântica e nas antigas províncias e germânicas houve perímetros que não se reduziram. Ao lado de uma tendência de contracção, no âmbito da qual Viena passou de 200 ha. para apenas 20, Autun de 180 para 12 (ou para 60[1593]), e Bourges de 100 para 22 surgem, de facto, cidades limítrofes que mantiveram a sua área clássica, tal como Trier (285 ha.) e Colónia (90 ha.)[1594]. Na prática, porém, são múltiplos os exemplos de redução, o que leva a considerar uma tendência generalizada nesse sentido, condicionada por razões de espaço e, em sentido lato, de economia. Na Hispânia, a maior parte das muralhas urbanas acabou por englobar espaços muito mais pequenos do que as precedentes, estabilizando em torno de uma área optimizada, que raramente atinge os vinte hectares[1595]. Recópolis, construída de raiz, sem condicionantes de vulto, representa uma boa confirmação dos novos cânones, não ultrapassando os quinze hectares[1596], espaço que, a título de comparação, se aproxima dos grandes acampamentos militares cesarianos e alto-imperiais[1597]. É um fenómeno global, repetido na Gália[1598], embora no Oriente se destaquem os exemplos teodosianos de Antioquia e Eudócia[1599], que aumentaram os perímetros sob a dinastia de Teodósio. Uma terceira excepção é a própria Constantinopla, cuja muralha pré-constantiniana foi reforçada e aumentada segundo o registo de Malalas (319-20)[1600], com Teodósio II, nos inícios do século V, a ampliar ainda mais o perímetro da cidade[1601]. Mas, tal como no Ocidente, todas as outras cidades bizantinas tinham uma área muito mais pequena do que as alto-imperiais. Cyril Mango indicou o caso de Dara, a maior delas todas, que tinha um diâmetro máximo de mil metros, e que era descrita como sendo uma cidade muito grande[1602]. Na Península Ibérica, um dos exemplos melhor documentados é o de Astorga, com 27 hectares[1603], construída nos finais do século III como se documenta na

[1593] Elton 1997, 168
[1594] Liebeschuetz 2003, 83-84
[1595] Santos Yanguas e Roldán Hervás 2006, 425
[1596] García Moreno 1989, 256
[1597] Fichtl 2007, 301
[1598] González Blanco 1996b, 165
[1599] Gregory 1979a, 21
[1600] Bassett 2004, 41
[1601] Cameron 1993, 13
[1602] Mango 1975, 27
[1603] Mañanes 1983, 16

zona da Puerta Romana, sucessivamente reformulada até o século VI[1604], numa cidade que, devido à sua dimensão, viria a ser a base de operações suévica antes da batalha do rio Órbigo[1605]. A muralha insere-se, pois, no precoce grupo do Noroeste, onde se criaram de resto perímetros muito mais amplos do que seria de esperar em cidades de tamanho médio, de romanização recente[1606]. As que mantinham as maiores áreas eram Saragoça (60 ha.), Córdova (50 ha.) e Mérida (49 ha.)[1607], enquanto a expressão tardo-romana de Braga foi calculada em 38, 6 ha.[1608], por oposição a uma área original de 48 ha.[1609]. Mas já foi notado que na zona portuguesa entre o Tejo e o Algarve se encontra uma inesperada uniformidade, onde as cidades ocupam quase todas entre seis e sete hectares, um perímetro de mil metros e dois a três mil habitantes, nos séculos IX a XII[1610]. São os casos tardo-romanos, reconvertidos, de Évora[1611], Beja, Mértola ou Faro, mas também os recintos islâmicos de Santarém, Elvas, Alcácer do Sal e Silves. Esta, aquando da Reconquista, tinha oito hectares, enquanto que Faro, na mesma época, era praticamente semelhante, com sete hectares[1612]. As estimativas para as áreas de ocupação de cidades lusitanas sem perímetro alto-imperial ou tardio definido, como *Mirobriga*, que teria dez a doze hectares[1613], ultrapassando muito a área do primitivo aglomerado pré-romano no Castelo Velho[1614], são condizentes com esta realidade, se considerarmos que *Conimbriga*, após ter sido reduzida a metade da sua área original, mantinha nove hectares de espaço intra-muros[1615]. As áreas variam de acordo com as fontes, e os 23 hectares de Beja[1616], por exemplo, parecem muito optimistas. Idanha-a-Velha apresenta um perímetro de setecentos metros e apenas 3 ha.[1617], enquanto Cáceres, com um perímetro de 1172 metros, encerra 8, 68 ha.[1618], e Coria não atinge mais do que 6, 5 ha[1619]. O perímetro romano de Viseu, condizente com a sua relevância alto-medieval, conta com mais de treze (13, 1) hectares. A área máxima de Coimbra,

[1604] Burón Álvarez 2006, 308
[1605] Muñoz 2003, 48
[1606] Fernández Ocoa e Morillo Cerdán 1992, 347
[1607] Liebeschuetz 2003, 90
[1608] Lemos, Leite e Cunha 2007, 334
[1609] Martins 2005, 156
[1610] Macias e Torres 2001, 99-112
[1611] Pavon Maldonado 1993, 28
[1612] Amaral 2002, 42 e 59
[1613] Barata 2001, 16
[1614] Fabião 1998, 233-235
[1615] De Man 2006d, no prelo
[1616] Silva 2007, 107
[1617] Macias e Torres 2001, 102
[1618] Matas Cascos 1996, 261
[1619] García Moreno 1989, 256

contrariamente a algumas propostas que pretendem aproximá-la dos vinte e cinco hectares, não terá ultrapassado muito os vinte; um cálculo razoável centra-se nos 20, 2 ha. Caso se tome a eventual inflexão tardia após Almedina, em direcção à Sé, e dali até à cota superior da Couraça dos Apóstolos, o valor da área será menor do que dezoito hectares e meio, oscilando em torno dos 18,4 hectares. Não é um espaço excessivo para uma grande capital regional, representando aliás uma equivalência quase exacta com a vizinha *Conimbriga*, antes da redução desta, e com *Olisipo*, que em vez dos trinta hectares tradicionalmente referidos se poderá ter aproximado, no cálculo mais reduzido possível, excluindo zonas como o castelo de S. Jorge, de quase metade dessa área[1620].

Reduções de perímetro fortificado consistem em alterações de natureza aritmética, ao afectar o trajecto da muralha em si. No entanto, esse tipo de cálculo permite, em simultâneo, gerir áreas numa lógica exponencial, na medida em que a razão entre o traçado e a zona mantida intra-muros é multiplicadora. Num sentido inverso, a expansão medieval de algumas muralhas aumentou para o dobro o perímetro urbano, passando a englobar uma área quatro vezes maior. Ou seja, as necessidades defensivas apenas duplicavam, enquanto que o espaço interior quadruplicava[1621]. A constatação desta lei da geometria pode ter estado na base da manutenção de muitas muralhas em zonas planas, como Mérida, Beja ou Évora, na medida em que grandes renúncias de área não correspondiam a uma acentuada redução de recursos defensivos. Apenas com cortes drásticos poderia ser atingido um resultado que fizesse diferença útil, como é o caso em Idanha-a-Velha. Noutros locais, a topografia permitia um compromisso mais razoável para uma redução de perímetro. Em *Conimbriga* bastou legitimar dois declives, construindo um troço no local menos distante entre ambos. Outras cidades de colina aplanada, como Coria, Cáceres e Coimbra, não terão considerado viável sacrificar parte do planalto. Nos sítios com maior inclinação interna de terreno, não se parece ter imposto uma tendência, mas sim uma adaptação sectorial: Lisboa manteve, ao que tudo indica, uma boa parte das muralhas que circundam a elevação e fazem a ligação ao porto, tendo havido, em simultâneo, reduções sectoriais na cidade, tanto a Oriente, observável no Pátio da Murça, como a Ocidente, na Porta do Ferro, onde persistem indefinições quanto à época dessa alteração.

[1620] Silva 2005, 21
[1621] Bachrach 2000, 89

Um elemento comum aos novos recintos amuralhados é a ligação com depósitos de água potável, na qual as fontes insistem muito (*Epit*. IV, X)[1622], e em particular a adaptação de criptopórticos em cisternas urbanas. Não sendo uma solução ocasional, difunde-se por todo o Mediterrâneo, com um excelente exemplo junto à *Via Salaria*, na própria Roma[1623]. Uma questão pertinente terá que ver não apenas com a dinâmica de reconversão funcional em si, mas igualmente com a associação a espaços públicos cristianizados e, num sentido integrado, às obras de fortificação urbana. Há dois bons exemplos lusitanos desta realidade. Em Mértola, o *forum*-alcáçova assenta num criptopórtico reconvertido em cisterna[1624]. Esta transformação utilitária, do século III, foi por seu turno adaptado, na centúria seguinte, com uma definida finalidade litúrgica; uma piscina octogonal foi reutilizada como baptistério, complementar à basílica cristianizada do *forum*[1625]. O paralelo cultural com *Conimbriga* é exacto, ainda que sem fase termal. De facto, já tinha sido referido que a cisterna da ala oriental do criptopórtico conimbrigense se encontra em conexão directa com um edifício de culto cristão com necrópole, e que a anulação do depósito de água é contemporânea de uma segunda necrópole, mais tardia[1626]. Tal como no criptopórtico da Rua da Prata, em Lisboa, talvez convertido em depósito de água numa fase romana terminal[1627], não há ligação directa com as respectivas muralhas tardias, mas apenas com as transformações urbanas correspondentes às novas defesas. Ainda assim, algumas instalações hidráulicas imperiais apresentam uma relação com as muralhas lusitanas, nomeadamente as termas do Sul em *Conimbriga*, e também as que, parcialmente escavadas sob a Câmara Municipal de Évora, se estenderão por baixo da plataforma da Praça do Sertório. Muitas estruturas pós-romanas situam-se imediatamente junto às cercas, como os banhos públicos de Silves[1628], ou ainda os aljibes de Cáceres e do Castelo dos Mouros, em Sintra. Também em Coimbra existe uma série de cisternas encostadas à muralha[1629]. Outros dispositivos de armazenamento intra-muros de água podem consistir em poços ou minas de água já alto-medievais, como em Mérida[1630]. Nesta cidade, o aljibe que se

[1622] De Man 2006b, 128-129
[1623] Pavia 1985, 178
[1624] Macias 1996, 53
[1625] Torres 1995, 263
[1626] De Man 2005a, VI 1-4
[1627] Fabião 1994, 69
[1628] Gomes 2006, 8
[1629] Filipe 2006, 337-357
[1630] Mora-Figueroa 2006a, 33

situa dentro da Alcazaba é, em sentido estrito, um poço oblíquo que subtrai águas subterrâneas filtradas do Guadiana[1631], razão pela qual se localiza junto às muralhas da fortificação. É neste enquadramento que se consubstanciam algumas barbacãs lusitanas[1632], numa busca de protecção de água potável.

1.3. O espaço extra-muros

Considerando o papel estruturante de uma muralha defensiva na urbanística romana, destaca-se que ela passa a integrar uma nova correlação de elementos. Os espaços urbanos articulam-se não apenas em sua função, mas são entendidos numa nova lógica de sintaxe urbana, na qual uma muralha não alude, primordialmente, à fortificação, mas sim à conjugação de planos sociais, económicos ou arquitectónicos. Na prática, esta consideração traduz-se, para referir algumas linhas de progressão metodológica, na necessidade de valorizar funcionamentos privados e públicos, ou de distinguir a relevância de estruturas secundárias, em planimetrias que poderiam induzir a falsas homogeneidades. As continuidades topográficas, embora obedecendo a matrizes de continuidade, apenas raramente correspondem a uma perpetuação cultural. E a aparente desarticulação do vigor edilício hispânico, tanto em sítios com redução de perímetro baixo-imperial como em cidades cuja muralha prévia se manteve, traduziu-se, logo desde o século IV, na existência de um habitat pouco coeso[1633]. É verdade que a cidade tardia não vive apenas dentro das suas muralhas, e que os arrabaldes detiveram sempre um relevante estatuto jurídico e social. A vinculação dos *suburbia* a edifícios de culto ou também a cemitérios intra-murais é um fenómeno amplamente disseminado, descrito por Gutiérrez Lloret[1634]. O crescente carácter poli-nuclear afastava uma concepção de cidade romana, classicamente orientada segundo um centro simbólico e cívico. Na verdade, mesmo o período imperial precoce presenciara a implantação de diversas praças públicas complementares aos *fora* em cidades provinciais do Ocidente, o que lhes permitiu uma dispersão funcional em matéria comercial ou cívica, por exemplo, resultando numa espécie de policentrismo[1635]. Mas esses espaços sustentavam um

[1631] Alba Calzado e Feijoo 2005b, 162
[1632] De Man 2005b, 16
[1633] Gutiérrez Lloret 1996b, 57
[1634] Gutiérrez Lloret 1993, 14
[1635] Kleinwächter 2001, 338-339

sistema urbano articulado, numa expressão diferente da que se viria a manifestar no Baixo Império, quando os diferentes pólos atraíam em detrimento dos restantes, por assim colocar a questão. Logo desde época paleocristã, os núcleos imediatamente extra-muros começam a adquirir traços de urbanidade, nalguns aspectos até mais nítidos do que os espaços internos, por não se encontrarem contraídos pela muralha. Em época medieval, tanto os caminhos de acesso como as ruas internas eram ladeados por um mesmo tipo de construção[1636], demonstrando a importância dos subúrbios e da sua orgânica complementar. Frézouls[1637] aduziu vários trechos dos Digestos de Paulo e Marcelo, cujas concepções de cidade oscilavam entre apenas áreas *quae muro cingeretur* ou então o conjunto da mancha habitada, incluindo todo o espaço exterior, o que demonstra uma integração semelhante na Antiguidade. O facto de o subúrbio possuir uma utilidade manifesta e definida, ordenada em função do novo equilíbrio entre referências topográficas clássicas, axiais e ortogonais, e os novos núcleos cristãos, revela que, também ele, é uma zona inteiramente urbana. Assim, as muralhas encerram uma cidadela, mas não definem uma zona habitacional, nem limitam expansões de natureza diversa. Foi, entre outros, García Moreno quem assinalou que um perímetro urbano reduzido não equivale necessariamente a uma diminuição demográfica[1638], embora os dados concretos nas cidades tardo-antigas não sejam realmente esclarecedores nesse sentido[1639], podendo ser interpretados de formas distintas. A implantação de muralhas determinou espaços manufactureiros imediatamente exteriores, como em Lugo[1640] e em *Durobrivae*[1641], onde esta área se revelou mais ampla do que a própria zona residencial. Comum ao mundo antigo e medieval, as actividades de transformação de metal também se localizavam numa zona periférica, de preferência junto a um curso de água[1642]. Diversas leis islâmicas proíbem especificamente a instalação de espaços manufactureiros dentro das cidades[1643]. No entanto, há muitos exemplos de oficinas metalúrgicas no mundo baixo-imperial e tardo-antigo que se mantinham não apenas intra-muros mas diferenciavam-se também pelo seu aparente carácter doméstico[1644], e muitos trabalhadores rurais hispânicos viviam

[1636] Andrade 1987, 63
[1637] Frézouls 1987, 382-383
[1638] García Moreno 1999, 10
[1639] Ward-Perkins 1996, 146-148
[1640] Alcorta Irastorza 2001, 407-409
[1641] Dark 2001, 26
[1642] Andrade 1987, 76
[1643] Valdés Fernández 1985, 334
[1644] De Man 2006c, 129-140

dentro da cidade[1645]. A expressão doméstica e comercial correspondente apenas em raras ocasiões coincide com as curvas de nível óptimas, resultando numa discrepância com limites administrativos existentes[1646]. Aliás, trata-se de um fenómeno mais vasto de contracção da cidade, em direcção aos módulos proto-medievais, caracterizados por um burgo militar e administrativo, com anel circundante de habitação e comércio.

Um severo problema de apreciação entre os elementos da "topografia cristã" com as muralhas tardias reside na incerteza cronológica dos diversos elementos em conjugação nos séculos IV e V, que, no limite, poderiam ser anteriores a edifícios de culto mais ou menos contemporâneos[1647]. A retracção dos perímetros representou um fenómeno que, de um ponto de vista sequencial, precede muito pouco a instalação de basílicas nas imediações exteriores das novas muralhas, mas amiúde dentro das antigas, sempre sobre uma via de acesso. No século IV, Libânio (*Orat.* 30. 5) afirmava que, a seguir à construção das muralhas, as primeiras edificações a serem erigidas eram os locais de oração[1648]. A relação entre os mais precoces centros de culto cristão e as muralhas urbanas é muito nítida, quer eles se situem do lado interno, o que é muito comum no século IV ocidental, numa eventual tradição judaica[1649], quer, mais tarde, no exterior. Há inúmeros exemplos nas províncias ocidentais de basílicas construídas imediatamente extra-muros[1650], e tanto no sul da Gália como na Hispânia essa localização, apenas as mais tardias das quais regressariam para o espaço intra-muros[1651], poderá ter que ver com a desafectação e recuperação de outras estruturas[1652]. Para a Lusitânia, veja-se o caso de Mértola, onde se escavou um complexo basilical com três naves e duas ábsides opostas, e uma necrópole associada com epitáfios do século V ao VII[1653]. Também em *Conimbriga* existiu, com toda a probabilidade, um núcleo religioso paleocristão, embora não no sítio em que tem sido imaginado, isto é, sobre a antiga *domus* de *Tancinus*[1654]. Este local foi, de facto, uma igreja alto-medieval com cemitério, datado do século XI[1655], mas não parece ter-se gerado sobre uma basílica prévia[1656]. Já houve por diversas

[1645] Sillières 1993, 224
[1646] Frézouls 1987, 374
[1647] Wataghin, Gurt i Esparraguera e Guyon 1996, 31
[1648] Caseau 2001, 23
[1649] Wolff 1995, 1305
[1650] Rich 1996, 85-86
[1651] Mateos Cruz 2005, 58
[1652] Guyon 2005, 21-22
[1653] Torres e Silva 1989, 96-97
[1654] Maciel 1992, 477-478
[1655] De Man, Martins e Soares 2008, no prelo

vezes oportunidade de referir o epitáfio do século VI achado na actual igreja de Condeixa-a-Velha, dentro da muralha pré-flaviana e sobre a via para *Aeminium*[1657]. Também em sítios sem redução de perímetro assiste-se a uma disposição deste tipo. A basílica de Santa Eulália de Mérida, sobre um prévio edifício martirial[1658], é uma construção peri-urbana, e essa localização deve-se, obviamente, a uma preferência e não a um condicionalismo pré-existente, como poderia ser admitido nas cidades com retracção da área amuralhada. Na Hispânia, a relação dos edifícios cultuais com as muralhas é inconstante, contrariamente à realidade italiana[1659], e de qualquer forma pode ser apenas aparente, na medida em que se torna impossível avaliar com rigor a dinâmica económica dos espaços envolventes[1660].

2. Cidades

2.1. Viseu

Principalmente após as recentes descobertas na Rua Formosa de Viseu, a eventualidade de uma ligação entre algumas cidades do Norte lusitano e as do território da Galécia passou a constituir uma boa hipótese de trabalho. Na verdade, algumas premissas dessa hipótese já se tinham revelado há muito nas torres semicirculares de Idanha-a-Velha, tratando-se então de um caso isolado e pouco definido no panorama a Sul do Douro, que poderia não espelhar actividade tetrárquica[1661]. A torre viseense, na sua articulação com camadas baixo-imperiais sobrepostas e com a muralha prévia, veio a constituir um elemento firme, passível de ser interpretado numa coerência territorial, combinando directamente com Idanha e, num sentido mais amplo, com a dinâmica que se manifestou na Galécia em finais do século III. Nesta óptica, e por referência às demais cidades lusitanas, tratar-se-ia de uma efectiva vanguarda construtiva, precedendo em pelo menos uma década aquela fortificação que, noutros moldes arquitectónicos, se tornaria perfeitamente reconhecível em *Conimbriga*. A ser confirmado este raciocínio, seria de autenticar, em consequência, a inexistência de iniciativas a nível estritamente

[1656] Quiroga, Benito Díez e Catalán Ramos 2008, no prelo
[1657] De Man e Soares 2005, no prelo
[1658] Caballero Zoreda e Mateos Cruz 1995, 303
[1659] Mateos Cruz 1999, 191
[1660] Wataghin, Gurt i Esparraguera e Guyon 1996, 31
[1661] De Man 2008a, 427-430

provincial, o que apesar de tudo não invalidaria automaticamente a acção coordenadora dos respectivos governadores.

A plataforma viseense exerceu sempre uma influência dominante sobre o território envolvente, como se repete noutros exemplos entre Tejo e Douro, e a cidade romana impôs-se com naturalidade numa estrutura prévia. A própria questão de um assentamento pré-romano, proposta teórica levantada, entre outros, por Amorim Girão[1662], ficou confirmada perante os dados publicados, que demonstram claramente a existência de um povoado da Idade do Ferro no local[1663], protegido por um fosso defensivo recentemente identificado[1664]. E o morro da Sé sempre serviu de acrópole e portanto também de pólo urbano dominante. Esta elevação corresponderá ao ponto mais elevado do *Castro Vesense* a partir do qual os mouros atingiram Afonso V de Leão com uma seta: *Et assi acaeçeu que hũu dia, andando desarmado pela grã caentura que fazia, catando o muro do castelo per hu er mais fraco et per u se perderia mays agiña, ouuo assi de seer que, allj andando, que llj tirarõ hũa seeta, de que foy mal ferido ontre as espadoas*[1665]. O cerco a Viseu representou um aproveitamento da guerra civil em al-Andalus[1666], e a morte de Afonso V nessa acção não impediu a continuidade dos ataques. Pouco tempo depois, e ainda de acordo com a Crónica Galega (fol. 96aV)[1667], outro cerco cristão logrou tomar *a çidade*, e não apenas o castelo, o que implica a utilização das muralhas urbanas. Ainda que Orlando Ribeiro[1668] tenha interpretado a silharia da catedral, aparentemente romana[1669], como recuperações da muralha de um castro romano no morro, no seguimento de considerações anteriores por parte de Ferreira e Pinho Leal[1670], não será de insistir numa tal divisão interna, aliás sem paralelo na Lusitânia anterior ao período visigótico[1671]. Em todo o caso, poderá ser admitida uma construção defensiva tardo-antiga na cidadela e, tal como depois viria a acontecer com a muralha afonsina, a cerca prévia teria necessariamente de englobar o Morro da Sé. No Largo de S. Teotónio, a silharia romana não se reduz apenas ao reaproveitamento

[1662] Girão 1925, 11
[1663] Carvalho e Valinho 2001, 37-64
[1664] Almeida, Carvalho, Perpétuo, Figueira e Costa 2007, 56
[1665] Lorenzo 1975, 262
[1666] O'Callaghan 1983, 134
[1667] Lorenzo 1975, 324
[1668] Ribeiro 1957, 442-443
[1669] Alarcão 1988b, 59
[1670] Ferreira e Leal 1890, 1528
[1671] De Man 2007c, p. 3-14

medieval, distinguindo-se a forma de uma possível torre, integrada na construção da Sé[1672]. Ainda na mesma área, no ângulo noroeste da Praça de D. Duarte, foi descoberta uma basílica de finais do século VI ou inícios do seguinte, sobre um pavimento do século IV, cujas moedas associadas são do reinado de Honório[1673], enquanto outra, com pouca circulação, é datada ainda de 330-331[1674]. A reorganização tardo-romana, associada à construção da muralha defensiva, tem sido posta em relação com uma reorganização urbanística mais ampla, constatável, por exemplo, num edifício anterior à construção da basílica. Deve ser reconhecido aqui um pólo religioso de *Biseon*, enquanto centro referido na Divisão de Wamba[1675], assim validando um centro urbano fortificado com origem baixo-imperial. No entanto, as muralhas de feição pré-afonsina[1676] já nada têm a ver com legitimações tardo-antigas. Para mais, será de destacar a desprotecção de Viseu nas últimas décadas do século XIV, visto que um trecho da Crónica de D. Fernando (LXXI) descreveu a cidade como *logar sem nenhuuma çerca*[1677], e o troço de muralha escavado na zona da Sé só poderá ser mais tardio, a julgar pela sua posição estratigráfica, pela composição de pedra miúda sem argamassa, e pelo ceitil comemorativo da conquista de Ceuta associado à sua base[1678]. Assim, quando a *Descrição da Cidade de Viseu*, de 1638, testemunha que *Torres, muralhas, alta fortaleza / Publicam sua antiga e grã nobreza*[1679], a referência corresponde a uma realidade muito distinta da pré-medieval. Mas nalguns documentos mais antigos é recorrente a utilização medieval do então *muro velho* para delimitações de propriedade. O testamento de Fernando Magno refere-o explicitamente na referência à doação de D. Henrique e D. Teresa, de 1110, através da qual é de concluir que o *muro velho* ainda circundava, nesse século XII, as ruas de S. Miguel e da Regueira. Dezassete anos depois, a designação voltaria a surgir nas Inquirições de D. Teresa, e uma doação do século XI refere expressamente o muro da cidade: *Testamentum illud est intus murum vetus, in loco praenomatio in illam viam de S. Michaele, et de illa Regaria, et concludit cum via publica*; *(...) et inde per illa aqua de Pavia usque in illa foze de Fontanelo et per illa aqua de Fontanelo usque in illo porto de illa strada et inde per illo arrugu de illo prado usque fer in illo muro vedro (...)*; *est in Viseo foris contra murum*

[1672] Correia 1989, 13
[1673] Vaz 2000, 183-184
[1674] Vaz 1997, 351
[1675] Vázquez de Parga 1943, 80
[1676] Tudella 1998, 155
[1677] Lopes s/d, 187
[1678] Vaz 2000, 47
[1679] Augusto 2002, 54

civitatis[1680]. Alarcão[1681] chamou a atenção para um importante texto seiscentista que menciona o achado de uma epígrafe[1682], num *muro antigo de mais de vinte palmos de largo*[1683]. A leitura da inscrição, descrita por volta de 1630, foi corrigida por Hübner (CIL II 409)[1684], tratando-se aliás de um epitáfio sem grandes dificuldades de interpretação. Seria tentador associar este achado a uma fortificação tardo-romana, contudo nada impede que a inscrição seja um reaproveitamento posterior. Em todo o caso, a sua localização sugestiva, o Largo de Mouzinho de Albuquerque, coloca o muro num alinhamento verosímil da muralha de Viseu, na sua disposição nordeste. Daqui, a muralha inflectia quase de certeza até a actual Rua João Mendes[1685], seguindo-lhe o trajecto até o Largo de Santa Cristina. A recente descoberta, na Rua Formosa, junto a este Largo, de um troço de muralha com uma nítida torre semicircular, obrigou a reconsiderar a disposição romana. Parece claro que a rua actual segue, pelo menos em parte, a orientação da muralha, que delimitava o lado meridional do recinto romano. Possivelmente, este troço encaixaria na primeira casa do lado oriental da Rua Direita, que evidencia, de facto, uma saliência sugestiva[1686]. Esta localização sobrepõe-se ao lado sudoeste do traçado cujo esboço Amorim Girão desenhou para o século XII, quando aqueles troços do *murus vetus* ainda se mantinham[1687]. É difícil negar uma relação com outro troço de muralha do Largo de Santa Cristina que, completamente reconstruído e musealizado, se encontra num posicionamento diferente do original. Neste local, a escavação da muralha permitiu definir quatro fiadas, com núcleo de argamassa, assentando no saibro natural. O enchimento da vala de fundação continha *sigillata* hispânica atribuível aos finais do século I e inícios do seguinte, associada, contudo, a uma moeda de Magnêncio, o que coloca o limite mínimo da construção da estrutura na segunda metade do século III[1688]. Quanto ao troço da Rua Formosa, os trabalhos arqueológicos puseram a descoberto mais de vinte metros de muralha. Muito interessante é a constatação de uma muralha augustana, que não coincide com o perímetro tardo-romano, havendo intersecção na zona da torre. A inteira articulação obriga a reconhecer um retraimento em época baixo-imperial, com invalidação da

[1680] Girão 1925, 27 e 29
[1681] Alarcão 1992, 84
[1682] Vale 1957, 218
[1683] Vaz 2007, 717
[1684] Hübner 1869, 46
[1685] Pinto 2003, 36
[1686] Vaz 2007, 722
[1687] Girão 1925, 48
[1688] Carvalho e Cheney 2007, 730-731

muralha primitiva. No entanto, a cronologia da muralha tardia pode ser bastante precoce, de acordo com os parâmetros lusitanos, aproximando-se assim do grupo do Noroeste, com o qual apresenta afinidades a nível do aparelho e da torre[1689]. Esta é inquestionavelmente contemporânea da restante muralha romana. A camada 3, sobrepondo-se imediatamente aos momentos de nivelamento da construção da muralha, continha *sigillata* clara D e hispânica tardia. Por seu turno, a camada 4 corresponde ao enchimento da vala de fundação, e revelou material centrado no século I, o que se compreende no âmbito de revolvimentos no âmbito da construção da sapata. Quanto a elementos cronológicos, devem ser tidos em conta as três sepulturas no exterior da muralha. Duas delas, em simples covas, são difíceis de interpretar em relação à muralha, uma devido à sua posição estratigráfica elevada, e outra, por se encontrar num nível demasiado antigo, o que, nesse local, merecerá quiçá maior reflexão. Mas na camada 3 tinha sido sepultada uma criança numa cista de *imbrices*, com um antoniano muito gasto, uma imitação de Tétrico (270-274)[1690]. Este facto, para além da habitual incerteza no significado cronológico de elementos numismáticos em contexto de escavação, poderá reflectir um desfasamento ainda mais amplo. Na última década tem vindo a ser comprovada a circulação de moedas tardo-romanas de baixo valor, já muito desgastadas, em contextos comerciais dos séculos VI e VII, embora se trate geralmente de peças pós-constantinianas[1691]. Mas a implantação de uma necrópole imediatamente fora do perímetro baixo-imperial tem um paralelo linear em *Conimbriga*, onde o contexto funerário parece mais precoce, ainda do século V[1692]. No caso viseense, essa fase poderia ser situável, de acordo com o valor mais precoce possível fornecido pelo indicador numismático, na viragem do século, embora se trate apenas de uma estimativa cautelosa. Quanto ao sentido urbanístico, a Rua Formosa não segue, portanto, o traçado da muralha para além de umas dezenas de metros, após a qual esta inflecte para Noroeste até atingir a Rua do Carmo, a Rua e Praça de D. Duarte. Na Rua de D. Duarte, prévia Rua da Cadeia, destaca-se *a antiga cadeia civil, uma das velhas torres romanas*[1693]. Pelo contorno do alto da Sé, a muralha chegaria à Rua Direita através da Calçada da Vigia. Quanto às portas, a sugestão de J. L. Inês Vaz[1694] assenta num *cardo* com uma porta meridional no Cimo de Vila, também chamado Quatro Esquinas, e

[1689] De Man 2008a, p. 427-430
[1690] Carvalho e Cheney 2007, 739-740
[1691] Olmo Enciso 2006b, 251-266
[1692] Alarcão 1992c, 8
[1693] Ferreira e Pinho Leal 1890, 1558
[1694] Vaz 1997, 353

outra, a Norte, no final da Rua Direita, na saída para a Cava de Viriato. Uma terceira porta situar-se-ia na Rua de S. Miguel / do Gonçalinho e Rua da Prebenda, numa zona com uma eventual outra porta, virada para o Largo de Santa Cristina. Do lado oposto, a Sudoeste, encontrar-se-ia, possivelmente, uma entrada na actual Porta do Soar.

De resto, não se vislumbram outros indicadores directos da muralha romana, exceptuando algum material ocasional, cuja proveniência poderá ser de outro monumento. A demolida[1695] capela de Santa Cristina ostentava silharia reaproveitada com marcas de *forfex* [1696], e localizava-se na parte cimeira da Rua da Regueira, posição bastante sugestiva. Junto dela foi identificado um sepulcro romano, e a demolição da sacristia de S. Miguel, em 1853, resultou na recuperação de uma epígrafe funerária ainda com antroponímia indígena[1697]. O conjunto poderia indicar uma lógica semelhante à da Rua Formosa, no prolongamento da qual foi identificada uma necrópole tardia, entre as rotundas da Rua 5 de Outubro e a do Fontelo, cujas sepulturas, sem espólio, eram compostas por *tegulae* e *imbrices*[1698]. O espaço situa-se fora de muralhas, e era obviamente utilizado no período tardo-romano, contrariamente a outras áreas extra-muros. O desnível atrás da Rua do Loureiro, por exemplo, não apresenta vestígios de ocupações anteriores ao século XIX; sondagens no local indiciam que se tratou de uma área historicamente desabitada, e que a muralha medieval assenta directamente na rocha, que nalguns troços mais saibrosos chegou a ser escavada, na busca de um nivelamento mais firme[1699]. Quanto à Cava de Viriato, fortificação complementar às muralhas de Viseu, ela não será, seguramente, uma fortificação de época romana, e muito menos uma cidade chamada *Vacca*, como pretendia Maximiano de Aragão em 1894[1700], numa referência relacionável, de facto, com o Cabeço do Vouga. Vasco Mantas, baseado em paralelos muito relevantes, associou-a a um acampamento muçulmano[1701]. De facto, durante a expedição a Santiago de Compostela em 997, o exército de Almansor reuniu em Viseu, para onde confluíram os condes cristãos que se juntaram à campanha[1702]. O que será de realçar é a reutilização defensiva deste recinto em 1058, solução temporária causada pela ausência de um sistema aproveitável de

[1695] Alves 1975, 430
[1696] Vaz 1983, 7-9
[1697] Ferreira e Leal 1890, 1563 e 1567-68
[1698] Vaz 2000, 45
[1699] Carvalho 2004
[1700] Aragão 1894, 26
[1701] Mantas 2003, 41-42
[1702] Coelho 1975, 257

muralhas urbanas. O que é certo é que, em meados do século XV, D. Afonso V emitiu uma provisão cedendo aos frades de S. Francisco de Orgens *toda a pedra de que precisassem (...) e que houvesse dentro dos muros da Cava*, estando de resto documentado que, com anterioridade, havia quatro portas de cantaria em funcionamento[1703].

2.2. Idanha-a-Velha

À partida, Idanha-a-Velha não reflecte uma topografia tipicamente defensiva, se for descontado o percurso quase envolvente do seu rio, numa curva que teria envolvido a cidade do Alto Império[1704]. O substrato xistoso em que assenta a muralha, a Norte e Oriente, não forma um relevo particularmente acentuado, e parece oferecer uma fraca potência estratigráfica, enquanto o lado meridional, virado ao rio, é composto por terras aluviais[1705]. Os 753 metros[1706] do perímetro da muralha são muito reduzidos, envolvendo a área mais defensável da elevação, reflectindo uma retracção considerável. Como noutras cidades hispânicas, as óbvias provas de retracção causaram uma desproporcionalidade entre a nova muralha e a superfície interna[1707]. A primeira das referências literárias à muralha de Idanha-a-Velha data de 1505, na qual é descrita o seu estado decadente. A área encontrava-se *cercada de um muro em roda que iaa per partes começa de cahir*[1708]. Dois séculos depois, as Memórias Paroquiais obrigariam, no entanto, à distinção de dois recintos: a muralha que subsiste hoje foi atribuída à acção dos Templários, e era *de cantaria dos pallacios que demoliram*. Mas outra, da qual naquela época só restavam dois lanços, corresponderá, com toda a verosimilhança, a uma muralha romana, localizando-se *na margem do rio Ponsul, heram largos feytos de pissara e furtissima argamaça* (ANTT vol. 18, nº J 6; M.P. 598). Sucessivas interpretações cronológicas da muralha têm feito hesitar entre uma origem baixo-imperial e uma plenamente medieval, passando por reconstruções islâmicas e templárias. Uma síntese apresentada por Alarcão[1709] assenta numa eventual construção

[1703] Coelho 1960, 23
[1704] Salvado 1983, 9
[1705] Carvalho 1988
[1706] Almeida 1977, 41
[1707] Gurt i Esparraguera e Hidalgo Prieto 2005, 74
[1708] Salvado 1983, 9
[1709] Alarcão 1998b, 74

do século IV, com reconstruções medievais, e corresponde a uma evolução histórica geral, resultando numas *ruinas de ruinas*[1710], cujas alterações profundas talvez não tenham afectado o perímetro numa mesma sucessão. É preciso admitir que as reticências colocadas à romanidade de grandes sectores do conjunto[1711] se baseiam afinal nos mesmos dados ambíguos que permitiriam advogar o inverso. Para o período islâmico, a referência de Arrazí à *muito antiga cidade*[1712] obrigaria, no âmbito da sua crónica, a reconhecer uma grande capital fortificada no século X, e de qualquer modo as consolidações desse período não alteraram a fisionomia do recinto[1713]. Por seu turno, o abundante material reaproveitado dos troços da muralha, epigráfico e escultórico, fez formular a hipótese de esta ter sido obra dos templários, ou de *outros que os precederam*[1714]. É muito plausível que tenha existido uma remodelação parcial em época visigótica, que a tradição atribui a Ervígio, porque mandou *circundar a cidade com o seu castelo (ano de 686)*[1715], mas que, por hipótese, poderia reportar também à acção de Leovigildo, ou mesmo a um período prévio, numa tentativa de fortalecer o território de fronteira com o reino suévico. A grande quantidade de epigrafia achada não apenas dentro mas também junto das muralhas[1716] poderia ser indiciadora de uma destruição parcial de uma fase visigótica, eventualmente associável a uma nova reconstrução, em que se privilegiaria outro tipo de material de construção, já de maiores dimensões e aparelhado a seco. A silharia reaproveitada correspondente provém de grandes demolições sistemáticas, e não de material indiferenciado. A este respeito, a maior homogeneidade das fiadas inferiores, por oposição à maior concentração de material reaproveitado na parte superior, foi interpretada como indício de uma construção planeada seguida de uma pressa súbita, *como se a urgência de tempo impedisse regularidade no assentamento*[1717]. Seria igualmente razoável ver nessa multiplicidade uma sucessão de momentos construtivos, menos relacionáveis com intensidade de construção. Salvado referiu os diferentes tipos de argamassa, descrevendo um em particular que é unido por lajes de xisto e *tegula* fragmentada[1718]. Parece certo que terá havido repetido investimento visigótico e depois islâmico,

[1710] Pereira 1909, 7
[1711] De Man 2007d, 74
[1712] Catalán e Andrés 1974, 86
[1713] Cristóvão 2001, 9
[1714] Almeida 1956, 88
[1715] Landeiro 1952, 15
[1716] Tovar 1976, 251
[1717] Pereira 1956, 196
[1718] Salvado 1983, 10

principalmente durante os ataques cristãos à Marca Inferior, com acção templária decorrente da doação de D. Sancho I, em 1165: *D. Gualdim Paes lhe fez um castello e reedificou as muralhas; mas a desgraça da Egitania tornou ainda a cahir em poder dos mouros, que a tornaram a destruir, arrazando-lhe o castelo, sem delle deixar vestigios*[1719]. As intervenções templárias dos anos 1171-1172 contaram com numerosas equivalências, como em Pombal, Tomar, Almourol ou Monsanto[1720], e deve ser considerado que grande parte do sector sudeste da muralha se mantém um resultado dessa requalificação, por se tratar de um nítido esforço concertado e bem diferenciável do paramento prévio. Nesta lógica, também Vasco Mantas admitiu alguns troços de origem romana, muito restaurados no século XIII[1721].

Em consequência destas reconstruções massivas, seria difícil insistir numa imagem em que todo o traçado, e principalmente o paramento, fosse de época romana, apesar da razoável cronologia proposta para a construção original, os finais do século III ou início do IV[1722]. Um enterramento com espólio de finais do século IV ou inícios do seguinte, numa aparente ligação com a muralha, indiciaria que esta muralha estivesse já construída[1723], e a quantidade de material do século III que foi achada em áreas extra-muros[1724] poderia ser reflexo de um subúrbio precoce ou mesmo de uma lixeira. Também o espaço paleocristão, incluindo uma zona doméstica eclesiástica, desenvolveu-se num horizonte articulado directamente com a muralha[1725]. De facto, a maior extensão do aparelho não é imperial, e apenas se sobrepõe, em parte, a uma base pré-islâmica, muito provavelmente tardo-romano. A escavação, em 1964, de um poço invalidado pela muralha, e a datação do seu entulhamento numa fase do século III, levou a que se datasse a muralha, *sem reticências*, dos séculos III / IV[1726]. García Moreno destacou os eixos romanos estruturantes: o *cardo* e *decumanus* principais cruzam-se no o *forum*, isto é, na Torre dos Templários[1727]. As portas correspondentes à via decumana não deixaram vestígio, e quanto a acessos nesse eixo, um relatório especifica que a reconstrução de um sector da muralha junto à ponte resultou numa nova

[1719] Leal 1874, 380
[1720] Barroca 1996/1997, 179
[1721] Mantas 1987, 50
[1722] Côrte-Real e Madeira 1998, s/p
[1723] Pinto 2003, 69
[1724] Salvado 1983, 11
[1725] Maciel 1996, 111
[1726] Almeida e Ferreira 1967, 57 e 62
[1727] García Moreno 1986, 97-110

porta num muro perpendicular que, de acordo com os habitantes, não existia antes[1728]. As ocupações tardo-antigas na zona da reconstruída Sé parecem confirmadas através da presença de material anfórico de boa proveniência estratigráfica (Keay LXXIX B, Late Roman 5/6)[1729], destacando uma vitalidade pós-romana após um cenário de progressivo regionalismo baixo-imperial, de resto centrado em contentores lusitanos Almagro 51 C. Quanto à porta setentrional, ladeada por torres semicirculares, encontra-se em alinhamento com a Sé. Foi escavada e reconstruída por Fernando de Almeida, na sequência de uma referência oral e popular a uma torre arredondada no lado setentrional, no final da Rua de Guimarães, da qual se viam ainda *umas pedras a saírem para fora da muralha*[1730]. A esta porta Norte já foi atribuída uma arquitectura tardo-visigótica[1731] ou islâmica[1732], nomeadamente do século IX[1733], e também as considerações de Cláudio Torres apontam para uma cronologia bastante tardia: *As muralhas que hoje cercam Idanha pertencem manifestamente à mesma família do Conventual de Mérida (erguido em 835) com os seus 2 m e 70 de espessura e utilizando grandes silhares romanos. São certamente pouco anteriores ou mesmo contemporâneas das defesas de Talavera la Reina, obra de Abderraman III, em inícios do séc. X, com as suas torres semi-cilíndricas semelhantes às de Lugo e Zamora. Parece portanto haver em todas estas fortificações, além de uma cronologia comum, as mesmas raízes tipológicas aparentadas com a tecnologia militar bizantina do norte de África*[1734]. As escavações em Talavera de la Reina, na zona de Entretorres, vieram a demonstrar que a primeira muralha defensiva, do século X ou mesmo XI, ostentava na realidade pequenas torres quadrangulares, com apenas uma semicircular eventualmente adscrita a esta fase, e que apenas posteriormente houve reforço e transformação das mesmas[1735]. A construção de torreões semicirculares em Talavera, embora ainda seja amiúde posta em relação com os finais do século IX[1736], deverá portanto ser equacionada como mais tardia. Por seu turno, o exemplo aduzido de Lugo poderá, de facto, servir de paralelo, mas apenas no sentido de confirmar uma ligação do século III. O argumento oriental será por isso de descartar, porque a arquitectura defensiva romano-hispânica construía

[1728] IPPC 1987, s/p
[1729] Banha 2006, 96-97 e 108
[1730] Almeida 1956, 89
[1731] Zozaya 1996, 62
[1732] Ramos, Cristóvão e Côrte-Real s/d, 13
[1733] Pimentel 2005, 177
[1734] Torres 1992, 176
[1735] Martínez Lillo, Moraleda Olivares e Sánchez Sanz 2005, 133 e 145
[1736] Malalana Ureña e Pérez-Juana del Casal 1999, 12

torres circulares muito antes da presença bizantina na Península, cuja influência arquitectónica no Norte da Lusitânia seria de resto muito suspeita.

Quanto à porta Sul, ela também não é romana, tendo sido detectadas em meados do século XX aduelas e restos de ombreiras, uma calçada do lado interior e exterior[1737]. José Cristóvão escavou o local e confirmou o que já tinha sido constatado numa intervenção anterior[1738]. A calçada sobrepõe-se à base da muralha, que não se interrompe no local[1739], e por isso a inteira porta é posterior a um primeiro recinto. Assim, Fernando de Almeida, quando primeiro a descreveu, mencionava apenas uma pequena torre defensiva, que acabou por interpretar como torre de flanqueio da referida entrada, ladeando a poterna que nessa época ainda se encontrava entulhada[1740]. No ano seguinte, o mesmo investigador publicava os resultados de uma sondagem realizada contra a torre, até os alicerces, que se encontram directamente assentes na rocha[1741]. A reformulação deste ponto, transformando-o em porta urbana, poderá não ser anterior à reformulação templária, e à ligação com o castelo. Aponte-se, a propósito, o paralelo construtivo com Idanha-a-Nova, cuja muralha foi criada pelos mesmos cavaleiros da Ordem. A doação desta vila por D. Sancho I, e depois confirmada por D. Afonso II, implicou a construção de um recinto defensivo[1742]. Em Idanha-a-Velha, recentes escavações[1743] permitiram inferir a existência de uma demolição generalizada das casas junto à muralha, criando espaços internos e externos durante o Baixo Império e a Antiguidade Tardia. De facto, a redução da superfície intra-muros obrigou à inutilização de estruturas domésticas, e o mais visível dos exemplos localiza-se junto à porta sul, onde existe uma sobreposição ao *impluvium*[1744]. A casa directamente associada à Porta Sul, anulada pela muralha, apresenta uma sequência cerâmica comum coerente, embora sem sugestão cronológica[1745]. O material da camada 11 em Log 2 parece genericamente inserível num ambiente não posterior ao século V, nomeadamente devido à presença de bordos em rim em talhas (318, 332 e 454), da decoração brunida na forma 271 e dos potes 288 e 191 (bordos extrovertidos e inflectidos num ângulo recto) e 447 e 270

[1737] Almeida 1961, 20
[1738] Cristóvão 2002, 43
[1739] Santos e Carvalho 1989, s/p
[1740] Almeida 1956, 89
[1741] Almeida 1957, 10
[1742] Almeida 1945, 437
[1743] Cristóvão 2002, 28
[1744] Pinto 2003, 65
[1745] Dias 2002, 47

(bordos triangulares ou protobífidos). Poderá existir uma correspondência com o nível 7 de Logm, cujas formas sugerem esse parentesco. Uma série de obras públicas obrigou a escavações junto às secções ocidental e oriental da muralha. Nesta zona surgiu a casa de átrio[1746], e naquela um outro complexo doméstico, tendo ambas as estruturas sido datadas de finais do século II ou inícios do seguinte, algo perfeitamente articulável com a posterior construção da muralha. Estes espaços domésticos demonstraram uma ocupação posterior, dos séculos IV e V[1747]. Se não admira uma continuidade nos espaços interiores da cidade após a construção da muralha, também não fica demonstrado que a casa do Lugar de Varas tenha sido inteiramente demolida. Uma fotografia do corte estratigráfico revela um amplo nivelamento do espaço, que parece associável ao momento de construção da primeira fiada da muralha, enquanto outra documenta um depósito de *tegulae* encostadas a uma parede[1748]. Debaixo dos palheiros de S. Dâmaso existe um troço de muralha com dois torreões semicirculares, que foram atribuídos ao século IX por um relatório do IPPAR[1749]. Cristóvão, seguindo a análise de Fernando de Almeida, é defensor de uma concepção arquitectónica na qual as torres desse formato seriam contemporâneas das quadrangulares[1750], um facto por ora difícil de comprovar ou refutar, visto não se conhecerem dados de sondagens com resultados comparativos publicados em ambos os tipos de torre. Em 1983, o Departamento de Arqueologia do IPPC efectuou alguns trabalhos na muralha[1751], com destaque para a limpeza de vegetação e entulhos no troço a Oeste da Sé, provavelmente no seguimento de um pedido do ano precedente para a limpeza de todo o perímetro das muralhas por parte do Centro de Estudos Epigráficos da Beira. Nesses inícios da década de oitenta, a muralha foi objecto de acções de conservação e consolidação por parte da DGEMN, nomeadamente no sector Este[1752] e também na sua porta principal. Refira-se a *reconstrução do troço da muralha situada frente à porta romana de acesso ao núcleo antigo da povoação*[1753].

[1746] Cristóvão 2002, est. II
[1747] Côrte-Real 1998, s/p
[1748] Cristóvão 2002, est. IV e XX
[1749] IPPAR 1998, s/p
[1750] Cristóvão 2002, 30-32
[1751] Pascoal 1983, 9
[1752] Côrte-Real 1986, ponto 3
[1753] IPPC 1983, s/p

2.3. Salamanca

Embora não deva ser duvidado da sua existência concreta, a muralha romana de Salamanca não permite uma análise propriamente factual, tendo sido integrada quase por inteiro em estruturas medievais, das quais há diversos lanços identificados, que são estruturantes da cidade moderna[1754]. É verdade que as fiadas de silharia junto à Puerta del Río, também chamada Arco de Aníbal, são bastante sugestivas. Esta porta, cujo nome remete para uma rendição de *Helmantiké* / *Salmantiké* nas guerras púnicas descrita por Políbio[1755], terá sido uma referência urbanística pelo menos alto-medieval, visto que já em 1102 surge como enquadrando uma zona urbana perfeitamente estabelecida num documento do Arquivo Catedralício de Salamanca. Uma doação de D. Raimundo e D. Urraca, datada de 22 de Junho desse ano, inclui um bairro junto à Puerta del Río, nomeadamente *in parte sinistra ut populetis illum*, e em Janeiro de 1200 destaca-se a venda de uma casa na rua *per quam vadunt ad portam fluminis*[1756]. O perímetro romano, englobando uma das três colinas da cidade, terá sido mantido em funções até 1102, quando o referido D. Raimundo de Borgonha, sogro de Afonso VI, repovoou a cidade e mandou ampliar as muralhas[1757]. Descobertas recentes na zona de Carvajal revelaram indícios de um primeiro recinto, embora a maioria dos troços seja nitidamente medieval, como na zona da porta de San Pablo, no Paseo del Rector Esperabé, no Paseo de San Vicente e na Vaguada de la Palma, junto da Peña Celestina. Foi identificada recentemente uma porta urbana possivelmente pré-medieval ao pé da igreja de S. Tomás de Cantuária[1758].

Na *Salamantica* de Wamba[1759], o restauro visigótico[1760] da muralha romana terá mantido o perímetro imperial, que encerrava com probabilidade aquela área que em 1392 era denominada por *cibdad vieja*, e que, na descrição de Villar y Macías[1761], partia da Puerta del Sol, até a parte meridional da Rua Meléndez, atravessava a antiga Escola Municipal, seguia as calles de Cervantes, a Norte da actual Universidade Pontífica de Salamanca, e de la Sierpe, a Cuesta del Colegio, a Ocidente da UPS, até o antigo

[1754] Gutiérrez Millán 2001, 182
[1755] Ramos-José e Herrero Ingelmo 2007, 3
[1756] Marcos Rodríguez 1962, 9 e 30
[1757] Ramos-José e Herrero Ingelmo 2007, 4
[1758] Casaseca 2002, 152-153
[1759] Vázquez de Parga 1943, 80
[1760] Solana Saínz e Salinas de Frías 2006, 826
[1761] Villar y Macías 1887, 78

seminário diocesano, a partir de onde viria a encaixar na Puerta del Río. Da actual Plaza de Anaya, a muralha seguia em direcção à porta de San Pablo, curvando na zona do Seminário de Carvajal, onde se mantém uma torre quadrangular, seguindo a encosta por trás do edifício, até à calle del Tostado, trajecto onde ainda se destacam alguns troços de paramento, incluindo outra torre quadrangular, que de resto necessitaria de melhor definição cronológica. Desse ponto, o circuito atingiria de novo a Puerta del Sol através da calle de los Palominos, numa lógica geográfica perfeitamente observável por imagem de satélite.

Em contraste com os dados da própria cidade, existe um óptimo exemplo de uma defesa urbana complementar tardo-romana. O Castillo de la Calzada, perto de Salamanca, é um ponto fortificado, provavelmente baixo-imperial[1762], e ocupa uma posição estratégica no Cerro del Picurucho, controlando um eixo viário e o rio Sangusín. O forte mede 29 por 27 metros, com paramentos de silharia e cantos de pedra granítica de maiores dimensões; as muralhas medem uns seis metros de altura. A porta do recinto castral fica no sector norte, com 1, 47 metros de largura e um arco que se prolonga numa abóbada de canhão de dois metros de comprimento[1763]. Trata-se com nitidez de um ponto avançado de Salamanca, cujo desenvolvimento simultâneo redundaria numa validação visigótica. De facto, Recaredo, e também Ervígio e Égica cunharam moeda em *Salmatec(...)* ou *Salamantica*[1764], comedidas deturpações visigóticas do topónimo romano, pelo que poderá ter havido uma reconstrução tardo-antiga do recinto. No entanto, parece que as transformações da Reconquista foram bastante mais moderadas do que noutros locais lusitanos, embora em meados do século XII a municipalidade se decidisse pela construção de uma muralha urbana simples, além de outra no *arravalde*, composta por pedra mais pequena, carecendo de torres[1765], que não se confundem com a estrutura pré-medieval. Para além das referidas puertas del Sol (ou del Azogue > *al azok*, mercado) e del Río, a cidade medieval contava com mais três: a del Alcázar, de San Sebastián e o Postigo Ciego[1766]. A hipotética origem romana destas entradas, algumas das quais difíceis de localizar, carece completamente de confirmação.

[1762] Johnson 1983, 240
[1763] Benet 2002, 228-229
[1764] Villar y Macías 1887, 42-43
[1765] Gómez-Moreno 1967, 96
[1766] Villar y Macías 1887, 82

2.4. Coimbra

No século X, Arrazí destacava a excelência das fortificações de Coimbra, por oposição tácita a outras muralhas urbanas, e duzentos anos depois, um outro texto colocava ênfase na sólida muralha de três portas, e ainda outro no seu carácter inexpugnável[1767]. A Crónica de Castela (fol. 97aR) narra a conquista de Coimbra por Fernando I de Leão, que cercou a cidade com seus *engenos et seus castellos de madeyra; mays a vila era muy grande et muy forte*. As máquinas de assalto *tirauã cada dia et quebrantauã o muro da vila*.[1768] A edição da Crónica Geral de Espanha (vol. III) relata idêntica situação, referindo que os Cristãos tinham combatido *muy fortemente com os engenhos, em tanto que britarom o muro da villa*; as fontes islâmicas, por seu turno, diferem quanto aos detalhes da conquista, não mencionando a destruição da muralha mas sim a traição do governador[1769]. Em todo o caso, todas as fontes concordam no cerco prolongado, que terá afectado seriamente as fortificações da cidade, mas que em simultâneo comprova a sua eficácia. Aquelas três portas corresponderão à do Castelo, de Belcouce e de Almedina, instaladas sobre eixos imperiais. Pinho Leal mencionou sete portas para o século XIV: da Estrela, do Castelo, do Colégio Novo, de Santa Sofia, de Almedina, da Portagem e da Traição[1770], reflectindo a grande reconstrução fernandina, mas há indícios de transformações muito anteriores, de origem discutível. A Porta da Traição, por exemplo, existia já no século XI, e uma fotografia do século XIX identifica na sua estrutura de apoio *duas pedras visigóticas muito trabalhadas*[1771], tendo Correia mencionado os blocos de grande aparelho romano reutilizados nesta porta[1772]. Leontina Ventura[1773] apontou o facto de não existir qualquer menção medieval àquela designação, sendo apelidada sempre de Porta da Genicoca. A porta do Sol, junto do castelo, surge referida desde 1087 e 1088 (*P. M. H.*, doc. 673 e 714)[1774], com anterioridade a uma considerável sucessão de documentos privados do século XII, referentes a olivais e vinhedos do lado exterior, geralmente *ultra* ou *juxta Portam Solis*. Esta entrada era ladeada por duas torres, como se depreende de um documento redigido

[1767] Coelho 1972, 42, 51-52 e 70
[1768] Lorenzo 1975, 325-326
[1769] Pimentel 2005, 219
[1770] Leal 1873, 315
[1771] Silva 1988, 27
[1772] Correia 1946, 12
[1773] Ventura 1979, 48, nota 2
[1774] Martins 1951, 328

entre 1121 e 1128[1775]. A capela do Bom Jesus tinha sido construída sobre a porta do castelo, *e perto estava a soberba torre chamada d'Hercules, por se dizer que elle a fundou, e é certo que tinha a seguinte inscripção: Quinaria turris Herculea fundata manu. Também próximo estava outra torre muito alta*[1776]. Ambas as torres são entendidas como reedificações por Carneiro da Silva, sendo a inscrição fernandina resultado de uma segunda remodelação[1777]. A adjacente porta do Castelo, que legitimava um eixo romano comprovado através da necrópole imediatamente fora de muros, acabou demolida juntamente como próprio castelo, em 1773, e muitas das sobrevivências foram destruídas nos inícios do século XX, aquando da construção da Universidade, e em particular do Departamento de Matemática. Muito recentemente foi posta a descoberta a torre de menagem do castelo, num trabalho de escavação empresarial. Deve ter existido uma outra porta no sector meridional do *cardo* principal, onde na década de 1950 foi recuperado um miliário a Calígula, durante uma demolição da muralha[1778].

Apesar de ser repetidamente interpretada como islâmica, continua problemática a origem da Porta de Almedina, cuja disposição respeita aliás uma das linhas de escoamento naturais, realidade bem demonstrada a 14 de Junho de 1411, quando uma tromba de água arrancou as portas chapeadas de ferro[1779]. Recorde-se que, numa orientação ligeiramente distinta, o grande colector romano proveniente da zona do *forum* passa nesta zona, e que essa *sota*, referenciada desde o século XIII, é associável a um eixo romano muito íngreme, correspondendo à Rua de Quebra-costas[1780]. Não há elementos que permitam uma datação, mas uma intervenção no edifício da livraria Almedina identificou vários horizontes islâmicos no exterior da porta, nomeadamente diversos silos sobrepostos por uma casa de pátio. Parte da cerâmica resultante, exposta na livraria e posterior à construção original da porta, reporta directamente a horizontes visigótico-emirais da vizinha *Conimbriga*[1781]. Por seu turno, António Pimentel referiu o aparelhamento da base da porta, relacionando-a com os inícios do século V, tal como,

[1775] Ventura 1979, 48-50, nota 3
[1776] Leal 1873, 315
[1777] Silva 1988, 26
[1778] De Man 2006d, no prelo
[1779] Gonçalves 1944, 20
[1780] Alarcão 2008, 23 e 59
[1781] De Man 2004b, 459-471

aliás, uma parte na zona do Arco da Traição[1782]. Não se compreende bem a muito comum relutância em reconhecer a existência de um acesso romano sob a porta de Almedina, admitindo-se em alternativa uma eventual localização mais próxima do *forum*. Nessa perspectiva, a porta de Almedina representaria uma reexpansão, em contraste com aquele hipotético retrocesso tardo-romano. Uma expansão califal deste género seria um caso perfeitamente isolado no panorama lusitano, e implicaria um difícil investimento de transformação urbana, de cuja necessidade até seria legítimo duvidar na época em questão. O único local com uma pequena mas nítida ampliação de perímetro é a alcáçova de Mérida, motivada apenas pela sobreposição de uma planta rectangular sobre uma curva da muralha, resultando num acrescento angular, e mesmo nesse sítio foi preservada a porta urbana, transformada e integrada no novo complexo defensivo. Não se reconhece, portanto, uma justificação razoável nessa argumentação para negar de forma categórica a romanidade da porta de Almedina. Seria todavia possível uma reconfiguração análoga à do Arco del Cristo, em Cáceres, o que implicaria, por hipotética anastilose, uma porta original no prolongamento exacto do eixo viário proveniente do Museu Machado de Castro, em vez de uma posição em ângulo. Muito recentemente, Alarcão avançou com essa hipótese, que assenta na inutilização da porta romana original, e na sua redisposição, no século XII, para o eixo geral que hoje conserva[1783]. Deixando de lado a posterior evolução da entrada, sucessivamente reforçada, a confirmação dessa transição original representaria um excelente caso de adaptação ao terreno, conduzindo a uma planimetria mais facilmente utilizável por carros. No estado actual do conhecimento, porém, os argumentos para advogar aquela cronologia são tão ligeiros como os que poderiam sustentar uma contrução mais precoce, eventualmente em ligação com o referido, mas também não inequívoco, Arco del Cristo. No referido texto, Alarcão aceitou a convicção de Nogueira Gonçalves sobre os arcos da porta de Almedina, que teriam sido em ferradura, acrescentando que *a parte inferior do arco foi cortada para o transformar em arco de volta inteira*[1784]. Partindo do princípio que terá exisitido uma transição directa da estrutura romana para a posterior, na medida em que aquele sector urbano não poderia carecer de um acesso, o mais lógico seria tomar aquelas aduelas e chave como reaproveitamentos, quer o pé-direito tivesse ou não inflectido para um arco ultrapassado

[1782] Pimentel 2005, 195
[1783] Alarcão 2008, 225-237
[1784] Alarcão 2008, 233

visigótico ou islâmico. De facto, algumas aduelas resultam nitidamente de reparações, por oposição a outras, perfeitamente entendíveis como pré-medievais. Se houve transformações tardo-romanas na forma urbana, ter-se-iam dado talvez apenas no sector Noroeste, entre Almedina, ou talvez já Sub-Ripas, e o provável complexo anfiteatral, isto é, desembocando algures no actual Largo da Matemática. A malha medieval dessa área dispõe-se, aliás, numa orientação distinta e trata-se-ia de uma área que, de acordo com o que se conhece da cidade romana e da topografia, seria uma das mais evidentes partes a amputar, caso tenha existido uma dinâmica de retracção semelhante à da vizinha *Conimbriga*. Tal alteração poderia explicar um correspondente reordenamento, isto tendo por justa a existência de uma porta prévia e distinta, e a inclusão de elementos específicos, como os do arco original[1785]. Quanto a investimento islâmico, é de apontar que a alcáçova omíada de Coimbra revela técnicas construtivas relacionadas com alguns tramos da muralha urbana, o que tem sido posto em relação com um eventual programa islâmico de reforço defensivo mais abrangente[1786]. A proposta é interessante mas frágil, além da construção de uma fortaleza islâmica não implicar fortificação urbana propriamente dita. No mencionado caso emeritense, a alcáçova até vai a par da demolição da muralha visigótica.

A porta de Alcouce / Belcouce, ou da Portagem, na secção ocidental do actual edifício do Governo Civil, é referida por diversas vezes no Livro das Kalendas (*muro de Avalcouse* em 1230, *porta de Valcouce* em 1280 e *Avalcouce* em 1317; I, 191, II, 172 e I, 63). Um documento de 1123 compilado no Livro Preto da Sé (fl. 223v., doc. 579) corresponde a uma troca de propriedades entre o conde Fernando Peres e a Sé de Coimbra, e refere um terreno delimitado a Este pelo eixo que conduzia à porta de Belcouce, a Oeste pela muralha da cidade, a Norte pela rua que conduzia à praça principal e a Sul pela própria porta de Belcouce. Num texto de Ventura[1787] lê-se uma versão praticamente idêntica à publicada na mais recente transcrição[1788], que se toma como referência: *ad Orientem partem via que ducit ad illam portam, que arabice dicitur Alcouz; ad Occidentalem, murus civitatis; ad Septentrionalem, platea que ducit ad forum; ad Australem, porta jam dicta*. O dito largo deve ser entendido como o espaço aplanado do lado interior da porta de Almedina, sucessivamente referido desde 1020.

[1785] De Man 2006d, no prelo
[1786] Filipe 2006, 350
[1787] Ventura 1979, 48, nota 1
[1788] Rodrigues e Costa 1999, 777

Por seu turno, Loureiro[1789] entendeu a delimitação oriental como a via entre a Sé Velha e a porta de Belcouce, ou seja, as ruas Joaquim António de Aguiar e da Estrela. A referência à muralha urbana será uma confirmação de uma via paralela mas distinta da actual Rua Fernandes Tomás. Do lado exterior, a estrada romana também não corresponderá à actual Rua Ferreira Borges, mas sim a um percurso mais ocidental, numa planimetria menos acentuada[1790]. A posição da porta de Belcouce, frente ao rio e à ponte reconstruída por Afonso Henriques, é no fundo equivalente à porta de Almedina, em tamanho e disposição. Existe uma estreita ligação entre a porta de Belcouce e a colunata mencionada por Sá de Miranda e depictada por Bráunio, que acabou depois com probabilidade incorporada na própria muralha[1791]. O destino das colunas poderá ter sido mais complexo, com integração apenas parcial do arco, e demolição de outra base de pilar, para descida até o nível do rio. As pedras almofadadas romanas recentemente postas a descoberto na Rua da Estrela poderão, de facto, constituir a base do arco[1792]. A severa reconstrução da porta, num resultado difícil de articular com o posterior Arco da Estrela, é comprovada por uma epígrafe, indicando que as obrar duraram dois anos, entre 1209 e 1211[1793]. Junto à posição original da porta romana, na confluência da antiga Rua das Fangas com a Couraça de Lisboa, foi achado uma concentração de cerâmica romana nos inícios do século XX, junto com um capitel jónico entretanto desaparecido[1794].

Os dados muito parcos sobre as muralhas romanas de *Aeminium* não permitem contornar o problema topográfico tardio, embora recentes intervenções resultaram nalguns dados novos. A localização do *forum* é bem conhecida, tal como a disposição do principal *cardo* e *decumanus*, respectivamente seguindo a Rua Sá de Miranda / de São João até à Rua do Borralho e, em sentido cruzado, um eixo em grande parte desaparecido, que se estendia entre o Largo da Feira até às ruas de S. Miguel e da Ilha, atingindo assim a Porta de Belcouce[1795]. A cunhagem visigótica[1796], e muito eventualmente também suévica[1797], demonstra a centralidade da cidade na estratégia de

[1789] Loureiro 1964, 52
[1790] Mantas 1992, 494-498
[1791] De Man 2005b, 15
[1792] Alarcão 2008, 40-41
[1793] 2006d, no prelo
[1794] Correia 1946, 27
[1795] Mantas 1992, 509
[1796] Vico Monteoliva, Cores Gomendio e Cores Uría 2006, 200-205
[1797] Allen e Teixeira 1865, 9-10

ocupação territorial numa época de configuração ainda tardo-imperial. É por vezes considerado, aliás, que o ataque de Almansor de 987 se deu sobre a muralha romana, apenas debilmente reforçada[1798]. Também Luísa Trindade[1799] se inclina para um perímetro medieval definido em época tardo-romana. A discussão sobre a legitimação completa do traçado baixo-imperial, e a sua sobrevivência topográfica na cerca medieval tem contado com a possibilidade de um percurso tetrárquico mais reduzido. Com base em evidência aerofotogramétrica, a sobreposição medieval poderá ter sido apenas parcial, com a estrutura romana a inflectir após Belcouce, seguindo a Rua José António de Aguiar, o Largo da Sé Velha e a Rua das Flores, em direcção ao castelo, invertindo de novo para a Porta de Belcouce[1800]. A leitura topográfica do sector urbano em questão tanto permite sustentar esta redução, contestada por Alarcão[1801], como a menos comprometedora e por isso muito invocada total sobreposição medieval, ou ainda o referido recuo tardo-antigo de menor amplitude, inflectindo apenas a partir de Almedina. Este perímetro recuado no sector noroeste, numa optimização semelhante à de *Conimbriga*, surge como aceitável, embora se repita que o inteiro leque de hipóteses actuais corresponda a convicções pessoais. Recorde-se, contudo, que muitas muralhas de cidades lusitanas proeminentes não foram remodeladas no Baixo Império, como em Mérida ou Beja, e que algumas das reformas da tardo-antiguidade mantiveram o perímetro original. Alguns indícios fazem hesitar seriamente sobre um retrocesso imperial para além do espaço entre Almedina e Belcouce[1802]. Na verdade, dois elementos poderiam sustentar a hipótese de uma muralha tetrárquica num percurso de posterior manutenção medieval. Em 1888, a demolição da medieval Torre do Precôncio resultou na recuperação de uma inscrição a Constâncio Cloro (CIL II 5239 = ILER 1236), cuja leitura permitiu a definitiva identificação de *Aeminium*. Na sua origem, a dedicatória encontrava-se provavelmente embutida numa estrutura vertical, sugerindo um monumento público nesse local, e em particular a muralha urbana tetrárquica[1803]. Adicionalmente, uma escavação recente na chamada Casa das Talhas, na Rua Fernandes Tomás, próximo da Torre do Trabuquete, permitiu definir uma torre e um lanço de muralha muito alterado, que serve de apoio à estrutura doméstica. Para esta zona, o rol de propriedades régias indica que a secção entre as torres de Belcouce e Almedina já se

[1798] Pimentel 2005, 192
[1799] Trindade 2006, 401
[1800] Mantas 1992, 511
[1801] Alarcão 2008, 257
[1802] De Man 2005b, 7-18
[1803] De Man 2006d, no prelo

encontrava densamente construída em 1395, pouco antes dos requerimentos para encostar construções à barbacã[1804]. A Rua Fernandes Tomás corresponde ao eixo viário intra-muros desses finais do século XIV que liga o Arco de Almedina à Porta de Belcouce, em paralelo à muralha medieval, integrada ou em vias de o ser. Trabalhos recentes num imóvel desta rua levaram à identificação de um eventual troço de muralha, que assenta no que aparenta ser uma grande estrutura imperial, difícil de confirmar por se encontrar sobreposta por casas de habitação. Em todo o caso, essa constatação é fulcral na conexão com os dados da escavação de um espaço próximo, na mesma rua, junto a uma torre que não se parece articular com a presumida disposição das torres islâmicas, que permitiu definir uma interessante sequência estratigráfica[1805]. Do ponto de vista arquitectónico, e à semelhança da casa vizinha, a muralha, em teoria já tomada como possivelmente romana[1806], assenta claramente num espaço parcialmente demolido, desta vez de carácter doméstico, e num alinhamento perfeito, fazendo recordar a integração das casas no sector oriental da vizinha *Conimbriga*. O compartimento é de tipologia romana, com um pavimento hidráulico no qual se destacam os ressaltos de rodapé e de canto, e as respectivas paredes estão cobertas com um estuque rude e resistente, o que faz pensar num compartimento comercial ou pelo menos utilitário, eventualmente associável ao porto fluvial. De destacar que a torre se encontra imediatamente sobreposta pela parede norte do compartimento, num posicionamento axializado e sem traços de níveis intermédios, apontando para um único ciclo de acções aquando da posterior reconstrução da muralha. Esta outra fase de fortificação, completamente independente, consistiu na reescavação do compartimento, para implantação de uma larga sapata de pedra e cerâmica argamassada do lado oeste, sobre a qual se construiu um novo paramento, resultando numa estrutura inteiramente adossada não apenas à torre, mas também ao estuque do primeiro compartimento. Trata-se necessariamente da reformulação de um paramento com ligação à torre; a reconstrução, que devido à sua composição se presume equiparável às primeiras obras islâmicas, apresenta-se bastante mais destacada para o exterior do que o original. Esta proposta cronológica sustenta-se também na cerâmica recuperada na unidade correspondente à sapata, estrutura que, já sem ligação evidente à orientação da sala, se dispõe apenas vagamente numa forma perpendicular à torre. A referida cerâmica,

[1804] Trindade 2006, 404
[1805] De Man 2007d, 70-71
[1806] Alarcão 2008, 267

correspondente à segunda fase de reformulação, não se adscreve a uma fase anterior ao século IX, embora alguns elementos devam ainda ser encarados como produções muito evolucionadas de matriz romano-visigótica. Considerando o limite cronológico mais alto, a torre revelar-se-ia portanto pré-islâmica, mas não fica claro se se está perante uma fortificação baixo-imperial ou tardo-antiga. Tratando-se de uma óbvia contracção de perímetro, uma hipótese autarcista, do século V, ou mesmo uma de indução plenamente visigótica, afigura-se menos lógica, pela escassez de paralelos para grandes alterações urbanísticas. É necessário referir que em teoria não seria impossível tratar-se de uma torre islâmica, com reformas posteriores, por exemplo fernandinas. Porém, tal hipótese surge como menos viável, em particular devido à sequência sobre a estrutura doméstica[1807].

O facto do núcleo de alguns tramos da muralha urbana integrar materiais visigóticos, como se depreende de um levantamento fotográfico inédito[1808], nada demonstra quanto à origem dessa mesma estrutura, visto que as defesas da cidade obviamente foram sendo reparadas em época pós-romana. No entanto, a Norte da Porta de Almedina existe uma súbita inflexão do traçado, em direcção à Torre de Contenda, a torre Bastão Gonçalves que em 1514 foi comprada por João Vaz. Entre ambas as torres, junto à Escola de Almedina, foi identificado um espaço doméstico com pátio interior, datado do século VIII ou IX, em articulação à torre, que lhe é prévia[1809]. Um pouco mais longe na encosta, a Casa de Baixo do palácio de Sub-Ripas encontra-se articulada com a torre de Anto por meio de um troço da muralha; ambas as construções são, de facto, adaptações de torres defensivas, sobre um declive muito acentuado. No entanto, são inexistentes os dados pré-góticos do edifício. Uma série de documentos medievais comprova uma surpreendente baixa densidade de ocupação da área, pelo menos antes da construção do Colégio de Santo Agostinho, em finais do século XVI[1810]. Muitas das torres do restante percurso medieval foram demolidas, inviabilizando comentários factuais sobre o seu eventual valor romano-visigótico. A construção, sob D. João III, do Colégio da Sapiência destruiu uma dessas torres, muito referida na documentação medieval, nomeadamente a Torre Velha dos Sinos ou Torre de Santa Madalena[1811]. Por seu turno,

[1807] De Man 2007d, 70-71
[1808] Pimentel 2005, 196
[1809] Santos 2006, s/p
[1810] Trindade 2006, 406-407
[1811] Silva 1988, 23

numa posição mais elevada, o Colégio de Jesus, actual Sé Nova, sobrepôs-se parcialmente à muralha urbana. A 22 Abril de 1567, o reitor recebeu autorização para derrubar as muralhas e torres dentro do perímetro do Colégio. Deu-se início à demolição de parte da muralha da cidade no dia 1 de Janeiro de 1569, aquando da construção da Aula de Filosofia. Junto a esta área, durante os trabalhos arqueológicos no *Laboratorio Chimico*, foram identificados dois elementos das defesas urbanas, que correspondem a uma torre defensiva e a um ângulo da muralha, possivelmente associáveis a uma barbacã[1812]. Na mesma zona, uma enorme estrutura abobadada, com dezoito metros de comprimento e uma largura que oscila entre os três metros e noventa e os quatro metros e vinte, acabou provavelmente transformada em cisterna, e foi posta em relação com a estrutura defensiva medieval[1813], podendo até representar a validação de uma estrutura imperial, eventualmente associada ao complexo anfiteatral. À proposição de um teatro entre a Rua da Flores, o beco da Anarda e a Rua de João Jacinto (VERIFICAR)[1814] foi adicionado que, por hipótese, a mesma forma urbana também pudesse corresponder a uma parte do anfiteatro[1815], numa lógica aparentada à vizinha *Conimbriga*, onde a ligação tardia à muralha implicou a sua parcial demolição e integração, num local de declive. Uma recente revisão urbanística considera o declive mantém a primeira interpretação, situando o complexo anfiteatral um pouco mais a Este, num local de facto mais sugestivo[1816], perfeitamente observável em fotografia aérea.

A 29 de Junho de 1131, o arcediago Telo, da Sé de Coimbra, fez testamento dos banhos régios, em benefício do mosteiro de Santa Cruz[1817]. Com possíveis precedentes romanos no local, nomeadamente uma *mansio* junto à muralha[1818], essas termas, *sub vico Judeorum*, foram de alguma forma utilizadas para a construção do mosteiro de Santa Cruz. A porta recentemente descoberta num imóvel da Rua Corpo de Deus[1819] deverá ser provavelmente entendida como a Porta Nova, aberta pelos cónegos de Santa Cruz, com autorização de Afonso Henriques[1820] e, por maioria de razão, a muralha pré-fernandina passava no local. Sem indicadores adicionais publicados, torna-se

[1812] Alarcão 2008, 246
[1813] Filipe 2006, 353-354
[1814] Mantas 1992, 487-513
[1815] De Man 2005b, p. 7-18
[1816] Alarcão 2008, 53-54
[1817] Ventura e Faria 1990, 117-118
[1818] Mantas 1996, 805
[1819] Duarte 2005, 98-100
[1820] Alarcão 2008, 238

problemático advogar uma cronologia mais antiga para a estrutura, embora se localize num eixo planimétrico sugestivo, com acesso facilitado à estrada romana. Quanto ao limite oriental, na sequência de uma ruptura numa conduta de água, foi recuperado algum espólio na Couraça de Lisboa, com cerâmica considerada romana associada a material osteológico humano, o que levou à sugestão de se tratar de uma necrópole[1821]. A ser confirmado, esse enterramento intra-muros seria já bastante tardio, num local que oferece pouca margem física para desvios da linha de muralha. De facto, a Couraça representa uma daquelas linhas topográficas intrinsecamente defensivas, e a sua parte superior suporta uma plataforma mais ou menos estável, na qual se acabou por implantar o Colégio da Trindade. Os trabalhos arqueológicos neste local vieram a confirmar uma sólida ocupação doméstica romana e islâmica[1822], em necessária conexão topográfica com a muralha. Nesta zona foi efectuada uma pequena intervenção numa das torres destacadas em que Gonçalves via uma construção romana[1823], concepção difícil de sustentar, mesmo apenas do ponto de vista arquitectónico. Nada na estrutura faz imaginar algum precedente pré-medieval na edificação dessa torre. Os dados do material associado não trouxeram novidades relevantes à estrutura, na medida em que resultam de destruições modernas.

Os Livros da Correia contêm legislação régia que incide, por um lado, sobre a punição de *quem tirasse pedras da muralha*, e por outro sobre a proibição de abertura de covas no corredor que circundava a fortificação[1824]. A manutenção de um corredor externo é um fenómeno bem documentado em cidades medievais[1825], no seguimento de diversas disposições imperiais patentes no capítulo XV do Código de Teodósio. As normas islâmicas voltariam a insistir na matéria[1826]. No Livro das Posturas Antigas destaca-se uma série de ordenações lisboetas do século XV, proibindo reiteradamente a extracção de terras em torno das muralhas e o depósito de detritos diante das torres e portas, transgressões punidas com multas[1827]. Em Coimbra, o termo arrabalde, tomado como

[1821] Marques 2003, 12
[1822] Filipe 2006, 351
[1823] Correia e Gonçalves 1952, XVII, 4
[1824] Silva 1988, 16
[1825] Gomes e Sequeira 2001a, 20-21
[1826] Valdés Fernández 1985, 334
[1827] Rodrigues 1974, 4-28

topónimo, surge desde 1088: *in arraualde de conimbria*[1828], e refere-se àquela área extra-muros, portuária e comercial que hoje corresponde genericamente à Baixa.

2.5. *Conimbriga*

Em franco contraste crono-tipológico com as defesas urbanas setentrionais de finais do século III, a muralha de *Conimbriga* resulta de uma fase ligeiramente posterior, situável nas primeiras duas décadas do século IV, de acordo com uma conjugação de dados arqueológicos e urbanísticos[1829]. Aliás, *Aeminium* e *Conimbriga* podem ter sido beneficiadas em simultâneo, como já foi sugerido com base na epigrafia a Constâncio Cloro de ambas as cidades[1830]. Nenhum dado exclui essa origem coetânea das novas defesas de *Conimbriga*, embora um contexto ligeiramente mais tardio seja igualmente aceitável à luz dos dados arqueológicos[1831], se for tomado como eventual um término bastante posterior ao início da obra, nomeadamente correlacionável ao miliário a Galério, talvez já augusto, conservado no Museu. A muralha conheceu, de resto, uma utilização concreta durante pelo menos meio milénio. Existem diversas referências tardias à implícita condição fortificada do local, nomeadamente em Idácio de Chaves (*Chron*. 229, 231 e 241)[1832], e o sítio de *Conembrica* continuaria a surgir como paróquia da diocese de Coimbra no Paroquial suevo[1833]. Também uma crónica islâmica fez referência a uma tomada de *Conimbriga*, aquando da vigésima sexta campanha de Almansor em 986[1834]. Nesta ocasião, o exército muçulmano acampou diante das muralhas de *Qundâyixa* antes de atacar Coimbra no dia seguinte, o que comprova uma utilização das defesas tardo-romanas por algum tipo de grupo social. A transição toponímica foi motivada por uma concentração episcopal factual na antiga *Aeminium*, realidade já explícita nas actas do III concílio de Toledo[1835], que causou a apropriação do topónimo eclesiástico da antiga sede conimbrigense, fenómeno, apesar do interesse da proposta[1836], sem interferência islâmica. A raiz etimológica de Condeixa encontrar-

[1828] Martins 1951, 337, nota 2
[1829] De Man 2007a, 699-712
[1830] Étienne, Fabre, Lévêque e Lévêque 1976, 118-119
[1831] De Man 2006d, no prelo
[1832] Tranoy 1974, 171, 173 e 175
[1833] Sousa 1962, 5
[1834] Gomes 2000, 123
[1835] De Man 2006a, 60
[1836] Picard 2000, 182

se-á numa derivação medieval do *condere* latino, pretendendo significar algo próximo de "reduto"[1837], numa alusão directa às muralhas, portanto, nada tendo a ver com as explicações folclóricas que associam a palavra a uma eventual condessa. Tais hipóteses apoiam-se num testamento do século X que refere a *Villa Cova de condesa Domna Onega* (PMH/DC 034, 21)[1838], mas a correspondência com Condeixa já foi, de resto, avaliada sem subscrição[1839]. O que importa reter é o reconhecimento de um núcleo de povoamento amuralhado que, de acordo com os indicadores cronológicos, atingiu o período da Reconquista[1840]. Ao longo da última década, a sucessiva ocupação da antiga capital de *civitas* e sede episcopal tem vindo a ser bem definida, não apenas em locais específicos, mas ao longo da inteira área de ocupação intra-muros[1841]. Para o período alto-medieval, essa contínua presença doméstica de grandes grupos humanos num local sem confirmação administrativa apenas se compreende no âmbito de um "encastramento pobre"[1842], mantido pela capacidade de controlo e defesa de um corredor geográfico continuamente militarizado[1843].

Na sequência dos grandes programas edilícios de época alto-imperial, a cidade tinha conhecido uma fase de predominante investimento privado, reestruturando grande parte do urbanismo[1844], que viria a ser alterado no momento de implantação da muralha. Uma tal integração, em detrimento de espaços públicos e privados, obstruindo eixos de circulação como os do sector meridional ou como a praça diante da casa dos repuxos, revela uma lógica na optimização de espaço, na medida em que desse esforço resultaram novas passagens, nomeadamente a mais evidente de todas, que se formou no exterior da muralha. O próprio facto de ter existido integração de estruturas funcionais demonstra, antes de mais, uma insistência na localização do novo percurso murário, possivelmente conectada com o espaço entre a via e a depressão a Norte da Casa dos Repuxos. Essa característica, associada à topografia da restante extensão, poderá explicar a falta de empenho num fosso defensivo, cuja criação seria últil apenas na zona sudeste. Em hipotética compensação à ausência de fosso defensivo, constata-se que existem torres apenas onde o declive tornava directa a aproximação à muralha. É

[1837] De Man e Soares 2008, no prelo
[1838] Emiliano 2007, 2
[1839] Alarcão 2004c, 102-103
[1840] De Man e Soares 2005, no prelo
[1841] De Man 2008c, no prelo
[1842] Pastor 1998, 320
[1843] Correia e De Man 2008, no prelo
[1844] Correia 1999, 12-27

verdade que, num sentido complementar, deva se equacionado o carácter cenográfico dessas sete torres conimbrigenses, já que a respectiva disposição se concentra com nitidez em torno do acesso principal monumentalizado[1845]. Mas é muito significativo que elas não foram construídas noutros locais com protecção topográfica, como em redor da porta secundária, ainda que na curva nordeste da muralha se localize uma protuberância muito destruída, que poderia ser interpretada como outra torre. A sua localização, com visibilidade sobre o vale de Condeixa, é funcionalmente sugestiva mas em todo o caso não se articula numa linha de torres. A configuração da muralha decorreu, portanto, segundo a presença de preexistências edificadas, que por seu turno haviam sofrido restrições de espaço causadas pelo próprio nivelamento do planalto. De um ponto de vista topográfico, destaca-se desde logo uma dupla estratégia de implantação, que por um lado reaproveitou alinhamentos da cerca alto-imperial[1846], de cronologia pré-flaviana[1847], enquanto o sector ocidental assenta num espaço doméstico demolido. Esta articulação tem sido repetidamente tratada em textos recentes, sendo de reter, acima de tudo, a complexa problemática urbanística subjacente, com graves alterações topológicas impossíveis de inverter, centradas na nova muralha. É de insistir no facto da muralha representar apenas o elemento mais visível de uma ampla transição urbana[1848]. Vasco Mantas identificou uma possível centuriação orientada segundo a nova muralha[1849], o que implicaria uma reorganização não apenas interna à cidade, mas também com expressão territorial, na qual aliás se entenderiam bem a série de miliários tetrárquicos[1850].

A definição cronológica da muralha tem vindo a ser refinada através de trabalhos de escavação e da sistematização de dados relativos. Estes últimos apoiam-se na análise de espaços afectados, como se observa na Casa da Cruz Suástica e na dos Esqueletos, ambas desmanteladas numa relação directa com a construção da muralha, que se apoia nas suas paredes exteriores ocidentais. O cariz funerário de uma parte destas casas evidencia uma transformação assaz precoce, situável numa fase imediatamente posterior à sua invalidação doméstica. Uma das sepulturas continha um conjunto numismático

[1845] De Man 2007a, 707-708
[1846] Pessoa 1991, 6-7
[1847] Correia 2004a, 52
[1848] De Man e Soares 2008, no prelo
[1849] Mantas 1985, 177
[1850] Étienne, Fabre, Lévêque e Lévêque 1976, 118-119

datável de finais do século IV e inícios do século V[1851], num cenário extra-muros mais inspiradora de uma lógica clássica do que paleocristã. Na Casa dos Repuxos, mais a Norte, também existem indícios de inutilização doméstica[1852]; o pórtico de entrada foi suprimido e parcialmente integrado na muralha, obstruindo uma considerável secção do acesso principal. Embora já tenha sido avançado uma hipótese de manutenção funcional desta casa[1853], tal concepção, problemática em termos urbanísticos, baseia-se na presença de materiais de inícios do século IV em níveis coerentes da casa, associada a uma renovação musiva. Ambos os indicadores, cuja bondade se aceita, são contudo perfeitamente integráveis em renovações prévias à construção da muralha. Um outro facto, que outrossim se estende às duas *domus* a sul da porta, consiste na muito desigual distribuição de *sigillata* tardia. Na verdade, as únicas concentrações de cerâmica africana e foceense tardia da zona demolida consistem em lixeiras ou, no melhor dos casos, em níveis de ocupação terminal muito localizada. A restante colecção de cerâmica de importação é por inteiro proveniente do espaço intra-muros, onde surge com razoável frequência em contextos de circulação selados. Do lado interno, a chamada Casa de *Cantaber* foi preservada de forma muito evidente, com adição de latrinas e do peristilo truncado[1854], obstruindo o que restava da rua a Oriente da casa, já numa relação com a muralha, demonstrando a preservação funcional do espaço doméstico. Se a redução de perímetro impelia à passagem da muralha nessa linha topográfica, seria inoportuno abdicar de uma maior área residencial do que a estritamente necessária para o efeito. A desarticulação funcional da *domus* na transição para a Tardo-antiguidade[1855] tem de ser entendida na relação contínua com a muralha, porque existem indícios, com datações seguras[1856], de ocupações que atingem o século IX. Neste contexto urbanístico, a relação de adjacência com a chamada basílica paleocristã confere uma racionalidade mais ampla a essa determinação cronológica. Com anterioridade aos trabalhos da equipa luso-espanhola, a "basílica" era tida como adaptação paleocristã[1857] de uma *domus ecclesiae*, com transformação do tanque central em baptistério, ideia não descabida em teoria, apesar do cepticismo sempre

[1851] Alarcão 1992c, 8
[1852] Oleiro 1992, 25
[1853] Morand 2005, 26-28
[1854] Correia 2001, 134
[1855] De Man 2006c, 150
[1856] De Man e Soares 2007, 288
[1857] Maciel 1992, 477-478

demonstrado por autores como Palol[1858]. O que surpreende nos resultados dos últimos quatro anos de investigação é a inexistência de estruturas arquitectónicas ou deposicionais significativas entre a *domus* de *Tancinus* e aquilo que se tem vindo a identificar como igreja alto-medieval. Uma sequência arqueológica permitiu precisar a relação entre um pequeno troço termal, localizado entre a muralha e a *domus* de *Tancinus*, e a construção do espaço religioso[1859], significando, para o que interessa de momento, a sobreposição da muralha à extensão ocidental das termas a extensão das termas para Ocidente. De resto, o cemitério do complexo evidencia uma clara utilização litúrgica num período medieval[1860], centrado no século XII, constatável através da datação pelo radiocarbono da necrópole[1861].

A porta principal, comummente apelidada de Tomar, tal como a secundária, ou de Coimbra, continuaram a situar-se sobre os mesmos eixos viários que haviam servido as portas alto-imperiais, instalando-se numa posição mais recuada, num acompanhamento da retracção de perímetro. A primeira e mais monumental dessas estruturas tardias sofreu uma obstrução na sequência de um episódio traumático, de acordo com os dados da escavação original. Uma indicadora camada de cinza, aliada à silharia calcinada, continha os batentes em ferro da porta, e sobre esse nível de destruição tinha sido pavimentada uma nova calçada[1862], eventualmente interpretável como contemporânea das últimas ocupações medievais de *Conimbriga*. Por seu turno, as transformações em torno da porta secundária evidenciam adaptações que se centram na manutenção da linha da cloaca e do viaduto, sobre a qual foi instalada a entrada que, sem torres de flanqueio, se revela de reduzida monumentalidade. Uma escavação recente nesta zona, a cargo de Maria Pilar Reis, pôs a descoberto transformações muito agressivas entre a muralha e as termas do aqueduto, onde se constata a anulação de um pavimento, tal como a adaptação da muralha a canais de escoamento de água prévios. A curvatura que a muralha apresenta neste local, associada às evidentes reconstruções de grande vulto no paramento, poderia, em princípio, corresponder a alguma alteração de traçado pós-romana. No entanto, uma outra intervenção permitiu constatar uma conformidade cronológica, a nível do alicerce, com a restante extensão. O afeiçoamento da rocha

[1858] Palol 1967, 168-169
[1859] Martínez Tejera e Quiroga 2008, no prelo
[1860] Benito Díez 2008, no prelo
[1861] De Man, Martins e Soares, no prelo
[1862] Correia 1936, 4

suporta uma primeira fiada de silharia, distinta da sobreposta por se encontrar colocada numa posição ligeiramente mais contraída, mas o material associado é composto, entre outros, por *sigillata* africana Clara C, embora sem orientabilidade.

A par de outras soluções adaptativas na fundação[1863], uma significativa parte da muralha tardia localiza-se sobre a sua congénere prévia, a qual acabou integrada no novo núcleo, o que se observa nalgumas partes parcialmente derrubadas, como na zona da poterna, que aliás é, em si, uma recuperação de uma abertura semelhante de cronologia prévia[1864]. A sobreposição estrutural foi implementada na maior parte do troço setentrional, que se desviou numa inflexão intencional para atingir o edifício anfiteatral. Na realidade, existe uma relação de causalidade directa entre a demolição do anfiteatro e a construção da muralha, num sentido de obtenção de matéria-prima reaproveitável, mas acima de tudo numa óptica de sobreposição arquitectónica. O anfiteatro tinha sido construído através do aproveitamento parcial de um declive, entre a plataforma que depois viria a constituir a cidade tardia, e o vale de Condeixa-a-Velha. A base da colina foi escavada no sentido de criar uma verticalidade suficiente para adossar o inteiro lado sul do edifício de espectáculos, fornecendo em simultâneo tufo calcário para a sua construção, e um apoio rochoso maciço à *cavea*. Em consequência directa, a depressão, que numa topografia proto-histórica se desdobrara num nivelamento muito menos abrupto, foi acentuada de modo artificial aquando da implantação do anfiteatro, tendo ficado clara a existência de um desnível artificial brusco. No momento de concretização da muralha tetrárquica, o carácter obsoleto do anfiteatro poderia ter conduzido à sua inclusão na defesa, o que não aconteceu, eventualmente por uma questão de articulação defensiva, já que se exporia, sem necessidade, três quartos do recinto anfiteatral ao acesso mais óbvio do vale. Em duas zonas meridionais do anfiteatro foram levadas a cabo escavações, dentro de um pequeno sector mantido intra-muros pelo percurso da muralha tardia. As estruturas anfiteatrais ficaram conservadas imediatamente abaixo do primeiro nível de circulação posteriores à muralha, numa lógica estrutural de sobreposição. Já a primeira das intervenções identificara um *cavaedium* com características particulares sob a muralha, a uma cota bastante elevada mas, não tendo atingido elementos estruturantes, ficou por esclarecer se a edificação da muralha tinha

[1863] De Man 2006d, no prelo
[1864] De Man 2007a, 706

obrigado à demolição total do anfiteatro[1865]. As últimas duas campanhas, em 2006 e 2007, permitiram a definição de um *vomitorium* superior que, devido à sua posição meridional, assenta na rocha da plataforma interna, na qual o anfiteatro se apoiou em pelo menos dois metros[1866]. Esse corredor encaixa no muro perimetral, e ambos os elementos revelam uma demolição racional, atingindo apenas a cota necessária para assentar um nivelamento. Os horizontes alto-medievais que se sobrepuseram a esta normalização topográfica têm vindo a ser datados pelo radiocarbono[1867], destacando-se uma estratigrafia caracterizada por uma paulatina sucessão de níveis domésticos perfeitamente horizontais, com grandes rupturas apenas nos séculos XI e XII[1868]. Focando os níveis associáveis aos momentos de demolição anfiteatral e construção murária, torna-se possível estreitar o vago intervalo que tradicionalmente aponta os finais do século III e os inícios do século IV. As peças mais indicativas consistem em *sigillata* hispânica tardia, nomeadamente Dragendorff 37 tardia e algumas deformações da Dragendorff 15 / 17. As produções africanas Clara D são abundantes, e deve ser destacado um pequeno fragmento não orientável que se encontrava depositado numa fina camada orgânica entre a muralha e o anfiteatro.

No tocante às defesas pós-imperiais de *Conimbriga*, a zona do Bico da Muralha, parcialmente intervencionada nos anos quarenta e setenta, e depois novamente em finais da década de 1980[1869], é um recinto intra-muros localizado no extremo ocidental da cidade. O espaço, tradicionalmente tomado como "praça de armas" ou "almedina"[1870], foi alvo de outra escavação, que permitiu expor a estratigrafia correspondente à construção da sua muralha principal. Adossando à muralha do Baixo Império, não beneficiou de investimento em fundações, mas sim num contraforte adicionado para solucionar a instabilidade resultante. Os horizontes cronológicos identificados apontam para um ciclo activo por volta do século VI, associado ao momento de construção, sobreposto por outro conjunto de unidades que reflectem uma actividade de tecelagem[1871]. O fortim triangular é portanto de cronologia visigótica, numa clara separação urbana, de lógica militar. É muito possível que se trate de uma construção de

[1865] Correia 1997, 39
[1866] De Man 2007d, 69
[1867] De Man e Soares 2007, 285-294
[1868] De Man 2006/2007, 59-67
[1869] Arruda 1988/1989, 93-100
[1870] Costa 1868, 23
[1871] De Man 2007c, 4-5

Leovigildo, possivelmente complementar ao sistema de pequenas fortificações instaladas no Noroeste, ou então associável à questão das *plurimae rebelles Hispaniae urbes* submetidas pelo monarca, segundo Isidoro de Sevilha (*Hist. Goth.* 49)[1872]. Nesse movimento de conquista, assistiu-se à instalação de poderosas guarnições noutros núcleos urbanos, como Viseu, Porto, Tuy e Braga[1873], numa conseguida tentativa de controlar eventuais rebeliões suévicas após a de Malarico, rapidamente anulada. Outra hipótese cronológica viável prende-se com a acção de Recaredo, na sequência da transferência de bispado para Coimbra.

2.6. Coria

A muralha baixo-imperial de Coria constitui um exemplo muito característico de defesa urbana tardia, enquadrando-se num estilo geral que, apesar da longa disputa sobre a cronologia original, conduziu à classificação do conjunto como tardo-romano[1874]. Englobando uma área original de pouco mais de seis hectares, ela delimita um planalto irregular, vagamente trapezoidal, cuja vertente sul forma uma barreira em forte declive, sobre o rio Alagón. Tem sido sujeita a uma manutenção racionalizada pela Junta de Extremadura desde 1987, que optou também por reconstruir partes importantes do troço, na calle del Horno[1875] e, mais recentemente, na calle Cantarranas[1876]. A espessura deste perímetro ultrapassa os quatro metros, com uma altura que varia entre os dez e os catorze. Afigura-se possível que o troço actual não tenha tido precedentes republicanos ou augustanos, a julgar pela inexistência de material dessa época nas fundações[1877]. No entanto, intervenções recentes em redor da Puerta de la Ciudad permitiram constatar uma muralha anterior à actual, construída com recurso a *opus caementicium*[1878]. Quanto às torres, quadrangulares, elas medem 5, 80, 5, 50 e 4, 70 metros de largura e 2, 90, 2, 80 e 2, 35 metros de profundidade. Dispõem-se a distâncias relativamente curtas, a intervalos variam entre os oito metros e sessenta e os doze[1879], com um máximo de

[1872] Rodríguez Alonso 1975, 225
[1873] García Moreno 1989, 131
[1874] Johnson 1983, 128
[1875] Mateos Cruz 1999, 79
[1876] Muñoz García e Gutiérrez Millán 2000, 250
[1877] Días Martos 1956, 290
[1878] Espada Belmonte s/d, 3
[1879] Mélida 1914-16, 105

trinta metros[1880]. Mélida[1881] olhava esta fortificação em grande parte como reconstrução medieval, e Schulten admitiu a mesma hipótese[1882], mas Richmond[1883] e Balil[1884] reconheceram a sua romanidade. O último autor referiu a ausência de um cimento entre os blocos de silharia granítica bem esquadrada, e também a esporádica utilização de uma disposição a soga e tição, bem visível na mencionada calle del Horno. A cronologia tardo-romana continua a representar a mais aceitável, embora ainda enquadrada pelo tradicional intervalo de finais do século III e começos do século IV[1885]. O limite mais alto dessa proposta poderá ser algo precoce, como parecem sugerir alguns dados arqueológicos mais tardios, tal como os paralelos formais das torres, que incluem o monumento num ambiente lusitano tardio.

Insistindo sucessivamente na legitimação do *opus quadratum* primitivo, os reconstrutores da muralha de Coria transformaram a muralha tardo-romana num monumento difícil de avaliar. A investigação actual assenta numa atribuição romana a duas fases das fiadas inferiores, construídas a soga e tição[1886]. É nítido que as bases escavadas recentemente no sector norte reportam ao Baixo Império, e que as fiadas intermédias foram desmontadas em mais do que uma ocasião. A torre que viria a funcionar como de flanqueio da Puerta de San Francisco, por exemplo, não convence quanto à sua romanidade, com padrões muito transformados até o nível de circulação actual, embora mesmo a sua reconstrução mais recente seja prévia à porta. Na verdade, sucessivas reformas fizeram com que a muralha se alterasse substancialmente, e várias reconsiderações recentes têm atribuído a muralha a uma fase muito mais tardia, do século VIII ou IX. A verdade é que as insurreições berberes poderiam ser relacionadas com uma reforma muçulmana, que existiu com toda a certeza. Nos finais do século X, o exército de Almansor acampou aqui, aquando da quadragésima oitava campanha de Verão, antes da já referida reunião em Viseu, na Cava do Viriato[1887]. De acordo com um estudo arquitectónico[1888], a heterogeneidade das fiadas verifica-se principalmente no tramo superior da muralha, ou seja, nas zonas mais sujeitas a alterações. Em 1956,

[1880] Días Martos 1956, 278
[1881] Mélida 1914-16, 106
[1882] Schulten 1931, 238
[1883] Richmond 1931, 99
[1884] Balil 1960, 194
[1885] Guerra e Sagredo San Estáquio 2006, 238
[1886] Espada Belmonte 2007, 5
[1887] Coelho 1975, 257
[1888] Sánz 2001, 5

Arturo Días Martos mencionava que na disposição dos silhares não se seguiu um sistema, salvo em pequenos troços de soga e tição[1889]. Com base parcial nesta constatação, Muñoz García e Gutiérrez Millán atribuíram boa parte das fases construtivas mais antigas à época islâmica[1890]. Estas concepções são de grande interesse mas baseiam-se numa estratigrafia murária e na morfologia geral, nomeadamente na existência de engatilhados e outro material romano reutilizado. No entanto, o reconhecimento de uma intervenção arquitectónica posterior não serve de argumento para negar a origem romana do monumento. De acordo com intervenções recentes, a base da muralha actual, disposta a tição, é imperial, tal como as primeiras fiadas a soga e tição, que se encontravam a uma cota mais baixa que o nível visigótico-emiral prévio à reconstrução. Os materiais associados à base são todos romanos, com especial destaque para a *sigillata* hispânica tardia. O relatório das escavações, levadas a cabo na parte noroeste da cidade, destaca ainda a reduzida profundidade dos alicerces, que não penetram mais do que quinze centímetros no estrato geológico[1891]. Até há pouco tempo, o único tramo com nítidas fundações escavadas no solo encontrava-se a sudeste[1892], entre o postigo e a porta do Sol. Perante estas evidências, dissipa-se a validade de uma hipótese medievalista, cujos argumentos se basearam sempre nas reconstruções de paramentos. Nalguns pontos, as fundações deixam de ser de tipologia cimentada mas passam a apoiar-se directamente na rocha aplanada para o efeito, com ressalto, elemento atribuído à arquitectura militar andaluza[1893], como já ficou destacado mais acima. De grande importância são os resultados dos trabalhos recentes na zona da catedral, onde Espada Belmonte[1894] pôs a descoberto um lanço de muralha bastante bem conservado. Trata-se de uma extensa linha de muralha baixo-imperial, composta por silharia granítica a soga e tição, definitivamente fundacional, numa zona em que se articula com uma estrutura prévia, do século I ou II. Do lado interno destaca-se a existência de uma rua baixo-imperial, talvez relacionável com a Puerta del Postigo, que após o seu adossamento primitivo à muralha sofreu uma reformulação, ficando parcialmente cortada. Nesta zona meridional, tinha sido perdido o traçado da muralha, o que resultou numa série de indefinições na zona das praças del Atrio del Perdón e del Testero. Estes novos trabalhos demonstram uma articulação estreita entre a muralha baixo-imperial e a

[1889] Días Martos 1956, 277
[1890] Muñoz García e Gutiérrez Millán 2000, 252-254
[1891] Silva Cordero e Moreno Carrasco 1999
[1892] Días Martos 1956, 279
[1893] Torres e López 1998, 480
[1894] Espada Belmonte 2007, 12-13

própria catedral; nesta extensão, a muralha original surge como ininterrupta, atingindo por vezes oito fiadas originais, entre o palácio do Duque de Alba e o complexo catedralício. A muralha, desmontada até à quarta fiada, acabou integrada no próprio palácio, tendo sido sobreposta por um muro de taipa. A destruição localizada fez com que restasse apenas a base ou um dos paramentos, mas a muralha ressurge completa dentro do Jardín del Paredón de la Catedral, sendo depois cortada pelo edifício da Sacristia de Canónigos Beneficiados, a partir de onde voltou a ser desmontada por inteiro[1895].

Velo y Neto[1896] descreveu as portas, considerando romanas apenas as de San Pedro e a de la Guía. A primeira foi deformada por uma habitação que se lhe sobrepôs, ostentando torres laterais que sobressaem três metros, tendo ambas seis metros de largura. As suas torres de flanqueio são quadrangulares e as passagens cobrem-se de vãos de meio ponto e abóbadas de ladrilho. Por outro lado, os torreões da Puerta de la Guía ou de la Estrella (ou ainda de la Ciudad, de la Villa, da Escalerilla ou ainda de las Quatro Calles[1897]) são ligeiramente mais estreitas mas o espaço abobadado entre o arco exterior e interior tem uma maior distância do que os 4, 30 metros do exemplo precedente. As outras duas entradas, a del Carmen e principalmente el Rollo, são fortemente reconstruídas. A primeira, também chamada del Sol, perdeu por completo as suas torres. A porta de el Rollo, ou de San Francisco, é comprovadamente uma criação da primeira metade do século XVI. A aparente irregularidade na colocação das torres deve-se provavelmente ao facto de muitas delas já não existirem na planta actual[1898]. Existiu também um postigo ou poterna tapada já no século XX[1899]. O Postigo del Río representava o acesso pedonal mais directo à cidade para quem acedia pela ponte; a estrada contornava obrigatoriamente a elevação, subindo em paralelo até a porta del Sol, onde o nivelamento da plataforma permitia um acesso a carros e cargas.

Nos inícios do século IX, a cidade tornara-se um importante centro dos berberes Masmuda, e surge referida como *madina* numa crónica[1900], na qual se especifica que o local tinha sido destruído pouco tempo antes, provavelmente no seio de lutas internas

[1895] Espada Belmonte 2007, 19-20
[1896] Velo y Neto 1947, 37
[1897] Andrés Ordax e Pizarro Gómez 1995, 233
[1898] Balil 1960, 194
[1899] Andrés Ordax e Pizarro Gómez 1995, 233
[1900] Kennedy 2006, 54

entre grupos berberes. Nos três séculos seguintes, a cidade foi efectivamente refortificada. A Crónica de Afonso VII menciona que por volta de 1139 ou 1140, os habitantes de Coria (*unos malos hombres que decían ser cristianos y no lo eran*) entregaram a cidade aos Almorávidas, o que obrigou o imperador a cercar a cidade e a tomá-la, com grandes perdas, em 1142[1901]. Aquando dos cercos cristãos a Coria, em 1139-1142, os atacantes tiveram de recorrer a uma série de máquinas, entre as quais torres de madeira, e nessa ocasião os defensores muçulmanos taparam as próprias portas urbanas, enquanto os Cristãos se dedicavam à escavação de minas e usavam *ingenios que llamaban bastidos, que arruinaban á los muros con que la combatían fuertemente*[1902]. Três séculos depois, o ataque de 1467 a Coria, no seio da guerra entre partidários do rei don Enrique e o infante don Alonso, resultou num cerco de onze meses ao castelo, o que deve ter afectado seriamente as muralhas urbanas, apesar do cerco *pactibus terminatur* (Lib. viii, 10, 45)[1903]. De facto, o castelo foi reconstruído em 1472, e aquando dessas obras foram incorporadas epígrafes latinas e algumas estelas, eventualmente alto-medievais, embora a decoração possa ser anterior[1904]. É por isso fácil de considerar que a inserção de inscrições nas defesas não se relaciona necessariamente com o Baixo Império. Em Coria é bem visível a recuperação de epigrafia inutilizada, transformada em material de construção. Baseando-se em Claudio Constanzo[1905], Hübner referia vinte e nove epígrafes incrustadas na muralha, sendo hoje conhecido, pela obra de Sánchez Albalá e Vinagre Nevado, quase três vezes esse número[1906]. Algumas dessas inscrições, pela sua posição aparentemente original na muralha, poderiam indicar um limite cronológico inferior. Para aduzir apenas alguns exemplos mais evidentes, remete-se para o de um bloco epigrafado incrustado sobre a Puerta de la Guía[1907], ou de outro, entre as Portas de San Pedro e del Sol, situado no século III[1908]. No entanto, nada em concreto indica a época de reutilização final desses elementos. Uma segunda muralha, mais pequena e paralela, considerada barbacã, já tinha sido detectada durante anteriores trabalhos de escavação, tem de ser atribuída ao cerco de Afonso VII. Quanto às alterações ulteriores, foi principalmente entre 1648 e 1665 que as defesas urbanas foram muito reforçadas para resistir aos ataques

[1901] Floriano 1952, 50
[1902] Espada Belmonte, 2007, 13
[1903] Palencia 1999, 367
[1904] Hervás e Moreno Carrasco 2000, 165
[1905] Martínez 2000, 348
[1906] Sánchez Albalá e Vinagre Nevado 1998, 99, 101, 107
[1907] Cean-Bermudez 1987, 409
[1908] Martín Valls 1970, 451

portugueses, tendo sido empregue pedra mais pequena, por isso bem diferenciável da muralha romana.

2.7. Cáceres

Aquela que, para Ptolomeu (Geografia II, 5), era a segunda cidade da Hispânia estendia o seu *cardo* principal entre as portas de Coria, a norte, e a de Mérida, a sul; o *decumanus maximus* corre entre a Puerta del Río e uma outra entrada não identificada[1909]. Fundada pelo procônsul *Caius Norbanus Flaccus* em 35 a. C., e obviamente promovida por César, a *Colonia Norbense Caesarina* foi implantada a três quilómetros do acampamento prévio de Cáceres el Viejo. Continua obscuro o papel dos campos militares republicanos de Metelo, referidos de forma particular na *Naturalis Historia* (4, 117): *Norbensis Caesarina cognomine, contributa sunt in eam Castra Servilia, Castra Caecilia*[1910]. Tovar Paz[1911] indicou que o termo *contributa*, neste contexto, é nitidamente referente a um único grupo de população, criado a partir de uma mesma origem. Não se pretende desenvolver aqui esta muito debatida questão, mas desde Schulten que se tem chamado a atenção para o óbvio facto da cidade medieval não se ter desenvolvido sobre Cáceres el Viejo, nem sobre Peña Redonda. Houve quem quisesse descobrir na disposição de Cáceres um terceiro acampamento romano ou, com mais razão, a localização de *Castra Caecilia*, o *vicus* pliniano, referido aliás como *mansio* por Castório, pelo Anónimo de Ravena e nos *Vetera Romanorum Itineraria*[1912]. No entanto, parece muito aceitável que *Castra Caecilia* se localize junto da cidade actual, em San Blas ou na zona do Seminário[1913]. Para o que interessa às muralhas tardias de Cáceres, é de reconhecer que a forma urbana se baseia numa forma quadrangular, mantida durante os séculos III e IV[1914], com torres quadrangulares destacadas e eventualmente uma outra, de canto, de feição circular[1915], talvez de origem tardo-romana[1916]. Tal delimitação geral segue a ordem dos acampamentos, compatível com uma disposição colonial, e tem sido sugerido que as actuais muralhas medievais

[1909] Lozano Bartolozzi 2004, 44
[1910] Guerra 1995, 101
[1911] Tovar Paz 1993, 154-155
[1912] Lumbreras Valiente 1981, 116
[1913] Salas Martín 1996, 78
[1914] Andrés Ordax e Pizarro Gómez 1995, 152
[1915] Johnson 1983, 125-128
[1916] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2005, 311

possam ter seguido o percurso das romanas[1917], provavelmente devido à própria topografia do sítio, que em grande parte induz a essa forma urbana. É verdade que o traçado medieval não se deve ter afastado muito do recinto tardo-romano, principalmente nos lados meridional e oriental, como considerava há quase um século José Ramón Mélida[1918]. Mas de acordo com Hugo Chautón, pelo menos nalguns pontos, esta muralha baixo-imperial localiza-se uns três ou quatro metros para o interior da muralha medieval, que se mantém hoje[1919]. Em época visigótica, a antiga *Norba* adoptou o seu antigo epíteto, na medida em que as cunhagens de Leovigildo referem *Cesarea* e *Cesarina*; estas moedas resultam da dupla tomada da cidade, na sequência da revolta do filho Hermenegildo em 582. A sublevação católica, imediatamente após a primeira submissão, obrigou a novo cerco, mas não é líquido que alguma destas acções tenha causado danos significativos na muralha, reconstruída, pelo menos de acordo com Floriano, nos finais da época visigótica[1920].

É hoje evidente que a muralha de *Norba Caesarina*, colónia vizinha da capital de província, foi severamente reconstruída em época muçulmana, formando assim o que viria a ser o *castrum quod dicitur Caceres*, patente numa bula de Alexandre III, de 1168[1921]. Não é claro se nas obras almóadas realizadas entre 1150 e 1160 houve uma sobreposição total ao traçado romano ou se apenas foi reaproveitado parte do material de construção[1922]. É muito indicativo que a muralha de taipa almóada se eleve declaradamente sobre silharia romana[1923], técnica aliás recorrente na Lusitânia, como se observa, entre outros, em Juromenha[1924], para evitar infiltrações de humidade e para fortalecer a base. A cerca califal de Cáceres, com torres quadradas, devia assentar com toda a probabilidade no circuito tardo-antigo, antes da grande transformação almóada criar uma nova muralha com torres albarrãs e poligonais. Apesar das dificuldades em individualizar os troços romanos do flanco oriental da cidade, parecem ser anteriores às formações a soga e tição, por vezes com recurso a material reutilizado, que têm vindo a ser qualificadas de omíadas[1925] mas que poderão ser encaradas no contexto de uma

[1917] Oswald 2006, 36
[1918] Mélida 1914-16, 67
[1919] Mateos 2005, s/p
[1920] Floriano 1952, 45-47
[1921] Lumbreras Valiente 1981, 115
[1922] Mateos Cruz 1999, 61
[1923] Matas Cascos 1996, 261
[1924] Bruno 2000, 63
[1925] Valdés Fernández 1991, 550

tradição romano-visigótica. Ainda assim, no seguimento de Torres Balbás[1926], Beltrán Lloris[1927] identificou vários lanços possivelmente romanos, como é o caso da parte exterior da Puerta del Río, do Adarve del Cristo, da zona do Postigo, da Plaza de las Piñuelas ou da Plaza del Socorro. Nesta última localização existe um troço de dez fiadas de silharia granítica, em *opus quadratum*, inserindo nesse aparelho uma alternância a soga e tição. O mesmo investigador descreveu esta muralha como tendo um base ligeiramente mais larga do que as fiadas superiores, sem que tenha havido recorrência a um cimento. A solução é recorrente desde a arquitectura mais antiga, tendo como paralelo mais emblemático a segunda fase da muralha de Tarragona[1928]. Ainda assim, a silharia que tem sido tomada como romana, e que se destaca facilmente das secções medievais, avermelhadas, de taipa e alvenaria argamassada[1929], será indiscutivelmente pré-almóada. Este aparelho original de *Norba* era a seco, ostentando blocos regulares (0, 55 x 0, 42 x 0, 56 metros). Várias secções da muralha almóada permitem identificar uma linha defensiva precedente, em particular no sector Norte. A torre de la Basura, no limite noroeste, sobrepõe-se a uma linha de silharia disposta a soga e tição; a documentação fotográfica de 1974, na posse de E. Cerrillo, destaca uma fundação em pedra mal esquadrada, e uma sobreposição de três fiadas de blocos, numa configuração tipicamente romana. A torre del Socorro, torre albarrã da porta norte e nítido complemento islâmico da muralha romana, é composta na sua base por fiadas de colunas reutilizadas, numa expressão arquitectónica tipicamente islâmica. Entre o postigo e a torre Redonda, que na verdade é uma torre octogonal de taipa no extremo noroeste do recinto, existe um dos lanços de silharia quadrada sobre a qual foi depois elevada a muralha de taipa[1930]. Tanto esta como outra, semelhante e arruinada, a chamada Desmochada localizada a Sudoeste, serviriam de baluarte defensivo ao Alcázar, actual casa de las Veletas[1931]. Nos sectores setentrional e meridional destacam-se inscrições inseridas naquilo que se tem por troço baixo-imperial da muralha urbana[1932] mas, como acontece na maioria dos casos, o limite cronológico oferecido pela epigrafia é demasiado alto para precisar a datação da muralha com alguma objectividade.

[1926] Torres Balbás 1957, 482
[1927] Beltrán Lloris 1975-76, 102-106
[1928] Hauschild 1994, 226
[1929] Torres Balbás 1957, 482
[1930] Floriano 1952, 100
[1931] Mélida 1914-16, 232
[1932] Rodríguez González 2007, 47

A Puerta del Río, arqueada, também chamada Arco del Cristo, representará a única entrada pré-medieval de Cáceres, ainda que, sem comprovação clara, tenha sido posta em relação axial com a torre dos Espaderos, na qual se destacou o arranque de um arco de outra porta urbana romana[1933]. A porta mede três metros e quarenta de largura e uns seis e quarenta de comprimento[1934], ostentando um silhar com um motivo geométrico situável em finais do século III ou inícios do IV[1935]. De facto, as escavações no centro monumental da cidade permitiram concluir uma reurbanização durante o século IV[1936]. A Puerta del Río, de acesso simples, é composta por uma abóboda de meio canhão. O arco interior tem um arranque mais alto que o de fora e destacava-se nos inícios do século XX, perpendicular à muralha, a torre de flanqueio esquerda[1937]. As primeiras dez fiadas são claramente romanas[1938], mas é preciso admitir que os arcos romanos tenham sido desmontados e, de novo, reconstruídos da mesma forma em época pré-almóada, o que explicaria as *dovelas que presentan marcas de grás en su intradós*[1939]. Não se conhece nenhum dado arqueológico da Puerta de Mérida, e a configuração actual do Arco de la Estrella é uma construção do século XVIII[1940], que substituiu a Puerta Nueva em 1477[1941]. A série de assaltos entre 1172, quando os Almóadas aniquilaram os *Fratres de la Espada*, e a tomada final de 1229 por parte dos cristãos, terá obrigado a reformas pontuais nas muralhas, mas torna-se, por outro lado, um indicador da manutenção do dispositivo. O arco de Santa Ana é provavelmente um postigo muçulmano[1942], de feição absolutamente idêntica à que é visível no castelo de Medellín. Após a conquista de Alfonso IX, a muralha foi reparada e Fernando IV decretou em 1303 o carácter exclusivamente nobre e militar da área intramuros, condição sucessivamente mantida até o século XVII. Neste intervalo de tempo criaram-se novas torres, como a de los Púlpitos, datada do século XIV ou XV, enquanto outras foram remodeladas, como a de Bujaco[1943]. As torres e cortinas da muralha sofreram importantes restauros entre 1941 e 1978, com destaque para a referida zona da Torre de

[1933] Mélida 1914-16, 68
[1934] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006b, 260
[1935] Beltrán lloris 1975-76, 107
[1936] Jiménez Marzo e Chauton Pérez 2004, 252
[1937] Mélida 1914-16, 68
[1938] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2006b, 261
[1939] Márquez Bueno e Gurriarán Daza 2003, 62
[1940] Mélida 1922, 44
[1941] Floriano 1952, 94
[1942] Lozano Bartolozzi 2004, 46
[1943] Matas Cascos 1996, 263

los Púlpitos, o bairro de San Roque e, claro, para as torres albarrãs e a muralha de taipa[1944]. Estas obras de restauro, levadas a cabo essencialmente por González-Valcárcel[1945], consistiram na construção de novos troços e restauros *sin que se note*[1946].

2.8. Santarém

No desconhecimento de qualquer troço de muralha romana em *Scallabis*, a cidade poderia não figurar neste texto. Todavia, o contexto histórico e a referência biclarense à sua transição para mãos de Sunerico, comandante militar de Teodorico[1947], obriga a tecer um comentário. De resto, a identificação positiva com Santarém não passa de uma boa hipótese de trabalho, visto haver margem para discrepância a partir de fontes islâmicas[1948]. Mesmo sem confirmação, para a qual apenas poderia contribuir novo material epigráfico, proveniente da cidade ou de outro núcleo próximo que corresponda à antiga colónia, não é por ora descabido associá-la a Santarém. Para alguns, a primitiva urbanística escalabitana teria sobrevivido na parte velha da cidade actual[1949], embora tal regularidade, não sendo absolutamente nítida em fotografia de satélite, possa não ter origem imperial. O que se constata sem dificuldade é uma conformação topográfica absolutamente idêntica à de *Conimbriga*, nomeadamente a de uma cidade de esporão[1950], seccionada por uma muralha e com uma fortificação independente na extremidade, com visibilidade sobre o rio e o vale. Trata-se de um sítio com bons materiais alto-imperiais e islâmicos, mas o final da época romana, nomeadamente o século V, continua sem definição coerente[1951], perante a identificação, desde os meados da década de 1980, de amplas ocupações da Alta Idade Média[1952]. Também os materiais dos séculos X a XII, atribuídos a uma fase de afirmação e crescimento[1953] apresentam semelhanças explícitas com a realidade conimbrigense, que nesse momento se encontrava num processo de estagnação[1954]. A topografia deverá ser entendida numa

[1944] Ministerio de Cultura 1989, 467-468
[1945] Ministerio de Cultura 1989, 467-468
[1946] Matas Cascos 1996, 263
[1947] Serrão 1990, 17
[1948] Mantas 1986, 15
[1949] Garcia 1977, 74
[1950] Viana 2007, 49
[1951] Arruda, Viegas e Bargão 2005, 281
[1952] Arruda 1987, 76
[1953] Ramalho, Lopes, Custódio e Valente 2001, 149 e 169-183
[1954] De Man 2004b, 459-471

oposição entre a alcáçova, o hipotético primitivo *Praesidium Iulium*, e o núcleo de povoamento romano, isto é, *Scallabis*, num plano mais articulado com o rio. Mas a necessária fortificação romana englobando a elevação não corresponde à muralha medieval. Prova disso são as estruturas romanas descobertas no sector sul, nomeadamente três cisternas e um tanque, sob a muralha[1955]. No século XV, a Quinta da Nossa Senhora da Saúde, situada na Assacaia, na planície a Norte da alcáçova, chamava-se *Santa Catarina de Mouram* ou de *Mourol*[1956], e a reminiscência a *Moron* afigura-se sugestiva, no seguimento da investigação de Vasco Mantas[1957]. A duplicidade toponímica entre *Moron* e *Praesidium Iulium* poderia, novamente, ser explicada através da existência de dois núcleos urbanos, na alcáçova e na Ribeira[1958]. Em época tetrárquica, a lógica bipolar original da cidade não se teria manifestado em moldes semelhantes, partindo do princípio razoável de que a zona da alcáçova tivesse sido incluída no pomério colonial. Os achados monumentais na elevação[1959], tal como os reaproveitamentos de material imperial na igreja de Santa Maria de Alcáçova[1960], apontam fortemente nesse sentido. A grande diferença para com sítios como a acrópole de Lisboa, por exemplo, consiste na constância de materiais romanos de importação muito tardia, como se verifica não apenas através da *sigillata* africana, mas também da foceense tardia[1961], a cuja presença no cimo do morro apenas pode ser dada uma interpretação de persistência doméstica. A alcáçova de Santarém sofreu, além disso, grandes derrocadas históricas que reduziram o seu espaço interno de seis para os actuais quatro hectares e meio[1962], anulando por conseguinte qualquer avaliação precisa sobre o perímetro amuralhado pré-medieval nesses sítios. Talvez na zona do pódio romano, a desaparecida torre Ladona (< *Ladrona*) representará uma das poucas reminiscências do traçado romano, ao legitimar um espaço com vestígios alto-imperiais, assim formando o *limite do Presidium*[1963]. Muito problemática é a enorme deposição sedimentar do período histórico na zona baixa de Santarém. Na Rua dos Barcos, por exemplo, essa subida do nível de circulação é da ordem dos seis metros, o que faz com que os parcos vestígios de época romana devam ser interpretados como elementos

[1955] Rodrigues e Custódio 2001a, 180
[1956] Beirante 1980, 167
[1957] Mantas 1996a, 590-592
[1958] Alarcão 2002, 38-41
[1959] Quinteira 1996, 63-65
[1960] Fernandes 2003, 73
[1961] Viegas 2001, 250-254
[1962] Viana 2007, 46-47
[1963] Cardoso 2001, 61

descontextualizados[1964]. Também as escavações na Igreja de São João Evangelista, local do achado de uma cancela de altar atribuída aos séculos VIII-IX, permitiram o registo de material anfórico em camadas de areia muito profundas[1965]. O rio e a zona portuária, tal como o bairro de Sesirigo com a basílica da mártir Erene ou Iria do século VII, representam limites seguros, respectivamente no sector norte e oriental. Foi ainda ponderada a hipótese de uma "muralha militar" a ocidente da cidade[1966]. Torna-se difícil de considerar a hipótese de uma ocupação tardo-romana e visigótica intra-muros para lá da ribeira de Runes, mas essa assunção obriga a considerar os limites fortificados de *Scallabis* aquando do ataque de Sunerico, em 460. Sem dados concretos, não pareceria abusivo pensar numa retracção tardo-romana para o planalto, fortificando assim uma área de cerca de cinco hectares[1967] sem afectar o perímetro original, como aliás ocorreu em *Conimbriga*. Aquando do ataque almóada de 1184, parte do arrabalde encontrava-se fora de uma espécie de trincheira[1968], que serviu de primeira linha de defesa, ainda que seja difícil arriscar uma correspondência com a sobrevivência fossilizada de um eventual antigo perímetro.

As repetidas menções medievais à condição estratégica de Santarém[1969] reflectem uma continuidade na condição de fortaleza muçulmana principal. Arrazí, por seu turno, mencionara que *o castelo de Santarém jaz num monte grande e muito alto e muito forte, e não há lugar por onde possa ser combatido senão com muito perigo*[1970]. Esta descrição do século X compagina-se com o monte da alcáçova que terá determinado o traçado amuralhado, de acordo com o acentuado declive que se aligeira apenas do lado ocidental. Além de um possível edifício público e um templo, a zona evidencia uma continuidade na disposição doméstica entre o período tardo-republicano e os finais do século IV e século V, com sucessivas reconstruções nesse enquadramento primitivo[1971]. A *alcazova veteri* de um documento de 1260[1972] reporta a um programa de fortificação islâmico. Mas a reconstrução de muralhas por parte do alcaide Abu Zakaria deu-se não sobre fortificações urbanas, mas antes sobre o sector ocidental da alcáçova, que se

[1964] Almeida 2002, 90
[1965] Ramalho, Lopes, Custódio e Valente 2001, 152
[1966] Rodrigues e Custódio 2001b, 186
[1967] Rodrigues e Custódio 2001a, 180
[1968] Barata 1947, 39
[1969] Serrão 1959, 19-24
[1970] Catalán e Andrés 1974, 84
[1971] Arruda e Viegas 2002, 77-80
[1972] Viegas, Custódio e Mata 1996, 81

encontrava em ruínas. Os cartórios do convento de Avis e de Santa Maria conservam documentação com referência ao *murum quebradum* e *murum fractum* no local[1973]. O eventual teor apócrifo, com origem em Frei António Brandão, do *De expugnatione Scalabis*, não invalida a bondade da menção à recuperação dessa arruinada zona ocidental: o governador cercou a cidade com *muralhas, barabacã e torres pelo lado do Ocidente, que tem o nome de* alplan *porque comparado com os precipícios que todo em volta o cercam parecia plano, pois os antigos muros tinha-os ele mandado encher até acima, a formar como que um promontório, com terra transportada às costas dos prisioneiros*[1974]. Por isso, as referências árabes às fortificações de Santarém tratam já provavelmente apenas da alcáçova, o que se poderia reflectir na descição de Idrissi, que no século XII afirmava claramente que Santarém *não tem muralhas*, informação eventualmente a ser tomada como incorrecta[1975]. Quer seja uma referência ao estado decadente de uma mais ampla muralha romano-visigótica, quer um erro de tradução[1976], é verdade que durante os séculos XI e XII existiu um santuário francês junto a uma das portas da Vila[1977], o que, a não ser que se trate de um acesso da própria alcáçova, remete para uma delimitação urbana, possivelmente reminiscente do perímetro tardo-antigo. Em todo o caso, a lógica medieval entre castelo e núcleo de povoamento foi registada claramente pelo cruzado Osberno quando este opôs o *castrum Scalaphium* a *Sancta Hyrenea*[1978], e nesta oposição já não se vislumbra qualquer vestígio de uma defesa urbana conjunta.

2.9. Lisboa

A expressão urbana original de *Olisipo* apresenta-se relativamente consensual nas suas linhas gerais, estendendo-se o espaço intra-muros do castelo à Rua dos Bacalhoeiros e da Rua Augusta ao Chafariz d'El Rei[1979]. Assim, a lógica alto-imperial incluía, do lado ocidental, uma ampla área que não acabou integrada no perímetro islâmico, cujos 15, 6

[1973] Beirante 1980, 36-38
[1974] Barata 1947, 20-21
[1975] Coelho 1972, 75
[1976] Cardoso 2001, 36
[1977] Viegas, Custódio e Mata 1996, 81
[1978] Mantas 1996a, 595
[1979] Mantas 1997a, 27

hectares de área[1980] são de resto perfeitamente razoáveis para uma importante cidade tardo-antiga da Lusitânia. A Cerca Moura evoluiu sobre um cenário topográfico incerto, e o que se poderá constatar de forma genérica é que as maiores alterações ao circuito se terão dado para Ocidente e Oriente, na medida em que a colina, a Norte, e o rio, a Sul, formavam barreiras urbanísticas, mesmo admitindo alguns desvios ao longo destes últimos limites. O espaço entre o morro do Castelo e as áreas ribeirinhas é descontínuo, com uma topografia irregular, por vezes abrupta, que, em associação a materiais e estruturas, levou à sugestão de uma ocupação intervalada em época romana; do lado oriental, o curso de água a que se chamava a *Regueira* determinaria o fim da cidade[1981]. Tanto a Norte como a Sul, as barreiras formadas por um declive ainda hoje não edificável e pelo rio incitaram a expansões laterais[1982]. Os pouco mais de dois séculos de acção pré-califal não devem ter alterado a muralha que Sucena chamava de visigótica, reconstruída depois em época islâmica com recurso a material de origem romana, nomeadamente colunas e epígrafes votivas e funerárias[1983]. E afigura-se muito improvável que o ataque de Ordonho III de Leão, em 953, tenha destruído realmente a inteira muralha urbana, apontando, de novo, para uma contracção pré-califal do espaço amuralhado. De resto, quanto à hipotética demolição leonesa, ela apoia-se em duas referências perfeitamente generalistas (o monarca *Olisibonam depraedavit*, na Crónica de Sampiro, e *perdomuit usque Ulisbonam*, segundo *Hispaniae Illustratae*), tendo a *Monarchia Lusytana* de Bernardo de Brito retomado a ideia[1984]. Porém, a equiparação automática entre a muralha tardo-romana e a islâmica[1985] não pode ser tomada como certa, havendo em todo o caso legitimação de partes importantes da estrutura imperial.

Nos séculos XI e XII, as muralhas de Lisboa eram *admiráveis e de boa construção*[1986], mas esta descrição reporta à muralha muçulmana, para a qual Fernão Lopes, na Crónica de D. Fernando (LXXIII, 25), ofereceu as localizações máximas: a cidade *nom tiinha outra guarda nem defenssom salvo a cerca velha, que he des a porta do Ferro atá a porta d'Alfama e des o chafariz d'el-rrei atá a porta de Martim Moniz*[1987]. A grande diferença para com as estimativas para a época imperial reside na redução da área

[1980] Sucena 1994, 262
[1981] Pimenta 2005, 23
[1982] Caetano 2004, 27
[1983] Sucena 1994, 261
[1984] Silva 1939, 35-36
[1985] Matos 1999, 7-8
[1986] Coelho 1972, 57
[1987] Macchi 2004, 258

ocidental, o que se constata através da menção à Porta do Ferro. Esta porta, situada no Largo de Santo António da Sé e identificável com a porta ocidental de Idrissi, *a maior da cidade, é encimada de arcos sobrepostos que se apoiam em colunas de mármore, assentes em bases também de mármore*[1988]. A própria configuração desta estrutura indicia fortemente uma construção romana, ainda que já sem ligação com a muralha do Alto Império. Tanto a panorâmica de Bráunio como a descrição medieval de Almunine Alhimiari, que também mencionou as colunas e base de mármore, serviram de argumento para a interpretação da porta como arco de triunfo[1989]. Uma escavação na zona da Porta do Ferro resultou na descoberta de uma ocupação tardo-republicana e outra imperial, esta última associada a um edifício público não determinado, que serviu de muro de sustentação de terras e que foi abandonado no século IV[1990]. Uma grande concentração de inscrições reutilizadas encontrava-se à vista, incrustada no paramento, ou então no próprio núcleo, o que se tornou evidente aquando da demolição da porta, em 1782[1991]. Uma tal aglomeração epigráfica não terá sido obra baixo-medieval, contemporânea daquelas duas hipotéticas portadas ogivais descritas por Herculano, *mostrando bem, por isso, serem contemporâneas da edificação da muralha, isto é, do último quartel do século XIII*[1992]. Um argumento frequentemente aduzido consiste numa comprovada reconstrução termal do século IV, que deixaria o complexo reabilitado numa situação extra-muros[1993]. As termas dos Cássios, inteiramente reconstruídas em 336 (CIL II 191)[1994], ficavam fora da Cerca Moura, e por isso não parece verosímil que esta se tenha sobreposto à muralha tardo-romana[1995]. Interessante é a reutilização de bases de estátuas nesta reedificação[1996]. No entanto, aquando do alargamento fernandino, a zona residencial mais prestigiada ficava fora da cerca, num arrabalde entre Porta do Ferro e a nova, de Santa Catilina[1997], no actual Largo do Loreto: *mujtas das mais ricas moravom todos fora* (Crónica de D. Fernando LXXXVIII)[1998]. Mesmo admitindo uma racionalização estrita no aproveitamento de estruturas prévias, apenas

[1988] Lopes 1968, 69
[1989] Moita e Leite 1986, 64
[1990] Silva 1997, 49-50
[1991] Silva 1939, 88-90
[1992] Herculano 1978, 103
[1993] Mantas 1996a, 578
[1994] Hübner 1869, 26
[1995] Mantas 1997a, 30
[1996] Silva 1997, 61
[1997] Macchi 1975, 307
[1998] Lopes s/d, 233

uma pequena parte das setenta e sete torres referidas por Damião de Góis[1999] seriam, pois, de origem pré-islâmica, o que se constata também na questão menos evidente das portas. Além da Porta do Ferro, a mais completa das fontes islâmicas também descreve outra entrada a Oeste, a de Alfofa, na Rua do Milagre de Santo António, que abre *para um vasto terreiro atravessado por dois regatos que correm para o mar*. Ainda de acordo com Idrissi, tanto a porta meridional, associável ao Arco Escuro, como a oriental, a de Alfama, situam-se perto do mar. A muralha contígua à primeira ficava submersa até a uma altura de três braças durante a maré-cheia. O geógrafo referiu ainda, a leste, a Porta do Cemitério, que culminou na Porta do Sol, na Rua do Limoeiro. A conjugação das fontes árabes permite, em suma, identificar cinco portas urbanas em Lisboa. A esporádica mas importante menção à Porta Grande (*al-Bāb al-Kabīr*), permite estabelecer uma correspondência com a Porta de Ferro; a Porta do Postigo / de Alfofa (< *al Hawha*), mais a norte; a Porta do Mar, diante do actual Campo das Cebolas; e por fim as duas portas orientais, de Alfama (< *al-Hamma*), a Sudeste, e possivelmente outra, nas Portas do Sol[2000]. A porta de Alfama é referida numa ordenação medieval, na sequência de outras semelhantes, determina *que nenhũu nam lançe esterco nem azeuall nem outra çuJidade*, tanto do lado interno como externo da porta[2001]. Nesta zona, as escavações entre a Rua de São João da Praça e a Praça de São Rafael revelaram uma torre semicircular[2002], sobre o eixo antigo que passaria, nesse ponto, pela Porta de Alfama, também chamada de São Pedro, que parece ter antecedentes romanos, como sugere o aparelho almofadado[2003]. O contorno da estrutura foi preservado no padrão da calçada actual, e a largura da muralha aproxima-se dos cinco metros. As recentes escavações a alguns metros de distância, realizadas pelos serviços da Câmara Municipal, sob a direcção de Manuela Leitão, puseram a descoberto um troço de muralha sobreposto a estruturas domésticas republicanas ou alto-imperiais, provando uma retracção do perímetro em época baixo-imperial, com base nos materiais associados. A fundação da muralha assenta numa base estabilizadora de argamassa, numa lógica perfeitamente idêntica à que se observa na zona do anfiteatro de *Conimbriga*, onde existe uma datação segura das primeiras décadas do século IV[2004].

[1999] Nascimento 2002, 179
[2000] Sidarus e Rei 2001, 71
[2001] Rodrigues 1974, 17
[2002] Pimenta, Calado e Leitão 2005, 318
[2003] Moita e Leite 1986, 64
[2004] De Man 2006/2007, 59-67

A construção do postigo rasgado junto ao Chafariz d'El-Rei não surge relacionável com a torre que faz parte do troço original da muralha, integrada no chafariz. A outra torre dispõe-se a quarenta e cinco graus e forma o canto sudeste do recinto amuralhado, em ângulo recto. Ambas as torres integraram epigrafia romana. Uma referência de 1487, numa carta de Afonso V, indica o encanamento da água *desde o chafariz até à muralha do mar*, para abastecimento de embarcações[2005]. Um pouco mais a Noroeste, uma recente sondagem no Beco do Marquês de Angeja resultou na identificação de um complexo termal romano junto às portas de Alfama[2006], acentuando a ideia de uma fonte de água no local. A cópia de uma planta anterior ao terramoto[2007] realça as secções orientais da Cerca Moura dignas de referência nesse ano de 1650: trata-se do troço que parte do Chafariz d'El-Rei e que atinge a área a Sul da igreja de S. Pedro, no qual se destacam duas torres, a primeira das quais, no início da Rua de S. João da Praça, em ligação directa com o Chafariz. Fernanda Pinto citou uma notícia que localizava um forte bizantino no local[2008], ainda que se desconheçam argumentos que possam sustentar tal hipótese. Desta torre sai uma muralha barbacã muito destacada, apresentando uma torre virada para Sul que termina numa grande torre quadrangular, disposta em ângulo. A inteira construção desenvolveu-se em paralelo à via de acesso da porta, e a sua lógica dificilmente seria anterior à época islâmica. No entanto, poderia ser visto neste torreão uma eventual continuidade na muralha tardo-romana, cujo traçado terá seguido as curvas de nível exteriores, encaixando depois, sem curvaturas e de forma directa, no muro de alvenaria que forma a parede oriental da igreja de Santa Luzia, visível desde a escadaria exterior. Nesta perspectiva, todo o lanço islâmico e fernandino intermédio, incluindo a própria Porta de Alfama e as antigas instalações do presídio do Limoeiro com a linha do casario subsidiária, seria um percurso novo, anulando parte do prévio espaço intra-muros. Do ponto de vista urbanístico, a Porta do Sol deve ter estado sobre um eixo romano, ideia reforçada pelos vestígios do aparelho original, além de três lápides provenientes dessa porta[2009]. A *outra grossa muralha* que Viera da Silva definiu[2010], um pouco mais recuada e paralela à mourisca que integra o Palácio do Visconde de Azurara, pode fazer parte de uma fortificação distinta, eventualmente compreensível no âmbito das alterações tardias. Foi efectuada uma intervenção

[2005] Leal 1874, 176
[2006] Filipe e Calado 2007, IX – 1-10
[2007] Silva 1939, estampa II
[2008] Pinto 2003, 87
[2009] Moita e Leite 1986, 64
[2010] Silva 1939, 178

arqueológica na zona a sul do Palácio de Belmonte, sede da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, junto à torre pentagonal que ali se encontra. Os níveis mais antigos correspondem a um horizonte mal definível, eventualmente pré-islâmico, selado por um nível do século XI[2011]. Ficou confirmada a manutenção histórica de um corredor externo à cerca moura, e nesse espaço, paralelo ao embasamento da muralha medieval, não existem estruturas anteriores ao século XIX. O único material tardio, integrável no século III, surge associado a uma sepultura imediatamente extra-muros[2012]. Neste troço poderá pois ser aceitável a existência de um traçado comum entre a estrutura romana e a Cerca Moura.

O ponto mais sudoeste da muralha é um local muito citado na Crónica da Tomada de Lisboa. Existia ali uma torre, na esquina da muralha e diante do rio, para a tomada da qual os Ingleses construíram uma torre móvel. Caso esta estrutura se tenha situado numa posição muito destacada, independente da muralha em si, como o julgava Vieira da Silva, tratar-se-á provavelmente de arquitectura muçulmana, e da posterior torre da Escrevaninha[2013]. A muralha romana terá seguido em frente no local da antiga ermida de S. Sebastião, onde terminava a Rua da Padaria, sem correspondência com esta torre. Trata-se de um prolongamento ocidental do troço da Ribeira. Foi por determinação de Afonso V (Chanc. X, fl. 154) que se edificou uma série de casas nobres da Ribeira Velha, alinhando-as de acordo com as torres destacadas e demolindo partes importantes da Cerca Velha, que até então terá servido de elemento dorsal da linha de casario. Ainda de acordo com Vieira da Silva[2014], a muralha teria sido arrasada por completo nesta zona. Escavações na casa dos Bicos, apesar dos severos problemas das intervenções[2015], puderam matizar essa ideia a partir dos anos oitenta. A ocupação romana dispõe-se em duas plataformas separadas[2016], sobre a mais baixa das quais se implanta a muralha. Mantém-se ali um significativo troço composto por uma torre vã, e uma estrutura não identificada mas integrando uma *coluna honorífica* dedicada a Probo[2017], além de outros elementos arquitectónicos imperiais[2018]. Aquele marco miliário posicionava-se na saída

[2011] Gomes e Sequeira 2001, 105
[2012] Gomes e Sequeira 2001a, 20-21 e 133-135
[2013] Silva 1939, 105-107
[2014] Silva 1939, 123
[2015] Amaro 1996, 415
[2016] Sepúlveda e Amaro 2007, VIII – 2
[2017] Duarte e Amaro 1986, 151-152
[2018] Fernandes 1999, 115-124

de um dos *decumani*, determinando o início da estrada *Olisipo – Bracara*[2019]. O troço de muralha mede nove metros de comprimento, encontrando-se oitenta centímetros acima do actual nível freático[2020]. A cerâmica romana atinge o século IV, e a muralha encontra-se adjacente a um complexo de conserva de peixe, com cinco tanques, dos quais sobrevivem quatro; a anulação desta fábrica, com ânforas do século III, está directamente associada à construção da muralha[2021]. A torre quadrangular é contemporânea de uma segunda fase defensiva, e articula-se provavelmente com a fortificação islâmica, assentando numa outra, semi-circular, com um raio de dois metros[2022], que deve ser entendida como romana[2023]. Quanto ao aparelho, a fiada inferior da torre é regular, obtendo uma horizontalidade satisfatória, que é mantida, por vezes de forma ligeiramente adaptativa, nas fiadas superiores, onde há recurso ocasional a silhares inseridos perpendicularmente, mas sem dar origem a um verdadeiro padrão a soga e tição. É muito indicativo que um excelente fragmento de pilar moçárabe seja com probabilidade proveniente deste local, embora Paulo Fernandes indique também que as recentes intervenções não conseguiram identificar os estratos alto-medievais num aterro vertical de dois metros[2024]. A área acabaria por se integrar na Judiaria Grande pré-fernandina, a *Villa Nova de Gibrallar*[2025], com adaptações domésticas à muralha de reconstrução islâmica. Ainda sobre a precedência tardo-imperial, a ideia de a Casa dos Bicos assentar numa porta do século IV – *The residence (...) transformed the fourth-century "Portas do Mar" (ancient gates) into a four-storey building*[2026] – não será fácil de justificar. É o Arco Escuro que parece formar o postigo que, por oposição à fernandina Porta do Mar reproduzida por Bráunio, passou a denominar-se *porta maris vetus*. Em 1922 foi descoberto uma estrutura interpretada nessa ocasião como cais fluvial em cantaria na Rua das Canastras, a Norte da Rua dos Bacalhoeiros, entre a antiga e a nova Porta do Mar. Dita rampa situava-se cinco metros abaixo do nível de circulação[2027], e a sua localização conduz ao reconhecimento de um curso fluvial muito alterado[2028].

[2019] Mantas 1997a, 29
[2020] Amaro 1998, 63-64
[2021] Amaro 1994, 110
[2022] Sepúlveda e Amaro 2007, VIII – 2
[2023] Mantas 1996a, 578
[2024] Fernandes 2005, 267 e 271
[2025] Leal, 1874
[2026] Gama 2005, s/p
[2027] Silva 1939, 13
[2028] Alarcão 1988b, 123

O casario da Ribeira, entre a Casa dos Bicos e o Chafariz, encontra-se sobreposto à muralha romana, tratando-se do único troço onde por ora a arqueologia comprovou a quase linear validação de época islâmica numa extensão representativa. Alguns metros a Oriente do Arco da Conceição destacou-se até 1887 uma torre integrada na fachada de uma casa; a sua disposição prova uma inversão do trajecto da muralha. Apresentava um *angulo saliente para a Ribeira, que mostrava na diagunal 22 palmos*, com uma fachada de *20 palmos na frente*[2029]. Um pouco mais para oriente, uma recente intervenção nos edifícios dos antigos Armazéns Sommer, na Rua do Cais de Santarém, permitiu identificar um importante troço da muralha romana[2030]. Num sector adjacente foi definido um hipotético criptopórtico, entaipado e parcialmente adaptado em poço durante a época tardo-romana. Quanto à muralha em si, destaca-se o reforço do primeiro perímetro alto-imperial, cujo espólio associado aponta para a época final de Tibério, e cuja sapata e alçado internos se distinguem claramente da muralha tardo-romana, adossada do lado externo. Mas os vinte e seis metros da muralha tardo-romana acompanham apenas em parte a estrutura prévia; após dezassete metros e meio, existe uma inflexão para Norte que seccionou a muralha alto-imperial, que nesse ponto serviu de base. A inflexão foi interpretada como uma hipotética busca de substrato rochoso para a nova estrutura defensiva, cujos três metros de grossura, adicionados aos dois metros da primitiva muralha, perfazem uma largura final de cinco. A verdade é que se atingiu um duplo paramento com enchimento interno através do reaproveitamento da própria muralha tiberiana como paramento interno. Se esta apresenta uma composição de blocos de talhe irregular, o novo sector externo consiste num aparelhamento de *opus quadratum*, com alguns silhares reaproveitados, como é o caso de um bloco de mármore, que destoa das restantes peças calcárias. De referir o arranque de uma possível torre no canto sudeste da sala 12. Quanto à cronologia desta muralha tardia, foi recuperada uma forma africana Hayes 67, com cronologia de 360-470, por baixo do *opus caementicium* do seu enchimento. Apesar de se tratar de apenas um elemento, é altamente indicativa a sua selagem pelo *opus* da construção da muralha, excluindo-se quase por completo a hipótese de uma infiltração mais tardia. Parece pois muito provável que este novo perímetro deva ser associado ao período pós-romano, do tipo

[2029] Silva 1939, 127
[2030] Gaspar e Gomes 2007, 689-695

emeritense, representando uma fase posterior à que teria dado origem às torres semicirculares da Casa dos Bicos e de S. João da Praça, tidas como tetrárquicas.

Por seu turno, o troço ocidental surge como claramente islâmico, e apenas poderia ser tardo-romano se fosse admitida uma redução ainda imperial do perímetro até à referida Porta do Ferro, equivalente à que, no lado oposto da cidade, se verificou em S. João da Praça. A secção estende-se entre o início da Rua da Padaria que, prévia ao terramoto, tinha um alinhamento menos excêntrico, formando um ângulo recto com a Rua dos Bacalhoeiros, até a Porta do Ferro, a partir de onde integra com toda a plausibilidade a linhas das fachadas orientais da Calçada do Correio Velho. As próprias escadinhas de S. Crispim delimitam a muralha tardia na sua parte exterior. O espaço intermédio é ocupado por casas de habitação, e integra duas torres, a primeira a sul da primitiva ermida de S. Crispim, e a outra, mais a Norte, forma a torre de flanqueio meridional da porta de Alfofa, também chamada do Postigo, na confluência das Escadinhas com a Rua da Costa do Castelo[2031]. Antes do grande terramoto, encontravam-se duas epígrafes do século I d. C. inseridas nesta porta[2032]. O traçado entre esta porta e o castelo não é claro, porém. Quanto ao mais amplo perímetro imperial, cuja preservação parcial tem de ser posta em relação com as diferentes fases tardias, uma série de transformações na secção ocidental são bastante sugestivas. Por volta dos finais do século III, o teatro romano terá sido afectado, e parte do material usado para a construção da muralha[2033]. Uma habitação do século V ou VI, instalada sobre um *vomitorium*[2034], demonstra a profunda transformação da estrutura imperial, carecendo já provavelmente dos níveis superiores monumentais. É, de facto, lícito colocar esse desmantelamento em relação com a muralha defensiva, mas também com a própria domesticação dos espaços públicos. Depreende-se de um texto do século XII que a extracção do *opus quadratum* do teatro já tivesse ocorrido em época muito anterior[2035], embora o complexo se mantivesse arruinado mas visível ainda no século XIV, surgindo representado num selo pendente de 1352[2036]. Por seu turno, o núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros apresenta elementos associáveis a um espaço ainda intra-muros, nomeadamente as termas do

[2031] Sidarus e Rei 2001, 71
[2032] Moita e Leite 1986, 64
[2033] Amaro 1995, 341
[2034] Fernandes 2007, 32
[2035] Fernandes 1994, 240-241
[2036] Alarcão 1982, 287

século III[2037] ou o abandono das unidades produtivas de derivados de peixe, já na primeira metade do século V[2038]. Um limite urbano seguro é o cemitério da Praça da Figueira[2039], em uso até os inícios do século IV[2040], cuja parte norte começou a ser identificada nos anos sessenta[2041], sobre a via que saía da Porta do Ferro, e as inumações próximas, na Calçada do Garcia[2042]. Neste sector, a parte meridional do que foi interpretado como circo, na área do Rossio, forma um elemento definitivamente fora de muros. O abandono da cetária na Rua dos Fanqueiros nº 68-75 parece ser atribuível ao século V (*sigillata* clara, ânforas Almagro 51C, Lusitania 6 e 9 e lucerna Dressel 31), tal como as da próxima Rua dos Douradores (*sigillata* clara e ânfora Almagro 51C)[2043], o que coloca o sector num espaço de continuidade funcional que, por hipótese, até poderia situar-se extra-muros. Neste enquadramento, é necessário mencionar a importante necrópole da Praça da Figueira, cuja fase atribuível à segunda metade do século III consiste numa "desmonumentalização" generalizada. O facto de apenas terem sido recolhidas *tabulae* epigrafadas nesta necrópole leva à ideia de terem sido desmanteladas as construções funerárias, para eventual reutilização de material na muralha tardia[2044]. É de recordar que a fase é posterior a um pavimento do troço da via XVI com abundância de *sigillata* clara, e anterior a um último, no qual foram recuperados dois numismas de Arcádio. A massiva retirada não apenas de monumentos funerários mas também de blocos de argamassa revela uma intensíssima procura de material utilizável noutra construção. Poderá haver outra explicação para a súbita necessidade de construção, naquele local específico, que terá tido que ver com a edificação do circo romano de Lisboa, criado entre meados do século III ou mesmo nos inícios do IV[2045], e praticamente adjacente à zona da Praça da Figueira. É necessário referir aqui a topografia antiga desta zona, através da qual corria o *Rego* ou *Regueirão*, e que, mesmo que originalmente tivesse sido integrado na cerca alto-imperial, formaria sempre um limite defensivo exterior em época tardo-romana. Em configurações defensivas mais amplas, o curso de água foi, de facto, encaminhado por baixo das muralhas de Lisboa, como foi o caso já em 1625, através de *hũa grade de ferro groça no cano real da banda*

[2037] Silva 1997, 53
[2038] Amaro e Caetano 1994, 286-287
[2039] Moita e Leite 1986, 57 e 61
[2040] Gaspar e Gomes 2007, 687
[2041] Heleno 1965, 1-9
[2042] Silva 2002, 196
[2043] Silva 1997, 50-51
[2044] Silva 2005, 56
[2045] Sepúlveda, Vale, Sousa e Guerreiro 2002, 259

de dentro do muro[2046]. As retracções tardo-romana e islâmica, porém, abdicaram dessa solução.

Para o Frei Nicolau de Oliveira, o cume do castelo *parece que cortou a natureza ao picaõ, ficando todo em redondo muy alto, & a modo de terrepleno fortissimo, fortalecido de muy altos muros, & torres*[2047]. A cidadela formou uma nítida plataforma com precedentes republicanos[2048], representando uma contraparte estratégica ao porto, aquando da fortificação tardia. Embutidas nas muralhas do castelo encontraram-se outrora dezanove inscrições romanas, dezasseis das quais puderam ser recuperadas, enquanto duas foram mantidas no local[2049]. No entanto, não se conhece qualquer estrutura defensiva anterior à época medieval nesta zona norte, ainda que a lógica obrigue a integrar a cidadela no circuito urbano. A constatação de consistentes níveis republicanos, seguidas de um decréscimo abrupto de ocupação em finais do século I a.C., foi interpretada como uma perda de função urbana do planalto do castelo, no âmbito de uma alteração de eixo urbano, eventualmente culminando num espaço de culto[2050]. É de facto curioso que a parte superior da cidade tenha sofrido uma subtracção da sua natureza doméstica, ou mesmo militar. Na opinião de Vieira da Silva, cujo trabalho de reconstituição urbana é útil e indicativo mas em parte inexacto[2051], as muralhas e torres do castelo são de semelhante construção e material aos dos troços da Rua dos Bacalhoeiros[2052]. Esta equiparação terá de ser reavaliada em conjugação com os dados que apontam agora noutro sentido. Tomando-se como muito relevante a ausência quase absoluta de materiais de importação correspondentes ao período imperial, em conjuntos de considerável dimensão, seria de excluir a área do castelo de S. Jorge do urbanismo romano, reduzindo-o assim em cerca de oito hectares[2053]. Essa aparente fase de desocupação terminaria quase de certeza no período de refortificação tardia documentado em S. João da Praça, embora seja uma convicção baseada apenas nos paralelos topográficos das outras cidades.

[2046] Azevedo 1900, 223
[2047] Oliveira 1991, 62
[2048] Pimenta 2003, 341-362
[2049] Moita e Leite 1986, 61
[2050] Pimenta 2005, 131
[2051] Alarcão 1988b, 124
[2052] Silva 1939, 60
[2053] Silva 2005, 20

2.10. Évora

O traçado romano eborense ficou razoavelmente bem fossilizado na malha urbana actual, embora os *cardines* se destaquem com maior nitidez que os *decumani*[2054]. De acordo com estas premissas urbanísticas, um sugestivo estudo de Vasco Mantas aponta para uma área quadriculada mais ampla do que o recinto defensivo da Cerca Velha[2055], o que escavações recentes permitiram confirmar[2056]. Esta muralha, na sua origem, deverá portanto ser entendida como contracção baixo-imperial do espaço interno, facto constatável pela sobreposição a casas romanas mais antigas[2057], nomeadamente na Rua de Burgos[2058]. A área calculada e geralmente aceite para o recinto tardio, entre sete ou oito[2059] a dez[2060] hectares, corresponde a uma extensão que não destoa das suas congéneres lusitanas menos extensas. É preciso, contudo, refutar a origem romana de grande parte do paramento actual, visto que apenas algumas secções poderão ser de época pré-medieval, como aliás já destacava Espanca[2061]. Trata-se de lanços nos palácios dos Condes de Basto e dos Duques de Cadaval, no quintal da antiga casa dos Condes de Soure, e na Porta de D. Isabel, aos quais se deve acrescentar ainda os importantes sectores na Alcárcova e talvez o do muito reconstruído Jardim de Diana, atrás do qual foi imaginado um criptopórtico de suporte à muralha romana[2062]. Se bem que a muralha tenha sido situada nos finais do século III[2063], as datações de materiais epigráficos reaproveitados, parte delas resultantes de demolições modernas no Largo da Misericórdia e junto de S. Vicente[2064], são por vezes usadas para situar a sua construção entre os finais do século IV ou inícios do V[2065]. O problema estará numa sequência de fases muito próximas, embora tardo-romanas, resultando num paramento que não coincide com as fundações originais, ou seja, com sucessiva inclusão de novos elementos.

[2054] Mantas 1986, 19-20
[2055] Mantas 1987, 41-42
[2056] Cepas Palanca 1997, 204
[2057] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 229
[2058] Lima 2004, 21
[2059] Pavón Maldonado 1993, 28
[2060] Correia 2007, 675
[2061] Espanca 1966, 6
[2062] Balesteros e Mira 1993, 224
[2063] Beirante 1995, 11 e 40
[2064] Pereira 1891, 6
[2065] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 2002, 581

O aparelho em *opus quadratum* bem delineado foi descrito por García y Bellido[2066], com menção à disposição em soga e tição, embora em 1976 Tovar se referisse à quase ausência de muralhas romanas em Évora[2067]. Mas descontando a série de indicadores que leva a tomar a muralha como um produto muito alterado por ulteriores reconstruções medievais, existe uma clara precedência imperial no circuito. Para Pavón Maldonado, a cidade mantém hoje grande parte do seu recinto de época romana, em contraste com a cerca medieval cristã e a moderna[2068]. A repetida medida de quatro metros e meio na largura das torres eborenses, tal como nalgumas das suas profundidades, fez formular a hipótese bastante aceitável de se tratar das dimensões romanas, mantidas consecutivamente[2069]. De facto, o *cubitus* mede praticamente quarenta e cinco centímetros, valor que, multiplicado por dez, corresponde aos quatro metros e meio das torres no Palácio dos Condes de Basto, nos Loios e na Alcárcova de Cima. A hipotética intervenção bizantina na muralha de Évora, nomeadamente na chamada Torre de Sisebuto, é uma ideia antiga, retomada por Justino Maciel[2070]. Não bastam os argumentos indicados para validar a questão, até porque terá de ser duvidado seriamente da presença militar bizantina em Évora, e ainda mais da sua eventual actividade construtiva. Uma crónica árabe destacou o ataque de Ordonho II, de 913, referindo claramente o péssimo estado da muralha eborense, não apenas destacável através dos detritos acumulados no exterior mas também através da brecha acabada de remendar e que foi de novo aberta pelos atacantes: *A muralha era baixa, sem antemuro nem ameias, e (...) num lugar, pela parte de fora, havia uns montões de lixo da cidade, atirados de dentro da praça para junto da porta, e que nalguns sítios eram quase tão altos como o muro*[2071]. A descrição indica claramente que a condição da muralha impediu qualquer defesa eficaz[2072]. A questão do depósito externo encostado, situação aliás muito combatida por legislação árabe[2073], tem paralelos arqueológicos, nomeadamente no Tolmo de Minateda, onde uma lixeira com vários metros de altura acabou por estabilizar a muralha quando se desmoronou uma parte do sector noroeste[2074]. Em Évora, nessa ocasião, os últimos defensores muçulmanos foram

[2066] García y Bellido 1971, 91
[2067] Tovar 1976, 217
[2068] Pavón Maldonado 1993, 25 e 28
[2069] Correia 2007, 679-680
[2070] Maciel 2000, 189-190
[2071] Coelho 1971a, p. 201
[2072] Correia 2007, 676
[2073] Valdés Fernández 1985, 334
[2074] Abad Casal e Gutiérrez Lloret 1997, 593

encurralados e mortos num canto apertado na secção oriental da cidade, e, na matéria que interessa para a muralha, os seus cadáveres amontoados atingiam quase *duas vezes a altura e um homem e (...) chegavam à linha da muralha*[2075], expressão que, se fosse tomada à letra, corresponderia a menos de quatro metros. Acrescente-se que Évora foi depois arrasada pelo próprio governador muçulmano, na tentativa de evitar que os berberes locais, potencialmente perigosos, se pudessem ali instalar (Ibn Hayyan, *al-Múqtabas*)[2076], e a posterior reconstrução foi documentada por uma inscrição[2077]. Esta destruição ter-se-ia resumido a uma série de aberturas controladas. De facto, de acordo com a fonte original de Arrazí, o poder muladí de Badajoz decidiu destruir o que restava da muralha de Évora, logo em 913, mas no ano seguinte *tapou-se a brecha, consolidaram-se os contrafortes e colocaram-se portas pesadas*[2078]. Ou seja, a destruição intencional da muralha dificilmente poderá ter sido integral, e consistiu com toda a probabilidade numa acção semelhante à que se deu em Mérida, onde a retórica demolição da muralha pelo poder central islâmico consistiu, na realidade, na abertura de brechas regulares. Esta muralha romano-islâmica eborense, *que tinha vinte e cinco palmos de grossura*, foi também afectada num grau significativo pelas demolições de D. Fernando, que duraram três anos[2079]. *Fez-se então uma mais larga cêrca de muralhas (que ainda existem, bem conservadas), augmentou-se o numero de torres, que defendiam dez portas com que ficou a cêrca*[2080]. A verdade é que se documentou muito bem a demolição da primitiva Cerca Velha por ordem fernandina, que não pode ser posta em causa, mas que não destruiu por completo a muralha prévia. O relato renascentista de Duarte Nunes de Leão refere que *há muitos vestigios daquelles muros, nos quaes por serem daquella qualidade, situerão tres annos em se desfazer*[2081].

Importa referir a visão tradicional, segundo a qual as fortificações romanas dispunham das quatro entradas canónicas e de um postigo, entretanto anulado. Tendo em conta a disposição urbanística, serão de aceitar prováveis antecedentes romanos para as portas da Selaria e do Sol, ainda que sem vestígios concretos. As portas de D. Isabel (a Porta do Talho do Mouro medieval) e a de Moura, por seu turno, fazem crer numa estrutura

[2075] Coelho 1975, 203
[2076] Beirante 1995, 15
[2077] Mantas 1990, 86
[2078] Correia 2007, 676-677
[2079] Eleperk 1978-79, 241
[2080] Leal 1874, 91-92
[2081] Espanca 1945, 47

romana factual. Quanto a esta última, parece que os vestígios de uma vala no Largo da Misericórdia deveriam ser relacionáveis com a própria muralha: *Os silhares cujo topo se localiza à cota de 287, 96 m apresentam as dimensões aproximadas de 30/35 cm de altura por 75/80 cm de comprimento, pertencendo, certamente, ao sistema de fundação e consolidação da estrutura defensiva neste local*[2082]. Os materiais associados resumem-se a *tegula*, a um testo e a cinco bordos do que aparenta ser cerâmica comum, não chegam para formar uma apreciação cronológica, mas são muito sugestivos. É muito plausível que a muralha de origem romana tenha sido incluída na face setentrional da Igreja da Misericórdia[2083]. De resto, a configuração urbanística dos Largos das Portas de Moura e da Porta Nova, tal como a da Praça do Giraldo, parecem ter obliterado o traçado romano, indiciando fortemente uma retracção urbana no Baixo Império[2084]. Gabriel Pereira referiu que na porta de D. Isabel se vê a construção original, ao descrever os *4 metros de vão, sendo a volta semi-circular formada por 18 silhares; todo de granito. Quando construíram a porta interna, reforçando o arco romano, já este estava bastante entulhado, pois as soleiras da parte interna estão a 1 m 20 apenas da cornija que na porta romana divide os prumos da volta do arco, e o segundo arco, ou interno, fica mais alto*[2085]. No entanto, a reconstrução medieval de uma secção da porta torna-se uma hipótese válida; as alterações à estrutura romana não passaram despercebidas a García y Bellido[2086], e apenas o arco exterior é considerado imperial[2087]. No ano de 1933 foi demolido parte do Convento do Salvador, desobstruindo a porta e pondo-se a descoberto um lajeado bastante desgastado, tomado como romano. Em 1942, a abertura de caboucos para o edifício dos C.T.T. resultou na identificação dos alicerces da muralha romana, que formavam nesse sítio um ângulo obtuso formado entre a base da torre norte da porta e a torre na igreja das Franciscanas[2088]. Os sulcos paralelos associados à porta, que constituíam um trilho de carros possivelmente romano, desapareceram aquando de umas novas obras, em 1954 ou 1955[2089].

[2082] Oliveira, Balesteros e Vidal 2000
[2083] Balesteros e Mira 1993, 229
[2084] Mantas 1986, 20
[2085] Pereira, 1891, 7-8
[2086] García y Bellido 1971, 92
[2087] Alarcão 1998b, 159
[2088] Espanca 1945, 43-44
[2089] Mantas 1996a, 89

Escavações no Palácio da Rua de Burgos permitiram conjecturar, de modo fundamentado, sobre o carácter tardo-romano da muralha[2090], e confirmaram, nessa área em particular, a retracção da muralha. Na verdade, o lado sudoeste daquele complexo integra um importante lanço da muralha, correspondendo à disposição da Alcárcova de Cima, cujo trajecto foi determinado pela face externa de três torres, a última das quais veio a formar a esquina da Rua Nova. Foi nesta área da cidade que García y Bellido identificou uma poterna eventualmente romana[2091]. A muralha em si encontra-se integrada no casario, porque o espaço entre os torreões foi sendo ocupado para habitação particular. A apropriação da muralha, para fins completamente privados, teve um estímulo régio, e através de doações quinhentistas, em particular as de D. Afonso V, a burguesia e nobreza local passaram a deter uma série de casas e torres na Cerca Velha[2092]. É necessário apontar a diferente cota dos paramentos interno e externo; tal como na zona do anfiteatro de *Conimbriga*, onde este processo é muito notório. A fachada intra-muros é muito menor do que a exterior, servindo de estabilizador a um nível de circulação mais elevado dentro da cidade. Os materiais directamente associáveis ao momento de construção apontam para uma fundação baixo-imperial. Assim, o conjunto da TS Clara[2093] sugere os inícios do século IV: para além de dois exemplares de Clara A (Hayes 9 e 15/17), um pouco mais precoces, o resto da colecção é manifestamente tardio. As três peças de Clara C (Hayes 45, 48 e 50) são situáveis num contexto de transição do século III para o seguinte, mas a forma Hayes 50 arrastaria a datação, de forma definitiva, para um estádio muito avançado do século IV. O facto de a cronologia da TS Clara D, tomada no seu conjunto, nomeadamente as formas Hayes 58, 59 e 61, também se centrar na passagem de século, parece apontar para uma obra dos inícios do século IV. Uma significativa parte dos vidros associados à muralha também sugere esse enquadramento. Trata-se de uma série de taças, copos e frascos dos séculos III e IV[2094] cujo significado é secundado e fortalecido pela presença de um conjunto numismático tardio, recolhido no mesmo local mas sem indicações estratigráficas[2095]. No entanto, parece razoável aceitar uma proveniência relacionável com a *sigillata* africana e o vidro. De resto, a homogeneidade cronológica destas moedas é indicativa, na medida em que, descontando as já portuguesas, são todas antoninianos de Galieno e

[2090] Balesteros, Oliveira e Marques 1996-1997, 69
[2091] García y Bellido 1971, 90
[2092] Beirante 1993, 75
[2093] Correia 1997, s/p
[2094] Ferreira 1998, s/p
[2095] Cavaneiro e Heitor 1995, 5-40

Cláudio II, ou então do tipo *divo Claudio*. O exemplar mais antigo é um sestércio de Severo Alexandre, mas mesmo essa ocorrência não será de estranhar quando se considera que a sua cunhagem ocorreu menos de um século antes da sua presumível deposição. A cronologia baixo-imperial ou tardo-antiga deste troço surge reforçada pela existência de uma casa romana sob a muralha da Alcárcova, que inclui frescos[2096], nas salas junto à rua, numa orientação Norte-Sul[2097], e que prova a redução de perímetro nesta zona, provavelmente de contexto baixo-imperial. De resto, este troço na Alcárcova de Cima coloca um severo problema de estratigrafia arquitectónica. As fiadas inferiores externas não alinham com as sobrepostas, mas ambos os *opera quadrata* coincidem na sua disposição geral. É possível observar a fiada que se posiciona abaixo do nível de circulação actual, e na qual surge uma semelhante alternância de silharia a soga com outra, mais estreita. O desgaste dos ângulos superiores destacados desta secção inferior pode dever-se a causas antrópicas mas perfeitamente acidentais, e os negativos preenchidos resultam de traumas sem relevância arqueológica, como se pode depreender de um sulco vertical associado, escavado na própria muralha. Ora, admitindo que este ressalto na muralha reporte a um mesmo momento construtivo, o que parece uma premissa bastante razoável, estar-se-á perante uma continuação coeva daquilo que se destaca com nitidez em todo o sector setentrional. De referir que uma das torres da Alcárcova de Cima mede quatro metros e meio, enquanto a outra parece evidenciar as mesmas dimensões, embora um dos lados se encontre inserida numa casa[2098].

Foi posto a descoberto um muro com quase dois metros de largura, com um núcleo em *opus caementicium* e aparelho exterior em silharia granítica, na Rua Alcárcova de Baixo, encostado ao muro oeste da Torre Pentagonal, que assenta na Torre do Caroucho demolida por D. João III, segundo parecer de Francisco de Arruda. Incrustado no *opus* destaca-se uma base de coluna em mármore e uma pedra com um entalhe para engate. O resultado da intervenção constitui um avanço na definição da muralha de Évora, na medida em que os materiais são interpretados como integráveis nos séculos III e IV[2099]. Na verdade, esta construção é uma torre de flanqueio da porta da Selaria ou de Alconchel, que se manteve. De acordo com a tradição, foi Recaredo quem a construiu,

[2096] Sarantopoulos 2004, 7
[2097] Pedroso 2000, 170
[2098] Correia 2007, 679
[2099] Erasun Cortés e Faure 2000, 2-4

juntamente com outros tramos[2100], o que constitui uma pretensão obviamente incomprovável. A chancelaria de D. Dinis (II, fl. 87) menciona especificamente o *arco da porta d alconchel*. De acordo com Maria Beirante, a denominação desta porta viria a ser aplicada, a partir do século XV, a uma entrada da Cerca Nova, localizada na extensão da Rua da Selaria (actual Rua 5 de Outubro), que hoje se chama Serpa Pinto[2101]. Também Pinho Leal, a propósito de uma doação de 1250, refere que nessa época, antes do alargamento das muralhas, a *porta d'Alconchel* se encontrava muito mais próximo do Convento de S. Francisco[2102]. Parece certo que, pelo menos nesta zona, a Cerca Velha era rodeada por um fosso profundo, utilizado em finais do século XIII como despejo de detritos. Transposto por uma ponte de alvenaria articulada com a muralha romana, o fosso teria uma possível configuração pré-medieval. A ponte em si foi posta a descoberto nos princípios da década de 1950, aquando da execução de uma obra. Na ocasião, a estrutura foi desmontada, mas o arco da ponte, de volta inteira e composto por vinte e cinco silhares, formava um vão de dois metros e sessenta e cinco, encaixando numa parede de alvenaria proeminente, em posição paralela à porta, que Espanca interpretou como base de uma barbacã que protegia o fosso[2103]. Esta profunda vala foi identificada numa intervenção na Praça do Giraldo, a oeste da porta da Selaria e no início da Rua da República[2104]. Os níveis romanos, imediatamente por cima da rocha base, são difíceis de interpretar e nesse local não parecem estar em conexão com a fossa. Eleperk[2105] era da opinião que todo este troço ocidental tinha sido reforçado em época visigótica, nomeadamente com barbacã, pelo menos entre a torre da Rua Nova e a Igreja de S. Vicente, já no extremo sul da Cerca. Não se sabe qual a relação destas alterações com o arco monumental romano da Praça do Giraldo, destruído apenas em 1570[2106]. A sul da Alcárcova de Baixo, é admissível que a parte meridional da Rua de Valdevinos represente o percurso da muralha romana, alterada em época medieval[2107]. Este retraimento tinha sido posto em causa há um quarto de século, com base num presumível lanço de muralha no topo Noroeste do largo de S. Vicente[2108], que, a

[2100] Eleperk 1978-79, 241
[2101] Beirante 1995, 44
[2102] Leal 1874, 93
[2103] Espanca 1953, 458
[2104] Viegas 1991, s/p
[2105] Eleperk 1978-79, 241
[2106] Mantas 1987, 40
[2107] Mantas 1986, 20
[2108] Correia 1982, 2

comprovar-se a sua romanidade, arrastaria a área do recinto para o alinhamento do Alcárcova.

Ocasionalmente sugerida, a origem romana da Porta Nova afigura-se discutível, mas apenas por falta de argumentos positivos. No entanto, a própria Praça de Sertório e, por arrasto, os limites meridionais do colégio de S. Salvador com a sua torre poderão representar a legitimação de uma plataforma das grandes termas que se escavaram parcialmente sob o edifício da Câmara Municipal. Na documentação medieval, esta entrada começou a ser referida apenas a partir dos finais do século XIV, o que sugeriria fortemente uma criação dessa centúria, ou pouco anterior. Mas já se afirmou que a própria designação de porta nova implica uma construção prévia à Cerca Nova de Afonso IV[2109], isto é, tratar-se-ia de um acesso novo na muralha antiga. A Porta Nova, assim entendida, continua a não ser obrigatória no urbanismo romano, mas entender-se-ia melhor na plataforma artificial conhecida por Praça do Peixe, hoje de Sertório. De resto, a identificação de uma muralha integrada nas traseiras de um edifício da Rua João de Deus deixa entrever uma fase de consolidação do terraço superior. Esta muralha apresenta duas fases construtivas, a mais antiga das quais é composta por silharia granítica interpretada como tardo-romana ou islâmica[2110]. É possível ter existido um muro de contenção romano no local, integrado na muralha tardia, suportando as termas numa lógica idêntica à das Termas do Sul de *Conimbriga*.

Antes das escavações mais recentes, encontrava-se o melhor conservado dos exemplos na base do palácio dos Condes de Basto, na face nascente. *Vê-se ali o grande apparelho romano, fiadas regulares de pedras quasi eguaes, umas mostrando o lado maior, outras o menor. (...) para os lados dos Loyos, conserva-se a ultima fiada toda, de silhares eguaes*[2111]. Aquela construção, a soga e tição, parece definitivamente imperial, com silharia de dimensões clássicas: 1 x 0, 6 x 0, 3 metros, ou seja, 3 x 2 x 1 pés romanos[2112]. Nesta extensão destacam-se quatro torres: no próprio palácio existem três de feição quadrangular, acrescentando-se a torre sineira dos Loios. O convento dos Loios, fundado em finais do século XV, apoia-se na muralha urbana, consolidada

[2109] Beirante 1995, 46
[2110] Lima 2004, 22
[2111] Pereira 1891, 7
[2112] García y Bellido 1971, 91

aquando da transformação em Pousada, na zona da antiga Porta da Traição[2113]. Em 1994, durante uma escavação de emergência, foi detectado um troço de muralha aquando de obras para uma piscina na Pousada dos Loios[2114]. A estrutura mede dois metros e dez de espessura, passando a quatro e quarenta na secção onde se adossa um cubelo, provavelmente poligonal. Do lado interno, o aparelho é composto por blocos romanos, três dos quais almofadados, mas apresenta também grandes extensões de pequena pedra argamassada, o que se generaliza na parte externa. Os materiais associados às camadas mais profundas são islâmicos e a inteira estrutura deve ter sido abandonada numa época prévia à da construção da muralha fernandina, que se preserva nos anexos da mesma Pousada. Não fica muito claro qual o contexto deste troço, e Virgílio Correia inclina-se para uma possível identificação com o teatro eborense, o que explicaria bem a posição paralela à muralha. Em todo o caso, a inteira secção da Rua do Colégio, diante do edifício da Universidade, sofreu óbvias reconstruções. Quanto à chamada torre 1 que, oca e muito destacada, atinge a rua actual, não fornece qualquer indício razoável para uma cronologia anterior ao domínio medieval. Mas as duas torres quadrangulares maciças que se destacam no palácio dos Condes de Basto, e as três no convento dos Loios, medem todas quatro metros e meio, e apresentam características mais facilmente compatíveis com 914[2115], o que, como ficou referido, seria um reflexo quase directo de uma disposição pré-islâmica. O que importa identificar nestas torres são as suas fiadas de base, que divergem por vezes severamente das que lhes são sobrepostas, sugerindo fases originais abaixo da actual cota de circulação, ou então um ressalto de base. É o caso da chamada torre 2, e também, embora noutros moldes, o da torre 5. Mais a noroeste, a torre albarrã pentagonal, junto ao Jardim de Diana, constituirá uma reminiscência do castelo medieval, embora sobre o traçado romano, cuja ligação com o recomposto paramento romano-visigótico do Jardim é nítida[2116] e, por seu turno, também com o próprio Arco de D. Isabel, num mesmo alinhamento. No extremo oriental do recinto, que corresponde ao início da Rampa de S. Miguel, terá estado a por diversas vezes mencionada torre Mouchinha, desaparecida por baixo da rampa em si, ou então no jardim do palácio dos Ervideira-Cabral[2117].

[2113] Freitas 17 e 29
[2114] Fernandes e Correia 1994, 112
[2115] Correia 2007, 678
[2116] Espanca 1980, 22
[2117] Correia 1982, 4

São várias as epígrafes com reutilização comprovada nas defesas urbanas. É o caso dos epitáfios, na muralha romana, de Tito Caleu Marciano (CIL II 5191, IRCP 390, ILER 4792), de Lúcio Fábio Hélicon (CIL II 5194, IRCP 394, ILER 4586), e de Lúcio Fábio Valeriano (CIL II 5195, IRCP 395, ILER 4585), o primeiro talvez dos inícios e os outros dois de finais do século II. As características da epígrafe funerária de Júnia Tique (IRCP 399), também oriunda da muralha, levaram d'Encarnação a considerá-la de inícios do século III, e na Torre do Sertório, no castelo, encontra-se a inscrição funerária de Lúcio Júnio Rulo (CIL II 118; IRCP 400; ILER 5110), cuja cronologia, muito precoce, será do século I[2118]. Esta realidade, por si só, demostra bem a reduzida validade cronológica para as muralhas em que se encontram embutidas.

Tal como foi o caso em Lisboa, em Coimbra e noutras cidades lusitanas, as ordenações medievais (fl.10v) insistem na limpeza, em termos muito semelhantes aos das referidas congéneres, a cargo dos juízes locais: *Item requeiram per a çidade em tall guisa que sse nom façam em ella sterqueiras, nem lançem a redor do muro esterco nem outro lixo nem sse atupam os canos da çidade e servidões das aguas / Item cada mes faram alynpar a çidade cada huuns ante as portas as ruas dos estercos maaos cheiros e faram em cada huma freguisia tirar cada mes huma esterqueira e lança-llo steerco ffora nos logares onde sse ha de lançar / Item nom consentiram que lançem bestas mortas nem caães nem outras cousas çujas e fedegosas na çidade e os que as lançarem façan-lhas tirar poendo-lhe penas sse as nom tirarem e aos negrijentes da-llas logo a enxucoçom*[2119].

2.11. Beja

Apesar do desconhecimento factual da muralha romana[2120], terá de ser dado crédito à suposição de a cerca medieval de Beja ser, em larga medida, um reforço da de *Pax Iulia*, que, na sua reconversão baixo-imperial, se impusera por seu turno à cerca fundacional. Jorge Alarcão[2121], confirmando a sugestão de Túlio Espanca[2122],

[2118] d'Encarnação 1984, 477-479
[2119] Vilar e Paulo s/d, 30
[2120] Lopes 2003, 127-128
[2121] Alarcão 1992 b, 76
[2122] Espanca 1992, 82

reconheceu que esta dificilmente estaria afastada do trajecto posterior, e que o traçado definido pelas portas da muralha augustana se manteve até época medieval. A muralha do Baixo Império parece ter-se mantido funcional até às destruições de Almansor e, embora possa ter existido uma posterior deslocação do núcleo para nordeste, a fortificação sofreu novo reforço apenas durante o século XIII. A impressão em finais do século XVIII era de que o perímetro original de Beja se situasse um pouco mais a Este, restando nessa época um número de troços de muralha e torres atribuídos aos Mouros, *mas do tempo dos Romanos já nada se encontra*[2123]. A razão poderá encontrar-se numa progressiva conservação. Também Pavón Maldonado reforçou uma ideia de larga manutenção da muralha e das portas tardo-romanas no posterior recinto islâmico e cristão, e mesmo a reconstrução de Ibn Idārī al-Marrūkušī de 1174 ter-se-ia concretizado, como em Évora, sobre a cerca romana[2124]. Afonso III ordenou as obras de reconstrução das muralhas em 1253, tendo Pinho Leal[2125] atribuído um restauro digno de nota a essa iniciativa, e uma significativa recuperação, incidindo sobre os panos e sobre o trajecto, a D. Dinis. Sobrevive de resto uma lápide comemorativa de 1307 a ilustrar estes trabalhos[2126]. As reconversões de D. Dinis ter-se-iam sobreposto por inteiro aos alicerces e às fiadas inferiores romanas, recorrendo a uma multiplicidade de elementos romanos[2127], na sequência directa das obras de Afonso III, que teriam feito uso de materiais da antiga *via militar*[2128]. Um bom exemplo dessa continuidade poderá ser reconhecível nas obras levadas a cabo na Rua D. Manuel I, diante de dois torreões medievais, numa área imediatamente intra-muros onde foram identificados sucessivos horizontes de edificação, relacionáveis com a muralha[2129]. Por seu turno, Antonio Tovar[2130] insistiu na ideia de uma grande reconstrução medieval na muralha de Beja, exceptuando na porta cuja estrada – a antiga *Corredoura*, o local onde se concentrava a feira[2131] – leva a Évora, e na qual foram escavados vários silos medievais e modernos[2132], sem indicadores de ocupações anteriores. Do ponto de vista topológico, a existência de silos e covas alto-medievais na zona intra-muros foi interpretada enquanto

[2123] Murphy 1998, 245
[2124] Pavón Maldonado 1993, 17-19
[2125] Leal 1873, 359
[2126] Goes 1988, 387
[2127] Viana 1944, 20
[2128] Tavares s/d, 8
[2129] Correia 2005, 49
[2130] Tovar 1976, 212
[2131] Canelas 1966-67, 160
[2132] Correia 2005, 129-131

reflexo de uma cidade decadente, com uma muralha que se tornara demasiado grande[2133]. No entanto, essa realidade é comum às demais cidades tardo-antigas, e nada tem, portanto, a ver com um declínio por oposição a outros núcleos urbanos. Pelo menos entre a Porta de Moura, cujos cubelos poderiam ser de origem romana[2134], e a de Mértola parece ter havido uma severa alteração no traçado, que alguns atribuem à referida acção de Afonso III[2135], ainda que não existam argumentos para validar ou refutar essa ideia.

Já Ahmed Arrazí descrevera a topografia plana de Beja sem aludir às suas defesas, e nesse século X, a fortaleza mais imponente das redondezas parecia-lhe ser Mértola[2136]. O texto foi bastante utilizado[2137], porque menciona explicitamente a manutenção de um ordenamento romano, aliás comprovadamente sobre um assentamento proto-histórico[2138], implicando talvez que as muralhas se conservavam em conformidade no século X: *Beja apresenta muitas ruas boas e muito largas. Fica em terra plana*[2139]. Em todo o caso, o cerco de Abdarramão III, que venceu a cidade apenas pela sede[2140], é indicativo de uma eficiente defesa urbana no século X; nessa ocasião foi necessário empregar máquinas de assalto, o que levou à derrocada de uma torre[2141]. E em 1150, Afonso Henriques ocupou Beja durante quatro meses, antes de abandoná-la e alegadamente desmantelar as muralhas, embora em 1162 Fernando Gonçalves tivesse de avançar com precaução, e de noite, antes de tomar a porta de Évora[2142], provando implicitamente a existência de defesas. O século XVIII assistiria à demolição generalizada do *muro velho*, já nitidamente obsoleto: *a muralha antiga (...) em muitas partes arruinada, não tem préstimo algum de defesa* (Cód. CXXIX, I – 20, B.P.A.D. Évora)[2143]. As fortificações do lado setentrional eram ainda bem visíveis no século XIX, por oposição às do Sul, que *teem sido demolidas, para se abrirem novas ruas e se edificarem casas*[2144]. Estas últimas muralhas reportariam talvez já à série de

[2133] Viana 1944, 16
[2134] Espanca 1980, 14
[2135] Goes 1988, 386
[2136] Coelho 1972, 38
[2137] Mantas 1990, 80
[2138] Fabião 1998, 256-258
[2139] Domingues 1983, 22
[2140] Coelho 1975, 205
[2141] Domingues 1972, 33
[2142] Viana 1944, 18
[2143] Espanca 1992, 83
[2144] Leal 1873, 359

intervenções planeadas mas quase não executadas ao longo do século XVII, fazendo imaginar uma sucessão de reparações sem continuidade. As obras de D. Francisco de Sousa, pouco antes de 1580, podem muito bem ter sido as últimas intervenções coerentes na muralha, visto que as de Pierre Pellifique e do Conde do Prado na década de 1640, prévias às Pierre de Sainte Colombe, e principalmente as de Alexandre de Sousa Freire (1663), do general de la Sellarie (1664), de João Coutinho (1669) do general Almeida Falcão (1673) e de Brito Castanheda (1679) não tiveram seguimento[2145]. Tal como aconteceu noutras cidades, quando a muralha foi intervencionada pela DGEMN em 1938, teve de ser desobstruída porque se encontrava coberta por uma série de casas[2146].

Neste quadro, importa fazer referência à questão da construção augustana das portas e torres, entre 3 e 2 a. C., hipótese apresentada por Vasco Mantas, reforçada através de evidência epigráfica[2147]. Tanto a porta de Évora como a de Avis reportam a um modelo pré-medieval, e as de Mértola e de Aljustrel foram demolidas no século XIX. A porta de Évora encontra-se parcialmente integrada no castelo, tratando-se, nas palavras de Espanca, de um arco pleno de trinta silhares trabalhados em granito, além das impostas e de moldura boleada superior[2148]. O arco completo desta estrutura foi reconstruído, na sequência de uma desmontagem de 1869[2149], tendo as três pedras de cunhal decoradas com águia sido substituídas e depositadas no museu local. Hauschild viu na simplicidade da estrutura um paralelo directo com Bobadela e Mérida[2150], mesmo estas não sendo portas urbanas. A nordeste, a Porta de Avis acabou por ser incorporada na setecentista Ermida de Nossa Senhora da Guia, e a silharia do arco foi reaproveitada para servir de bancada no mercado local. Os Monumentos Nacionais reconstruíram o arco com os seus elementos originais e a porta, junto ao Terreirinho da Peças, constituía, de acordo com Abel Viana, um dos miradouros com melhor vista para o descampado a nascente da cidade[2151]. O formato semicircular da porta de Mértola é visível em fotografia aérea, e a de Aljustrel, caso a sua base persista, permanece por definir. É para além da dúvida razoável que existe uma via decumana em conexão com

[2145] Viana 1944, 21
[2146] Castro 1954, 23
[2147] Mantas 1996, 53
[2148] Espanca 1992, 82
[2149] Castro 1954, 20
[2150] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 365
[2151] Viana 1943, 14

Porta de Mértola, fossilizada na Rua do Conde da Boavista e Rua do Touro; a aceitação de um eixo principal formado entre a Porta de Évora e o Jardim Público implica a existência de uma quinta entrada romana sob a capela da Rua da Esperança[2152]. Quase toda a epigrafia recuperada é originária das imediações do traçado da muralha, o que sugere fortemente uma sequência de reconstruções. André de Resende, além de indicar outro tipo de espólio romano[2153], apresentou uma lista destes reaproveitamentos, *dispersos pelas muralhas da cidade*[2154], e Hübner recuperou-os todos (directamente ligadas às muralhas: CIL II 49, 51, 52, 55, 56, 64, 65 e 66)[2155]. Alguns destes epitáfios incrustados na muralha da cidade são, porém, difíceis de autenticar. Sobre um exemplar (CIL II, 51), por exemplo, Hübner confessou: *non vidi*, contudo surge referenciado por frei Emanuel do Cenáculo (*Em huma torre da muralla junto ao sitio da porta nova*) e por Francisco Perez Bayér (*En la muralla que mira al nordeste, en una torre*). Outra inscrição funerária (CIL II, 65) encontrava-se, segundo o mesmo Cenáculo, *Na muralha* [*d*]*as portas de Mértola*.

Quanto a paramentos pré-cristãos, uma observação solta sobre *duas ordens de muros paralelos*[2156] faz pensar numa barbacã, que se mantém junto ao castelo e na parte norte, principalmente pelas dimensões apresentadas. O muro exterior era mais baixo e distava do primeiro em três metros e vinte; ambos tinham uma largura de setenta centímetros, o que não seria de estranhar numa segunda linha mas nunca poderia reportar à muralha urbana, principalmente na sua condição medieval. O castelo é já quatrocentista, junto do qual se documentou a existências de ruínas, ainda em 1845, cuja origem era tradicionalmente atribuída a D. Dinis. Junto da Torre Grande *há vestígios de casas quasi subterraneas, que se comunicavam com outros edifícios, de que se conserva tenue parte, se inculcão ter sido o paço, que dizem fundára D. Diniz no contiguidade da torre, e formava o lado septentrional de uma praça hoje cheia de entulhos e ruínas, para a qual se entra por duas portas de arcos tendo no intervalo de ambas um sufficiente pateo*[2157]. É preciso colocar esta realidade em perspectiva com a convicção de a torre de menagem ter feito parte da muralha romana, na secção interior do castelo[2158]. Entre o

[2152] Mantas 1990, 81
[2153] Abreu 2004, 12-15
[2154] Resende 1996, 195
[2155] Hübner 1869, 9-11
[2156] Tavares s/d, 8
[2157] Canelas 1966-67, 161
[2158] Tavares s/d, 11

castelo e a igreja de Santo Amaro houve uma demolição generalizada da muralha na década em meados do século XX, e esse troço era já muito alterado, a julgar pelas estelas discóides quinhentistas e seiscentistas recuperadas nessa ocasião[2159]. Porém, é possível admitir sem grandes reservas a hipótese de uma origem romana, de acordo com a necrópole por baixo de Santo Amaro. A actual igreja data do século XVI mas poderá ter origem alto-medieval, com provável reaproveitamento dos capitéis[2160]. Muito sugestivo na sua localização, sobre a via para Évora, a estrutura do século IX poderia significar, por seu turno, a confirmação de um núcleo tardo-antigo, de lógica semelhante à emeritense ou conimbrigense.

2.12. Mérida

Desde a obra seiscentista de Moreno de Vargas[2161] que a localização do perímetro amuralhado emeritense se conhece com razoável rigor. O presbítero Don Gregorio Fernández y Pérez simplificou a questão topológica da implantação romana emeritense do seguinte modo: *la localidad misma de su terreno indicaba por onde debia construirse*[2162]. Isto é, a muralha nunca se dispôs numa forma quadrangular, numa perspectiva em que se entendia as secções junto do anfiteatro prova de uma muralha tardia. Ao longo do século XX assistiu-se a uma discussão entre apoiantes e detractores de uma *Emerita* de ângulos rectos, mas a ideia de *urbs quadrata* não se refere à delimitação exterior mas sim a uma divisão de espaço em quatro partes principais. Richmond[2163] assumiu que o perímetro alto-imperial e o tardio coincidem, no seguimento da questão do próprio adossamento do anfiteatro, ainda que até bastante tarde[2164] se acreditasse numa redução do espaço intra-muros, que teria anulado espaços ainda não construídos. Os aquedutos, construídos em fases sucedâneas mas próximas[2165], fariam pressupor um planeamento optimista em época augústea, numa lógica paralela no perímetro, o que não constitui prova de uma contracção posterior,

[2159] Viana 1949, 37-85
[2160] Torres 1993, 19-27
[2161] Moreno de Vargas 2001, 49-56
[2162] Fernández y Pérez 1893, 13
[2163] Richmond 1930, 99-107
[2164] García Moreno 1986, 99
[2165] Jiménez 1976, 272

eliminando áreas não ocupadas. Mais do que um autor[2166] de facto propuseram uma alteração do traçado, à margem do problema da redução ou ampliação de determinadas secções, tese entretanto descartada. A retracção do espaço interno dar-se-ia apenas em época almorávida. Valbuena González descreveu uma cortina de *tierra apisionada*[2167], cujos restos ainda viam no século XIX e que formavam um perímetro muito reduzido. É esta muralha de taipa que tem vindo a ser identificada por Santiago Feijoo, na zona de St. Domingo[2168]. A muralha imperial e visigótica emeritense é hoje entendida como um recinto continuado que, sem interrupções no seu trajecto[2169], foi sendo pontualmente reformulado na sua constituição. Trabalhos de escavação desde inícios da década de oitenta[2170] permitiram concluir que toda a extensão apresentava uma razoável homogeneidade de fabrico. Fernández y Pérez tinha já descrito a muralha original em *opus incertum*[2171], mas foi Jiménez[2172] quem insistiu claramente na segunda linha defensiva adossada à muralha alto-imperial, constituída por grandes blocos de granito reaproveitados, secundando assim a interpretação feita em 1633[2173]. Existe, portanto, uma dupla tecnologia, assente num primeiro recinto com um reforço externo tardio. Tecnologicamente, este segundo anel é composto por silhares bem esquadrados, por vezes material romano retocado, aparelhados a soga e tição. Existe uma alternância ocasional com elementos arquitectónicos descontextualizados, como colunas ou cupas. Esta reforma arquitectónica foi sendo encarada como muito problemática[2174], e Calero Carretero, após indicar os princípios do século IV[2175], inclinou-se mais tarde para o século V, indicando que até esse momento a muralha fundacional se teria mantido em estado aceitável[2176]. A investigação de Miguel Alba demonstrou, de facto, a origem visigótica do empreendimento, tal como as alterações nas cotas das entradas secundárias, que sofreram obstruções e remodelações[2177]. Foram estas muralhas que na crónica do Akhbar Madjmoua, ao tratar da conquista de Musa, foram descritas como

[2166] Gil Farrés 1946, 363
[2167] Valbuena González 1982, 165
[2168] Alba Calzado e Feijoo 2006a, 105
[2169] Feijoo Martínez 2000, 580
[2170] Calero Carretero 1986, 44
[2171] Fernández y Pérez 1893, 13-22
[2172] Jiménez 1976, 271-292
[2173] Moreno de Vargas 2001, 56
[2174] Mateos Cruz 2004, 31
[2175] Calero Carretero 1986, 98
[2176] Calero Carretero 1992, 270-271
[2177] Alba Calzado 1997, 292

tais que nunca ninguém construiu outras semelhantes[2178], tendo Mérida sido cercada durante vários meses, até à rendição negociada de 30 de Junho de 713. O reconhecimento da construção pós-romana das muralhas tardias implica refutar uma consonância cronológica com as cidades menores lusitanas, o que se explicaria talvez em parte pelo facto de Mérida se ter mantido enquanto capital de diocese durante o século IV e assim não ter deixado arruinar partes das suas defesas antes dos últimos anos de domínio romano. Ausónio referiu-se a Mérida como a nona mais importante do mundo romano[2179], e de resto esta lógica teria conhecido uma equivalência em Beja, outra das capitais de *conventus* lusitanas.

Quatro necrópoles, identificadas desde há muito tempo, apresentam uma evidente correspondência a quatro vias de acesso urbano[2180], com ocupações documentadas pela epigrafia até o século IV[2181]. A sudeste, entre a Puerta de la Villa e o Cerro de San Albín, destaca-se uma sequência cemiterial que inclui as áreas dos Columbários, de Los Bodegones, a necrópole do anfiteatro e a do Museo Nacional de Arte Romano. Entre a porta de la Villa e a travessia sobre o Albarregas, a Norte e Noroeste existe uma zona tão mal conhecida como a necrópole associada à saída da própria ponte sobre o Alberragas. Por fim, existe um outro cemitério alto-imperial à saída da ponte sobre o Guadiana. De todas as entradas, aquela cuja existência física se pode comprovar melhor é a estrutura muito alterada da Puerta del Puente, integrada no sistema de protecção simultâneo da entrada da ponte e da alcáçova islâmica. De forma semelhante ao resto da muralha, destaca-se um reforço exterior de *opus quadratum*, revestindo o *incertum*. Existiu uma lógica funcional nos dois vãos desta porta, sendo o esquerdo era pedonal, enquanto o outro se destinava a carros, a julgar pelos profundos sulcos cavados na calçada[2182]. A outra porta do *decumanus maximus*, na actual Rua de Santa Eulália, tem sido tomada como a Puerta de la Villa. Escavações recentes puseram a descoberto elementos arquitectónicos transformados em Época Moderna, que na sua origem corresponderão à primitiva entrada romana[2183]. No século XVI, esta porta urbana era conhecida por porta de Santa Olalla[2184], e a partir dela a muralha romana sobe pela calle

[2178] Dozy 1965, 54
[2179] Almagro Basch 1981, 118
[2180] Brias, Gabriel, Montalvo Frias e Gonzalez 1991, 48
[2181] Pérez Centeno 1998, 301-302
[2182] Calero Caretero 1986, 155
[2183] Álvarez Martínez 2007, 658
[2184] Valbuena González 1982, 168-169

José Ramón Mélida, outrora conhecida, significativamente, como Calle de las Torres[2185], até o Museo Nacional de Arte Romano, de onde, através do anfiteatro, atinge a escola Ibañez Martín, o quartel da Guardia Civil, a via Ensanche e a praça de touros, junto à casa do Mitreo[2186]. O *cardo* principal, por seu turno, passava com certeza no alinhamento da ponte sobre o Albarregas, e situar-se-ia, por isso, uma porta no extremo nordeste da cidade. Não se lhe conhecem referências concretas. A sua congénere oposta, enquanto quarta entrada emeritense, tem sido localizada na Rua Calderón de la Barca. Esta convicção baseia-se apenas numa análise topográfica, se for descontada a indicativa menção a necrópoles nas imediações[2187]. Além das quatro portas principais, a rede ortogonal de cardines e decumani desembocava em sucessivas entradas menores. Existem várias dessas aberturas na zona da Morería, além da que se distingue com nitidez no anfiteatro, conhecida desde há muito, ou das outras que Bendala Galán[2188] mencionou ao longo do traçado. Almagro Basch identificou esta rede paralelográmica, com base em troços conhecidos de vias e aquedutos em finais dos anos setenta[2189], cujas acepções gerais vieram a ser confirmadas pelas escavações recentes, precisamente na Morería.

Um dos limites do traçado romano situa-se sob o estacionamento do Parador Nacional, o que configura uma curva brusca desde o final da calle del Arzobispo Massona[2190], e também ao longo da calle Concordia. A ideia desta localização, tomada como provável há muito tempo, veio a ser reforçada pelas escavações de Barrientos Vera na adjacente calle Muza[2191]. O duplo paramento, por si só, não é indicativo cronológico seguro, mas uma outra intervenção na mesma calle Concordia permitiu a Félix Palma García identificar uma variante no sistema construtivo, presumivelmente alto-imperial, em oposição aos outros troços conhecidos[2192]. Trata-se de dois fossos laterais escavados na rocha, a profundidades que variam entre os vinte e cinco e os sessenta e cinco centímetros, tendo estas valas sido enchidas com pedra irregular fixada com argamassa. Sobre esta base foi criado um sistema de muros paralelos, cujo núcleo de *opus caementicium* tinha uma largura de um metro e sessenta e cinco, enquanto a dos muros

[2185] Álvarez Martínez 2007, 655
[2186] Molano Brias, Gabriel Gijón, Montalvo Frías e González 1991, 46
[2187] Floriano 1935, 375-376
[2188] Bendala Galán 1976, 142-143
[2189] Almagro Basch 1981, 119-122
[2190] Álvarez martínez 2007, 655
[2191] Barrientos Vera 2001, 87
[2192] Palma García 2004, 37-38

exteriores varia entre os cinquenta e cinco e os oitenta centímetros. O troço de muralha que delimita o espaço oriental do anfiteatro, e que, na sua extensão, ressurge junto à secção norte da casa do anfiteatro, tinha durante muito tempo sido considerado pré-romano, com reconstruções sucessivas e pontuais. Existem referências já antigas ao corte de uma *domus* de finais do século III ou inícios do seguinte, com enterramentos tardo-romanos e visigóticos sobrepostos. A curvatura da muralha que engloba o teatro e o anfiteatro destoa da restante disposição urbanística, o que levara a que se visse nesse facto uma prova de redução de perímetro, atribuindo-se ao mesmo troço de muralha uma datação baixo-imperial[2193]. Até há pouco tempo, a discussão girava em torno da relação cronológica da muralha com o anfiteatro que, a ser aceite a anterioridade da primeira estrutura, conduzia à questão controversa de um erro de cálculo aquando da construção do anfiteatro e do teatro. Rodríguez-Martín comprovou que o *vomitorium* 9 do anfiteatro tinha sido obstruído com material da oficina local GES, que caiu em desuso em finais do século III, associado a formas de inícios do século IV, como Dressel-Lamboglia 30 b, antes de uma nova análise[2194] avançar com duas premissas relevantes. Primeiro, será de concluir que o *vomitorium* 9 nunca esteve realmente fechado ao trânsito, de acordo com uma relação arquitectónica que aponta, isso sim, para a utilização da muralha enquanto cofragem, por oposição à restante extensão do anfiteatro. Um segundo indicador tem que ver com a sequência de demolição da muralha; esse saque deu-se numa lógica centrada na própria passagem. Também o *vomitorium* 10 se articula com a muralha, tendo sido concebida e adaptada em função da estrutura pré-existente. Importa referir a existência de uma porta urbana no sector nordeste do anfiteatro[2195], que se encontra muito destruída e da qual apenas resta um dos arranques. A luz é de três metros, o que, somado à estrutura sobrevivente, permite admitir quatro metros e dez para a largura mínima da porta.

A zona musealizada da Morería, adjacente à ponte romana, ostenta duzentos metros de muralha alto-imperial, posteriormente reforçada na Antiguidade Tardia[2196], à semelhança do restante perímetro. Esta segunda linha adossada é composta por muitas peças reaproveitadas, essencialmente cupas e estelas funerárias graníticas, mas também existe material marmóreo. Este último tipo de pedra sofreu, no entanto, um género

[2193] García Sandoval 1966, 14
[2194] Durán Cabello 2004, 212-213
[2195] Álvarez Martínez 2007, 660
[2196] Mateos Cruz 2001, 188

diferente de tratamento, nomeadamente decorativo e não construtivo[2197]. Explica-se esse contraste com as cupas e lápides de granito pela maior facilidade destes em serem transformados em algo parecido com silharia. Definem-se neste lanço duas prováveis portas e também um portão mais tardio[2198]. Na sua origem, a muralha teria dois metros e oitenta de largura e mais de seis de altura, ao longo do seu perímetro aproximado de quatro quilómetros[2199]. Por seu turno, o reforço de época visigótica redundou numa nova largura de mais de cinco metros e uma altura de oito a dez[2200]. Uma inscrição perdida mas muito citada, entre outros por Moreno de Vargas, que retomou um epigrama atribuído a S. Julião[2201], e por Hübner[2202] data de 483, mencionando a reparação da ponte, com a indicação de que, simultaneamente, se procedeu ao reforço das muralhas da cidade[2203]. É de crer que *Emerita* tenha realizado esta obra por iniciativa de uma municipalidade tecnicamente pós-romana[2204], no centro do poder visigótico do Sudoeste[2205]. É muito indicativo que as obras foram executadas conjuntamente pelo bispo Zenão e pelo comandante militar Salla[2206]. Tal dado é demonstrativo do esforço visigótico em agir como o teriam feito os imperadores[2207], redotando a capital lusitana de defesas capazes. De acordo com S. Eugénio, arcebispo de Toledo, o mesmo *dux* Salla restaurou a ponte de Alcântara por ordem de Ervígio, sucessor de Wamba[2208], o que poderá indicar que os melhoramentos emeritenses se deveram igualmente a um estímulo régio, e não puramente episcopal. À partida, não ficaria claro se o referido documento do Código de Azagra, referente a Mérida, testemunha uma verdadeira nova muralha ou se é referente a um restauro parcial. A última década confirmou, porém, a homogeneidade da fortificação pós-romana, construída de uma só vez em redor da muralha prévia.

Curiosa é a orientação da porta romana transformada pela construção da alcáçova, que não se encontra num alinhamento com a ponte. Esta entrada tem sido identificada com a

[2197] Nogales Basarrate 2001a, 99
[2198] Mateos Cruz 1995, 200
[2199] Feijoo Martínez 2000, 571
[2200] Alba Calzado e Feijoo 2006a, 103
[2201] Moreno de Vargas 2001, 66
[2202] Hübner 1871, 8
[2203] Weiss 1997, 29
[2204] Vives 1939, 3-5
[2205] García Moreno 1989, 256
[2206] Richardson 1998, 304
[2207] Kulikowski 2005, 68
[2208] Caveda 1948, 60

iconografia das cunhagens emeritenses, questão muito debatida desde Sáenz de Buruaga[2209]. É possível que a representação nas moedas se baseie realmente na desaparecida Puerta de la Villa, ainda que se tenha sido sugerido recentemente que possa, na verdade, representar a própria Porta del Puente[2210]. É de notar a depictação realista nestas moedas emeritenses, nas quais, para além da porta dupla, surge também um altar e um templo tetrástilo[2211]. Pedro Mateos Cruz, ao referir a distância de vários metros entre a entrada da ponte e a porta, apontou para a existência de uma via prévia à construção da ponte e da porta monumental[2212]. Ao anular este acesso primitivo, hipoteticamente orientado na direcção de uma travessia de madeira, foi criado um pátio entre a entrada da nova ponte e a nova porta, o que explicaria a razão da sua orientação pouco canónica em relação à ponte, mas em concordância ao *decumanus maximus*. É preciso recordar aqui as palavras de Gaspar Barreiros, que referiu esta problemática da ponte em meados do século XVI: *Iũnto â cidade qbrou, & este pedaço refezerã pouca â, torcẽdo à ponto per hũa parte com q nã vai tã direita como hia primeiro*[2213]. O controlo da entrada da cidade, junto à alcáçova, inscreve-se numa lógica que em época medieval plena desabrocharia nas pontes fortificadas[2214], realidade da qual Barreiros destaca a torre arruinada no meio da ponte[2215]. Já aquando da aproximação de Ordonho II, em 915, a ponte representara o limite do avanço militar, tendo-se detido o exército cristão na aldeia de *Stella*, do outro lado da ponte[2216]. A crónica de Abenalatir menciona especificamente a destruição da muralha na década de 860[2217]. De facto, a administração muçulmana tinha interesse em anular a fortificação urbana, e com ela a agitação moçárabe, cuja persistência motivara, precisamente, a própria alcáçova, terminada em 835 e, no fundo, concebida enquanto *ribat*-acampamento[2218]. É de apontar que as portas são de entrada direita, ainda sem recurso a esquemas em cotovelo, se bem que num dos casos a manutenção da porta romana tenha permitido obter uma lógica aparentada. A porta urbana, assim transformada, corresponde a uma espécie de *antecastellum*[2219], resultando, na prática, num acesso indirecto à fortaleza. De resto, há várias persistências

[2209] Sáenz de Buruaga 1954, 229-243
[2210] Mateos Cruz 1995, 197-198
[2211] Osland 2006, 2-3
[2212] Mateos Cruz 1995, 197
[2213] Barreiros 1968, 21
[2214] Cassanelli, Delfini e Fonti 1974, imagens 156, 157 e 158
[2215] Barreiros 1968, 21
[2216] Canto 2001, 26-27
[2217] Calero Carretero 1992, 260
[2218] Alba Calzado e Feijoo 2006b, 168-169
[2219] Torremocha Silva, Navarro Luengo e Salado Escaño 2000, 199

islâmicas de entradas simples, como o exemplo toledano da Porta de Alcántara, e continuam a destacar-se após a viragem de milénio, mesmo em casos orientais[2220]. A sequência de níveis na calçada, posta a descoberto por Álvarez Martínez e Barrera em 1981, é bem indicativa das reformas tardias na porta del Puente, com adições que permitiam o acesso, tanto desde a ponte como da circunvalação entre a muralha e o rio[2221]. Quanto à cronologia relativa da muralha tardia, torna-se interessante a constatação de que as brechas intencionais, identificadas noutros locais da muralha, não se verificaram dentro da alcáçova construída sob Abdarramão II, o que indicia fortemente que o desmantelamento da muralha se tenha dado após a construção da fortaleza[2222]. De facto, a alcáçova revelou um extenso troço de muralha sem brechas, no prolongamento da estrutura identificada na Morería. O troço onde se conserva o reforço de granito, de largura variável, entre os dois metros e quarenta e quatro e os dois e sessenta e seis, tem uma profundidade total de cinco metros[2223]. Vários autores associaram o cais no *Anas* à muralha[2224], e a própria alcáçova a uma fortaleza romana[2225], até que Álvarez Martínez lhe dedicou um profundo estudo[2226]. A muralha em si estende-se em paralelo ao cais, a uma distância de vinte e cinco metros[2227]. Não se trata, portanto, do prolongamento da própria muralha romana, como julgava Mélida[2228].

No lado meridional da cidade, uma prospecção por geo-radar permitiu definir estruturas interpretáveis como muralha na proximidade da Casa del Mitreo, numa clareira a sul dos chamados columbários, que indicam o seu eventual traçado[2229]. Nesta área foi referido um troço de muralha por Almagro Basch[2230], ainda que Jiménez considerasse a inteira zona como espaço extra-muros em época fundacional[2231]. A muralha confirma-se nas calles Oviedo e Constantino, até Atarazanas[2232], visto que escavações na calle Atarazanas resultaram na descoberta de um troço considerável de muralha, adaptado ao desnível e por isso ligeiramente desviado para Sul. Existia *sigillata* clara D associada às

[2220] Gomes 2006, 28
[2221] Álvarez Martínez 2007, 661
[2222] Alba Calzado e Feijoo 2006a, 103
[2223] Calero Caretero 1986, 116
[2224] Fernández y Pérez 1893, 16-18
[2225] Cean-Bermudez 1987, 389
[2226] Álvarez Martínez 1983, 71
[2227] Trillmich, Hauschild e Blech 1993, 297
[2228] Mélida 1907-10, 116
[2229] Mateos Cruz 2001, 188
[2230] Almagro Basch 1981, 123
[2231] Jiménez 1976, 280
[2232] Molano Brias 1991, 46

fundações e a respectiva porta tinha sido muito modificada[2233]. Esta entrada secundária, de vão único e uma largura de quatro metros, era ladeada por duas torres arredondadas, em quadrante de círculo, e conduzia a um decumano parcialmente escavado[2234]. Esta entrada consistirá no início de um eixo que atinge o *forum* provincial[2235], e cuja importância urbanística se depreende dessa sua ligação com o rio.

A muralha de Mérida é um monumento muito explícito no campo simbólico, com a inserção de um bloco com falo, simbolizando de certeza uma inteligência protectora. Na mesma cidade, o arco central do aqueduto de los Milagros e a ponte sobre o Guadiana ostentam falos, bem como as muralhas de Cástulo, Ampúrias e Olite, e incluem-se ainda outros edifícios, nomeadamente em Cápera, de novo na Lusitânia[2236]. Também no museu de Saragoça está exposto um silhar com falo, proveniente da muralha urbana. Pompeia exibe uma considerável série de relevos fálicos, associados a esquinas ou a entradas, claramente ostentativas, colocadas ao nível do olhar do transeunte, e interpretados como sinais protectores e de boa sorte[2237]. O exemplo emeritense comprova a sua persistência pós-romana.

2.13. Mértola

Na crónica de Arrazí, *Mértola jaz sobre o rio Guadiana, e é um castelo muito antigo, e tem muitos vestígios antigos*[2238]. No século X, uma referência tão específica a fortificações declaradamente pré-islâmicas obrigam quase de certeza a reconhecer a sua romanidade. Existe outra alusão literária às defesas urbanas, já do século XVI, que poderá apontar para o carácter tardo-romano da construção. André de Resende mencionou os *cipos, colunas e estátuas que Godos e Mouros, por serem uns e outros de inteligência perfeitamente bárbara, utilizaram largamente para reparar as muralhas em vez de pedra de alvenaria*[2239]. Tanto Sebastião Estácio da Veiga[2240] como Pinho

[2233] Molano Brías, Gabriel Gijón, Montalvo Frías e González 1991, 47
[2234] Álvarez Martínez 2007, 658
[2235] Alba Calzado 1997, 290
[2236] Del Hoyo e Vázquez Hoys 1996, 449
[2237] Ling 1990, 61-62
[2238] Catalán e Andrés 1974, 81
[2239] Resende 1986, 186
[2240] Veiga 1880, 78

Leal[2241] evidenciaram esses mesmos reaproveitamentos de material romano, indicando reconstruções até época islâmica. E de qualquer modo, já Amador Arraiz os tinha destacado antes: *Duram inda em Mértola colunas, estatuas & marmores com letreiros Romanos dos quais os Barbaros assi godos, como mouros, no repairo dos muros, arcos, torres & pontes usavam, pondoas por alicerces*[2242]. À primeira vista, seria de admitir que a maior parte da muralha conservada não é romana, e nem sequer tardo-antiga, mas sim um resultado da severa reconstrução do século XII[2243]. Após esse momento, a muralha urbana não voltaria a ser substancialmente alterada, salvo na zona das portas, que beneficiaram de obras no século XIII, particularmente visível no torreão quadrangular da Porta da Ribeira[2244]. O criptopórtico integra-se, ao que tudo indica, nas defesas tardo-romanas da cidade, sendo construído com grandes blocos de granito, estranhos à região, e com marcas de reaproveitamento[2245]. A estrutura situa-se entre duas torres quadrangulares adossadas, e poderia reportar a uma adaptação islâmica para funcionar como cisterna, contemporânea da edificação da muralha, numa situação com paralelo em Silves[2246]. Torna-se interessante considerar que a parede exterior do criptopórtico seja apontada precisamente como o único troço atribuível à muralha tardo-romana por quem escavou na área[2247]. Cláudio Torres referiu uma enorme muralha com que a cidade terá sido munida nos séculos IV ou V, com um perímetro de um quilómetro, em associação às alterações no *forum*, reconvertido em balneário já no século III, antes da cristianização do local[2248]. Também Kulikowski se inclinou para esta cronologia, interpretando a nova defesa como expressão de prestígio, dada a favorável posição topográfica da cidade[2249]. A construção de uma muralha baixo-imperial tinha já sido sugerida em 1880, com muitas reservas, diante da regularidade do aparelho externo de certos locais, por oposição às secções com grande mistura de mármores e pedra de granito, nitidamente importados, por exemplo diante da torre fronteira à ermida da Senhora das Neves[2250]. Seria de encarar a hipótese de uma drástica redução de perímetro a Norte, Sul e Ocidente. No entanto, a tese de um percurso completamente coincidente

[2241] Leal 1875, 190
[2242] Arraiz 1945, 289
[2243] Torres e Silva 1989, 14
[2244] Boiça 1993, 51
[2245] Macias 1996, 52
[2246] Gomes 2002, 209-210
[2247] Lopes 2002, 33
[2248] Torres 1995, 263
[2249] Kulikowski 2004, 122
[2250] Veiga 1880, 77-78

entre a muralha actual e a romana[2251] não deve ser descartada de imediato. É aliás de concordar sem reservas com tal ideia no local em que a muralha se estende em paralelo ao rio, onde deve ter existido uma sucessiva sobreposição das defesas de Mértola. Seria muito difícil deixar de aproveitar essa posição topográfica, e já a muralha pré-romana[2252] ou republicana[2253] terá passado no local. A escavação de uma torre a escassa distância da Porta da Ribeira, com muros curvilíneos associados, demonstrou a adaptação de uma primeira torre quadrangular a um formato rectangular, transformação cujos materiais associados atingem o século IV[2254] ou mesmo V[2255]. Outra intervenção nesta zona portuária permitiu identificar fundações adossadas ao extradorso da muralha, atribuíveis ao período romano[2256].

Santiago Macias avançou com a tese de uma muralha de época bizantina em Mértola[2257], construída sob impulso de um poder local mais ou menos autónomo, e nesse contexto colocou em relação a torre do rio e o criptopórtico. Essa contemporaneidade construtiva, porventura situável numa fase mais precoce, nomeadamente nos séculos III e IV[2258], poderia também ser colocada na segunda metade do século V ou na primeira do século seguinte[2259], afastando, em qualquer dos casos, uma cronologia islâmica. A estrutura portuária que domina a margem carece de interpretação cabal, mas é de considerar que, de forma directa, nada teria a ver com a defesa da cidade, embora seja óbvio que se adossasse ao perímetro fortificado. Foi encarada como aqueduto islâmico[2260] ou ponte[2261], que não serão as mais óbvias das interpretações, ou ainda como parte integrante daquela defesa bizantina. Não seria descabido encará-la antes como uma estação elevatória de água, posta em movimento pelo próprio caudal do rio. De qualquer modo, encontra-se articulada com a muralha, e de forma indirecta com a Porta da Ribeira, entrada considerada originalmente romana e representada em gravuras medievais como porta em cotovelo[2262]. A eventualidade de

[2251] Lopes 2002, 32
[2252] Hourcade e Lopes 2001, 209
[2253] Alarcão 1993, 218
[2254] Lopes 2002, 83
[2255] Macias 2005, 235
[2256] Lopes 2002, 83
[2257] Macias 2005, 239-240
[2258] Lopes e Macias 2005, 462
[2259] Macias 2005, 238-245
[2260] Almeida 1976, 298-299
[2261] Guerra 2006, 657
[2262] Lopes 2002, 38

uma relação ravenaico-bizantina com o monumento é discutível[2263] e, na sequência dos materiais reaproveitados, Virgílio Lopes apontou uma datação do século III ou IV, ainda que sem excluir as hipóteses islâmicas de Estácio da Veiga e Fernando de Almeida[2264]. Existem vários paralelos medievais na Europa e no Médio Oriente para moinhos de água fortificados com quatro ou cinco andares[2265], cujos antecedentes podem ter tido aplicações urbanas, mesmo apesar das cheias do Guadiana. No fundo, a cronologia da estrutura tem sido debatido na sequência linear de convicções sobre a muralha tardia, cujo intervalo de construção mais provável não parece muito posterior ao século V, de acordo com os parcos dados disponíveis.

É muito interessante que as fontes árabes mencionem Mértola como *hisn Mirtulati* e não como *madina*. Talvez se explique esta designação da cidade pela sua condição de aquartelamento hibernal de exércitos africanos, que chegavam e retiravam pelo rio[2266]. A cidade, já no século V, tinha sido o local de embarque mais evidente para a comitiva de Censório, que pretendera regressar a Ravena antes de ser aprisionado pelos Suevos[2267]. O domínio suévico de Mértola, na sequência deste episódio com o embaixador romano, permite explicar a facilidade com a qual, logo em 441, foi estendido o domínio sobre Sevilha e sobre toda a Bética[2268]. A verdade é que Mértola fora o porto de duas sedes de *conventus*, Beja e Mérida[2269], uma das quais era em simultâneo capital provincial. Nesta época romana tardia, a cidade evidenciara uma preponderância mediterrânica, não apenas visível através dos materiais de importação orientais, mas também pelos paralelos paleocristãos ou talvez mesmo posteriores, nos mosaicos e principalmente nas equivalências da Mauritânia e África Proconsular para a basílica do Rossio do Carmo. Este edifício, embora tenha sofrido um momento de destruição, continuou a funcionar como espaço funerário islâmico[2270]. De facto, as escavações no local do cine-teatro Marques Duque resultaram na definição de uma necrópole paleocristã imediatamente fora das muralhas[2271], e esse cemitério

[2263] Maciel 2000, 190-191
[2264] Lopes 2002, 80-81
[2265] Mora-Figueroa 2006a, 139
[2266] Domingues 1997, 98
[2267] Tranoy 1974, 136
[2268] Maciel 2000, 186-187
[2269] Kulikowski 2004, 90
[2270] Macias 2002, 113 e 120
[2271] Gómez Martínez 2001, 46-47

desenvolveu-se dentro do antigo perímetro[2272]. Destaca-se a grande continuidade entre o Baixo Império e a Antiguidade Tardia, por exemplo a nível da epigrafia funerária[2273]. O núcleo funerário cristão funcionou entre os séculos V e princípios do VIII[2274], com implicação indirecta na problemática da muralha. O próprio *forum* evidencia uma grande reformulação não anterior aos inícios do século IV, a deduzir dos materiais recuperados nas suas estruturas[2275], o que coloca numa perspectiva baixo-imperial uma fase de renovação urbanística, portanto contemporânea do período da fortificação urbana lusitana. O referido criptopórtico que suportava o *forum*, e que depois acabou transformado em cisterna islâmica, formou o limite da cidade tardia, embora o primitivo amuralhamento romano se situe a uma cota ligeiramente inferior[2276]. O pequeno fortim que existe no canto sudoeste da muralha da Idade do Ferro, no Cerro do Convento Velho, é de uma cronologia bastante avançada, numa lógica análoga à do Bico da Muralha de *Conimbriga*, mas talvez um pouco mais tardia. Apresenta uma forma trapezoidal com quatro torres, uma em cada canto. O trabalho de Hourcade, Lopes e Labharthe[2277] definiu claramente o contraste com a estrutura pré-romana, nomeadamente as torres quadradas ou rectangulares e cortina de reduzida espessura, sugerindo, por exclusão de cenários, uma datação islâmica. O facto de não haver recurso a argamassa como ligante do aparelho afasta-se, de facto, da tendência de edificação visigótica. O facto de, na zona do Cerro do Benfica, na zona nordeste do perímetro, não ter havido alteração à muralha da Idade do Ferro, foi interpretado como manutenção da estrutura durante o período romano, eventualmente como símbolo de prestígio[2278]. Essa hipótese exclui, portanto, a sobreposição da muralha defensiva em uso no período visigótico naquela área, fazendo acreditar numa eventual redução do perímetro, excluindo o Cerro do Benfica da cidade romana.

Exceptuando talvez o epitáfio de Júlia Lupiana (IRCP 107, ILER 6240), achado na muralha de Mértola[2279], as restantes inscrições foram quase de certeza reutilizadas em obras de fortificação cristãs, como as que se terminaram em 1292, quando se concluiu a

[2272] Torres e Silva 1989, 100
[2273] Maciel 1996, 181
[2274] Macias 1993, 415
[2275] Lopes 2002, 34
[2276] Torres e Silva 1989, 17
[2277] Hourcade, Lopes e Labharte 2001, 16-18
[2278] Hourcade, Lopes e Labharte 2003, 209
[2279] d'Encarnação 1984, 170

torre de menagem[2280]. É o caso da ara de mármore dedicada *Deae Sanctae*, por Gaio Valério Rupo Cepião (IRCP 95), proveniente da alcáçova e dos epitáfios de Acénia Herénia (IRCP 100) e de Emília (IRCP 101; ILER 4011)[2281], o primeiro usado nas muralhas do castelo e o segundo na porta da torre de Valredondo. Os quatro exemplares são datáveis do século II, o que, mais uma vez, indica muito pouco sobre a cronologia da muralha.

2.14. Faro

As graves alterações orográficas que o litoral algarvio sofreu durante o período histórico deram-se com particular incidência na ria de Faro. Desfeitos por Abel Viana[2282] os equívocos sobre a localização de *Ossonoba*, alimentados no apoio de uma tradição prévia por Gaspar Barreiros[2283] e depois, entre outros, por Estácio da Veiga, Francisco Ataíde Oliveira[2284] e Garcia Domingues[2285], houve quem quisesse continuar a ver no actual núcleo uma pequena entidade, subsidiária de uma hipotética *Ossonoba* localizada em Estói, e cuja importância se teria revelado apenas no século XI[2286], tese curiosamente mantida por alguns até os últimos anos do século XX[2287]. Tal concepção, muito problemática, é contradita pela cabal definição de Estói, e acima de tudo pelas importantes estruturas urbanas que têm vindo a ser identificadas no local, nomeadamente no Largo da Sé[2288], sob a zona onde no século XIV se desenvolveria um bairro com uma torre romano-gótica[2289], e que não podem ser interpretadas como reflexo de um pequeno povoado. É verdade que o sismo de 382, e também os de 881 e 889, devem ter afectado os monumentos da cidade. A primeira ocorrência, tendo destruído Belo[2290] e Cádis[2291], foi sentida em todo o território lusitano e provocou um

[2280] Boiça 1993, 49
[2281] d'Encarnação 1984, 156-157, 163-164 e 164-165
[2282] Viana 1952, 35-40
[2283] Almeida 1984, 21
[2284] Oliveira 1914, 121-128
[2285] Domingues 1997, 95
[2286] Belchior 1982, 41
[2287] Lemos 1995, 101
[2288] Mantas 1997b, 296-297
[2289] Brito 1995, 93
[2290] Silva, Borja, Zazo, Goy, Bardají, De Luque, Lario e Dabrio 2005, 129-146
[2291] Silva 2007, 123

tsunami, fazendo submergir três ilhotas diante do Cabo de S. Vicente[2292]. Quanto a Faro, o terramoto de 1755 não provocou inundações: *O mar sahio pouco do seu curso ordinário, talvez por se espraiar pela ilha*[2293]. Mas a ocorrência provocou destruições em grande parte dos edifícios de Faro, como vem relatado na *Relaçam* de 1756; no que diz respeito à muralha, o texto refere a ruína dos paramentos, mas destaca a manutenção das bases: *À fortificaçam da Cidadela, a que os moradores chamam a Villa-dentro, cairão muitos lanços da muralha; que hera fundaçam dos Mouros, ficando firmes os seus terraplenos*. Um outro relato do acontecimento refere a obstrução das portas, e por fim as Memórias Paroquiais de 1758 (vol. 15, rolo 319, p. 164) indicam o avançado estado de destruição da muralha e das torres, *todas ellas muito destruídas e arruinadas por ocasião do terremoto*[2294]. Um século depois, o padre António Carvalho da Costa escrevia que a cidade de Faro se encontrava *cercada de fortes, & torreados muros, que a dividem pelo meio*[2295], numa alusão directa aos restauros recentes, e à importância do espaço extra-muros.

Quanto a investimento imperial tardio em *Ossonoba*, a sua avaliação depende de dados indirectos, como por exemplo o busto de Galieno proveniente de Milreu, que por maioria de razão não existiria senão por devoção ao imperador na segunda metade do século III. No ambiente da fortificação urbana, a dedicatória a Aureliano por parte da *Respublica Ossonobensis*, achada num contexto de reutilização[2296] (IRCP 4 = ILER 1196), pode ser interpretada como sinal de receptividade aos projectos imperiais, âmbito no qual deverá ser interpretada outra dedicatória a Aureliano, de Santiago do Cacém / *Mirobriga* (?) (IRCP 149)[2297]. Ainda não será um reflexo directo da construção de uma muralha, mas sim de abertura genérica a políticas oficiais que tendiam abertamente para a fortificação urbana. A inscrição datará de 274, de acordo com a referência ao segundo consulado, pese embora a irregularidade da formulação[2298], e reflecte em simultâneo o declarado dinamismo da *ordo decurionum* local, com responsabilidades directas sobre construção e demolição das obras públicas[2299]. É nítido que ao longo dos séculos III e IV, e apesar de graves retrocessos na actividade mineira, a oligarquia ossonobense pôde

[2292] Senos e Carrilho 2003, 100
[2293] Lopes 1841, 329
[2294] Costa, Seabra e Nunes 2005, 97-102
[2295] Costa 1869, 12
[2296] d'Encarnação 1986, 5
[2297] d'Encarnação 1984, 225-226
[2298] d'Encarnação e Afonso 2005, 53
[2299] Caessa 1996, 25 e 32-33

manter um destaque na exportação de conservas de peixe e na exploração agrícola, integrado, de forma comprovada, num circuito norte-africano[2300]. Por outro lado, a homenagem fragmentada do governador Aurélio Ursino ao poder central (CIL II 5140, IRCP 5, ILER 1245-1246), tradicionalmente encarada como tetrárquica, foi situada por d'Encarnação[2301] no mesmo âmbito cronológico. Esta sim, pode indicar directamente uma obra de fortificação, coordenada pelo delegado imperial na província. O suporte é um pequeno bloco de calcário paralelepipédico, proveniente da zona da Sé, aparentemente sem pretensões monumentais, na medida em que a largura máxima é de menos de quarenta centímetros. Na década de 1930, aquando da abertura de um poço junto à muralha, na parte sudoeste do castelo, foram achados muitos fragmentos de *terra sigillata* junto à base da estrutura; Abel Viana continuou o relato sugerindo implicitamente a romanidade das fundações da muralha entre a Torre da Vigia e a Porta Nova, e entre esta e o castelo[2302].

A muito sugerida origem romana[2303] ou visigótica[2304] da muralha de Faro baseia-se, no estado actual do conhecimento, em dados inseguros, e Alarcão descartou por completo o carácter romano do traçado, atribuindo-o à Idade Média[2305]. No caso farense não terá havido uma significativa alteração urbanística entre a provável muralha baixo-imperial e a islâmica, na zona sudoeste, e provavelmente também não no sector sudeste, a sul do Arco do Repouso, isto é, diante do Largo de S. Francisco, embora para além da geografia histórica não se conheça evidência arqueológica para validar a ideia. Quanto à zona do Arco da Vila, surgem grandes dúvidas quanto a uma construção defensiva pré-islâmica, pela ausência de indícios minimamente sugestivos nesse sentido. As escavações nessa porta puseram a descoberto um pavimento prévio mas que de certeza não é romano, destacando-se a desobstrução do arco ultrapassado que poderia fazer recordar uma entrada em cotovelo[2306], mas nenhum elemento anterior. O pavimento correspondente ao arco em ferradura encontra-se praticamente um metro abaixo da cota de circulação actual. O *cardo* e o *decumanus* determinaram os acessos[2307] que, por seu

[2300] Silva 2002, 42
[2301] d'Encarnação 1984, 47-49
[2302] Viana 1952, 23
[2303] Gamito 1997, 349
[2304] Coutinho 1997, 51
[2305] Alarcão 1993, 221
[2306] Correia 2002, 85
[2307] Mantas 1997b, 297

turno, a cidade islâmica preservou[2308], embora não necessariamente nos limites das portas primitivas. Deixando de lado a mais ampla expressão da cidade alto-imperial, a concepção de um perímetro tardio completamente interior à delimitação medieval, no seguimento das Ruas Monsenhor Boto, Rasquinho e antiga Travessa das Freiras[2309], carecerá de melhor fundamentação. Na verdade, de acordo com a configuração urbanística, seria possível sugerir um traçado amuralhado prévio, no alinhamento da Rua e do Beco do Arco, ou ainda na Travessa do Trem, que lhe fica paralela. Já Patrocínio indicou que não existe comprovação para essa hipótese, para além das áreas abertas em torno do castelo ou da Rua Nova, que poderiam ser interpretadas como espaldas, isto é, como sectores aplanados extra-muros[2310]. Acima de tudo, além da ausência de evidência positiva nesse sentido, seria muito duvidoso que uma cidade do peso de *Ossonoba* pudesse ter uma dimensão mais reduzida do que a maioria das pequenas cidades a norte do Tejo. Por outro lado, é verdade que no sector nordeste, entre a Porta do Repouso e o Arco da Vila parece ter ocorrido uma severa alteração, e que a necrópole nessa zona tenha marcado um limite urbano.

Do ponto de vista construtivo, a muralha é composta por uma série de elementos romanos reutilizados: colunas, lápides e vergas, como se destacou após as reconstruções do último terramoto[2311]. Foi notado que se encontram intercalados com outros tipos de pedra que não são originários da região e que podem proceder do lastro de navios[2312]. Entre o quartel dos Bombeiros Voluntários e o Arco da Porta Nova existem vários troços sem interesse para o entendimento da estrutura original, mas destacam-se várias colunas integradas, a nível do solo, tal como a sul dessa porta, onde existem fiadas irregulares mas com recurso a silharia regular, semelhante à utilizada na base da muralha, no local da escavação. Para além das fontes islâmicas, existe uma fonte frísia de 1217 que menciona as boas fortificações de Faro, que se encontrava cercada por água por dois lados, e cuja muralha era tão larga que em cima dela podiam combater dois guerreiros a cavalo[2313], o que, mesmo descontando algum exagero retórico, não poderá reportar à estrutura sobrevivente, que mede pouco mais de três metros. No seguimento da invasão almóada, no século XII, foi levado a cabo o reforço do Arco do Repouso,

[2308] Lobo 2006, 42
[2309] Paula e Paula 1993, 51
[2310] Patrocínio 2006, 10
[2311] Lopes 1841, 324
[2312] Belchior 1982, 42
[2313] Callixto 1990, 67

com acrescento de duas torres albarrãs[2314]. De facto, a largura da muralha farense manteve-se variável entre os três e os três metros e dez, na Rua José Maria Brandeiro, entre o Arco do Repouso e a torre quadrangular destacada, que mede sete metros e vinte e cinco de largura e cuja origem com o Arco faz conceber idêntica origem islâmica.

Ao longo do século IV desenvolveram-se várias *villae* suburbanas, nomeadamente na Horta do Carmo, Rua das Alcaçarias e Horta do Pinto[2315], que se articulavam no espaço extra-muros com pelo menos duas grandes necrópoles alto-imperiais. Uma delas situa-se na zona do Teatro Lethes, a antiga Horta do Colégio, e a outra entre a Ermida de São Sebastião e a Rua Luís de Camões, a antiga Horta dos Fumeiros[2316]. A primeira, devido à sua distância, não serve de indicador para o traçado da muralha baixo-imperial. Uma intervenção de emergência na Rua das Alcaçarias[2317], permitiu defini-la melhor, embora o espaço possa ser já muito periférico, e talvez até destacado do cemitério principal. Em todo o caso, seria um dos principais cemitérios de *Ossonoba*, escavado sucessivamente por Estácio da Veiga, Abel Viana e Teresa Gamito[2318]. A segunda, pelo que se julga, resume-se a uma inumação incompleta, associada a uma moeda de Antonino Pio, que situaria a sepultura pelo menos em meados do século II, e à notícia de outros dois enterramentos a uns vinte metros de distância[2319]. Um pequeno cemitério tardio, junto do quartel da Guarda Nacional Republicana e presumivelmente de época visigótica, foi identificado em meados da década de 1980[2320], tal como outro, descoberto em 1973 e aparentemente tardio por uma sepultura conter uma forma Hayes 45 de *sigillata* clara C, na Horta do Ferragial, junto à esquadra da PSP[2321].

Christophe Picard sugeriu o grande despovoamento ou abandono de *Ocsonoba* nos finais da época visigótica ou início do domínio islâmico, só recuperando no século IX[2322]. As primeiras fontes islâmicas indiciariam um estado de decomposição da cidade já evidente antes no século IX, provavelmente sem reparações públicas desde a

[2314] Amaral 2002, 61
[2315] Gamito 1997, 347
[2316] Bernardes 2006, 15
[2317] Gamito 1992, 99-118
[2318] Bernardes 2005, 27
[2319] Franco 1967, 2
[2320] Gamito 1997, 357
[2321] Bernardes 2005, 27
[2322] Picard 2005, 135

conquista[2323]. Logo após a primeira fitna, *Bakr b. Yahyâ b. Bakr* reforçou as muralhas de *Ossonoba*, ou Santa Maria a partir do século X, o que incluiu a instalação de portas chapeadas a ferro[2324]. Nesses finais do período emiral assistiu-se, portanto, à primeira grande reconversão das muralhas, acção retomada depois durante a vigência almorávida e almóada. Abdarramão III não teve de cercar e danificar as muralhas, como em Beja, para estender o seu domínio sobre a cidade. Mas *Ossonoba* fora sede de bispado em época visigótica, e obviamente não parece plausível que aquela fortificação que se deu por volta de 920 tivesse sido a primeira. Afigura-se totalmente inconcebível que uma sede episcopal, com presença do seu bispo presente no concílio de Elvira (*Vicentius episcopus Ossonobensis*)[2325] em plena época de fortificação urbana, não tenha sido beneficiada juntamente com as outras sedes religiosas lusitanas, a maioria das quais de preponderância económica muito inferior. Há de resto diversos indícios de continuidade populacional. Na Rua Rasquinho, por exemplo, as obras para a instalação da Polícia Judiciária puseram a descoberto umas estruturas domésticas. Para o contexto ocupacional que nos interessa de imediato, foi identificado um estrato romano tardio, que consistia num pavimento de *opus signinum* do século III-IV, com ocupação de época visigótica, de acordo com os tipo de cerâmica encontrados, nomeadamente *Late Roman C*[2326], que também surgiu na antiga Fábrica da Cerveja[2327], ou seja, no sítio do castelo. A própria continuidade de Mireu como núcleo paleocristão, e com ocupações domésticas até o século X[2328], só se compreende em associação à cidade portuária, tal como, indirectamente, as ocupações tardias de Quinta de Marim[2329]. De resto, alguma da cerâmica comum islâmica exposta e em tratamento no Museu parece bastante precoce.

Helena Catarino destacou as torres quadrangulares adossadas à muralha, tendo entendido a transformação das semicirculares em torres heptagonais como obra visigótica, bizantina ou mesmo emiral[2330]. Também Gamito chegou a ver uma intervenção bizantina[2331] no estado actual da fortificação. À partida, não seria descabido

[2323] Picard 2000, 183
[2324] Catarino 2002a, 120
[2325] Vives 1963, 1
[2326] Gamito 1988, 6
[2327] Paulo 1999/2000, 40
[2328] Hauschild e Teichner 2002, 55-57
[2329] Graen 2007, 275-288
[2330] Catarino 2002b, 21
[2331] Gamito 1997, 356

admitir que a cidade tivesse sido integrada numa segunda zona grega, ocidental e complementar à que se concentrava em torno de Cartagena; após a ofensiva de Sisebuto, as únicas possessões bizantinas poderão ter sido, precisamente, as do litoral português[2332]. De acordo com Isidoro de Sevilha, foi Suintila quem combateu os últimos dois patrícios bizantinos: ocupou *as cidades restantes, que o exército romano administrava na* Spania *(...). Aumentou naquela batalha a glória do seu valor por ter-se apoderado de dois patrícios, vencendo um através da sua prudência e subjugando o outro com o seu valor* (*Hist. Goth.* 62)[2333]. Mas como é dado a constatar, nenhum indício deste trecho aponta directamente para o Sul da Lusitânia. Outro indicador para incluir Faro nas cidades bizantinas tem sido a ausência do seu bispo nos concílios visigóticos[2334], ainda que deva ser apontado que nessas actas também estão algumas faltas episcopais que nada têm que ver com o Sul peninsular. Documenta-se a falta episcopal ossonobense nos concílios gerais se regista entre 597 e 653[2335], mas mesmo admitindo uma interferência bizantina nessa ausência, não pode ser traçada uma correlação com investimento em muralhas. Uma destas torres consideradas bizantinas acabou integrada no castelo, cujas estruturas demolidas foram parcialmente postas a descoberto por Dália Paulo[2336]. Trata-se do muro de uma torre meridional, a quase metro de meio de profundidade, ligado ao embasamento do caminho de ronda. Uma outra do mesmo tipo, completamente reconstruída, localiza-se na Rua do Albergue. A torre e troço de muralha postos a descoberto do lado da Rua do Castelo terão provavelmente de ser postos em relação com o sector meridional do castelo, e não directamente com a muralha urbana. De destacar que o embasamento da muralha em si é composto por pedra miúda e seixos rolados, enquanto que a torre aprofunda mais[2337]. Do lado da ria, algumas fiadas mais baixas poderiam ser condizentes com uma tipologia imperial tardia, ainda que as remodelações sejam por demais evidentes. Não se pode inferir que tais obras representem reformulações lineares de um traçado prévio, embora tenha havido sugestões nesse sentido[2338]. Essas fiadas, tal como a respectiva argamassa, foram interpretadas como romanas, e contemporâneas das torres semicirculares do

[2332] Presedo Velo 2003, 80-85
[2333] Rodríguez Alonso 1975, 275-277
[2334] Goubert 1946, 70-133
[2335] Maciel 2000, 192
[2336] Paulo 2000, 11
[2337] Paulo 1999/2000, 27
[2338] Rosa 1990, 43

sector oriental da cidade, sobre as quais se teria dado uma reforma bizantina[2339]. Tal concepção aparenta, após uma escavação no local[2340], uma concepção difícil de sustentar. Quanto ao material, não houve identificação de camadas minimamente coerentes, na medida em que os níveis contemporâneos afectaram a sequência estratigráfica até a cota do lodo. Do ponto de vista arquitectónico, o que se destaca na estrutura é uma reconstrução das fiadas, correspondendo sensivelmente à actual cota de circulação, cuja disposição com fragmentos de coluna deitados faz recordar soluções aparentadas em Cáceres, onde foram integrados na base de torres albarrãs. A associação desta fiada ao quase adjacente Arco do Repouso, com idêntica solução defensiva, deverá manter-se no domínio da especulação, mas não nos parece descabida. Em todo o caso, o aparelho subjacente surge como perfeitamente distinto desta fase construtiva, com silharia bem esquadrada, ainda que ligada por argamassa. A última fiada acima do lençol freático é destacada, com uma grossa camada de argamassa sobreposta, formando um pequeno declive. A torre semicircular é contemporânea deste pano de muralha, já que a base desta se lhe encosta, enquanto por seu turno se adossa às fiadas seguintes. Porém, a torre não dispõe de uma fundação do mesmo tipo; a dificuldade de avaliação decorre do nível da água, que no entanto deixa presumir a existência de uma base de argamassa que vai alargando, mas sem a fiada de silharia destacada. Esta disposição combinada, a dizer, formato semicircular da torre, argamassa abundante apesar da qualidade da silharia, embora sem reutilizações evidentes, encontra paralelos pré-califais, de matriz tecnológica tardo-antiga mas não propriamente imperial. Caso a torre fosse rectangular, seria facilmente integrável naquele movimento autárquico de época visigótica que produziu os reforços olisiponenses e emeritenses. Em princípio, a hipótese de uma excepção não será de excluir, na medida em que por vezes surgem extravagâncias de origem indeterminável. Contudo, todos os indícios arquitectónicos apontam para uma origem associável às reformas do século IX.

É seguro que a mudança do topónimo romano para Santa Maria terá algo a ver com a famosa estátua da Virgem colocada algures no topo das muralhas, tese avançada por Abel Viana aquando da identificação farense de *Ossonoba*. *Porque não admitir, com mais lógico raciocínio, a simples mudança do último elemento da designação toponímica, isto é, de Ossónoba por Hárune, permanecendo aquela consagração à*

[2339] Gamito 1997, 355-356
[2340] De Man 2007d, 68-74

Virgem, como a testemunhar tratar-se da mesma cidade, de uma cidade que fora episcopal e que, como tal, continuava a ser considerada, pelo elemento populacional moçárabe?[2341]. Efectivamente, a transformação toponímica reflecte um episódio de consagração cristã das muralhas: [*Christiani*] *genitricis Mariae quandam yconiam super murum statuerunt*[2342]. Este trecho medieval documenta um facto que só se entende como resultado do intenso envolvimento moçárabe na reconstrução do século IX, e da quase exclusiva utilização de meios locais, considerando o direito de completar a obra com um forte símbolo cristão. A propósito, este tipo de dupla manutenção toponímica alto-medieval, culminando na designação cristã, é bastante comum, com um bom paralelo escalabitano, onde Santa Irene (>*Xantarin* >Santarém) obteve predominância sobre *Saklab* (<*Scallabis*). No caso farense, Idrissi, no seu *Nuzhat Al-Muxtâq*, menciona que as muralhas de Santa Maria são banhadas pelas águas do mar, durante a maré cheia[2343]. Um século depois, aquando da capitulação da administração muçulmana, em 1249, a cidade encontrava-se muito bem fortificada, porém o cerco cristão danificara a muralha a ponto de esta ser reconstruída no ano seguinte: *D. Affonso* (...) *mandou cercar* [a cidade] *de muros muito mais fortes do que os antigos, e guarnecer de torres*[2344]. Uma conjugação de fontes[2345], a mais antiga das quais é a Crónica da Conquista do Algarve, anterior a 1357, as muralhas islâmicas postas a cerco por Afonso III foram assaltadas em quatro frentes, a primeira das quais, entre o castelo e a Porta dos Freires, actual Arco do Repouso. A seguinte secção, a cargo de D. Paio Peres Correa, ia até à Porta da Vila, de onde Pedro Estaço assumia o ataque, até uma torre saliente. João de Boim fechou o cerco do lado da ria.

Algumas epígrafes alto-imperiais, quase todas datadas do século II[2346], foram reaproveitadas nas defesas urbanas. Provenientes da muralha do castelo (IRCP 10, 12, 20, 21, 22 e 25), da Torre do Poço das Naus (IRCP 18) e da muralha urbana, junto ao rio (IRCP 31). Se o valor destes exemplares seria já obsoleto durante o Baixo Império, existe um epitáfio do século III (IRCP 20), também incrustado na muralha do castelo, cuja proximidade cronológica com as obras de fortificação tardo-romanas poderão indiciar, de facto, uma reutilização islâmica.

[2341] Viana 1952, 38
[2342] Domingues 1972, 50
[2343] Domingues 1972, 16
[2344] Leal 1873, 143
[2345] Callixto 1990, 65
[2346] d'Encarnação 1984, 54-77

2.15. Dois recintos de definição incerta: *Augustobriga* e Cáparra

Duas cidades da Lusitânia espanhola evidenciam dados de ambígua interpretação a nível cronológico das suas defesas tardias. Não se trata apenas de núcleos populacionais equivalentes às múltiplas sedes de civitas lusitanas sem autoridade económica tardia. Pelo contrário, de um ponto de vista historiográfico, tanto *Augustobriga* como Cáparra teriam argumentos sólidos para validar uma preponderância estruturante da Vía de la Plata, em particular numa óptica que privilegie uma prioridade anonária na fundamentação das muralhas tardias. Menos complicada de percepcionar, a segunda destas cidades tem vindo a ser intervencionada por Enrique Cerrillo e Ana Bejarano, cujas valiosas informações, em vias de publicação, permitem colocar em dúvida a atribuição de uma cronologia tardia à porta de Cáparra.

A cidade de *Augustobriga*, submersa desde 1963 pela barragem de Valdecañas, encontrava-se rodeada por uma muralha defensiva. Quando Hermosilla a descreveu, ela tinha uma largura média de dois metros e meio e media oito pés de altura, muito embora estes valores se refiram ao monumento em ruínas. Para indicar o diâmetro do recinto foram utilizadas as medidas fornecidas pelo tenente Sebastián Rufo Morgado, que chegou aos aproximados dois mil e setecentos pés[2347]. Historicamente, esta muralha tem sido considerada baixo-imperial, numa equiparação com Coria e com o questionável caso de Cáparra[2348]. Porém, a técnica edilícia utilizada em *Augustobriga* deixa algumas dúvidas sobre uma eventual origem tardia. O troço melhor conservado apresenta uma altura máxima de dois metros e doze, e uma largura de metro e meio, apresentando um paramento externo de silharia granítica, com enchimento interno. Apesar do duplo paramento com enchimento interno de *opus caementicium*, e do aparelho granítico em fiadas rectas, alguns desvios dessa horizontalidade não seriam óbvios numa muralha lusitana tetrárquica. Mas o que destoa acima de tudo é a sua reduzida altura pétrea original em *opus vittatum*, sobre a qual parece ter sido elevado um outro paramento, cujo negativo deixou visível um nivelamento antigo na própria estrutura[2349]. Este curioso alisamento levou a que se imaginasse uma secção sobreposta em argamassa, o que, apesar dos diversos paralelos imperiais, representaria uma solução enigmática na

[2347] Mélida 1914-16, 90
[2348] Martín Valls 1970, 451
[2349] García y Bellido 1962, 236

Lusitânia, mesmo admitindo uma datação anterior ao Baixo Império para a estrutura. É uma solução lusitana recorrente em arquitectura doméstica, nomeadamente tardia, mas não defensiva. Interessante é a torre rectangular, com cinco metros e setenta e cinco de comprimento, cinco de largura e com um metro e vinte de grossura do paramento[2350], demasiado destacada para considerá-la tipicamente alto-imperial. O único outro troço sobrevivente localiza-se na esquina noroeste, com quatro fiadas de blocos de granito, ligados com argamassa.

Quanto a Cáparra, em concordância com o que se vem advogando há muito[2351], Blázquez[2352], e Álvarez Martínez[2353] foram da opinião de que a cidade se terá fortemente amuralhado no Baixo Império, ideia recentemente retomada por Oswald[2354], ainda que, como apontam Fernández Ochoa e Morillo Cerdán[2355], no seguimento de Balil[2356], não existam dados que possam comprovar a ideia. Enrique Cerrillo, também não acreditando num verdadeiro recinto tardo-romano em Cáparra, sugeriu que as muralhas possam ter sido fundacionais, em associação ao pomério, em vez de defensivas[2357]. As suas recentes investigações junto à única porta escavada permitem observar articulações arquitectónicas que, de facto, apontam para uma construção precoce. Um descrição de Francisco de Coria, datada de 1608, menciona que *por el lado septentrional de ella se conocen los Muros y cercas antiguas de la Ciudad, las cuales segun parecen, eran fortissimas, y labradas de sillares de cantería*[2358]. O mesmo autor fez referência a um grande arco de silharia, distinto do quadrifronte; trata-se possivelmente de uma porta da cidade, possivelmente a Puerta de la Villa de 1491[2359]. As únicas escavações documentadas anteriores às de Blázquez são da autoria de Floriano Cumbreño[2360]; nesses anos de 1929 e 1930, a muralha nordeste conservava muita da sua grandeza original, composta por silharia almofadada e disposta a soga e tição. O perímetro da cidade envolvia, no máximo, uns dezasseis hectares. No início do século XX, a muralha foi descrita como tendo duas fiadas de silhares bem

[2350] Aguilar-Tablada Marcos e Alonso Hernández 1997, 45
[2351] Martín Valls 1970, 451
[2352] Blázquez 1965, 11
[2353] Álvarez Martínez 1993, 154
[2354] Oswald 2006, 80
[2355] Fernandez Ochoa e Morillo Cerdán 1992,324
[2356] Balil 1965, 285
[2357] Cerrillo M. de Cáceres 1998, 112
[2358] Blázquez 1965, 8
[2359] Cerrillo M. de Cáceres 1991, 115
[2360] Floriano Cumbreño 1944, 270

esquadrados[2361]. Desde então, o célebre arco quadrifronte mantém-se bem visível, mas grande parte das muralhas foi entretanto desmanteladas para a construção da actual Ventas de Cáparra[2362]. As escavações de Cerrillo entre 1986 e 1990, na zona H 7, incidiram parcialmente sobre uma secção das muralhas[2363]. Pôde ser comprovado que no local existiu um reaproveitamento de silharia, recolocado directamente sobre o afloramento, e que por isso não se estava perante a muralha original. A porta estudada é de vão único, com torres de flanqueio rectangulares e acrescentos semicirculares[2364].

Cáparra continuou a importar *sigillata* africana até os inícios do século V[2365], cuja cessação de distribuição se explica à semelhança do que acontecia em todas as outras cidades do interior. Por isso, é possível que as muralhas tenham sido parcialmente recuperadas durante o Baixo Império, embora os casos lusitanos de cidades sem legitimação alto-medieval não forneçam paralelos nesse sentido. O local não foi mencionado pelas fontes islâmicas, e um documento atribuído ao século XII, incluído no *Codex Calixtinus* da catedral de Santiago de Compostela, refere explicitamente o despovoamento de Capera: *He sunt urbes quas ille postquam gravi labore adquisiuit maledixit et idcirco sine habitatore permanent in hodiernum diem: Lucerna, Ventosa, Capparia, Adenia*[2366].

[2361] Blázquez Delgado e Sánchez Albornoz 1918, 8
[2362] Andrés Ordax e Pizarro Gómez 1995, 346
[2363] Cerrillo M. de Cáceres, Herrera, Molán Brías, Alvarado Gonzalo, Castillo Castillo e Hernández López 1991, 377
[2364] Álvarez Martínez 2006, 246
[2365] Alvarado Gonzalo, Cerrillo M. de Cáceres, Molano Brías, Castillo, Alonso Sánchez e Fernández Corrales 1994, 22
[2366] Cortés 1984 e Cerrillo M. de Cáceres 1991, 111

D. Escavações

Durante o período de redacção deste texto, foram levadas a cabo sete campanhas de escavação em três muralhas urbanas tardias, todas elas condicionadas por problemáticas de índole local, e o desigual desenvolvimento histórico das cidades impôs limites particulares às intervenções. Em *Conimbriga*, essas limitações foram mínimas, dada a condição do sítio, e foi escavada uma área no Bico da Muralha. Outras duas campanhas deram-se na zona do anfiteatro, onde a muralha tardia se sobrepôs ao monumento público, e uma última junto à porta secundária. A zona escavada da muralha de Faro, por seu turno, revelou-se severamente afectada por alterações geomorfológicas, na medida em que os assoreamentos do último milénio causaram a subida do nível freático. A sapata da muralha, no Largo de S. Francisco, encontra-se abaixo da linha de água. Por fim, a escavação em Coimbra deu-se na cave de um edifício histórico, numa zona de constantes adaptações arquitectónicas, públicas e domésticas, além de ter sido avançado com uma pequena sondagem no sector oriental da cidade.

Como ficou referido, as ideias sobre a origem e significado destas estruturas intervencionadas eram consideravelmente díspares. Se *Conimbriga* dispunha de um intervalo cronológico razoável e credível para a fundação da sua muralha tardia, esta carecia de definição complementar, em particular referente ao período tardo-antigo. No Algarve, Faro continua a apresentar dificuldades muito complexas a nível do seu perímetro fortificado, em funcionamento durante a época tardia, de cuja existência não se pode duvidar. A escavação documentou uma realidade construtiva não interpretável de modo inequívoco, mas que, sem entrar num hipercriticismo estéril, poderá corresponder a uma zona de sucessiva manutenção perimetral. Nessa perspectiva, suporta de facto algumas concepções historiográficas, em detrimento de outras, que se distanciam de uma muralha tardo-romana nesse local. Em Coimbra, é de admitir que terá sido identificada uma torre pré-islâmica, integrada no circuito do século IX, apesar do limitado espaço intervencionado. Já tinha sido expressa uma convicção sobre a genérica origem romano-visigótica do troço entre Almedina e Belcouce, embora se destaque obrigatoriamente a validade de diversas hipóteses alternativas.

1. *Conimbriga*

1.1. Bico da Muralha

O espaço urbano a que se convencionou chamar alcáçova ou, de modo menos assertivo, Bico da Muralha, representa o limite ocidental da plataforma sobre a qual, em última instância, se viriam a instalar disposições defensivas romanas e tardo-antigas. Na verdade, a configuração do local conduziu a uma espécie de determinismo geo-estratégico, incidindo antes de mais, num sentido territorial, sobre o controlo do vale. E numa lógica estrita, acabou por definir a própria articulação da arquitectura defensiva, numa sequência comprovada desde o Alto Império, mas é verosímil que tenha existido uma estrutura da Idade do Ferro na mesma curva de nível. A inteira zona sofreu graves desordens estratigráficas, e uma série de sondagens não registadas anulou muitos níveis directamente associados à muralha. Destaca-se uma sugestiva mas pouco definida sobreposição de horizontes, cuja amplitude precede em muito a implantação da muralha e que se revela através de materiais avulsos das escavações antigas. Importa referir a identificação de elementos calcolíticos, embora completamente descontextualizados, em camadas de actividade imperial.

Do ponto de vista urbanístico, trata-se de uma zona seccionada numa óbvia analogia defensiva com o recinto urbano, que por seu turno tinha sido formado, nos primeiros anos do século IV, por uma delimitação artificial do esporão. A contemporaneidade dos lanços oriental e meridional afigura-se indiscutível, na medida em que apresentam um plexo estrutural, a nível do seu núcleo, ainda que uma reconstrução da segunda tenha resultado num apartamento da sua parte superior, culminando no deslocamento do canto. Esta junção desarticulada é um acrescento intermédio, porventura representando uma tentativa de implantação de uma torre de canto, posterior à base do Bico, mas prévio à reconstrução das fiadas superiores da secção meridional. O propósito acabou por fracassar, na medida em que este novo elemento foi apenas sobreposto à muralha, sem assegurar a respectiva estabilidade através de uma correcta distribuição das cargas, tendo culminado numa desagregação estrutural. Ambos os lanços apresentam uma diferente composição, no aparelho e dimensões, além de se encontrarem adossadas à muralha, demonstrando a conceitualização pós-romana deste recinto. O ponto mais ocidental foi reconstruído pelo menos uma vez.

Com base nesta realidade, foi escavada uma área a Sul da entrada. Acabaram por ser identificados três horizontes ocupacionais distintos, os menos antigos dos quais sem relevância para o entendimento da estrutura. Em época presumivelmente moderna, a configuração do local foi aproveitada para encostar uma pequena construção. As suas reduzidas dimensões não podem fazer pensar em outra função que não a de arrecadação. No momento de anulação da estrutura, ela cobria um depósito ordenado de telhas de meia-cana. A individualização do segundo horizonte justificar-se-ia mesmo apenas pela sua posição estratigráfica, mas também o seu reflexo material representa um indicador concludente. Há provas concretas de ter existido uma actividade de tecelagem no local: uma das suas unidades continha uma extremidade de tempereiro em ferro, num muito razoável estado de conservação, tal como um fuso em osso e um peso de tear. Na hipótese cronológica mais alta possível, o tempereiro, enquanto objecto isolado, não será anterior ao século V mas deverá ser entendido num ambiente medieval; em *Conimbriga*, existem dezanove paralelos provenientes de camadas superficiais ou de destruição do *forum*. Por seu turno, os níveis associáveis à construção da muralha do Bico apontam para um ciclo activo em *Conimbriga* por volta do século VI. Verificou-se uma ocupação imediatamente posterior, plenamente visigótica, com apenas uma ligeira interrupção estratigráfica, o que indica uma continuada actividade doméstica em contexto tardo-antigo. Os materiais cerâmicos associados ainda são de matriz tardo-romana, mas necessariamente de cronologia visigótica. Por outro lado, o enchimento da vala de fundação foi perfurado por um silo com elementos atribuíveis a um horizonte activo em *Conimbriga* por volta do século VIII. A cerâmica gresosa, assimétrica e cozida a temperaturas baixas e inconstantes, é condizente com uma fase conimbrigense anterior à reaquisição dos traços de homogeneidade característico dos finais da centúria seguinte, e principalmente do reânimo, a torno rápido, associado ao século X.

A UE 1 consiste em húmus, sobrepondo-se a uma camada de terra muito compacta e argilosa, cobrindo toda a área (UE 2) e a parte superior de M 1, um murete adossado à muralha, sem fundações, formando uma pequena divisão contra a torre. A UE 3 encontrava-se a Norte do muro 1, articulada à argamassa de sustentação da torre. As UE 31 e 32, a Norte de M1, correspondem, respectivamente, a um depósito ordenado de telhas e a uma acumulação de carvões, tratando-se do preenchimento do compartimento

no momento da sua anulação. O inteiro horizonte correspondente deve ser tomado como tardo ou mesmo pós-medieval, com cerâmica gresosa muito fragmentada. No lado oposto, a UE 4, composta por terra escura e pouco compacta, era semelhante à UE 4.1, mas com acumulações de cinza cuja definição não permite identificar um verdadeiro silo mas sim uma zona de deposição indefinida. Trata-se de uma camada pertencente a um período cultural prévio, com potes de colo recto e pasta gresosa, que em sequências análogas conimbrigenses, melhor definidas, correspondem a uma cronologia islâmica. Através da UE 5, uma terra argilosa muito compacta com nódulos de calcário, é atingido um nível de época já concretamente visigótica, da qual a UE 5.1, análoga à 5 mas com blocos de pedra fragmentada, representa um momento de construção da muralha. A grande concentração de grés e de alguidares, contrariamente às acumulações fragmentárias das camadas precedentes, corresponde a níveis de utilização doméstica, com peças quase inteiras e pouco dispersas. A UE 5.1 continha, adicionalmente, cerâmica alaranjada com pintura branca, muito comum em ambiente baixo-imperial, que surgiu neste caso específico em associação a alguns fragmentos muito gastos de *sigillata* africana, num reflexo da perturbação de um horizonte prévio.

Quanto à articulação arquitectónica, apesar do Bico da Muralha apresentar uma afinidade sistemática com o conjunto da fortificação, trata-se manifestamente de uma fase construtiva diferenciada, bastante posterior. O muro que secciona a área evidencia um entrelaçamento estrutural com a parte sul do Bico, mas não com a muralha do Baixo Império, havendo nesse ponto uma interrupção do núcleo e um adossamento com um aparelho distinto. Foi possível constatar duas importantes diferenças estruturais em relação à muralha envolvente. Primeiro, a base da muralha não assenta na rocha, e sobrepôs-se simplesmente a níveis pré-históricos não consolidados, o que sugere um reduzido investimento técnico na obra porque o afloramento calcário teria sido fácil de atingir. Também os paramentos revelam contornos de amadorismo, numa tentativa de imitar o *opus* da parte oriental mas sem pejo quando tal não convinha. No fundo, estamos perante uma construção romana de execução grosseira. A segunda particularidade tem que ver com a torre quadrangular, virada para fora e comparável às da muralha exterior. A escavação permitiu reconhecer que foi planeada após o início da obra, mas integrada entrementes e concluída em simultâneo. O mais curioso é verificar que o seu propósito foi unicamente estrutural, servindo, no fundo, de contraforte disfarçado de torre. Quando a debilidade do muro ficou evidente, foi optado pela

construção desse apoio, que assenta numa base firme de argamassa, embora a uma cota mais alta. A estrutura foi adossada ao muro inacabado até o nível a que este se encontrava, a partir do qual ambas as construções foram terminadas e agregadas com um mesmo núcleo.

1.2. Anfiteatro

De acordo com a parte identificável da elipse do anfiteatro, legitimada por construção privada em Condeixa-a-Velha, foi calculado um percurso provável para a intersecção entre ambos os monumentos. Alguns elementos, como as abóbodas ocidentais e orientais, associadas à própria disposição urbana, permitem avançar com a planimetria geral do edifício. Na sequência de uma intervenção próxima, de 1992, foram realizadas duas novas campanhas de escavação, nos Verões de 2006 e 2007, pretendiam definir a articulação da muralha com o seu substrato. O reconhecimento da forma regular da *cavea* conduz ao local de intersecção da muralha. Porém, a variância de apenas um grau traduz-se, como se compreende, num considerável desvio real. A sondagem, de catorze metros quadrados, não atingiu o muro perimetral do anfiteatro, mas resultou na identificação de um dos *vomitoria* sudestes, cujo eixo sugere um limite mais amplo.

Do ponto de vista físico, é nítido que a anulação do monumento teve como consequência directa a justaposição da muralha. A fundação, em argamassa de cal, assenta no *vomitorium*, que tinha sido apenas parcialmente demolido, desse modo servindo de apoio mais firme. Ao longo da restante extensão existe uma fina camada argilosa de apenas alguns centímetros por baixo da argamassa, na qual foi recuperado um fragmento não orientável de *sigillata* clara D. Todo este sector encontra-se nivelado por um depósito de telha, num razoável estado de inteireza e que se articula com a cota de demolição e enchimento do *vomitorium*. Esta sucessão deu-se num reduzido espaço de tempo, isto é, corresponde a apenas um ciclo de acções, estimulado pela edificação da muralha, e que culminou na subsequente criação de um primeiro nível de circulação. Quanto às sequências hispano-visigóticas, um dos níveis mais diferenciadores é a UE 3, por ter provocado uma severa perturbação na estratigrafia, que de resto se apresenta bastante homogénea e praticamente horizontal. Perfurou todas as outras camadas, até incidir nos dois muros do *vomitorium*, que ficaram parcialmente afectados mas cuja

resistência desmotivou uma escavação mais profunda. O que surpreende nesta camada são as dimensões, que inviabilizam por completo a ideia de qualquer funcionalidade privada. Outras estruturas conimbrigenses do mesmo horizonte alto-medieval contêm materiais análogos, mas são bastante mais modestas, ou então reflectem um depósito único e concreto. Ora, a presente unidade não resultou da invalidação de um silo, nem parece ter servido para lidar com algum detrito específico, dado que fauna e cerâmica surgem numa proporção moderada e dissipada.

A configuração da cova é longitudinal mas muito irregular, reflectindo falta de intencionalidade em criar uma estrutura homogénea, e apresenta uma continuidade para Sul e Oeste, visível no corte estratigráfico. Neste âmbito, recorde-se que as canalizações domésticas da cidade se encontravam entupidas desde o século V, constatável na casa de *Cantaber*, e também na *insula* do Vaso Fálico, onde foi recorrido a uma adaptação superficial de telha. Os próprios esgotos devem ter sido entulhados pouco depois, como aliás aconteceu em Mérida. Ou seja, a evacuação de dejectos carecia de um enquadramento, situação de resto comum nas cidades tardo-antigas. A solução consistia na mera abertura de fossas, numa variante menos sofisticada dos poços pompeianos, que absorviam dejectos líquidos e parte dos sólidos apenas pela drenagem do próprio subsolo, e que também continham ossos e cerâmica. Entre as unidades terminais destaca-se uma camada selada, cujo valor cronológico é muito significativo por se tratar de ocupações de cronologia islâmica. De um ponto de vista físico, a camada sobrepõe-se às camadas visigóticas, e a cerâmica é condizente com uma fase califal. É provável que se trate de uma equivalência com uma unidade identificada na sondagem de 1992, que continha vidrados islâmicos, a uma cota semelhante. Em boa verdade, nunca tinha sido negado uma residual actividade islâmica no sítio, aliás bem documentada, por exemplo, através dos elementos numismáticos publicados nas próprias *Fouilles de Conimbriga*. Essa presença, contudo, não implicaria em si uma ocupação doméstica efectiva do planalto. Mas fazem sentido quando associados aos múltiplos indicadores de traços islâmicos na cerâmica comum, incluindo várias lamparinas em bico-de-pato.

A UE 1, composta por húmus, continha muita fauna e cerâmica, sobrepondo-se por inteiro à UE 2, uma terra acastanhada muito compacta, sobre a inteira área, mas com concentração maior no canto Nordeste. A escavação de 2007 demonstrou que, a Sul, esta unidade termina no limite do anfiteatro. Duas pequenas bolsas (UE 2.1 e 2.2)

representavam acumulações menosprezáveis nesta camada, que se sobrepõe à UE 3, um depósito de detritos, composto por terra muito acinzentada e fauna abundante, perfurando UE 4, UE 5, UE 6, assentando em M1 e em P1. Os indicadores cronológicos cerâmicos para esta camada 3 ultrapassavam em muito os dados das importações mais tardias, como por a TS Clara C, forma Hayes 50. De facto, a nível da cerâmica comum, a presença de asas de lingueta puncionadas, alguidares de base em disco e cordões digitados, tal como potes de colo recto e canelado indica nitidamente um firme contexto alto-medieval, o que ficou comprovado através de datação pelo radiocarbono, apontando para fases do período condal. As A UE 4 era uma camada mais escura, com pouco material, destacando-se uma peça de TS Clara A, forma Hayes 14, enquanto a UE 5, de terra acastanhada clara e pouco material, cobria a inteira área, contendo algumas peças de TS sud-gálica, (Dragendorff 24/25, 33, 19), cuja presença apenas se interpreta no âmbito de revolvimentos de terra em contexto urbano. A UE 6 correspondia a um depósito menor, circular e com um diâmetro aproximado de um metro, perfurando UE 7 e UE 8, e perfurado por UE 3. Na parte setentrional, junto à muralha, assentava em M1, e continha abundante fauna e cerâmica. Uma fina camada de barro (UE 7) formava um nivelamento interrompido aquando da implantação da muralha, estendendo-se em paralelo à sua base, ressurgindo também no canto Sudoeste. A UE 7.1 era uma fina camada de terra e cinza, formando a base da UE 7. Por seu turno, a UE 8 corresponde a um depósito arenoso com nivelamento de *tegula*, cobrindo as estruturas do anfiteatro e formando um primeiro nível de circulação após a demolição do anfiteatro. As UE 8.1, 8.2 e 8.3 eram depósitos arenosos, análogos à UE 8, com reduzida presença de telha, respectivamente a este, a meio e a oeste do *vomitorium*. Um nível irregular de barro (UE 9) cobria a rocha-base, destacando-se ainda a UE 10, sendo uma acumulação de telha e argamassa localizada, e a UE 11, que continha ainda silharia fragmentada. A UE P1 corresponde ao muro perimetral, composto por um núcleo e dois paramentos externos. No que diz respeito ao momento de anulação do anfiteatro, portanto, é perfeitamente identificável pelo enchimento súbito do *vomitorium* e a selagem geral desse nível de actividade. As camadas 8.1 e 8.3, consistindo nas consolidações laterais exteriores do corredor, são necessariamente contemporâneas da sua construção, contendo TS sud-gálica Dragendorff 18, 18/31, 15/17 e 40. A propósito, na sequência das taças sud-gálicas Dragendorff 24/25 e 27 recuperadas em 1993, seria de pôr em perspectiva a datação júlio-claudiana proposta por Golvin para a construção do anfiteatro, podendo ter havido pelo menos obras de qualificação flavianas, a tomar os

dados da *sigillata*, que indiciam uma cronologia pós-flaviana para o término de obras localizadas no monumento, embora a sua concepção possa ter, de facto, origem em Vespasiano ou Domiciano. Quanto ao corredor central, anulado no momento da construção da muralha, a presença de TS Clara A, forma Hayes 40, cuja produção atingiu os meados do século III, representa uma provável validação da cronologia tetrárquica da obra.

1.3. Área a Norte da porta secundária

A intervenção através da qual, em 2008, se pretendeu definir a cronologia original do sector a norte da porta secundária, atingiu os dois metros e quarenta e dois de profundidade. Um dos problemas iniciais, diante das alterações no paramento e da curvatura da muralha, tinha que ver com possíveis alterações de percurso, que a serem confirmadas seriam necessariamente atribuíveis a uma fase pós-constantiniana. Do lado interno, trabalhos antigos e em curso não excluíam a hipótese, embora as obras do início do século XX tivessem anulado grande parte das sequências coerentes em associação directa à muralha. O resultado da sondagem, ainda que localizada, confirmou uma equivalência cronológica com a restante fortificação tetrárquica, com aplicação da base sobre a rocha afeiçoada para o efeito. Essa primeira fiada, no espaço em questão, distingue-se das sobrepostas pela utilização de uma verga posta na horizontal e ligeiramente recuada. A nítida reutilização de uma peça arquitectónica, apenas a nível da fundação, poderia ter algum fundamento estrutural no julgamento empírico de quem a assentou, mas acima de tudo prova a intenção de usá-la numa posição não visível.

Tanto a UE 1 como a UE 2, enquanto resultado de recentes obras de saneamento e portanto sem interesse arqueológico, sobrepunham-se à UE 3, que se revelou selada, composta por terra castanha muito compactada, com inclusão de alguma pedra de maiores dimensões. Juntamente com a UE 4, que se diferenciava dela acima de tudo pela falta dessa pedra e que se concentrava no lado noroeste, assentava na UE 5. Esta unidade representa um nivelamento relativamente horizontal, apesar de se tratar de uma grande concentração de silharia e de telha, numa amálgama que apenas pode ser interpretado como depósito propositado. Será eventualmente de associar à elevação da cota externa da muralha, resultando numa planimetria que ainda hoje é perceptível, e de

acordo com a qual se veio a instalar um caminho de serventia moderno. É muito provável que essa subida tenha sido obra subsequente à construção da muralha, na medida em que a UE 6, já contemporânea da segunda fiada do aparelho murário, é composta por terra muito escura e pouco compacta, sem indicação de ter suportado algum nível de circulação. A UE 7, mais acinzentada e sem qualquer inclusão de pedra, tem vinte centímetros de profundidade, encontrando-se sobre a rocha e acompanhando a fundação.

2. Coimbra

2.1. Rua Fernandes Tomás

O troço escavado na Rua Fernandes Tomás revelou-se muito invulgar, em particular do ponto de vista arquitectónico. A articulação axial de uma torre pré-islâmica com um compartimento doméstico reflecte um mesmo horizonte durante o qual foi demolido um edifício doméstico, com a justaposição imediata de uma torre quadrangular. Aquando da remodelação califal do sector entre Belcouce e Almedina, houve um adossamento do novo paramento à torre, revestindo e integrando a muralha original. A nova sapata de pedra argamassada, bastante mais ampla do que a primeira fiada de silharia, atingiu o solo do compartimento. Nesse novo revolvimento, que portanto afectou todos os níveis prévios até à base, foi recuperado material condizente com a reformulação do século IX. O lote de cerâmica caracteriza-se ainda por uma ausência de vidrados, mas já com formas perfeitamente posteriores às continuidades hispano-visigóticas, nomeadamente os padrões geométricos simples pintados a branco. Outras peças, em particular jarros de colo alto e potes de perfil mais envasado, poderiam ser condizentes com uma fase imediatamente prévia, ainda que os paralelos conimbrigenses atinjam, de facto, os séculos IX / X. É de presumir que os fragmentos de origem pré-islâmica em camadas correspondentes à instalação da sapata reflictam essa mesma obra.

A UE 1 equivalia ao nível de entulho que foi retirado aquando da limpeza do local. Cobria dois negativos de talha, que se encontravam contra o troço de muralha. Esses dois negativos apresentavam uma correspondência topográfica com as restantes peças que se mantêm intactas no espaço adjacente. Uma pequena camada arenosa, junto à

intersecção da muralha e da torre (UE 2) não continha material cerâmico, tal como a UE 3, um depósito de argamassa que servia de apoio às talhas, sobre uma fina camada de carvões, nivelando a argamassa (UE 3A). Enquanto primeira unidade selada pelos depósitos de talhas, a UE 4 era uma camada bastante profunda, cobrindo toda a área de escavação, com alguma cinza, sobrepondo-se à UE 5, semelhante à prévia na sua composição, mas com menos material cerâmico e mais pedra. A UE 6 correspondia ao enchimento do espaço criado por M5 e M6, mais arenosa e menos escura com pedras de maior dimensão. A UE 6A, uma pequena camada semelhante à UE 6, distinguia-se da prévia por ser um depósito sem pedra, no canto formado pelo muro de suporte à torre e a base da muralha. O pavimento do compartimento (UE 7) inclui um ressalto de rodapé e um engrossamento vertical no canto. Quanto a estruturas verticais, a unidade M1 corresponde à torre, a M3 à sapata e a M2 à muralha adossada, tratando-se por conseguinte de um troço nitidamente posterior. A base de argamassa de suporte à muralha (M4) é, por seu turno, suportada pela sapata M5. Esta unidade é uma sapata pouco definida, composta por um aglomerado de argamassa, pedra e cerâmica, vagamente divergente da orientação do compartimento. Assenta no pavimento UE 7, encontra-se adossada ao estuque de M6, cujos muros, a Sul e a Ocidente, formam o canto de um compartimento.

2.2. Jardim Botânico

A particularidade da zona intervencionada impediu por completo o reconhecimento de uma articulação directa entre a torre e a muralha. Na verdade, esta encontra-se toda integrada nos edifícios da Couraça de Lisboa. Acresce a esta circunstância a existência de varanda cimentada destacada, a um nível que coincide com o piso inferior desses prédios. Apesar dessas condicionantes, existia à partida uma hipótese de identificação de estruturas subsidiárias à base da torre, a segunda a Oeste da Porta da Traição. O local manteve-se sempre à margem da dinâmica urbanística, travada desde a Época Moderna pela própria existência do Jardim Botânico, e antes disso pela topografia, visto que as configurações medievais não parecem ter estimulado arrabaldes extra-muros nesta zona. Existem optimizações de nivelamento, num terreno muito acentuado, que determinaram o traçado geral da muralha romana, a sua manutenção sucessiva e, por fim, o desencorajamento para construir no seu exterior.

Mesmo apenas do ponto de vista construtivo, seria de descartar a hipótese de a torre intervencionada ser de matriz romana. Trata-se de uma improbabilidade estilística, porque nem o ligante, nem o aparelhamento condizem com tal concepção. A secção externa da edificação é uma reconstrução muito tardia, sobre um corpo que já de si evidencia deficiências estruturais que se devem a uma reconversão ainda anterior. O único facto arquitectónico que, em teoria, poderia ser associável à verosímil recuperação baixo-imperial, ou ainda à fernandina, é o silhar inferior, que assenta directamente na rocha e que se encontra parcialmente coberto por argamassa de cal, por oposição ao resto, cujo cimento é de péssima qualidade, com fraca aderência. Esse silhar também evidencia um ligeiro desvio em relação às fiadas sobrepostas, o que sugere o reaproveitamento de uma fundação. Mas dada a área limitada em que se torna visível, é de admitir que o desvio possa representar apenas uma pequena deformação localizada. Quanto aos materiais, não se destacaram elementos com relevância cronológica, se exceptuarmos os atribuíveis às últimas obras modernas no local, o que se compreende no âmbito da ordem de deposição. A sequência evidencia uma limpeza da rocha adjacente à torre para implantação de um murete, com provável enchimento, seguida de uma segunda escavação até o nível da rocha, mais a Norte, para implantação da varanda. Ambas as intervenções destruíram quaisquer níveis prévios, e o próprio declive muito acentuado inviabiliza a concentração de terras revolvidas. A conclusão mais significativa desta intervenção resume-se, pois, à refutação de uma cronologia romana para a torre.

3. Faro

3.1 Largo de S. Francisco

Na perspectiva de obter indicadores adicionais para a problemática descrita mais acima, foi levada a cabo uma intervenção arqueológica no Largo de S. Francisco, em Faro. Consistiu na abertura de uma sondagem de dois por cinco metros, na parte norte da torre imediatamente a sul do Arco do Repouso, paralela à muralha. O objectivo era definir a articulação da torre com a muralha e o seu substrato. Perante os dados iniciais, era já de ter em conta a probabilidade de consideráveis depósitos recentes no local da

intervenção. O actual jardim do Largo de S. Francisco tem cerca de uma década de existência, num local que antes dessa reformulação tinha sido ocupado por construções privadas adossadas à muralha. Não admirou, por isso, a constatação de uma grande quantidade de materiais modernos, associada a diversos outros elementos atribuíveis a um nivelamento (UE 2) que se sobrepunha a um outro, de diferente composição (UE 3). Apesar das evidentes diferenças, esta continha material semelhante, eventualmente proveniente das imediações e com acumulação paulatina, prévia à intervenção camarária. A individualização da UE 4, representando uma estrutura em madeira, justificou-se por afectar as camadas sobrepostas. Estava colocada na UE 6, que correspondia a um piso de cimento que cobria a inteira área, e que tinha sido coberto em quase metade da sua área por um betuminoso (UE 5), relacionável com detritos de uma obra de pavimentação. O piso de cimento corresponde à base de uma habitação demolida. A camada que suportava o cimento (UE 7) era mais escura e granulosa, contendo escória e cinzas. Por seu turno, cobria um outro pavimento de cimento (UE 7.1), apenas no lado norte, provavelmente associável a uma estrutura de tijolo que se destaca no corte, e que parece corresponder à largura deste segundo pavimento de cimento (UE 7.2). Por fim, o lodo encontra-se imediatamente por baixo da UE 7.1, a uma cota que, do lado sul, permite identificar a base da muralha (M2), com base de argamassa sobre uma sapata destacada (M3), tal como a articulação com a torre (M1), que carece dessa substrutura, encontrando-se apoiada numa base de argamassa que vai alargando por baixo da linha de água. Apesar desta diferença, os três elementos são contemporâneos, na medida em que a sapata da muralha se encosta à torre, enquanto que esta adossa à muralha propriamente dita. O aparelho de torre e muralha é semelhante, com blocos de dimensão média, bem esquadrados mas unidos por argamassa, e nada tem a ver com as fiadas sobrepostas, que correspondem ao actual nível de circulação.

Concluindo, os dados da intervenção revelaram severas perturbações estratigráficas, que se mantêm até o nível freático. Do ponto de vista material não existem indicadores fiáveis, surgindo *sigillata* sud-gálica muito fragmentada e material anfórico (Dressel 2-4, Haltern 70) em associação a abundante material das últimas décadas do século XX. Esta realidade permite apenas uma constatação perfeitamente redundante, nomeadamente o da presença romana em Faro. Alguma faiança e cerâmica comum, associada a curiosidades como um amuleto em forma de sino ou uma agulha em osso

obrigam ao mesmo tipo de interpretação para a Época Moderna. Por seu turno, a análise arquitectónica da muralha leva a crer numa fase construtiva não anterior ao califado, sendo provavelmente de atribuir a uma remodelação almóada. Os fundamentos para esta convicção prendem-se com uma leitura arquitectónica do paramento original e da respectiva sapata. Deve ser descartada a hipótese de uma construção tardo-romana, sendo no entanto provável que tenha existido um perímetro dessa época num alinhamento semelhante, cujos elementos carecem por enquanto de identificação.

E. Conclusões

É muito discutível se houve, de facto, desenvolvimento de um pensamento estratégico romano abstracto, resultado de uma racionalização dirigida especificamente a esse fim, e, para o que interessa de momento, com resultados arquitectónicos. Uma linha de pensamento norte-americana considera, por exemplo, que, em termos militares, *o aspecto central da estratégia romana era a imagem*[2367], baseado em grande parte na intimidação arquitectónica. Não se discutirá aqui se o Principado havia pretendido impressionar potenciais agressores através de uma estratégia cénica, mas esse princípio de certeza não tem aplicação válida ao esforço urbano tetrárquico. Os argumentos para defender uma estratégia militar imperial[2368] não anulam por completo os que se lhe opõem, pelo menos enquanto sistema coerente[2369]. A ser tomado por inexistente, por conseguinte não teria fundamentado a fortificação urbana, o que obrigaria a encontrar razões distintas para a construção de muralhas, e para a instalação dos dispositivos securitários complementares. Parte-se do princípio de que, caso houvesse interesse militar declarado na fortificação de cidades como as lusitanas sob a tetrarquia, restaria pelo menos alguma racionalização teórica nesse sentido. Porém, os diversos manuais tardios sobre a arte da guerra, tanto ocidentais como orientais, como os de Vegécio ou de Maurício[2370], reúnem acima de tudo uma série de axiomas tácticos, sem tradição noutro sentido. Como ficou escrito, a orientação técnica de duas muralhas lusitanas deveu-se com toda a probabilidade a especialistas destacados do Noroeste. Mas não é possível avançar um único indício para estender essa lógica a *Conimbriga*, para dar apenas um exemplo melhor conhecido, o que anula desde logo uma subjacente razão estratégico-militar que tivesse fundamentos defensivos territoriais. A aparente ausência de uma dimensão estratégica comum na concepção do exército evidencia-se também no que respeita a atitudes humanas. A problemática sobre a estratégia romana exprime-se não apenas em traduções arquitectónicas que serviriam uma finalidade orquestrada pelo poder central. Não se acredita, de resto, nas fórmulas que admitem uma estratégia de combate intrinsecamente separada da de Estado. Trata-se de níveis distintos, é certo, mas admitindo a sua manifestação seria quase obrigatório que a segunda fosse uma premissa necessária à primeira ou, inversamente, que a racionalização puramente militar

[2367] Mattern 1999, 122
[2368] Wheeler 1993b, 215-240
[2369] Isaac 1990, 372-377
[2370] De Man 2005c, 105-115

de um Império dependia de um modelo hierarquizado. A este respeito, Roth constatou a total inexistência de um cargo militar relacionado com o planeamento, e questionou-se, por exemplo, sobre determinados movimentos de combate, podendo ter-se devido mais a motivos meramente logísticos do que propriamente estratégicos[2371]. O argumento *ex silentio*, por si, não prova de modo positivo aquela inexistência, e além disso os detractores da ideia indicaram postos como o do *primicerius notariorum*, que entre os séculos IV e V poderia talvez ter desempenhado alguma função de coordenação militar[2372]. É óbvio que sempre houve concepção e execução de planos a um nível de decisão superior, lidando com situações concretas ou pelo menos tomados como iminentes. Porém, não se conhece uma doutrina explícita sobre economia de fortificação no Império tardio, ou pelo menos nenhum autor deixou qualquer referência a algo mais do que alguns cenários contextuais, ou então a meras descrições genéricas e facciosas, como as de Zózimo sobre Constantino. A política constantiniana de absorção de auxiliares bárbaros nas fronteiras correspondeu, aliás, a uma concentração de tropas em cidades que diferia do passado apenas na escala do empreendimento[2373]. Essa transformação, em vez de factual, seria antes de mais uma tendência tornada absoluta na literatura, na medida em que existem dados que apontam para contingentes de natureza galo-romana em fortins tradicionalmente atribuídos a bárbaros e *laeti* constantinianos[2374]. O fenómeno também não implica, em abstracto, uma alteração no empenho fortificador das cidades, em particular das lusitanas, que tinham sido terminadas poucos anos antes. De resto, a vastidão de ordens imperais para recuperação de monumentos urbanos, patente no Código de Teodósio, encontra-se em flagrante contraste com as muito escassas e vagas referências a muralhas urbanas na mesma fonte. Caso se tivesse manifestado uma verdadeira preocupação estratégica na fortificação urbana, uma tal oposição seria extremamente problemática de interpretar. Perante a evidência arqueológica, que por outro lado documenta a sua proliferação, fica reforçada a tese de que estas muralhas emanaram pelo menos parcialmente de uma vontade local, enquadradas naquelas obras não especificadas, ou seja, em consequência de um estímulo imperial muito abrangente. Tal como na organização do enquadramento anonário, tratou-se de uma atitude "estratégica" em sentido lato, é certo, mas seria complicado aceitar que o conjunto das muralhas lusitanas exprimisse um desígnio

[2371] Roth 1991, 474
[2372] Wheeler 1993b, 233
[2373] García Martínez 1999, 43
[2374] Brulet 1990, 341

estratégico específico para a defesa da província. Neste âmbito, não será gratuito considerar que apenas em posteriores manuais bizantinos se viria a detectar uma declarada preocupação geopolítica, amiúde entendida como estratégia. Salvo duas fontes latinas, nomeadamente *De munitionibus castrorum*, pelo pseudo-Higino, e o anónimo *De rebus bellicis*, não se destaca uma verdadeira literatura técnica, considerando que Onasander, Frontino, Polieno e Vegécio se revestem antes de mais de aspirações literárias[2375]. Será portanto muito difícil de conceber as defesas urbanas tardias numa perspectiva puramente militar, de defesa territorial. Análises que se apoiam numa única e universal solução estratégica, aplicada em finais do século III, partem do princípio de que o inteiro Império se movimentava de forma idêntica contra um único tipo de perigo externo. A própria ideia de uma defesa em profundidade em declínio[2376], na única época em que ela deveria realmente ter funcionado, sugere fortemente que o sistema é uma abstracção moderna, e que a realidade das fortificações urbanas se desdobra em factores acima de tudo regionais. Tanto a quantidade como a homogeneidade tecnológica e temporal das muralhas prova, por outro lado, mais do que apenas uma tendência arquitectónica. A par de regiões verdadeiramente militarizadas, onde o exército fortificou as suas cidades de aquartelamento, na maior parte da Lusitânia terá sido determinante a iniciativa individual das cidades. Não se vislumbraria um motivo concreto para a fortificação de *Conimbriga* através de um hipotético *dictum* imperial, ainda por cima tão próxima de *Aeminium*, e não da de *Sellium*, um pouco mais a Sul. Concepções que julgam as muralhas tetrárquicas num enquadramento de renúncia às cidades por parte de Roma[2377] tornam-se, de facto, extremamente problemáticas quando confrontadas com casos de estudo conjugados. Como foi indicado, as municipalidades dispostas a efectuar obras de fortificação beneficiaram de facilidades fiscais, e provavelmente de um mínimo de apoio técnico. O resultado final seria útil tanto à cidade, promovida em termos de estatuto e segurança, como ao poder central, que sem grandes investimentos patrocinara essa mesma promoção, relevante mas não necessária no esquema da recolha anonária tardia. O facto de, um século depois, essas cidades terem adquirido uma preponderância militar, em consequência directa das suas muralhas, não pode ser invertido e utilizado como argumento para a sua construção original pré-constantiniana. Por isso, no âmbito crono-tecnológico que fomentou as

[2375] Wheeler 1993a, 22-23
[2376] Luttwak 1979, 144
[2377] Montanelli 2002, 279

muralhas do Baixo Império na Lusitânia, a hipotética aplicação de uma "grande estratégia", numa analogia luttwakiana com a OTAN[2378], exprime-se de modo muito pouco evidente. A verdade é que o fenómeno, numa concentração daquelas funções militares que mais tarde lhe seriam adscritas, poderá ser mais facilmente interpretado como uma sequência de soluções regionais, mesmo que declaradamente estimuladas pelo poder imperial. O mesmo se afirmaria em relação aos muito díspares padrões nos *castra* em torno das cidades, embora estes sejam de relacionar com a topografia e com um ainda maior défice de registo. A contínua ligação com enquadramentos não imediatamente militares representa um argumento mais abrangente, tanto para as defesas tetrárquicas como para as posteriores.

Muitas tendências analépticas incorrem aliás noutro vício de forma, nomeadamente na relação muito abusiva entre tecnologia construtiva e efeito estratégico real. Torna-se indispensável encarar aplicações muito diversificadas para justificar a implantação de muralhas tomadas como defensivas. A função fiscal e, num âmbito mais alargado, o carácter económico estruturante das defesas urbanas representam importantes fundamentos para o seu funcionamento. Mesmo os fortes do Sudeste britânico, tradicionalmente vistos como defesas puras ou estações de policiamento, têm vindo a ser reavaliadas enquanto entrepostos comerciais[2379]. Não será necessário subtrair uma função de controlo aos centros de comércio para interpretá-los convenientemente, na medida em que são aspectos indissociáveis dos núcleos de poder tardios. Mas mesmo tomando apenas o ponto de vista militar, as muralhas urbanas incluem mais do que as características técnicas de uma fortaleza, como por exemplo a implementação topográfica, destinada a impressionar um atacante. Nessa perspectiva, aquilo a que já se chamou de *tecnologia irracional*[2380], ou seja, a que não serve propósitos de vantagem física no combate e na defesa, poderia ter aplicação nas muralhas, nomeadamente em aspectos como a sobredimensão, que não era apenas motivada por questões estruturais. Este género de valor imaterial é, porém, impossível de reconstituir sem desvios pós-processualistas, de interpretação pessoal.

[2378] Jones 2002, 34
[2379] Cotterill 1993, 227
[2380] Van Creveld 1991, 73

Na sequência do que ficou escrito, é possível apresentar algumas linhas de força que caracterizam a muito heterogénea evolução das defesas urbanas tardias. Durante o período tetrárquico assistiu-se a uma criação diferenciada nas fortificações do território peninsular. Por oposição à Lusitânia, a condição militarizada das províncias setentrionais permitiu um precoce programa de fortificação de cidades. É o caso de Braga, Lugo, Gijón, León, Astorga, na Galécia, enquanto Veleia e Saragoça se localizam na Tarraconense. Estas muralhas parecem todas de finais do século III, e importantes sítios setentrionais próximos da Lusitânia, como são os casos de Braga[2381] e possivelmente de Chaves[2382], demonstram uma fortificação urbana correspondente ao resto da Galécia, sendo de incluir Viseu e Idanha na mesma dinâmica[2383]. Na Lusitânia, algumas das muralhas tardo-romanas sofreram um desvio do traçado prévio, o que é muito notório na Rua Formosa, em Viseu[2384] e na zona da Ribeira de Lisboa[2385], ou na Alcárcova de Cima, em Évora. Em termos topológicos, estas modificações ficaram associadas a novas relações de intersecção e adjacência[2386], tanto com a cerca prévia como na adaptação a edifícios inutilizados ou remodelados. Algumas décadas depois continuou a verificar-se construção defensiva urbana, tetrárquica ou constantiniana, com expressão na Lusitânia, mas também na Bética e Cartaginense[2387], já sem ligação aparente ao Noroeste. Trata-se talvez em parte de uma nítida política de descentralização construtiva das defesas, condicionada pela confiscação dos dinheiros públicos por parte de Constantino, para ulterior redistribuição, com parte desses fundos servindo para efeito de obras públicas[2388]. Do ponto de vista construtivo, *Conimbriga* prova a escassez de material escultórico ou funerário reaproveitado, e mesmo a principal fonte de pedra, o anfiteatro demolido, forneceu silharia que foi retocada antes de ser reempregue na muralha. Idêntico recurso foi observado nas muralhas de Idanha-a-Velha: *as velhas pedras apareciam já esmurradas a martelo; indício de que algum vandalismo anterior à construção das muralhas já tinha sido praticado*[2389]. É extremamente complexo avaliar a quantidade e natureza de material verdadeiramente reutilizado, e a sua relação com defesas urbanas. A correspondência entre Paulino de

[2381] Martins 2005, 155-156
[2382] Quiroga 2004, 74 e 81
[2383] De Man 2008a, 427-430
[2384] Carvalho e Cheney 2007, 727-745
[2385] Gaspar e Gomes 2007, 689-695
[2386] Gracia 2001, 187
[2387] Fernández Ochoa e Morillo Cerdán 1992, 354
[2388] Hugoniot 2000, 146
[2389] Pereira 1956, 197

Nola e Ausónio permite reconhecer que, no âmbito da construção de muralhas, abundavam monumentos pilhados nas cidades hispânicas mais modestas durante o século IV, em oposição a outras maiores como Barcelona e Saragoça, onde isso não acontecia[2390]. Esta constatação reforça a ideia da manutenção de edifícios e muralhas em grandes centros administrativos, por oposição às cidades menores, o que na Lusitânia justificaria as evoluções de Mérida e Beja.

No Sudoeste da Gália existiu com toda a probabilidade um período de fortificação urbana nas primeiras décadas do século V[2391], o que aponta para aquelas equivalências lusitanas bem constatadas em contexto emeritense. A morte de Valentiniano III, em 455, significou o desaparecimento da dinastia de Teodósio, e causou um progressivo distanciamento da aristocracia hispano-romana da causa imperial, encarada desde então como assunto meramente italiano[2392]. O reflexo de tal realidade na fortificação urbana equivaleu a uma ruptura ao longo da segunda metade do século V, consistindo em reformulações adaptativas e casuísticas, estimuladas por iniciativa episcopal. Derivado da fortificação imperial enquanto padrão legitimador, a arquitectura defensiva urbana continuou inegavelmente a representar um sistema tardio, que renegava alguns núcleos importantes para uma posição absolutamente secundária. Sem exércitos móveis, o papel das cidades fortificadas reduzia-se imediatamente à defesa dos seus próprios espaços intra-muros, numa tendência de desligamento da cooperação regional. Logo em 408, no seguimento da morte de Estilicão, Alarico simplesmente contornou as cidades no seu caminho, atingindo Roma sem problemas[2393], e isso dificilmente poderá ser interpretado como uma estratégia imperial de defesa em profundidade. Mais para Ocidente, as cidades fortificadas lusitanas, apoiadas nas suas muralhas e sem unidades militares na região, mantiveram a sua organização hispano-romana, sofrendo de forma individual os repetidos assaltos de referência idaciana ao longo do século V, resultando em tributação extraordinária e imprevisível para as autoridades urbanas[2394]. Até 585, o fortalecimento da autarcia cristalizou em torno de um sistema episcopal autónomo, que após Leovigildo e Recaredo culminou numa forma delegada, por exemplo em associação ao *defensor civitatis* visigótico. Esta figura substituíra os curiais, sendo eleita pelos

[2390] Espinosa 1997, 43
[2391] Maurin 1992, 386-387
[2392] García Moreno 1996, 15
[2393] Rodgers 2006, 247
[2394] De Man 2004a, 517

habitantes da cidade (*consensus civium, subscriptio universorum*)[2395], o que na prática se deveria traduzir na confirmação de algumas famílias destacadas. O diálogo destas dinastias locais com o poder central dar-se-ia através de canais semelhantes aos imperiais hispânicos[2396], na implantação de modelos cívicos e arquitectónicos a nível das cidades. A sugestão de ter sido possível concentrar no bispo o cargo de *defensor* parece de excluir no mundo de influência cultural bizantina, a depreender de um trecho das *Institutiones* de Justiniano (I, 20, 5), de 535, em que ambas as figuras são perfeitamente distintas: a nomeação de tutores estava a cargo dos *defensores da cidade, agindo com a anuência do bispo*[2397]. Não obstante, é verdade que, num contexto ocidental visigótico, não seria impossível a acumulação destes cargos em cidades menores. É evidente que, para o território da Lusitânia, em muitos casos tem vindo a ser sobrevalorizada a linear interferência oriental do século VI, e a possível presença militar bizantina no Sul de Portugal continua sem indícios claros. As *posições políticas fortes* do Império bizantino em sítios como Santarém[2398], ou o investimento em Évora[2399], parecem, por extensão, concepções muito difíceis de sustentar, principalmente na ausência de qualquer comprovação física ou mesmo literária nesse sentido. É preciso considerar que as possessões bizantinas na Hispânia, conquistadas a partir do exploratório apoio a Atanagildo em 552, representaram uma parte periférica do plano de reconquista mediterrânica concebido por Justiniano, mas em múltiplos casos ocidentais destaca-se uma desafectação por parte de cidades individuais a este projecto. A presença bizantina nas zonas lusitanas apenas poderia ser entendida como avanço muito localizado da protecção do estreito de Gibraltar. Tais postos avançados, necessariamente centrados em cidades marítimo-fluviais, careciam de apoio territorial, contrariamente às zonas controladas de Valência e Múrcia[2400], e por conseguinte exprimiram-se antes de mais em imposições e acordos com os bispos locais[2401], o que permitiria, no máximo, a manutenção de guarnições urbanas ocasionais. Se a intervenção oriental directa em cidades lusitanas continua problemática, é aceitável que a ocupação militar na Bética tenha causado infiltrações culturais na Lusitânia[2402], nomeadamente em Faro e Mértola, e que nesse sentido as respectivas fortificações urbanas serviram de focos de absorção

[2395] Liebeschuetz 1996, 23
[2396] Navarro Caballero 2006, 80-81
[2397] Krueger e Mommsen 1911, 7
[2398] Custódio 2002, 23
[2399] Maciel 2000, 189-190
[2400] Poveda Navarro 1996, 114
[2401] García Moreno 1996, 25-27
[2402] Almeida 1962, 37

arquitectónica, mas acima de tudo de centros estratégicos. Num cenário de lealdades locais oscilantes ou pelo menos instáveis, estas duas cidades fortificadas, próximas da fronteira ou zona de domínio bizantina, teriam de se articular com as suas congéneres de segunda linha, como Mérida, Évora e Beja, a partir das quais a monarquia manteria uma pressão permanente sobre os bispados meridionais, eventualmente sob domínio oriental directo ou não. Mas no actual estado da investigação, assinale-se a improbabilidade de um cenário de permanente ocupação bizantina do actual Algarve, a não ser no seio de contactos exploratórios ou dos desembarques iniciais. Numa fase avançada, o custo de investir por iniciativa própria em territórios já atlânticos, potencialmente hostis, e sem beneficiar de implantação firme no Levante, não faria qualquer sentido ao comando bizantino. Adicionalmente, perante a crónica falta de efectivos, aquela pressão seria acima de tudo política, ou sob a forma de pequenas escaramuças, visto que não se entenderia um período tão prolongado de combates contínuos, prévio a Leovigildo, tendo em conta a manutenção geral das disposições territoriais. Por fim, as epístolas de Sisebuto ao patrício Cesário são já demonstrativas de uma desolação no tocante à guerra: *Porquê as mortes nos combates, porquê a peste assídua, porquê a calamidade ruinosa?*[2403]. Idêntica condenação se destaca em Isidoro de Sevilha[2404], quando qualifica a guerra de horrível, confirmando assim a aversão não apenas do poder eclesiástico, mas também régio em época visigótica. Neste tipo de oposição poderia ser encontrado um prenúncio daquilo que as fontes medievais viriam a designar por *guerra guerreada*[2405], tradução já portuguesa daquela guerrilha ocasional e oportunista que em todas as épocas precedentes se havia enquadrado em conflitos mais amplos, mais ou menos latentes.

No período califal voltar-se-ia a encontrar um sistema fixo urbano centralizado aparentado ao tetrárquico, embora muito distinto na sua tradução. Apoiou-se parcialmente em antigos centros hispano-visigóticos, principalmente aquelas sedes episcopais que se conservariam até à Reconquista[2406], mas mediante algumas alterações activas de equivalências urbanas. A transferência de *Ammaia* para Marvão, ainda que possivelmente iniciada em época imediatamente prévia, estava concretizada em finais do século IX, quando Ibn Marwan utilizou o sítio enquanto fortificação, cuja designação

[2403] Maciel 2000, 192-193
[2404] Oroz Reta e Marcos Casquero 1994, 385
[2405] Monteiro 1997, 582
[2406] Real 1998, 36-37

de "Fortaleza de Amaia" ressurgiria na centúria seguinte, através de Arrazí[2407]. Esta sequência é altamente sugestiva no tocante à fortificação de Marvão em época tardo-antiga, sem representar uma causa linear para a realidade demográfica de *Ammaia*. Outros centros, como *Eburobrittium*, sofreram de uma desurbanização muito precoce, como resultado da selectiva reorganização em torno das vias de comunicação, que se iniciara, em última instância, sob as directivas tetrárquicas. Um outro caso indicativo parece ser o de *Colippo*, cujo afastamento dos circuitos económicos data talvez já do século III, e que em documentação medieval é referida como *Palatium Randulfi*[2408], numa evidente alusão à germanização do local. A deslegitimação episcopal de *Conimbriga*, ocorrida em finais do século VI, não teve correspondência demográfica imediata, mas de um ponto de vista administrativo, o núcleo foi anulado, tal como foi o Tolmo de Minateda[2409]. Por outro lado, numa fase mais tardia, a rede de cidades acabou muito transformada através da criação de fortificações como Loulé[2410] e Badajoz[2411], por exemplo. O início da utilização de taipa em muralhas urbanas, associadas a fortalezas em silharia, como em Medellín ou Mérida, representa o limite inferior do intervalo crono-tipológico em análise. Porém, as cidades a norte do Tejo não recorreram à taipa, mantendo sucessivamente uma construção pétrea, de matriz clássica[2412], numa excelente prova de continuidade arquitectónica nas defesas urbanas tardias.

[2407] Bucho 2001, 19
[2408] Bernardes 2007, 76
[2409] Abad Casal e Gutiérrez Lloret 1997, 596-598
[2410] Martins e Matos 1971, 227-247
[2411] Valdés Fernández 1985, 20
[2412] De Man 2007d, 68-74

Bibliografia citada

ABAD CASAL, Lorenzo e GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, *Iyih (El Tolmo de Minateda, Hellín, Albacete). Una* civitas *en el* limes *visigodo-bizantino*, La Tradición en la Antigüedad Tardía, Antigüedad y Cristianismo XIV, Universidad de Murcia, Murcia, 1997, p. 591-600

ABAD CASAL, Lorenzo, GUTIÉRREZ LLORET, Sonia e SANZ GAMO, Rubí, *Fortificación y espacio doméstico en un yacimiento tardorromano: el Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete)*, Alebus nº 6, Museu Arqueológico Municipal, Elda, 1996, p. 177-197

ABREU, Susana Matos, *De Roma a Évora, com André de Resende: Cidade e "Património" na História da Antiguidade da cidade de Évora*, Património Esquecido, O Recuperar da Memória, Boletim 2, Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, S. Mamede de Infesta, 2004, p. 1-18

ACIÉN ALMANSA, Manuel, *La formación del tejido urbano en al-Andalus*, La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano, Colección Estudios, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2001, p. 11-32

ACIÉN ALMANSA, Manuel, *La fortificación en al-Andalus*, Archeologia Medievale, XXII, Edizioni All'Insegna del Giglio, Firenze,1995, p. 7 – 36

ADAM, Jean-Pierre, *La Construction Romaine: matériaux et techniques*, Picard, Paris, 1989

ADAM, Jean-Pierre, *Murailles de la peur, murailles du prestige, murailles du plaisir*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 21-45

AGUILAR-Tablada Marcos, Blanca M.ª e ALONSO HERNÁNDEZ, Pablo, *Augustobriga. Una ciudad romana bajo las aguas*, Revista de Arqueología nº 190, Zugarto Ediciones, Madrid, 1997, p. 38-47

AJA SÁNCHEZ, José Ramón, Tumultus et urbanae seditiones*: sus causas. Un estudio sobre los conflictos económicos, religiosos y sociales en las ciudades tardorromanas (s. IV)*, Universidad de Cantabria, Santander, 1998

ALARCÃO, Adília, *Ruínas de Conimbriga*, Roteiros da Arqueologia Portuguesa 2, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1992c

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Historia Mundi, Editorial Verbo, Lisboa, 1973

ALARCÃO, Jorge, *As Origens de Coimbra*, Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, GAAC, Coimbra, 1979, p. 23-40

ALARCÃO, Jorge, *O Tecido Romano de Lisboa*, El Teatro en la Hispania Romana, Badajoz, 1982, p. 287-304

ALARCÃO, Jorge, *A Dimensão Arqueológica da Arqueologia*, Biblos, vol. LIX, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1983, p. 470-477

ALARCÃO, *Roman Portugal, Volume I, Introduction*, Aris & Phillips, Warminster, 1988a (*Volume II*, *fasc. I, II e III*; *ibidem* = 1988b)

ALARCÃO, Jorge, *A Cidade Romana em Portugal: A Formação de "Lugares Centrais" em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização*, Cidades e História, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992a, p. 35-72

ALARCÃO, Jorge, *A Cidade Romana em Portugal: Renovação Urbana em Portugal na Época Romana*, Cidades e História, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992b, p. 73-127

ALARCÃO, Jorge, *Las ciudades romanas de Portugal*, La ciudad hispanorromana, Àmbit Servicios Editoriales, Barcelona, 1993, p. 206-223

ALARCÃO, Jorge, *A* Splendidissima civitas *de Bobadela (Lusitânia)*, Anas 15/16, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1995, p. 155-180

ALARCÃO, Jorge, Scallabis *e o seu território*, De *Scallabis* a Santarém, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 37-46

ALARCÃO, Jorge, *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I*, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 7, nº 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004a, p. 317-342

ALARCÃO, Jorge, *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II*, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 7, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004b, p. 193-216

ALARCÃO, Jorge, *Conimbriga, 20 anos depois*, Perspectivas sobre Conimbriga, Âncora Editora, Conimbriga, 2004c, 96-114

ALARCÃO, Jorge, *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III*, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 8, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2005, p. 293-311

ALARCÃO, Jorge, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008

ALARCÃO, Jorge, ÉTIENNE, Robert e GOLVIN, Jean-Claude, *Vitruve à Conimbriga*, Conimbriga XVII, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1978, p. 5-14

ALARCÃO, Jorge, ÉTIENNE, Robert e MAYET, Françoise (dir.), *Les villas de São Cucufate (Portugal)*, Mission Archéologique Française au Portugal / Institut d'Archéologie de l'Université de Coimbra, E. de Boccard, Paris, 1990

ALBA CALZADO, Miguel, *Ocupación diacrónica del Área Arqueológica de Morería (Mérida)*, Excavaciones Arqueológicas 1994-1995, Memoria n.1, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, Mérida, 1997, p. 285-316

ALBA CALZADO, Miguel, *Acerca del foso medieval de Mérida. Intervención arqueológica en el nº 50 de la C/Almendralejo*, Excavaciones Arqueológicas 1999, Memoria n. 5, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, Mérida, 2001a, p. 165-190

ALBA CALZADO, Miguel, *Mérida, entre la Tardoantigüedad y el Islam: datos documentados en el Área Arqueológica de Morería*, La islamización de la Extremadura romana, Cuadernos Emeritenses 17, Museo Nacional de Arte Romano / Fundación de Estudios Romanos, Mérida, 2001b, p. 265-308

ALBA CALZADO, Miguel, *Evolución y final de los espacios romanos emeritenses a la luz de los datos arqueológicos (pautas de transformación de la ciudad tardoantigua y altomedieval)*, Augusta Emerita. Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana, Monografías Emeritenses 8, MNAR, Mérida, 2004, p. 207-255

ALBA CALZADO, Miguel e FEIJOO, Santiago, *Defensas urbanas de la Mérida islámica*, Al-Ândalus, Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 2006a, p. 101-110

ALBA CALZADO, Miguel e FEIJOO, Santiago, *Nueva lectura arqueológica del Aljibe y la Alcazaba de Mérida*, Al-Ândalus, Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 2006b, p. 161-170

ALBERTINI, Eugène, *Les Divisions Administratives de l'Espagne Romaine*, Éditions De Boccard, Paris, 1923

ALBERTS, David S. e HAYES, Richard E., *Power to the Edge*, Information Age transformation Series, CCRP Publication Series, Washington D. C., 2003

ALBUQUERQUE, Martim, *Rei Juridicae Lusitanae Archivum*, Revista da Faculdade de Direito, vol. XXVI, Lisboa, 1985, p. 563-608

ALCOCK, Leslie, *Arthur's Britain, History and Archaeology, AD 367-634*, Penguin Books, London, 2001

ALFÖLDY, Géza, *Urban Life, Inscriptions and Mentality in Late Antique Rome*, Urban centers and rural contexts in Late Antiquity, Michigan State University Press, East Lansing, 2001

ALFÖLDY, Géza, *The Roman Army at Tarraco*, The Roman army in Hispania: an archaeological guide, University of León, León, 2006, p. 472-492

ALLEN, Eduardo Augusto e TEIXEIRA, Henrique Nunes, *Monnaies d'Or Suévo-Lusitaniennes*, Revue Numismatique, Nouvelle Série, tome X, Société Française de Numismatique, Paris, 1865, (separata com numeração própria) p. 1-16

ALMAGRO BASCH, M., *La topografía de* Emerita Augusta, VI Congreso de Estudios Extremeños, Monasterio de Guadalupe, Institución Cultural el Brocense, Cáceres, 1981, p. 115-135

ALMAGRO-GORBEA, Martín e LORRIO, Alberto, *Segobriga III, La muralla norte y la puerta principal, Campañas 1986-1987*, Diputación Provincial, Cuenca, 1989

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*, Revista da Faculdade de Letras nº 3, Universidade do Porto, Porto, 1972, p. 113-136

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Implantação do Românico*, Arquitectura Militar e Civil, História da Arte em Portugal, volume 3, Alfa, Lisboa, 1988, p. 133-145

ALMEIDA, Fernando de, *Egitânia, História e Arqueologia*, Imprensa de Coimbra, Lisboa, 1956

ALMEIDA, Fernando de, *Notas sobre as primeiras escavações em Idanha-a-Velha*, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Coimbra, 1957

ALMEIDA [E SILVA SALDANHA], Fernando [António] de, *Arte visigótica em Portugal*, Tese de Doutoramento em Arqueologia e História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1962

ALMEIDA, Fernando de, *As ruínas da chamada ponte romana de Mértola (Portugal)*, Madrider Mitteilungen 17, Deutsches Archäeologisches Institut, Abteilung Madrid, F.H. Kerle Verlag, Heidelberg, 1976, p. 295-300

ALMEIDA, Fernando de, *Ruínas de Idanha-a-Velha* – Civitas Igaeditanorum, *Guia para o visitante*, Lisboa, 1977

ALMEIDA, Fernando de e FERREIRA, O. da Veiga, *Um poço lusitano-romano encontrado em Idanha-a-Velha*, O Arqueólogo Português, Série III, vol. I, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, 1967, p. 57-63

ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. 1, Ao Serviço do Império X, ed. do autor, Lisboa, 1945

ALMEIDA, Justino Mendes de e MOSER, Maria Isabel Pestana de Mello, *As inscrições lusitano-romanas do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Catalogação e estudo), 1ª parte*, Homenagem a J. R. dos Santos Júnior, volume I, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1990, p.129-149

ALMEIDA, Justino Mendes de, *Um inédito de Gaspar Barreiros: "Suma, e Descripçam de Lusitania" (Cód. 8457 da B.N.)*, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 31, Universidade de Coimbra, 1984, p. 1-52

ALMEIDA, Maria José de, *O planalto de Marvila e os núcleos ribeirinhos*, De *Scallabis* a Santarém, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 83-93

ALMEIDA, Sara, CARVALHO, Pedro Sobral de, PERPÉTUO, João, FIGUEIRA, Nádia e COSTA, António, *Estruturas e contextos da Idade do Ferro em Viseu*, Al-Madan II Série, nº 15, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. 53-59

ALONSO SÁNCHEZ, Ángela, *Fortificaciones romanas en Extremadura: La defensa del territorio*, Universidad de Extremadura, Salamanca, 1988

ALVARADO GONZALO, Manuel, CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique, MOLANO BRÍAS, Juana, CASTILLO, Jesus, ALONSO SÁNCHEZ Angela e FERNÁNDEZ CORRALES, José Maria, *Cáparra: Las relaciones comerciales a través de su aprovisionamiento cerámico*, La ciudad en el mondo romano, vol. 2, Actas do XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica, Tarragona, 1994, 21-23

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María, *El puente romano de Mérida*, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, Badajoz, 1983

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María, *Ciudades romanas de Extremadura*, La ciudad hispanorromana, Àmbit Servicios Editoriales, Barcelona, 1993, p. 128-159

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María, *Los accesos al recinto de la Colonia Augusta Emerita. La Puerta del Puente*, Stadttore. Bautyp und Kunstform, Iberia Archaeologica Band 8, Deutsches Archäologisches Institut - Madrid, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 2006, p. 221-251

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María, *Consideraciones acerca del recinto amurallado emeritense*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 651-670

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María e NOGALES BASARRATE, Trinidad, *Calzadas de Lusitania: Programación e ideología imperial*, V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones, Ministerio de Cultura, Cáceres, 2004, p. 255-276

ÁLVAREZ-SANCHÍS, Jesús R., *Los Vettones. Análisis arqueológico del poblamiento*, Real Academia de la Historia, Madrid, 1999

ALVES, Alexandre, *Antiguidades de Viseu*, Beira Alta, vol. XXXIV, 4, Viseu, 1975, p. 429 – 454

ALVES, José Felicidade, *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147, carta de um cruzado*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004

ALVES, Sérgio e SOUSA, Hipólito, *Paredes exteriores de edifícios em pano simples*, Lidel, Lisboa, 2003

AMARAL, A. E. Maia do, *Considerações preliminares acerca do Forum II de Bobadela*, Munda 4 / 5 (separata com numeração própria), GAAC, Coimbra, 1982/83, p. 1-19

AMARAL, Maria da Conceição, *Caminhos do Gharb – Estratégias de interpretação do património islâmico no Algarve: o caso de Faro e de Silves*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, s/l, 2002

AMARO, Clementino, *Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História*, Lisboa Subterrânea, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Lisboa, 1994, p. 110-111

AMARO, Clementino, *Urbanismo tardo-romano no claustro da Sé de Lisboa*, IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Lisboa (1992), Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV, Barcelona, 1995, p. 337-352

AMARO, Clementino, in *Debates e Conclusões*, Ocupação Romana dos Estuários do tejo e do Sado, Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996, p. 403-420

AMARO, Clementino, *Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível*, Os últimos sinais do Mediterrâneo, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1998, p. 61-71

AMARO, Clementino e CAETANO, Maria Teresa, *Breve notícia sobre o complexo fabril romano da Rua Augusta (Lisboa)*, Conimbriga XXXII – XXXIII, Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1994

ANDERSON, James C., Jr., *Roman Architecture and Society*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore / London, 2002

ANDRADE, Amélia Aguiar, *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, Povos e Culturas nº 2, CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, p. 57-77

ANDREAU, Jean, *La vie financière dans le monde romain, Les métiers de manieurs d'argent (IVe siècle av. J.-C. – IIIe siècle ap. J.-C.)*, École Française de Rome, Rome, 1987

ANDREAU, Jean, *Patrimoines, échanges et prêts d'argent: l'économie romaine*, « L' Erma » di Bretschneider, Roma, 1997

ANDRÉS ORDAX, S., GONZÁLEZ TOJEIRO, C., MOGOLLÓN CANO-CORTÉS, p., NAVAREÑO MATEOS, A., *Testimonios Artísticos de Medellín (Extremadura)*, Comité Regional de Extremadura, Gráficas Varona, Salamanca, 1985

ANDRÉS ORDAX, Salvador (dir.) e PIZARRO GÓMEZ, Francisco Javier (coord.), *Monumentos Artísticos de Extremadura*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 1995

ANDREU PINTADO, Javier, *Munificencia pública en la* provincia Lusitana *(siglos I – IV d. C.)*, Institución "Fernando el Católico", Zaragoza, 2004

ANDREWS, Francis B., *The mediaeval builder and his methods*, EP Publishing, East Ardsley, 1976

ANTHON, Charles, *The De senectute, De amicitia, Paradoxa, and Somnium Scipionis of Cicero, and The life of Atticus, by Cornelius Nepos, with English notes, critical and explanatory*, Harper & Brothers, New York, 1850

AQUILUÉ ABADÍAS, Xavier, *Estado actual de la investigación de la terra sigillata africana en la Península Ibérica en los siglos VI – VII*, Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: ruptura y continuidad, Archivo Español de Arqueología, IAM-CSIC, Madrid, 2003, p. 11-20

ARAGÃO, Maximiano de, *Vizeu. Apontamentos Históricos*, Tomo I, Viseu, 1894

ARBEITER, Achim, *Construcciones com sillares. El paulatino resurgimiento de una técnica edilicia en la Lusitania visigoda*, Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Lisboa (1992), Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV, Barcelona, 1995, p. 211-221

ARCE MARTÍNEZ, Javier, *La epistola de Honorio a las tropas de Pompaelo: comunicaciones, ejército y moneda en Hispania (siglos IV-V d. C.)*, Rutas, ciudades y moneda en Hispania: actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, Anejos de Archivo Español de Arqueología XX, CSIC, Madrid, 1999, p. 461-468

ARCE, Javier, *Augusta Emerita en los siglos IV – V d. C.*, Repertorio de Arquitectura Cristiana en Extremadura: Epoca Tardoantigua y Altomedieval, Anejos de AespA XXIX, IAM / CSIC, 2003, p. 121-132

ARCE, Javier, *Spain and the African Provinces in Late Antiquity*, Hispania in Late Antiquity, Current Perspectives, Brill, Leiden, 2005, p. 341-368

ARIAS BONET, Gonzalo, *La red viaria de la Hispania romana. Perspectivas actuales tras siglo y medio de investigaciones*, Artifex, Ingeniería Romana en España, Fundación Juanelo Turriano / Ministerio de Cultura, Madrid, 2002, p. 199-212

ARIÑO, Enrique e RODRÍGUEZ, José, *El poblamiento romano y visigodo en el territorio de Salamanca*, Zephyrus 50, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1997, p. 225-245

ARONDEL, M., BOUILLON, J., LE GOFF, J. e RUDEL, J, *Rome et le Moyen Âge jusq'en 1328*, Bordas, s/l, 1966

ARRAIZ, Amador, *Mértola, cidade do antigo Lácio*, Diálogos: Diálogo Quarto, 1846, Arquivo de Beja vol. II, Museu Regional, Beja, 1945, p. 289

ARRUDA, Ana Margarida, *Alcáçova de Santarém*, Informação Arqueológica 8, IPPC, Lisboa, 1987, p. 75-77

ARRUDA, Ana Margarida, *Conimbriga: escavações de 1988-89, 1. Algumas precisões sobre a cronologia do Bairro Indígena*, Portugalia Nova Série 9-10, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1988/1989, p. 93-100

ARRUDA, Ana Margarida e Viegas, Catarina, *A Alcáçova*, De *Scallabis* a Santarém, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 73-81

ARRUDA, Ana Margarida, VIEGAS, Catarina e BARGÃO, Patrícia, *As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém*, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, número 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2005, p. 279-297

ASENSIO ESTEBAN, José Ángel, *Influencia de la poliorcética tardo-republicana en los sistemas defensivos de las ciudades indígenas del valle medio del Ebro: el caso de las murallas denominadas "de cajones"*, Anas 9, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1996, p. 21-36

ASENSIO ESTEBAN, José ÁNGEL, *El gran aparejo en piedra en la arquitectura de época romana de la provincia* Hispania Citerior*: el* opvs silicevm *y el* opvs qvadratum, Saldvie nº 6, Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 2006, p. 117-159

ASH, H. B., *Columella, vol. I, De Re Rustica*, Loeb Classical Library, Heinemann, London, 1941

AUBONNET, Jean, *Aristote, Politique (Livre VII)*, Société d'Édition "Les Belles Lettres", Paris, 1986

AUGUSTO, Sara, *Descrição da Cidade de Viseu. Suas antiguidades e cousas notáveis que contém em si e seu Bispado, composta por um Natural*, Câmara Municipal, Viseu, 2002

AZEVEDO, Pedro A. de, *Do Areeiro à Mouraria*, O Archeologo Português I Série, Vol. V, Museu Ethnologico Português, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, p. 212-224

AZUAR Ruíz, Rafael, *Campesinos fortificados frente a conquistadores feudales en los valles del Vinalopó*, II Jornadas de Arqueología Medieval, De la medina a la vila, Museo Arqueologico Provincial de Alicante / Centre d'Estudís Locals del Vinalopó, Alicante, 2004, p. 263-291

BACHRACH, Bernard S., *On Roman Ramparts (300-1300)*, Warfare, Cambridge Illustrated History, Cambridge University Press, Cambridge, 1995, p. 64-91

BAKKER, J. Th., *Living and Working with the Gods. Studies of Evidence for Private Religion and its Material Environment in the City of Ostia*, Dutch Monographs on Ancient History and Archaeology, Volume XII, Brill, Amsterdam, 1994

BALDWIN, David A., *The Concept of Security*, War, volume I, Sage Publications, London, 2005, p. 1-24

BALESTEROS, Carmen e MIRA, Élia, *As muralhas de Évora*, A Cidade, Jornadas inter e pluridisciplinares, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p. 219-247

BALESTEROS, Carmen, OLIVEIRA, Jorge e MARQUES, Élia, *As muralhas de Évora: Aspectos Problemáticos do Sistema Defensivo*, A Cidade de Évora – Boletim de

Cultura da Câmara Municipal, II Série, nº 2, Câmara Municipal, Évora, 1996-1997, p. 67-83

BALIL, Alberto, *Sobre la fortificación del Bajo Imperio en Hispania: Las puertas de la muralla de Barcino*, Actas del Primer Congreso Español de Estudios Clásicos, Sociedad Española de Estudios Clásicos, Madrid, 1956a, p. 279-280

BALIL, Alberto, *Los trabajos de fortificacion en las provincias del Occidente romano despues de la crisis del siglo III y su significacion politica, militar y social*, Actas del Primer Congreso Español de Estudios Clásicos, Sociedad Española de Estudios Clásicos, Madrid, 1956b, p. 281-283

BALIL, Alberto, *La defensa de* Hispania *en el Bajo Imperio*, Zephyrus XI, 1 – 2, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1960, p. 179-197

BALIL, Alberto, *Las murallas romanas de Barcelona*, Anejos de Archivo Español de Arqueología II, CSIC / Instituto Español de Arqueología, Madrid, 1961

BALIL, Alberto, *Urbanismo romano en la España céltica*, Celticvm XII, Actes du cinquième colloque international d'études gauloises, celtiques et protoceltiques, Amiens, 1965, p. 275-288

BALIL, Alberto, *La defensa de* Hispania *en el Bajo Imperio. Amenaza exterior e inquietud interna*, Legio VII Gemina, Diputación Provincial, León, 1970, p. 601-620

BALIL, Alberto, *Sobre la arquitectura doméstica en Emerita*, Augusta Emerita, Actas del Bimilenario de Mérida, Madrid, 1976, p. 85-90

BALLESTEROS DÍEZ, José Antonio, *Mérida, clave en la fundación de la Orden de Santiago*, Espacio, Tiempo y Forma, Série III, Historia Medieval 17, UNED, Madrid, 2004, p. 53-66

BANCALARI MOLINA, Alejandro, *Coexistencia o enfrentamiento entre el Derecho Romano y los Derechos locales de las províncias*, Revista de Estudios Histórico-Jurídicos XXVI, Pontificia Universidad Católica, Valparaíso, 2004, p. 25-39

BANDELLI, Gino, *Der Euergetismus*, "Aquileia – Kreuzweg des Römischen Imperiums", Veröffentlichungen des Archäologischen Museums der Westfälischen Wilhelms-Universität, Münster, 2002

BANHA, Carlos Manuel dos Santos, *As ânforas romanas de Idanha-a-Velha (*Civitas Igaeditanorum*)*, dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, Fauldade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006

BAÑOS SERRANO, José, *El sector norte del Cerro del Castillo de Alhama de Murcia*, Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía, Antigüedad y Cristianismo XXIII, Universidad de Murcia, Murcia, 2006, p. 81-100

BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa, *Considerações sobre a cidade luso-romana de Vacca, o Julgado, e o Burgo de Vouga*, Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XVI (separata com numeração própria), Aveiro, 1950

BARATA, José H., *Fastos de Santarém. I – De Expugnatione Scalabis (prefácio, tradução e notas), II – O Cerco de 1184*, Coimbra Editora, Coimbra, 1947

BARATA, Maria Filomena, *Miróbriga: urbanismo e arquitectura*, dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1997

BARATA, Maria Filomena, *Miróbriga. Ruines Romaines*, Roteiros da Arqueologia Portuguesa 7, IPPAR, Lisboa, 2001

BARBOSA, Pedro Gomes, *Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira na Reconquista portuguesa (da segunda metade do século IX a inícios do XII)*, Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII), Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, 2005, p. 91-110

BARBOSA, Pedro Gomes, *Os Bárbaros às portas do Império. Aspectos do fazer-a-guerra germânico*, A Guerra na Antiguidade II, Centro de História, Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, Lisboa, 2008a, p. 239-255

BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã. Nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, Ésquilo, 2008b

BARCELÓ, Miquel, *Los* husūn*, los* castra *y los fantasmas que aún los habitan*, Castillos y Territorio en Al-Andalus, Jornadas de Arqueología Medieval, Athos-Pérgamos, Granada, 1988, p. 10-41

BARRAL I ALTET, Xavier, *A Alta Idade Média. Da Antiguidade Tardia ao Ano Mil*, Taschen, Colónia, 1998

BARRAL I ALTET, Xavier, *The Roman World*, Sculpture from Antiquity to the Middle Ages, Taschen, Colónia, 2006, 147-239

BARREIROS, Gaspar, *Chorographia*, Acta Universistatis Conimbrigensis, Coimbra, 1968

BARRIENTOS VERA, Teresa, *Secuencia ocupacional en las proximidades de la muralla romana – intervención arqueológica realizada en el solar nº 38 de la calle Muza*, Mérida – Excavaciones Arqueológicas 1999, Memoria 5, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, Mérida, 2001, p. 85-118

BARROCA, Mário Jorge, *Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*, Portugalia, Nova Série, XI-XII, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990-1991, p. 89-126

BARROCA, Mário Jorge, *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII*, Portugalia, Nova Série, XVII-XVIII, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1996-1997, p. 171-209

BARROCA, Mário Jorge, *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*, Portugalia, Nova Série, vol. XXV, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004, p. 181-203

BARROCA, Mário Jorge, *O castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII*, Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII), Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, 2005, p. 111-126

BARROSO, Luís Fernando Machado, *Análise Conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Revista Militar 60º vol., nº 4, 2475, Lisboa, 2008, 399-422

BARTHELEMY, Manuela, *Obras publicas en la* Hispania *romana*, Ministerio de Cultura, Madrid, 1980

BASSETT, Sarah, *The Urban Image of Late Antique Constantinople*, Cambridge University Press, Cambridge, 2004

BASSOLS, Lourdes, *Santo Agostinho, Vida, Obra e Pensamento*, Colecção Grandes Pensadores, Público / João Quina Edições, s/l, 2008

BATATA, Carlos, *As origens de Tomar. Carta arqueológica do concelho*, IPPAR /BCP, Tomar, 1997

BEDON, Robert, CHEVALLIER, Raymond e PINON, Pierre, *Architecture et Urbanisme en Gaule Romaine, tome 1, L'architecture et les villes en Gaule romaine*, Collection des Hespérides, Editions Errance, Paris, 1998

BEHRENDS, O., *Einquartierungssystem*, Reallexikon Der Germanischen Altertumskunde: Einfache Formen-Eugippius, Walter de Gruyter, Berlin, 1999, p. 24-33

BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém Medieval*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1980

BEIRANTE, Maria Ângela, *Espaços públicos nas Cidades Portuguesas Medievais. Santarém e Évora*, A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas II, Universidade Aberta, 1993, p. 65-79

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, *Évora na Idade Média*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995

BELCHIOR, Joaquim Lopes, *Ossónoba, provável localização e causas da sua decadência, Faro, origem e sua ascensão a capital do Algarve*, s/ed., Faro, 1982

BELTRÁN, Antonio, *Notas para el estudio de los Bizantinos en Cartagena*, Cronica del III Congreso Arqueologico de Sudeste Español, Murcia, 1947a, p. 294-311

BELTRÁN, Antonio, *Las monedas suevas y godas en relación com las romanas y bizantinas*, III Congreso Arqueologico del Sudeste Español, Murcia, 1947b, p. 321-335

BELTRÁN FORTES, José e LOZA AZUAGA, María Luisa, *Explotación y uso de* marmora *malacitanos en época romana*, SPAL 7, Universidad de Sevilla, Sevilla, 1998, p. 129-147

BELTRÁN LLORIS, Miguel, *Aportaciones a la epigrafía y l arqueología romanas de Cáceres*, Caeseraugusta – Publicaciones del Seminario de Arqueología y Numismática Aragonesas 39-40, Institución "Fernando el Católico", CSIC – Diputación Provincial de Zaragoza, Zaragoza, 1975-76, p. 19-111

BELTRÁN MARTÍNEZ, Antonio, *Arqueología Clasica*, Pegaso, Madrid, 1949

BENDALA GALÁN, M., *Las necrópolis de Mérida*, Actas del Simposio Internacional Conmemorativo del Bimilenario de Mérida, Madrid, 1976, p. 141-161

BENET, Nicolás, *Calzada de la Plata*, Jardines, Sitios y conjuntos históricos de la provincia de Salamanca, Ediciones Diputación de Salamanca, Salamaca, 2002, p. 218-229

BENITO DÍEZ, Laura, *El cementerio medieval de la* domus *de* Tancinus, Conimbriga Medieval, La ocupación postromana de la *domus* de *Tancinus* (Conimbriga, Condeixa-a-Velha, Portugal), Excavaciones Arqueológicas 2004-2007, British Archaeological Reports, International Series 10186, Archaeopress 2008, no prelo

BÉRENGER-BADEL, Agnès, *Formation et compétences des gouverneurs de province dans l'Empire romain*, Dialogues d'Histoire Ancienne, volume 30, numéro 2, CNRS, Paris, 2004, p. 35-56

BERNAL CASASOLA, Darío e PÉREZ RIVERA, José Manuel, *Nuevos datos sobre la presencia bizantina en* Septem*: Avance preliminar de la excavación arqueológica en el Paseo de las Palmeras nº 16-24 (Ceuta)*, Caetaria 1, Fundación Municipal de Cultura "José Luís Cano", Ayuntamiento, Algeciras, 1996, p. 19-32

BERNAL CASASOLA, Darío e LORENZO MARTÍNEZ, Lourdes, *La arqueología de época bizantina e hispanovisigoda en el Campo de Gibraltar. Primeros elementos para una síntesis*, Caetaria 3, Fundación Municipal de Cultura "José Luís Cano", Ayuntamiento, Algeciras, 2000, p. 97-134

BERNARDES, João Pedro, *As necrópoles de Ossonoba*, Caminhos do Algarve Romano, Museu Municipal de Faro, 2005, p. 26-34

BERNARDES, João Pedro, *Faro Romana :* Ossonoba *e Milreu*, Monumentos 24, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 2006, p. 12-17

BERNARDES, João Pedro, *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Universidade do Algarve, Faro, 2007

BERNARDO, João, *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V – XV, Parte I, Sicronia, Estrutura Económica e Social do Século VI ao Século IX*, Edições Afrontamento, Porto, 1995

BERROCAL-RANGEL, Luis, *El control de los caminos como recurso: el entramado viario de la Beturia Céltica*, V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones, Ministerio de Cultura, Cáceres, 2004, p. 149-175

BESSA, António Marques e DIAS, Carlos Manuel Mendes, *O Salto do Tigre. Geopolítica Aplicada*, Prefácio, Lisboa, 2007

BESSAC, Jean-Claude, *Matériaux et construction de l'enceinte augustéenne de Nîmes*, Les enceintes augustéennes dans l'Occident romain (France, Italie, Espagne, Afrique du Nord), Actes du Colloque International de Nîmes, École Antique de Nîmes, Bulletin Annuel, Nouvelle Série, nº18, Nîmes, 1987, p. 25-38

BIERNACKA-LUBAŃSKA, Małgorzata, *The Roman and Early-Byzantine Fortifications of Lower Moesia and Northern Thrace*, Polish Academy of Sciences, Wrocław, 1982

BIERS, William R., *Art, Artifacts, and Chronology in Classical Archaeology*, Routledge, London / New York, 2003

BILOU, Francisco, *O sistema viário antigo na região de Évora*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Évora, 2004

BIRLEY, Anthony R., *Septimius Severus, The African Emperor*, Routledge, London / New York, 1999

BISHOP, M. C. e COULSTON, J. C. N., *Roman military equipment: from the Punic Wars to the fall of Rome*, Oxbow Books, Oxford, 2006

BLACK, Jeremy, *Rethinking Military History*, Routledge, London / New York, 2004

BLAGG, T. F. C., *The reuse of monumental masonry in late Roman defensive walls*, Roman Urban Defences in the West, CBA Research Report 51, Council for British Archaeology, London, 1983, p. 130-135

BLÁZQUEZ DELGADO AGUILERA, A. e SÁNCHEZ ALBORNOZ, C., *Vías romanas de Bótoa a Mérida, Mérida a Salamanca, Arriaca a Sigüenza, Arriaca a Titulcia, Segovia a Titulcia y Zaragoza al Bearne*, Memorias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades 24, JSEA, Madrid, 1918

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, *Caparra*, Excavaciones Arqueológicas en España 34, Misterio de Educación Nacional, Madrid, 1965

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, *Hispania desde el año 138 a 235*, Hispania vol. 36, nº 132, CSIC, Madrid, 1976, p. 5-88

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, *El sistema impositivo en la Hispania Romana*, Historia de la Hacienda Española (Epocas Antigua y Medieval), Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1982, p. 67-125

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, *Los Vascos y sus vecinos en las fuentes literarias griegas y romanas de la Antigüedad*, Nuevos estudios sobre la romanización, Istmo, Madrid, 1989, p. 211-246

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, *The latest work on the export of Baetican olive oil to Rome and the army*, Greece & Rome, vol. XXXIX, n. 2, Cambridge University Press, Cambridge, 1992, p. 173-188

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, *La romanización de los Astures, Cántabros y Vascones en el Bajo Imperio. Estado de la cuestión*, Gerión 22, núm. 2, Universidad Complutense, Madrid, 2004, p. 493-504

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María, *La defensa de las villas hispanas en el Bajo Imperio*, 20th International Congress of Roman Frontier Studies, Universidad de León, 2006, no prelo

BLOCH, David J., Res Sanctae *in* Gaius *and the Founding of the City*, Roman Legal Tradition, vol. 3. 1, Roman Law Society of America, Lawrence, 2006, p. 48-64

BOËTHIUS, Axel, *Roman architecture from its classicistic to its Late Imperial phase*, Göteborgs Högskolas Årsskrift XLVII, Wettergren & Kerbers Förlag, Göteborg, 1941

BORHY, Lázló, *Spätrömische Stadtmauern in Pannonien. Funktion, typologie, chronologie*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 99-113

BOIÇA, Joaquim, *Topografia histórica de Mértola. As ocupações funcionais do terreiro junto à Porta da Ribeira, da época medieval à contemporânea: capela de Santiago – igreja da Misericórdia – espaço museológico*, Arqueologia Medieval 3, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1993, p. 47 – 60

BOISSELLIER, Stéphane, *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 2003

BOLETIM (= Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) 52-53, *Ruínas de Conimbriga*, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, 1948

BOLÒS MASCLANS, Jordi, *Fortificaciones y organización del territorio en la "Marca" o frontera catalana durante los siglos IX – XII*, La Fortificación Medieval en la Península Ibérica, Fundación Santa María la Real, Palencia, 2003, p. 101-123

BONDE, Sheila, MAINES, Clark e RICHARDS, Rowland, Jr., *Soils and Foundations*, Architectural Technology up to the Scientific Revolution. The Art and Structure of Large-Scale Buildings, The MIT Press, Cambridge / London, 1995, p. 16-50

BONDE, Sheila, MARK, Robert e ROBISON, Elwin C., *Walls and other Vertical Elements*, Architectural Technology up to the Scientific Revolution. The Art and Structure of Large-Scale Buildings, The MIT Press, Cambridge / London, 1995, p. 52-137

BONETTO, Jacopo, *Mura e Città nella Transpadana Romana*, Fondazione Antonio Colluto, Collana L'Album, Portogruaro, 1998

BOWES, Kim, *"Un coterie espagnole pieuse": Christian archaeology and Christian communities in fourth- and fifth-century Hispania*, Hispania in Late Antiquity, Current Perspectives, Brill, Leiden, 2005, p. 189-264

BOWMAN, Alan K., *Life and Letters on the Roman Frontier. Vindolanda and its People*, Routledge, New York, 1998

BRAND, C. E., *Roman Military Law*, University of Texas Press, Austin / London, 1968

BRAVO, Gonzalo, *Prosopographia theodosiana (II): El presunto "Clan Hispano" a la luz del análisis prosopográfico*, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 1, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 21-30

BREZEANU, Stelian, *History and Imperial Propaganda in Rome during the 4th Century a.Chr. A Case Study: the Abandonment of Dacia*, Annuario, Istituto Romeno di Cultura e Ricerca Umanistica, Venezia, 2001, p. 319-332

BRIAS, Juana, GABRIEL, Eulalia, MONTALVO FRIAS, Ana e GONZALEZ, Manuel, *Arqueologia Urbana en Mérida: 1987-1990*, Actas das IV Jornadas Arqueológicas, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, p. 45-55

BRITO, Salustiano Lopes de, *Da villa de Faram à cidade de Faro*, Anais do Município de Faro nº XXV, Câmara Municipal, Faro, 1995, p. 85-96

BRULET, Raymond, *La Gaule septentrionale au Bas-empire: occupation du sol et défense du territoire dans l'arrière-pays du Limes aux IVe et Ve siècles*, Trierer Zeitschrift für Geschichte und Kunst des Trierer Landes und seiner Nachbargebiete, Beiheft 11, Rheinischen Landesmuseum, Trier, 1990

BRULET, Raymond, *Casernements et casernes en Gaule*, L'armée romaine de Dioclétien à Valentinien Ier, Actes du Congrès de Lyon (12-14 Septembre 2002), Diffusion de Boccard, Paris / Lyon, 2004, p. 191-199

BRUNO, Carla Patrícia de Abreu, *A Fortaleza de Juromenha: contributo para o estudo e conservação da muralha islâmica de taipa militar*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora, 2000

BUCHO, Domingos, *Fortificações de Marvão. História, Arquitectura e Restauro*, Região de Turismo de S. Mamede, Setúbal, 2001

BUGALHÃO, Jacinta, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*, Trabalhos de Arqueologia 15, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2001

BÜHRIG, Claudia, *Die Architektur des Stadteingangs in den östlichen Provinzen des Römischen Reiches*, Stadttore. Bautyp und Kunstform, Iberia Archaeologica Band 8, Deutsches Archäologisches Institut - Madrid, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 2006, p. 131-152

BURACA, Ida Romano, *Civitas Conimbriga – ânforas romanas*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005

BURLOT, Joseph, *A Civilização Islâmica*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990

BURNHAM, Barry e WACHER, John, *The "small towns" of Roman Britain*, B.T. Batsford, London, 1990

BURÓN ÁLVAREZ, Milagros, *El Trazado Urbano de* Astvrica Avgvsta*: Génesis y Evolución*, Nuevos Elementos de Ingeniería Romana, III Congreso de las Obras Publicas Romanas, Junta de Castilla y León, Colegio de Ingenieros Tecnicos de Obras Publicas, Astorga, 2006, p. 289-312

BURROWS, Reginald, *Las murallas de la ciudad de York*, La ciudad y sus murallas, Conservación y Restauración, Universidad de Granada, Grananda, 1996, p. 319-334

CABALLERO ZOREDA, Luis, *Observaciones sobre materiales y tecnologías de construcción de época visigoda en España y Portugal*, Materiali di construzione e techniche edili antiche, Restauro Archeologico I, Alinea Editrice, Firenze, 1991, p. 23-30

CABALLERO ZOREDA, Luis e MATEOS CRUZ, Pedro, *Excavaciones arqueológicas en la basílica de Santa Eulalia de Mérida*, IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Lisboa (1992), Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV, Barcelona, 1995, p. 297-307

CABO, Ángel e VIGIL, Marcelo, *Historia de España Alfaguara I, Condicionamientos Geográficos, Edad Antigua*, Alianza Editorial, Madrid, 1980

CACCIAVILLANI, Carlos Alberto, *Absides y pórticos en la arquitectura religiosa de la ciudad de Aquila*, Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la construcción, Sociedad Española de Historia de la Construcción, Universidad de A Coruña, Madrid, 1998, p. 57-66

CAESSA, Ana Isabel de Sá, *A* ordo decvrionvm *na epigrafia da* Lvsitania *e da* Gallaecia, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1996

CAETANO, Carlos, *A demolição das muralhas de Pinhel no contexto da destruição das muralhas medievais das cidades europeias*, Praça Velha nº 20, Câmara Municipal, Guarda, 2006, p. 33-48

CAETANO, Carlos, *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII)*, Pandora, 2004

CAGNANA, Aurora, *Archeologia dei Materiali da Construzione*, Manuali per l'Archeologia, Società Archeologica Padana, Mantova, 2000

CAGNAT, R. e CHAPOT, V., *Manuel d'Archéologie Romaine, Tome Premier, Les monuments. Décoration des monuments. Sculpture*, Auguste Picard, Paris, 1917

CALERO CARETERO, José Ángel, *La muralla romana de* Augusta Emerita*: contexto histórico y arqueológico*, tese de licenciatura, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1986

CALERO CARETERO, José Ángel, *La muralla romana de Augusta Emérita: Apuntes para una bibliografía crítica de los estudios sobre el recinto*, Revista de Estudios Extremeños, tomo XLVIII, número I, Diputación Provincial, Badajoz, 1992, p. 259-276

CALLIXTO, Carlos Pereira, *A recuperação do castelo de Faro*, Anais do Município de Faro XX, Câmara Municipal de Faro, 1990, p. 61-81

CAMERON, Averil, *The Mediterranean World in Late Antiquity: AD 393-565*, Routledge, New York, 1993

CAMPBELL, Brian, *War and Society in Imperial Rome. 31 BC – AD 284*, Warfare and History, Routledge, London / New York, 2002

CAMPBELL, Duncan B. e DELF, Brian, *Roman Legionary Fortresses 27 BC – AD 378*, Fortresses 43, Osprey Publishing, Oxford, 2006

CANELAS, Carlos, *Beja e as suas fortificações*, Arquivo de Beja, vol. XXIII – XXIV, Câmara Municipal de Beja, Beja, 1966-67, p. 159-163

CANTO, Alicia, *Extremadura y la romanización*, Extremadura Arqueológica IV, Arqueología en Extremadura: 10 años de descubrimientos, Junta de Extremadura - Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 1995, p. 151-178

CANTO, Alicia, *Fuentes árabes para la Mérida romana*, La islamización de la Extremadura romana, Cuadernos Emeritenses 17, Museo Nacional de Arte Romano / Fundación de Estudios Romanos, Mérida, 2001, p. 9-86

CARDOSO, Mário de Sousa, *As muralhas de Santarém. Interpretação e enquadramento histórico-arqueológico*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 2001

CARMONA ÁVILA, Rafael, *Confirmación arqueológica del foso defensivo de época emiral del recinto amurallado de madinat Baguh (Priego de Córdoba): Informe de resultados de la I.A.U. de c/ Real, 11*, Antiquitas nº 14, Museu Histórico Municipal, Priego de Córdoba, 2002, p. 131-151

CARRERAS MONFORT, César, Britannia *and the imports of Baetican and Lusitanian amphorae*, Journal of Iberian Archaeology, vol. 0, ADECAP, Porto, 1998, p. 159-170

CARRETERO VAQUERO, Santiago e ROMERO CARNICERO, M. Victoria, *Castra Petavonium*, Arqueología Militar Romana en Europa, Actas, Junta de Castilla y León, Salamanca, 2005, p. 219-229

CARRILLO, José Ramón, HIDALGO, Rafael, MURILLO, Juan Francisco e VENTURA, Ángel, *Córdoba. De los orígenes a la Antigüedad Tardía*, Córdoba en la Historia, La Construcción de la Urbe, Actas, Ayuntamiento de Córdoba, Córdoba, 1999, p. 37-74

CARROLL, Maureen, *Spirits of the Dead: Roman Funerary Commemoration in Western Europe*, Oxford Studies in Ancient Documents, Oxford University Press, Oxford / New York, 2006

CARTER, John, *Civic and other buildings*, Roman Public Buildings, University of Exeter Press, Exeter, 1995, p. 31-65

CARVALHO, Pedro C., *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006

CARVALHO, Pedro Sobral, *Processo de demolição de dois edifícios, num local limitado, em um dos lados, pela Muralha Afonsina*, Relatório, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S –21410, 2004

CARVALHO, Pedro Sobral e VALINHO, Alexandre, *Arqueologia urbana em Viseu. Primeiros resultados*, Conimbriga XL, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, p. 37-64

CARVALHO, Pedro Sobral e CHENEY, António, *A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 727-745

CARVALHO, Rogério Pires, *Relatório de acompanhamento da instalação de infra-estruturas de saneamento básico (água e esgotos)*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, 7.2.4/17-5(1), 1988

CARVALHO, Teresa Pires e FORTUNA, Jorge, *Muralha romana descoberta no castelo de Gaia*, Al-Madan II Série, nº 9, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2000, p. 158-162

CARVALHO, Teresa Pires, *As ocupações no castelo de Gaia – Problemas de Arqueologia Urbana*, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I série, vol. 2, Universidade do Porto, Porto, 2003, p. 823-841

CASASECA, António, *Salamanca*, Sitios y conjuntos históricos de la provincia de Salamanca, Ediciones Diputación de Salamanca, Salamaca, 2002, p. 150-166

CASEAU, Béatrice, *Sacred Landscapes*, Interpreting Late Antiquity: Essays on the Postclassical World, Belknap Press, Harvard, 2001, p. 21-59

CASSANELLI, Luciana, DELFINI, Gabriella e FONTI, Daniela, Le *mura di Roma, L'architettura militare nella storia urbana*, Bulzoni Editore, Roma, 1974

CASTELLANOS, Santiago, *Obispos y murallas: patrocinio episcopal y defensa urbana en el contexto de las campañas de Atila en las Galias (a. 451 d.C.)*, Iberia 1, Universidad de La Rioja, Logroño, 1998, p. 167-174

CASTRO, João de, *As muralhas do Porto (Notícia Histórica)*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nº 5, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Porto, 1936

CASTRO, João de, *O castelo de Beja*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nº 77, Ministério das Obras Públicas, Porto, 1954

CASTRO VILLALBA, Antonio, *Historia de la construcción medieval. Aportaciones*, Quaderns d'Arquitectes, Edicions Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1996

CASTRO VILLALBA, António, *Historia de la construcción arquitectónica*, Aula d'Arquitectura 26, Edicions Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1999

CATALÁN, Diego e ANDRÉS, Mª Soledad, *Crónica del Moro Rasis*, Fuentes Cronísticas de la Historia de España III, Editorial Gredos, 1974

CATARINO, Helena, *Fortificações do período almóada no Sul de Portugal*, Arquitecturas de Terra, CCRC, Alliance Française e Museu Monográfico de Conimbriga, Conimbriga, 1992, p. 13 - 27

CATARINO, Helena, *Fortificações do período islâmico e a defesa marítima e fluvial no Algarve oriental*, O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e fronteira, Edições Colibri, Lisboa, 2002a, p. 119-141

CATARINO, Helena, *O Algarve Islâmico. Roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, s/l, 2002b

CATARINO, Helena, *A Herança Árabe na Sociedade e na Cultura do Algarve*, Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, s/l, 2002c, p. 129-142

CATARINO, Helena, *Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra*, Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII), Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, 2005, p. 195-214

CAUUET, Béatrice, *Apport de l'archéologie minière à l'étude de la mise en concessions des mines romaines aux IIe et IIIe siècles. L'exemple de Vipasca (Aljustrel, Portugal) et d'Alburnus Maior (Rosia Montana, Roumanie)*, V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones, Ministerio de Cultura, Cáceres, 2004, p. 33-60

CAVANEIRO, Jaquelina e HEITOR, António José Fernandes, *Um olhar através do passado (as moedas – testemunhas activas)*, Coimbra, Arquivo da Direcção Regional do IPPAR de Évora, processo 2. 00. 001. LOC 5, volume III, 1995

CAVADA, Enrico, *Complementi dell'abbigliamento maschile e* militaria *tardoantichi (fine IV-V secolo d.C.) nelle valli alpine centrorientali (bacini del Sarca e dell'Adige)*, Le fortificazioni del Garda e i sistemi di difesa dell'Italia settentrionale tra Tardo Antico e Alto Medievo, Società Archeologica Padana, Mantova, 1999, p. 93-108

CAVEDA, José, *Ensayo histórico sobre los diversos géneros de arquitectura empleados en España desde la dominación romana hasta nuestros dias*, Imprenta de D. Santiago Saunaque, Madrid, 1848

CEAN-BERMUDEZ, Juan Augustín, *Sumario de las Antigüedades Romanas que hay en España, en especial las pertenecientes a las Bellas Artes*, Imprenta de D. Miguel de Burgos, Madrid, 1832, reed. Biblioteca Valenciana, Valencia, 1987

CEPAS PALANCA, Adela, *Crisis y Continuidad en la Hispania del Siglo III*, Anejos de AespA XVII, CSIC, Madrid, 1997

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique, HERRERA, Gregorio, MOLANO BRÍAS, Juana, ALVARADO GONZALO, Manuel, CASTILLO CASTILLO, Jesús e HERNÁNDEZ LÓPEZ, Miguel, *Intervenciones arqueológicas en la antigua ciudad*

romana de Cápara (Caparra, Cáceres), I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990), Extremadura Arqueológica II, Junta de Extremadura / Universidad Autónoma de Madrid, Servicio de Publicaciones de la UAM, Madrid, 1991, p. 373-377

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique, *Ciudades y campos romanos. Hacía una síntesis arqueológica*, Actas do Seminário "O espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território", Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, 1992, p. 115-121

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique, *Cáparra: Historia y propuestas de futuro*, Vivir las ciudades históricas – Turismo, conservación y rehabilitación del patrimonio arquitectónico y artístico, Institución Cultural El Brocense, Cáceres, 1998, p. 99-117

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique, *Cáparra después de los Romanos (Historia de una despoblación)*, Norba 10, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1989-1990 (=1991), p. 109-129

CHASTAGNOL, André, *Les Espagnols dans l'aristocratie gouvernementale à l'époque de Théodose*, Les empereurs romains d'Espagne, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1965, p. 269-292

CHASTAGNOL, André, *Le Bas-Empire*, Armand Colin, Paris, 1969

CHOISY, Auguste, *L'art de bâtir chez les Romains*, Forni Editore, Bolonha, 1969

CHRISTIE, Neil, *Construction and deconstruction: reconstructing the late-roman townscape*, Towns in Decline, AD 100 - 1600, Ashgate, Aldershot / Vermont, 2000

CHRISTIE, Neil, *Urban remodelling and defensive strategy in Late Roman Italy*, Recent Research in Late-Antique Urbanism, Ed. Luke Lavan, Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series Number Forty-Two, Portsmouth – Rhode Island, 2001, 107-122

CINTRA, Luis Lindley, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do lenês e do galego-português do século XII*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Temas Portugueses, Lisboa, 1984

CITTER, Carlo, PAROLI, Lídia, PELLECUER, Christophe e PÉNE, Jean-Michel, *Commerci nel Mediterraneo occidentale nell'Alto Medioevo*, Early Medieval Towns in the Western Mediterranean, Società Archeologica Padana, Mantova, 1996, p. 121-142

COELHO, António Borges, Portugal na Espanha Árabe, vol. I, Seara Nova – Colecção Paralelos, Lisboa, 1972

COELHO, António Borges, Portugal na Espanha Árabe, vol. II, Seara Nova – Colecção Paralelos, Lisboa, 1975

COELHO, Catarina, *A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada*, Revista Portuguesa de Arqueologia volume 3, número 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa. 2000, p. 207-225

COELHO, José, *Beira Histórica, Arqueológica e Artística. Memórias de Viseu (Arredores). I. A freguesia do Salvador e o extinto concelho do Barreiro*, Viseu, 1941

COELHO, José, *Importância de Viseu na Época Romana, II. Viseu – Centro Importante na Época Romana (Crasto pré-romano de Viseu)*, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Imprensa Portuguesa, Porto, 1943

COELHO, José, *A Feira Franca de Viseu e o Infante D. Henrique*, Beira Alta s/n (separata com numeração própria), Tipografia Beira Alta, Viseu, 1960

COELHO, Possidónio M. Laranjo, *Terras de Odiana. Subsídios para a sua História Documentada. Medobriga – Aramenha – Marvão*, (fac-simile), Ibn Maruán nº 11, 2001, Câmara Municipal, Marvão, 2001

COLGRAVE, Bertram, *The two lives of Saint Cuthbert*, Cambridge University Press, Cambridge, 1940

COLLINS, Roger, *Breviary of Alaric*, Medieval Iberia: an encyclopedia (ed. E. Gerli), Routledge, New York / London, 2003, p. 182

COLLINS, Roger, *Visigothic Spain, 409 – 711*, Blackwell Publishing, Oxford, 2004

COLOGNESI, Luigi Capogrossi, *Persistenza e Innovazione nelle Strutture Territoriale dell'Italia Romana. L'Ambiguità di una Interpretazione Storiografica e dei suoi Modelli*, Jovene Editore, Napoli, 2002

CONNOLY, Peter, *The Roman Fort*, Oxford University Press, Oxford, 1998

CONSTABLE, Olivia Remie, *Medieval Iberia: Readings from Christian, Muslim and Jewish Sources*, The Middle Ages Series, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1997

CONSTABLE, Olivia Remie, *Muslim Merchants in Andalusī International Trade*, The Legacy of Muslim Spain, volume 2, Brill Academic Publishers, Leiden, 2000, p. 759-773

CONTAMINE, Philippe, *La Guerra en la Edad Media*, Nueva Clio, Editorial Labor, Barcelona, 1984

CORNELL, Tim e MATTHEWS, John, *Atlas of the Roman World*, Angus Books, London, 2006

CORPET, E.-F., *La Moselle d'Ausone, suivie de Mon Retour en Gaule, par Rutilius*, Antiqua 24, Imprimerie Paillart, Abbeville, 1931, p. 3-79

CORREIA, Alberto, *Viseu*, Editorial Presença, Lisboa, 1989

CORREIA, Fernando Branco, *Considerações sobre testemunhos e técnicas arquitectónicas do período muçulmano em monumentos militares portugueses*, Primeiro Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, Livro do Congresso, Património XXI – Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, Vila Viçosa / Lisboa, 1982, p. 83-87

CORREIA, Fernando Branco, *Fortificações Urbanas da Época Islâmica no Algarve*, Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, s/l, 2002, 80-90

CORREIA, Fernando Branco, *Notas em torno da muralha romana de Évora e da sua continuidade em fases posteriores*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 673-683

CORREIA, Maria Marta Gordilho, *Catálogo da cerâmica – Terra Sigillata das escavações na casa da rua de Burgos, 5 (Évora)*, Arquivo da Direcção Regional do IPPAR de Évora, processo 7. 10. 002 (3), volume I B, 1997

CORREIA, Susana, *Todo o sítio tem a sua História...*, Caminhos de futuro, Viver Beja, Programa Polis, Beja, 2005, p. 49-50 e 129-132

CORREIA, Vergílio, Conimbriga. *Notícias do "oppidum" e das escavações nele realizadas*, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1936

CORREIA, Vergílio, *Excavações em Conimbriga*, Obras, volume IV – Estudos Arqueológicos, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1972, p. 305-307

CORREIA, Vergílio e Gonçalves, A. Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal IV, Distrito de Coimbra*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1952

CORREIA, Virgílio Hipólito, *A Fortificação Primitiva de Évora (Cerca Velha)*, Trabalho prático de Arqueologia Medieval, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1982

CORREIA, Virgílio Hipólito, *O anfiteatro de Conimbriga. Notícia preliminar*, El Anfiteatro en la Hispania Romana, Coloquio Internacional, Junta de Extremadura, Mérida, 1994, p. 327-343

CORREIA, Virgílio Hipólito, *Nouvelles recherches à Conimbriga*, Itinéraires Lusitaniens, trente années de collaboration archéologique luso-française, Diffusion de Boccard, Paris, 1997, p. 36-48

CORREIA, Virgílio Hipólito, *Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conimbriga*, Jornadas de Cultura Hispano-portuguesa, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 1999, p. 12-27

CORREIA, Virgílio Hipólito, *Conimbriga, Casa atribuída a Cantaber, Trabalhos arqueológicos 1995-1998*, Conimbriga XL, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, p. 83-140

CORREIA, Virgílio Hipólito, *O futuro dos estudos arqueológicos em Conimbriga*, Perspectivas sobre Conimbriga, Âncora Editora, Conimbriga, 2004a, p. 49-79

CORREIA, Virgílio Hipólito, *Coexistência e Revolução: Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (Séc. I a.C. – III d. C.)*, O Passado em cena: narrativas e fragmentos, Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão, Centro de Estudos Arqueológicos das Univeridades de Coimbra e Porto, Coimbra / Porto, 2004b, p. 261-298

CORREIA, Virgílio Hipólito, DE MAN, Adriaan e PEREIRA, Rodrigo, *Dinâmicas urbanas e rurais nas Terras de Sicó: alguns estudos de caso para a elaboração de um projecto*, Simpósio Ibero-americano Património geológico, arqueológico e mineiro em regiões cársicas, SEDPGYM, Batalha, 2008, p. 231-237

CORREIA, Virgílio Hipólito e DE MAN, Adriaan, *Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território*, Colóquio Internacional Transformações da Paisagem. O impacto das cidades romanas no Mediterrâneo Ocidental, CIDEHUS, Universidade de Évora, 2008, no prelo

CORSI, Cristina e VERMEULEN, Frank, *Elementi per la ricostruzione del paesaggio urbano e suburbano della città romana di* Ammaia *in Lusitania*, Archeologia Aerea III, Roma, 2006, p. 13-30

CÔRTE-REAL, Artur, *Informação 48/86, Intervenção dos Monumentos Nacionais em Idanha-a-Velha, Dezembro de 1986*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, 7.2.4/17-5(1), 1986

CÔRTE-REAL, Artur, Informação interna do IPPC, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, 7.2.4/17-5(1), 1989

CÔRTE-REAL, Artur, *Informação 789/DRC/DOCR/98, "Projecto de Estudo, Recuperação e Valorização Patrimonial de Idanha-a-Velha"*, Relatório Preliminar, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, 7.2.4/17-5(1), 1998

CÔRTE-REAL, Artur e MADEIRA, José Luís, *Idanha-a-Velha*, Instituto Português do Património Cultural, Serviço de Arqueologia da Região Centro, Coimbra, 1998

COSME, Susana Maria Rodrigues, *Entre o Côa e o Águeda. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2002

COSTA, Alexandre Alves, *Reconstrução da porta Norte de Idanha-a-Velha e arranjo da envolvente. Memória descritiva e justificativa*, anexo, IPA 7.2.4/17-5 (1) Ruínas de Idanha-a-Velha: Estudo, salvaguarda e valorização do património, conc. Idanha-a-Nova, vol. 6, Lisboa, 1995

COSTA, Alexandre, SEABRA, Clara e NUNES, Sara, *O que nos diz a História*, 1755 – Terramoto no Algarve, Centro Ciência Viva no Algarve, Faro, 2005, p. 13-152

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza*, Tomo Segundo, Segunda Edição, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, Braga, 1868

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza*, Tomo Terceiro, Segunda Edição, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, Braga, 1869

COSTA, José Marques, *Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos na cidade de Setúbal*, Câmara Municipal, Setúbal, 1960

COTTART, Nicole e DE MAN, Adriaan, *Um grafito islâmico em cerâmica comum de Conimbriga*, no prelo

COTTERILL, John, *Saxon Raiding and the Role of the Late Roman Coastal Forts of Britain*, Britannia 24, Society for the Promotion of Roman Studies, London, 1993, p. 227-239

COULSTON, Jonathan C. L., *Arms and Armour*, The Oxford Companion to Classical Civilization, Oxford University Press, Oxford / New York, 2004, p. 76-78

COUTINHO, Valdemar, *Castelos, fortalezas e torres da região do Algarve*, Algarve em Foco Editora, Faro, 1997

CRESSIER, Patrice, *El acarreo de obras antiguas en la arquitectura islámica de primera época*, La islamización de la Extremadura romana, Cuadernos Emeritenses 17, Museo Nacional de Arte Romano / Fundación de Estudios Romanos, Mérida, 2001, p. 309-334

CRISTÓVÃO, José, *A aldeia histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma visita*, Câmara Municipal, Idanha-a-Nova, 2001

CRISTÓVÃO, José, *As muralhas romanas de Idanha-a-Velha*, tese de mestrado policopiada, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002

CROMWELL, Richard, *The Rise and Decline of the Late Roman Field Army*, White Mane Publishing Company, Inc., Shippensburg, 1998

CROOM, Alexandra T., *The reconstruction of Roman military buildings,* Arqueología Militar Romana en Europa. Actas, Universidad SEK, Segovia, 2005, p. 131-136

CROUCH, Dora P., *Geology and Settlement: Greco-Roman Patterns*, Oxford University Press, Oxford / New York, 2004

CRUMMY, Philip, *Metrological analysis of Roman fortresses and towns in Britain*, "Roman Towns: The Wheeler Inheritance – A Review of 50 Years' Research", The Council for British Archaeology, York, 1993, p. 111-122

CUMONT, Franz, *Fouilles de Doura-Europos, 1922-1923*, Haut-Commisariat de la République Française en Syrie et au Lyban, Service des Antiquités et des Beaux Arts, Bibliothèque Archéologique et Historique, Paul Geuthner, Paris, 1926

CURADO GARCÍA, Blas, *La peste en Mérdia visigoda*, Empresa 92, nº 7, Asociación Cultural Empresa 92, Mérida, 1998

CURIEL ESPARZA, Jorge, CANTÓ PERELLÓ, Julián e CALVO PEÑA, María Asunción, *Las ordenanzas municipales en la Edad Media*, Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la construcción, Sociedad Española de Historia de la Construcción, Universidad de A Coruña, Madrid, 1998, p. 107-109

CUSTÓDIO, Jorge, *O Tejo e Santarém*, De *Scallabis* a Santarém, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 11-28

D'ANSELMO, Marcello, *Las estructuras y los materiales de los cercos de murallas*, Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la construcción, Sociedad Española de Historia de la Construcción, Universidad de A Coruña, Madrid, 1998, p.111-117

D' ORS, A., HERNÁNDEZ-TEJERO, F., FUENTESECA, P., GARCÍA-GARRIDO, M. e BURILLO, J., *El Digesto de Justiniano*, Editorial Aranzadi, Pamplona, 1975

DAVEAU, Suzanne, *Portugal Geográfico*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1995

DAVEY, Norman, *A History of Building Materials*, Phoenix House, London, 1965

DE COULANGES, Fustel, *A Cidade Antiga*, Clássica Editora, Porto, 1988

DE MAN, Adriaan, *Aspectos de Conimbriga tardo-antiga*, Biblos vol. 2, Nova Série II, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004a, p. 505-518

DE MAN, Adriaan, *Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense*, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 7, n. 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004b, p. 459-471

DE MAN, Adriaan, *Sobre a cristianização de um* forum, Al-Madan nº 13, II Série, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2005a, p. VI 1-4

DE MAN, Adriaan, *Braun, Hoefnagel e as muralhas da cidade de Coimbra*, Arquivo Coimbrão vol. XXXVIII, Câmara Muncipal, Coimbra, 2005b, p. 7-18

DE MAN, Adriaan, *As defesas urbanas tardias, entre Vegécio e Maurício*, Boletim de Estudos Clássicos 43, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Coimbra, 2005c, p. 105-115

DE MAN, Adriaan, *Conimbriga do Baixo Império à Idade Média*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006a

DE MAN, Adriaan, *Vegécio, Tratado de Ciência Militar*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006b

DE MAN, Adriaan, *Transformação metalúrgica na Casa de Cantaber*, III Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu, SEDPGYM / IPPAR, Porto, 2006c, p. 129-140

DE MAN, Adriaan, *Late Urban Defences of the Lower Mondego: the cases of Aeminium* and *Conimbriga*, 20th International Congress of Roman Frontier Studies, Universidad de León, 2006d, no prelo

DE MAN, Adriaan, *Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conimbriga*, Portvgalia 27-28, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2006-2007, p. 59-67

DE MAN, Adriaan, *A muralha tardia de Conimbriga*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, Lugo, 2007a, p. 699-712

DE MAN, Adriaan, *Noções de assimetria informativa na derrota de Varo (9 d. C.)*, Revista Militar nº 2470, Lisboa, 2007b, p. 1261-1273

DE MAN, Adriaan, *The Late Urban Fort of the Bico da Muralha, Conimbriga (Portugal)*, Mediterranean Archaeology & Archaeometry, vol. 7, n. 1, University of the Aegean, Rhodes, 2007c, p. 3-14

DE MAN, Adriaan, *Três muralhas urbanas e alguns dos seus problemas*, Al-Madan 15, II Série, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007d, p. 68-74

DE MAN, Adriaan, *Os materiais, as muralhas e as suas interpretações: estratégia baixo-imperial e modelo autarcista no Norte da Lusitânia*, I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba, Férvedes nº 5, Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba, Vilalba, 2008a, p. 427-430

DE MAN, Adriaan, *Defesa, combate e objectivos imperiais na Hispânia tardia*, A Guerra na Antiguidade III, Centro de História, Universidade de Lisboa, Caleidoscópio, Lisboa, 2008b, no prelo

DE MAN, Adriaan, *Acerca da cerâmica tardia, numa relação com os seus circuitos e contextos*, Conimbriga Medieval, La ocupación postromana de la *domus* de *Tancinus* (Conimbriga, Condeixa-a-Velha, Portugal), Excavaciones Arqueológicas 2004-2007, British Archaeological Reports, International Series 10186, Archaeopress, 2008c, no prelo

DE MAN, Adriaan e SOARES, António Monge, *Caracterização e datação pelo radiocarbono de horizontes tardios de Conimbriga*, IV Simpósio Internacional de Arqueología de Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida, 2005, no prelo

DE MAN, Adriaan e SOARES, António Monge, *A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga*, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 10, n. 2, IGESPAR, Lisboa, 2007, p. 285-294

DE MAN, Adriaan e SOARES, António Monge, *Elementos para uma definição dos horizontes tardios*, Conimbriga Medieval, La ocupación postromana de la *domus* de *Tancinus* (Conimbriga, Condeixa-a-Velha, Portugal), Excavaciones Arqueológicas 2004-2007, British Archaeological Reports, International Series 10186, Archaeopress 2008, no prelo

DE MAN, Adriaan, MARTINS, José e SOARES, António Monge, *A datação pelo radiocarbono de contextos funerários da denominada basílica paleocristã de Conimbriga*, Arqueologia Medieval, no prelo

DE MARCHI, Marina, *Insediamenti longobardi e castelli tardoantichi tra Ticino e Mincio*, Le Fortificazioni del Garda e i Sistemi di Difesa dell'Italia Settentionale tra tardoantico eAlto Medioevo, Società Archeologica Padana, Mantova, 1999, p. 109-136

DECKER, M., *Towers, Refuges, and Fortified Farms in the Late Roman East*, Liber Annuus LVI, Faculty of Biblical Science and Archaeology, Jerusalem, 2006, p. 499-520

DEICHMANN, Friedrich Wilhelm, *Studien zur Architektur Konstantinopels im 5. und 6. Jahrhundert nach Christus*, Deutsche Beiträge zur Altertumswissenschaft, Bruno Grimm, Baden-Baden, 1956

DEICHMANN, Friedrich Wilhelm, *Die Spolien in der spätantiken Architektur*, Bayerische Akademie der Wissenschaften, München, 1975

DEL AMO, Mariano, *Estudio preliminar sobre la romanización en el término de Medellín*, Noticiario Arqueológico Hispánico 2, 1973, p. 56-131

DEL AMO, Mariano, *El teatro romano de Medellín, Badajoz*, El Teatro en la Hispania Romana, Badajoz, 1982, p. 317-324

DEL HOYO, Javier e VÁZQUEZ HOYS, Ana María, *Clasificación funcional y formal de amuletos fálicos en Hispania*, Espacio, Tiempo y Forma, Série II, Historia Antigua 9, UNED, Madrid, 1996, p. 441-466

DELBRÜCK, Hans, *The Barbarian Invasions*, History of the Art of War, volume II, University of Nebraska Press, Lincoln / London, 1990

DELEHAYE, Hippolyte, *The Legends of the Saints: An Introduction to Hagiography*, University of Notre Dame Press, Notre Dame, 1961

DELGADO, Manuela, *Cerâmicas Romanas Tardias de Mértola originárias do Médio Oriente*, Arqueologia Medieval 1, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, p. 125-133

DELGADO, Manuela, MAYET, Françoise e ALARCÃO, Adília, *Les Sigillées Claires*, Fouilles de Conimbriga IV – Les Sigillées, Diffusion de Boccard, Paris, 1975, p. 247-291

DELLA SIEGA, Arnault, *Le logement des gens de guerre à Angers au XVIIIe siècle*, Histoire Socioculturelle des Armées (II), Cahiers du Centre d'Études d'Histoire de la Défense nº 19, Ministère de la Défense, Paris, 2002, p. 24-42

DEMAN, A., *Réflexions sur la navigation fluviale dans l'Antiquité romaine*, Histoire Economique de l'Antiquité, Séminaire de numismatique Marcel Hoc, Louvain-la-Neuve, 1987, p. 79-106

DENIS, Henri, *História do Pensamento Económico*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000

DENNIS, George, *Maurice's Strategikon, Handbook of Byzantine Military Strategy*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1984

DIAS, Vítor Manuel da Silva, *A cerâmica comum romana da casa da porta sul de Idanha-a-Velha*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002

DIAS, Maria Manuela Alves, *Epigrafia Romana*, Construindo a Memória, As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, 2005, p. 220-233

DÍAS MARTOS, Arturo, *Las murallas de Coria: Topografía de la ciudad*, Revista de Estudios Extremeños, tomo XII, Badajoz, 1956, 263-295

DÍAZ, Pablo C. e MENÉNDEZ-BUEYES, Luis R., *The Cantabrian Basin in the fourth and fifth centuries: from imperial province to periphery*, Hispania in Late Antiquity, Current Perspectives, Brill, Leiden, 2005, p. 265-298

DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura, *Ânforas e sigillatas tardias (claras, foceenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa*, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 2, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 1999, p. 83-96

DOMERGUE, Claude, *Introduction à l'étude des mines d'or du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Legio VII Gemina, Diputación Provincial, León,1970, p. 253-286

DOMINGUES, José Garcia, *Beja na época árabe*, Arquivo de Beja, vol. II, 2ª Série, Câmara Municipal de Beja, Beja, 1983, p. 21-31

DOMINGUES, José Garcia, *Ossónoba na época árabe*, Anais do Município de Faro (sep.), Câmara Municipal de Faro, Faro, 1972

DOMINGUES, José Garcia, *Portugal e o al-Andalus*, Hugin, Lisboa, 1997

DRINKWATER, J. F., *Urbanization in Italy and the Western Empire*, The Roman World, John Wacher (ed.), Routledge, London / New York, p. 345-387

DOMÍNGUEZ BOLAÑOS, Alonso e NUÑO GONZÁLEZ, Jaime, *Reflexiones sobre sistemas defensivos tardoantiguos en la Cuenca del Duero. A propósito de la muralla de El Cristo de San Esteban, Muelas del Pan (Zamora)*, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 2, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 435-450

DONALDSON, T. L., *Ancient Architecture on Greek and Roman Coins and Medals*, Argonaut Publishers, Chicago, 1966

DOZY, Reinhart, *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne pendant le Moyen Âge, Tome Premier*, Oriental Press, Amsterdam, 1965

DUARTE, Ana Luísa e AMARO, Clementino, *Casa dos Bicos – A Cidade e a Arqueologia*, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), Trabalhos de Arqueologia 3, IPPC, Lisboa, 1986, p. 143-154

DUARTE, Berta, *Coimbra, cidade muralhada*, Arquivo Coimbrão XXXVIII, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 2005, p. 93-108

DUPUIS, Xavier, *Constructions publiques et vie municipale en Afrique de 244 à 276*, Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité, volume 104, numéro 1, École Française de Rome, Rome, 1992, p. 233-280

DURÁN CABELLO, Rosalía-María, *La última etapa del teatro romano de Mérida – La* uersura *oriental y los sellos latericios*, Cuadernos Emeritenses 14, Museo Nacional de Arte Romano / Fundación de Estudios Romanos, Mérida, 1998

DURÁN CABELLO, Rosalía-María, *El teatro y el anfiteatro de Augusta Emerita. Contribución al conocimiento histórico de la capital de Lusitania*, BAR International Series 1207, Archaeopress, Oxford, 2004

ECHOLS, Edward, *The Roman City Police: Origin and Development*, The Classical Journal Vol. 53, No. 8, The Classical Association of the Middle West and South, s/l, 1958, p. 377-385

EGIDI, Paolo, *Codice diplomatico dei Saraceni di Lucera*, L. Pierro & Figlio, Napoli, 1917

EIKMEIER, Dale C., *Center of Gravity Analysis*, Military Review, July-August, Combined Arms Center, Fort Leavenworth, 2004, p. 2-5

ELBOUDJAY, Abdelatif, *La muraille califale de la* Qasba *de Tanger*, Caetaria 3, Museo Municipal, Ayuntamento de Algeciras, Algeciras, 2000, p. 151-162

ELEPERK, Augusto Butler, *Synopsis de todas as Ruas, Praças, Travessas, Becos, Igrejas, Conventos, Edifícios mais notáveis e algumas antiguidades da Cidade d'Évora com a extensão das Ruas em passos comuns, origem d'alguns nomes das mesmas, e outras particularidades históricas*, A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal, nº 61 – 62, Évora, 1978 – 79, p. 199 - 274

ELTON, Hugh, *Warfare in Roman Europe*, Oxford Classical Monographs, Clarendon Press, Oxford, 1997

EMILIANO, António, *Índice cronológico dos documentos notariais do Livro dos Testamentos do Lorvão (*Liber Testamentorvm de Cenobii Lavrbanensi*) dos sécs. IX-X (877-998)*, Origens do Português: digitalização, edição e estudo linguístico de documentos dos séculos IX-X, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007

ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do* Conventus Pacensis, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1984

ENCARNAÇÃO, José d', *Reflexões sobre a Epigrafia Romana de Ossonoba*, Anais do Município de Faro XV, Faro, 1986, p. 1-10

ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1984

ENCARNAÇÃO, José d' e AFONSO, Patrícia, *Catálogo*, Caminhos do Algarve Romano, Museu Municipal de Faro, 2005, p. 43-87

ERASUN CORTÉS, Ricardo e FAURE, Francisco Monteiro, *Acompanhamento Arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3, fracção A (Évora), Relatório Preliminar*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 13490, 2000

ERIKSEN, Thomas Hylland, *Small Places, Large Issues, An Introduction to Social and Cultural Anthropology*, Pluto Press, London, 2001

ERRINGTON, R. Malcolm, *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*, Studies in the History of Greece and Rome, The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2006

ESMONDE-CLEARY, A. Simon, *The Ending of Roman Britain*, Routledge, London, 2000

ESMONDE-CLEARY, A. Simon, *Fortificación urbana en la Britannia romana: ¿Defensa militar o monumento cívico?*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 153-165

ESPADA BELMONTE, José António, *La obra de rehabilitación del entorno de la "Puerta de la Ciudad" del recinto amurallado de Coria*, relatório interno, Ayuntamiento de Coria, Coria, s/d

ESPADA BELMONTE, José António, *Forma Urbis*, Arentia, Coria, 2007

ESPANCA, Túlio, *Fortificações e Alcaidarias de Évora*, A Cidade de Évora, Boletim da Câmara Municipal nº 9-10, Ano III, Évora, 1945, p. 41-90

ESPANCA, Túlio, *Miscelânea Histórico-Artística (5ª Série)*, A Cidade de Évora, Boletim da Comissão Municipal de Turismo nº 33-34, Évora, 1953, p. 389 - 458

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal VII, Concelho de Évora*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1966

ESPANCA, Túlio, *Évora. Arte e História*, Câmara Municipal, Évora, 1980

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Beja – concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira*, vol. I, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1992

ESPINOSA, Urbano, *La ciudad en el Valle del Ebro durante la Antigüedad Tardía*, VII Semana de Estudios Medievales, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, 1997, p. 37-49

ESPOSITO, Daniela, *Tecniche construttive murarie medievali, Murature "a tufelli" in area romana*, "L'Erma" di Bretschneider, Roma, 1997

ÉTIENNE, Robert, Extra Portam Trigeminam*: Espace politique et espace économique à l'*emporium *de Rome*, L'urbs, espace urbain et histoire, Ier siècle avant J.-C. – IIIe siècle après J.-C., Collection de l'École Française de Rome 98, Paris – Roma, 1987, p. 235-249

ÉTIENNE, Robert, FABRE, LÉVÊQUE, Pierre e LÉVÊQUE, Monique, *Fouilles de Conimbriga II, Épigraphie et Sculpture*, Diffusion De Boccard, Paris, 1976

ÉTIENNE, Robert e MAYET, Françoise, *L'Huile Hispanique*, Diffusion E. de Boccard, Paris, 2004

FABIÃO, Carlos, *O monumento romano da Rua da Prata*, Lisboa Subterrânea, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Lisboa, 1994, p. 67-69

FABIÃO, Carlos, *O comércio dos produtos da Lusitânia transportados em ânforas no Baixo Império*, Ocupação Romana dos Estuários do tejo e do Sado, Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996, p. 329-342

FABIÃO, Carlos, *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998

FABIÃO, Carlos, *Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação*, Congreso Internacional *Figlinae Baeticae*. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.), Universidad de Cádiz, Servicio de Publicaciones, Cádiz, 2004, p. 379-410

FABIÃO, Carlos, *Arqueologia militar romana da Lusitania: textos e evidências materiais*, Arqueología Militar Romana en Europa, Actas, Junta de Castilla y León, Salamanca, 2005, p. 53-73

FABIÃO, Carlos, *The Roman army in Portugal*, The Roman army in Hispania: an archaeological guide, University of León, León, 2006a, p. 107-126 (MUDAR PARA 2006a AO LONGO DO TEXTO)

FABIÃO, Carlos, *A Herança Romana em Portugal*, Correios de Portugal, Lisboa, 2006b

FARIA, João Lázaro, *Acompanhamento Arqueológico ao Arranjo dos Espaços Exteriores às Muralhas de Évora, entre as portas do Raimundo e as de Alconchel*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 4845, 2004

FAULKNER, Neil, *Rome, Empire of the Eagles*, Pearson Education Limited, Harlow, 2008

FEHRING, Günter, *Former Roman Towns and New Foundations in Central Europe*, Early Medieval Towns in the Western Mediterranean, Società Archeologica Padana, Mantova, 1996, p. 155-174

FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago, *Generación y transformación del espacio urbano romano de* Augusta Emerita *al exterior de la muralla*, Mérida – Excavaciones Arqueológicas 1998, Memoria 4, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, Mérida, 2000, p. 571-581

FENTRESS, Elisabeth, *Cosa in the Empire: the unmaking of a Roman town*, Journal of Roman Archaeology, vol. 7, Cushing-Malloy, Michigan, 1994, p. 209-222

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *O castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Lisboa, 2004

FERNANDES, Lídia, *Teatro Romano de Lisboa: Novos Elementos para a sua História no Período Medieval*, Actas das V Jornadas Arqueológicas, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, p. 239-241

FERNANDES, Lídia, *Elementos Arquitectónicos de Época Romana da Casa dos Bicos – Lisboa*, Conimbriga XXXVIII, Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1999, p. 113-135

FERNANDES, Lídia, *Capitéis Romanos da Igreja de St^a^ Maria de Alcáçova em Santarém*, Portugalia, Nova Série, XXIV, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Universidade do Porto, Porto, 2003, p. 65-80

FERNANDES, Lídia, *Teatro romano de Lisboa. Os caminhos da descoberta e os percursos de investigação arqueológica*, Al-Madan II Série, nº 15, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. 28-39

FERNANDES, Luís da Silva, FERREIRA, Maria do Céu, OSÓRIO, Marcos e PERESTRELO, Manuel Sabino, Vicus *e* castellum *na* Provincia Lusitania. *Notas epigráficas e arqueológicas*, Conimbriga XLV, Instituto de Arqueologia, Coimbra, 2006, p. 165-198

FERNANDES, Manuel, *Mecânica dos Solos*, II volume, FEUP, Porto, 1995

FERNANDES, Paulo Almeida, *Visigótico ou Moçárabe? O núcleo da Alta Idade Média*, Construindo a Memória, As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, 2005, p. 264-293

FERNANDES, Teresa Matos e CORREIA, Virgílio, *Pousada dos Loios*, Informação Arqueológica 9, IPPAR, Lisboa, 1994, p. 112

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, *Gijón en el Bajo Imperio: La evidencia arqueológica*, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 2, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 451-464

FERNÁNDEZ OCHOA, C., GARCÍA ENTERO, V., GIL SENDINO, F., VALENCIANO, C. e GARCÍA LÓPEZ, D., *Nueva intervención en los entornos de la puerta de la muralla romana de Gijón (Calle Recoletas nº 10)*, "Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VIII, ADECAP, Porto, 2000, p. 95-107

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen e MORILLO CERDÁN, Ángel, *Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (primera parte)*, CuPAUAM 18, Madrid, 1991, p. 227-259

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen e MORILLO CERDÁN, Ángel, *Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (segunda parte)*, CuPAUAM 19, Madrid, 1992, p. 319-360

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen e MORILLO CERDÁN, Ángel, *Entre el prestígio y la defensa: la problemática estratégico-defensiva de las murallas tardorromanas en* Hispania, Anejos de Gladius 5, Ediciones Polifemo, CSIC, Madrid, 2002, p. 577-589

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen e MORILLO CERDÁN, Ángel, *Walls in the urban landscape of late Roman Spain: defense and imperial strategy*, Hispania in Late Antiquity, Current Perspectives, Brill, Leiden, 2005, p. 299-340

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen e MORILLO CERDÁN, Ángel, *The Army and the Urban Walls in Late Roman Spain: Defense and Strategy*, The Roman army in Hispania: an archaeological guide, University of León, León, 2006a, p. 189-209

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen e MORILLO CERDÁN, Ángel, *Las puertas de las murallas urbanas en la Hispania tardorromana*, Stadttore. Bautyp und Kunstform, Iberia Archaeologica Band 8, Deutsches Archäologisches Institut - Madrid, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 2006b, p. 253-274

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen, MORILLO CERDÁN, Ángel e LÓPEZ QUIROGA, Jorge, *La dinámica urbana de las ciudades de la fachada noratlántica y del cuadrante noroeste de* Hispania *durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía (siglos III-VII d.C.)*, VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Les Ciutats Tardoantigues d'*Hispania*: Cristianització i Topografia, Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 2005, p. 95-119

FERNÁNDEZ Y PÉREZ, Gregorio, *Historia de las Antigüedades de Mérida*, Plano y Corchero, Mérida, 1893

FERONHA, José Luís, *Arqueologia: Cetóbriga renasce em local inesperado. Setúbal esconde cidade romana*, Correio da Manhã, 10 de Abril, 2008

FERREIRA, Manuela Almeida, *Vidro arqueológico da Casa Gouveia (Évora): do vidro romano ao vidro industrial*, Lousã, Arquivo da Direcção Regional do IPPAR de Évora, processo 7. 10. 002 (3), volume I B, 1998

FERREIRA, Pedro Augusto e LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno, Diccionário Geographico, Estatisitico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal, de Grande Número de Aldeias*, vol. 12, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1890

FERREIRO, Alberto, *The Visigoths: Studies in Culture and Society*, Brill, Leiden, 1999

FERRILL, Arther, *The Fall of the Roman Empire*, Thames and Hudson, London, 1986

FICHTL, Stéphane, *Des capitales de cités gauloises aux chef-lieux de province : le cas de Reims-Durocortorum*, *Simulacra Romae*: Roma y las capitales provinciales del Occidente europeo. Estudios arqueológicos, Alicante, 2007, 295-306

FILIPE, Sónia, *Arqueologia urbana em Coimbra: um testemunho na Reitoria da Universidade*, Conimbriga XLV, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, p. 337-357

FILIPE, Victor e CALADO, Marco, *Ocupação romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama. Evidências de estruturas termais junto da porta nascente de* Olisipo, Al-Madan II Série, nº 15, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. IX – 1-10

FINCH, James Kip, *Engineering and Western Civilization*, McGraw-Hill, New York, 1951

FLEURY, Philippe, *Vitruve, De l'Architecture*, Les Belles Lettres, Paris, 1990

FLORIANO, Antonio, *Las necrópolis de Mérida*, Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos - Homenaje a Mélida, vol. III, Madrid, 1935, p. 373-378

FLORIANO, Antonio, *Guia historico-artistica de Cáceres*, Colección de Estudios Extremeños, Diputación Provincial de Cáceres, Cáceres, 1952

FONTAINE, Jacques, *L'Art Préroman Hispanique*, La Nuit des Temps 38, Zodiaque, Yonne, 1973

FONTAINE, Paul, *Véies. Les remparts et la porte de la Piazza d'Armi*, Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité, volume 105, numéro 1, École Française de Rome, Rome, 1993, p. 221 - 239

FONTE, João Mário Martins da, *O "Padrão dos Povos" de* Aquae Flaviae, Al-Madan, II Série, nº 14, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2006, p. VI.1-VI.7

FORBES, R. J., *Studies in Ancient Technology*, volume VII, E. J. Brill, Leiden, 1966

FRANCO, Mário Lyster, *Achado arqueológico na Horta dos Fumeiros, em Faro*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 4093, Faro, 1967

FRANCO, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa, *"Riscos das Obras da Universidade de Coimbra", O valioso álbum da reforma pombalina*, Publicação do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra, 1983

FREDJ, Claire, *L'utilisation de l'Histoire militaire antique par les auteurs militaires du XVIIIe siècle*, L'utilité de l'Histoire militaire pour les militaires, Cahiers du Centre d'Études d'Histoire de la Défense nº 16, Ministère de la Défense, Paris, 2000, p. 7-19

FREITAS, Eugénio Eduardo Andreia da Cunha e, *Convento dos Lóios, Évora*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nº 119, Ministério das Obras Públicas, Porto, 1965

FRÉZOULS, Edmond, *Rome ville ouverte, Réflexions sur les problèmes de l' expansion urbaine d'Auguste à Aurelien*, L'urbs, espace urbain et histoire, Ier siècle avant J.-C. – IIIe siècle après J.-C., Collection de l'École Française de Rome 98, Paris – Roma, 1987, p. 373-392

FRIEDEN, Jeffry A., *Global Capitalism. Its Fall and Rise in the Twentieth Century*, W. W. Norton & Company, New York / London, 2006

FROIDEVAUX, Yves-Marie, *Techniques de l'Architecture Ancienne, Construction et Restauration*, Pierre Mardaga Éditeur, Liège, 1986

FUCHS, Günter, *Architekturdarstellungen auf römischen Münzen der Republik und der frühen Kaiserzeit*, Walter de Gruyter & Co., Berlin, 1969

FUENTES, A. e URBINA, A., *El hábitat amurallado del Cerro del Castillo (Bernardos, Segovia). Nuevas aportaciones arqueológicas a un lugar defendido entre la Tardoantigüedad y la Conquista Cristiana*, IV Encuentro Internacional Hispania en la Antigüedad Tardía: «¿Estrategias de Defensa? Guerra y rebelión en la Antigüedad Tardía» (texto não editado), Alcalá de Henares, 1999, p. 1-10

FUENTES DOMÍNGUEZ, Ángel, *Las ciudades romanas de la Meseta sur*, La ciudad hispanorromana, Àmbit Servicios Editoriales, Barcelona, 1993, p. 160-189

GABUCCI, Ada, *Rome*, University of California Press, Berkeley, 2005

GALINIÉ, Henri, *Les cités entre Antiquité et Moyen Âge*, Les Dossiers d'Archéologie 314, Editions Faton, Dijon, 2006, p. 102-107

GALLARDO CARRILLO, Juan, GARCÍA CANO, José Miguel e MARTÍNEZ LÓPEZ, José António, *Qalaat Salah al-Din. El castillo de Saladino*, Revista de Arqueología nº 220, Zugarto Ediciones, Madrid, 1999, p. 42-49

GALLEGO ROCA, Javier, *Arqueología y Arquitectura: de las estratigrafías de la fábrica de ladrillo a la reintegración de la imagen*, Arquitectura y Arqueología Medieval, Nakla – Colección de Arqueología y Património, Grupo de Investigación Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada, Granada, 2001, p. 91-109

GAMA, Elisabete, *Casa dos Bicos*, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Cultura, Lisboa. 2005

GAMITO, Teresa Júdice, *Relatório – Escavações efectuadas na área do prédio da futura sede da Polícia Judiciária de Faro*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S– 10916, faro, 1988

GAMITO, Teresa Júdice, *As escudelas medievais de Faro. Sua função e áreas de distribuição*, A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, p. 361-364

GAMITO, Teresa Júdice, *Cemitério romano do século II / III – Faro, Rua das Alcaçarias*, Conimbriga 31, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992, p. 99-118

GAMITO, Teresa Júdice, *As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo*, Miscellanea em Homensagem ao Professor Bairrão Oleiro, Edições Colibri, Lisboa, 1996, p. 259-268

GAMITO, Teresa Júdice, *A cidade de* Ossonoba *e o seu território envolvente*, Noventa Séculos entre a Serra e o Mar, IPPAR, Lisboa, 1997, p. 343-359

GÁRATE CÓRDOBA, José María, *Espiritu y milicia en la España Medieval*, Publicaciones Españolas, Madrid, 1967

GARCIA, José Manuel, *Em torno de Scallabis*, Santarém – A Cidade e os Homens, Junta Distrital de Santarém, Santarém, 1977, p. 67-81

GARCÍA AGUINAGA, J. L. e VALLALTA MARTÍNEZ, M. P., *Fortificaciones y puerta de Begastri*, Begastri, Imagen y problemas de su Historia, Antigüedad y Cristianismo, Universidad de Murcia, Murcia, 1984, p. 53-61

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio, *Del caracter militar activo de las colonias romanas de la Lusitania y regiones immediatas*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, volume de homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1959, p. 299-304

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio, *Excavaciones en Augustobriga (Talavera la Vieja, Cáceres)*, Noticiario Arqueológico Hispánico V, Madrid, 1962, p. 235-237

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio, *Retratos romanos hallados en las murallas de Barcelona*, Archivo Español de Arqueología 38, nº 111-112, CSIC, Madrid, 1965, p. 55-74

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio, *El recinto mural romano de Évora – Liberalitas Ivlia* Conimbriga X, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1971, p. 85-92

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio, *Arte Romano*, Enciclopedia Clásica nº 1, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1972

GARCÍA GARRIDO, Manuel J., *Derecho Privado Romano, I. Instituciones*, Dykinson, Madrid, 1985

GARCÍA GARRIDO, Manuel J., *El Comercio, los Negocios y las Finanzas en el Mundo Romano*, Fundación de Estudios Romanos, Madrid, 2001

GARCÍA HERRERO, Gregorio, *La reordenación conceptual del territorio en la* Historia Wambae *de Julián de Toledo*, Alebus nº 6, Museu Arqueológico Municipal, Elda, 1996, p. 95-112

GARCÍA HERRERO, Gregorio e SÁNCHEZ FERRA, A. J., *Iberos, Romanos, Godos y Bizantinos: el marco historico de Begastri*, Begastri, Imagen y problemas de su Historia, Antigüedad y Cristianismo, Universidad de Murcia, Murcia, 1984, p. 23-29

GARCÍA MARCOS, Victorino, MORILLO CERDÁN, Angel e CAMPOMANES, Emilio, *Nuevos planteamientos sobre la cronología del recinto defensivo de Asturica Augusta (Astorga, León)*, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 2, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 515-531

GARCÍA MARCOS, Victorino, *Los campamentos de de las legiones* VI Victrix *y* VII Gemina *en León*, Arqueología Militar Romana en Europa. Actas, Universidad SEK, Segovia, 2005, p.167-195

GARCÍA MARTÍNEZ, M.ª Remedios, *Germania Romana. Las estructuras sociales*, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1999

GARCÍA MORENO, Luis, *Las transformaciones de la topografía de las ciudades en* Lusitania *en la Antigüedad Tardía*, Revista de Estudios Extremeños XLII, 1, Diputación Provincial, Badajoz, 1986, p. 97-110

GARCÍA MORENO, Luis, *Historia de España Visigoda*, Cátedra, Madrid, 1989

GARCÍA MORENO, Luis, *La monarquía visigoda y la Iglesia en Levante*, Alebus nº 6, Museu Arqueológico Municipal, Elda, 1996, p. 7-30

GARCÍA MORENO, Luis, *Asentamientos militares tarorromanos en las Espanãs*, Anejos de Gladius 5, CSIC – Ediciones Polifemo, Madrid, 2002, p. 625-636

GARCÍA MORENO, Luis, *La Iglesia y el Cristianismo en la Gallaecia de época sueva*, Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía, Antigüedad y Cristianismo XXIII, Universidad de Murcia, Murcia, 2006, p. 36-55

GARCÍA SANDOVAL, Eugenio, *Informe sobre las casas romanas de Mérida y excavaciones en la "Casa del Anfiteatro"*, Excavaciones Arqueologicas en España 49, Ministerio de Educación Nacional, Madrid, 1966

GASPAR, Alexandra e GOMES, Ana, *As muralhas de* Olisipo – *o troço jonto ao Tejo*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 687-697

GASPARRI, Stefano, *La frontiera in Italia (sec. VI-VIII). Osservazioni su un tema controverso*, Citta', castelli, campagne nei territori di frontiera (secoli VI-VI), 5º Seminario sul Tardoantico e l'Altomedioevo in Italia Centrosettentrionale, Società Archeologica Padana, Mantova, 1995, p. 9-20

GAT, Azar, *War in Human Civilization*, Oxford University Press, Oxford / New York, 2008

GIBBON, Edward, *Verval en Ondergang van het Romeinse Rijk*, Olympus, Amsterdam, 2005

GIL FARRÉS, Octavio, *Cuál fue la extensión urbana de la Mérida romana?*, Archivo Español de Arqueología, tomo XIX, Madrid, CSIC, 1946, p. 361-363

GIRÃO, Aristides de Amorim, *Viseu, Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editora, Coimbra, 1925

GOES, Manuel Lourenço Casteleiro de, *Beja, XX Séculos de História de uma Cidade*, tomo I, Câmara Municipal de Beja, Beja, 1988

GOLDSWORTHY, Adrian, *Generais Romanos. Os Homens que construíram o Império Romano*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2007

GOMES, Ana e Sequeira, Maria José, *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos realizados na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (FRESS) – Lisboa (campanhas de 1996 e 1997)*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 15643, 9671(62), Lisboa, 2001

GOMES, Ana e SEQUEIRA, Maria José, *Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva*, Arqueologia Medieval 7, Edições Afrontamento, Mértola, p. 103-110

GOMES, Rosa Varela, *A arquitectura militar muçulmana*, História das Fortificações Portuguesas no Mundo, Alfa, Lisboa, 1989, p. 27-37

GOMES, Rosa Varela, *A Cidade Muçulmana*, A Cidade, Jornadas inter e pluridisciplinares, Actas II, Universidade Aberta, 1993, p. 27-54

GOMES, Rosa Varela, *O século XX e a Arqueologia Muçulmana em Portugal*, Arqueologia & História, vol. 54, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2002, p. 203-220

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*, Trabalhos de Arqueologia 44, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2006

GOMES, Saúl António, *A presença muçulmana em Coimbra*, Semente em Boa Terra – Raízes do Cristianismo na diocese de Coimbra, Diocese de Coimbra, Coimbra, 2000, p. 120-133

GÓMEZ, Hilario, *Ciudades de Bizancio: Las ciudades del África romano-bizantina*, s/e, s/l, 2005

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *Cine-Teatro Marques Duque, Mértola, Intervenção de emergência, (Maio – Agosto 2001)*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 17260, 2002

GÓMEZ MORENO, Manuel, *Catálogo Monumental de España. Provincia de Salamanca*, Dirección General de Bellas Artes, Madrid, 1967

GONÇALVES, António Nogueira, *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*, Publicações da Sociedade de Defesa e propaganda de Coimbra, Coimbra, 1944

GONZÁLEZ BLANCO, Antonino, *Begastri, ciudad visigoda*, Alquipir 6, Ayuntamiento de Ceheguín, Ceheguín, 1996a, p. 115-125

GONZÁLEZ BLANCO, Antonino, *Urbanismo romano en la región de Murcia*, Universidad de Murcia, Murcia, 1996b

GONZÁLEZ BLANCO, Antonino, *De la Antigüedad al comienzo del Alto Medievo, Así era la vida en una ciudad romana: "Calagurris Iulia"*, Amigos de la Historia de Calahorra, Calahorra, 2002

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Enrique, FERRER SIERRA, Santiago, HERVES RAIGOSO, Francisco e ALCORTA IRASTORZA, Enrique, *Muralla romana de* Lucus

Augusti*: nuevas aportaciones a su estudio y conocimiento*, Anejos de Gladius 5, CSIC – Ediciones Polifemo, Madrid, 2002, p. 591-608

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Enrique e CARREÑO GASCÓN, Mª Covadonga, *Las puertas romanas de la muralla de Lugo: los datos arqueológicos*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p.255-280

GONZÁLEZ-CONDE PUENTE, Mª Pilar, *Romanidad y Indigensimo en Carpetania*, Eurocopy, Alicante, 1987

GONZÁLEZ TASCÓN, Ignacio, *La ingenieria civil romana*, Artifex, Ingeniería Romana en España, Fundación Juanelo Turriano / Ministerio de Cultura, Madrid, 2002, p. 33-176

GOUBERT, Paul, L'administration de l'Espagne byzantine. Influences byzantines réligieuses et politiques sur l'Espagne byzantine, Revue des Études Byzantines IV, Institut Français d'Études Byzantines, Paris,1946, p. 70-133

GOZALBES CRAVIOTO, Enrique, *De la civitas hispano-romana a la madina andalusí*, II Congreso Internacional La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb (Algeciras), Actas, Fundación El Legado Andalusí, Granada, 2002, p. 641-655

GRABAR, André, L'âge d'or de Justanien, De la mort de Théodose à l'Islam, Éditions Gallimard, Paris, 1966

GRABAR, Oleg, *Two Paradoxes in the Islamic Art of the Spanish Peninsula*, The Legacy of Muslim Spain, volume 2, Brill Academic Publishers, Leiden, 2000, p. 583-591

GRACIA, Francisco de, *Construir en lo construido, La arquitectura como modificación*, Editorial Nerea, Hondarribia, 2001

GRAEN, Dennis, *O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da* Statio Sacra, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 10, nº 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2007, p. 275-288

GRANADOS, J. O., *Excavaciones en la muralla romana de Barcelona. Descubrimiento del paso de ronda y restitución de una de las torres bajoimperiales*, Revista de Arqueología nº 192, Zugarto Ediciones, Madrid, 1997, p. 6-9

GREENHALGH, Michael, Spolia *in Fortifications: Turkey, Syria and North Africa*, Ideologie e Pratiche del Reimpiego nell'Alto Medioevo, XLVI Settimane di Studio, Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, Spoleto, 1999, p. 785-935

GREGORY, Timothy E., Vox Populi, Ohio State University Press, Columbus, 1979a

GREGORY, Timothy E., *The Late Roman Wall at Corinth*, Hesperia vol. 48, no. 3, American School of Classical Studies at Athens, Athens, 1979b, p. 264-280

GRENIER, Albert, *La frontière du Rhin à l'époque romaine*, Revue de Défense Nationale, Comité d'Études de Défense Nationale, Paris, 1946, p. 365-379

GRIMAL, Pierre, *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, Difel, Algés, 1999

GROS, Pierre e TORELLI, Mario, *Storia dell'urbanistica. Il mondo romano*, Editori Laterza, Roma – Bari, 1994

GROS, Pierre, *L'architecture romaine. I. Les Monuments Publics*, Les Manuels d'Art et d'Archéologie Antiques, CNRS, Paris, 1996

GUERRA, Amílcar, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Arqueologia & História Antiga, Edições Colibri, Lisboa, 1995

GUERRA, Amílcar, *Nomes pré-romanos dos povos e lugares do Ocidente peninsular*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998

GUERRA, Amílcar, *A epigrafia de* Scallabis, De *Scallabis* a Santarém, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 179-184

GUERRA, Amílcar, *Myrtilis*, in Roldán, José Manuel (dir.), Diccionário Akal de la Antigüedad hispana, Akal Ediciones, Madrid, 2006, p. 657

GUERRA, Amílcar e SAGREDO SAN ESTÁQUIO, Luis, *Caurium*, in Roldán, José Manuel (dir.), Diccionário Akal de la Antigüedad hispana, Akal Ediciones, Madrid, 2006, p. 238

GUHL, E. e KONER, W., *The Romans. Their Life and Customs*, Senate Press, Teddington, 1994

GUICHARD, Pierre, *Structures sociales "orientales" et "occidentales" dans l'Espagne musulmane*, Mouton, Paris / La Haye, 1977

GUICHARD, Pierre, *The Social History of Muslim Spain, from the Conquest to the End of the Almohad Régime (Early 2nd / 8th – Early 7th / 13th Centuries)*, The Legacy of Muslim Spain, volume 2, Brill Academic Publishers, Leiden, 2000, p. 679-708

GURRIÁN DAZA, Pedro e MÁRQUEZ BUENO, Samuel, *Sobre nuevas fábricas omeyas en el castillo de Medellín (Badajoz) y otras similares de la arquitectura andalusí*, Arqueología y Territorio Medieval, 12.1, Universidad de Jaén, 2005, p. 51-68

GURT I ESPARRAGUERA, Josep, *Transformaciones en el tejido de las ciudades hispanas durante la Antigüedad Tardía : dinámicas urbanas*, Zephyrus LIII-LIV, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000-2001, p. 443-471

GURT I ESPARRAGUERA, Josep e HIDALGO PRIETO, Rafael, *L'urbanisme a la ciutat hispana al llarg de l'Antiguitat Tardana*, VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Les Ciutats Tardoantigues d'*Hispania*: Cristianització i Topografia, Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 2005, p. 73-93

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino e BENÉITEZ GONZÁLEZ, Carmen, *Fortificaciones y caminos medievales. Nuevas perspectivas para su estudio*, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas V, Trabalhos de Antropologia e Etnologia vol. 35 (1), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1995, 421-431

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, *De la civitas a la madina : destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. El debate arqueológico*, IV CAME, tomo I, 1993, p. 13-35

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, *La cora de Tudmīr de la Antigüedad Tardía al mundo islámico. Poblamiento y cultura material*, Collection de la Casa de Velázquez 57, Madrid-Alicante, 1996a

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, *Le città della Spagna tra Romanità e Islamismo*, Early Medieval Towns in the Western Mediterranean, Società Archeologica Padana, Mantova, 1996b, p. 55-65

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, *Algunas consideraciones sobre la cultura material de las épocas visigoda y emiral en el territorio de Tudmīr*, Visigodos y Omeyas, Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media, Anejos de Archivo Español de Arqueología XXIII, CSIC – IAM, Madrid, 2000, p. 95-116

GUTIÉRREZ MILLÁN, María Eva, El espacio urbano de la ciudad de Salamanca, escenario físico de un, equilibrio de poderes, Revista de Estudios Extremeños LVII, 1, Diputación Provincial de Badajoz, Badajoz, 2001, p. 181-198

GUTTON, André, *La Matière*, L'Architecte et son Art, IX, Conversations sur l'Architecture, Éditions Vincent, Paris, 1962, p. 247-272

GUYON, Jean, *Au-delà des Espagnes: un aperçu sur les groupes épiscopaux en Occident*, VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Les Ciutats Tardoantigues d'*Hispania*: Cristianització i Topografia, Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 2005, p. 15-35

GWATKIN, William E. Jr., *Roman Trier*, The Classical Journal, vol. 29, nº 1, The Classical Association of the Middle West and South, s/l, 1933, p. 3-12

HABA QUIRÓS, Salvadora, *Medellín Romano, La* Colonia Metellinensis *y su Territorio*, Colección Arte/Arqueología, Departamento de Publicaciones, diputación de Badajoz, Badajoz, 1998

HALDON, John F., *Warfare, State and Society in the Byzantine World, 565-1204*, Routledge, London, 1999

HART, Vaughan e HICKS, Peter, *Sebastiano Serlio on Architecture, Volume One, Books I-V of "Tutte l'Opere d'Architettura et Prospetiva"*, Yale University Press, New Haven & London, 1996

HAUSCHILD, Theodor, *Técnicas y maneras de construir en la arquitectura paleocristiana hispánica*, IX Simposium de Prehistòria i Arqueologia Peninsular, II Reunió d'Arqueología Paleocristiana Hispanica, Publicacions Eventuels 31, Universitat de Barcelona / Abadia de Monserrat, Barcelona, 1982, p. 71-86

HAUSCHILD, Theodor, *Traditionen römischer Stadtbefestigungen der* Hispania, Hispania Antiqua, *Denkmäler der Römerzeit*, Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 1993a, p. 217-231

HAUSCHILD, Theodor, *Arquitectura em Portugal sob o domínio dos Visigodos*, XXXIX Corso di Cultura sull'arte ravennate e bizantina, Università degli Studi di Bologna / Istituto di Antichità Ravennati e Bizantine – Ravenna, Edizione di Girasole, Ravenna, 1993b, p. 387-399

HAUSCHILD, Theodor, *Murallas de* Hispania *en el contexto de las fortificaciones del área occidental del Imperio Romano*, La ciudad en el mundo romano, Congreso Internacional de Arqueología Clásica – Actas, CSIC / Institut d'Etudis Catalans, Tarragona, 1994, p. 223-232

HEATHER, Peter, *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*, Oxford University Press, Oxford, 2005

HEIMBERG, Ursula e RIECHE, Anita, *Colonia Ulpia Traiana, Die römische Stadt, Planung, Architektur, Ausgrabung*, Rheinland – Verlag, Köln, 1998

HELENO, Manuel, *Estação lusitano-romana da Praça da Figueira, Parecer apresentado à Junta Nacional da Educação em 15 de Fevereiro de 1962*, Ethnos vol. IV (separata com paginação própria), Lisboa, 1965

HERCULANO, Alexandre, *Obras Completas. O Monasticon, tomo III, O Monge de Cister ou a Época de D. João I, tomo II*, Livraria Bertrand, Amadora, 1978

HERNÁNDEZ Jiménez, Félix, *La kura de Mérida en el siglo X*, Al-Andalus XXV, Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada, Madrid – Granada, 1960, p. 313-371

HERRERA, Adolfo, *Puerta de Sevilla, en Carmona*, Boletín de la Real Academia de la Historia, Tomo 48, Madrid, 1906, p. 407-409

HERRIN, Judith, *Byzantium: The Surprising Life of a Medieval Empire*, Princeton University Press, Princeton, 2008

HERVÁS, Marciano de e MORENO CARRASCO, Juan Pedro, *Intervenciones arqueológicas en el entorno de la judería de Coria, Cáceres*, "Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VIII, ADECAP, Porto, 2000, p. 161-166

HILL, P. R., *The Construction of Hadrian's Wall*, BAR British Series 375, Archaeopress, Oxford, 2004

HILL, Paul e WILEMAN, Julie, *Landscapes of War: The Archaeology of Aggression and Defence*, Tempus, Stroud, Oxford, 2002

HIRSCHFELD, Yizhar, *The Crisis of the Sixth Century: Climatic Change, Natural Disasters and the Plague*, Mediterranean Archaeology and Archaeomtery vol. 6, n. 1, The University of the Aegean, Rhodes, 2006, p. 19-32

HOOPER, W. D. e ASH, H. B., *Varro: De Re Rustica*, Loeb Classical Library, Heinemann, London, 1934

HORBURY, William, DAVIES, W. D. e STURDY, John (eds.), *The Cambridge History of Judaism, Vol. 3: The Early Roman Period*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000

HOURCADE, David, *Les murailles des villes de l'Hispanie republicaine et augustéenne: enceintes ou fortifications du territoire urbain?*, Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (Espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales), Universidad de León / Casa de Velázquez, Madrid, 2003, p. 295-324

HOURCADE, David, *Géographie des villes fortifiées en Lusitanie romaine : tentative de définition de réseaux et de hiérarchies urbaines*, V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones, Ministerio de Cultura, Cáceres, 2004, p. 223-253

HOURCADE, David e LOPES, Virgílio, *A Muralha Pré-Romana de Mértola*, Al-Madan, Série II, nº 10, Centro de Arqueologia de Almada, 2001, p. 209

HOURCADE, David, LOPES, Virgílio e LABHARTE, Jean-Michel, *Muraille de Mértola (Alentejo, Portugal), Sondages sur le Cerro do Benfica (Décembre 2000), Rapport des Fouilles*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 11969, 2001

HOURCADE, David, LOPES, Virgílio e LABHARTE, Jean-Michel, *Mértola: la muraille de l'Âge du Fer*, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 6, nº 1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2003, p. 175-210

HÜBNER, Aemilius, *Corpus Inscriptionum Latinarum II, Inscriptiones Hispaniae Latinae*, Academiae Litterarum Regiae Borussicae, Georg Reimer, Berlin, 1869

HÜBNER, Aemilius, *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, G. Reimer, Berlin, 1871

HUFFSTOT, Maria da Luz de G. Velloso da Costa, *As Origens do Cristianismo na Lusitânia*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval (Antiguidade Tardia), Universidade Lusíada, Lisboa, 2002

HUGONIOT, Christophe, *Rome en Afrique. De la chute de Carthage aux débuts de la conquête arabe*, Champs Université, Flammarion, Paris, 2000

INÁCIO, Ana Calado e BERGER, Franciso Gentil, *Cirilo Wolkmar Machado, Tratado de Arquitectura & Pintura*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002

IPPAR, *Idanha-a-Velha, programa "Aldeias Históricas", Memorando*, 17 de Abril, IPA 7.2.4/17-5(1), 1998, s/p

IPPC, *Informação mencionando os "serviços solicitados à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais"*, 5. 1. 83, assinatura ilegível, IPA 7.2.4/17-5(1), 1983, s/p

IPPC, *Deslocação a Idanha-a-Velha*, Relatório anónimo, 29.1.87, IPA 7.2.4/17-5(1), 1987, s/p

ISAAC, Benjamin, *The Limits of Empire. The Roman Army in the East*, Clarendon Press, Oxford, 1990

ISAC, Angel, *Ciudad cerrada y ciudad aberta. La muralla en la historia de la ciudad*, La ciudad y sus murallas, Conservación y Restauración, Universidad de Granada, Grananda, 1996, p. 65-85

ISLA FREZ, Amancio, Villa, villula, castellum. *Problemas de terminología rural en época visigoda*, Arqueología y Territorio Medieval 8, Universidad de Jaén, Jaén, 2001, p. 9-19

ITEWI, Mahmoud, *Towards a Modern Theory of Islamic Architecture*, Australian Journal of Basic and Applied Sciences, 1(2), INSInet Publications, s/l, 2007, p. 153-156

JABOUILLE, Victor, *O Mediterrâneo Antigo, Unidade e Diversidade*, Colecção Mare Nostrum, Série Estudos, Edições Colibri, Lisboa, 1996

JACQUES, François e SCHEID, John, *Rome et l'intégration de l'Empire (44 av. J.-C. – 260 ap. J.-C., Tome 1, Les structures de l'empire romain*, Nouvelle Clio, PUF, Paris, 1990

JAMES, Simon, *Writing the Legions: The Development and Future of Roman Military Studies in Britain*, Archaeological Journal 159, Royal Archaeological Institute, Durham, 2002, p. 1-58

JÁRREGA DOMÍNGUEZ, Ramón, *Consideraciones sobre la cronología de las murallas tardorromanas de Barcelona: una fortificación del siglo V?*, Archivo Español de Arqueología 64, nº 163-164, CSIC, Madrid, 1991, p. 326-335

JASHEMSKI, Wilhelmina F., *The Gardens of Pompeii, Herculaneum and the villas destroyed by the Vesuvius*, Caratzas Brothers, New York, 1979

JIMÉNEZ, A., *Problemas de los acueductos emeritenses*, Habis 7, Universidad de Sevilla, Sevilla, 1976, p. 271-292

JIMÉNEZ ÁVILA, F. Javier e HABA QUIRÓS, Salvadora, *Materiales tartésicos del Solar de Portaceli (Medellín, Badajoz)*, Complutum 6, Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense, Madrid, 1995, p. 235-244

JIMÉNEZ GARNICA, Ana Mª, *Sobre* rex *y* regnum. *Problemas de terminología política durante el primer siglo de historia de los Visigodos*, Pyrenae núm. 35, vol. 2, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2004, p. 57-78

JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso, *La primera cantería andalusí*, Actas del Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción, volumen II, Instituto Juan de Herrera, Sevilla – Madrid, 2000, p. 549-555

JIMÉNEZ MARZO, Marcos e CHAUTON PÉREZ, Hugo, *El Palacio de Mayoralgo. Resultados de las Intervenciones Arqueológicas*, El Palacio de Mayoralgo. Sede Institucional de la Caja de Extremadura, Caja de Extremadura, Cáceres, 2004, p. 249-254

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, Juan Antonio, *Poder Imperial y Espectáculos en Occidente durante la Antigüedad Tardía*, Tesis doctoral, Departamento de Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1998

JOHNSON, Stephen, *A Group of Late Roman City Walls in* Gallia Belgica, Brittania vol. 4, Society for the Promotion of Roman Studies, London, 1973, p. 210-223

JOHNSON, Stephen, *Late Roman Defences and the* Limes, The Saxon Shore, Council for British Archaeology Research Report 18, London, 1977, p. 63-69

JOHNSON, Stephen, *Late Roman Fortifications*, BT Batsford, London, 1983

JONES, A. H. M., *The Later Roman Empire, 284-602, A Social, Economic and Administrative Survey*, Basil Blackwell, Oxford, 1973

JONES, Mark Wilson, *Principles of Roman architecture*, Yale University Press, New Haven / London, 2000

JOUFFROY, Hélène, *La Construction Publique en Italie et dans l'Afrique Romaine*, Études et Travaux II, AECR, Strasbourg, 1986

JOURNOT, Florence, *Archéologie du Bati*, La Construction, la pierre, Collection « Archéologiques », Editions Errance, Paris, 1999, p. 133-163

KAISER, Reinhold, Teloneum episcopi. *Du tonlieu royal au tonlieu épiscopal dans les* civitates *de la Gaule (VIe - XIIe siècles)*, Histoire comparée de l'administration (Ve - XVIIIe siècles), XIV Colloque Franco-allemand, Francia 9, München, 1980, p. 419-435

KAZANAKI-LAPPA, Maria, *Medieval Athens*, The Economic History of Byzantium: From the Seventh through the Fifteenth Century, Dumbarton Oaks Studies 39, Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Washington, D.C., 2002, p. 639-646

KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, Edições Tinta-da-China, Lisboa, 2006

KENNEDY, Hugh, *The Byzantine And Early Islamic Near East*, Variorum Collected Studies, Ashgate Publishing, Hampshire, 2006

KING, P. D., *Law and Society in the Visigothic Kingdom*, Cambridge University Press, Cambridge, 1972

KINNEY, Dale, *Roman Architectural* Spolia, Proceedings of the American Philosophical Society 145, American Philosophical Society, Philadelphia, 2001, p. 138-161

KLEINWÄCHTER, Claudia, *Platzanlagen Nordafrikanischer Städte, Untersuchungen zum sogenannten Polyzentrismus in der Urbanistik der römischen Kaiserzeit*, Verlag Philipp von Zabern, Mainz, 2001

KOURKOULIS, Stavros K., *Fracture and Failure of Natural Building Stones*, Springer, Dordrecht, 2006

KRUEGER, Michal, *Valor, prestigio y intercambio. Los métodos ante la teoría*, Herakleion 1, Grupo de Investigación "Mosaicos Hispano-romanos" e Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, Madrid, 2008, p. 7-19

KRUEGER, Paul e MOMMSEN, Theodor, *Corpus Iuris Civilis*, *Volumen Primum*, *Institutiones – Digesta*, Weidmann, Berlin, 1911

KÜHNEL, Ernst, *Islamic art and Architecture*, G. Bell & Sons, London, 1966

KULIKOWSI, Michael, *The* Epistula Honorii*, Again*, Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik 122, Bonn, 1998, p. 247-252

KULIKOWSKI, Michael, *Late Roman Spain and its Cities*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2004

KULIKOWSKI, Michael, *Cities and Government in Late Antique Hispania: Recent Advances and Future Research*, Hispania in Late Antiquity, Current Perspectives, Brill, Leiden, 2005, p. 31-76

KULIKOWSKI, Michael, *Plague in Spanish Late Antiquity*, Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541-750, Cambridge University Press, Cambridge, 2006, p. 150-170

LABROUSSE, Michel, *Les* burgarii *et le* cursus publicus, Mélanges d'Archéologie et d'Histoire, volume 56, École Française de Rome, Rome, 1939, p. 151-167

LADERO QUESADA, Miguel Ángel, *Historia de Sevilla, La Ciudad Medieval (1248-1492)*, Colección de Bolsillo 49, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, Sevilla, 1989

LAGARDÈRE, Vincent, *Histoire et société en Occident musulman au Moyen Âge, analyse du* Mi´yār d'al-Wanšarīsī, Collection de la Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigación Científicas, Madrid, 1995

LAIZ REVERTE, Mª Dolores, RUIZ VALDERAS, Elena e PÉREZ ALDÁN, L. M., *La muralla de la C/ Orcel: notas sobre el recinto tardorromano y bizantino*, Alebus nº 6, Museu Arqueológico Municipal, Elda, 1996, p. 137-176

LAMPRECHT, Heinz-Otto, *Rationalisiertes Bauen Durch* Opus Caementicium *(Zuzammenfassung)*, Bautechnik der Antike, Diskussionen zur Archäeologischen Bauforschung 5, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 1991, p. 137-139

LAMPRECHT, Heinz-Otto, Opus caementitium, *Bautechnik der Römer,* Römisch-Germanisches Museum Köln, Verlag Bau+Technik, Düsseldorf, 2001

LANCEL, Serge, *Actes de la Conférence de Carthage en 411*, tome I, Sources Chrétiennes 194, Les Éditions du CERF, Paris, 1972

LANDEIRO, José Manuel, *Da Velha Egitânia*, Beira Alta (sep. s/n), Junta Provincial da Beira Alta, Viseu, 1952, p. 13-29

LANDELS, J. G., *Engineering in the Ancient World*, University of California Press, Berkeley / Los Angeles, 2000

LANDER, James, *Roman stone fortifications: variation and change from the first century A.D. to the fourth*, BAR Oxford, 1984.

LAVEDAN, Pierre, *Qu'est-ce que l'urbanisme?*, Henri Laurens, Paris, 1926

LE BOHEC, Yann, *Les aspects militaires de la crise du IIIe siècle*, L'armée romaine de Dioclétien à Valentinien Ier, Actes du Congrès de Lyon (12-14 Septembre 2002), Diffusion de Boccard, Paris / Lyon, 2004, p. 9-27

LE GLAY, Marcel, *Grandeza y Caída del Imperio Romano*, Ediciones Cátedra, Madrid, 2002

LE ROUX, Patrick, *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Diffusion de Boccard, Paris, 1982

LE ROUX, Patrick, *Romains d'Espagne. Cités et Politique dans les provinces. IIe siècle av. J.C. – IIIe siècle ap. J.-C.*, Armand Colin, Paris, 1995

LE ROUX, Patrick, *La "crise" des élites hispano-romaines (IIIe- IVe siècles)*, Élites Hispaniques, Ausonius, Études 6, Diffusion de Boccard, Paris / Bordeaux, 2001, p. 45-61

LE ROUX, Patrick, *L'armée romaine dans la Péninsule Ibérique de Dioclétien à Valentinien I (284-375 p. C.)*, L'armée romaine de Dioclétien à Valentinien Ier, Actes du Congrès de Lyon (12-14 Septembre 2002), Diffusion de Boccard, Paris / Lyon, 2004, p. 171-178

LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno, Diccionário Geographico, Estatisitico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal, de Grande Número de Aldeias*, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1873 (vol. 1-2), 1874 (vol. 3-4) e 1875 (vol. 5-6)

LECANDA ESTEBAN, José Ángel, *Arquitectura militar tardorromana en el Norte de España: la fortaleza de Tedeja (Trespaderne, Burgos), un ejemplo de recinto no urbano y no campamental*, Anejos de Gladius 5, Ediciones Polifemo, CSIC, Madrid, 2002, p. 683-692

LEMOS, Francisco Sande e FONTES, Luís, *Projecto de Estudo e Salvamento de Bracara Augusta. Intervenções Arqueológicas na Cerca do Seminário de Santiago e no Imóvel nº 67-75 da Rua Paio Mendes*, Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana, Câmara Municipal da Amadora / MMA / ARQA, Amadora, 2003, p. 117-125

LEMOS, Francisco Sande, LEITE, José Manuel de Freitas e CUNHA, Armandino, *A muralha romana (Baixo-império) de* Bracara Augusta, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 327-341

LEMOS, Manuel Aboim Ascensão e Sande, *Santa Maria de Ossónoba*, Anais do Município de Faro nº XXV, Câmara Municipal, Faro, 1995, p.97-104

LEPELLEY, Claude, *Vers la fin du « privilège de liberté » : l'amoindrissement de l'autonomie des cités à l'aube du Bas-Empire*, Splendidissima civitas, Études d'Histoire Romaine en Hommage à François Jacques, Publications de la Sorbonne, Paris, 1996, p. 207-220

LÉTOUBLON, Françoise, *Fonder une cité. Ce que disent les langues anciennes et les textes grecs ou latins sur la fondation des cités*, E.L.L.U.G., Université des Langues et des Lettres, Grenoble, 1987

LEVY, Ernst, *West Roman Vulgar Law. The Law of Property*, American Philosophical Society, Philadelphia, 1951

LEWIN, Ariel, *Urban public builing from Constantine to Julian: the epigraphic evidence*, Recent Research in Late-Antique Urbanism, Ed. Luke Lavan, Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series Number Forty-Two, Portsmouth – Rhode Island, 2001, p. 27-37

LIBERATI, A. e SILVERIO, F., *Organizzazione militare: esercito*, Vita e Costumi dei Romani Antichi, Museo della Civiltà Romana, Edizioni Quasar, Roma, 1992

LIEBESCHUETZ, Wolfgang, *The end of the ancient city*, The City in Late Antiquity, Routledge, London, 1996, p. 1-49

LIMA, António, *Intervenção Luso-Americana em Tongobriga. 3ª Campanha de Escavações (Junho / Julho de 2006)*, O Colherim nº 4, Escola Profissional de Arqueologia, Freixo, 2007, p. 11

LIMA, Miguel Pedroso de, *Muralhas e Fortificações de Évora*, Argumentum, Lisboa, 2004

LING, Roger, *Street plaques at* Pompeii, Architecture and Architectural Sculpture in the Roman Empire, Oxford University Committee for Archaeology, Monograph No. 29, Oxbow Books, Oxford, 1990, p. 51-66

LLORENTE, Marta, *Técnica*, Introducción a la arquitectura: conceptos fundamentales, Arquitext 15, Ediciones UPC, Barcelona, 2000, p. 29-39

LOBO, Francisco Sousa, *O sistema defensivo da cidade*, Monumentos 24, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 2006, p. 42-49

LÖNNQVIST, M. LÖNNQVIST, K., WHITING, M. S., TÖRMÄ, M., NUNEZ, M. e OKKONEN, J., *Documenting, identifying, and protecting a Late Roman-Byzantine fort at Tabus on the Eufrates*, CIPA 2005 XX International Symposium, Torino, p. 427-432

LOPES, David, *Páginas Olisiponenses*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1968

LOPES, Fernão, *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando, Nono Rei destes Regnos*, Biblioteca Histórica – Série Régia, Livraria Civilização, Porto, s/d

LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Economica, Estadistica e Topografica do Reino do Algarve*, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1841

LOPES, Luís Seabra, *Talábriga. Situação e limites aproximados*, Portugalia, Nova Série, XVI, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, p. 331-343

LOPES, Luís Seabra, *A estrada Emínio-Talábriga-Cale. Relações com a geografia e o povoamento de Entre Douro e Mondego*, Conimbriga XXXIX, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000, p. 191-258

LOPES, Maria Conceição, *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de* Pax Ivlia, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003

LOPES, Virgílio A. M., *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvores do Cristianismo*, Dissertação de Mestrado em História da Arte da Antiguidade, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002

LOPES, Virgílio e MACIAS, Santiago, *Mértola na Antiguidade Tardia*, VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Les Ciutats Tardoantigues d'*Hispania*: Cristianització i Topografia, Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 2005, p. 449-464

LORENZO, Ramón, *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, I, Introducción, texto anotado e índice onomástico, Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo", Orense, 1975

LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no Passado*, vol. 1, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 1964

LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar, *El Palacio de Mayoralgo. Memoria Urbana de una Ciudad*, El Palacio de Mayoralgo. Sede Institucional de la Caja de Extremadura, Caja de Extremadura, Cáceres, 2004, p. 35-94

LUGLI, G., *Le fortificazioni delle antiche città italiche*, Rendiconti della Classe di Scienze morali, storiche e filologiche, serie VIII, vol. II, fasc. 5-6, Academia Nazionale dei Lincei, Roma, 1947, p. 294-307

LUÍS, Luís, *Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa. Balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa*, Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Côavisão, 7, Vila Nova de Foz Côa, 2005, p. 31-60

LUMBRERAS VALIENTE, Pedro, *La Real Academia de la Historia y la Colonia Norba Cesarina*, Institución Cultural "El Brocense", Diputación Provincial de Cáceres, Cáceres, 1981

LUTTWAK, Edward N., *The Grand Strategy of the Roman Empire, From the First Century A. D. to the Third*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1979

MACCHI, Giuliano, *Fernão Lopes, Crónica de D. Fernando*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1975

MACGEORGE, Penny, *Late Roman Warlords*, Oxford University Press, Oxford, 2003

MACDOWALL, Simon e EMBLETON, Gerry, *Twilight of the Empire: The Roman Infantryman 3rd to 6th Century AD*, Osprey Publishing, Oxford, 2000

MACDOWALL, Simon e HOOK, Christa, *Late Roman Cavalryman, 236-565 AD*, Osprey Publishing, Oxford, 2001

MACIAS, Santiago, *A basílica paleocristã e as necrópoles paleocristã e islâmica de Mértola: Aspectos e Problemas*, XXXIX Corso di Cultura sull'arte ravennate e bizantina, Università degli Studi di Bologna / Istituto di Antichità Ravennati e Bizantine – Ravenna, Edizione di Girasole, Ravenna, 1993, p. 401-434

MACIAS, Santiago, *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1996

MACIAS, Santiago, *Mértola – Memórias de Cidade Islâmica*, Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, s/l, 2002, p. 112-128

MACIAS, Santiago, *La kūra de Beja et le territoire de Mértola entre l'Antiquité Tardive et la Reconquête*, tome I, Thèse de Doctorat en Histoire, Université Lumière – Lyon II, Lyon, 2005

MACIAS, Santiago e TORRES, Cláudio, *Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Gharb al-Ândalus para o reino de Portugal*, Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822 – Actas, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001, p. 99-112

MACIEL, M. Justino, *Vectores da arte paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico*, XXXIX Corso di cultura sull'arte ravennate e bizantina, Edizioni del Girasole, Ravenna, 1992, p. 435-495

MACIEL, M. Justino, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, edição do autor, Lisboa, 1996

MACIEL, M. Justino, *Suevos, Bizantinos e Visigodos no sul da Bética e da Lusitânia: Arte, percursos e fronteiras*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia vol. 40 (1-2), Sociedade Portuguesa de Anropologia e Etnologia, Porto, 2000, p. 185-194

MACIEL, M. Justino, *Os Suevos na Galécia e na Lusitânia*, Estudos Arqueológicos de Oeiras 15, Câmara Municipal, Oeiras, 2007, p. 209-232

MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga I. Terraço subjacente à ermida do Espírito Santo, ou da Vitória*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1941

MADDICOTT, John, *Plague in Seventh-Century England*, Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541-750, Cambridge University Press, Cambridge, 2006, p. 171-214

MAIA, Manuel, *A barbacã da muralha de Tavira*, Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, vol. I, Comunicações e Conferências, Xelb 6, Câmara Municipal de Silves, Silves, 2006, p. 41-50

MALALANA UREÑA, Antonio e PÉREZ-JUANA DE CASAL, Irene, *Los recintos defensivos del Madrid medieval a raíz de las excavaciones de la Plaza de Oriente*, Revista de Arqueología nº 215, Zugarto Ediciones, Madrid, 1999, p. 10-19

MAÑANES, T., *Astorga romana y su entorno: Estudio arqueológico*, Museu de los Caminos de Astorga, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1983

MANGO, Cyril, *Arquitectura Bizantina*, Historia Universal de la Arquitectura, Aguilar, Madrid, 1975

MANN, J. C., Duces *and* comites *in the 4th century*, The Saxon Shore, Council for British Archaeology Research Report 18, London, 1977, p.11-15

MANN, J. C., *The organization of* frumentarii, Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik 74, Bonn, 1988, p. 149-150

MANN, J. C., *Ravennas and the Antonine Wall*, Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland 122, SAS, Edinburgh,1992, p. 189-195

MANTAS, Vasco, *Dois novos miliários do território de Conimbriga*, Biblos LXI, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1985. p. 159-179

MANTAS, Vasco, *Arqueologia Urbana e Fotografia Aérea: Contributo para o Estudo do Urbanismo Antigo de Santarém, Évora e Faro*, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), Trabalhos de Arqueologia 3, IPPC, Lisboa, 1986, p. 13-26

MANTAS, Vasco, *As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal*, Povos e Culturas nº 2, CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, p. 13-55

MANTAS, Vasco, *Notas sobre a estrutura urbana de* Aeminium, Biblos LXVIII, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992, p. 487-513

MANTAS, Vasco, *Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana*, Lisboa Subterrânea, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Lisboa, 1994, p. 70-75

MANTAS, Vasco, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996a

MANTAS, Vasco, *Em torno do problema da fundação e estatuto de* Pax Ivlia, Arquivo de Beja, Volume II / III, Série III, Câmara Municipal, Beja, 1996b, p. 41-62

MANTAS, Vasco, Olisipo *e o Tejo*, II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Actas das Sessões, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1997a, p. 15-41

MANTAS, Vasco, *As* civitates*: Esboço da geografia política e económica do Algarve romano*, Noventa Séculos entre a Serra e o Mar, IPPAR, Lisboa, 1997b, p. 283-304

MANTAS, Vasco, *O espaço urbano nas cidades do norte da Lusitânia*, Los Origenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico, Actas del Congreso Internacional, Facultade de Humanidades, Lugo, 1998

MANTAS, Vasco, *Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?*, Al-Madan II Série, nº 12, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2003, p. 40-42

MANTAS, Vasco, *A Lusitânia e o Mediterrâneo*, Conimbriga 43, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 63-83

MANTAS, Vasco, *As relações europeias do território português na época romana*, Estudos Arqueológicos de Oeiras 15, Câmara Municipal, Oeiras, 2007, p. 183-208

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, Guimarães Editores, Lisboa, 2003

MARÇAIS, Georges, *Manuel d'Art Musulman*, *I. L'Architecture du IXe au XIIe Siècle*, Éditions Auguste Picard, Paris, 1926

MARCOS RODRÍGUEZ, Florencio, *Catálogo de Documentos del Archivo Catedralício de Salamanca (siglos XII – XV)*, Universidad Pontifícia de Salamanca, CSIC, Salamanca, 1962

MARGALHA, Maria Goreti, *O uso da cal nas argamassas tradicionais*, Arquivo de Beja Volume V, Série II, Câmara Municipal, Beja, 1995, p. 101-129

MARK, Robert, *Introduction*, Architectural Technology up to the Scientific Revolution. The Art and Structure of Large-Scale Buildings, The MIT Press, Cambridge / London, 1995, p. 2-14

MAROT, Teresa, *Algunas consideraciones sobre la significación de las emisiones del usurpador Máximo en* Barcino, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 2, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 569-580

MARQUES, Isabel, *Acompanhamento Arqueológico de Emergência – Couraça de Lisboa – Coimbra*, Relatório Final, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 12877, 2003

MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, *Castelos da Reconquista na região de Viseu*, Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII, ADECAP, Porto, 2000, p. 113-127

MÁRQUEZ BUENO, Samuel e GURRIARÁN DAZA, Pedro, *La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales*, Arqueología y Territorio Medieval 10.1, Universidad de Jaén, Jaén, 2003, p. 57-118

MARTÍ MATIAS, Miquel Ramón, *Visigodos, Hispano-romanos y bizantinos en la zona valenciana en el siglo VI (España)*, BAR International Series 943, Archaeopress, Oxford, 2001

MARTIN, Jean-Pierre, *As províncias romanas da Europa ocidental e central, de 31 a.C a 235 d.C.*, Publicações Europa-América, Mem Martin, 1999

MARTÍN VALLS, Ricardo, *Hallazgos arqueologicos en Coria*, Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología, tomo XXXVI, Universidad de Valldolid, Valladolid, 1970, p. 447-451

MARTÍN VISO, Iñaki, *Poblamiento y Estructuras Sociales en el Norte de la Península Ibérica, Siglos VI-XIII*, Acta Salmanticensia, Estudios Historicos & Geográficos III, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000

MARTÍNEZ, Matías R., *Coria*, Revista de Extremadura, tomo III, edição fac-similada de 1901, Cicon Editores, Cáceres, 2000, p. 343-357

MARTÍNEZ CAVERO P., *Estratigrafía y cronología arqueológica de Begastri*, Begastri, Imagen y problemas de su Historia, Antigüedad y Cristianismo, Universidad de Murcia, Murcia, 1984, p. 41-44

MARTÍNEZ LILLO, Sergio, *Arquitectura militar de ámbito rural de la Marca Media (al-tagr al-awsat). El alfoz de Talabira. Antecedentes y evolución*, Boletín de Arqueología Medieval 4, Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid, 1990, p. 135-171

MARTÍNEZ LILLO, Sergio, *Estudio sobre ciertos elementos y estructuras de la arquitectura militar andalusí. La continuidad entre Roma y el Islam*, Boletín de Arqueología Medieval 5, Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid, 1991, p. 11-37

MARTÍNEZ LILLO, Sergio, MORALEDA OLIVARES, Alberto e SÁNCHEZ SÁNZ, Sergio, *El Yacimiento arqueológico de "Entretorres" (Talavera de la Reina). Últimas aportaciones del período andalusí*, Espacios Fortificados en la Provincia de Toledo, Diputación Provincial, Toledo, 2005, p. 117-153

MARTÍNEZ LILLO, Sergio, UTRERO AGUDO, María de los Ángeles e MURILLO FRAGERO, José Ignacio, *Proyecto de restauración integral de la muralla de Ávila y su entorno. Aproximación a los resultados de la asistencia técnica arqueológica*, "Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VIII, ADECAP, Porto, 2000, p. 109-128

MARTÍNEZ PIZARRO, Joaquín, *The Story of Wamba: Julian of Toledo's* Historia Wamba Regis, The Catholic University of America Press, s/l, 2005

MARTÍNEZ SHAW, Carlos, *La ciudad y la Historia*. Nuevas perspectivas historiográficas, La ciudad: Didáctica del medio urbano, Íber - Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia 3, Graó, Barcelona, 1995, p. 7-15

MARTÍNEZ TEJERO, Artemio Manuel, *Arquitectura Cristiana en* Hispania *durante la Antigüedad Tardía (siglos IV-VIII) (I)*, Gallia e Hispania en el contexto de la presencia

"germánica" (ss. V-VII): Balances y perspectivas, Actas de la Mesa Redonda hispano-francesca celebrada en la Universidad Autónoma de Madrid y Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid 19/20 Diciembre 2005, BAR International Series 1534, Oxford, 2006, p. 109-187

MARTÍNEZ TEJERO, Artemio Manuel e QUIROGA, Jorge López, *La configuración de un complejo cultual cristiano en la domus tancinus en la Antigüedad Tardía: un problema historiográfico de compleja lectura arqueológica*, Conimbriga Medieval, La ocupación postromana de la *domus* de *Tancinus* (Conimbriga, Condeixa-a-Velha, Portugal), Excavaciones Arqueológicas 2004-2007, British Archaeological Reports, International Series 10186, Archaeopress 2008, no prelo

MARTINS, A. Fernandes, *A Porta do Sol, Contribuição para o estudo da cerca medieval coimbrã*, Biblos XXVII, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1951

MARTINS, Carla Maria Braz, *Exploração aurífera romana em Portugal*, I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba, Férvedes nº 5, Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba, Vilalba, 2008, p. 413-422

MARTINS, Isilda Pires e MATOS, José Luís de, *Muralhas de Loulé*, O Arqueólogo Português, Série III, vol. V, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, p. 227-247

MARTINS, Maria Manuela, *Urbanismo e arquitectura em* Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana,* Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*, *Simulacra Romae*, Roma y las capitales provinciales del Occidente europeo, Estudios Arqueológicos, Tarragona, 2005, p. 149-173

MATALOTO, Rui, *As ocupações proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora)*, Revista de Guimarães, Volume Especial I, Actas do Congresso de Proto-História Europeia, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1999, p. 333-362

MATAS CASCOS, Miguel, *Intervenciones en las murallas de Cáceres*, La ciudad y sus murallas, Conservación y Restauración, Universidad de Granada, Grananda, 1996, p. 261-279

MATEO PÉREZ, *Ciudades y pueblos amurallados, de protectoras a protegidas*, Geo nº 238, G y Y España Ediciones, Madrid, 2006, p. 68-75

MATEOS, Claudio, *Cáceres. El yacimiento del Mayoralgo confirma el origen puramente romano de la ciudad*, Hoy, Badajoz, 1.11.2005

MATEOS CRUZ, Pedro, *Proyecto de Arqueología Urbana en Mérida: Desarrollo y Primeros Resultados*, Extremadura Arqueológica IV, Arqueología en Extremadura: 10 años de descubrimientos, Junta de Extremadura / Universidad Autónoma de Madrid, Servicio de Publicaciones de la UAM, Madrid, 1995, p. 191-215

MATEOS CRUZ, Pedro, *La basílica de Santa Eulália de Mérida: Arqueología y Urbanismo*, Anejos de Archivo Español de Arqueología XIX, CSIC, Madrid, 1999, p. 177-195

MATEOS CRUZ, Pedro, Augusta Emerita. *La investigación arqueológica en una ciudad de época romana*, Archivo Español de Arqueología 74, nº 183-184, CSIC, Madrid, 2001, p. 183-208

MATEOS CRUZ, Pedro, *Topografía y evolución urbana*, Mérida, *Colonia Augusta Emerita*, Las Capitales Provinciales de *Hispania* 2, "L'Erma di Bretschneider, Roma, 2004, p. 27-39

MATEOS CRUZ, Pedro, *Los orígenes de la cristianización urbana en* Hispania, VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Les Ciutats Tardoantigues d'*Hispania*: Cristianització i Topografia, Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 2005, p. 49-62

MATOS, José Luís de, *Lisboa Islâmica*, Colecção Lazúli, Instituto Camões, Lisboa, 1991

MATTERN, Susan P., *Rome and the Enemy, Imperial Strategy in the Principate*, University of Califonia Press, Berkeley / Los Angeles, 1999

MATTHEWS, John, *The Roman Empire of Ammianus*, Duckworth & Co., London, 1989

MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Reis de Portugal, Temas e Debates, Mem Martins, 2007

MAURIN, Louis, *Remparts et cités dans les trois provinces du Sud-Ouest de la Gaule au Bas-Empire (dernier quart du IIIe siècle – début du Ve siècle)*, Villes et Agglomérations Urbaines Antiques du Sud-Ouest de la Gaule. Histoire et Archéologie, Sixième supplément à Aquitania, La Nef, Bordeaux, 1992, p. 365-389

MAXFIELD, Valerie, *Mainland Europe*, The Roman World, John Wacher (ed.), Routledge, London / New York, p. 139-193

MAYER, Marc, *Constantino el Grande: deconstrucción y construcción de un império*, Génese e Consolidação da Ideia de Europa, vol. III, O mundo romano, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2005, p. 203-230

MAYET, Françoise e SCHMITT, Anne, *Les amphores de São Cucufate (Beja)*, Itinéraires Lusitaniens, Trente années de collaboration archéologique luso-française, Diffusion de Boccard, Paris, 1997, p. 81-84

MAYMÓ I CAPDEVILLA, Pere, *La* episcopalis audientia *durante la dinastía teodosiana. Ensayo sobre el poder jurídico del obispo en la sociedad tardorromana*, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 1, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 165-170

MCCORMICK, Michael, *Eternal victory: triumphal rulership in Late Antiquity, Byzantium, and the early medieval West*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990

MCCORMICK, Michael, *Origins of the Eurpean Economy: Communications and Commerce AD 300 – 900*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002

MÉLIDA, José Ramón, *Catálogo Monumental de España*, *Provincia de Badajoz*, Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes, Madrid, 1907-10

MÉLIDA, José Ramón, *Catálogo Monumental de España*, *Provincia de Cáceres*, Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes, Madrid, 1914-16

MÉLIDA, José Ramón, *Excursión a Mérida y Cáceres*, Boletín de la Sociedad Española de Excursiones, XXX, Fototipa de Hauser y Menet, Madrid, 1922, p. 33-47

MENCHON I BES, Joan, *Necrópolis altomedievales y despoblación en la provincia de Tarragona. El caso de la Conca de Barberá*, Arqueología y Territorio Medieval 5, Universidad de Jaén, 1998, p. 5-29

MERTENS, J., *Urban wall-circuits in Gallia Belgica in the Roman period*, Roman urban defences in the West, CBA Research Report nº 51, Microwave Exhibitions and Publishers Ltd, London, 1983, p. 40-57.

MIERSE, William, *Temples and Towns in Roman Iberia, The social and architectural dynamics of sanctuary designs from the third century B. C. to the third century A. D.*, University of California Press, Berkeley, 1999

MILLER, Konrad, *Die Peutingersche Tafel*, (1887), F. A. Brockhaus, Stuttgart, 1962

MINISTERIO DE CULTURA, *Fuentes documentales para el estudio de la restauración de monumentos en España*, Subdirección General de Estudios, Documentación y Publicaciones, Madrid, 1989

MITCHELL, Stephen, *A History of the Later Roman Empire, AD 284-641: The Transformation of the Ancient World*, Blackwell Publishing, Malden / Oxford / Victoria, 2007

MITTHOF, Fritz, *Annona Militaris. Die Heeresversorgung im spätantiken Ägypten. Ein Beitrag zur Verwaltungs- und Heeresgeschichte des Römischen Reiches im 3. bis 6. Jh. n. Chr.*, Papyrologica Florentina, Volume XXXII, Edizioni Gonnelli, Firenze, 2001

MOITA, Irisalva e LEITE, Ana Cristina, *Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e Limitações*, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), Trabalhos de Arqueologia 3, IPPC, Lisboa, 1986, p. 55-67

MOLANO BRIAS, Juana, GABRIEL GIJÓN, Eulalia, MONTALVO FRÍAS, Ana e GONZÁLEZ, Manuel, *Arqueología urbana en Mérida: 1987 – 1990*, Actas das IV Jornadas Arqueológicas, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, p. 45-55

MONCO GARCÍA, Carlos, *La alcazaba de Huete. Avance de las excavaciones realizadas en 1985*, I Congreso de Historia de Castilla-la-Mancha, Actas, tomo V, Musulmanes y Cristianos: La implantación del feudalismo, Junta de Comunidades de Castilla-la-Mancha, Toledo, 1988

MONDOT, Jean-François, *À quoi ressemblait Rome à la fin du IVe siècle?*, Cahiers de Science et Vie, nº 94, Excelsior Publications, Paris, 2006, p. 22-31

MONTALVÃO, António, *Permanece a urbanística de* Aquae Flaviae*?*, Conimbriga vol. XI (separata com numeração própria), Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 1-5

MONTANELLI, Indro, *História de Roma da Fundação à Queda do Império*, Edições 70, Lisboa, 2002

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997

MONTEIRO, João Gouveia, *As comunicações em tempo de guerra*, As comunicações na Idade Média, Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa, 2002, p. 172-189

MONTEIRO, João Gouveia, *L'architecture militaire médiévale portuguaise. Une vision d'ensemble*, Quatre Études d'Histoire Militaire Médiévale Portuguaise, Palimage, Coimbra, 2007, p. 15-47

MONTERO FENOLLÓS, Juan-Luis, CARAMELO, Francisco, MÁRQUEZ, Ignacio e VIDAL, Jordi, *O projecto arqueológico "Médio Eufrates Sírio": resultados provisórios da primeira campanha*, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 9. n. 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2006, p. 109-126

MORA-FIGUEROA, Luis de, *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, Ministerio de Defensa, Madrid, 2006a

MORA-FIGUEROA, Luis de, *Las puertas de las fortificaciones hispanocristianas y sus defensas*, Stadttore. Bautyp und Kunstform, Iberia Archaeologica Band 8, Deutsches Archäologisches Institut - Madrid, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 2006b, p. 291-303

MORAIS, Rui Manuel Lopes de Sousa, *Autarcia e Comércio em* Bracara Augusta *no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Universidade do Minho, Braga, 2004

MORAND, Isabelle, *La Maison aux Jets d'Eau de Conimbriga (Portugal), Programmes architectural et décoratif*, Diffusion E. de Boccard, Paris, 2005

MORAVÁNSZKY, Ákos, *The Pathos of Masonry*, Constructing Architecture, Materials, Processes, Structures, A Handbook, Birkhäuser, Basel, 2005, p. 23-32

MOREIRA, José Beleza, *A cidade romana de* Eburobrittium*, Óbidos*, Mimesis, Porto, 2002

MORENO DE VARGAS, Bernabe, *Historia de la Ciudad de Merida (año de 1633)*, Biblioteca Municipal "Juan Pablo Forner", Merida, 2001

MORILLO CERDÁN, Ángel e MARTÍN HERNÁNDEZ, Esperanza, *El ejército romano en la Península Ibérica. De la "arqueología filológica" a la arqueología militar romana*, Estudios Humanísticos, Historia 4, Universidad de León, León, 2005, p. 177-207

MORÍN DE PABLOS, Jorge, *Arqueología del poblamiento visigodo en el Occidente de la Meseta Norte (ss. V-VIII)*, Zona Arqueológica, 8, 1, Madrid, 2006, p. 175-216

MORINI, Mario, *Atlante di Storia dell'Urbanistica (dalla Preistoria all'inizio del seccolo XX)*, Editore Ulrico Hoepli, Milano, 1983

MUÑOZ, Roberto, *El ejército visigodo desde sus orígenes a la batalla de Guadalete*, Guerreros y Batallas 8, Almena, Madrid, 2003

MUÑOZ GARCÍA, Miguel Ángel e GUTIÉRREZ MILLÁN, María Eva, *Medina Cauria, análisis de las defensas de una medina avanzada de la Marca Media*, Arqueologia da Idade Média na Península Ibérica, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII, ADECAP, Porto, 2000, p. 247-262

MURGA GENER, Jose Luis, *Protección a la Estética en la Legislacón Urbanística del Alto Imperio*, Anales de la Universidad Hispalense, Universidad de Sevilla 28, Sevilla, 1976

MURPHY, James, *Viagens em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1988

NAPOLI, Joëlle, *Recherches sur les fortifications linéaires romaines*, Collection de l'Ecole Française de Rome 229, Diffusion de Boccard, Paris, 1997

NASCIMENTO, Aires A., *Damião de Góis, Elogio da Cidade de Lisboa*, Guimarães Editores, Lisboa, 2002

NAVARRO CABALLERO, Milagros, *Una guarnición de la legión VII Gémina en* Tritium Magallum, Caesaraugusta 66-67, Institución Fernando el Católico, CSIC, Zaragoza, 1989/1990, p. 217-226

NAVARRO CABALLERO, Milagros, *Famille impériale et dynasties locales: un modèle idéologique reproduit dans les cités hispaniques sous l'Empire*, La transmission de l'idéologie impériale dans l'Occident romain, Colloque CTHS – Bastia 2003, Études 13, Ausonius Éditions, Bordeaux-Paris, 2006, p. 69-84

NEIRA FALEIRO, Concepción, *La* Notitia Dignitatum*. Nueva edición crítica y comentario histórico*, Nueva Roma 25, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2005

NICKERSON, Hoffman, *Warfare in the Roman Empire and the Middle Ages*, Dover Publications, New York, 2003

NOGALES BASARRATE, Trinidad, *Colonia Augusta Emerita. Préservation, restitution et mise en valeur du patrimoine fouillé*, Bulletin de la Société Française d'Archéologie Classique XXXI (1998-1999), Revue Archéologique, Paris, 2000, p. 160-168

NOGALES BASARRATE, Trinidad, *Reutilización de los monumentos funerarios con retrato*, Imagen y Memoria, Monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita, Real Academia de la Historia – Museo Nacional de Arte Romano, Madrid, 2001a, p. 97-103

NOGALES BASARRATE, Trinidad, *Autorrepresentación de la elites provinciales: el ejemplo de Augusta Emerita*, Élites Hispaniques, Ausonius – Publications, Études 6, Diffusion de Boccard, Paris / Bordeaux, 2001b, p. 121-139

NOGALES BASARRATE, Trinidad, CARVALHO, António e ALMEIDA, Maria José, *El programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal): un modelo exepcional de las* uillae *de la* Lusitania, IV Reunião sobre Escultura Romana da Hispânia, Faculdade de Belas-Artes de Lisboa / Museo Nacional de Arte Romano, Lisboa, 2004, p. 103-156

NOLLA, J. M., *Gerunda y la defensa de la* Via Augusta *en la Antigüedad Tardía*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 633-647

NORBERG-SCHULZ, Christian, *Arquitectura Occidental*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2004

NOSSOV, Konstantin, *Ancient and Medieval Siege Weapons: A Fully Illustrated Guide to Siege Weapons and Tactics*, The Lyons Press, Guilford, 2005

NOVO GÜISÁN, J. Miguel, *¿Castros tardíos en el Noroeste? Algunas menciones literarias visigodas y de la primera Reconquista*, CROA 4, Castro de Viladonga, Viladonga, 1994, p. 16-17

NÚÑEZ AGUILAR, Juan Ignacio, OSETE LÓPEZ, Mª Luisa e BERNAL CASASOLA, Darío, *Estudio arqueomagnético de las murallas meriníes de la Avenida Blás Infante, Algeciras (Cádiz)*, Caetaria 3, Museo Municipal, Ayuntamento de Algeciras, Algeciras, 2000, p. 229-237

O'CALLAGHAN, Joseph, *A History of Medieval Spain*, Cornell University Press, Ithaca, 1983

O'CLERY, Patrick Keyes, *The making of Italy, 1856-1870*, Kegan Paul, Trench, Trubner & co., London, 1892

OLEIRO, J. M. Bairrão, *Novos elementos para a História de "Aeminium"*, Biblos XXVIII, Faculdade de Letras, Coimbra, 1952

OLEIRO, J. M. Bairrão, *Conimbriga: Casa dos Repuxos*, Corpus dos Mosaicos Romanos em Portugal, vol. 1, Museu Monográfico de Conimbriga / Instituto Português de Museus, Lisboa, 1992

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde, *Monografia de Estoi (a vetusta Ossonoba)*, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1914

OLIVEIRA, Jorge, BALLESTEROS, Carmen e VIDAL, Gerardo, *Relatório de Acompanhamento Arqueológico de Obra. Rua, Largo da Misericórdia e Travessa das Pêras*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 15642, 2000

OLIVEIRA, Jorge e PEREIRA, Sérgio, *Do domínio islâmico à "Reconquista cristã" na freguesia de S. S. da Aramenha*, São Salvador da Aramenha, História e Memórias da Freguesia, Ibn Maruan 13, Câmara Municipal de Marvão, Edições Colibri, Marvão, 2005, p. 73-79

OLIVEIRA, (Frei) Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, (fac-simile), Veja, Lisboa, 1991 [1620]

OLMO ENCISO, Lauro, *El reino visigodo de Toledo y los territorios bizantinos: datos sobre la heterogeneidad de la Península Ibérica*, Coloquio Hispano-italiano de Arqueología Medieval, Universidad de Siena, Siena, 1992, p. 185-198

OLMO ENCISO, Lauro, *Recópolis. Un paseo por la ciudad visigoda*, Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, Madrid, 2006a

OLMO ENCISO, Lauro, *La ciudad en el centro peninsular durante el proceso de consolidación del Estado visigodo de Toledo*, Zona Arqueológica nº 8, Madrid, 2006b, p. 251-266

OLMO ENCISO, Lauro, *Nuevos paisajes urbanos y consolidación del Estado en época visigoda*, Hispania Gothorum. San Ildefonso y el Reino Visigodo de Toledo, Museo de Santa Cruz, Toledo, 2007, p.161-180

Ordenações Manuelinas, Livro II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984

ORLANDIS, José, *Historia del Reino Visigodo Español*, Ediciones RIALP, Madrid, 1988

OROZ RETA, José e MARCOS CASQUERO, Manuel A., *San Isidoro de Sevilla, Etimologías II (libros XI-XX)*, Biblioteca de Autores Cristianos, Editorial Católica, Madrid, 1994

OSWALD, Daniel, *The Early Roman Cities of Lusitania*, BAR International Series 1519, Archaeopress, Oxford, 2006

OWENS, E. J., *Roman town planning*, Roman Public Buildings, University of Exeter Press, Exeter, 1995, p. 7-30

P. M. (*sic*), *Textos de Direito Visigótico I. Codex Euricianus. Lex Visigothorum sive Liber Iudiciorum*, Colecção de Textos de Direito Peninsular e Português, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923

PALENCIA, Alfonso de, *Gesta Hispaniensia ex annalibus suorum dierum collecta*, tomo 2, *libri* VI – X (ed. Brian Tate e Jeremy Lawrance), Real Academia de la Historia, Madrid, 1999

PALLISER, D. M., *The origins of British towns*, The Cambridge Urban History of Britain, volume I, 600-1540, Cambridge University Press, Cambridge, 2000, p. 17-24

PALLISER, D. M., SLATER, T. R. e DENNISON, E. Patricia, *The topography of towns, 600-1300*, The Cambridge Urban History of Britain, volume I, 600-1540, Cambridge University Press, Cambridge, 2000, p. 153-186

PALMA GARCÍA, Félix, *La muralla romana: ampliaciones a su conocimiento y un debate cronológico – intervención arqueológica realizada en el solar nº 60 de la calle Concordia*, Mérida – Excavaciones Arqueológicas 2001, Memoria 7, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, Mérida, 2004, p. 35-53

PALOL, P., *Arqueología Cristiana de la España Romana, siglos IV-VI*, España Cristiana, Serie Monográfica, Monumentos, vol. 1, Instituto Enrique Flórez, Madrid / Valladolid, 1967

PALOL, P., *Romanos en la Meseta: El Bajo Imperio y la aristocracia indígena*, Segovia y la Arqueología Romana, Instituto de Arqueología y Prehistoria, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1977, p. 297-308

PALOL, P., *Arte y Arqueología*, Historia de España III, España Visigoda, La monarquía, la cultura, las artes (ed. Ramón Menéndez Pidal), Espasa – Calpe, Madrid, 1991, p. 271 – 428

PASCHOUD, François, *Histoire Auguste*, tome V, *Vies de Probus, Saturnin, Proculus et Bonose, Carus, Numérien et Carin*, Paris, Les Belles Lettres, 2001

PASCOAL, Luís Gouveia, *Relatório da intervenção realizada pelo Departamento de Arqueologia do IPPC na Estação Arqueológica de Idanha-a-Velha em 1983*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, 7.2.4/17-5(1), 1983

PASTOR MIRA, Alicia, TENDERO FERNÁNDEZ, Fernando E. e TORREGROSA GIMÉNEZ, Palmira, *Elche medieval: la evolución de su sistema defensivo*, II Jornadas de Arqueología Medieval, De la medina a la vila, Museo Arqueologico Provincial de Alicante / Centre d'Estudís Locals del Vinalopó, Alicante, 2004, p. 33-58

PASTOR, Reyna, *Problemas casi nuevos. L'"incastellamento" en sociedades «no feudales» del Mediterraneo Occidental*, "L'incastellamento", Actas de las reuniones de Girona y de Roma, École Française de Rome / Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, Roma, 1998, p. 317-331.

PATROCÍNIO, Manuel F. S. do, *Um* país afortunado*: descrições do Sul em fontes anteriores ao período romano*, Monumentos 24, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 2006, p. 6-11

PAULA, Rui M. e PAULA, Frederico, *Ossónoba, Faro, Santa Maria Ibn Harun. Faro, Evolução urbana e património*, Câmara Municipal de Faro, 1993

PAULO, Dália, *Relatório das sondagens realizadas na antiga Fábrica da Cerveja – Faro*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S –12635, Faro, 1990

PAULO, Dália, *As sondagens arqueológicas realizadas na antiga Fábrica da Cerveja – Faro*, Anais do Município de Faro vol. XXIX – XXX, Câmara Municipal de Faro, 1999-2000, p. 17-85

PAVIA, Carlo, *Roma sotteranea e segreta*, Mondadori, Milano, 1985

PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Arte Toledano: islámico y mudéjar*, Secretaría de Cooperación Internacional y para Iberoamérica, Dirección General de Relaciones Culturales, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Madrid, 1988

PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas, Crónicas de viajes por el sur de Portugal*, Cuadernos de Arte y Arqueología 5, Agencia Española de Cooperación Internacional, Madrid, 1993

PAYNE, Stanley G., *A History of Spain and Portugal*, volume 1, University of Wisconsin Press, Madison, 1973

PEACOCK, D. P. S., *The Rhine and the problem of Gaulish wine in Roman Britain*, Roman shipping and trade: Britain and the Rhine provinces, Research Reports 24, Council for British Archaeology, London, 1978, p. 49-51

PEDROSO, Rui Nunes, *Restauro das pinturas da sala (6) nas ruínas da Rua da Alcárcova*, A Cidade de Évora, II Série, nº 4, Câmara Municipal, Évora, 2000, p. 169-183

PEREIRA, Félix Alves, *Ruinas de ruinas ou Destroços Igeditanos I. Elenco da Epigraphia Lusitano-romana. A) Inscripções hierologicas*, O Archeologo Português (separata com numeração própria e sem referência ao volume de origem), Imprensa Nacional / Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1909

PEREIRA, Félix Alves, *Vestígios do passado em Idanha-a-Velha IV, Ruínas de ruínas ou estudos igeditanos*, O Archeologo Português vol. XXX, Museu Etnológico, Imprensa Nacional, Lisboa, 1956, p. 186-204

PEREIRA, Gabriel, *Estudos Eborenses, Antiguidades romanas em Evora e seus arredores*, Minerva Eborense, Évora, 1891

PEREIRA, Isaías da Rosa, *Um "ordo" visigótico para a reunião do concílio provincial*, Revista Portuguesa de História, tomo XIII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1970, p. 197-209

PEREIRA, José António Rodrigues, *As fortalezas marítimas da Figueira da Foz*, Câmara Municipal, Figueira da Foz, 2005

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Lisboa, 2007

PEREIRA, Mário, *Da torre ao baluarte*, A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1994, p. 35-42

PEREIRA, Sérgio, *Dois depósitos monetários encontrados na porta sul (Ammaia)*, Ibn Maruan 12, Câmara Municipal de Marvão, 2002, p. 99-134

PEREIRA, Sérgio, *A freguesia da Aramenha sob o domínio romano*, São Salvador da Aramenha, História e Memórias da Freguesia, Ibn Maruan 13, Câmara Municipal de Marvão, Edições Colibri, Marvão, 2005a, p. 35-61

PEREIRA, Sérgio, *Da desagregação do Império ao período visigótico na freguesia de S. S. da Aramenha*, São Salvador da Aramenha, História e Memórias da Freguesia, Ibn Maruan 13, Câmara Municipal de Marvão, Edições Colibri, Marvão, 2005b, p. 63-71

PERESTRELO, Manuel Sabino G., *O povoamento romano na bacia média do rio Côa e na bacia da ribeira de Massueime*, vol. 1, tese de mestrado policopiada, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000

PÉREZ CENTENO, Mª del Rosario, *Las ciudades hispanas en el siglo III d. C. Un ejemplo: Emerita Augusta*, Espacio, Tiempo y Forma, Série II, Historia Antigua nº 11, UNED, Madrid, 1998, p. 295-306

PÉREZ GONZÁLEZ, Cesáreo, ARANA MONTES, Marina e PÉREZ GONZÁLEZ, María Luisa, *Pisioraca, de sus orígenes a los Visigodos*, Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses n. 45, ITTM, Palencia, 1981, p. 133-165

PÉREZ MARTÍN, Inmaculada, *Bizancio y sus ciudades*, De la aldea al Burgo: Las ciudad como estructura urbana y política en el Mediterráneo, Mediterranea nº 11, Ediciones Clásicas / Distribución Editorial, Madrid / Málaga, 2003, p. 225-282

PÉREZ – PRENDES, José Manuel, *La Monarquía. El poder Político, el Estado, el Derecho*, Historia de España III, España Visigoda, La monarquía, la cultura, las artes, ed. Ramón Menéndez Pidal, Espasa – Calpe, Madrid, 1991

PERNOT, Jean-François, *Fortifications et voies d'invasion. Quelques réflexions à propos des voies naturelles*, Stratégique n° 68, Institut de Stratégie Comparée, Paris, 1997, s/p

PESSOA, Miguel, *Villa romana do Rabaçal*, Câmara Municipal de Penela, Penela, 1998

PESSOA, Miguel, *A muralha augustana de Conimbriga. Elementos de estudo*, edição de autor, Condeixa-a-Velha, 1991

PETIT, Carlos, Iustitia Gothica. *Historia Social y Teología del Proceso en la* Lex Visigothorum, Bartolomé de las Casas 3, Universidad de Huelva, 2001

PETIT, Olivier, *Adrinople (9 août 378)*, Histoire Antique nº 31, Éditions Faton, Dijon, 2007, p. 54-61

PHARR, Clyde, *The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions*, Princeton University Press, Princeton, 1952

PICARD, Christophe, *A islamização do Gharb al-Ândalus*, Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1998, p. 25-34

PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle), L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Maisonneuve & Larose, Paris, 2000

PICARD, Christophe, *Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-Andalus (X-XIIe siècle) : les signes d'une dynamique*, Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII), Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, 2005, p. 129-143

PICARD, Gilbert, *Empire Romain*, Office du Livre, Fribourg, 1965

PIMENTA, João, *Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 6, número 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2003, p. 341-362

PIMENTA, João, *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Trabalhos de Arqueologia 41, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2005

PIMENTA, João, CALADO, Marco e LEITÃO, Manuela, *Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça*, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 8, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2005, p. 313-334

PIMENTEL, António Filipe, *A Morada da Sabedoria, I. O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*, Almedina, Coimbra, 2005

PIMENTEL, Nuno, *Quadro Natural*, Portugal, Perfil Geográfico, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 29-81

PINON, Pierre, *La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval. Permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo oriental*, La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano, Colección Estudios, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2001, p. 179-213

PINTO, Fernanda Pereira do Aido Nunes, *Muralhas Romanas*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003

PIRES, Angelina, *A Guerra das Gálias*, Clássicos do Pensamento Estratégico 5, Edições Sílabo, Lisboa, 2004

PLATNER, Samuel Ball, *A topographical dictionary of Ancient Rome*, Oxford University Press, Oxford, 1929

PLOMMER, Hugh, *Vitruvius and Later Roman Building Manuals*, Cambridge Classical Studies, Cambridge University Press, Cambridge, 1973

POLANYI, Karl, *A Ilusão da Economia*, Livros Plural 8, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1999

POLLITT, J. J., *The Art of Rome. c. 753 B.C. – A. D. 337, Sources and Documents*, Cambridge University Press, Cambridge, 1983

POMPIGNAN, Lefranc de, *La Moselle d'Ausone, suivie de Mon Retour en Gaule, par Rutilius*, Antiqua 24, Imprimerie Paillart, Abbeville, 1931, p. 83-163

PONTE, Salete da, *Achegas sobre a estrutura urbana de* Sellium *(Tomar)*, XXII Congreso Nacional de Arqueología, Vigo, 1993, p. 447-459

PONTE, Salete da, *Tomar islâmica do* Gharb al-Andalus*, a alcáçova e arredores*, Al-Madan II Série, nº 15, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. XIII – 1-6

PORCH, Douglas, *The French Foreign Legion: Complete History of The Legendary Fighting Force*, Perennial, New York, 1992

PORRAS FUNES, Carlos S., *La frontera norte del reino nazarí, siglos XIII a XV: un paisaje fortificado*, III Congreso Internacional sobre Fortificaciones "Paisaje y Fortificación", Ayuntamiento de Alcalá de Guadaíra, Alcalá de Guadaíra, 2006, p. 127-137

POVEDA NAVARRO, Antonio, *La creación de la sede de Elo en la frontera visigodo-bizantina*, Alebus nº 6, Museu Arqueológico Municipal, Elda, 1996, p. 114-136

POWELL, J. G. F., *M. Tullius Ciceronis De Re Publica, De Legibus, Cato Maior de Senectute, Laelius de Amicitia*, Oxford University Press, Oxford / New York, 2006

PRADOS MARTÍNEZ, Fernando, *El almohadillado de sillares. Una técnica arquitectónica mediterránea*, Revista de Arqueología nº 222, Zugarto Ediciones, Madrid, 1999, p. 30-39

PRESEDO VELO, Francisco J., *La España bizantina*, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2003

PRIGENT, Daniel e SAPIN, Christian, *La construction en Pierre au Moyen Âge*, La Construction, la pierre, Collection « Archéologiques », Editions Errance, Paris, 1999, p. 101-132

QUARESMA, José Carlos, *Terra Sigillata Africana D e Foceense Tardia das escavações recentes de Mirobriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém)*, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 2, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 1999, p. 69-82

QUINTEIRA, António José Ferreira, *Scallabis. Análise Contextual e Perspectivas de Estudo*, Universidade do Minho, Braga, 1996

QUIROGA, Jorge López, *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Colección Galicia Histórica, Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, Fundación Pedro Barrié de la Maza, s/l, 2004

QUIROGA, Jorge López, BENITO DÍEZ, Laura e CATALÁN RAMOS, Raúl, *Secuencia crono-estratigráfica de la domus Tancinus durante la Antigüedad Tardía y la Edad Media*, Conimbriga Medieval, La ocupación postromana de la *domus* de *Tancinus* (Conimbriga, Condeixa-a-Velha, Portugal), Excavaciones Arqueológicas 2004-2007, British Archaeological Reports, International Series 10186, Archaeopress 2008, no prelo

QUIROGA, Jorge López e LOVELLE, Monica Rodríguez, *Arqueología medieval en Galicia: balance y perspectivas a partir de experiencias recientes*, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas I, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1993, p. 411-430

QUIROGA, Jorge López e LOVELLE, Monica Rodríguez, *El problema del* limes *de epoca visigotica en Galicia: nuevas consideraciones a partir de una relectura de las fuentes escritas y arqueológicas*, Revista de Guimarães nº 104, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1994, p. 83-107

QUIROGA, Jorge López e LOVELLE, Monica Rodríguez, *Algunas notas sobre el monetario suevo-visigodo y su importancia para el estudio de las civitas y la red viaria en el Noroeste*, Revista de Guimarães nº 107, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1997, p. 203-218

QUIROGA, Jorge López e RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán, *El "final" de las* villae *en Hispânia I. La transformación de las* pars urbana *de las* villae *durante la Antigüedad Tardía*, Portugalia, Nova Série, XXI –XXII, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Universidade do Porto, Porto, 2000-2001, p. 137-190

RAMALHO, Maria M., LOPES, Carla, CUSTÓDIO, Jorge e VALENTE, Mª João, *Vestígios da Santarém Islâmica – um silo no Convento de S. Francisco*, Arqueologia

Medieval 7, Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, Porto / Mértola, 2001, p. 147-183

RAMALLO ASENSIO, Sebastián e VIZCAÍNO SÁNCHEZ, Jaime, *Bizantinos en* Hispania*. Un problema recurriente en la arqueología Española*, Archivo Español de Arqueología 75, CSIC, Madrid, 2002, p. 313-332

RAMOS, Carlos Alberto, Cristóvão, José Luís e Côrte-Real, Artur, *Projecto de Recuperação patrimonial e valorização de Idanha-a-Velha*, Gabinete de Arqueologia, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia 7.2.4/17-5(1), s/d

RAMOS-JOSÉ, Ladislau e HERRERO INGELMO, José Luis, *La literatura de Salamanca: nombres, imágenes y palabras*, 88th AATSP Meeting, San Diego, 2007

RANKOV, N. B., Frumentarii*, the* Castra Peregrina *and the Provincial* Officia, Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik 80, Bonn, 1990, p. 176-182

RAUSCHER, Émilie, *410. Rome aux mains d'Alaric*, Cahiers de Science et Vie, nº 94, Excelsior Publications, Paris, 2006, p. 90-93

REAL, Manuel Luís, *Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente peninsular*, IV Reunió d'Arqueología Cristiana Hispànica, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica IV, Barcelona, 1995, p. 17-68

REAL, Manuel Luís, *Os Moçárabes do Gharb português*, Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1998, p. 35-56

REAL, Manuel Luís e TÁVORA, Maria José, *Casa da Rua D. Hugo*, Informação Arqueológica 8, IPPC, Lisboa, 1987, p. 69-71

RÉAU, Louis, *Histoire du vandalisme. Les monuments détruits de l'art français*, Éditions Robert Laffont, Paris, 1994

REES, Roger, *Diocletian and the Tetrarchy*, Debates and Documents in Ancient History, Edinburgh University Press, Edinburgh, 2004

REGO URIARTE, José Ignacio López de Rego, *La muralla romana de Lugo. Sistema constructivo*, Boletín do Museo Provincial de Lugo nº 12, 1, Lugo, 2005, p. 71-108

REILLY, Bernard F., *The Medieval Spains*, Cambridge University Press, Cambridge, 1993

REINHART, Wm., *Sobre el asentamiento de los Visigodos en la Peninsula*, Archivo Español de Arqueología 59, CSIC, Madrid, 1945, p. 124-139

REMESAL RODRÍGUEZ, José, *La* annona militaris *y la exportación de aceite Bético a* Germania, Universidad Complutense, Madrid, 1986

RESENDE, André de, *Historia da Antiguidade da Cidade de Euora*, Terceira Ediçam fielmente copiada da segunda, que se fez em Euora em 1576, a qual foy ainda emendada pelo mesmo auror, Of. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1783

RESENDE, André de, *As Antiguidades da Lusitânia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996

REUTER, Timothy, *Medieval Polities and Modern Mentalities*, Cambridge University Press, Cambridge, 2006

REYNOLDS, Paul, *Trade in the Western Mediterranean, AD 400-700: the ceramic evidence*, BAR International Series 604, Tempus Reparatum, Oxford, 1995

REYNOLDS, Paul, *Hispania in the later Roman Mediterranean: ceramics and trade*, Hispania in Late Antiquity, Current Perspectives, Brill, Leiden, 2005, p. 369-486

RIBEIRO, Orlando, *Ainda em torno das origens de Viseu*, Beira Alta, vol. XXX, 4, Viseu, 1957, p. 437-443

RIBERA I LACOMBE, Albert, *El papel militar de la fundación de Valentia (138 a. C.): historia y arqueología*, Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (Espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales), Universidad de León / Casa de Velázquez, Madrid, 2003, p.363-389

RICH, John, *The City in Late Antiquity*, Leicester-Nottingham Studies in Ancient Society, Routledge, London, 1996

RICHARDSON, John S., *The Romans in Spain*, Blackwell Publishers, Oxford, 1998

RICHMOND, I. A., *The first years of* Emerita Augusta, Archaeological Journal, LXXXVII, The Council of The Royal Archaeological Institute of Great Britain and Ireland, for the Encouragement and Prosecution of Researches into the Arts and Monuments of The Early and Middle Ages, London, 1930, p. 99-116

RICHMOND, I. A., *Five town-walls in Hispania Citerior*, The Journal of Roman Studies, vol. 21, Society for the Promotion of Roman Studies, London, 1931, p. 81-100

RIGOLD, S. E., Litus Romanum – *The Shore forts as mission stations*, The Saxon Shore, Council for British Archaeology Research Report 18, London, 1977, p. 70-75

RIPOLL LÓPEZ, Gisela, *Acerca de la supuesta frontera entre el* Regnum Visigothorum *y la* Hispania *bizantina*, Pyrenae 27, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1996, p. 251-267

ROBINSON, D. S., *Greek and Roman Architecture*, Cambridge University Press, Cambridge, 1974

RODGERS, Nigel, *Roman Empire*, Hermes House, London, 2006

RODRIGUES, José Augusto e CUSTÓDIO, Jorge, *Hipótese de Ocupação Humana na Época Romana* – Scallabis Colonia, Santarém, Cidade do Mundo, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 2001a, p. 176-184

RODRIGUES, José Augusto e CUSTÓDIO, Jorge, Santarém, *Hipótese de Ocupação desde o fim do Mundo Antigo até o finaldo Reino Visigodo (séc. III – 714)* – Scallabis Castrum, Santarém, Cidade do Mundo, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 2001b, p. 185-188

RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *Livro das Posturas Antigas*, Câmara Municipal, Lisboa, 1974

RODRIGUES, Sandra, *A rede viária romana do Algarve central*, As Vias do Algarve da Época Romana à Actualidade, Actas das I Jornadas, São Brás de Alportel, 2006, p. 20-22

RODRÍGUEZ ALONSO, Cristóbal, *Las Histórias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, Edición Crítica y Traducción*, Centro de Estudios y Investigación "Santo isidoro", León, 1975

RODRÍGUEZ-ARAGÓN, Fernando Pérez, *Elementos de tipo bárbaroo oriental y danubiano de época bajo-imperial en Hispânia*, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 2, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 629-647

RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio, *Galicia Meridional Romana*, Universidad de Deusto, Bilbao, 1977

RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio, *La muralla romana de Lugo, gran bastión defensivo en los confines del Imperio. Análisis de conjunto*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 217-253

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Antonio, *Paseo Epigráfico por el Casco Antiguo de Cáceres*, Museo de Cáceres, Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Extremadura, Mérida, 2007

ROSA, José António Pinheiro e, *Fortificações de Faro, Conferência proferida na sessão de encerramento da série promovida pela APAC*, Anais do Município de Faro XX, Câmara Municipal, Faro, 1990, p. 39-59

ROSADA, Guido e LACHIN, Maria Teresa, *Le mura di Constantinopoli e le dinamiche della topografia urbana*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 59-80

ROSKAMS, Stephen, *The urban transition in the Maghreb*, Early Medieval Towns in the Western Mediterranean, Società Archeologica Padana, Mantova, 1996, p. 43-54

ROTH, Jonathan Philip, *The Logistics of the Roman Army in the Jewish War*, Columbia University, New York, 1991

ROWLAND, Ingrid D. e HOWE, Thomas Noble, *Vitruvius. Ten Books on Architecture*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002

RUIZ DE ARBULO, Joaquín, *Artifex, Enginyeria Romana a Hispània*, Museu d'Arqueologia de Catalunya, Barcelona, 2006

SÁENZ DE BURUAGA, José Alvarez, *El escudo de Mérida y su origen romano*, Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, LX, 1, Madrid, 1954, p. 229-243

SALAS MARTÍN, José, *Fuentes para el estudio de la* Colonia Norba Caeserina *y sus* contributa Castra Servilia *y* Castra Caecilia, Anas 9, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1996, p. 59-78

SALAS MARTÍN, José e ESTEBAN ORTEGA, Julio, *La Colonia* Norba Caesarina *y la* Gens Norbana *en* Hispania, Librería Técnica Universitaria Figueroa 2, Cáceres, 1994

SALVADO, Pedro, *As muralhas e a torre de Idanha-a-Velha*, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova – Museu Coordenador Tavares Proença Júnior, Idanha-a-Velha, 1983

SALVADOR VENTURA, Francisco, *Los siglos VI y VII en el sur de* Hispania. *De periodo de autonomía ciudadana a pilar del reino hispano-visigodo*, Hispania meridional durante la Antigüedad, Universidad de Jaén, Jaén, 2000, p. 183-203

SALVADOR VENTURA, Francisco, Fortissimae civitates *meridionales en los siglos VI y VII*, Estudios sobre la Bética, Universidad de Granada, Granada, 2002, p. 447-461

SAMUEL, Alan E., *Assumptions, Economics, and the Origins of Europe*, Ancient Economic Thought, Routledge, London, 1997, p. 211-237

SÁNCHEZ ALBALÁ, José Ignacio e VINAGRE NEVADO, Diego, *Corpus de Inscripciones Latinas de Coria*, Colección "Temas Caurienses", volumen 1, Ayuntamiento de Coria, Coria, 1998

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, *Despoblación y Repoblación del Valle del Duero*, Instituto de Historia de España, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 1966

SÁNCHEZ BADIOLA, Juan José, *La configuración de un sistema de poblamiento y organización del espacio: el territorio de León (siglos IX – XI)*, Colección "León: Historia y Sociedad", Fundación Monteleón, León, 2002

SANDERS, Guy D. R., *Recent developments in the chronology of Byzantine Corinth*, Results of excavations conducted by the American School of Classical Studies at Athens, volume XX, Corinth: The Centenary, 1896-1996, The American School of Classical Studies at Athens, Athens, 2003, p. 385-399

SANTOS, Maria Madalena Costa Cabral e CARVALHO, Rogério, *Idanha-a-Velha, acompanhamento de obras nos anos de 1988/89*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, 7.2.4/17-5(1), 1989

SANTOS, Raquel, *Testemunhos Arqueológicos – Relatório do Gabinete de Arqueologia, Arte e História*, Câmara Municipal de Coimbra, 2006

SANTOS YANGUAS, Narciso, *Las cohortes de bracaraugustanos en el ejército imperial romano*, Bracara Augusta, tomo XXXIII, fasc. 75-76 (87-88), separata de numeração própria, Braga, 1979

SANTOS YANGUAS, Narciso e ROLDÁN HERVÁS, José Manuel, *Fortificación*, in Roldán, José Manuel (dir.), Diccionário Akal de la Antigüedad hispana, Akal Ediciones, Madrid, 2006, p. 425-426

SANZ, Rubén, *La muralla de Coria, Análisis arqueoarquitectónico*, ..., 2001

SARANTOPOULOS, P., *Évora... a cidade antes de nós*, Câmara Municipal de Évora, Évora, 2004

SAYAS ABENGOCHEA, Juan José, *Historia Antigua de España II. De la Antigüedad tardía al ocaso visigodo*, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2001

SAYAS ABENGOCHEA, Juan José e GARCÍA MORENO, Luis A., *Romanismo y Germanismo. El despertar de los Pueblos Hispánicos (siglos IV – X)*, Historia de España II, Editorial Labor, Barcelona, 1984

SCHATTNER, Thomas G., *Munigua. Cuarenta Años de Investigaciones*, Arqueología, Monografías 16, Junta de Andalucía / DAI, Sevilla, 2003

SCHATTNER, Thomas G., *Die "Puerta de Sevilla" in Carmona und andere römische Stadttore auf der Iberischen Halbinsel*, Stadttore. Bautyp und Kunstform, Iberia Archaeologica Band 8, Deutsches Archäologisches Institut - Madrid, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 2006, p. 199-220

SCHMITT, Heinrich e HEENE, Andreas, *Tratado de construcción*, Ediciones Gustavo Gili, Barcelona, 1998

SCHNETZ, Joseph, *Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica,* Itineraria Romana vol. II, B. G. Teubner, Leipzig, 1940

SCHÖLLER, Wolfgang, *The Roman Wall of Senlis*, Athena Review, vol 2, nº 2, Athena Publications, Westport, 2005, p. 61

SCHULTEN, Adolf, *Merida. Das Spanische Rom*, Deutsche Zeitung für Spanien 7, Barcelona, 1922, p. 9-20

SCHULTEN, Adolf, *Coria, una estampa de la vieja España*, Revista del Centro de Estudios Extremeños, tomo V, núm. 3, Badajoz, 1931, p. 233-241

SCHULTEN, Adolf, *Las referencias sobre los Vascones hasta el año 810 después de J. C.*, Revista Internacional de los Estudios Vascos 18, 2, Eusko Ikaskuntza, San Sebastián, 1972, p. 225-240

SCHWANDNER, Ernst-Ludwig, *Der Schnitt im Stein, Beobachtungen zum Gebrauch der Steinsäge in der Antike*, Bautechnik der Antike, Diskussionen zur Archäeologischen Bauforschung 5, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 1991, p. 216-223

SCOTT, Walter, *The vision of Don Roderick, and other poems* (second edition), John Ballantyne & Co., Edinburgh, 1811

SEAR, Frank, *Roman Architecture*, Batsford Academic and Educational, London, 1989

SEECK, Otto, *Die Zeit des Vegetius*, Hermes: Zeitschrift für klassische Philologie, volume 11, Berlin, 1876, p. 61-83

SEIGNE, Jacques, *Technique de Construction en Gaule Romaine*, La Construction, la pierre, Collection « Archéologiques », Editions Errance, Paris, 1999, p. 53-99

SEMPERE FERRÀNDIZ, Emili, *Historia y Arte en la cerámica de España y Portugal, de los orígenes a la Edad Media*, Les Puntxes, s/l, 2006

SENOS, Maria Luísa e CARRILHO, Fernando, *Sismicidade de Portugal Continental*, Física de la Tierra 15, Universidad Complutense, Madrid, 2003, 93-110

SEPÚLVEDA, Eurico de, VALE, Ana, SOUSA, Vítor e GUERREIRO, Natalina, *A cronologia do circo de* Olisipo*: a* Terra Sigillata, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 5, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 245-275

SEPÚLVEDA, Eurico de e AMARO, Clementino, *Casa dos Bicos, 25 anos depois*, Al-Madan II Série, nº 15, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. VIII – 1-9

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Santarém, História e Arte*, Comissão Municipal de Turismo de Santarém, Santarém, 1959

SERRÃO, Vítor, *Santarém*, Cidades e Vilas de Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1990

SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, Margarita C. Torres, *Los puertos del Cantábrico: de la Tardoantigüedad al año mil*, Gijón, Puerto Romano, Navegación y Comércio en el Cantábrico durante la Antigüedad, Autoridad Portuária de Gijón, Lunwerg Editores, Gijón, 2003, p. 223-237

SHELDON, Rose, *Intelligence Activities in Ancient Rome: Trust the Gods, but Verify*, Frank Cass, Oxon, 2005

SHERWIN-WHITE, A. N., *The Roman Citizenship*, The Clarendon Press, Oxford, 2001

SIDARUS, Adel e REI, António, *Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes*, Arqueologia Medieval 7, Campo Arqueológico de Mértola / Edições Afrontamento, Porto / Mértola, 2001, p. 37-72

SIFFRE, Christian, *Le passage de la romanité à la germanité au sud du Danube dans les provinces de Rhétie, Norique et Pannonie (IVème – VIIIème siècle)*, Diffusion ANRT, Lille, 2002

SILVA, António Manuel S. P., *O projecto* PAIVAR*, um plano de investigação arqueológica de âmbito regional*, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I série, vol. 2, Universidade do Porto, Porto, 2003, p. 199-222

SILVA, Armando Coelho Ferreira, *Aspectos da Proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e a problemática do seu povoamento*, Gaya vol. II, Gabinete de História e Arqueologia, Vila Nova de Gaia, 1984, p. 39-58

SILVA, Augusto Vieira, *A Cerca Moura, Estudo Histórico-descritivo*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1939

SILVA, Augusto Vieira, *A cristianização de Lisboa*, Olisipo nº 40 (sep.), Lisboa, 1947, p. 1-20

SILVA, A. Santos, RICARDO, J. M., SALTA, M., ADRIANO, P., MIRÃO, J., CANDEIAS, A. Estêvão e MACIAS, S., *Characterization of Roman mortars from the historical town of Mértola*, Heritage Weathering and Conservation, vol. I, Taylor & Francis, Madrid, 2006, p. 85-90

SILVA, C. T. e SOARES, J., *Ocupação pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos*, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), Trabalhos de Arqueologia 3, IPPC, Lisboa, 1986, p. 87-101

SILVA, Fernando Pereira da, *Estação arqueológica do Cabeço do Vouga. O sítio da Mina. Guia do visitante*, Gabinete de História e Arqueologia, Câmara Municipal, Águeda, s/d

SILVA, Luís Fraga da, *São Brás de Alportel na Antiguidade*, Campo Arqueológico de Tavira, Tavira, 2002

SILVA, Luís Fraga da, *Balsa, cidade perdida*, Campo Arqueológico de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2007

SILVA, Manuela Santos, *Cidades algarvias de matriz islâmica*, Tavira, Faro, Loulé, Silves. Centros Históricos de Influência Islâmica, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica / Campo Arqueológico de Mértola, Portimão / Mértola, 2001, p. 11-30

SILVA, Rodrigo Banha da, *Urbanismo de* Olisipo*: A zona Ribeirinha*, II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Actas das Sessões, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 43-67

SILVA, Rodrigo Banha da, *Sepulturas da Calçada do Garcia (Lisboa) e o Urbanismo de* Olisipo, 3º Encontro de Arqueologia Urbana – Actas, Câmara Municipal, Almada, 2002, p. 193-205

SILVA, Rodrigo Banha da, *As "marcas de oleiro" em* terra sigillata *da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de* Olisipo *(séc. I a.C.-séc. II d.C.)*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2005

SILVA, P.G., BORJA, F., ZAZO, C., GOY, J. L., BARDAJÍ, T., DE LUQUE, L., LARIO, J. e DABRIO, C. J., *Archaeoseismic record at the ancient Roman City of* Baelo Cláudia *(Cádiz, south Spain)*, Tectonophysics 408, Elsevier, Amsterdam, 2005, p. 129-146

SILVA CORDERO, Andrés e MORENO CARRASCO, Juan Pedro, *Memoria de Excavación en la Muralla Cauriense (Enero – Febrero 1999)*, relatório interno do Ayuntamiento de Coria, 1999

SIMÕES, Luís Miguel da Cruz, *Análise de Estruturas*, vol. I, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006

SOARES, António M. Monge, *As condições oceanográficas na rota atlântica oeste-ibérica durante a Antiguidade*, "Sic Memorat", Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito, Universidade do Algarve, Faro, 2008, p. 71-91

SOLÁ-MORALES I RUBIÓ, Manuel de, *Les formes de creixment urbà*, Laboratori d'Urbanisme, Edicions UPC, Barcelona, 1993

SOLANA SAÍNZ, José-María e SAGREDO SAN ESTAQUIO, Luis, *La politica edilicia viaria en la Hispania del s. IV d. C.*, Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio", Actas, vol. 2, Junta de Castilla y León, Universidad SEK, 1997, p. 255-274

SOLANA SAÍNZ, José-María e SAGREDO SAN ESTAQUIO, Luis, *La politica viaria en Hispania. Siglo IV d. C.*, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1998

SOLANA SAÍNZ, José-Maria e SALINAS DE FRÍAS, Manuel, *Salmantica*, in Roldán, José Manuel (dir.), Diccionário Akal de la Antigüedad hispana, Akal Ediciones, Madrid, 2006, p. 825-826

SOUSA, Arlindo de, *Topónimos do Paroquial Suevo (Século VI)*, Boletim Mensal, Sociedade de Língua Portuguesa, Dezembro, vol. XIII (separata com numeração própria), 1962, p. 1-17

SOUTHERN, Pat, *The Roman Empire from Severus to Constantine*, Routledge, London / New York, 2001

SPAWFORD, Anthony J. S., *Brigandage*, The Oxford Companion to Classical Civilization, Oxford University Press, Oxford / New York, 2004, p. 127-128

STATHAKOPOULOS, Dionysios, *Famine and Pestilence in the Late Roman and Early Byzantine Empire: A Systematic Survey of Subsistence Crises and Epidemics*, Ashgate Publishing, Aldershot, 2004

STEIN, Gil J., *From Passive Periphery to Active Agents: Emerging Perspectives in the Archaeology of Interregional Interaction*, American Anthropologist 104, 3, American Anthropological Association, New York, 2002, p. 903-916

STOCLET, Alain J., *From Baghdād to* Beowulf*: eulogising "imperial" capitals East and West in the mid-eighth century*, Proceedings of the Royal Irish Academy, vol. 105C, nº 4, Royal Irish Academy, Dublin, 2005, p. 151-195

SUCENA, Eduardo, *Cerca Velha*, Dicionário da História de Lisboa (ed. Francisco Santana e Eduardo Sucena), Carlos Quintas & Associados, Mem Martins, 1994, p. 261-262

SZIDAT, Joachim, *Laetensiedlungen in Gallien im 4. und 5. Jahrhundert*, La politique édilitaire dans les provinces de l'Empire romain, IIème – IVème siècles après J.-C., Actes du IIe colloque roumano-suisse, Peter Lang, Bern, 1995, p. 283-302

TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel, *Algunas reflexiones sobre fábricas y cimentaciones sevillanas en el período islámico*, Actas del Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción, volumen II, Instituto Juan de Herrera, Sevilla – Madrid, 2000a, p. 1077-1088

TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel, *Investigaciones arqueológicas en el Alcázar de Sevilla. Apuntes sobre evolución constructiva y espacial*, Apuntes del Alcázar nº 1, Real Alcázar de Sevilla, Sevilla, 2000b, p. 13-45

TARACENA, Blas, *Arte Romano*, Ars Hispaniae, *volumen segundo*, Editorial Plus-Ultra, Madrid, 1947

TAREL, Philippe, *Défense et sécurité des cités de l'Occident romain sous le Haut-Empire*, Diffusion ANRT, Lille, 2003

TAYLOR, Rabun, *Roman Builders. A Study in Architectural Process*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003

TAVARES, J. de Sousa, *A cidade de Beja. Subsídios Históricos I, Fundação, Torre de Menagem e Museus*, Centro Typographico Colonial, Lisboa, s/d

TEDESCHI, C. e CARDANI, G., *Historical investigation of the use of masonry pointing in Italy*, Proceedings of the First International Congress on Construction History, Instituto Juan de Herrera, Madrid, 2003, p. 1963-1977

TEIXEIRA, Gabriela Barbosa e BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de Edificação – Técnicas Tradicionais de Construção*, CRAT, Porto, 1998

TEIXEIRA, Ricardo Jorge Coelho Marques Abrantes, *De* Aquae Flaviae *a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1996

TENTE, Catarina, *Comunidades medievais cristãs do Alto Mondego: projecto de estudo das estratégias de ocupação do território*, Promontoria nº 5, ano 5, Universidade do Algarve, 2007, 245-262

TENTE, Catarina e SOARES, António M. Monge, *Uma pizarra visigoda com inscrição numérica encontrada em Santa Margarida (Serpa)*, Arqueologia Medieval 10, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Mértola, 2008, p. 13-19

TERESO, João Pedro, *A região de Macedo de Cavaleiros na* civitas Zoelarum*: dados de investigações recentes*, I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba, Férvedes nº 5, Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba, Vilalba, 2008, p. 431-440

THOMAS, Edmund, *Monumentality and the Roman Empire: Architecture in the Antonine Age*, Oxford University Press, Oxford / New York, 2008

TORREMOCHA SILVA, Antonio, NAVARRO LUENGO, Ildefono e SALADO ESCAÑO, Juan Bautista, *La Puerta de Gibraltar (Algeciras): Un ejemplo de ingreso adelantado de época meriní en al- Andalus*, Caetaria 3, Museo Municipal, Ayuntamento de Algeciras, Algeciras, 2000, p. 187-207

TORREMOCHA SILVA, Antonio, NAVARRO LUENGO, Ildefonso e SALADO ESCAÑO, Juan Bautista, *Estructuras defensivas de Algeciras islámica. Su análisis desde las fuentes escritas y el registro arqueológico*, II Congreso Internacional La Ciudad en Al-Andalus y el Magreb (Algeciras), Actas, Fundación El Legado Andalusí, Granada, 2002, p. 451-482

TORRES, Cláudio e SILVA, Luís Alves da, *Mértola, vila museu*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1989

TORRES, Cláudio, *A Sé-Catedral da Idanha*, Arqueologia Medieval I, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, 1992, p. 169-178

TORRES, Cláudio, *Museu Regional de Beja, Núcleo Visigótico*, Museu Regional de Beja / Assembleia Distrital de Beja, Beja, 1993

TORRES, Cláudio, *A cidade paleocristã de Mirtylis*, IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Lisboa (1992), Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV, Barcelona, 1995, p. 263-266

TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Ciudades hispano-musulmanas, tomo II. Las defensas urbanas*, Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid, 1957

TORRES MONTEALEGRE, María José e LÓPEZ VÁZQUEZ, Luis, *Estudio de las murallas de Talavera de la Reina: Deterioro y restauración*, Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la construcción, Sociedad Española de Historia de la Construcción, Universidad de A Coruña, Madrid, 1998, p. 475-482

TORROJA MIRET, Eduardo, *Razon y ser de los tipos estructurales*, Instituto de Ciencias de la Construcción "Eduardo Torroja", CSIC, Madrid, 1998

TOVAR, Antonio, *Iberische Landeskunde, Zweiter Teil, Die Völker und die Städte des antiken Hispanien, Band 2, Lusitanien*, Verlag Valentin Koerner, Baden – Baden, 1976

TOVAR PAZ, F. J., *Contexto filológico del pasaje IV. 117 de la* Naturalis Historia *de Plínio*. Datos para la discussión sobre la entidad de Cáceres en época romana, Revista Alcántara 28, Institución Cultural "El Brocense", Cáceres, 1993, p. 139-162

TRANOY, Alain, *Hydace – Chronique* (2 vol.), Les Éditions du CERF, Paris, 1974

TREVELYAN, George Macauley, *Garibaldi's Defence of the Roman Republic*, Longmans, Green, and Co., London, 1910

TRILLMICH, Walter, HAUSCHILD, Theodor e BLECH, Michael, *Hispania Antiqua, Denkmäler der Römerzeit*, Verlag Philipp von Zabern, Mainz, 1993

TRINDADE, Luísa, *O Paço Sobre a Riba: história de uma torre na cerca coimbrã*, Conimbriga XLV, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, p. 397-424

TSIOLIS, V., *Las murallas romanas de Toledo: Nuevas aportaciones a la historia urbana de la ciudad*, Espacios Fortificados en la Provincia de Toledo, Diputación Provincial, Toledo, 2005, p. 69-85

TUDELLA, José, *Evolução de Viseu numa visão histórico-urbanística*, Beira Alta 47, 1 – 2, 1998

TUDOR, Dumitru, *Arheologia Romana*, Editura Stiintifica Si Enciclopedica, Bucareste, 1976

UBRIC RABANEDA, Purificación, *Convivencia e intransigencia en la Hispania del siglo V*, Iberia nº 6, Universidad de La Rioja, Logroño, 2003, p. 71-77

ULBERT, Tilo, *Stadttore in byzantinischer Zeit*, Stadttore. Bautyp und Kunstform, Iberia Archaeologica Band 8, Deutsches Archäologisches Institut - Madrid, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, 2006, p. 275-290

ULBERT, Tilo, *Ciudades tardorromanas amuralladas de Siria*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 83-97

UNIACK, G., *De Vitruve à Le Corbusier. Textes d'Architectes*, Dunod, Paris, 1968

URBINA ÁLVAREZ, Aránzazu, *Hallazgo de dos pizarras con inscripción en el hábitat tardoantiguo del Cerro de la Virgen del Castillo (Bernardos, Segovia)*, Faventia 24 / 1, Universitat Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2002, p. 135-144

VALBUENA GONZÁLEZ, F., *Notas sobre la cerca de Mérida en el siglo XVI*, Revista de Estudios Extremeños XXXVIII, 1, Diputación Provincial de Badajoz, 1982, p. 165-172

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando, *La Alcazaba de Badajoz: hallazgos islámicos (1977-1982) y Testar de la Puerta del Pilar*, Ministerio de Cultura, Madrid, 1985

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando, *La fortificación islámica en Extremadura: Resultados provisionales de los trabajos en las Alcazabas de Mérida, Badajoz y Trujillo y en la cerca urbana de Cáceres*, I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990), Extremadura Arqueológica II, Junta de Extremadura / Universidad Autónoma de Madrid, Servicio de Publicaciones de la UAM, Madrid, 1991, p. 574-557

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando, *El aljibe de la alcazaba de Mérida y la política omeya en el occidente de al-Andalus*, Extremadura Arqueológica V, Homenaje a la Dº Milagro Gil-Mascarell Boscà, Junta de Extremadura / Universidad Autónoma de Madrid, Servicio de Publicaciones de la UAM, Madrid, 1995, p. 279-300

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando, *La arquitectura militar en al-Andalus. Ensayo de sistematización*, La Fortificación Medieval en la Península Ibérica, Fundación Santa María la Real, Palencia, 2003, p. 125-136

VALE, A. de Lucena e, *O castelo romano de Viseu*, Beira Alta, vol. XXX, 2, Viseu, 1957, p. 215 – 226

VALLALTA MARTÍNEZ, Pilar e OCHOTORENA, Carmen, *Los obispos de Begastri*, Begastri, Imagen y problemas de su Historia, Antigüedad y Cristianismo, Universidad de Murcia, Murcia, 1984, p. 31-34

VALLEJO GIRVÉS, Margarita, *El Estrecho de Gibraltar (y Ceuta) en la literatura bizantina de los siglos VI y VII*, Caetaria 4-5, Fundación Municipal de Cultura "José Luís Cano", Ayuntamiento, Algeciras, 2004/2005, p. 115-127

VAN BERCHEM, Denis, *Les Routes et l'Histoire, Études sur les Helvètes et leurs voisins dans l'Empire Romain*, Librairie Droz, Genève, 1982

VAN BERCHEM, Denis, *La* annona militar *en el Imperio Romano en el siglo III*, Anexos de El Miliario Extravagante 4, Gonzalo Arias, Ronda, 2002, p. 3-30

VAN CREVELD, Martin, *Technology and War: From 2000 B.C. to the Present*, The Free Press, New York, 1991

VAN DER MEER, L. Bouke, *Travertine Cornerstones in Ostia Antica: Odd Blocks*, American Journal of Archaeology 106, Archaeological Institute of America, Boston, 2002, p. 575-580

VAN DEMAN, Esther Boise, *The Building of the Roman Aqueducts*, Carnegie Institution, Washington, 1934

VAN EVERA, Stephen, *Offense, Defense, and the Causes of War*, War, volume III, Sage Publications, London, 2005, p. 275-309

VAN STAËVEL, Jean-Pierre, *Influencia de lo jurídico sobre la construcción, análisis d'Ibn al-Iman al-Tutili (Tudela, final del siglo X)*, Colección Estudios, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2001, p. 215-239

VANHOUTTE, Sofie, *Het romeinse* castellum *van Oudenburg (prov. West-Vlaanderen) herontdekt: de archeologische campagne van augustus 2001 tot april 2005 ter hoogte van de zuidwesthoek. Interim-rapport*, Relicta 3, Vlaams Instituut voor het Onroerend Erfgoed, Brussel, 2007, p. 199-236

VARANDAS, José, "Bonus Rex" *ou* Rex inutilis"*, As periferias e o centro, Redes de Poder no Reinado de D: Sancho III (1223-1248)*, Tese de Doutoramento em História, Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003

VARANDAS, José, *O Punho dos Deuses. Maquinaria de Cerco Greco-Romana (séc. IV a.C. – século IV d.C.)*, A Guerra na Antiguidade, Caleidoscópio, Lisboa, 2006, p. 125-159

VAZ, João L. Inês, *Introdução ao Estudo de Viseu na Época Romana*, Beira Alta, vol. XLII, 4, Viseu, 1983

VAZ, João L. Inês, *A* civitas *de Viseu. Espaço e sociedade*, História Regional e Local nº 2, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1997

VAZ, João L. Inês, *Basílica altomedieval de Viseu*, Por Terras de Viriato, Arqueologia da Região de Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu / Museu Nacional de Arqueologia, Viseu, 2000, p. 183-184

VAZ, João L. Inês, *Espaço e Tempo na Acrópole de Viseu*, Monumentos 13, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 2000, p. 45-51

VAZ, João L. Inês, *Historiografia das muralhas romanas de Viseu*, Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – *Lucus Augusti* como paradigma, Actas, Diputación Provincial de Lugo, 2007, p. 715-725

VÁZQUEZ DE PARGA, Luis, *La División de Wamba, Contribución al Estudio de la Historia y Geografía Eclesiásticas de la Edad Media Española*, CSIC, Madrid, 1943

VEIGA, Sebastião Estácio da, *Memoria das Antiguidades de Mertola, observadas em 1877 e relatadas por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880

VELO Y NETO, Gervásio, *Coria, bosquejo histórico de esta ciudad y su comarca*, Madrid, 1947

VELOSO, Carlos, *Cidade Romana e Urbanismo no Mundo Antigo*, Boletim Cultural 19, Câmara Municipal, Tomar, 1993, p. 133-153

VENTURA, Leontina, *A muralha coimbrã na documentação medieval*, Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, GAAC, Coimbra, 1979, p. 43-56

VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz*, História Medieval 3, Instituto Nacional de Investigação Científica / Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990

VERMEULEN, Frank e VERHOEVEN, Geert, *The contribution of aerial photography and field survey to the study of urbanization in the Potenza valley (Picenum)*, Journal of Roman Archaeology 17, Rhode Island, 2004, p. 57-82

VEYNE, Paul, *O Império Romano*, História da Vida Privada I, do Império romano ao ano mil, Edições Afrontamento, Lisboa, 1989

VIANA, Abel, *Visite Beja*, s/ed., Beja, 1943

VIANA, Abel, *Origem e Evolução Histórica de Beja*, Minerva Comercial, Beja, 1944

VIANA, Abel, *Estelas Discóides do Museu de Beja*, Arquivo de Beja, n. 6, série I, Museu Regional, Beja, 1949, p. 37-85

VIANA, Abel, *Ossónoba, O problema da sua identificação*, Revista de Guimarães LXII (separata com numeração própria), Guimarães, 1952

VIANA, Mário, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*, Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007

VICO MONTEOLIVA, Jesús, CORES GOMENDIO, María Cruz e CORES URÍA, Gonzalo, Corpus Nummorum Visigothorum, Ca.575-714, Leovigildus-Achila, edição dos autores, Madrid, 2006

VIEGAS, Catarina, *Intervenção Arqueológica no nº 56 da Praça do Giraldo (Centro Histórico de Évora), Relatório dos Trabalhos – Março de 1991*, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 12564, 91/1 (5), 1991

VIEGAS, Catarina, *Cerâmica, Economia e Comércio: A* terra sigillata *da Alcáçova de Santarém*, Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001

VIEGAS, Catarina, CUSTÓDIO, Jorge e MATA, Luís, *Santarém. Fundamentação Histórica*, Santarém : Cidade do Mundo, volume 1, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 2001, p. 57-94

VIEIRA, Marina Afonso, *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Trabalhos de Arqueologia 36, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004

VILAR, Hermínia Vasconcelos e PAULO, Sandra, *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos do Século XV*, Fontes do Sul e do Mediterrâneo, CIDEHUS, Universidade de Évora, s/d

VILLAR Y MACÍAS, M., *Historia de Salamanca*, tomo I, Imprenta de Francisco Nuñez Izquierdo, Salamanca, 1887

VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, Bibliothèque de l'Image, Paris, 1997

VISEU, Joaquim, *História do betão armado em Portugal (incluindo a História do betão pré-esforçado)*, Associação Técnica da Indústria do Cimento, Lisboa, 1993

VISIOLI, Monica, *Storia e significato di Porta Nuova*, La Porta Nuova delle Mura Medievali di Milano, dai Novelli ad Oggi Venti Secoli di Storia Milanese, Civiche Raccolte Archeologiche e Numatiche di Milano, Edizioni ET, Milano, 1991, p. 29 - 58

VIVES, José, *La inscripción del puente de Mérida de la época visigótica*, Revista de Estudios Extremeños XIII, 1, Diputación Provincial de Badajoz, Badajoz, 1939, p. 1-7

VIVES, José, *Concilios visigoticos e hispano-romanos*, CSIC, Madrid, 1963

VON FALKENHAUSEN, Vera, *I rapporti dei ceti dirigenti romani con Constantinopoli dalla fine del V alla fine del VI secolo*, Il Mondo del Diritto nell'Epoca Giustinianea, Caratteri e problematiche, Biblioteca di "Felix Ravenna" 2, Edizioni del Girasole, Ravenna, 1985, p. 59-90

VON MEISS, Pierre, *De la forme au lieu. Une introduction à l'étude de l'architecture*, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, Lausanne, 1989

VOGT, Joseph, *The Decline of Rome, The Metamorphosis of Ancient Civilization*, Weidenfeld, London, 1993

VON PETRIKOVITS, Harald, *Die Spezialgebäude Römischer Legionslager*, Legio VII Gemina, Diputación Provincial, León,1970, p. 227-252

WALLERSTEIN, Immanuel, *The modern world-system*, Academic Press, New York, 1974

WARD-PERKINS, Bryan, *Urban survival and urban transformation in the eastern Mediterranean*, Early Medieval Towns in the Western Mediterranean, Società Archeologica Padana, Mantova, 1996, p. 143-153

WARD-PERKINS, Bryan, *Land, labour and settlement*, The Cambridge Ancient History, volume XIV, Cambridge University Press, Cambridge, 2001, p. 315-345

WARD-PERKINS, Bryan, *A queda de Roma e o fim da civilização*, Aletheia Editores, Lisboa, 2006

WARD-PERKINS, John, *Architettura Romana*, Electa, Milano, 1989

WARD-PERKINS, John, *Building Methods of Early Byzantine Architecture*, Studies in Roman and Early Christian Architecture, The Pindar Press, London, 1994, p. 323-446

WATAGHIN, Gisella Cantino, *Contributo allo studio della città tardoantica*, Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Lisboa (1992), Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV, Barcelona, 1995, p. 235-261

WATAGHIN, Gisella Cantino, GURT I ESPARRAGUERA, Josep Maria e GUYON, Jean, *Topografia della* civitas christiana *tra IV e VI sec.*, Early Medieval Towns in the Western Mediterranean, Società Archeologica Padana, Mantova, 1996, p. 17-41

WATSON, Alaric, *Aurelian and the Third Century*, Routledge, London / New York, 1999

WAY, A. G., *Caesar. Alexandrian, African and Spanish Wars*, Loeb Classical Library 402, Harvard University Press / William Heineman, Cambridge / London, 1988

WEBER, Ralf, *On the Aesthetics of Architecture, A Psychological Approach to the Structure and the Order of Perceived Architectural Space*, Avebury, Vermont, 1995

WEISS, Christoph, *Die frühkaiserzeitlichen Stadtbefestigungen auf der Iberischen Halbinsel: Fortifikatorische Funktion und Bedeutung für das urbane Erscheinungsbild*, Universität Köln, Köln, 1997

WELSBY, Derek, *The Roman Military Defence of the British Provinces in its Later Phases*, BAR British Series 101, Oxford, 1982

WHARTON, Annabel Jane, *Refiguring the Postclassical City. Dura Eupuros, Jerash, Jerusalem and Ravenna*, Cambridge University Press, Cambridge / New York, 1995

WHEELER, Everett L., *Methodological Limits and the Mirage of Roman Strategy: Part I*, The Journal of Military History, vol. 57, No. 1, Society for Military History, Lexington, 1993a, p. 7-41

WHEELER, Everett L., *Methodological Limits and the Mirage of Roman Strategy: Part II*, The Journal of Military History, vol. 57, No. 2, Society for Military History, Lexington, 1993b, p. 215-240

WHEELER, Mortimer, *Rome beyond the Imperial Frontiers*, Pelican Books, London, 1955

WHITTAKER, C. R., Agri Deserti, Studies in Roman Property, Cambridge University Research Seminar in Ancient History, Cambridge University Press, Cambridge, 1976, p. 137-166

WIEWIOROWSKI, Jacek, Comes Hispaniarum *Octavianus – the special envoy of Constantine the Great (some remarks)*, Gerión 24, núm. 1, Universidad Complutense, Madrid, 2006, p. 325-340

WILLIAMS, Stephen e FRIELL, Gerard, *Theodosius, The Empire at Bay*, Yale University Press / BT Batsford, New Haven / London, 1994

WITZMANN, Peter, *Zum Herrscherbild in der Spätantike, Aurelius Victor und Orosius*, Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades, Freie Universität Berlin, Berlin, 1999

WOLFF, Arnold, *Zur Lage der Frühchristlichen Kirche in der Antiken Stadt*, Akten des XII. Internationalen Kongresses für Chrisliche Archäologie, Teil 2, Asschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster, 1995, 1295-1308

WORLEY, D. Robert, *Waging Ancient War: Limits on Preemptive Force*, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, Carlisle, 2003

WRIGHT, G. R. H. e WRIGHT, Mick, *Ancient Building Technology, Volume 2, Materials*, Technology and Change in History 7, Brill Academic Publishers, Leiden, 2005

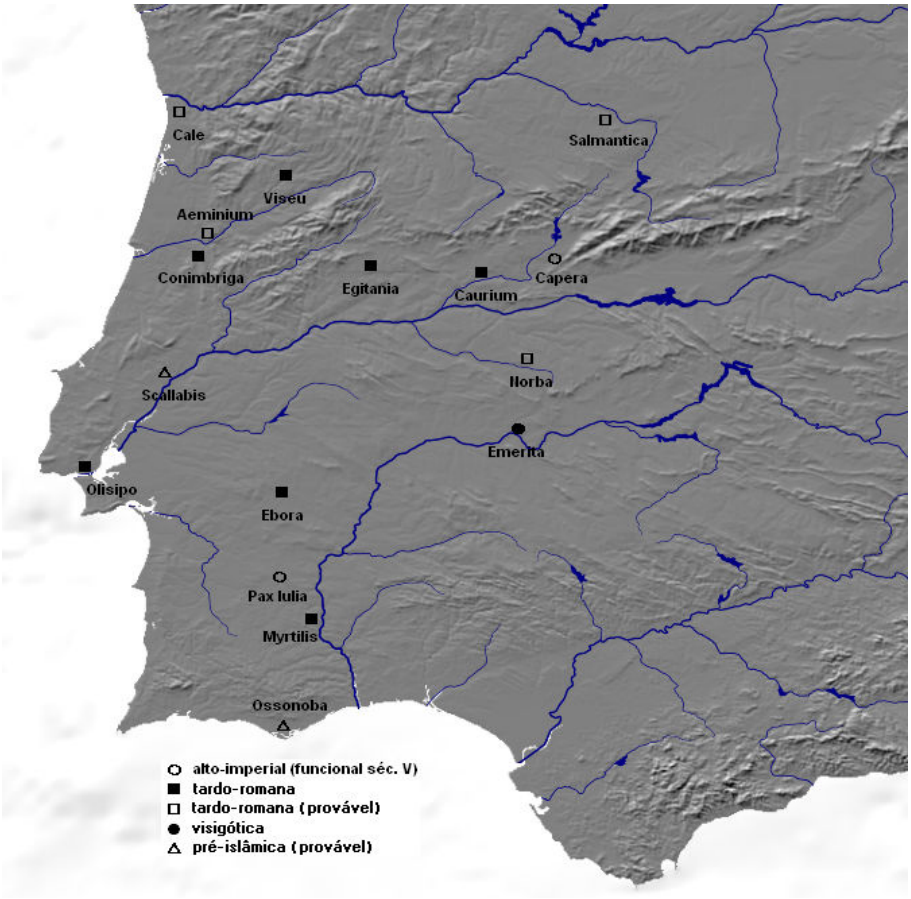
WURMB, Júlio de, *Tratado de Arquitectura Militar*, Imprenta del Memorial de Ingenieros, Madrid, 1856

YARZA, Joaquín, *Arte y Arquitectura en España, 500 – 1250*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1981

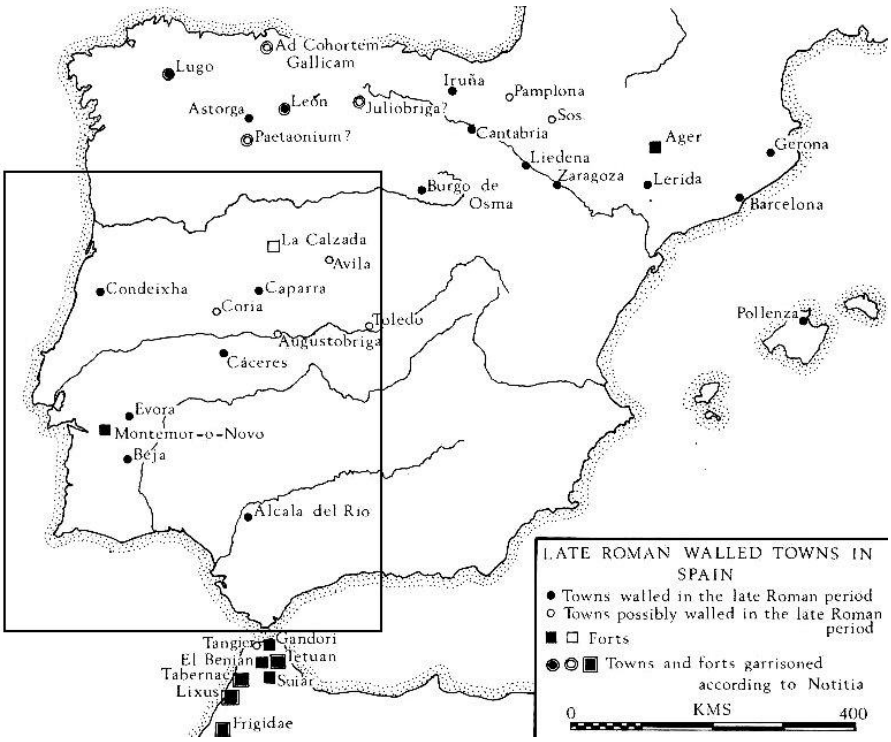
ZOZAYA, Juan, *Fortification Building in al-Andalus*, Spanien und der Orient im Frühen und Hohen Mittelalter, Madrider Beitrage, Band 24, Verlag Philipp von Zabern, Mainz, 1996, p. 55-74

ZOZAYA, Juan, *La fortificación islámica en la Península Ibérica: principios de sistematización*, El Castillo Medieval Español, Fundación Ramón Areces, Madrid, 1998

ZUCKER, Paul, *Town and Square. From the Agora to the Village Green*, The M.I.T. Press, Cambridge, 1970

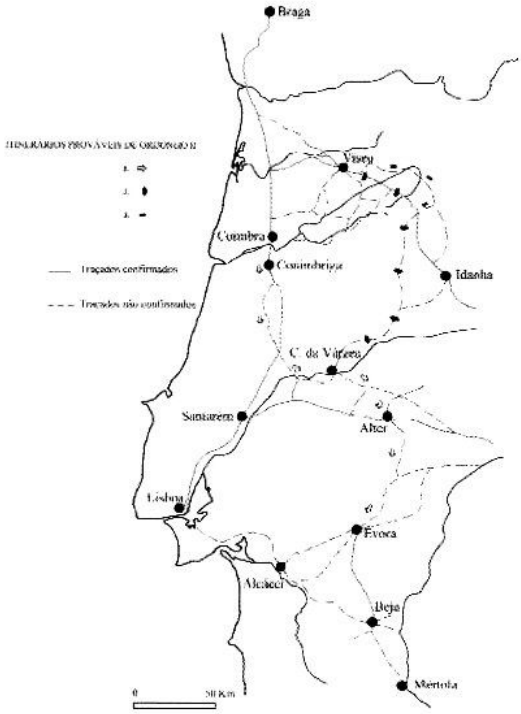


muralhas tardias da Lusitânia

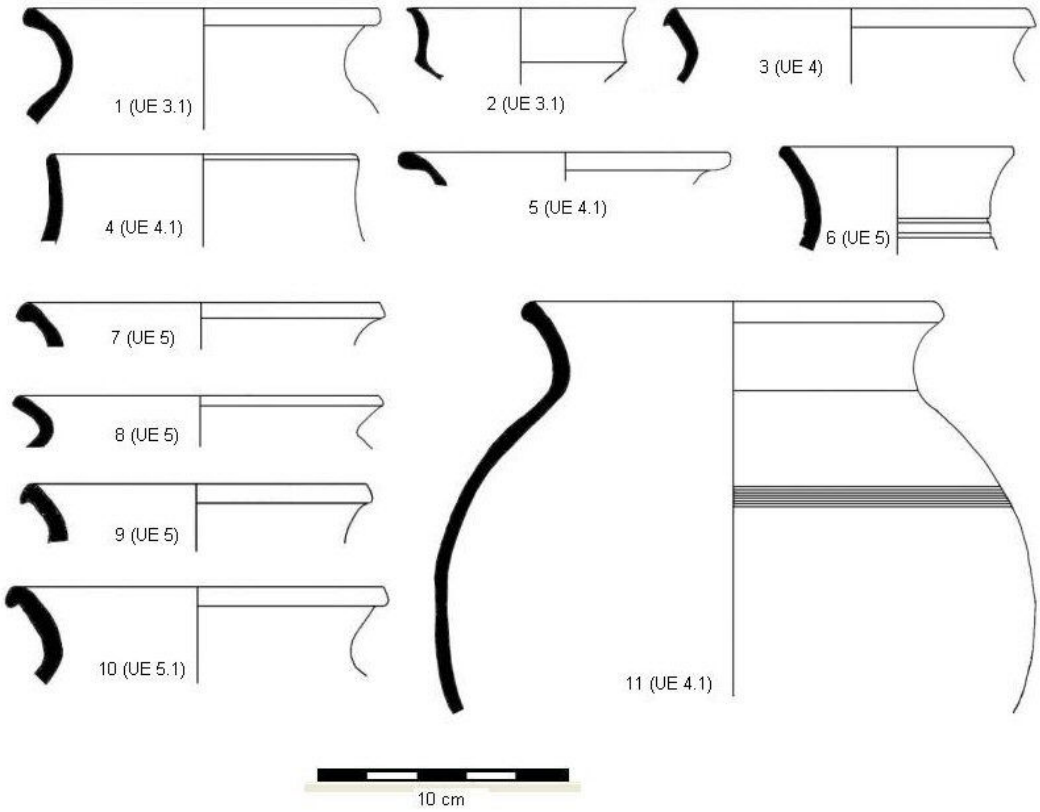


estado da questão na década de oitenta (adaptado de Johnson 1983)

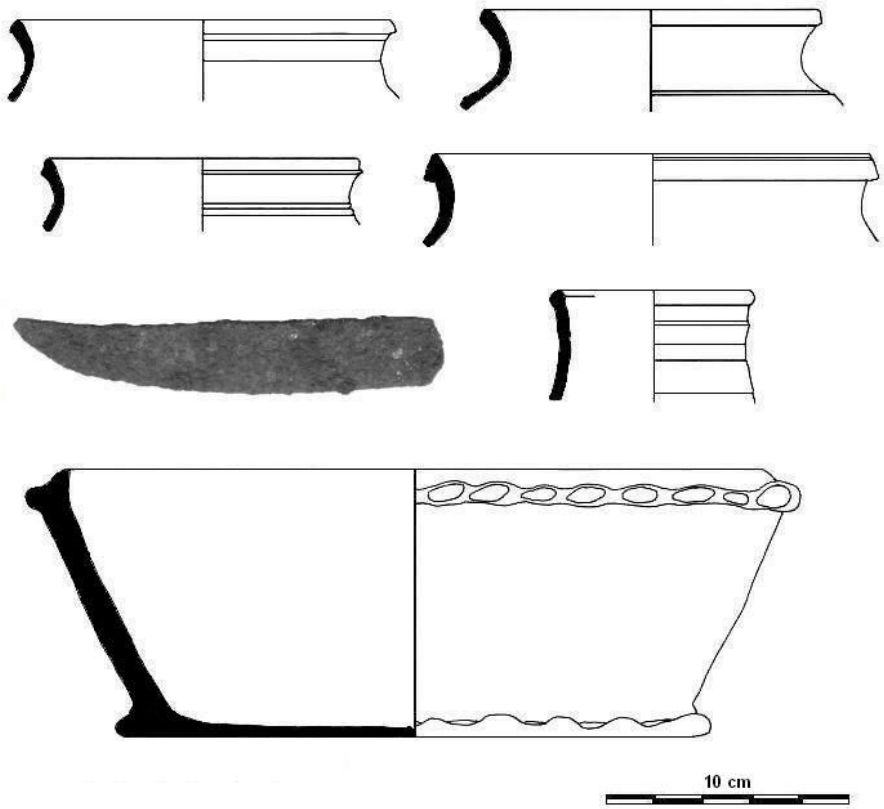
Lusitânia (Mantas 1996b)



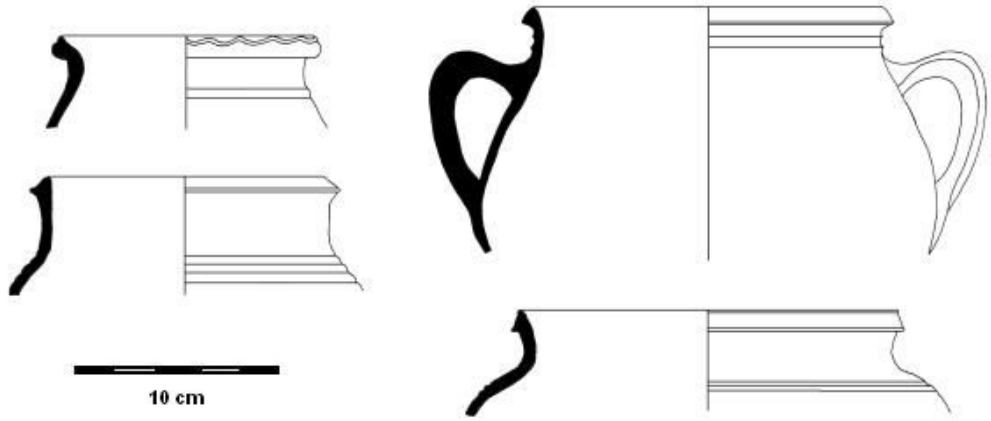
campanha de Ordonho II a Évora, em 913 (Barbosa 2008)



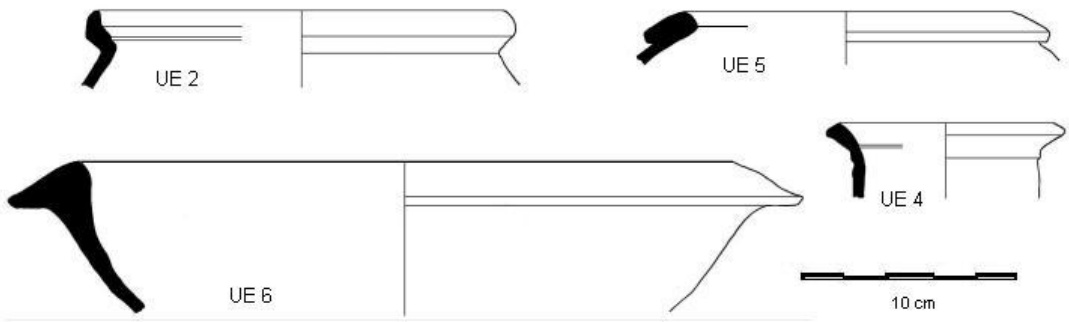
Cerâmica proveniente do Bico da Muralha, Conimbriga (De Man 2007c)



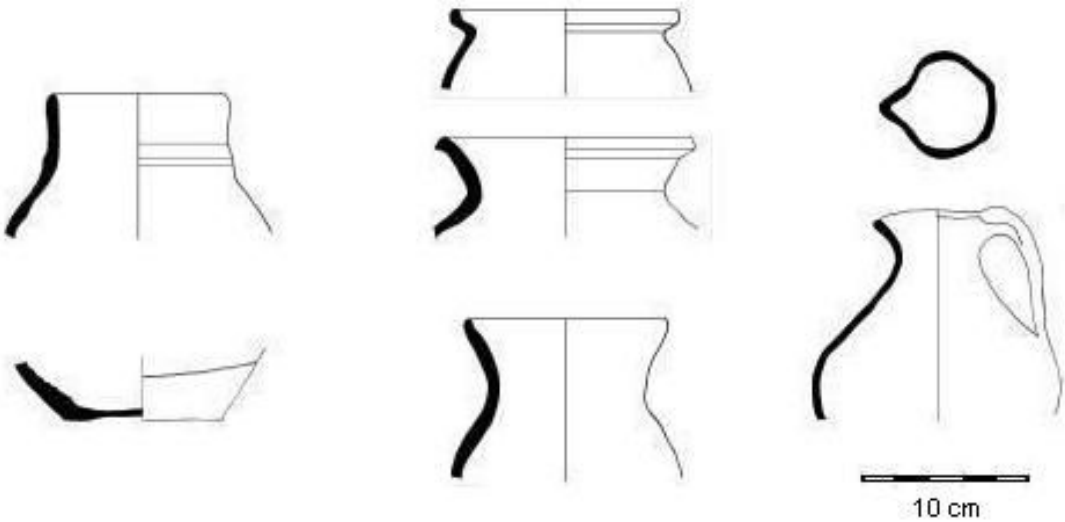
Cerâmica proveniente do anfiteatro, Conimbriga (De Man 2006-2007)



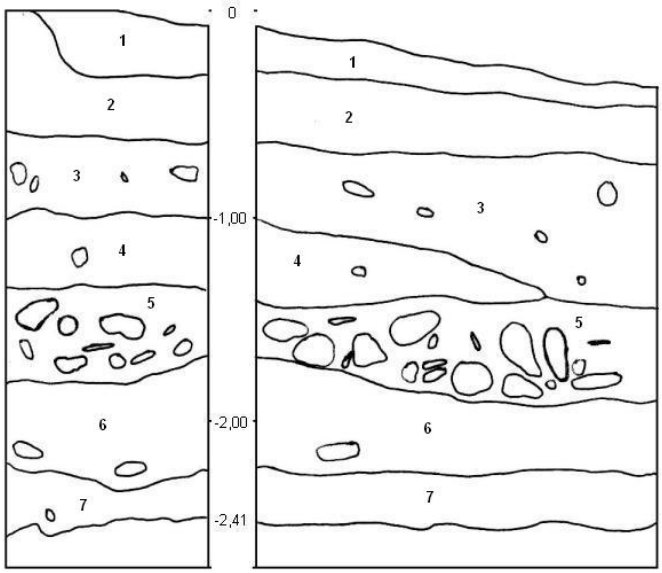
Cerâmica proveniente da Casa das Talhas, Coimbra



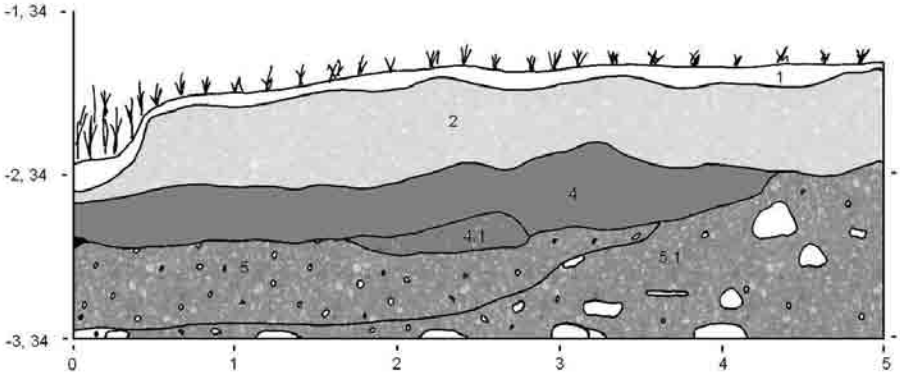
Cerâmica proveniente da porta secundária, Conimbriga



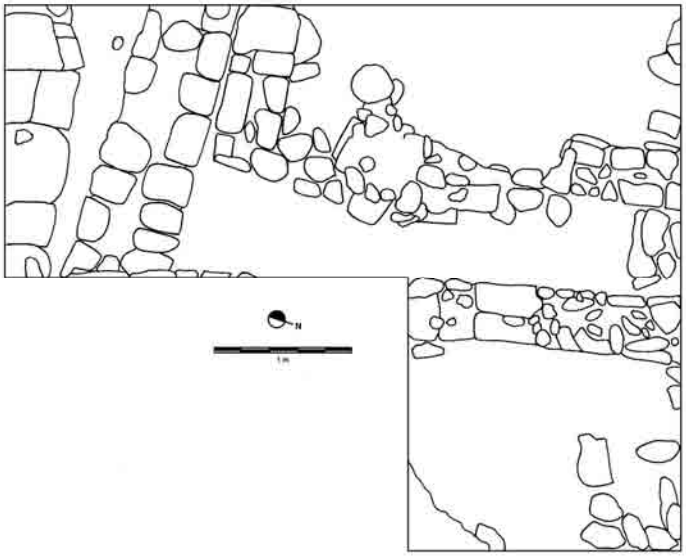
Cerâmica proveniente da casa de *Cantaber*, Conimbriga (De Man 2008c)



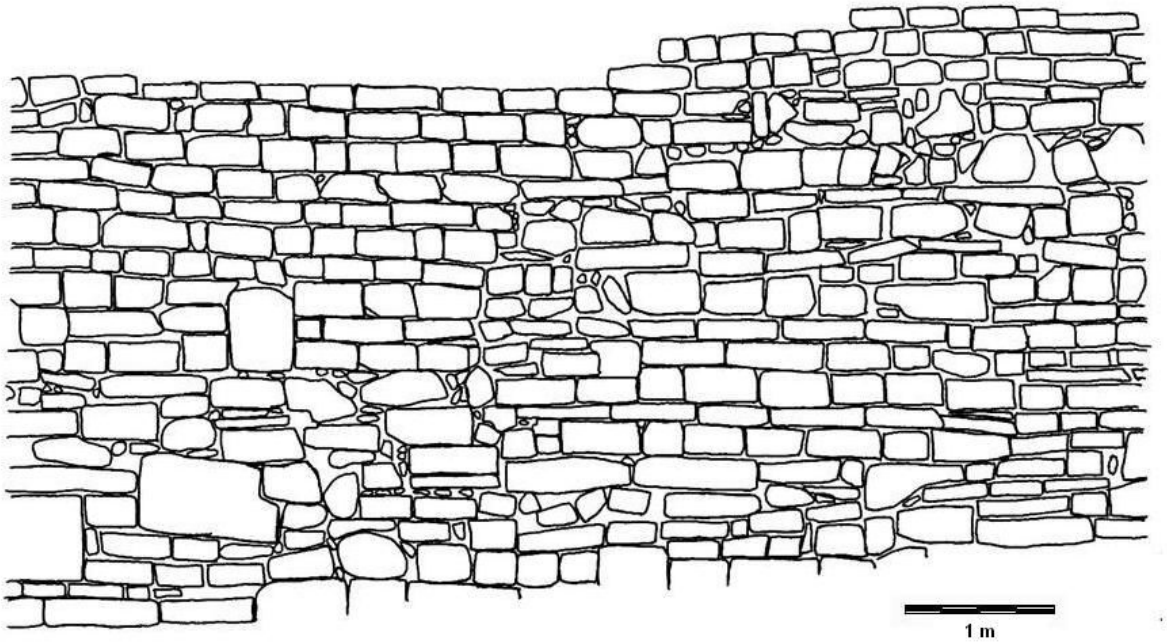
cortes W e N da sondagem junto à porta secundária, Conimbriga



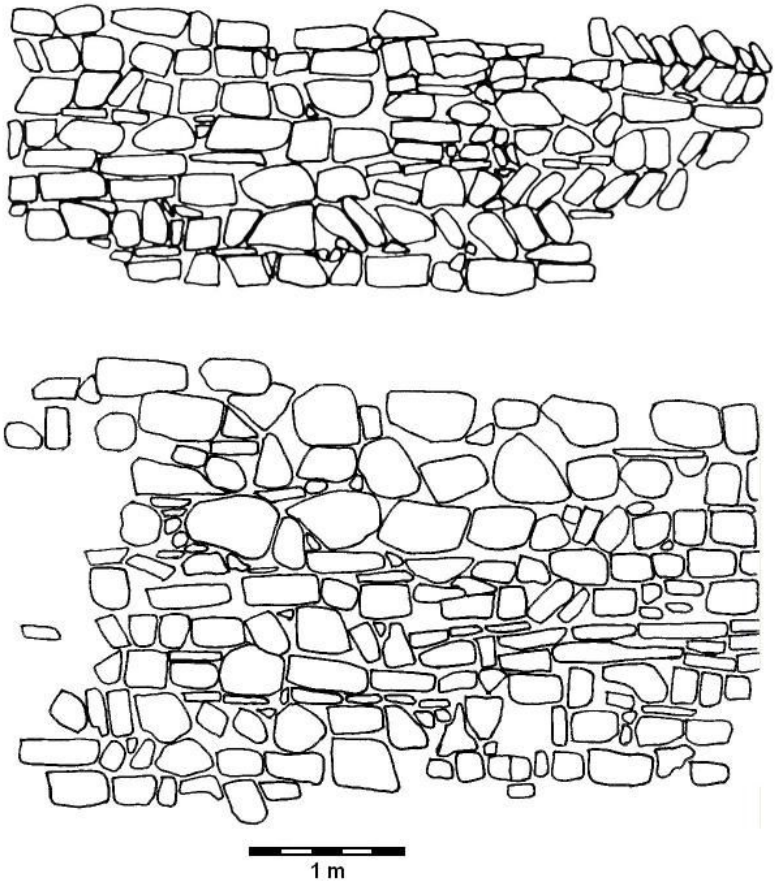
corte W, Bico da Muralha, Conimbriga



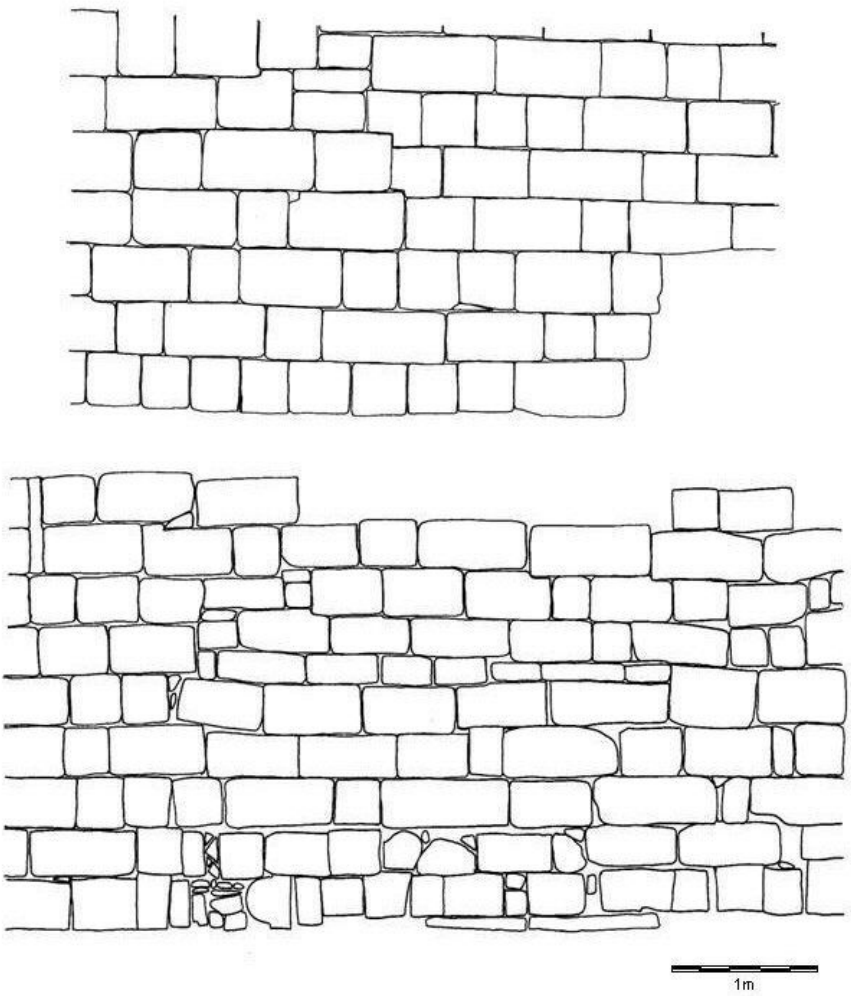
estruturas anfiteatrais (muro perimetral e *vomitorium*), Conimbriga



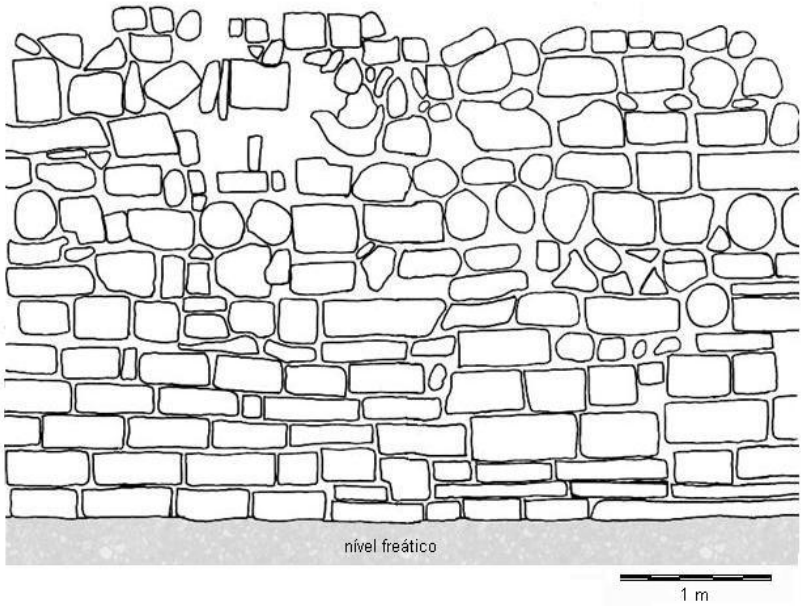
Conimbriga. Sector a Norte da porta secundária



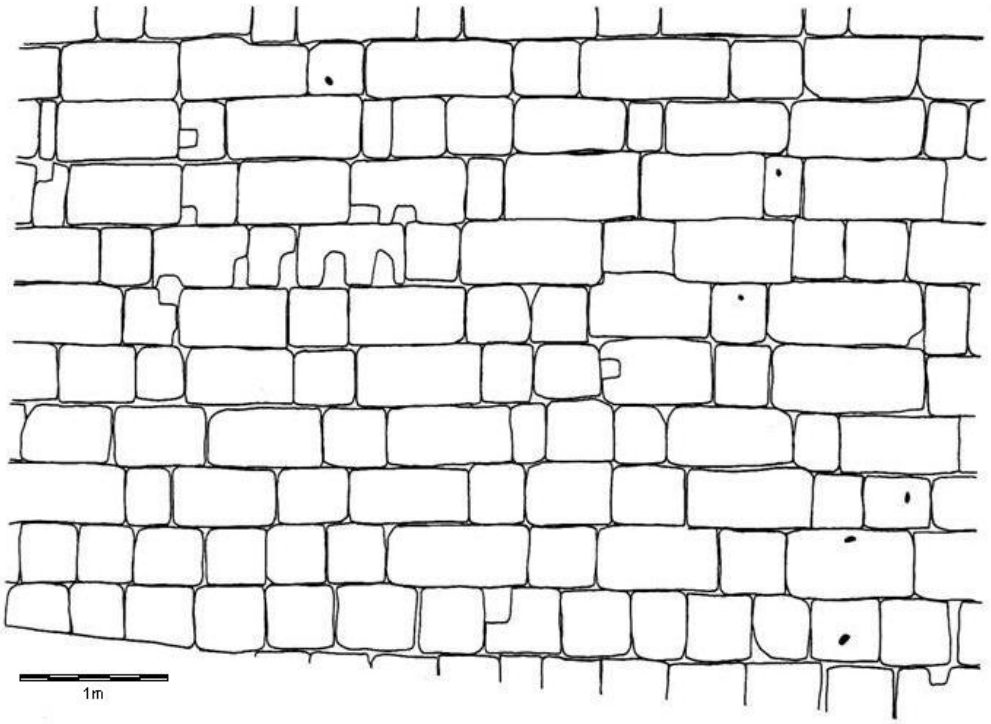
Conimbriga. Bico da Muralha (De Man 2007c)



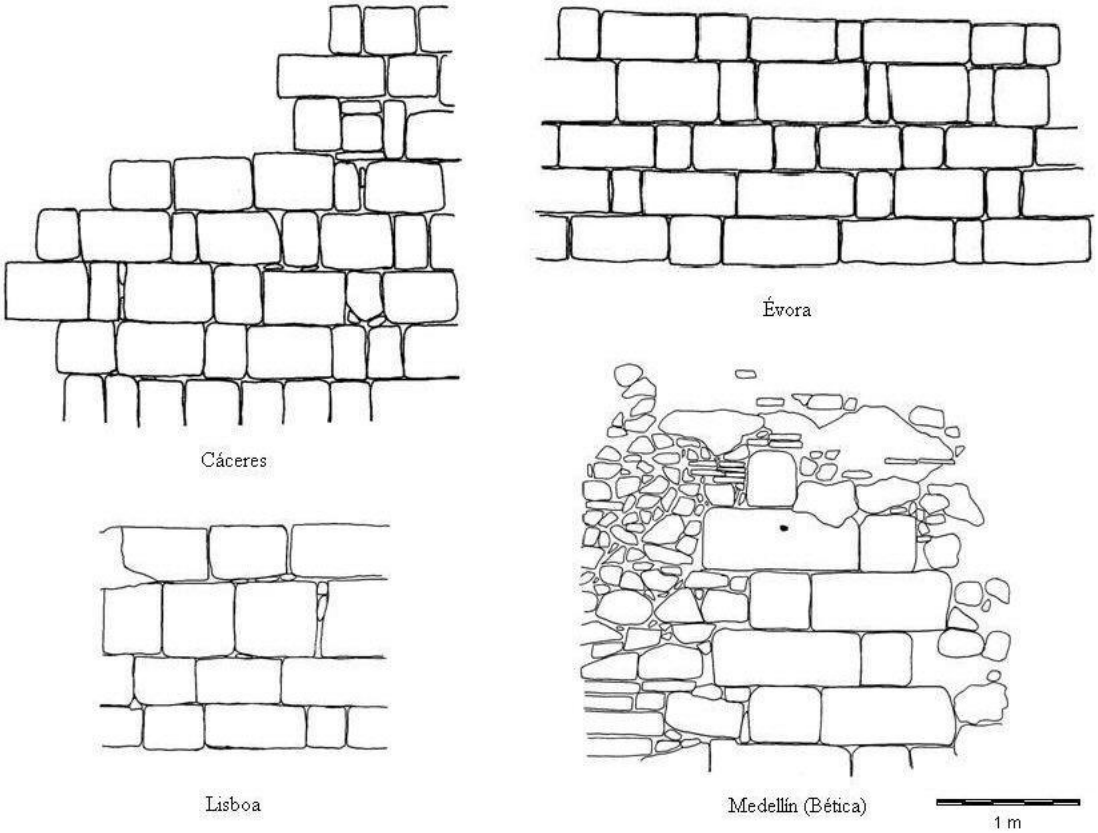
Idanha-a-Velha



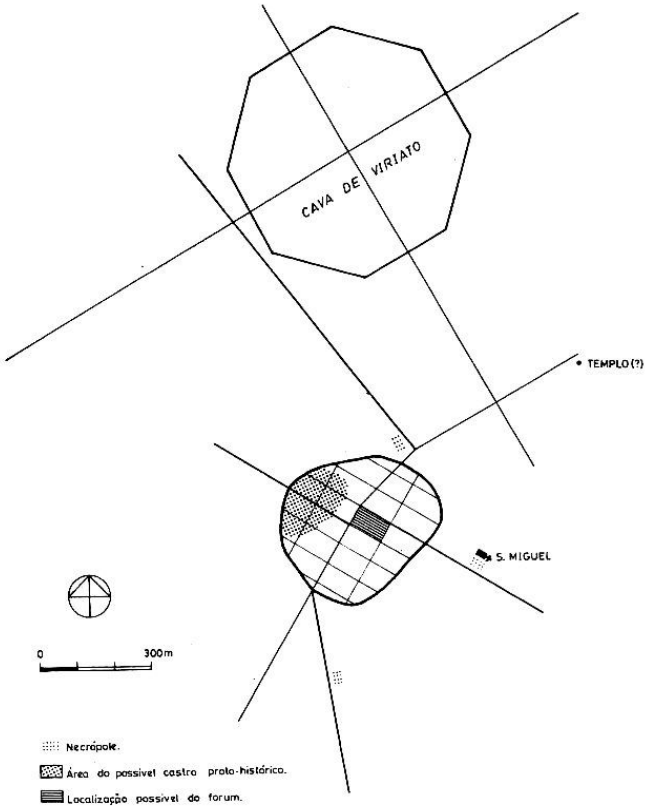
Faro



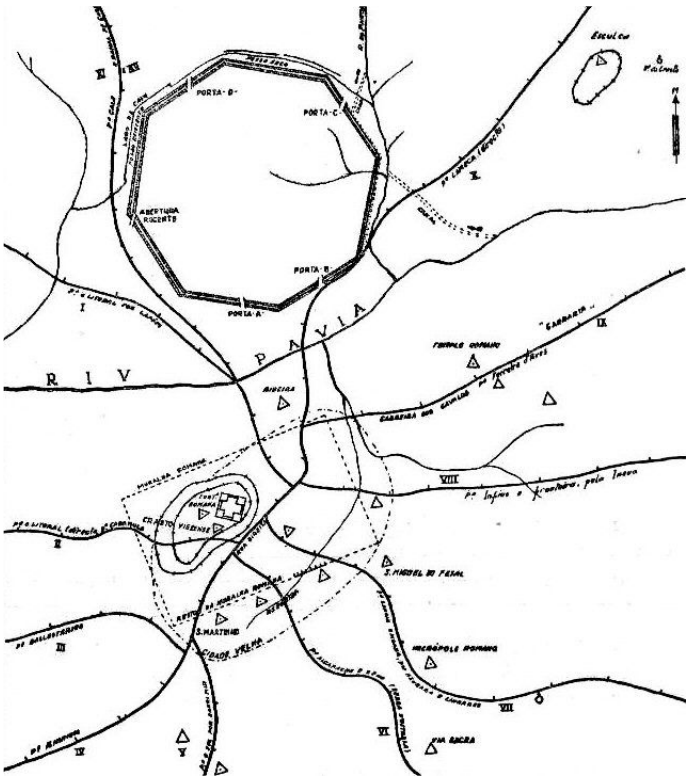
Coria



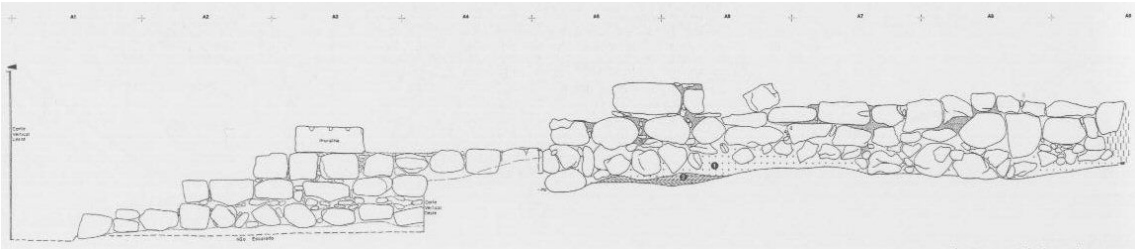
Cáceres, Évora, Lisboa e Medellín



Viseu (Alarcão 1992b)

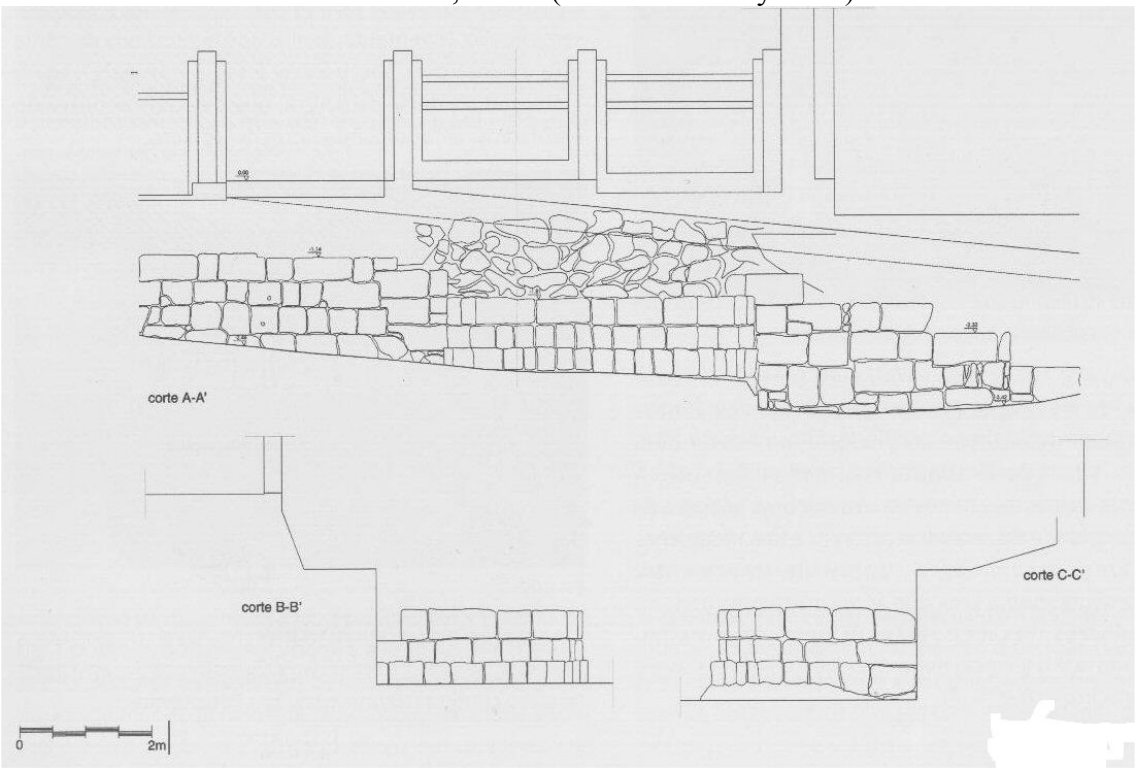


Viseu (Coelho 1943)

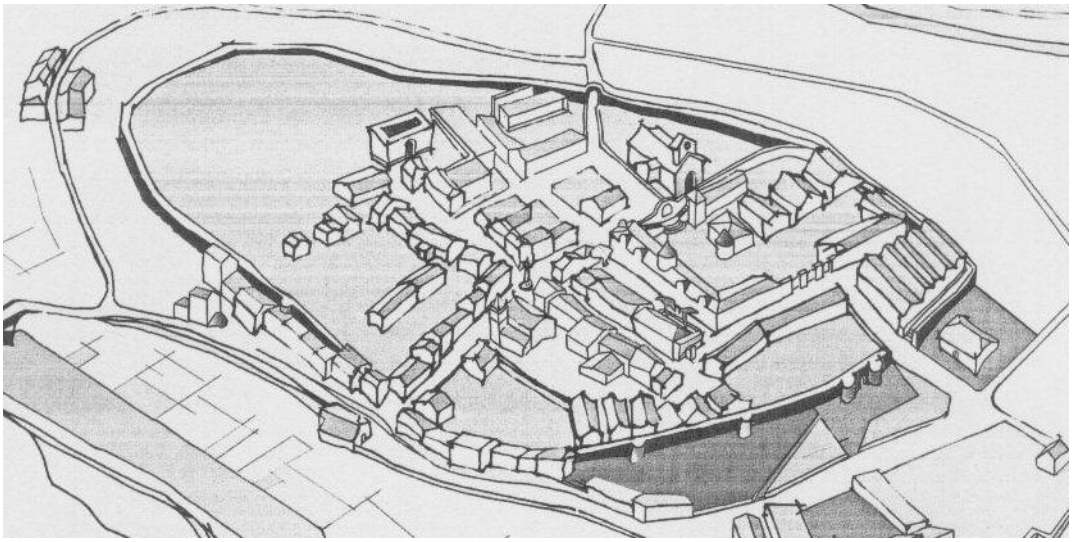


Santa Cristina, Viseu (Sobral e Cheney 2007)

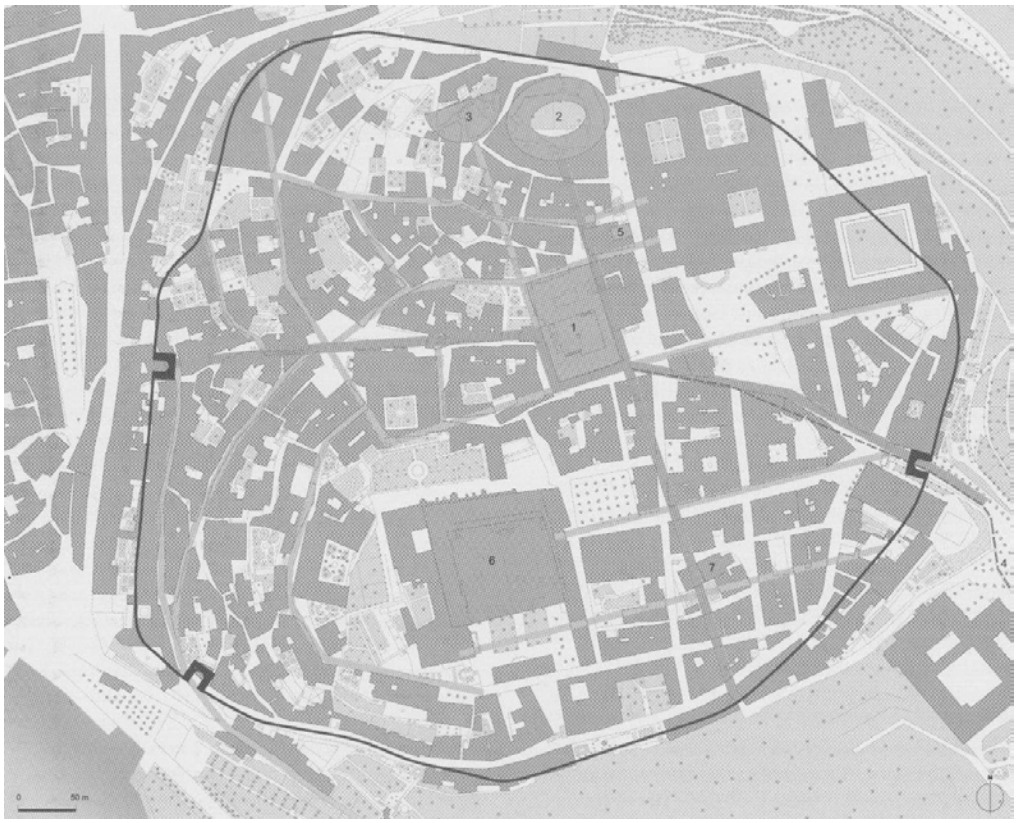
Rua Formosa, Viseu (Sobral e Cheney 2007)



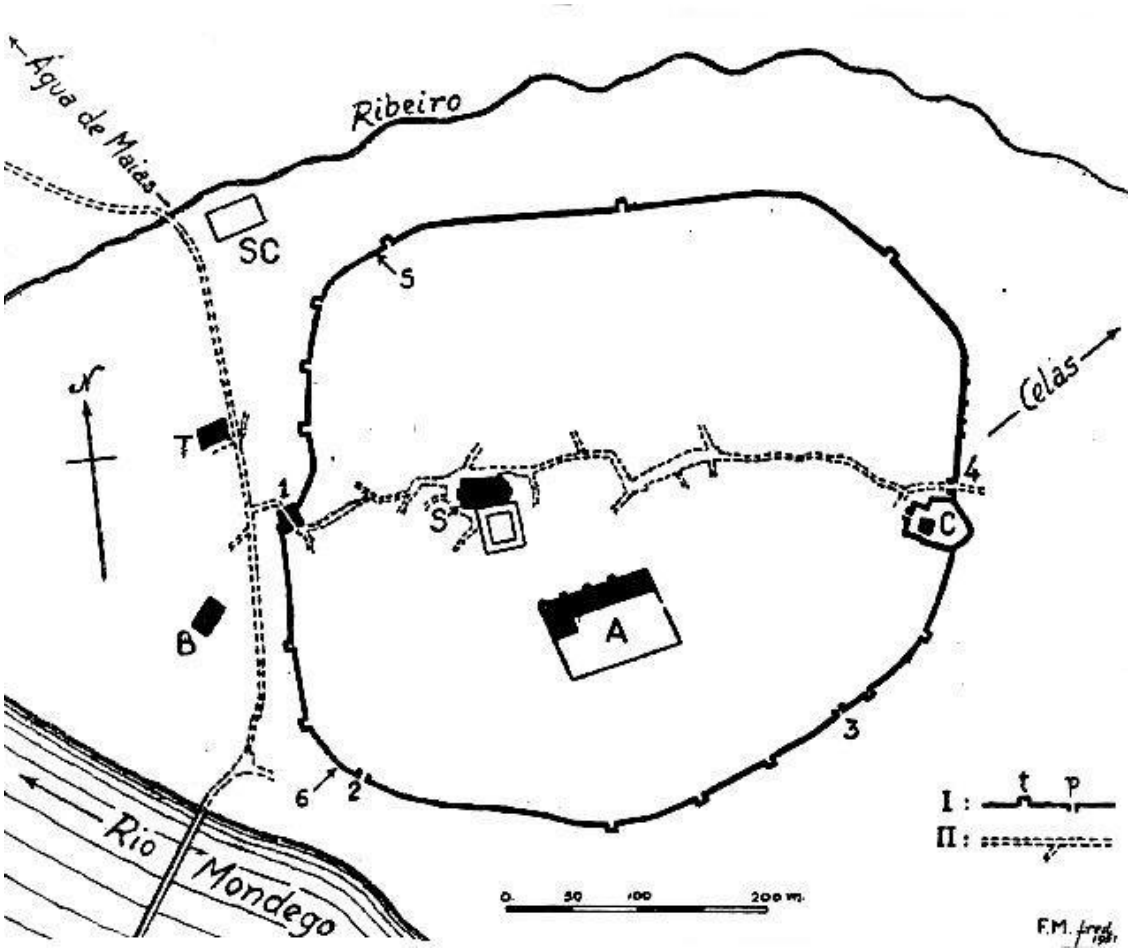
Rua Formosa, Viseu (Sobral e Cheney 2007)



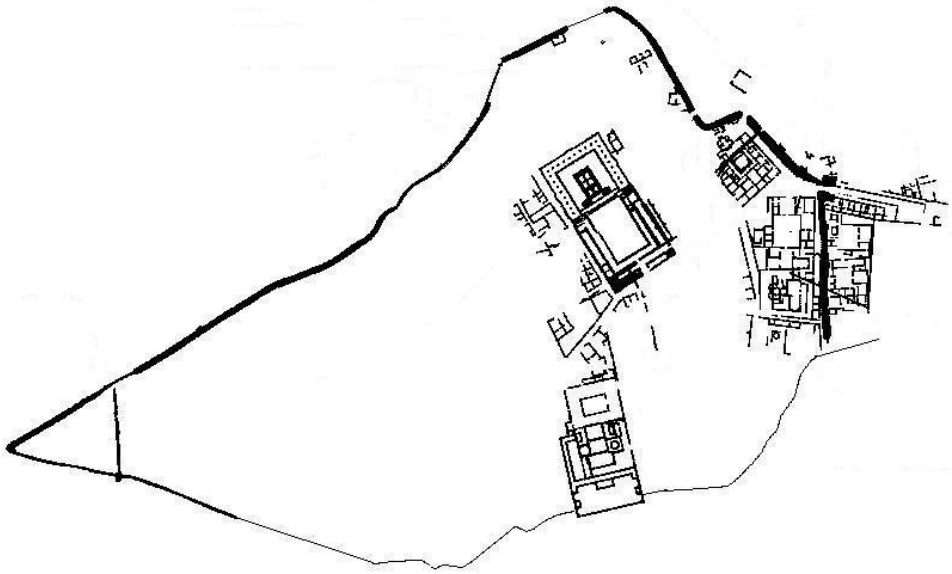
Idanha-a-Velha (Cristóvão 2001)



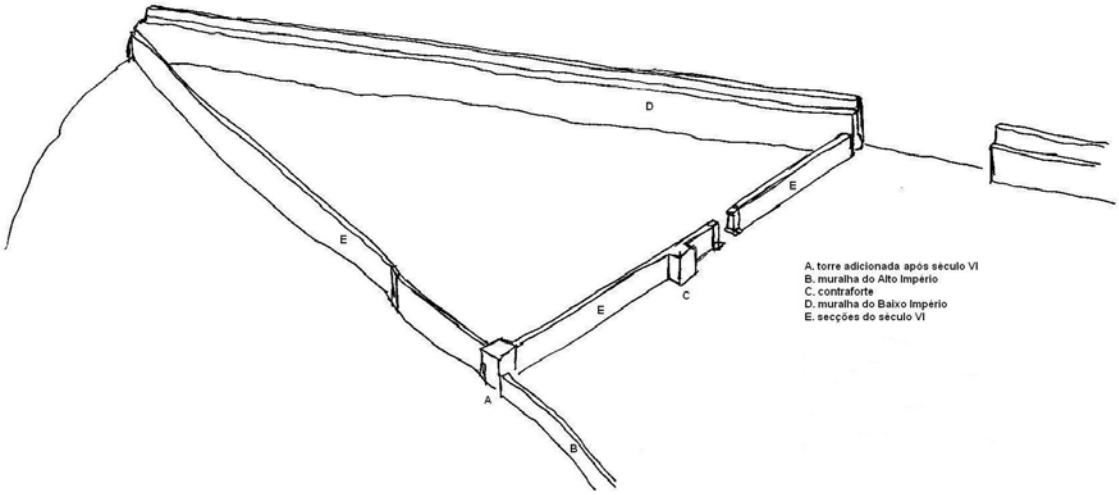
Coimbra (Alarcão 2008)



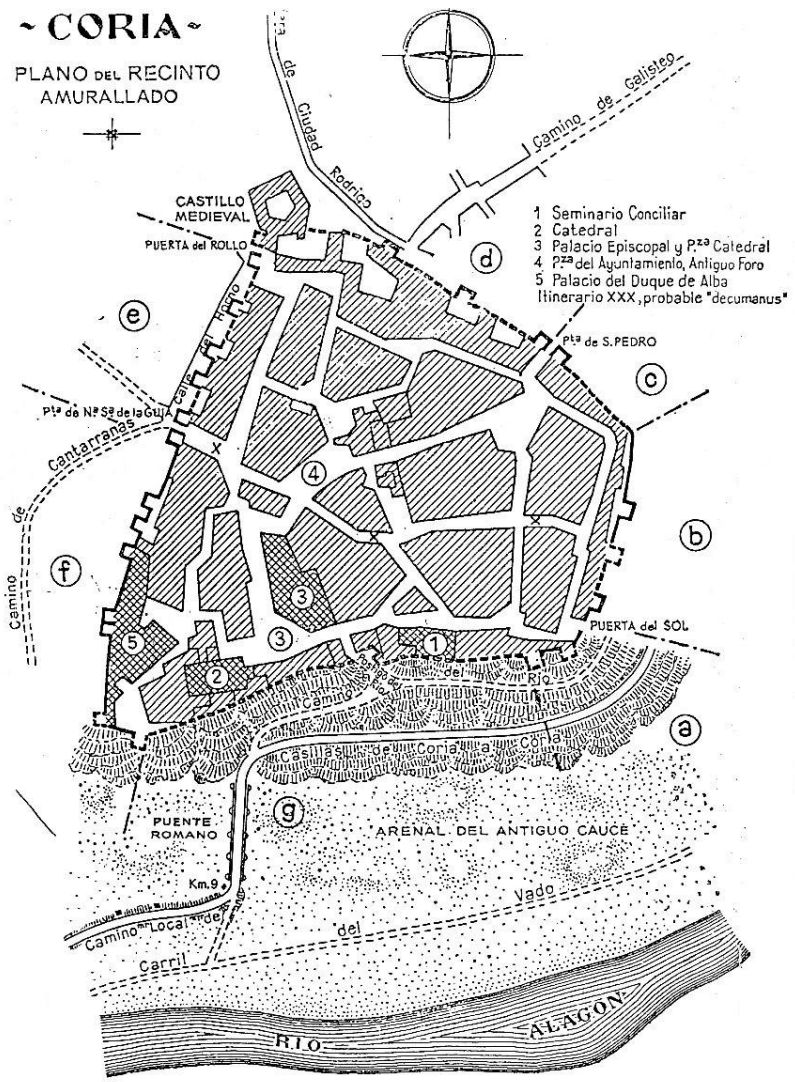
Coimbra, século XII (Martins 1951)



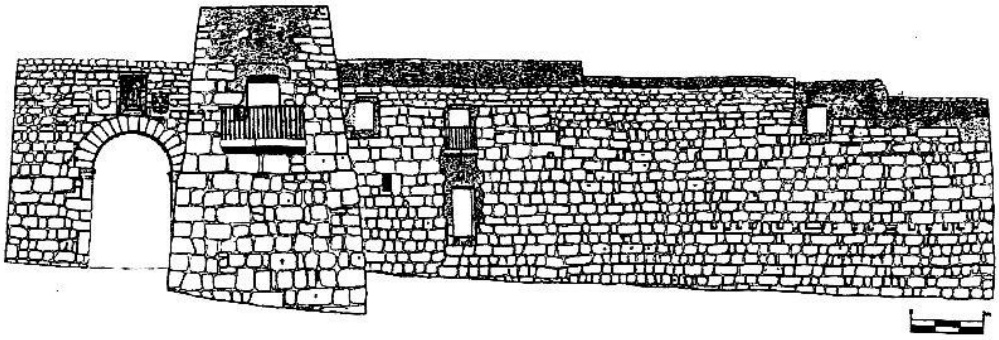
recinto tardio de Conimbriga (De Man 2006a)

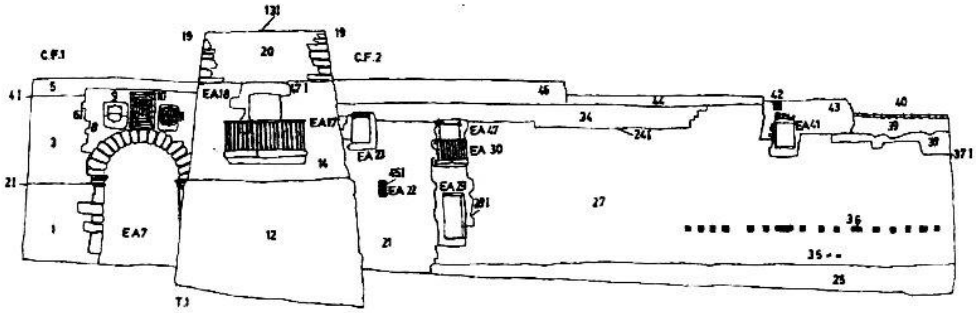


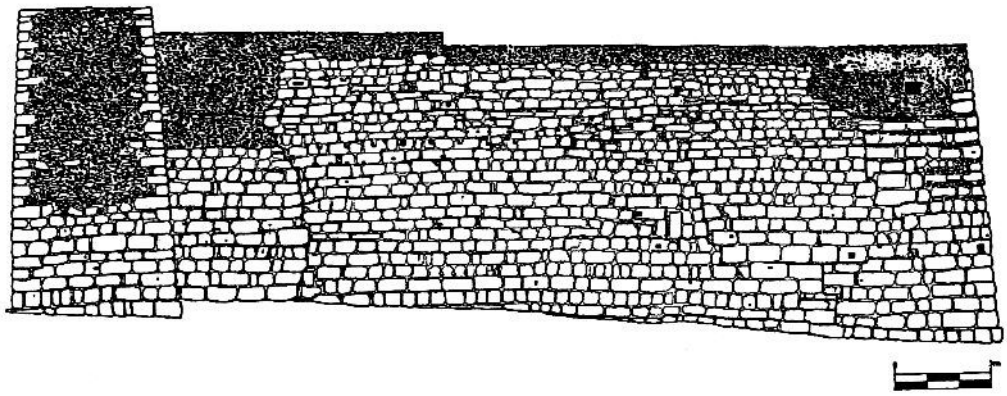
Bico da Muralha, Conimbriga (De Man 2007c)

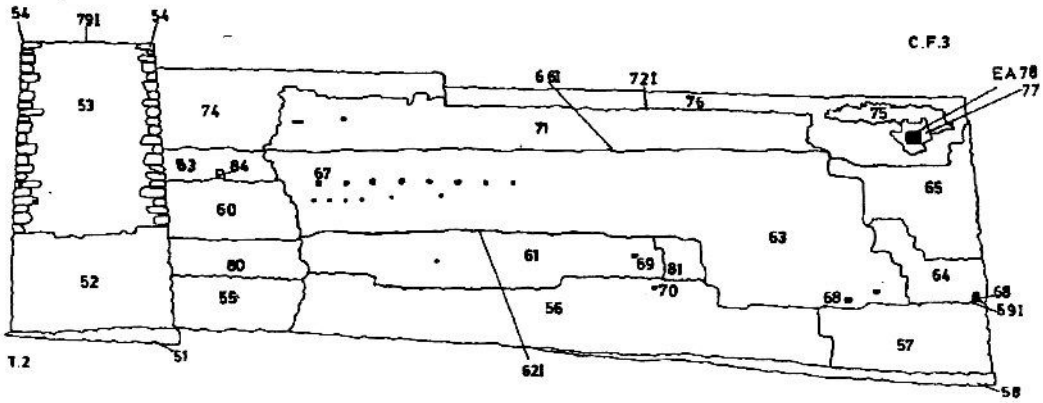


Coria (Díaz Martos 1956)

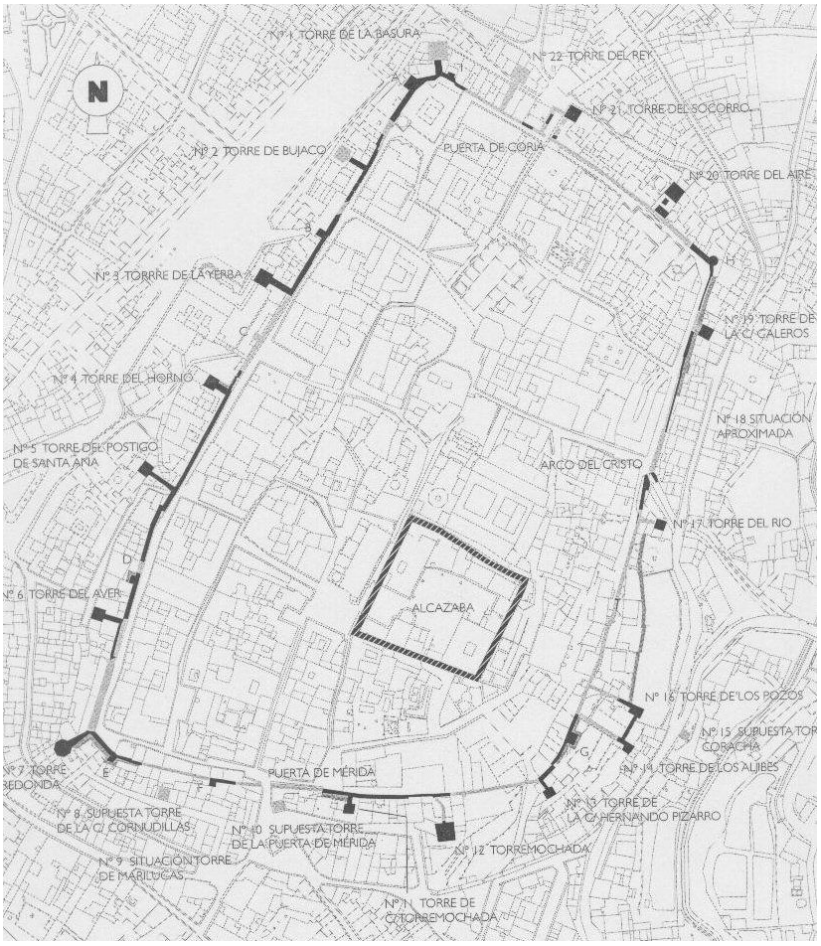




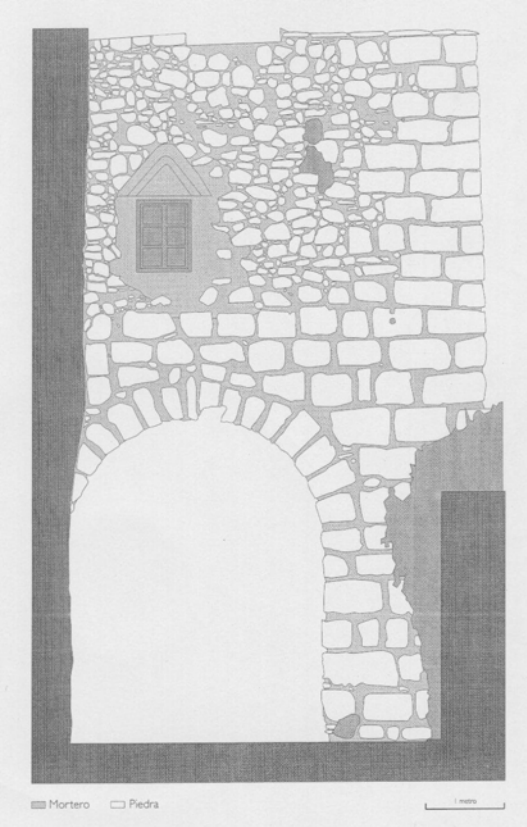




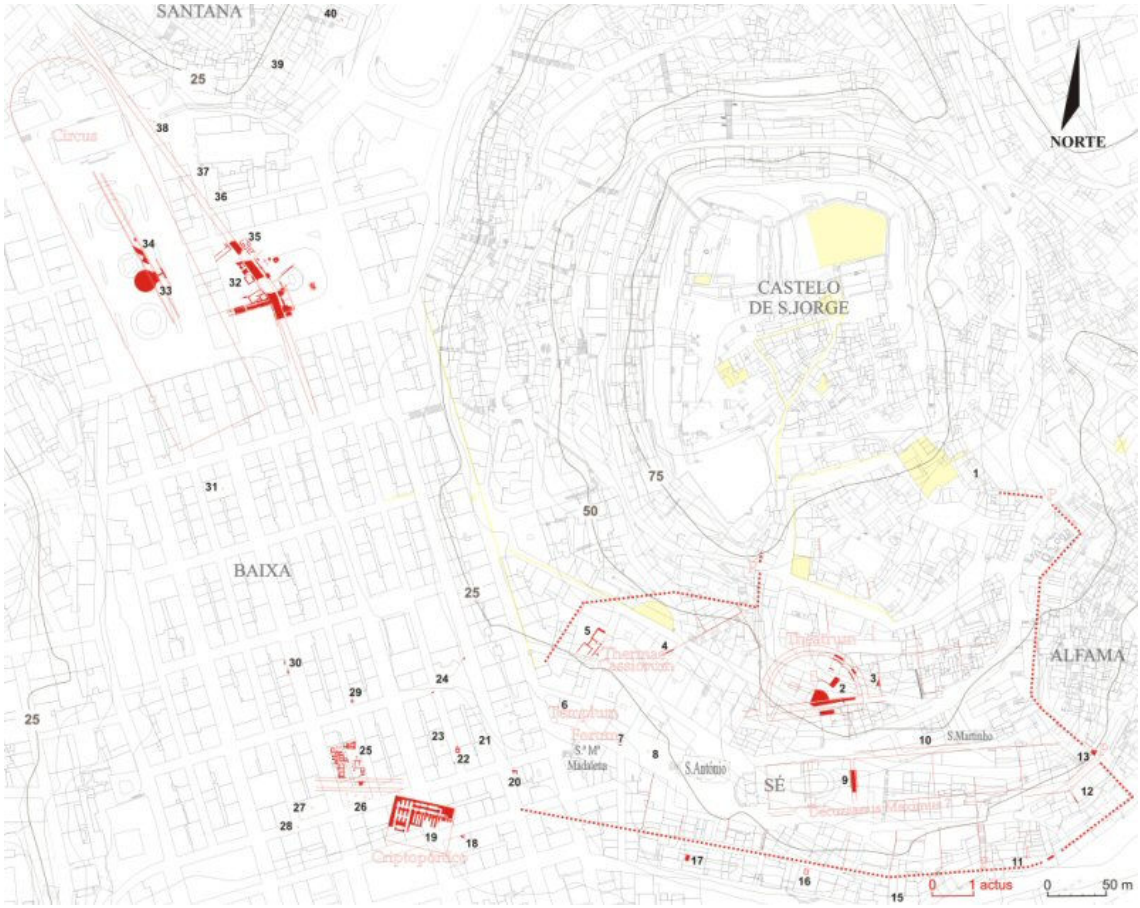
sector baixo-imperial com fases islâmicas, Coria (Muñoz García e Gutiérrez Millán 2000)



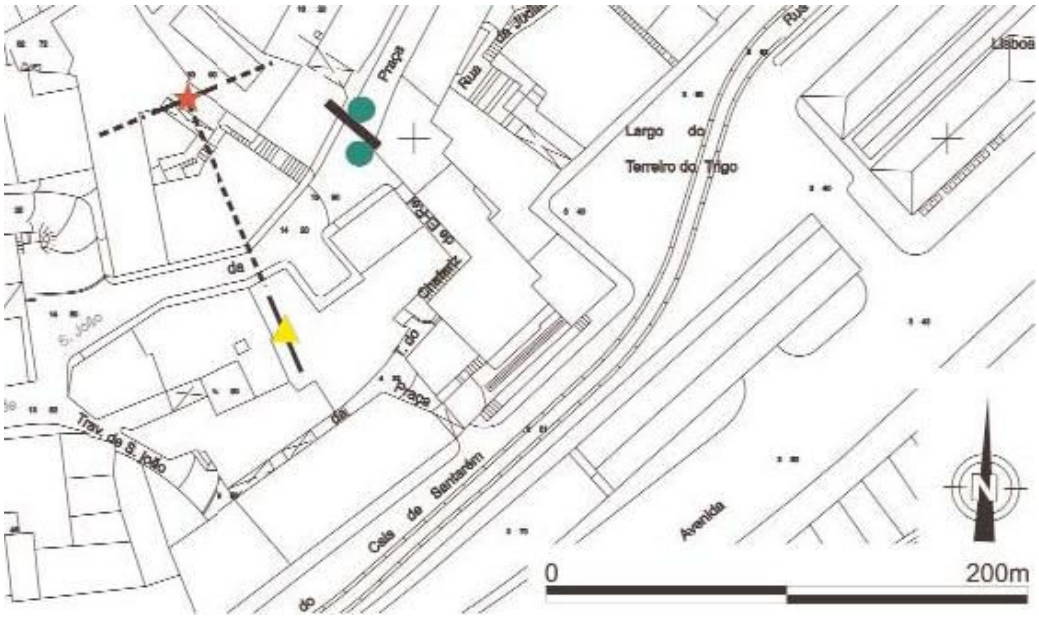
muralha almóada, Cáceres (Márquez Bueno e Gurriarán Daza 2003)



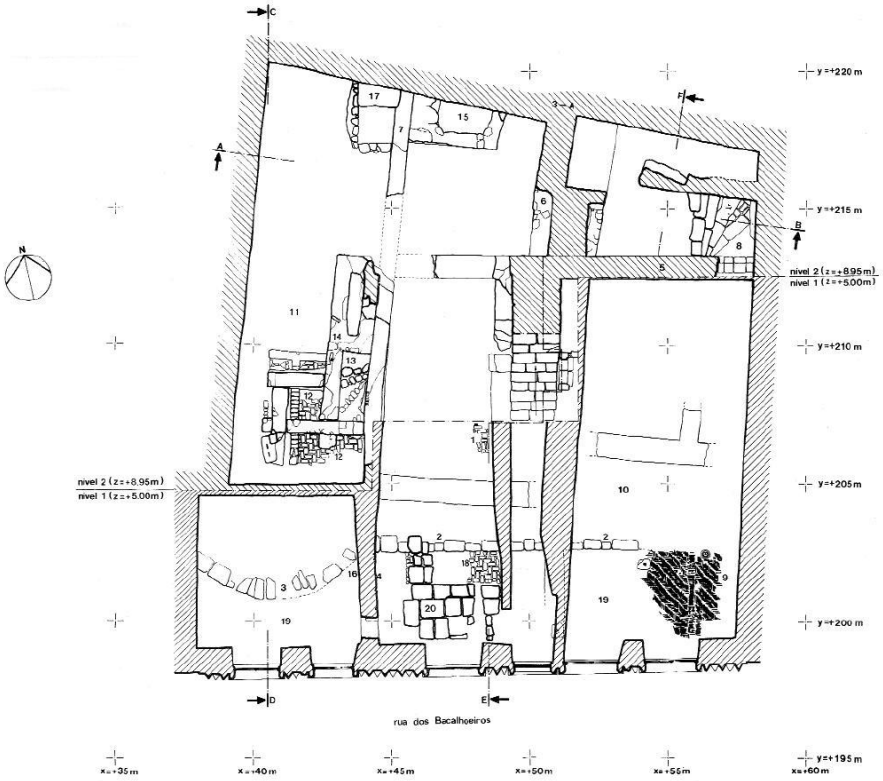
Arco del Cristo, Cáceres (Márquez Bueno e Gurriarán Daza 2003)



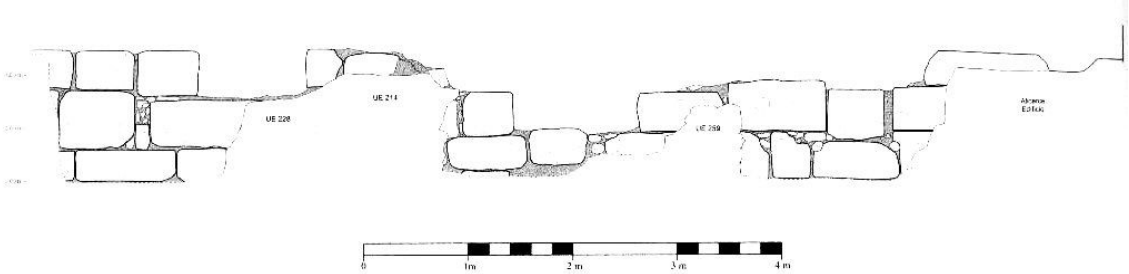
traçado da muralha, Lisboa (Silva 2005)



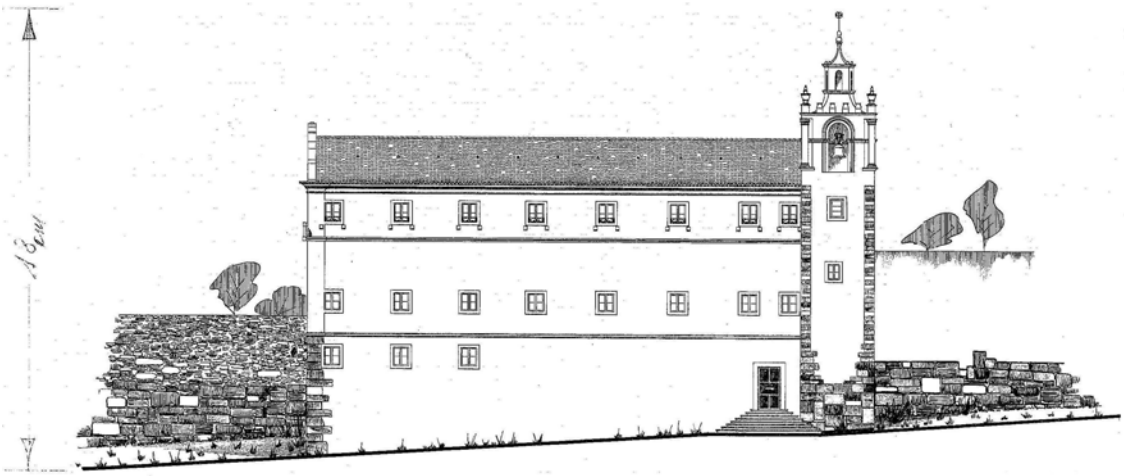
Angeja e S. João da Praça, Lisboa (Filipe e Calado 2007)



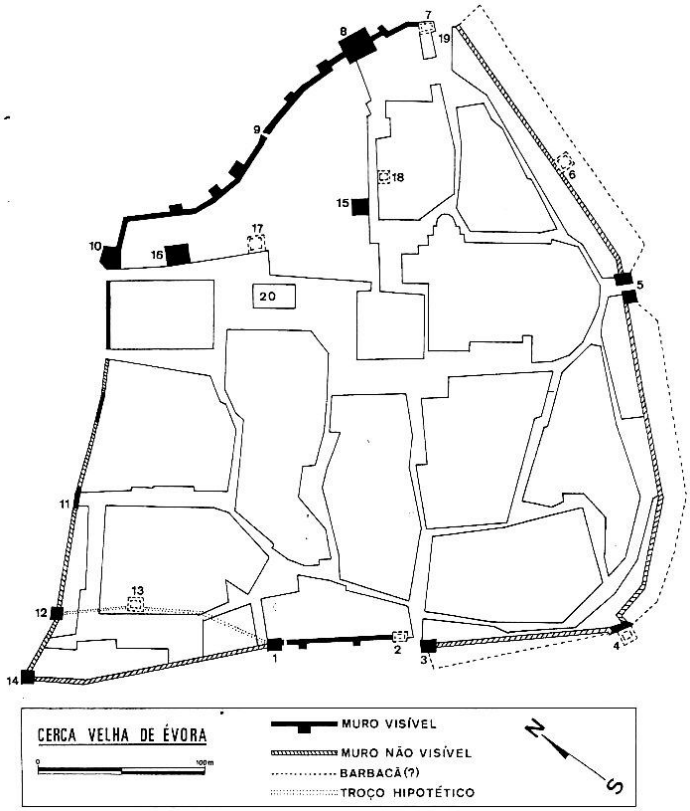
Casa dos Bicos, Lisboa (Sepúlveda e Amaro 2007)



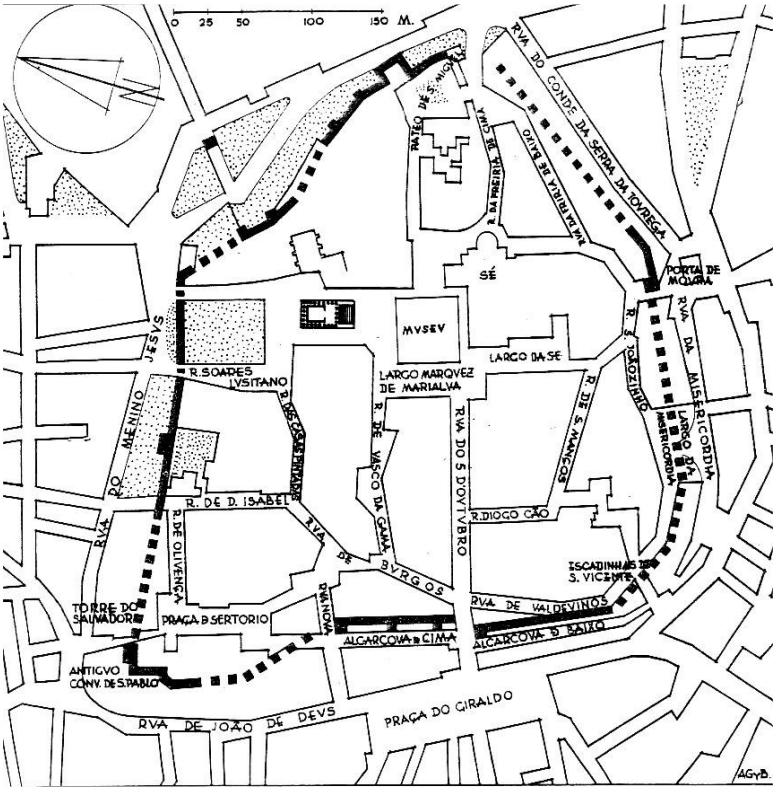
Armazéns Sommer, Lisboa (Gaspar e Gomes 2007)



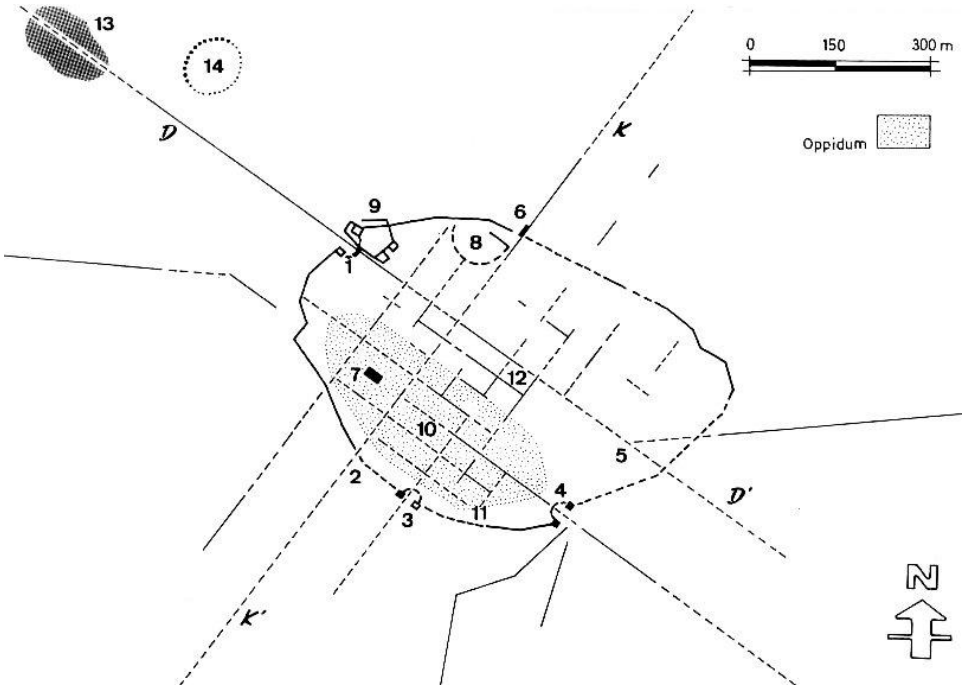
alçado nascente, Convento dos Loios, Évora (arquivo da DGEMN)



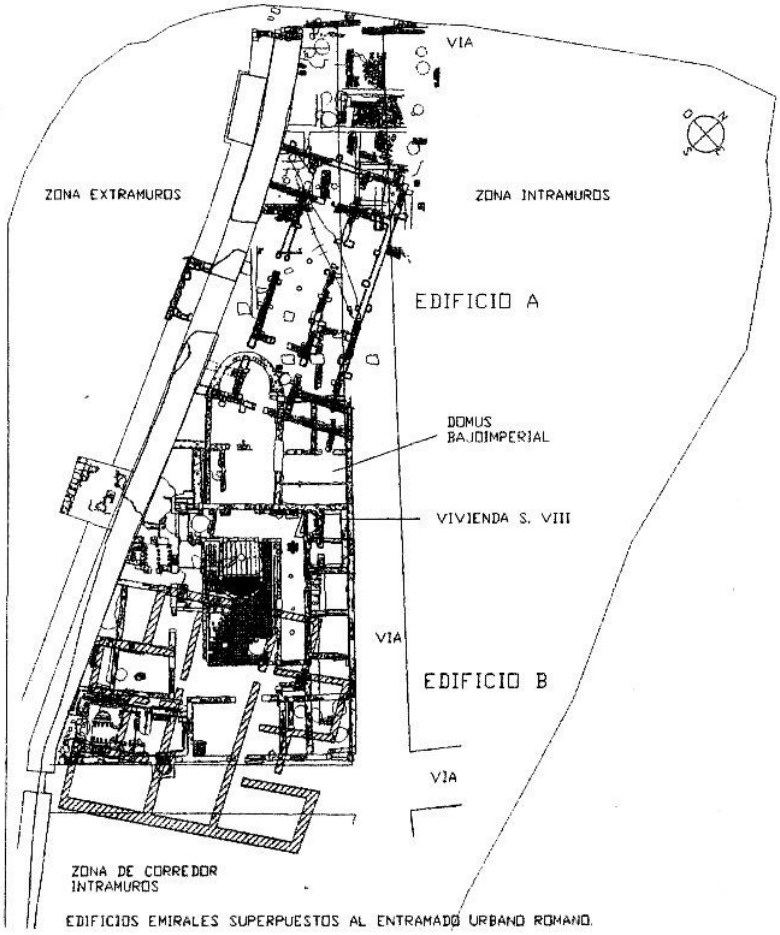
Évora (Balesteros, Oliveira e Marques 1996-1997)



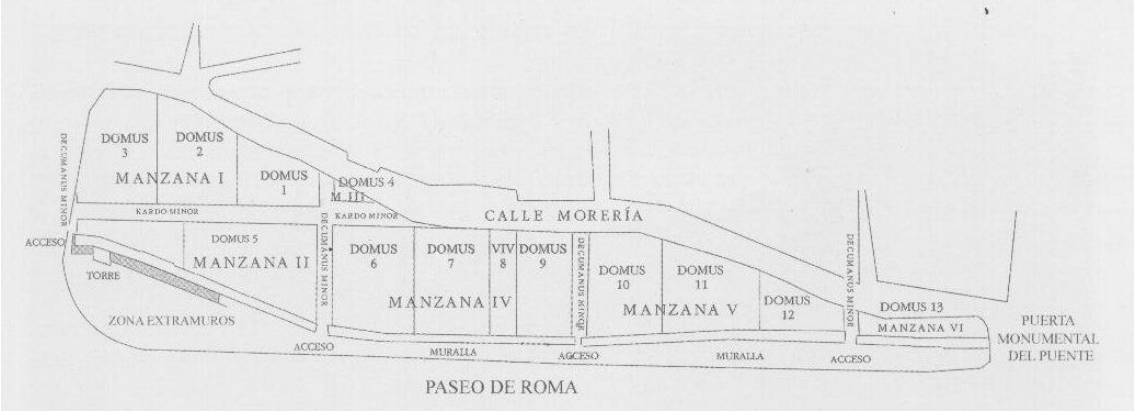
Évora (García y Bellido 1971)



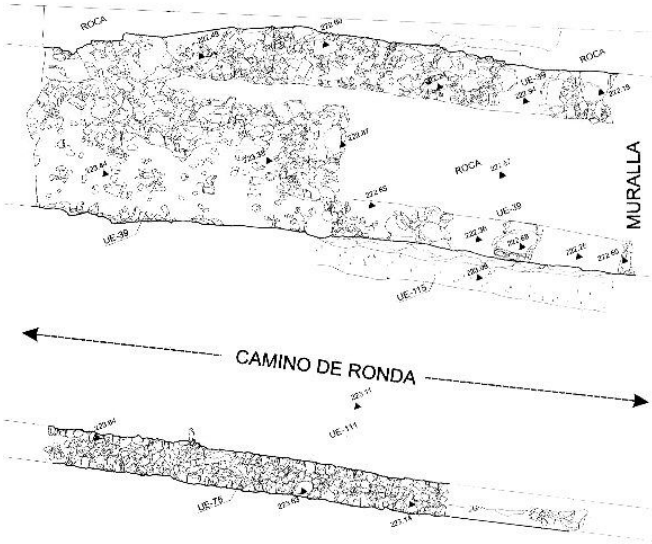
Beja (Mantas 1996b)



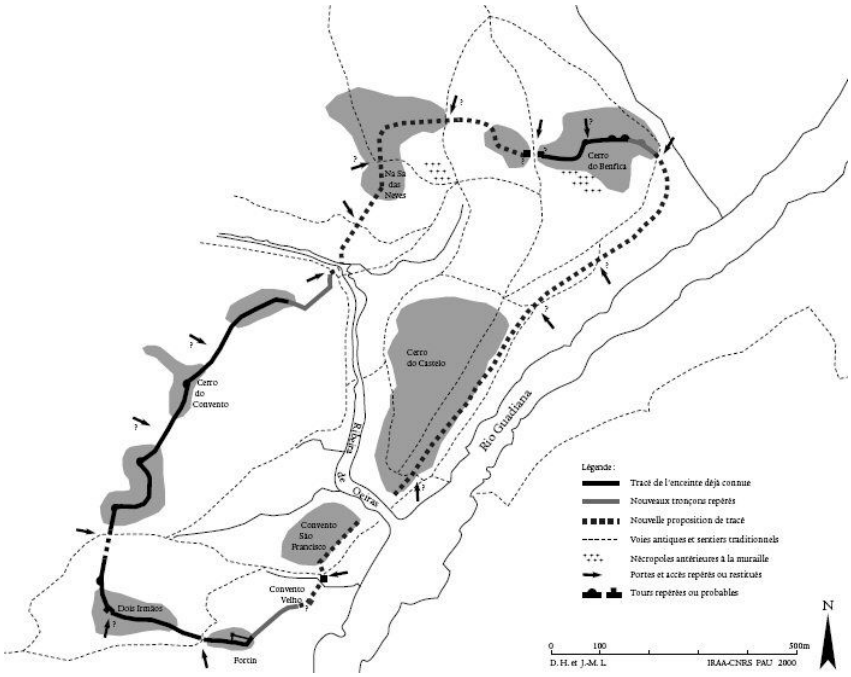
Morería, Mérida (Alba Calzado 2001b)



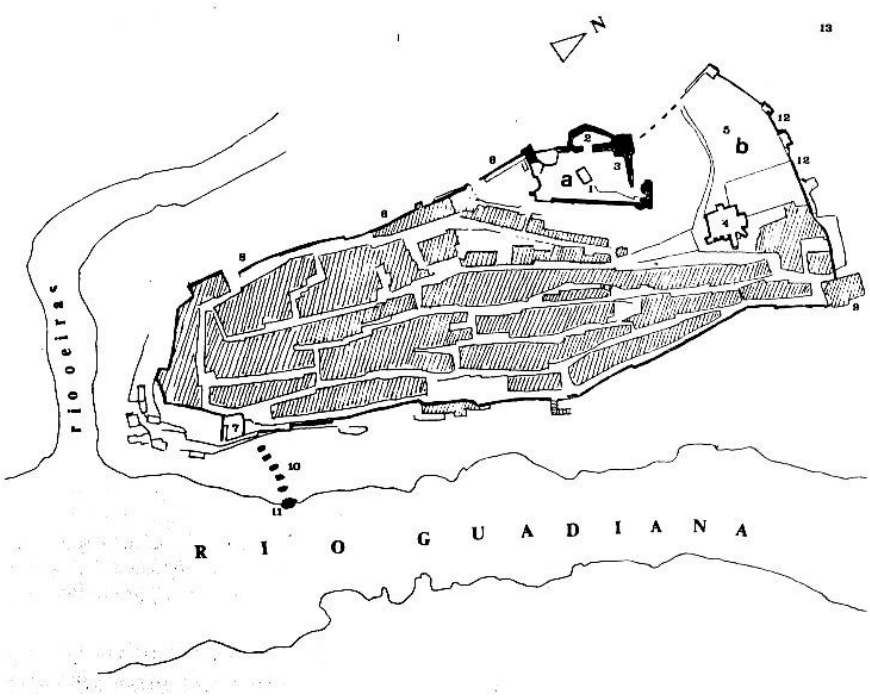
Morería, Mérida (Álvarez Martínez 2006)



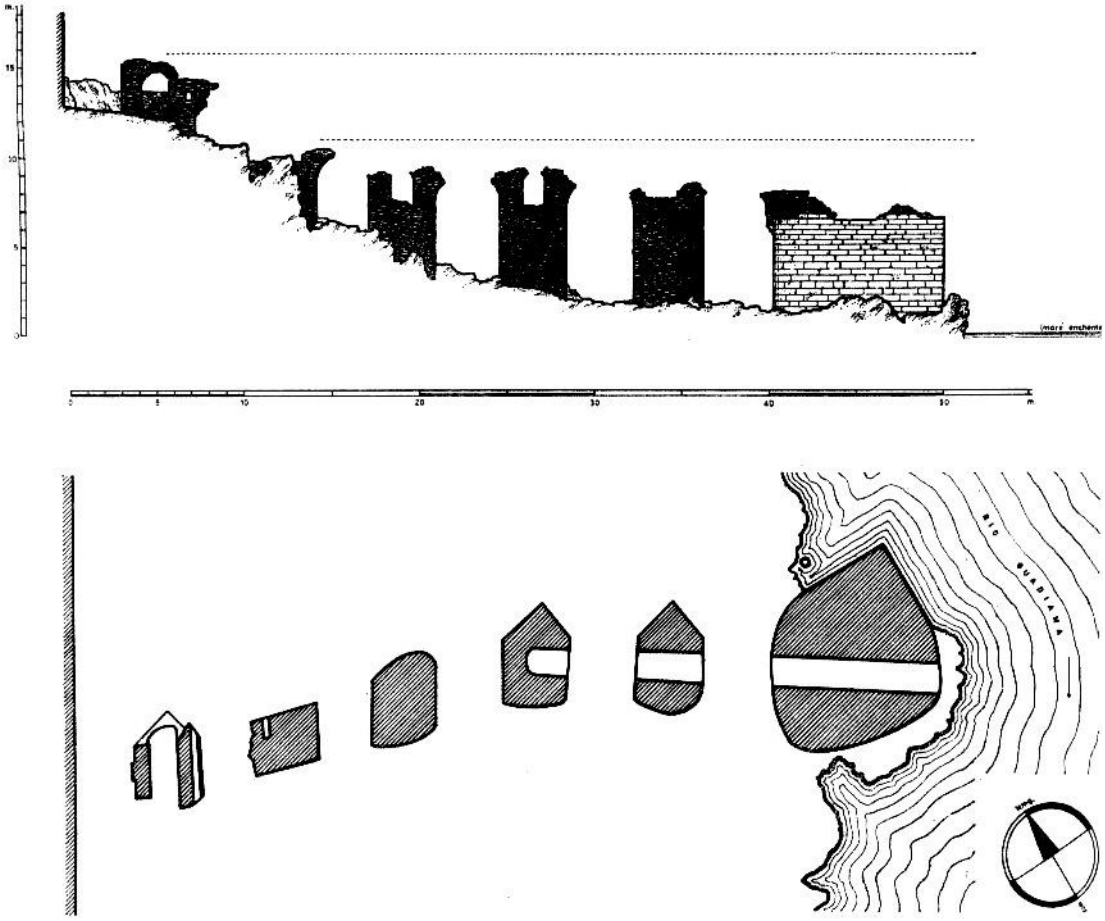
calle Concordia, Mérida (Palma García 2004)



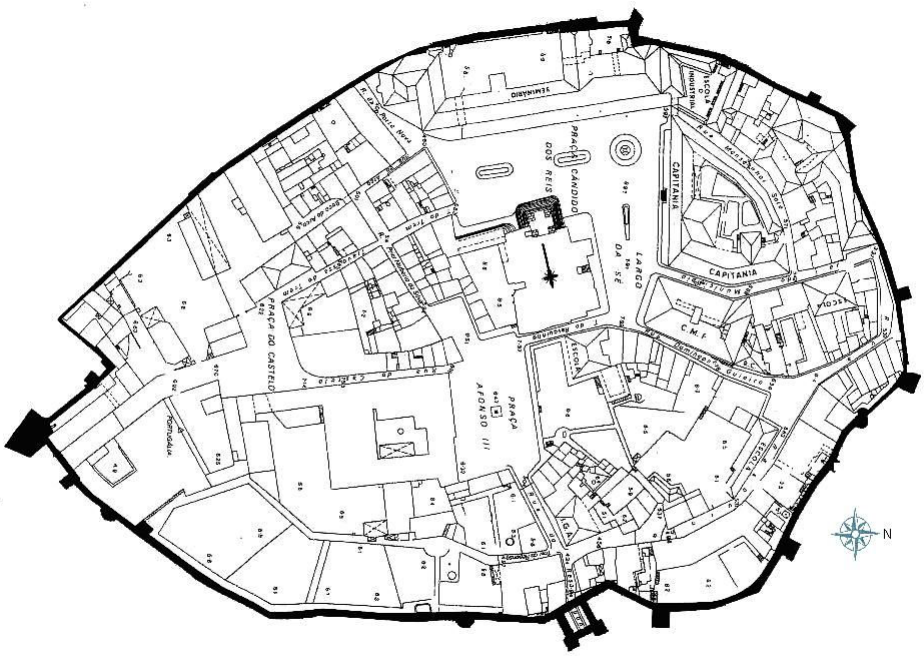
Mértola (Hourcade, Lopes e Labharte 2003)



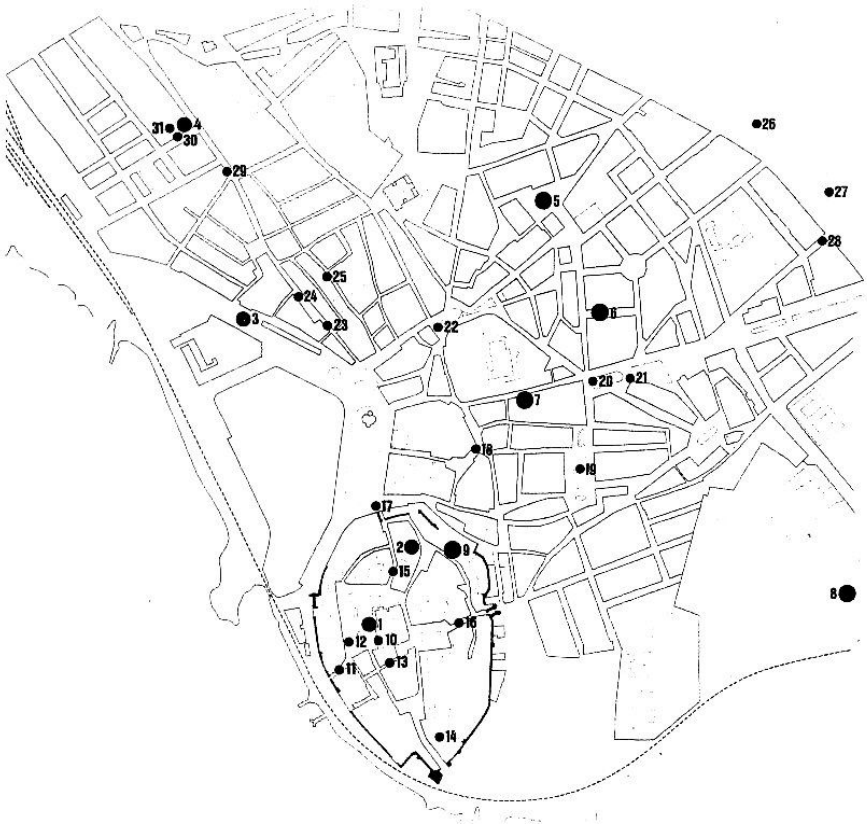
Mértola (Pavón Maldonado 1993)



estrutura portuária, Mértola (Almeida 1976)



Faro (Gamito 1991)



vestígios romanos, Faro (Paula e Paula 1993)